

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTE E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

RANIELLE LEAL MOURA

**O JORNALISMO NAS NARRATIVAS DAS CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ E
MARIA JUDITE DE CARVALHO**

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTE E DESIGN

RANIELLE LEAL MOURA

**O jornalismo nas narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e
Maria Judite de Carvalho**

Porto Alegre

2018

RANIELLE LEAL MOURA

**O jornalismo nas narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e
Maria Judite de Carvalho**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela Escola de Comunicação, Arte e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Antônio Hohlfeldt
Co-orientador: Dr. Jorge Pedro Sousa

Porto Alegre

2018

Ficha Catalográfica

M929j Moura, Ranielle Leal

O jornalismo nas narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho / Ranielle Leal Moura . – 2018.

370 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Hohlfeldt.

Co-orientador: Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa.

1. Comunicação. 2. Ethos jornalístico. 3. Hermenêutica. 4. Rachel de Queiroz. 5. Maria Judite de Carvalho. I. Hohlfeldt, Antônio. II. Sousa, Jorge Pedro. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Teixeira CRB-10/1974

RANIELLE LEAL MOURA

**O jornalismo nas narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e
Maria Judite de Carvalho**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela Escola de Comunicação, Arte e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 22 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Antônio Hohlfeldt (PUCRS)

Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa (UFP/PT)

Prof.^a Dr.^a. Cida Golin (UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a Beatriz Corrêa Pires Dornelles (PUCRS)

Prof.^a. Dr.^a. Juliana Tonin (PUCRS)

Porto Alegre
2018

*À minha mãe, minha vida,
Ana Regina Rêgo*

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, criador da vida e fonte constante de inteligência e inspiração.

À minha amada mãe, **ANA REGINA RÊGO**, que, com muito amor, carinho e apoio, não mediu esforços em me apoiar para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Obrigada por ser minha mãe!

Ao meu pai **JÚLIO CÉSAR MEDEIROS COSTA**, pelo exemplo de profissional, homem, pai e marido; por seu amor, sua amizade e dedicação à família; por estar sempre presente, mesmo que de longe.

Aos meus **FAMILIARES**, por acreditarem em mim, em especial ao meu avô José Rêgo, à minha avó Francisca Rêgo, à minha avó Iná Monteiro, ao meu pai Romildo Moura, às minhas irmãs (minha vida) Dalila Leal Costa e Clara Leal Costa, ao meu irmão Júlio Afonso.

Ao meu amor, **AIRTON JR VIEIRA SANTOS**, por todo amor, companheirismo e principalmente paciência no acompanhamento ao longo do doutorado.

Ao meu tio do coração **ABELARDO CAMURÇA** pelo grande incentivo durante esse processo.

Às jornalistas e escritoras **RACHEL DE QUEIROZ** (in memoriam) e **MARIA JUDITE DE CARVALHO** (in memoriam), por terem sido fontes de inspiração para a realização deste trabalho.

Ao meu querido mestre **ANTÔNIO HOHLFELDT**, pela confiança e paciência na orientação, pelo constante incentivo e por ser fonte de inspiração e de conhecimento.

Ao também querido mestre **JORGE PEDRO SOUSA**, co-orientador da Universidade Fernando Pessoa, Portugal, pelas contribuições, apoio e amizade durante o estágio “sanduíche” realizado naquele país.

Aos **PROFESSORES** do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Arte e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelos ensinamentos compartilhados e pelo apoio, em especial, **BEATRIZ CORREA PIRES DORNELLES**, pelas orientações durante o meu estágio como revisora da Revista FAMECOS-PUCRS. Também agradeço à professora suas relevantes contribuições no meu exame de qualificação.

À **CIDA GOLIM**, por sua importante contribuição durante o exame de qualificação.

À amiga **MARIA BERENICE MACHADO** por sua dedicação, acompanhamento e apoio, durante a minha morada em Porto Alegre.

À minha amiga-irmã, companheira de todas as horas, principalmente nos momentos de nossas teses, **RENATA ANDREONI**, por seu acolhimento, carinho, atenção, cuic colaboração. Também gostaria de registrar meu imenso agradecimento ao seu esposo, **ED CRUXEN**, pela amizade, recepção e pelas palavras de estímulo nas horas certas.

Aos **AMIGOS E COLEGAS** do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Arte e Design da PUCRS, por contribuírem com meu crescimento pessoal e profissional, em especial, Luciana Gomes, Grayce Delai, Key Késsia e Francinete Louzeiro.

À COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos integral durante o doutorado e pela concessão de bolsa para o doutorado sanduíche.

À equipe da secretaria da Pós-Graduação, principalmente, **KELLY SANTOS**, sempre disposta a ajudar.

Narramos coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como os antecipamos. Portanto, é a linguagem, assim como a experiência e a ação que ela articula, que aguentam firme o assalto dos céticos (RICOEUR, 2010, v. 1, p. 21).

RESUMO

A presente tese tem como objetivo compreender, se e como, Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho, nas narrativas das crônicas publicadas, respectivamente, na revista *O Cruzeiro* e no *Diário de Lisboa*, utilizaram valores e características que compõem o *ethos* jornalístico moderno, criado para o campo informativo. A inspiração analítica tem base teórico-filosófica na hermenêutica, portanto, pretende interpretar as narrativas das colunas de ambas as jornalistas tendo como parâmetro o círculo hermenêutico de Paul Ricoeur (2010), a partir da Teoria da Ação e Interpretação deste autor, em que as estruturas de prefiguração, configuração e refiguração das ações narradas ganham projeção no modo de narrar o mundo em seu tempo. A intenção é perceber, através da interpretação das narrativas das crônicas publicadas nas colunas “Última Página” e “Rectângulos da Vida”, traços que possam evidenciar um modelo de jornalismo forjado no regime de historicidade da modernidade, considerando que as jornalistas citadas eram também escritoras, logo, vinculavam-se igualmente ao campo literário, em que a crônica, objeto desta investigação, possui características distintas. O estudo após o processo interpretativo comprova a tese de que as narrativas analisadas revelam uma grande absorção de valores associados ao modo de ser do jornalismo moderno.

Palavras-chave: Comunicação. *Ethos* jornalístico. Narrativa. Crônicas. Hermenêutica. Rachel de Queiroz. Maria Judite de Carvalho.

ABSTRACT

The present thesis aims to understand, if and how, Rachel de Queiroz and Maria Judite de Carvalho in their narratives of the published chronicles, respectively, in the magazine *O Cruzeiro* and in the *Diário de Lisboa*, used values and characteristics that compose the journalistic ethos modern, created to the information field. The analytic inspiration has a theoretical-philosophical basis in hermeneutics and, therefore, intends to interpret the narratives of the columns of both journalists, having as a parameter Hermeneutic Circle of Paul Ricoeur (2010) from this author's Action and Interpretation's Theory, which structures of pre-figuration, configuration and refiguration of the narrated actions, gain projection in the way of narrating the world in its time. The intention is to perceive through the interpretation chronicles' narratives published in "Última Página" e "Retângulos da Vida", traces that can evidence journalism model forged in modernity regime of historicity, considering the journalists mentioned were also writers and, therefore, associate to the literary field where the chronicle, this investigation's object, has different characteristics. The study, after the interpretative process, proves the thesis that the analyzed narratives reveal a great absorption of values associated to the way of being of modern journalism.

Keywords: Communication. Journalistic *ethos*. Narrative. Chronicles. Hermeneutic. Rachel de Queiroz. Maria Judite de Carvalho.

RESUMEN

Esta tesis de doctorado tiene como objetivo entender, si y cómo, Rachel de Queiroz y María Judith Carvalho, en las narrativas de crónicas publicadas, respectivamente, en la revista *O Cruzeiro* y el *Diario de Lisboa*, se apoderaban de los valores y de las características que conforman el espíritu periodístico moderno, creado para el campo informativo. La inspiración analítica tiene base teórico-filosófica en la hermenéutica y, por lo tanto, tiene la intención de interpretar las narrativas de las columnas de las dos periodistas, teniendo como parámetro el Círculo Hermenéutico de Paul Ricoeur (2010) a partir de la Teoría de la Acción e Interpretación de este autor, en que las estructuras de pre-figuración, configuración y refiguración de las acciones narradas, ganan proyección en el modo de narrar el mundo en su tiempo. La intención es percibir a través de la interpretación de las narrativas de las crónicas publicadas en “Última página” y “Rectángulos de la vida”, rasgos que puedan evidenciar un modelo de periodismo construido para el régimen de historicidad de la modernidad, considerando que las periodistas eran también escritoras y, por lo tanto, pertenecían también al campo literario donde la crónica, objeto de esta investigación, posee características distintas. El estudio comprueba la tesis de que las narrativas analizadas revelan una gran absorción de valores asociados al modo de ser del periodismo moderno.

PALABRAS-CLAVE: Comunicación. *Ethos* jornalístico. Narrativa. Crónicas. Hermenéutica. Rachel de Queiroz. Maria Judite de Carvalho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Espelho Diamantino.....	45
Figura 2 – Meu Padrinho.....	63
Figura 3 – Uma interessante carta recebida pela Rainha dos Estudantes... 66	
Figura 4 – Uma das colaborações de Rachel de Queiroz em O Povo.....71	
Figura 5 – Livro Tanta Gente, Mariana.....	108
Figura 6 – Diário de Lisboa.....	114
Figura 7 – Morre escritora portuguesa.....	125
Diagrama 01 –.....	195
Figura 8 – “Última Página” – 2 nov. 1946.....	202
Figura 9 – “Última Página” – 2 jan. 1960.....	203
Figura 10 – “Última Página” – 1 jan. 1975.....	204
Figura 11 – “Rectângulos da Vida” - 25 jan. 1968.....	208
Figura 12 – “Rectângulos da Vida” – 15 nov. 1968.....	209
Figura 13 – “Rectângulos da Vida” – 22 out. 1971.....	209
Figura 14 – “Rectângulos da Vida” – 10 mai. 1972.....	210
Quadro 1 –	212
Quadro 2 –	215
Figura 15 – “O coração de Waskansky”.....	219
Figura 16 – “O bem-estar do menor”.....	225
Figura 17 – “A Trégua”.....	230
Figura 18 – “Os Sequestros”.....	235
Figura 19 – “Um mundo só”.....	240
Figura 20 – “O leão doente”.....	245
Figura 21 – “S.O.S nos Inhamuns”.....	251
Figura 22 – “Incentivos para a cultura”.....	257
Figura 23 – “O ano dos corações transplantados”.....	262
Figura 24 – “Os visitantes da Lua”	266
Figura 25 – “O homem e a morte”.....	269
Figura 26 – “Monumentos lunares”.....	272
Figura 27 – “Quem tem medo dos computadores? ”.....	275

Figura 28 – “Os Grilos do Altinho”.....	280
Figura 29 – “Velocidade”.....	285
Figura 30 – “Os Novos Deuses”.....	289

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ACL – Academia Cearense de Letras

AI - Ato Institucional

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

API Associação Paulista de Imprensa

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BFLUL – Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa

BNB – Biblioteca Nacional do Brasil

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPF – Biblioteca Pública de Fortaleza

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFC – Conselho Federal de Cultura

DA – Diários Associados

DL – Diário de Lisboa

DN – Diário de Notícias

DOI-CODI – Departamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FMS – Fundação Mário Soares

HDB – Hemeroteca Digital Brasileira

HDL- Hemeroteca Digital de Lisboa

IMS – Instituto Moreira Salles

MFA – Movimento das Forças Armadas

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrático Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

UDN – União Democrática Nacional

UFP – Universidade Fernando Pessoa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	24
1.2 OBJETIVOS	25
1.3 HIPÓTESES	26
1.4 JUSTIFICATIVA	27
1.5 PROCESSO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	29
1.6 ESTRUTURA DA TESE	30
2 A MULHER NO SÉCULO XX	33
2.1 O SÉCULO XX, A MULHER E O JORNALISMO	35
2.2 MULHERES INOVADORAS: RACHEL DE QUEIROZ E MARIA JUDITE DE CARVALHO.....	50
2.2.1 Rachel de Queiroz – a filha do sertão brasileiro	50
2.2.2 Maria Judite de Carvalho – de Lisboa para o mundo	103
3 O ETHOS JORNALÍSTICO, A NARRATIVA E A CRÔNICA	128
3.1 O ETHOS JORNALÍSTICO MODERNO	130
3.1.1 O Jornalismo	134
3.2 PELOS CAMINHOS DA NARRATIVA	144
3.2.1 Tempo e narrativa na história e na ficção	146
3.2.1.1 O tempo na narrativa de ficção	152
3.2.1.2 O círculo hermenêutico	154
3.2.1.3 Identidade narrativa e ação narrada	157
<i>3.2.1.3.1 Identidade narrativa e a dialética entre ipseidade e mesmidade O tempo na narrativa de ficção</i>	162
3.2.2 A narrativa na comunicação	166
3.3 A CRÔNICA NO JORNALISMO	171
3.3.1 A Crônica	172
4 O JORNALISMO NAS NARRATIVAS DE RACHEL DE QUEIROZ E MARIA JUDITE DE CARVALHO	184
4.1 A HERMENÊUTICA FILOSÓFICA COMO CAMINHO PARA A INTERPRETAÇÃO	185
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA INTERPRETATIVA COM BASE NA TEORIA DA AÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA	196

4.2.1 Os Observáveis	197
4.2.1.1 “Última Página”: uma pérola de O Cruzeiro	197
4.2.1.2 “Rectângulos da Vida”: um espaço de referência no Diário de Lisboa	204
4.2.2 Definição da amostra	211
4.2.3 Análise e Interpretação das narrativas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho	215
4.2.3.1 A narrativa de Rachel de Queiroz e o jornalismo	218
4.2.3.2 A narrativa de Maria Judite de Carvalho e o jornalismo	262
4.2.4 Em tempo	293
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	294
REFERÊNCIAS	309
ANEXO A- Ilustrações apresentadas na análise	330
ANEXO B- Transcrição das crônicas analisadas de Rachel de Queiroz	346
ANEXO C- Transcrição das crônicas analisadas de Maria Judite de Carvalho	362

1. Introdução

O campo jornalístico moderno nasce ainda no século XIX. A sua formatação acontece no momento de constituição do processo de modernidade, em que o jornalismo se configurou como uma instituição que tem a função de apoiar o novo regime de historicidade (HARTOG, 2015). A conformação do campo, no entanto, dar-se-ia vagarosamente, e a esfera mercadológica, objetivando potencializar as vendas, trata de dotar o discurso jornalístico de uma áurea de verdade que o destaque frente aos demais discursos do cotidiano. Para vender, era preciso limpar a textualidade jornalística da incômoda opinião e parcialidade. Não bastava parecer real, era preciso *ser* real, ou pelo menos, um *espelho* do real. Obviamente, a Teoria do Espelho não teria vida longa, visto que o público, à medida em que se acostuma com a experiência jornalística e midiática, vai também percebendo as nuances que revelam que nem tudo é tão verdadeiro assim.

O jornalismo como passa a ser entendido no século XX, quase sempre por sua vertente informativa, cria um regime de verdade, adotado aqui na concepção de Foucault (1996), e que se consolida e se fortalece aos poucos, ao longo do século XX. Nele, dois polos principais são inseridos: o primeiro, voltado para a objetividade jornalística, tem ligação intrínseca com o segundo, a imparcialidade. Também fazem parte do regime: os modos de seleção das notícias, em que atuam diretamente, os mencionados valores-notícia, que norteiam os critérios de noticiabilidade; assim como os modos de apuração da notícia e, posteriormente, de edição e, portanto, a construção do que vai, de fato, se tornar um acontecimento noticiado. Todo esse composto do regime de verdade se interliga ainda diretamente ao regime de temporalidade, construído para dar suporte à verdade jornalística, a partir do presente, reforçando seu caráter de testemunha de um tempo e de uma força transformadora capaz de temporalizar a sociedade em uma dada temporalidade (RÊGO, 2017).

Nesse sentido é que o *ethos* jornalístico se constrói como a essência do verdadeiro, por um lado, e, de outro, como o lugar do interesse público¹, onde a informação circundante deve atuar em favor da sociedade, extrapolando o público de interesse do veículo com quem este mantém um contrato de leitura (VERON, 1980). Portanto,

¹ Para Otto Groth (2011), o jornalismo se caracteriza pelo interesse público, periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade.

carregado de um caráter universal. O poder do *ethos* jornalístico moderno funda-se, desse modo, no lado informativo e é bem diferente do poder do *ethos* do jornalismo quando este foi denominado como *quarto poder*, na Inglaterra do final do século XVIII, visto que, naquela época, a opinião reinava e os jornalistas eram parciais e, em sua grande maioria, políticos que se vigiavam mutuamente. Todavia, na modernidade, a imagem do jornalismo como o lugar de construção da verdade pressupõe também a imagem de isenção dos que o fazem e isso foi de tal forma apropriado pelos profissionais e pela sociedade que, mesmo sendo um lugar de muita contestação, é, ainda, uma referência de grande credibilidade. Desse modo, um grande número de profissionais abraça o jornalismo porque efetivamente acredita que pode dar voz a quem não a tem e levar um discurso que se aproxime da verdade para toda a sociedade.

Antes, como hoje, profissionais de outros campos chegavam ao jornalismo, muitos, com esse intuito, outros nem tanto. Todavia não nos deteremos sobre o interesse dos políticos em escrever nos jornais, nem tampouco dos literatos que se lançavam através dos periódicos tanto para vender seus livros, com frequência, publicados em forma de folhetins; como para ganhar projeção com críticas e polêmicas. Contudo interessa pontuar que o jornalismo é um lugar de muitas fronteiras, onde intelectuais de vários campos se projetam e terminam sendo impregnados pelo que estamos denominando de *ethos do jornalismo moderno*.

Na presente tese, trazemos duas escritoras de ficção que, ao mesmo tempo, atuaram como jornalistas ao longo do século XX. A brasileira Rachel de Queiroz e a portuguesa Maria Judite de Carvalho. O espaço de ambas era a coluna, em que experimentavam variados textos e narrativas. Aqui, nos ocuparemos das crônicas em que procuraremos identificar valores do jornalismo moderno, apropriados pelas narradoras/cronistas, cada uma em seu espaço. Ou seja, a intencionalidade desta pesquisa tem como foco central investigar a apropriação de valores do *ethos* jornalístico informativo pelas narrativas que se situam no limiar entre a narração, a opinião e a informação e em que a subjetividade assumida se contrapõe à objetividade pretendida.

Vale pensar que o tempo de atuação das escritoras/jornalistas mencionadas, o século XX, foi um século impactante. O Brasil, durante este período, passou, no início, por uma recuperação econômica, a política *café-com-leite*, e, posteriormente, a ditadura de Vargas, o Estado Novo. Posteriormente, vieram os governos democráticos e o golpe de 1964, trazendo a ditadura militar, até chegarmos ao processo de redemocratização.

Nesse longo processo em que a democracia esteve poucas vezes como protagonista na gestão do país, destacaram-se poucos, porém importantes, nomes de mulheres no universo da literatura e do jornalismo, e, até mesmo, na cena política.

Rachel de Queiroz (Fortaleza, 1910; Rio de Janeiro, 2003), foi uma das raras escritoras brasileiras a obter sucesso na imprensa durante o século XX. Seu palco de atuação foi a revista *O Cruzeiro*.

O Cruzeiro (1928-1978), como revista ilustrada, tratava de temas que iam de sugestões de moda e de decoração a assuntos sociais, como educação, saúde, obras e, em meio a tudo isso, a política – tanto em âmbito nacional como internacional – que sempre teve seu espaço na publicação. No início dos anos de 1930, a revolução e a morte de João Pessoa, assim como a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ocuparam muitas de suas páginas, inclusive, com edições especiais. Sob outro prisma, a situação política internacional da mesma década, sobretudo a tensão que pairava no ar e que prenunciava a guerra que estava por vir, a partir das posições dos regimes totalitários nazista e fascista, também eram pauta certa de *O Cruzeiro*. Assim, a revista acompanhou todos os grandes momentos políticos das décadas pelas quais passou.

Nas linhas da “Última Página” que tinha lugar em *O Cruzeiro*, Raquel de Queiroz, não só comentava os acontecimentos através de uma narrativa jornalística híbrida em que a informação, a narração e a opinião podem ser localizadas; como também veiculava alguns de seus textos literários como: contos, crônicas e folhetins.

“Última Página”, ao que parece, foi o palco escolhido para que os estilos da autora se apresentassem ao público de forma contumaz e alternada. O encontro entre as narrativas literária e, portanto, eminentemente ficcional, e a jornalística, que carrega em si a vontade de verdade, conforme Foucault (1996), ou que simplesmente adota um regime de verdade – objetivando construir uma reputação discursiva –, se dá de forma tranquila e direta, sem necessidade de justificativas. Rachel de Queiroz simplesmente escreve e adota para isso os gêneros que mais combinaram com o seu estilo e intencionalidade, passando de um campo a outro e de um gênero a outro, sem qualquer restrição.

A colaboração de Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro* possibilitou mostrar, em seus textos, suas impressões subjetivas do real vivido, trazendo à tona situações corriqueiras do dia a dia, que poderiam passar despercebidas da sociedade se a jornalista não estivesse atenta a tais acontecimentos. Diante disso, é importante observar a narrativa

dessa mulher plural, que transita entre o jornalismo e a literatura. Para tanto, embasamos na concepção de Ricoeur (2010) de que a narrativa expressa uma forma de estar no mundo, como também permite a compreensão desse mundo numa dimensão temporal.

Além disso, para compreendermos sua visão de mundo, e também o que se reflete em sua narrativa, é importante reconhecer que a escritora e jornalista Rachel de Queiroz se destacou em dois ambientes dominados pelo sexo masculino: de um lado, a literatura, e de outro, o jornalismo. O acesso ao espaço literário, tanto quanto ao ambiente jornalístico, foi trilhado por poucas mulheres, não sem esforços e embates.

Durante muito tempo, o mercado de trabalho jornalístico foi um local exclusivamente masculino e, como em outras áreas, a profissionalização das mulheres era alvo de preconceitos. De acordo com José Hamilton Ribeiro, no Brasil do século XX, meados dos anos de 1930,

[...] as empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servir para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO, 1998, p. 31).

A situação mudou de forma lenta: “as mulheres sofreram desvantagens na ocupação de cargos, no salário e na área de atuação. A feminização do jornalismo está relacionada ao processo de profissionalização da carreira, às transformações sociais e dos meios de comunicação, iniciadas no século XX” (ROCHA; SOUSA, 2011, p. 8).

Porém, mesmo diante de dificuldades e preconceitos, as mulheres foram aos poucos abrindo espaço e atuando de forma decisiva em veículos da imprensa.

Dentre as mulheres que ganharam espaço na vida pública, podemos destacar Cecília Meirelles (1901-1964), poeta, pintora, professora e jornalista. Atuou no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, nos anos de 1930, e realizou um trabalho diferenciado, dirigido à educação e sua melhoria para o país. Outra personagem de destaque é Eneida de Villas Boas Costa de Moraes (1904-1971), que foi jornalista, escritora, militante política e pesquisadora. Durante os anos de 1920 e 1930, colaborou para o jornal o *Estado do Pará* e para as revistas *Guajarina*, *A Semana* e *Belém Nova*.

Outros nomes de destaque são: Clarice Lispector (1920-1977), escritora e jornalista, que contribuiu para periódicos como *Diário do Povo* e a revista universitária

A *época*; Hilda Hilst (1930-2004), poeta, ficcionista, cronista e dramaturga brasileira; e Cora Coralina (1889-1985), pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, poeta e contista, dentre poucas que venceram os obstáculos de uma sociedade machista e se firmaram no universo do jornalismo, da literatura e da arte.

É nesse cenário de jornalistas e escritoras que Raquel de Queiroz também se destaca.

Em Portugal, o ambiente não difere muito do brasileiro. O núcleo central do século XX, em Portugal, é ocupado por sistemas ditatoriais, autocráticos e repressivos, como foram os regimes da ditadura militar e do Estado Novo no Brasil.

O jornalismo, no Portugal do século XX, era desvalorizado e mais utilizado como propaganda política. Essa falta de desenvolvimento e liberdade, no jornalismo, ocorreu devido à instabilidade política e depois à ditadura salazarista que começou a vigorar ainda no final da década de 1920. Assim, o cenário jornalístico, em termos gerais, independente de gênero, não era fácil. A atuação da mulher nos veículos de comunicação da época era então uma situação quase inexistente. A distribuição por gêneros era bem desigual. Segundo Rocha e Sousa (2011, p. 11), ainda “entre 1950 e 1970 era baixo o número de mulheres que ingressavam no jornalismo, em média uma ou duas por ano”.

Desta maneira, o processo de inserção da mulher na cena jornalística é similar entre os dois países (Brasil e Portugal). Mas, assim como no Brasil, Portugal teve, em suas redações, grandes nomes femininos, como Helena Marques, jornalista do *Diário de Notícias* em Funchal e depois no *Diário de Notícias* de Lisboa. Em 1986, Helena Marques recebeu o Prêmio de Jornalista do Ano. Depois tornou-se romancista.

Maria Judite de Carvalho iniciou sua produção literária em 1949, em periódicos da capital lusitana. Como jornalista, escreveu crônicas por cinco anos consecutivos, de 1968 a 1972, para o *Diário de Lisboa*, na seção “Rectângulos da Vida”. A escritora portuguesa, assim como a brasileira Raquel de Queiroz, inseria em sua narrativa as transformações ocorridas no século XX.

Desse modo, consideramos importante, neste estudo, analisar, não apenas os contextos que influenciaram Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho, mas também observar os obstáculos que a mulher do século XX foi aos poucos vencendo, principalmente, no ambiente de trabalho, jornalístico e literário, inicialmente masculinos. Com esse aporte de conhecimento, pretendemos desenvolver nossa investigação científica interpretando as narrativas jornalísticas das autoras mencionadas no final da

década de 1960 e início da década seguinte, em busca do encontro entre o *ethos* do campo e o *si* mesmo das jornalistas.

1.1 Problema de pesquisa

Rachel de Queiroz chega à revista *O Cruzeiro* em 1946, na época em que os editores tinham a intenção de aumentar suas tiragens objetivando a abrangência da publicação no território nacional, e, obviamente, as vendas; portanto, implantava-se uma política editorial em que o time de profissionais precisava ter certa projeção para conseguir captar mais e mais leitores. A escritora, por sua vez, tinha a oportunidade de falar, ao mesmo tempo, para milhares e milhares de pessoas, superando, a cada semana, as tiragens de todos os seus livros publicados até então.

Rachel de Queiroz aproveita a oportunidade e logo se adapta ao tempo e à linguagem do jornalismo. Em sua coluna, localizamos uma diversidade textual em que textos literários e artigos opinativos convivem com as crônicas jornalísticas que vão se tornando mais e mais comuns, à medida em que a autora permanece ativa no veículo. Essa apropriação, ou adaptação da autora da crônica para o jornalismo, acontece naturalmente, visto que a profissional tem consciência de que, naquele meio de comunicação, o seu lugar é de formadora de opinião e, portanto, trata de configurar o real a partir dos valores jornalísticos presentes no campo que, de certa forma, a contaminam, ao ponto da Rachel de Queiroz narradora-cronista tratar de temas de grande interesse de seu tempo, mas os configurando a partir de sua visão e de seu lugar social (CERTEAU, 2011). Não é apenas o cotidiano marcado por um tempo vulgar que a interessa, não é o vizinho, nem a padaria da esquina, nem o crime da empregada, mas o singular nacional e mundial são os acontecimentos dotados de historicidade que mais a ocuparam. Rachel de Queiroz escreve para seu tempo, mas escreve também, conscientemente, para a posteridade.

Maria Judite de Carvalho inicia sua carreira como jornalista e escritora, portanto, em tese, quando da atuação no *Diário de Lisboa*, já havia internalizado a essência do jornalismo. No entanto, na coluna “Rectângulos da Vida”, parece que pouco se afasta da crônica cotidiana. Sua narrativa volta-se para os temas mais comuns que marcam o dia a dia das pessoas e com os quais os cidadãos mais simples se identificam. Poucos são os

momentos em que, em sua narrativa, podemos identificar traços de singularidade, traços de uma temporalidade autêntica. Todavia, em alguns momentos, algumas incursões mais profundas acontecem, e a jornalista se mostra em toda a sua capacidade criadora. Para Maria Judite de Carvalho, é o tempo presente que importa e nele a cotidianidade se destaca. Ela cumpre, através de sua crônica, o papel do jornalismo de marcador da vida que se esgota na sucessão de agoras (RÊGO, 2017). Todavia, volta e meia, sua narrativa alcança o lugar transformador e se lança como um lugar de memórias e histórias disputadas.

Nesse contexto e tomando como orientação a hermenêutica-filosófica, temos como objetivo compreender como as narrativas encontradas nas crônicas das profissionais acima citadas, Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho, refletem características do *ethos* jornalístico moderno.

A investigação foi realizada a partir da hermenêutica ricoeuriana (RICOEUR, 2010), para quem toda a narrativa expressa tanto uma forma de estar no mundo como também de entendê-lo; e, sendo a narrativa o que nos permite torná-lo inteligível, a partir de sua intrínseca ligação com a intriga que, de forma articulada, transforma o texto em narração e o dota de sentido; que guiamos o nosso problema analítico em relação ao objeto apresentado, a partir da seguinte inquietação:

- Em que medida as narrativas de Rachel de Queiroz e de Maria Judite de Carvalho nas crônicas publicadas nos veículos *O Cruzeiro* e *Diário de Lisboa*, respectivamente, revelam traços de apropriação de um *ethos* jornalístico moderno que tem sua base voltada para o campo informativo, embora elas se situassem fora do escopo da informação?

1.2 Objetivos

No que concerne aos objetivos, esta tese se propõe a compreender, através da interpretação das narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz na coluna “Última Página”, publicada em *O Cruzeiro*, e de Maria Judite de Carvalho na coluna “Rectângulos da Vida”, publicada no *Diário de Lisboa*, se e como o *ethos* jornalístico moderno, constituído no campo informativo, influenciou estas jornalistas/escritoras e/ou narradoras/cronistas, inspirando-as na configuração de seu tempo.

No mesmo esforço interpretativo, intenciona-se compreender, por meio da configuração das narrativas de Rachel de Queiroz e de Maria Judite de Carvalho, a potência jornalística que suas narrativas apresentam ou não.

É intuito compreender ainda, através das narrativas, como as jornalistas filtravam as temáticas que viriam a ser objeto de suas crônicas.

1.3 Hipóteses

A nossa hipótese principal é que o *ethos* jornalístico moderno, construído no campo informativo, atua diretamente na essência² dos sujeitos que se vinculam à instituição, mesmo quando operam no ambiente em que opinião, narração e informação se confundem e, até mesmo – e também –, quando estão ligados a outros campos. A nossa hipótese recai sobre a possibilidade tanto da apropriação dos valores do campo³ por parte das jornalistas/cronistas aqui estudadas como da relação dialética que as jornalistas mantêm com esses, preservando distanciamentos necessários a partir da subjetividade assumida, mas incorporando também características de interesse público e importância social, guiadas pela absorção dos valores-notícia que orientam os critérios de noticiabilidade. Nesse cenário é que as narrativas localizadas nas crônicas de Rachel de Queiroz passam, em nossa percepção inicial, a serem dotadas de valores e critérios jornalísticos tanto quanto e, às vezes bem mais, que as narrativas de Maria Judite de Carvalho.

Rachel de Queiroz mobilizou um conjunto de contextos distintos em cada narrativa veiculada por ela na revista *O Cruzeiro*, o que possibilitou manifestações de identidades narrativas distintas em suas crônicas jornalísticas. Nesse sentido, a narradora/cronista incorpora-se ao campo, adotando os valores de temporalidade e singularidade, pautados pelos valores-notícia, o que reverbera diretamente em suas narrativas que refletem no modo de ser do jornalismo moderno.

Maria Judite de Carvalho configurou seu tempo nas narrativas de sua coluna a partir dos movimentos da cotidianidade com poucas incursões pela singularidade jornalística. Deteve-se, portanto, na superficialidade do tempo vulgar, marcado pela

² Rêgo (2017)

³ Bourdieu (1998)

sucessão de agoras⁴, mas extrapolando esses limites, eventualmente, com alguma potência⁵. Assimilou o jornalismo do dia a dia pouco se afastando das temáticas comuns, todavia guardando com essa opção uma identificação com o público que deseja leituras mais leves. Desconfiamos assim que sua narrativa, embora apresente traços do jornalismo moderno, em alguns momentos, se volta mais para os temas comuns.

Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho se utilizaram de narrativas jornalísticas, não só como estratégia mercadológica de conquista de novos públicos leitores, mas como veículo de manifestação pessoal para os temas que consideravam relevantes no momento de sua vivência. Nesse sentido, as jornalistas/cronistas atuaram como *gatekeepers*, filtrando as temáticas de seu interesse e levando-as para o interesse do público a partir de seus olhares.

1.4 Justificativa

A revista *O Cruzeiro* entrou em minha vida ainda na graduação, quando estudei o fotojornalismo de José Medeiros naquele periódico. Posteriormente, durante os estudos de mestrado, me dediquei a investigar os gêneros jornalísticos na mesma revista, cobrindo todos os anos de sua atuação no mercado brasileiro.

Essa paixão me levou a adquirir um bom acervo de *O Cruzeiro* nos sebos do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que me proporcionou um observável constante e disponível para novas investidas investigativas. Foi por essa porta que Rachel de Queiroz entrou em minha pauta de interesses. Ao entrar em contato com a coluna “Última página” e com a vida da escritora/jornalista, percebi a riqueza e a potência da mulher transformadora e de sua narrativa, ao longo do século XX. Iniciei, então, uma viagem ao encontro de Rachel de Queiroz, o que, por sua vez, me conduziu a Maria de Judite de Carvalho, jornalista e escritora portuguesa, que também não passou despercebida em seu tempo. A ideia de investigar as narrativas das duas surgiu durante o doutorado, na Escola de Comunicação, Arte e Design - PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). A proposição final foi fechada durante o estágio de doutorado na Universidade Fernando Pessoa, na cidade do Porto, em Portugal, em 2017⁶.

⁴ Rêgo (2017)

⁵ Adotamos o conceito de potência do pensamento, conforme Agamben (2015).

⁶ O doutorado sanduíche, cuja permanência em Porto-Portugal compreendeu 04 (quatro) meses, foi realizado na Universidade Fernando Pessoa, sob orientação do professor pesquisador Dr. Jorge Pedro

A intenção primeira era analisar as narrativas das crônicas das duas jornalistas objetivando investigar o papel da mulher no jornalismo, ao longo do século XX. Essa intenção foi aos poucos sendo descartada para dar lugar a uma investigação que pudesse ajudar a compreender a essência do próprio jornalismo moderno e do poder e influência que seu modo de ser passou a ter na sociedade e nos profissionais que atuaram no campo.

Nesse contexto é que compreender a importância e a influência do jornalismo moderno nas sociedades tem sido um desafio de pesquisadores e teóricos ao longo de vários anos. Muitos são os caminhos trilhados e muitas são as correntes teóricas e as abordagens adotadas. Filiações funcionalistas contrastam com inspirações críticas e, nesse percurso, percebe-se que o grande poder do campo jornalístico está muito mais ancorado no mercado que construiu um determinado lugar de fala⁷, em que devem *teoricamente* reinar a imparcialidade e a objetividade da informação, do que nas hipóteses e teorias que buscam entender o campo.

Os espaços ocupados no jornalismo por textos que não se situam como informativos por excelência, ou seja, que não são notícias puras ou reportagens, matérias, notas curtas etc., ficam à margem da maioria das considerações teóricas do campo do jornalismo e são tomados, quase sempre, somente em sua forma. Todavia os espaços em que a informação e a narração são permeadas pela opinião e se recheiam de interpretação são bem mais comuns do que se supõe na textualidade jornalística; logo interpretar as narrativas ali situadas pode nos ajudar a compreender muito mais do que vem a ser o jornalismo, para além das conceituações teóricas vigentes.

Nesse sentido é que a pesquisa se justifica pela originalidade em investigar o *ethos* jornalístico moderno a partir do lugar em que se situa, não a informação teoricamente asséptica, imparcial e objetiva; mas o texto híbrido, em que narração e opinião se colocam intrinsecamente como partes de um texto que também é, em essência, informativo.

Duas colunas pessoais assinadas compõem o *locus* em que pretendemos escavar a essência do *ethos* jornalístico moderno, através das quais procuraremos compreender

Sousa. A escolha do co-orientador se deu pela importância no cenário acadêmico internacional que ele possui. Seu currículo conta com inúmeras publicações na área do jornalismo e história do jornalismo. Além disso, propicia-se um intercâmbio de conhecimento, tendo em vista que a circularidade, no Brasil, deste pesquisador, é intensa, tendo a possibilidade de, em um futuro próximo, desenvolverem-se projetos em comum.

⁷ Maingueneau (1997).

como duas escritoras/jornalistas atuaram e incorporaram os valores desse campo de atuação.

1.5 Processo de análise e interpretação

O processo analítico tem sua ancoragem na hermenêutica filosófica a partir da visada de Paul Ricoeur (1978; 1990; 2000a; 2000b; 2010; 2012), tendo ainda como suporte filosófico as proposições de Gadamer (2007; 2015) e Heidegger (2013; 2015), dentre outros.

Como veremos com maior aprofundamento no quarto capítulo, a nossa opção é pela hermenêutica filosófica que diverge da hermenêutica metodológica, que tem sido chamada para referendar uma racionalidade científica ao longo do último século. Essa opção significa que não adotaremos um método científico analítico, mas sim um modo de interpretação guiado pelo círculo hermenêutico de Ricoeur, em que as *mímesis* (prefiguração, configuração e refiguração), que serão detalhadas e mencionadas várias vezes ao longo da tese, orquestram o trabalho de tessitura da narrativa, objetivando construir, ao final, uma concordância discordante sobre a ação narrada.

Vale, portanto, lembrar que Gadamer (2015), considerado o articulador da hermenêutica filosófica, na esteira da fenomenologia de Heidegger, defende que a busca pela verdade não está restrita a processos científicos e metodológicos. A sua intenção é contestar o predomínio metodológico das ciências da natureza e sua adoção, inclusive, em muitos momentos, pelas ciências do espírito:

Esforçando-se para entender o universo da compreensão melhor do que parece possível sob o conceito de conhecimento da ciência moderna, a reflexão deverá encontrar um novo relacionamento com os conceitos que ela mesma utiliza. Deverá conscientizar-se de que sua própria compreensão e interpretação não são uma construção a partir de princípios, mas o aperfeiçoamento de um acontecimento que já vem de longe. Assim, os conceitos não poderão ser apropriados acriticamente, mas deverá adotar o que lhe foi legado do conteúdo significativo original de seus conceitos (GADAMER, 2015, p. 32-33).

O processo analítico será, por conseguinte, pautado na interpretação das narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho, a partir da circularidade hermenêutica de Ricoeur, que nos permite perceber as distintas

possibilidades através dos jogos entre compreensão e interpretação, tendo como motivação a resolução da intriga por meio da narrativa construída acerca das ações narradas em cada crônica.

A observação e posterior interpretação se dará a partir de 8 (oito) narrativas de cada jornalista/cronista, escolhidas de forma intencional, tendo como ponto de partida uma exploração de todo o universo disponível dos observáveis publicados no período escolhido para análise, sendo os motes indicadores da escolha indícios de absorção de características do *ethos* jornalístico moderno.

O período da análise se restringirá entre os anos 1968 e 1970, visto tratar-se de um tempo em que as duas jornalistas estiveram atuando concomitantemente.

Como detalharemos nos próximos capítulos, mas, sobretudo, no quarto, em que se encontra a análise, a interpretação levará em conta, de um lado, as características do jornalismo moderno, cuja imagem foi projetada pelo campo da informação, assim como considerará os contextos de prefiguração e configuração das narrativas e, ainda, sempre que possível, a identidade narrativa exposta nos textos.

1.6 Estrutura da tese

Esta tese de doutorado se apresenta em cinco capítulos, incluídas a introdução e a conclusão. O segundo capítulo possui caráter contextual e tem como objetivo situar as personagens e os *observáveis*⁸ em seu tempo e espaço, assim como apresentar informações sobre a trajetória de vida das jornalistas, cujas narrativas estamos analisando, a saber: Rachel de Queiroz, no ambiente brasileiro, e, Maria Judite de Carvalho, no ambiente português.

Nesse percurso, encontramos relevantes obras que nos guiaram para a compreensão do século XX e da situação da mulher no mercado de trabalho e no jornalismo, temos: Michelle Perrot (2016), Ana Carolina Temer e Marli dos Santos (2016), Pierre Bourdieu (2014), Paula Melani Rocha e Jorge Pedro Sousa (2011), Ana

⁸ *Observáveis* são objetos ou fenômenos que podem ser percebidos somente pelos sentidos humanos. Em contraposição, *inobserváveis* são fenômenos que não podemos perceber simplesmente a partir de nossos sentidos, tais como: elétrons, prótons. (POPPER, 1980, p. 129). Nesse caminho, os veículos de comunicação aqui analisados e as colunas neles publicadas se colocam como passíveis de observação por parte desta pesquisadora.

Cabrera (2011), Boris Fausto (2010), Claude Quet el (2009), Ana Maria Costa Lopes (2005), Eric Hobsbawm (2003), Gilles Lipovetsky (2000), Manuel Castells (1999), Joan Scott (1992), Juarez Bahia (1990a), Michel Foucault (1979), dentre outros.

Para o conhecimento sobre a vida e a obra de Rachel de Queiroz, al em da produ o da própria escritora (literária, jornalística e autobiográfica), outros trabalhos sobre ela nos inspiraram, como o livro de Cecília Cunha (2013) intitulado *Vivência Escrita: a crônica de Rachel de Queiroz em O Cruzeiro - anos 50*. As pesquisas das historiadoras Natália de Santana Guerellus (2015; 2011) e Rachel França dos Santos Ferreira (2015). E também os trabalhos biográficos realizados por Heloísa Buarque de Hollanda (2012; 2005; 2002), José Murilo de Carvalho (2010) e outros tantos. Procuramos ainda conhecer sua trajetória através dos registros jornalísticos e arquivos pessoais. Esse resgate foi possível porque buscamos por Rachel de Queiroz nos arquivos: da Academia Brasileira de Letras (ABL), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), da Associa o Brasileira de Imprensa (ABI), da Biblioteca Pública de Fortaleza (ABPF), da Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), dos Diários Associados (DA), da Funda o Casa de Rui Barbosa (FCRB) e do Instituto Moreira Salles (IMS).

O mesmo percurso de busca pelo conhecimento também foi desenvolvido para a compreensão da vida e da obra de Maria Judite de Carvalho. Nesta etapa, al em de nos guiarmos por toda a sua produ o, embasamo-nos na tese de doutorado de Olívia Rocha Freitas, *A melancolia nas crônicas de Maria Judite de Carvalho* (2011); na disserta o de Cristiane Ivo Leite Silva, *A incompletude e as personagens juditeanas: representa es literárias em Maria Judite de Carvalho* (2016), dentre outras obras. Também recorremos aos artigos de Ruth Navas (2010), Pedro Serra (2010), Fernando Correia e Carla Baptista (2005). Os arquivos foram outro ponto importante da nossa investiga o. Pesquisamos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP); Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP); Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa (BFLUL) e na Funda o Mário Soares (FMS).

O terceiro capítulo  , em essência, teórico-filosófico e procura situar o problema posto acima em um arcabouço teórico e filosófico que o justifique e, ao mesmo tempo, d  o suporte necessário para o processo interpretativo que se realiza adiante. Em um primeiro momento, trabalhamos a questão do *ethos* jornalístico moderno para em seguida nos dedicarmos aos caminhos da narrativa pela visada de Ricoeur (2010), considerando

que a linguagem e a narrativa possibilitadas por esta se constituem como o *locus* em que se manifesta o modo de ser do sujeito e/ou de um fenômeno. Por fim, neste capítulo trazemos um aporte teórico que procura situar a crônica enquanto possibilidade narrativa dentro do jornalismo.

Para o desenvolvimento de nosso aporte teórico-filosófico guiamo-nos principalmente pelas produções de Paul Ricoeur (2010, 2013a, 2013b, 2014). Mas recorreremos também a muitos outros autores, como: Ana Regina Rêgo (2014 a; 2014b), Antônio Hohlfeldt (2016; 2001), Aristóteles (2014)⁹, Santo Agostinho (2014)¹⁰, Marcos Soares (2014), Benjamin (2012), Otho Groth (2011), Jeanne Marie Gagnebin (2009), Joseph Pulitzer (2009), Nelson Traquina (2005), Jorge Pedro Sousa (2002).

A análise e interpretação das narrativas situam-se no quarto capítulo da tese, que se inicia com uma explanação aprofundada sobre a hermenêutica e a hermenêutica filosófica partindo de Gadamer (2015) e Heidegger (2015) para se chegar à circularidade interpretativa de Ricoeur (2010). Nesse capítulo, também são retomados aspectos do *ethos*. Os observáveis são descritos em sua trajetória histórica e contextualizados em seu tempo e a construção da amostra analítica encontra-se explanada de forma transparente. Em seguida, podemos localizar a interpretação de 8 crônicas de cada jornalista aqui estudada. Por fim, seguem-se as conclusões e as referências.

⁹ É importante saber que a obra de Aristóteles faz parte da filosofia clássica e foi construída no período clássico grego (384-322 a.C.).

¹⁰ A obra de Santo Agostinho é do início da Idade Média.

2. A mulher no século XX

O século XX foi um período marcado por inúmeros acontecimentos revolucionários¹¹, que trouxeram consigo mudanças extremas na vida da humanidade. Detentor de muitos rótulos, o século em pauta foi denominado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (2003) como “Era dos Extremos”. Para ele, o século foi breve e extremo, sua história foi construída sobre eventos catastróficos, incertezas e crises, relativizando uma esperança de mundo melhor que fora construída ao longo do século XIX. O sociólogo francês Eugène Enriquez (2006) trata-o como o *século das inquietudes*, do domínio do dinheiro, concordando assim com o pensamento de outro sociólogo, o alemão Georg Simmel (1973), que o define como o tempo da predominância da financeirização da vida. Já na concepção do filósofo Cornelius Castoriadis (1992), o século XX foi de aberturas, aquele em que ocorreu o triunfo da ciência. Seguindo os diversos sentidos daqueles anos, podemos acrescentar a esta lista, levando em consideração a vida de boa parte da população mundial, que ele também foi o século das mulheres, de suas lutas, conquistas, transformações e de grande notoriedade.

O século das mulheres foi paradoxal, pois, de um lado, com as mudanças socioeconômicas, como a industrialização crescente, foi palco das revoluções no campo das diferenças de gênero (homens x mulheres), com a inserção da mulher no mercado de trabalho, na vida pública-política, diminuindo as diferenças no espaço social e avançando na igualdade de direitos. Do outro, assistiu à avassaladora discriminação de sociedades machistas e patriarcalistas em relação às mulheres, seu lugar e papel social. A percepção das diferenças era inevitável. A igualdade, embora fosse um conceito em avanço, estava distante. As mulheres que trabalhavam e ganhavam menos que os homens tinham dupla jornada de trabalho e não podiam ter acesso à educação formal, além de não terem seus direitos legais como trabalhadoras. O século XX, no entanto, possibilita o desenvolvimento da mulher no mundo, na história, a luta em direção à emancipação e à libertação (PERROT, 2016).

¹¹ Entendemos *acontecimentos revolucionários* em seu sentido macro, tanto considerando as revoluções, revoltas, guerras, batalhas, lutas que tiveram tempo e lugar naquele século, como também no sentido revolução/transformação/tecnologia/informação que vieram para modificar as sociabilidades, promover a saúde, a educação etc., como as invenções tecnológicas, os avanços na medicina e a ida do homem à Lua, eventos que transformaram o mundo em geral.

Segundo Michelle Perrot (2016), o que ocorreu durante o século XX foi uma revolução silenciosa, pois as mulheres viviam “confinadas”, eram “[...] menos vistas no espaço público, [...] invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem. É garantia de cidade tranquila” (PERROT, 2016, p. 17). Assim, ela foi uma revolução silenciosa, porém intensa, pois trouxe a transformação da condição de vida das mulheres, trouxe consequências expressivas às esferas da vida familiar e da vida social e cultural dos povos, questionando suas tradições, seus modos e costumes.

A contextualização do século XX permite-nos compreender uma realidade similar, em termos políticos e em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho. Principalmente no jornalismo, podemos visualizar o cenário difícil em que nomes femininos da literatura e do jornalismo, como Rachel de Queiroz (brasileira) e Maria Judite de Carvalho (portuguesa), conseguiram se afirmar, tornando-se grandes referências, em suas épocas de atuação e nos dias atuais, através da memória dos seus legados. Além disso, compreender a trajetória da mulher no século XX é compreender a experiência de Rachel de Queiroz e de Maria Judite de Carvalho, mulheres que conseguiram se impor em um espaço masculino.

Nesse sentido, e diante da realidade posta, consideramos importante trazer, neste capítulo, “um breve século XX”, focando no trabalho da mulher no jornalismo, abordando o cenário brasileiro e o lusófono, verificando a situação da imprensa e a trajetória feminina nas redações para, assim, mostrar, com maior amplitude, o cenário em que Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho viveram e atuaram na cena jornalística e como essa condição, de visível inferioridade – considerando-se a quantidade de mulheres jornalistas, e não só a qualidade do trabalho –, afetou ou direcionou suas produções.

Este capítulo estrutura-se a partir da exploração do tempo e do ambiente das experiências estudadas, a saber: século XX e jornalismo. Posteriormente, nos dedicamos a expor informações sobre as duas personagens aqui pesquisadas e já mencionadas, Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho.

2.1 O século XX, a mulher e o jornalismo

[...] os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas
[...] (HOBSBAWM, 2003).

O mundo atravessou períodos de transformações profundas no século XX. Foi nessa época que foram potencializados ou configurados muitos dos processos presentes nos dias atuais, tais como a globalização, que proporcionou a interação entre povos e a aceleração do processo histórico. Porém esse processo de transformação do mundo não foi pacífico. Ocorreram grandes conflitos armados, duas grandes guerras foram travadas, envolvendo vários países. Com as guerras, vieram as armas de destruição em massa, como as armas químicas, biológicas e nucleares, que puseram em risco a própria existência da humanidade. Segundo Vizentini (2007, p. 7), foi “[...] o século da violência e dos totalitarismos, dos desafios comunistas ou ainda o século americano [...]”¹², que se encerrou “[...] sem que os especialistas e o público consigam pensá-lo com certa isenção”. Essa colocação de Vizentini (2007), de certo, é natural diante dos acontecimentos impactantes que mudaram os rumos da humanidade e, em sua complexidade, trouxeram o progresso tecnológico, biológico, comunicacional e das ciências, em geral, impactando diretamente a evolução social. O mundo tornou-se pequeno aos olhos da humanidade.

O século XX foi, portanto, o tempo das revoluções, das guerras e, conseqüentemente, das transformações tecnológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais. Nesse tempo, também ocorreram as principais mudanças para a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, uma realidade que atingiu não apenas a classe operária, mas a maioria dos setores das sociedades industrializadas. Como coloca Hobsbawm (2003, p. 304) “[...] o fato de a mulher ter entrado no mercado de trabalho não era, claro, novo. A partir do fim século XIX, o trabalho em escritórios, lojas e certos tipos de serviços, por exemplo, centrais de telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado [...]”. O que era novo, portanto, era o aumento da participação da mulher em grande escala no setor terciário, considerada “[...] uma das tendências mais impressionantes do século XX” (HOBSBAWM, 2003, p. 304).

¹² *Século americano* porque os Estados Unidos da América cresciam como forte candidato à liderança mundial.

Nesse período, principalmente a partir dos anos de 1960, as mulheres começaram a ter maior participação no ensino superior, visto como principal meio de acesso às profissões liberais. Porém “[...] mesmo em 1960, em parte nenhuma da Europa e da América elas eram metade dos estudantes[...]” (HOBSBAWM, 2003, p. 305). Somente em meados dos anos 1980 “[...] metade ou mais da metade dos estudantes eram mulheres nos EUA, Canadá e seis países socialistas encabeçados pela Alemanha Ocidental e a Bulgária e, em apenas quatro países europeus elas constituíam então menos de 40% (Grécia, Suíça, Turquia e Reino Unido)” (HOBSBAWM, 2003, p. 305).

Com a entrada significativa da mulher no mercado de trabalho e a expansão da educação superior, veio o

[...] reflorescimento do feminismo. Embora esses movimentos pertencessem, essencialmente, ao ambiente de classe média educada, é provável que na década de 1970, e sobretudo na de 1980, uma forma política e ideologicamente menos específica de consciência feminina se espalhe entre as massas do sexo (que as ideólogas agora insistiam que devia chamar-se gênero), muito além de qualquer coisa alcançada pela primeira onda de feminismo. Na verdade, as mulheres como um grupo tornavam-se agora uma força política importante, como não eram antes (HOBSBAWM, 2003, p. 306).

Os movimentos das mulheres vieram acompanhando as mudanças do século. A nova consciência de feminilidade levou às mudanças do papel da mulher na economia e na vida social. Uma revolução social, de certo, que, embora sofrida e de longo prazo, trouxe sinais significativos de mudanças, principalmente sobre as “[...] expectativas das mulheres sobre elas mesmas, e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade” (HOBSBAWM, 2003, p. 307). Elas começaram a ganhar espaço na política, chefiando Estados e governos. Podemos citar os exemplos de Indira Gandhi (Índia, 1966-1984), Benazir Bhutto (Paquistão, 1988-1990/1994), Isabel Péron (Argentina, 1974-1976), dentre outras. O mundo político estava mudando, porém, em alguns países, mesmo os mais desenvolvidos, ainda sobrevivia o conceito de que as mulheres eram apenas “[...] formas de representação simbólica ou figurativa em corpos públicos” (HOBSBAWM, 2003, p. 307). Ou seja, mesmo tendo batalhado por seus espaços, as mulheres ficaram sujeitas à forte “tradição histórica”, na qual as definições de espaços públicos foram determinadas como de domínio masculino e às mulheres cabia a participação em nível secundário, vistas pelos detentores de poder (autoridades políticas ou intelectuais) como incompatíveis com a vida pública. Uma realidade que mostra a batalha das mulheres pela

igualdade na cena pública, no mercado de trabalho e na obtenção de direitos. As transformações do papel da mulher trouxeram pontos cruciais que afetaram a revolução cultural do século XX, no que tange principalmente às relações da família tradicional e dos trabalhos domésticos, mudando este cenário aos poucos durante o século XX. Porém a batalha pela *igualdade* perdura até os dias atuais, no século XXI, embora, de outra forma, em uma nova realidade, as mulheres ainda se encontrem como coadjuvantes em diversas áreas profissionais¹³.

Esse papel secundário da mulher no contexto hierárquico fez com que Lipovetsky (2000) refletisse, no seu livro *A terceira mulher* (2000) sobre três momentos da evolução feminina, mostrando, a partir deles, ou das classificações – *primeira, segunda e terceira mulher* –, as transformações vivenciadas por estas, ao longo da história da humanidade, levando-nos a refletir sobre o lugar das mulher na sociedade, um lugar que “[...] não é pré-ordenado, orquestrado de ponta a ponta pela ordem social e natural” (LIPOVETSKY, 2000, p. 12).

A *primeira mulher* permaneceu durante grande parte da história da humanidade esquecida, pois era depreciada, desvalorizada, inferiorizada em relação aos homens. Para eles, “[...] a glória imortal, as honras públicas, o monopólio da plenitude social. Às mulheres a sombra e o esquecimento conhecidos aos sujeitos inferiores” (LIPOVETSKY, 2000, p. 234). Existia, a princípio, a visão do lado obscuro da mulher e, apesar de serem desprezadas, elas eram vistas como seres poderosos. Sua compreensão não atingia a lógica masculina. Por essa razão, eram postas em regime de subalternidade, vistas como secundárias, porém, temidas. Surge o mito da mulher como o grande mal diabólico. Distanciada do círculo social, considerada danosa, um ser “[...] enganador e silencioso, inconstante e ignorante, invejoso e perigoso” (LIPOVETSKY, 2000, p. 234).

Na segunda metade da Idade Média, surge a *segunda mulher* ou a “mulher enaltecida”, que passa a ser considerada um ser puro e inspirador, essencial à conquista dos homens. É a era do “[...] culto da Dama amada e suas perfeições” (LIPOVETSKY, 2000, p. 235). Esta mulher, que passou a ser admirada e venerada, trouxe consigo um novo *status* social, de esposa-mãe-educadora. Seus poderes são inofensivos, totalmente aptos para dedicação à família e ao lar. Para ela “[...] são negados a independência econômica e intelectual” (LIPOVETSKY, 2000, p. 237, sic). Percebemos, nesse segundo

¹³ Essa discussão diretamente com a atualidade não é foco desta pesquisa, porém, achamos importante ressaltar levando em consideração o momento de produção da tese.

momento, outra forma de controle em relação à mulher, pois passou a ser controlada pelo poder do pai, dos irmãos ou do marido.

Considerando as duas formas de representação da mulher, tanto a *primeira* quanto a *segunda* eram subordinadas aos homens. A *terceira mulher*, no entanto, rompe essa estrutura construída ao longo dos tempos, passa a ser sujeita de si e encerra com o silêncio. É “[...] um novo modelo que comanda o lugar e o destino social feminino. Novo modelo que se caracteriza por sua autonomização em relação à influência tradicional exercida pelos homens sobre as definições e significações imaginário-sociais da mulher” LIPOVETSKY, 2000, p. 236). Ela adquire sua independência financeira e tem acesso às esferas públicas e privadas. Contudo, para este autor, essa mulher ainda é uma mulher “indeterminada” pois continua ligada aos preceitos da sociedade tradicional, vivendo o processo e transição entre o novo e o antigo.

A *terceira mulher* surge no século XX, conquistando espaços antes de domínio masculino. Da criação de uma tecnologia de ponta à de uma obra literária, estavam lá presentes, compartilhando os mesmos receios da contemporaneidade que os homens, embora não na mesma proporção e espaço, como já enfatizado.

Na imprensa, no campo jornalístico, não foi diferente. Mesmo caminhando por um lugar de domínio masculino, as mulheres foram aos poucos se inserindo a partir dos séculos imediatamente anteriores ao século XX; inicialmente, com textos mais leves e romanceados, depois voltados à moda e às demandas do lar. Em seguida, veio a imprensa alternativa, possibilitando o debate feminino em torno dos direitos humanos e assim foram se reconfigurando e assumindo novos espaços e papéis. O caminho traçado mostrou a ousadia e a resistência das mulheres no processo de inserção, gradual, na esfera pública.

A primeira imprensa feminina especializada foi a de moda, que teve início ainda no século XVIII e, em sua maioria, era escrita por homens. A adesão das mulheres, como supra comentado, aconteceu pouco a pouco. A partir do século XIX, as mulheres, não apenas se infiltraram, como se apoderaram da imprensa voltada à moda. Isso ocorreu com o *Journal des demoiselles*, uma publicação que, segundo Perrot (2016), era “[...] mensal, composta, escrita e mesmo parcialmente financiada por mulheres. Ecléticas, as rubricas vão da moda às receitas de cozinha, das narrativas de viagem ilustradas com gravuras imaginativas, às biografias de mulheres “ilustres” (PERROT, 2016, p. 33). Findando o século XIX e iniciando o século XX, as revistas femininas e as revistas ilustradas gerais

ganham destaque e as mulheres se aproveitam desses espaços para desenvolver o processo emancipatório. Por exemplo, “Marcelle Auclair, em *Marie Claire*, responde de maneira bastante liberal ao *correio sentimental* e defende o direito à contracepção, dando a esse respeito os primeiros conselhos. Aí está a ambiguidade da imprensa feminina, presa de imagens e de condutas” (PERROT, 2016, p. 34, grifo nosso). Ao mesmo tempo, destacam-se também no meio impresso as *primeiras jornalistas*, com concepções políticas e críticas ao poder. As feministas, inclusive, já possuíam o conhecimento do poder do papel da imprensa na opinião pública e, assim, utilizaram-se da tribuna, não só para trazer conteúdos, como também para formar uma rede de leitoras engajadas.

O jornal, assim como a literatura, “[...] faz parte das formas de expressão da mulher [no mundo]. Ao mesmo tempo, as mulheres ganham acesso a uma profissão que antes era exclusivamente masculina: o jornalismo” (PERROT, 2016, p. 35). No início do século XX, nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres repórteres utilizavam-se de disfarces para investigar e realizar suas reportagens, eram as *stunt girls*. Segundo Temer e Santos (2016, p. 2), “[...] a estratégia era assumir outra identidade, outro personagem e, sob o disfarce, observar e vivenciar situações, fontes, obter documentos e informações que jamais conseguiriam se assumissem ser repórteres [...]”. Para as autoras, essa estratégia foi o “embrião do jornalismo investigativo”. Foi essa utilização de disfarces que “[...] garantiu a evidência às mulheres nas redações em um espaço profissional majoritariamente masculino. Nos EUA, as mulheres representavam pouco mais de 2% dos jornalistas atuantes em 1880” (TEMER; SANTOS, 2016, p. 2-3). O aparecimento da mulher, na imprensa, e de uma imprensa feminina trouxe impactos relevantes no processo da conquista dos direitos sociais e do espaço no mercado de trabalho.

Na Europa, no período entre guerras (1ª e 2ª Guerra Mundial), existiram mulheres que aceitaram trabalhar com a reportagem¹⁴ como, por exemplo, a jornalista francesa Andrée Viollis, que durante as décadas de 1920 e 1930, como repórter correspondente internacional do jornal *Le Petit Parisien*, realizou a cobertura de conflitos, como a guerra

¹⁴ “A reportagem é o relato ampliado de acontecimentos que produziu impacto no organismo social (desdobramento, antecedentes ou ingredientes noticiosos). Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o *modo*, o *lugar* e o *tempo*, além da captação das *versões dos agentes*. (MARQUES DE MELO, 2010a, não paginado, grifo nosso). Ou seja, “A reportagem se preocupa com a apuração de diferentes visões de um mesmo acontecimento. Os grandes jornalistas se sobressaem via reportagem, quando podem narrar uma grande história de acordo com diferentes perspectivas e sua própria percepção” (MOURA, 2011, p. 157).

civil no Afeganistão, o movimento anticolonial para a independência da Índia, a ascensão do fascismo no Japão, dentre outros. Outra jornalista de destaque foi Clare Hollingworth, contratada pelo jornal britânico *Daily Telegraph* que teve, em agosto de 1939, sua primeira missão: investigar a situação na Polônia. Em seguida, conseguiu o “furo do século”, ao ser a primeira jornalista a anunciar o início da Segunda Guerra Mundial, e depois realizou a cobertura da guerra em diversos locais, incluindo o Egito, onde o governo inglês tinha proibido mulheres (PERROT, 2016).

Quando trazemos a realidade das mulheres para o mundo jornalístico, deparamo-nos com as dimensões comparativas do próprio jornalismo, sobretudo, as influências advindas do século XIX para o século XX, onde encontramos as diferenças e os pontos em comum do jornalismo nas diversas partes do mundo. Em Portugal, por exemplo, inicialmente, houve um jornalismo semelhante ao jornalismo francês, no qual não existia uma exata separação entre a forma jornalística e a literária. Na França, no final do século XIX, não existiam as convenções do jornalismo de edição. Diferenciar comentário e relato de fatos não era uma demanda. O mais importante eram os discursos morais sobre a política. Em Portugal, as práticas jornalísticas se assemelhavam às francesas, embora houvesse diferenças políticas entre ambos. Em outros locais, o jornalismo se configurou de forma diferente, mais objetiva e seguindo padrões de redação, como nos Estados Unidos da América, por exemplo (CHAPMAN, 2005).

Nesse período de definições do jornalismo, a partir da imprensa oitocentista, podemos perceber o início da participação das mulheres nas publicações periódicas. Alguns estudos, como o de Ana Maria Lopes (2005), mostram-nos a existência do percurso das mulheres na imprensa do século XIX, que vão de repórteres a proprietárias de jornais. A participação feminina nos veículos de comunicação impressos, em Portugal, ocorreu de forma diversa e descontínua, com muitas lacunas, principalmente por ser um país em que os homens possuíam o domínio das empresas de comunicação. De acordo com Lopes (2005, p. 604),

[...] apesar de algumas mulheres colaborarem desde 1812 na imprensa masculina, só começam a aparecer regularmente nos periódicos femininos a partir de 1836. Entre 50 e 70, fazem-nos com constância e inteligentemente, e por vezes de forma ostensiva e desabrida. Cresce então a sua combatividade pública, para logo se silenciarem entre 70 e 80. Retomam gradualmente a sua atividade na década de 80 e a sua importância com alguns textos capitais.

Foi assim o início do processo de inserção da mulher no jornalismo. Como em Portugal, no Brasil a mulher também enfrentou essa descontinuidade. Percebemos que batalhar por um espaço profissional – a exemplo do que foi posto anteriormente sobre a participação feminina no mercado de trabalho e na vida pública –, diante de um mundo construído pela *dominação masculina*, é uma luta constante de todas as mulheres e de fato em todos os campos profissionais (jornalismo, literatura, medicina etc.) (BOURDIEU, 2014). Mas não podemos deixar de constatar que a imprensa periódica teve uma participação relevante para a mudança da situação da mulher no mundo. Pois é a imprensa “[...] espaço de visibilidade pública, que faculta a projeção do pensamento e a manifestação da sensibilidade de muitas mulheres” (LOPES, 2009, p. 42-43).

No início do século XX, a partir do ano de 1906, começou a expansão das reflexões sobre o feminismo nos jornais. Em Portugal, as mulheres adotaram a temática como parte do conteúdo dos periódicos. De acordo com Maria João Silveirinha (2012), os diários *O Mundo* e *Vanguarda* trouxeram colunas fixas dedicadas às mulheres. “Os textos dedicados ao feminismo, pelo “Jornal da Mulher”, secção iniciada em 1906, no periódico *O Mundo* [...] permitem compreender o que reivindicavam as feministas portuguesas e o que se passava no final da Monarquia” (SILVEIRINHA, 2012, p. 170, grifo nosso).

A fase de crescimento do jornalismo, naquele país, teve uma interrupção em 1926. Principalmente para as mulheres o espaço ficou ainda mais restrito. Conforme Jorge Pedro Sousa e Paula Melani Rocha (2011),

[...] o crescimento da imprensa foi interrompido em 1926 com o decreto 12.008 de 29 de julho, que instaurou a censura no país. Para alguns estudiosos, a data oficial foi 1933, durante o regime do Estado Novo, que oficializou a censura por meio da Constituição Salazarista. A partir desses marcos, a censura exerceu papel dominante na prática do jornalismo. Criou-se o Sindicato Nacional dos Jornalistas, que era mais um órgão oficial do governo do que uma entidade representativa da categoria. Durante o Estado Novo, 1933-1974, ele foi a única organização reconhecida para representar os jornalistas, emitindo títulos profissionais. O sindicato, por meio do Estatuto de 1934, impossibilitou que o jornalismo usufruísse de liberdade de imprensa e que o jornalista desfrutasse de autonomia. A própria carteira de identidade de jornalista poderia ser apreendida por qualquer agente do governo se fosse utilizada de forma “inadequada” (SOUSA; ROCHA, 2011, p. 9).

A imprensa portuguesa passou por um período crítico e de grande falta de liberdade de expressão que a condicionou a um ritmo *lento* cerceado pela censura, e só teve fim em 25 de abril de 1974, quando finalizaram-se os tempos de ditadura.

O dia 25 de abril de 1974 foi, também, um marco na trajetória do mercado de trabalho em jornalismo português. Os veículos de comunicação impressos e estatais entraram em crise, sem conseguirem se modernizar devido às estruturas burocráticas e aos poucos investimentos com publicidade. O país tinha uma baixa taxa de alfabetização, a publicidade do Estado era direcionada aos veículos audiovisuais estatais. Não havia canais privados de televisão. No fim dos anos 80 inicia-se uma nova fase da mídia impulsionada pela desestatização e privatização da imprensa. Sugiram novos impressos, canais de rádio, principalmente locais, e também de televisão (SOUSA; ROCHA, 2011, p. 9).

Sousa e Rocha (2011, p. 11), ao destacarem a importância do ano de 1974, também apontam que antes, “[...] entre 1950 e 1970, era baixo o número de mulheres que ingressavam no jornalismo, em média uma ou duas por ano. O processo de feminização da carreira foi gradual, acentuando-se após 25 de abril de 1974”. Diante disso, podemos não apenas perceber o conflitante desenvolvimento do jornalismo em Portugal, mas o processo lento e dificultoso da entrada das mulheres no mercado jornalístico do século XX, graças a este cenário de censura, em que poucas mulheres arriscaram a se deslocar da vida privada para a pública. Algumas escondiam-se atrás de pseudônimos. Outras tiveram de esperar a passagem do tempo para poder serem aceitas na profissão. Mas uma questão é fato: as mulheres viram, no jornalismo, uma forma de trabalho, de sustento, de vida pública, além de um espaço que lhes permitia exprimirem suas visões de mundo.

Mesmo que a grande transformação tenha ocorrido somente a partir de 1974, no final dos anos de 1950 aos de 1960 o campo midiático já passava por processos de mudanças relevantes, como a

[...] criação do vespertino *Diário Ilustrado*, em 1956, início das emissões da RTP [Rádio e Televisão de Portugal], em 1957, aparecimento de novos empresários abertos à modernização (Ruella Ramos no *Diário de Lisboa*, Francisco Pinto Balsemão no *Diário Popular*) no início da década de 1960, refundação de *A Capital*, em 1968 e criação do *Expresso*, em 1973 (CORREIA; BAPTISTA, 2005, p. 1195, grifo nosso).

A transformação no cenário comunicacional português trouxe, também, principalmente por parte dos jornais citados (*Diário de Lisboa* e *Diário Popular*) uma nova composição social nas redações dos impressos, que passaram a contratar “[...] jovens com licenciatura ou frequência universitária”, além de aumentar “[...] ainda que de forma lenta e limitada, o número de mulheres” (CORREIA; BAPTISTA, 2005, p. 1196). É nesse contexto que as mulheres começam a entrar nas redações dos *jornais generalistas*. Antes, eram pontuais as que participaram da imprensa, como Virginia Sofia Guerra Quaresma (1882-1973) que, em 1911, “[...] foi a primeira mulher jornalista profissional num diário, *A Capital*” (TAVARES, 2008, p. 207, grifo nosso). Quaresma, além de jornalista, foi em 1903 uma das primeiras mulheres a licenciar-se em letras e se tornou líder do movimento feminista da primeira fase do movimento, em Portugal. Outra que merece reconhecimento dos primeiros tempos é Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas (1893-1983), mais conhecida por Maria Lamas: escritora, jornalista, tradutora e ativista do movimento feminino, iniciou sua carreira nas redações nos 1920 e foi grande colaboradora da revista *Modas e Bordados*, que dirigiu até 1947 (TAVARES, 2008).

Das mulheres que ingressaram no jornalismo na leva das mudanças, durante os anos de 1960 e 1970, podemos destacar Maria Antónia Palla (1933-) que, embora tenha obtido o licenciamento em Ciências-histórico-filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa, enveredou-se pela carreira jornalística. Em 1968, com mais duas colegas jornalistas, Margarida Silva Dias e Maria Armanda Passos, constituiu o primeiro grupo de mulheres ao ser admitida por concurso na redação do *Diário Popular* (1942-1991). Depois de um tempo, saiu desse jornal e foi produzir reportagens para o suplemento “Século Ilustrado”, do jornal diário matutino *O Século* (1880-1978). Outras jornalistas destacavam-se nos suplementos orientados para a temática feminina, como “[...] Antónia de Sousa, responsável pelo suplemento — “Presença da Mulher” do jornal *República* e Helena Neves, responsável pelo mesmo suplemento a partir de maio de 1973”. No *Diário de Lisboa* (1921-1990), havia as jornalistas e escritoras “Isabel da Nóbrega, Isabel de Castro, Gina de Freitas, Regina Louro e Maria Judite de Carvalho [...] assim como Leonor Martinho de Simões que com os seus artigos confere ao Diário de Lisboa-Mulher uma outra dimensão no tratamento das temáticas” (TAVARES, 2008, p. 208).

Maria Judite de Carvalho¹⁵ foi uma das poucas mulheres jornalistas, no cenário português do século XX, que se destacou principalmente por sua coluna “Rectângulos da Vida”, no *Diário de Lisboa*, com crônicas jornalísticas que retratavam as mudanças do mundo, as vivências do cotidiano, a vida do outro por uma perspectiva realista, mas, ao mesmo tempo, “melancólica”. Foi uma mulher que transitou por vários cenários – jornalismo, literatura e pintura – e que, ao mesmo tempo, colaborou com muitos jornais e revistas, além do *Diário de Lisboa*. A exemplo de Maria Judite de Carvalho, as poucas mulheres que conseguiram seu espaço na imprensa ocuparam mais de uma função e colaboraram com mais de um jornal ou revista. Essa era uma realidade que perdurou por muito tempo: poucas mulheres no mercado de trabalho.

O crescimento da presença das mulheres nas redações aumentou aos poucos, nos principais jornais, a partir dos anos 1970. O jornal *A Capital* (1968-2005) contribuiu consideravelmente para esse crescimento, pois tinha, em 1974, dez mulheres na redação, de uma totalidade de 26 (vinte e seis) jornalistas. Contudo, ainda era baixo o número de mulheres que ingressavam nessa profissão comparado aos homens que a exerciam. Por isso, de acordo com Rocha e Sousa (2011, p. 11), “[...] o processo de feminização da carreira foi gradual [...] Em 1987, mais de 60% das profissionais mulheres atuavam na carreira há menos de 10 anos”.

O universo jornalístico português era muito fechado. As oportunidades não eram as melhores, principalmente para as mulheres que, apesar do avanço do século XX e apesar da

[...] expressiva presença feminina nas redações os dados não revelam uma realidade muito otimista quanto à igualdade no desempenho de cargos de chefia e direção. No entanto, essa realidade não intimidou as mulheres na procura pelo saber. Anualmente, saem das universidades portuguesas 100 licenciados, sendo que 65 deles são mulheres (ROCHA; SOUSA, 2011, p. 12).

Nos países da América Latina, a imprensa surgiu e desenvolveu-se em paralelo ao desenvolvimento das nações. No Brasil, por exemplo, a imprensa chegou com a vinda dos portugueses, de forma sistemática, em 1808, quando, não apenas começou a circular

¹⁵ Maria Judite de Carvalho e sua coluna “Rectângulos da Vida”, no jornal *Diário de Lisboa*, são objeto de pesquisa desta tese. Por isso, teremos mais informações sobre esta escritora e jornalista ainda neste capítulo e, posteriormente sobre o jornal e a coluna em pauta, em outra parte da tese.

o primeiro jornal de língua portuguesa, o *Correio Braziliense* (1808-1822), como surgiu o primeiro jornal oficial impresso no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822). Comparado aos países europeus, que já possuíam uma imprensa consolidada junto à população, podemos dizer que a imprensa neste país latino-americano chegou tardiamente (BAHIA, 1990). Daí a participação das mulheres nos impressos, embora timidamente, também teve seus primeiros passos apenas no século XIX, porém anos depois do início dos primeiros jornais.

Nos anos de 1820, surgiram, na imprensa, manifestos coletivos (de caráter sócio-político) assinados por mulheres, em várias regiões do Brasil, como Rio de Janeiro e Paraíba. Porém o primeiro periódico feminino de que se tem conhecimento surgiu em 1827, tratando de assuntos que iam de moda à política. Era *O Espelho Diamantino* (1827-1828) (MOREL; BARROS, 2003).

Figura 1- *O Espelho Diamantino*



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (1828).

Essa publicação levantava debates sobre o papel da mulher no Brasil, recém-independente. Aos poucos, foram aparecendo outras publicações, como *O Espelho das Brasileiras*, em 1831; *O Correio das modas*, em 1839; o *Jornal das Senhoras*, em 1852; e *O Sexo Feminino*, em 1875. Porém, como as condições de vida das mulheres no século XIX não eram as melhores, acabou-se por impossibilitar que uma imprensa feminina tomasse realmente forma, além de dificultar a inserção das mulheres no meio jornalístico generalista (MARTINS; DE LUCA, 2008). Poucas foram as que se destacaram neste cenário dificultoso. Dentre elas, podemos trazer o nome de Maria Firmina dos Reis (1825-1917), que foi uma escritora, musicista, professora e jornalista maranhense que defendeu

a abolição através nas páginas dos jornais e, em seu primeiro romance, *Úrsula* (1859). O romance de Maria Firmina dos Reis tem um importante papel na inserção da mulher no mundo da escrita, pois quebra “[..] as representações do negro e mulher na literatura brasileira do século XIX, a autora do romance torna-se a precursora da mulher na literatura negra. [...]. Sua narrativa traz reflexões sobre a questão escravocrata e da mulher” (ROCHA; RANGEL, 2014).

As dificuldades existiam, mas as mulheres iam se tornando notórias, tanto que, segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 346), o *Jornal do Brasil* (1891) resolveu tornar-se o pioneiro em apresentar no ano de “[...]1893, a primeira seção feminina da imprensa brasileira, a cargo de Clotilde Doyle”. Depois, com a chegada do século XX, a participação feminina nos periódicos foi aumentando. Nas primeiras décadas do século XX, já existiam jornais que tinham mulheres como colaboradoras. Podemos destacar os jornais alternativos *A Lanterna* (1901-1935) e *A Plebe* (1917-1951): ambos possuíam uma linha editorial anarquista e contaram com a colaboração da professora Maria Lacerda de Moura (1887-1945). A educadora defendia uma postura libertária para as mulheres e lutava pela alfabetização da população. No ano de 1923, lançou a revista *Renascença*, na qual colocou suas lutas e pensamentos para o público brasileiro (MIRANDA, 2006). A imprensa tornava-se cada vez mais atrativa às mulheres. A profissão de jornalista chamava atenção, pois correspondia aos anseios de uma intervenção social e de uma participação política. Segundo Abreu e Rocha,

O desejo de participação política parece ter sido o motivo pelo qual muitas mulheres escolheram o jornalismo, o que não exclui a motivação do saber ou gostar de escrever e ler. A imprensa era, para muitos jovens, um caminho para divulgar suas posições ideológicas, uma forma de exercer um engajamento político (ABREU; ROCHA, 2006, p. 10).

Foi com essas motivações sociais e políticas que Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985), mais conhecida como Cora Coralina, criou, no ano de 1907, em Goiás, com mais três jovens, o jornal *A Rosa*, no qual lutavam contra os preconceitos de toda ordem que alicerçavam a sociedade tradicional. Embora tenha criado um jornal, a sua grande luta por espaço foi em outro ambiente de dominação masculina, a literatura. Foi na escrita literária que se encontrou e, mesmo diante dos preconceitos, desenvolveu uma rica obra literária. Publicou em 1965 seu primeiro livro, *Poemas dos becos de Goiás*

(COELHO, 2002). Era recorrente a transição de mulheres que viviam entre o jornalismo e a literatura.

O início do novo século foi também o tempo das revistas direcionadas às mulheres, por exemplo, a revista *A Cigarra*, que chegou ao mercado em 1914, com uma produção quinzenal e alcançou uma

[...] popularidade durante o início do século XX, uma vez que reflete, com relativa fidedignidade, o comportamento da época. Para tanto, lança mão de fotografias, ilustrações, jogos e textos assinados por escritores como José Oswald de Sousa Andrade, José Renato Monteiro Lobato (o precursor da literatura infantil no Brasil), e, novamente, Olavo Bilac. As mulheres aparecem nas capas e são contempladas em seções, como *Vida Doméstica*, que veicula notícias sobre bailes, saraus e espetáculos da cidade. Em 1934, passa às mãos do proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, e sai de circulação, em 1948 (MOURA, 2011, p. 90).

Em 1928, surgiu a revista *O Cruzeiro*, do jornalista Assis Chateaubriand, uma revista dirigida ao público geral (homens e mulheres), que tratou de assuntos variados (política, economia, esportes, colunismo etc.), inovou na fotorreportagem e manteve diversos espaços direcionados à mulher. Ocorre que alguns desses espaços eram de cunho “educacional”, voltado às normas e condutas do papel da mulher na sociedade, como boa esposa e boa mãe, a conhecida educação do lar, que só reforçou a cultura machista e paternalista existente no país. Em contrapartida, tinha em sua equipe, a partir de 1945 (outro tempo e perspectiva) Rachel de Queiroz¹⁶, com a coluna “Última Página” (1945-1975), que trazia assuntos recorrentes de interesse público, político, econômico e social. Defendia o direito do nordestino, da mulher e seu papel na sociedade. Deste modo, a revista inovou e fez parte, no cenário nacional brasileiro, da própria construção da história do país (MOURA, 2011).

Foi a partir de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, que, assim como Rachel de Queiroz, outras mulheres passaram a assumir papel de destaque no jornalismo, criando um cenário que evidencia o fato de que a participação feminina no jornalismo não foi um movimento isolado. Ao contrário, está inserido no contexto das transformações mundiais

¹⁶ Rachel de Queiroz e sua coluna “Última Página” na revista *O Cruzeiro* são objetos de pesquisa nesta tese. Assim, nos capítulos posteriores teremos mais informações sobre esta escritora e jornalista, bem como sobre a revista e a coluna em pauta.

e na história da introdução da mulher no mercado de trabalho, uma luta que ganhou consistência e espaço ao longo do século XX.

O jornalismo foi se profissionalizando, e a procura pela profissão só aumentou. A necessidade de se ter uma formação foi surgindo e, em 1947, nasce a primeira faculdade de jornalismo, a Cásper Líbero, em São Paulo. Com o surgimento do curso de Jornalismo, e após o Decreto-lei 972/69¹⁷, de 17 de outubro de 1969, que regulamentou a profissão e passou a exigir o diploma em Jornalismo para o exercício da profissão, ocorreu um aumento considerável das mulheres nas redações de jornais e revistas (ABREU; ROCHA, 2006). A profissão de jornalista representou, assim, para o grupo feminino, a emancipação pela educação, pelo saber e pelo trabalho. Contudo, a profissão não trouxe uma certeza de igualdade no espaço público entre mulheres e homens. Sua entrada no mercado de trabalho não foi de forma igualitária, principalmente em se tratando de salários. Para Bourdieu (2014, p. 129),

A melhor prova das incertezas do estatuto atribuído as mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas têm sempre remuneração mais baixa que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo igual, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho em horário parcial – o que tem outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreiras.

Ao longo dos anos, várias barreiras tiveram que ser quebradas, e essa luta pela igualdade de direitos é algo que perdura para além do século XX. Mas uma coisa é fato, a barreira que existia antes para que as mulheres atuassem nos jornais vem sendo vencida.

Nesse trajeto para a introdução da mulher na imprensa brasileira, não podemos deixar de destacar a relevante importância que tiveram aquelas que transitaram entre a literatura e o jornalismo, destacando-se em ambos os espaços. Este é o caso de Clarice Lispector (1920-1977), considerada uma das principais escritoras do século XX. Escreveu muitos romances, dentre eles *A maçã no escuro* (1961) e *A paixão segundo G. H.* (1964). Escreveu também a novela *A hora da estrela* (1977) e criou vários contos e crônicas, bem como livros voltados à literatura infantil. No jornalismo, atuou como cronista no jornal *Correio da Manhã* (1901-1974) do Rio de Janeiro, durante o período de 1959 a 1961, sob

¹⁷ Para ler o decreto, basta acessar o link disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10972.htm.

o pseudônimo de Helen Palmer, trazendo ao público uma leitura crítica do mundo, principalmente sobre o universo feminino (FERREIRA, 2015). Outra que podemos destacar é Cecília Meireles (1901-1964), considerada uma das maiores poetisas da língua portuguesa. Foi escritora, educadora e jornalista. Iniciou sua carreira no jornalismo, em 1930, e manteve-se na profissão até sua morte. No *Diário de Notícias* (1930-1979), ficou de 1930 a 1933, como diretora da página de educação, além de ser responsável pela coluna denominada “Comentários”, na qual trazia crônicas de cunho jornalístico voltadas à educação e aos problemas em torno da temática no país. Depois, transitou por outros veículos de comunicação, como o jornal *A Manhã* (1937-1945) e o *Correio Paulistano* (1854-1934 primeira fase, fechou e depois abriu em 1980). Essas jornalistas nos permitem, através da sua relação entre literatura e jornalismo, compreender mais ainda o processo de mudança e inserção da mulher na comunicação e no espaço social do século XX.

Neste século, a mulher lutou e ganhou seu espaço, legitimando-se, mudando a condição feminina, o que naturalmente proporcionou grandes transformações na condição da sociedade como um todo. A presença da mulher no mercado de trabalho, na Europa e na América Latina, nesta tese mais especificamente em Portugal e no Brasil, embora sejam continentes e países com histórias diferentes, são similares quanto às relações de poder social, o que acaba por dar uma certa similaridade ao processo de inserção da mulher no espaço público e no jornalismo. Exemplo disso foi quando Sousa e Rocha (2011) constataram, em sua pesquisa, que o mercado de trabalho para jornalistas não é diferente em Portugal e no Brasil já que, em ambos os países, o jornalismo impresso “[...] que é mais tradicional, tem maior concentração masculina tanto no Brasil quanto em Portugal” (SOUSA; ROCHA, 2011, p. 15).

Assim, é nesse cenário do século XX, do Brasil e de Portugal – que a mulher ganhou espaço, que a mulher entrou no mundo da literatura e, principalmente, que passou a atuar nos meios de comunicação –, que se encontram Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho, escritoras e jornalistas produtoras das crônicas objeto de estudo desta tese. Conhecer seus lugares, seus tempos e o contexto histórico dos fatos permite-nos perceber o lugar de produção das crônicas que, embora não seja fator condicionante para a sua compreensão, é relevante para o conhecimento geral e histórico sobre a importância destas mulheres.

2.2. Mulheres inovadoras: *Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho*¹⁸

2.2.1 Rachel de Queiroz – a filha do sertão brasileiro

Dia a dia, com as forças que iam minguando, a miséria escalavrava mais a cara sórdida, e mais fortemente os feria com a sua garra desapiedada.

Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol.

O comer era quando Deus fosse servido

(QUEIROZ, 2012).

O início do século XX, como vimos, foi marcado por mudanças que afloraram em todo o mundo. No Brasil, a Primeira República, também conhecida como República Velha, que abarcou o período de 1889 a 1930, marcou os primeiros anos daquele centenário e se caracterizou como uma época de conflitos que tentavam encerrar a dominação política existente¹⁹. O período é conhecido como a política do *café com leite*, pois “[...] exprime ideia de que uma aliança entre São Paulo (café) e Minas Gerais (leite) comandou, no período, a política nacional” (FAUSTO, 2010, p. 150). Além disso, foram tempos de mudanças no país, dentre as quais podemos destacar: o desenvolvimento das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro; o processo de industrialização; e o surgimento de nova classe social, a classe média, urbana.

¹⁸ É importante esclarecermos que, embora estejamos trabalhando com a narrativa de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho, neste momento inicial da tese trazemos a conhecimento suas vidas, focando principalmente no contexto em que iniciaram às produções textuais (literárias e jornalísticas). Outro ponto relevante é o fato de que embora ambas tenham a mesma importância – na literatura e no jornalismo, possuem histórias de vidas diferentes- trabalho, número de produção de livros, família, caminhos traçados, espaço de tempo e contexto, etc. Fatores que foram determinantes na diferença entre o número de páginas sobre Rachel de Queiroz que nasceu em 1910 e faleceu em 2003 e, Maria Judite de Carvalho que nasceu em 1921 e faleceu em 1998.

¹⁹ A Primeira República, também lembrada como *república dos coronéis*, por causa dos chefes políticos da antiga Guarda Nacional, que representavam uma maioria, entre os proprietários rurais, na base local de poder. Segundo Boris Fausto (2010, p. 149), o coronelismo foi “[...] uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo quanto nas cidades”. Essa relação é consequência “[...] da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público” (FAUSTO, 2010, p. 149). Porém é válido ressaltar que *os coronéis* não dominaram por inteiro a cena política na Primeira República. Houve outros grupos que, “[...] expressando diversos interesses urbanos, tiveram um papel significativo na condução da política” (FAUSTO, 2010, p. 149).

Distante do polo desenvolvimentista da época (Sul e Sudeste), a região que posteriormente formaria o Nordeste do Brasil²⁰ também passava por transformações políticas e o desenvolvimento chegava aos poucos, mas o que diferenciava essa região das demais era o cenário de sofrimento, marcado pela seca²¹ e seus “campos de concentração”²², onde a morte e a miséria dominavam²³.

É válido lembrarmos que, nos três séculos após *o descobrimento* do Brasil, o espaço geográfico que conformaria a região do Nordeste foi a mais rica e povoada, realidade bem diferente da vivenciada e retratada no início do século XX. Ele foi centro de produção açucareira, até o final do século XIX, mas as sucessivas quedas nos preços do açúcar e do algodão fizeram com que a economia ficasse estagnada. Anteriormente, no século XVII, embora a água fosse escassa, a terra era vasta e plana, o que fez do sertão um grande produtor de gado, distribuidor de carne e couro para toda a Colônia. Na verdade, a seca sempre esteve presente no Nordeste, mas foi agravada devido à ocupação irregular do solo, bem como à devastação da natureza. Ao longo de todo o tempo do Brasil Colonial, nunca houve políticas públicas para a região.

Segundo Konig,

[...] a seca de 1791 a 1793 tornou a vida mais difícil. A vegetação não se recuperou. A seca de 1877 a 1880 piorou o cenário, e se criou o conceito de retirante, o sertanejo que deixa sua terra para escapar dos efeitos da estiagem. Pela primeira vez, o governo tentou uma política de salvação para o sertão: Dom Pedro II importou camelos do Saara. Porém, as raízes do problema eram mais profundas. Em número quase quatro vezes maior do que a população de Fortaleza, os proscritos da seca ocuparam a capital do Ceará. O resultado foram epidemias, fome, saques e crimes (KONIG, 2013).

²⁰ As regiões brasileiras somente passariam a ter a formação atual na década de 1940, inclusive o Nordeste brasileiro.

²¹ A seca é um fenômeno natural, relacionado às condições climáticas de semi-aridez. Assim, a seca só vem a se tornar um problema a partir da ocupação desse espaço natural pelo homem e sua tentativa de uso, sem o conhecimento da dinâmica climática natural cíclica, alternada entre períodos chuvosos e períodos secos (RODRIGUES, 2016).

²² A seca e os interesses políticos levaram a construção de *campos de concentração* – governos de alguns estados (Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará) determinaram a construção desses campos de concentração no intuito de isolar os cidadãos mais afetados por ela e lá eles *receberam* assistência do governo (RODRIGUES, 2016).

²³ Esse cenário nordestino da seca, com seus campos de concentração, foi abordado no livro *O Quinze*, de Rachel de Queiroz.

Assim foi que, no final do século XIX e início do século XX, a região perdeu sua força econômica e parte do seu povo, pois começaram a surgir os primeiros *grandes* movimentos migratórios. “O Ceará tinha 800 mil habitantes, dos quais 120 mil emigraram para a Amazônia e 68 mil se dirigiram a outros estados” (KONIG, 2013).

À seca de 1900 sucedeu-se outra, no ano de 1915, assolando a região, e para evitar nova invasão de Fortaleza (a capital do Ceará), os governos das unidades da federação, situadas na região, em parceria com o governo federal, criaram campos de concentração nos interiores e também em periferias das grandes cidades para recolher os *flagelados*, ou seja, aquelas pessoas que foram abatidas pela seca e se encontravam em péssimas condições de vida. Os campos de concentração duraram até a seca de 1932. A partir de então, “[...] os governos desistiram dos campos de concentração e começaram a estimular o sertanejo a abandonar suas terras” (KONIG, 2013).

A presença da seca se confunde com a história do Nordeste e do país. Conforme Rodrigues (2016), no século XIX ocorreram 23 (vinte três) secas e o século XX iniciou com uma seca abrangendo todo o Nordeste, em 1900. Com o passar do tempo, o número de secas aumentou, contabilizando um total de 42 (quarenta e duas), durante o decorrer do século XX (RODRIGUES, 2016).

Foi, portanto, em um cenário de transição política e desenvolvimento socioeconômico que contaminava o Brasil, mas em uma região marcada pela seca, que nasceu, em Fortaleza, em 17 de novembro de 1910, a primogênita do casal Daniel de Queiroz Lima e Clotilde Franklin de Queiroz, a menina chamada Rachel de Queiroz²⁴ (teve posteriormente quatro irmãos: Roberto, 1913; Flávio, 1916; Luciano, 1919; Maria Luiza, 1926), que futuramente viria a se tornar uma grande referência do jornalismo e da literatura, no século XX.

Rachel de Queiroz era descendente de duas importantes famílias (Alencar e Queiroz). De um lado, a parte materna, os Alencar, família conhecida no Ceará por sua tradição política, revolucionária e literária, como Bárbara de Alencar (1760-1832), que é considerada por muitos a primeira heroína do Brasil, devido à sua participação na

²⁴ Seu nome é em homenagem à sua avó paterna, Rachel Alves de Lima.

Revolução Pernambucana, de 1817²⁵, e na Confederação do Equador, de 1824²⁶. Seus herdeiros, José Martiniano, Tristão Gonçalves e Carlos José dos Santos, também foram revolucionários.

Ainda da família materna, podemos destacar, embora prescindida de apresentação, o neto de Bárbara de Alencar e filho de José Martiniano (que foi senador pela província do Ceará, de 02 de maio de 1832 até sua morte, em 15 de março de 1960), o escritor José de Alencar (1829-1877), um dos maiores nomes do romantismo brasileiro. O escritor, em sua época, trouxe o regional em seus textos como tema e como representação da nacionalidade. De acordo com Cunha (2013), José de Alencar fazia serões de leituras para as primas (uma delas era bisavó materna de Rachel de Queiroz, Dona Miliquinha) e, nessas oportunidades, “[...] lia em primeira mão capítulos dos seus romances a publicar - como *O Guarani*” (CUNHA, 2013, p. 27, grifo do autor).

Do lado paterno, descendia dos Queiroz, antiga família do sertão, vinda do Rio Grande do Norte, que criou raízes em Quixadá²⁷, onde seu pai era juiz, nessa época.

A herdeira desses dois grandes sobrenomes (de que tanto teve orgulho durante a vida), com 45 dias de nascida, saiu do aconchego do lar da avó materna para morar em Quixadá, onde seu pai era juiz substituto. Quando a pequena Rachel de Queiroz tinha 3 anos de idade, seu pai deixou de ser juiz no interior e foi nomeado promotor, na capital do estado. O cargo de promotor também não durou muito. Apesar da importância do

²⁵ A Revolução Pernambucana foi um movimento social (ou revolta) de caráter emancipacionista que ocorreu no ano de 1817, no Estado de Pernambuco. Considerada um dos mais importantes movimentos de caráter revolucionário do período colonial brasileiro, teve entre suas causas a influência das ideias iluministas propagadas pelas sociedades maçônicas, a crise econômica regional, o absolutismo do poder monárquico português, além dos grandes gastos da Família Real – acontecia que o Governo de Pernambuco era obrigado a encaminhar para a cidade do Rio de Janeiro muito dinheiro para, assim, custear despesas da Corte, resultando no atraso do pagamento de soldados e no descontentamento do povo pernambucano (MOURÃO, 2009).

²⁶ A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário, separatista e republicano, que ocorreu no ano de 1824, tendo como ponto central a província de Pernambuco. Representou a principal reação contrária à tendência absolutista e à política centralizadora de Dom Pedro I (1822-1831). A revolta iniciou em Pernambuco, mas se espalhou por outras províncias da região: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e outros. Os revolucionários, dentre seus objetivos, queriam: a convocação de outra Assembleia Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição, com caráter liberal; diminuir o poder de influência do governo em relação à política regional; acabar com o tráfico de escravos; organizar uma forte resistência contra a repressão do governo imperial; e formar um governo independente na região (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 237).

²⁷ Na cidade de Quixadá, a família de Rachel de Queiroz possuía a grande fazenda do Junco, de 5 mil hectares. “A cidade de Quixadá fica a uns 200 quilômetros de Fortaleza, numa região da caatinga, de vegetação rasteira e pequenas árvores, que no período do inverno, ou das chuvas, se colore de verde, mas na seca, sobretudo nas mais fortes, adquire o tom amarelado das folhas mortas” (CARVALHO, 2010, p. 6).

cargo, por não se adaptar, Daniel de Queiroz Lima realiza uma troca com um amigo e passa a ser professor de geografia no Liceu Cearense.

Rachel de Queiroz, no livro *Tantos anos*, recorda:

Papai tinha deixado de ser juiz no interior e foi ser promotor em Fortaleza. Com aqueles nervos delicados dele, quando tinha que acusar uma pessoa passava uma semana sem comer, sem dormir, completamente neurótico, apavorado de cometer injustiça. As *piscadas* do papai eram sempre generosas: ele tinha medo de ficar doido, matar os outros, de acusar alguém e estar errado. Papai era uma alma extremamente ética e, insisto, generosa. Então não aguentou ser promotor e resolveu ser professor de geografia. Trocou de lugar com um amigo, Guilherme Rocha, então professor do Liceu (QUEIROZ, 1998, p. 15).

Apesar de gostar da vida de professor, Daniel Queiroz adorava o sertão, e por isso, no ano de 1915, deixou a cidade e foi tentar, com a família, viver das plantações de arroz e da criação de gado. O que o pai de Rachel de Queiroz não esperava era que, naquele ano, o Nordeste fosse atingido por uma grande seca (como já citado), que trouxe grandes prejuízos à família, resultando em dificuldades, e mais uma vez, na mudança de vida, agora, por necessidade.

Assim, em 1917, a convite do advogado e professor universitário Eusébio Queiroz de Lima, tio de Rachel de Queiroz, a família migrou para o Rio de Janeiro, para tentar uma vida melhor. Naquela época, “[...] o Rio de Janeiro era o paraíso, a cidade maravilhosa, a vida social, teatro, cinema, e não se tinha nada disso na província”, melhor dizendo, não tinha nada disso em Quixadá ou Fortaleza, no Ceará (QUEIROZ, 1998, p. 15-16).

O pai de Rachel também não conseguiu se adaptar ao novo emprego de advogado, mas, por sorte do destino, “[...] recebeu um convite para ser juiz no Pará: um telegrama de Lauro Sodré, o governador de lá” (QUEIROZ, 1998, p. 16). Ainda no mesmo ano de 1917, mais precisamente em 15 de novembro de 1917, a família muda-se para o Pará, e ficará por lá até meados de 1919, quando retorna ao Ceará, pois a mãe de Rachel de Queiroz, Dona Clotilde Franklin, estava grávida, esperando o filho Luciano.

Ao chegar a Fortaleza, a família Queiroz foi para a chácara do Alagadiço²⁸, propriedade da família. Contudo, não residiu por muito tempo lá. Ocorreu que, ao chegar

²⁸ A Chácara do Alagadiço tornou-se a Casa de Saúde São Gerardo, em Fortaleza, existindo até os dias atuais.

do Pará, a seca no sertão ainda estava forte e o pai de Rachel de Queiroz teve que abrir mão e vender aquela propriedade para poder pagar as despesas do curtume de que fora dono, em Belém do Pará. Diante da situação que atravessava, Daniel resolveu alugar uma casa na serra de Baturité, em Guaramiranga²⁹, e levou a família para lá.

Nessa temporada que passou na serra, Rachel de Queiroz viveu momentos que marcaram sua vida devido à convivência e aprendizado com toda a família unida: pais, irmãos, tios e tias, primos e primas. Das lembranças, a experiência com o teatro lhe marcou bastante, contudo, de maneira um tanto frustrante. Raquel de Queiroz conta que

[...] era muito animado o verão na serra. E papai, junto com tia Beatriz e Elsa, inventaram nesse ano uma representação de amadores, uma comédia e uma espécie de revista, tudo muito bem encenado, onde as coisas da serra – as flores, o café, a cana, a água, o clima – eram representados por moças vestidas de deusas gregas. Eu fiquei na maior frustração porque não me deram nenhum papel. Tia Beatriz, então, para me aplacar, resolveu me botar num entreato, dizendo um poema de Guerra Junqueiro, que papai me fez decorar: “Raiou a madrugada; as estrelas dormentes, fatigadas, cercaram à luz do dia as misteriosas pálpebras douradas...” E por aí. Mas eu continuava danada da vida porque queria era ser deusa. Assim, no entreato, na *cortina*, como se chamava, eu entrei com um vestido de organdi e um laço na cabeça para recitar. No palco comecei a dizer o poema. De repente, parei para coçar o joelho e disse: “Me esqueci”. Minhas tias, dos bastidores, silvavam como cobras, me chamando. Mas teve de vir alguém me puxar pelo braço, porque eu não queria ir embora, queria continuar ali, de vingança, olhando para o público.

Aliás, uma frustração que me acompanhou durante toda a vida foi nunca ser chamada para representar nos *dramas* (QUEIROZ, 1998, p. 17-18, grifo nosso).

Apesar dessa situação ímpar que lhe marcou, Rachel de Queiroz adorava a convivência familiar, a união, as rodas de leituras e o aprendizado que recebia quando toda a família se reunia, ainda mais na serra de Guaramiranga, “uma espécie de paraíso para quem morava em Fortaleza – as flores, as rosas, os amores-perfeitos, o clima” (QUEIROZ, 1998, p. 21). De sua grande família, além dos pais, a jovem Rachel, durante a estada e as idas de férias à serra, teve em sua vida grande influência da família do seu

²⁹ Guaramiranga é um povoado localizado na serra de Baturité. O município foi fundado por parentes de Rachel de Queiroz. “O seu avô materno, João Batista, é o introdutor da cultura de café em Guaramiranga, aonde se chegava depois de um percurso de trem de Fortaleza a Baturité, e, daí em diante, todo o resto do caminho a cavalo” (CUNHA, 2013, p. 29).

tio Francisco Matos Brito (Chichio)³⁰, casado com Adelaide Queiroz (irmã de seu pai, Daniel). Segundo Queiroz (1998, p. 21), “[...] a casa do tio Chichio com treze filhos, era alegríssima, uma festa constante durante as férias. Lá nesse tempo se dançava muito, brincava muito”.

A temporada na serra se encerrou após a seca de 1919. Daniel Queiroz resolveu mudar-se novamente com a família para Quixadá. No município de Quixadá, sua família tinha fazendas, e Rachel, ainda criança, com apenas 10 anos de idade, ganhou de presente do pai a terra onde, quando adulta, construiu sua fazenda, chamada *Não me deixes*.

Rachel de Queiroz lembra que, no ano de 1920, ocorreu

[...] um inverno muito grande, a várzea do Junco dando nado. Papai mandou selar dois cavalos para nós, ele no Kaiser, um cavalo de raça, inglês, eu no meu Alazão que tinha começado a montar. Chegamos aqui no Não Me Deixes: só tinha mato. Papai falou: “Vou levá-la a um lugar onde você vai situar a sua fazenda”. [...].

[...]. Então eu falei: “Você vai me dar esta fazenda? Pois vou fazer a minha casa aqui”.

Ele disse: “Não, você vai fazer sua casa junto do açude” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p. 215).

A jovem menina sempre carregou consigo as lembranças desse dia, e com o decorrer do tempo herdou a terra onde, juntamente com seu segundo esposo, Oyama, construiu a fazenda *Não me deixes* (conforme seu pai havia instruído), que se tornou o seu verdadeiro lar e seu refúgio.

A família foi um norte no desenvolvimento pessoal e profissional (intelectual) de Rachel de Queiroz, desde criança educada em um ambiente de grande erudição. Ao escrever suas memórias, a escritora relata que seus pais eram um casal unido, extremamente amoroso e atencioso para com os filhos. No lar, a liberdade de pensamento era respeitada e incentivada. A família possuía uma biblioteca com muitos títulos de autores nacionais e estrangeiros. A mãe de Rachel se encarregava das encomendas dos livros, a maioria importada de Paris, para que pudesse manter a família atualizada. A leitura era uma atividade cotidiana para todos da residência. Eram sagradas as sessões de leitura.

³⁰ Quando o avô de Rachel de Queiroz morreu de câncer, no ano de 1895, o bisavô João Batista foi morar com a filha e avó de Rachel de Queiroz, Dona Rachel. Contudo, já velho, sem condições de cuidar do sítio da serra, como só tinha dois filhos (Rachel e Daniel) e ambos não residiam na serra, fez um negócio de pai para filho com seu sobrinho e esposo da neta Adelaide, o Sr. Chichio, passando o sítio para eles, e este, com o tempo, tornou-se o “dono de Guaramiranga” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p. 19).

Assim, Raquel de Queiroz foi criada em um ambiente de liberdade e de leitura. Embora seus pais fossem “pouco simpáticos à educação formal, eram leitores vorazes” (CARVALHO, 2010, p. 7). Carvalho (2010) conta que os pais da garota Rachel eram também *irreligiosos*, o que, para a época, fugia um pouco da tradição familiar católica, que predominava na maioria das famílias brasileiras, nordestinas. Contudo a avó paterna de Rachel, diferente do casal, era católica e ficou espantada ao perceber que, embora a neta soubesse ler e tivesse um conhecimento avançado para seus 11 anos, não sabia rezar e nem fazer o sinal da cruz, pois quando o fazia, fazia-o com a mão esquerda:

Horrorizada, dona Rachel obrigou o filho a matricular a menina no Colégio Imaculada Conceição, de freiras francesas. Para saber em que série ela entraria, a escola resolveu aplicar-lhe um teste. Uma certa irmã Pauline escolheu Geografia para verificar os conhecimentos de Rachel de Queiroz e perguntou-lhe como deveria fazer para dar uma volta ao mundo. Leitora fiel de Júlio Verne, a candidata esnobou: ‘A senhora quer ir pelo estreito de Magalhães ou o Canal do Panamá?’ (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, 2002, p. 10).

Rachel de Queiroz foi, então, para o colégio de freiras, fazer o antigo curso normal. O ambiente escolar, por certo, deu-lhe novas perspectivas sobre a vida. Aos 11 anos de idade, convivia com meninas-mulheres que tinham entre 18 e 20 anos. Além disso, a convivência com as freiras permitiu a Rachel conhecer os princípios da religião católica. Contudo, apesar de ter aprendido e admirar quem possuísse uma religião³¹, não conseguiu deixar de ser atea. Raquel, em *conversas informais* com Hermes Rodrigo Nery (2002, p. 56), comenta que existem pessoas que são precocemente céticas. Ela, no caso, desde pequena, foi “excessivamente desconfiada e incrédula”. O mais interessante, nisso tudo, é que a jovem menina foi a aluna número um do colégio de freiras.

Além do conhecimento e da disciplina, o colégio trouxe à vida de Rachel de Queiroz suas melhores amigas, dentre elas, a de Alba Frota, dois anos mais velha e que, ao contrário da amiga, era extremamente religiosa. A amizade entre as duas jovens durou toda uma vida. Ainda no colégio, com 12 anos, Rachel iniciou um hábito que durou quase 50 anos: a troca de correspondência com Alba.

Nas cartas, compartilhavam alegrias, tristezas, conhecimentos e experiências. Segundo Pioner (2010), são “[...] duzentas e cinquenta cartas, de autoria de Rachel,

³¹ Sobre a admiração e a importância da religião Raquel de Queiroz também fala em entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, do Instituto Moreira Salles (2002).

destinadas a Alba, foram reproduzidas e organizadas pelo bibliófilo José Augusto Bezerra”. Mas o trabalho de José Augusto de Bezerra só foi possível porque Alba Frota era, além de escritora, chefe do Serviço de Documentação da Universidade Federal do Ceará e também uma grande arquivista que “[...] dedicou-se com zelo comovente a guardar a produção literária da amiga e escritora, de quem pretendia escrever uma biografia comentada” (PIONER, 2010). Em 18 de julho de 1967, contudo, as cartas e o projeto de livro tiveram de ser interrompidos por um fatídico acidente aéreo, que vitimou Alba, e o também amigo, o ex-presidente da República Humberto de Alencar Castello Branco. Os dois retornavam da fazenda *Não me deixes*, de Rachel de Queiroz.

Após a morte de Alba Frota, Rachel escreveu uma crônica chamada “Albinha”, em homenagem à amiga, e destacou: “Eu lhe dizia brincando que papel impresso era para ela como palha benta – e era verdade. E sem ser uma criadora, como disse, fez muito mais pelas letras e pelas artes do que muita gente de nome celebrado” (BEZERRA, 2010, p. 48).

Outra amiga da época do colégio foi Odorina Castelo Branco. A relação das amigas (Rachel, Alba e Odorina), inspirou o romance *As três Marias* (que iremos abordar mais à frente). As garotas se conheceram no colégio de freiras e tiveram sua amizade eternizada no livro.

Com quatro anos de dedicação aos estudos, no Colégio Imaculada Conceição, no ano de 1925, Rachel de Queiroz concluiu o curso. Sua formação escolar encerra-se aí. Retorna a Quixadá, onde continuou suas diversas leituras, orientada principalmente pela mãe, que andava sempre atualizada nos lançamentos literários, além de ser uma leitora exímia dos clássicos, como Eça de Queiroz, José de Alencar, Machado de Assis, Honoré de Balzac, Émile Zola, Fiódor Dostoiévski, Júlio Diniz, Alexandre Dumas, Edmond Rostand e Victor Hugo (todos tinham um lugar privilegiado na vida de Rachel de Queiroz). Foi a dedicação à leitura que acabou estimulando a jovem a produzir seus primeiros escritos. Contudo tinha vergonha do que escrevia e não mostrava a ninguém os seus textos.

Na época em que Rachel de Queiroz encerrou seus estudos e regressou ao seio familiar, o mundo atravessava um período de transição, em que ainda era possível sentir os nefastos efeitos da Grande Guerra. O medo e a insegurança estavam presentes, não apenas nos países do velho continente, como se alastravam por todo o mundo e, como afirma Rodrigues (2010, p. 5), podiam ser sentidos em graus de intensidade diferenciados.

No contexto nacional brasileiro, a década de 1920

[...] foi um momento de reivindicações diversas, como as de regulamentação de trabalho e as de maior participação política, que se tornou visível à falência do sistema de representação vigente na República, a cisão entre as elites e a intransigência dos que detinham o poder diante dos direitos das novas forças sociais. Foi também um período de profundas transformações nas formas de expressão artística, durante o qual se buscou conhecer e entender o país de modo a elaborar propostas que o tornassem uma nação moderna (RODRIGUES, 2010, p. 20).

De fato, o início do século XX registra verdadeira explosão na busca pelo conhecimento. São nítidas as preocupações em discutir a identidade e o futuro da nação brasileira. A consequência dessas preocupações e discussões resultou na entrada do Brasil na modernidade:

No começo do modernismo brasileiro, os artistas tentam adotar nova visão para interpretar o País, baseada na realidade nacional. Procuram mostrar que são capazes de criar estilo próprio, apesar das influências europeias, assegurando ao Brasil o status de um país autêntico. Entre 1917 e 1919, ocorre aproximação dos que são a favor das ideias modernistas. Como decorrência, forma-se um grupo inseparável de intelectuais. São eles: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Manuel Bandeira, todos da literatura; na pintura, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e Di Cavalcanti; na música, Heitor Villa-Lobos e Guiomar Novais; e na escultura, Victor Brecheret, escultor italiano modernista, que passa a residir no Brasil, em 1919 (MOURA, 2011, p. 30).

Após a formação do grupo, ocorreram muitas manifestações em defesa das ideias modernistas. Contudo o marco simbólico do modernismo no Brasil é a conhecida Semana da Arte Moderna, que ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922.

No mês seguinte, em 25 de março de 1922, diante das diversas reivindicações culturais e socioeconômicas, surgiu o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com ideais libertários do nascente proletariado, visando o desenvolvimento e embasado no estudo teórico das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels. Ainda em 1922, ocorreu uma das

primeiras manifestações do movimento tenentista³², o Levante do Forte de Copacabana³³, também conhecido como a Revolta dos 18 do Forte.

No decorrer dessa década, cresceram as críticas ao governo federal. A insatisfação tenentista com a forma com que o Brasil era governado perdurava. Entre os anos de 1925 e 1927, ocorreu a “Grande Marcha”, mais conhecida como a “Coluna Prestes”, por ser um movimento militar liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes³⁴. Esse movimento armado tinha como objetivo acabar com as oligarquias que dominavam o país e, posteriormente, desenvolver um conjunto de reformas institucionais, com o intuito de eliminar os vícios da República Velha.

Esses fatos históricos são narrados como lembranças do momento em que Rachel de Queiroz terminava o colégio, momento em que os revoltosos da Coluna Prestes, por exemplo, atravessavam o sertão cearense, no ano de 1926. Em seu livro de memórias, Rachel de Queiroz conta que

[...] já no tempo da Coluna Prestes, a mocidade delirava com a marcha dos revoltosos, fazia de Prestes o seu ídolo. Como os jovens de há pouco tempo cultuavam os retratos de Che Guevara com a sua boina, a gente tinha o retrato de Prestes, o Cavaleiro da Esperança, e os retratos de Juarez, Siqueira Campos, João Alberto. Eram todos tenentes, jovens e bonitos. De modo que para nós mocinhas faziam par com os astros do cinema.

Quando a coluna vinha se aproximando do Nordeste, as brigas em família começavam. Os pais, principalmente os fazendeiros, se mostravam aterrorizados, pois a Coluna, onde passava, requisitava cavalos para montaria, gado, gêneros, feijão, farinha, milho, para comer e levar. Já os filhos jovens vibravam com a aproximação dos revoltosos,

³² O movimento tenentista foi um movimento social, com características político-militares que ocorreu nas décadas de 1920-1930, no Brasil. O período ficou conhecido como República das Oligarquias. Esse movimento que contava com a participação dos tenentes contestava a ação política e social dos governos representantes das oligarquias cafeeiras (coronelismo) (FAUSTO, 2010).

³³ O Levante do Forte de Copacabana foi uma demonstração de crise da hegemonia oligárquica. Essa revolta foi ambientada no período em que ocorria a campanha de sucessão ao governo do Presidente Epitácio Pessoa. A disputa eleitoral envolveu Artur Bernardes, representante da oligarquia paulista, e Nilo Peçanha, apoiado pelos militares e oligarcas dissidentes do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Derrotados nas disputas eleitorais, os tenentes se sentiram frustrados com a consolidação de mais um representante das oligarquias. Diante de um clima de insatisfação geral, alguns militares organizaram o levante que foi planejado para ter proporções maiores, mas que acabou resultando numa marcha feita apenas por 17 militares e um civil, que reivindicavam o fim das oligarquias do poder e o fim da República Velha.

³⁴ Luís Carlos Prestes foi militar e político brasileiro. Estudou engenharia na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Em outubro de 1924, como capitão, liderou a revolta tenentista na região das Missões, em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul (FAUSTO, 2010).

queriam dar gado, cavalos, ovelhas, tudo, para o pessoal da Coluna. Pode-se imaginar a indignação dos pais (QUEIROZ 1998, p. 236).

Com a família de Rachel de Queiroz não foi diferente. Assim que surgiu o boato de que a Coluna Prestes saíra do Piauí em direção a Juazeiro, a reação do pai de Rachel foi recolher suas posses e esconder o gado, e sua mãe tratou de juntar as joias e também as esconder. Todos tinham receio que os revoltosos os obrigassem a dar-lhes comida, cavalos e animais de corte. As crianças (Rachel, Roberto e Luciano), ao contrário, estavam entusiasmadas. “Roberto se preparou para abandonar o lar, sem bagagem e sem dinheiro, a fim de se juntar à Coluna” (QUEIROZ, 1998, p. 237). Mas os revoltosos não chegaram nem próximo à fazenda dos Queiroz.

Assim como a Coluna Prestes, a época do governo do desembargador José Moreira Rocha (1924-1928) no Ceará traz lembranças que marcaram a juventude de Rachel de Queiroz, sobre histórias e facetas de Lampião que lhe renderam, nos anos de 1950, duas peças teatrais: a primeira foi *Lampião: drama em cinco quadros*, lançada em 1953, retratando a intimidade de Virgulino Ferreira, Maria Bonita e seu bando; a segunda foi *A Beata Maria do Egito*, de 1958, que conta a história de uma jovem beata, bonita e determinada, que entregou sua juventude a uma causa religiosa no Ceará – em defesa de Padre Cícero – e, de repente, viu-se diante das tentações naturais da vida. *Lampião* mostra um pouco o lado jornalista da autora, que baseou seu texto em uma pesquisa histórica. Porém, mesmo contendo muitos elementos fiéis à história oficial, a peça não se prende a uma fria narrativa dos fatos: é repleta de emoção e poesia. *A Beata Maria do Egito*, por sua vez, nasceu das lembranças de Rachel que, quando criança, leu, nos livros da avó, a história de uma religiosa que vendeu o próprio corpo para comprar a liberdade; na outra, é a história da beata santificada no ambiente romeiro de Padre Cícero, sofrida e perseguida como o seu patriarca (QUEIROZ, 2005)³⁵.

Em relação ao padre Cícero, diferente de Lampião, Rachel de Queiroz o conheceu pessoalmente. Assim, suas lembranças sobre o sacerdote vão além das histórias contadas por terceiros ou noticiadas pelos veículos de imprensa.

Padre Cícero foi uma verdadeira fixação na vida de Rachel de Queiroz que, em muitos momentos, pensou em escrever sua biografia, mas não realizou o projeto. Porém

³⁵ Atualmente, consegue-se ter acesso às duas peças no volume *Lampião e a Beata Maria do Egito* (QUEIROZ, 2005).

dedicou, durante toda a vida, vários escritos sobre *seu padrinho*: poemas, peças de teatro, crônicas e ensaios, começando pelo ano de 1928, quando fez menção ao padre e a Lampião, no pequeno livro *Mandacaru*³⁶. Escreveu o texto “Meu padrinho”, sobre o Padre Cícero, nele destacando aquele que entende o Nordeste (QUEIROZ, 2010, p. 117). Em 14 de dezembro de 1929, publicou um poema na revista *A Jandaia*, contando as lembranças da visita que fizera ao sacerdote, no Juazeiro. Nos anos de 1930, produziu ensaio sobre o religioso, publicado no livro *Caminhos de pedra* (1937). Em sua coluna “Última Página”, na revista *O Cruzeiro*, em março de 1944, ocasião da comemoração do centenário de nascimento do religioso, a crônica “O Padre Cícero Romão Batista”³⁷ homenageia o personagem. A crônica sobre o Pe. Cícero, segundo Hollanda (2012, p. 7), é um “[...] belíssimo estudo de psicologia regional”, em que Rachel de Queiroz traz “[...] a figura cearense emblemática, reconstruída pelo desenho afetivo e personalizado [...]” (HOLLANDA, 2012, p. 7). Em 1954, escreveu a peça de teatro chamada *O padrinho santo*, que se duplicou na crônica com o mesmo nome, publicada na revista *O Cruzeiro* (07/08/1954, p. 106) e, em seu livro de memórias (escrito em conjunto com a irmã, Maria Luiza) *Tantos anos*, de 1998, dedicou-lhe um capítulo denominado “Padre Cícero”.

³⁶ Livro escrito por Rachel de Queiroz, no ano de 1928, e nunca entregue à publicação, enquanto viva. Contudo o Fundo Rachel de Queiroz, depositado na Reserva Técnica Literária do Instituto Moreira Salles, dispõe poemas dos documentos originais relacionados a Mandacaru: dois manuscritos da autora, quatro datiloscritos e seis recortes de periódicos. Com este acervo, Elvia Bezerra organizou e publicou os originais, lançando, em 2010, pelo Instituto Moreira Salles, o livro *Mandacaru*.

³⁷ Crônica replicada em *A donzela e a moura torta*. 45 crônicas escolhidas. São Paulo: Siciliano, 1994, p. 30-35. E também no livro de Heloisa Buarque de Hollanda, *Melhores crônicas*. São Paulo: Global, 2012.

segundo condições que traduziam costumes patriarcais e, conseqüentemente, a submissão do sexo feminino perante o masculino. O papel das mulheres estava bem definido. Eram educadas para o matrimônio e, conseqüentemente, para serem donas de casa: responsáveis pela educação dos filhos, pela coesão familiar e por todos os afazeres domésticos. Assim, a maioria das mulheres estava distanciada do mercado formal de trabalho.

Conforme a visão da revista *O Cruzeiro*, que tinha alcance nacional, desde o ano de 1928, em geral, toda mulher desejava casar-se: “[...]. É raro aquela que, por temperamento, não nutre esse ideal. Desde pequena já manifesta tendências para dona de casa e, quando mocinha, passa a sonhar com o príncipe encantado [...]” (*O Cruzeiro*, 03.09.1955).

Rachel de Queiroz, embora tenha se casado duas vezes (como veremos mais à frente), diferente do que diz a revista *O Cruzeiro*, como mulher, queria ser (e conseguiu ser) muito mais que esposa e dona de casa. O que não era para menos, afinal, a história das mulheres da sua família é feita de “mulheres fortes, autossuficientes, que percorrem, com obstinação, os caminhos que levam a destinos marcados pela independência e pelo poder” (HOLLANDA, 2005, p. 12)³⁸.

Segundo Hollanda,

[...] Rachel de Queiroz pertenceu ao clã de mulheres nordestinas que se notabilizaram pela autoridade e desempenho, daquelas que hoje conhecemos como *matriarcas nordestinas*. Eram mulheres que se casavam cedo e durante as frequentes e longas viagens de seus maridos, empenhados na expansão de suas propriedades, dirigiam com mãos severas as grandes fazendas de gado e açúcar da região. Portanto, com frequência, eram as mulheres, na ausência dos chefes de família, que controlavam as grandes unidades produtivas do Norte e Nordeste do Brasil [...] (HOLLANDA, 2005, p. 12).

Foi nesse ambiente de mulheres fortes que Rachel de Queiroz cresceu e nos anos de 1920, moça, pôde sonhar com outras possibilidades que iam além do matrimônio e do convento. Já existia uma ampliação, embora pequena, do mercado de trabalho para mulheres, especialmente no magistério e no setor terciário (comércio, escritórios, serviços públicos etc.). As mulheres estavam saindo de suas casas para buscarem um mercado

³⁸ Posteriormente, na vida adulta, Rachel de Queiroz, quando se tornou escritora, refletiu indiretamente suas memórias em seus livros, trazendo personagens fortes, como o perfil das mulheres de sua família, das mulheres que conheceu, das mulheres de sua memória.

formal de trabalho. As relações alinhavam-se a partir da ideia de progresso, porém as primeiras experiências da mulher com o mercado de trabalho foram drasticamente discriminatórias: a mão de obra feminina não tinha qualquer espécie de proteção, estava sujeita à exploração, cumprindo longas jornadas de trabalho, além de receber baixa remuneração³⁹.

A jovem Rachel, dos anos 1920, estava atenta às mudanças sociais e políticas do país, às novas oportunidades de vida para as mulheres. Acompanhava tudo através da leitura diária dos jornais, hábito que adquiriu com a família. E foi através do hábito da leitura, da sede pelo conhecimento, que Rachel de Queiroz descobriu sua vocação: escrever.

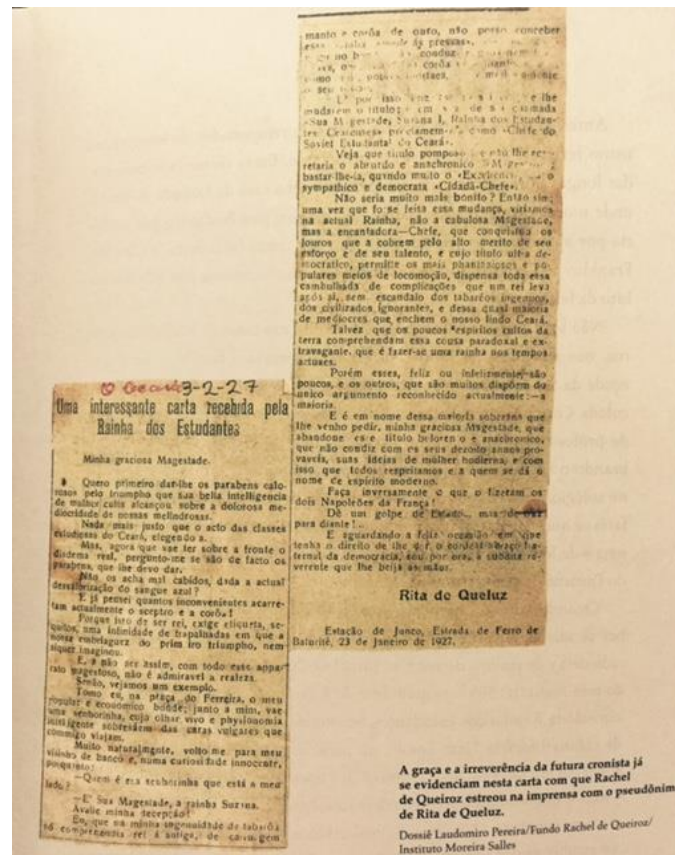
Um certo dia, a leitura do jornal lhe chamou atenção: a menina deixou *de lado* a timidez e criou coragem para escrever ao jornal *O Ceará*, utilizando o pseudônimo *Rita Queluz*⁴⁰.

Foi durante uma leitura de jornal que Rachel se inteirou da disputa para a escolha da mais bela representante dos estudantes e sentiu uma quase indignação e uma forte motivação para criticar tal concurso. Quiçá em segredo, enfrentou a timidez, com certa inocência, escreveu uma carta, assinando com o pseudônimo “Rita Queluz”, e enviou-a para *O Ceará* jornal de linha anticlerical, um dos veículos de renovação do jornalismo cearense da década de 20. A missiva foi entregue a Suzana de Alencar Guimarães, a coordenadora da página literária do jornal e a rainha recém-eleita pelos estudantes por Rachel ridicularizada (CUNHA, 2013, p. 43, grifo do autor).

³⁹ A luta pelos direitos trabalhistas e de igualdade, para as mulheres, ainda hoje é debatida na sociedade do século XXI, na qual, apesar do avanço, as mulheres lutam pela igualdade dos direitos pois, em muitos casos, recebem salários inferiores aos dos homens, ainda que exercendo a mesma função que o homem.

⁴⁰ Segundo Cunha (2013, p. 44), o uso do nome “Queluz pode ter sido adotado em referência ao famoso Palácio de Queluz, onde D. Pedro I, o primeiro imperador do Brasil, nasceu e faleceu na sala D. Quixote. O palácio foi construído em 1747, distante 15 quilômetros do centro histórico de Lisboa, para ser a residência de veraneio da família real”.

Figura 3- Uma interessante carta recebida pela Rainha dos Estudantes



Fonte: QUEIROZ (2010, p. 11).

A carta, enviada no dia 23 de janeiro de 1927, foi publicada pelo *O Ceará* em 3 de fevereiro: “[...] já trazia os elementos de uma crítica social que permeava o imaginário desta época brasileira” (GUERELLES, 2011, p. 41):

Minha graciosa Majestade:

Quero primeiro dar-lhe os parabéns calorosos pelo triunfo que sua bela inteligência de mulher culta alcançou sobre a dolorosa mediocridade de nossas melindrosas.

Nada mais justo que o ato das classes estudiosas do Ceará, elegendo-a. Mas, agora que vai ter sobre a fronte o diadema real, pergunto-me se são de fato os parabéns que lhe devo dar.

Não os acha mal cabidos, dada a atual desvalorização do sangue azul?

E já pensou quantos inconvenientes acarretam atualmente o cetro e a coroa?

Porque isso de ser rei, exige etiqueta, séquitos, uma infinidade de trapalhadas em que a nossa encantadora Rainha, que ainda está na embriaguez do primeiro triunfo, nem sequer imaginou.

E a não ser assim com todo esse aparato majestoso, não é admissível a realeza. Senão, vejamos o exemplo:

Tomo eu, na praça do Ferreira, o meu popular e econômico bonde; junto a mim, vai uma senhorinha, cujo o olhar vivo e fisionomia inteligente sobressaem das caras vulgares que comigo viajam.

Muito naturalmente, volto-me para meu vizinho de banco e, numa curiosidade inocente, pergunto:

- Quem é essa senhorinha que está ao meu lado?

- É sua majestade, a Rainha Suzana.

Avalie a minha decepção!

Eu, que na minha ingenuidade de tabaroa só compreendia rei à antiga, de carruagem, manto e coroa de ouro, não posso conceber essa rainha *made às pressas*, que anda comigo no bonde, que não conduz pajens nem batedores, que não usa coroa nem manto e que, como todos nós, pobres mortais, paga modestamente o seu tosto.

É por isso que avento a ideia de lhe mudarem o título; e em vez de ser chamada *Sua Majestade Suzana I, Rainha dos Estudantes Cearenses*, proclamem-na como *Chefe de Soviet Estudantil do Ceará*.

Veja que título pomposo! E não lhe acarretaria o absurdo e anacrônico *Majestade*; bastar-lhe-ia, quando muito o *Excelência* ou o simpático e democrata *Cidadã-Chefe*.

Não seria muito mais bonito?

Então, sim; uma vez que fosse feita essa mudança, veríamos na atual Rainha, não a cabulosa *Majestade*, mas a encantadora *Chefe*, que conquista os louros que a cobrem pelo alto mérito de seu esforço e de seu talento, e cujo título ultra democrático, permite os mais fantasiosos e populares meios de locomoção, dispensa toda essa cambulhada de complicações que um rei leva após si, sem escândalo dos tabaréis ingênuos, dos civilizados ignorantes, e dessa quase maioria de medíocres que enchem o nosso lindo Ceará.

Talvez que os poucos espíritos cultos da terra compreenderam essa coisa paradoxal e extravagante que é fazer-se rainha nos tempos atuais. Porém esses, feliz ou infelizmente, são poucos, e os reconhecidos, atualmente – a maioria.

E é em nome dessa maioria soberana que lhe venho pedir, minha graciosa *Majestade*, que abandone esse título bolorento e anacrônico, que não condiz com os seus dezoitos anos prováveis, suas ideias de mulher hodierna, e com isso que todos nós respeitamos e a que se dá o nome de espírito moderno.

Faça inversamente o que fizeram os dois Napoleões da França!

Dê um golpe de estado..., mas de traz para diante!...

E aguardando a feliz ocasião em que tenha o direito de lhe dar o abraço fraterno da democracia, sou por ora, a súdita reverente que lhe beija as mãos.

RITA DE QUELUZ

Estrada de Ferro de Baturité, Estação do Junco, 23 de janeiro de 1927.
(QUEIROZ, 2010, p. 11).

Essa ousada carta, ao invés de provocar *desconforto* à coordenadora da página literária “Jazz-band” e ao jornal, pelo contrário, despertou interesse, não apenas por seu conteúdo, mas também devido ao tom de humor predominante no texto. Assim, *O Ceará*,

além de publicá-la, dedicou-se a descobrir quem havia escrito a interessante carta. Rachel de Queiroz, ao relembrar suas memórias, conta:

[...]. Mandei a carta para *O Ceará*, em Fortaleza, a pequena Fortaleza daquele tempo, e a tal carta fez um barulho danado. O jornal a publicou, Suzana a mostrava para todo mundo e começou então a maior curiosidade, descobrir quem a escrevera – foi fulano, foi beltrano e, afinal, chegaram perto: “Foi Daniel de Queiroz ou Clotilde”. Outros diziam que era um rapaz não se sabia de onde, que assinara com pseudônimo feminino. Mas Jader de Carvalho, poeta e jornalista, que já me conhecia (era ainda nosso parente distante), opinou: “Isso é coisa de Rachelzinha, filha de Daniel. Sei muito quem é, só pode ser ela” (Todo mundo me chamava de Rachelzinha por causa de nossa avó Rachel). E acabaram apurando que tinha sido mesmo eu (QUEIROZ, 1998, p. 25-26).

Com o esclarecimento da verdadeira autoria da carta, Rachel de Queiroz foi convidada pelo dono do jornal, Júlio de Matos Ibiapina, que também era amigo de seu pai, a fazer parte da equipe de jornalistas, colaborando com o jornal.

Aos 16 anos, então, Rachel de Queiroz passa ser a mais jovem jornalista colaboradora de *O Ceará*⁴¹, uma jornalista de *banca* (que não ia às ruas). Para celebrar o acordo, a jovem foi até a redação do jornal, juntamente com a família, recebida com carinho por todos, principalmente pelo redator-chefe, Demócrito Rocha, também amigo de seu pai. Fechou um acordo pelo qual seu salário era de cem mil réis por mês. Suas contribuições eram enviadas do sítio onde residia e, a princípio, tinha como função “[...] organizar o suplemento, fazer os convites e a seleção de colaboradores e publicar uma crônica [...]” (QUEIROZ, 1998, p. 26). Como jornalista, alternava a assinatura: Rita de Queluz, Rachel e Rachel de Queiroz. Também ocorria colocar o nome verdadeiro como pseudônimo entre parênteses. Curiosamente, em alguns de seus poemas, Rachel de Queiroz “[...] tanto em “Rosas de Santa Luzia”, como em “Maledicência”, ambos divulgados em *O Ceará*, em abril de 1928, assinou Maria Rosalina, pseudônimo que abandonaria rapidamente” (BEZERRA, 2010, p. 16).

⁴¹ *O Ceará* foi um jornal fundado em 1925, por Júlio de Matos Ibiapina, “[...] homem de muito talento, oposicionista por definição, ateu e anticlerical” (QUEIROZ, 1998, p. 26), que fez parte da Academia Cearense de Letras (ACL), além de ter sido sócio-fundador da Associação Cearense de Imprensa, entidade que surgiu no mesmo ano que o jornal de Ibiapina.

É importante destacar que, no estado do Ceará, a maioria das publicações de início do século XX possuía características de um jornalismo de opinião, político-partidário, não se caracteriza como empresas que visavam o lucro, mas, sim o poder. Conforme Sodré (1999, p. 324), tirando a região Sudeste, nas outras regiões do país “[...] a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX, são raros os jornais de província com estrutura de empresa” (SODRÉ, 1999, p. 324).

Nesse veículo, a jornalista não apenas escreveu artigos e crônicas. Foi além, escreveu poemas, folhetins e uma peça de teatro chamada *Minha prima Nazaré*. Publicado em 1927, seu primeiro folhetim, *História de um nome*, conta que “[...] o nome Rachel vinha passando por várias épocas, primeiro dado a uma moça judia, na Idade Média, e seguia atravessando os séculos até os dias atuais” (QUEIROZ, 1998, p. 27). Segundo a autora, ao fazer sua autocritica, considera o texto *uma droga*. Porém reconhece o seu valor, ao relatar que o folhetim chamou a atenção de intelectuais como Beni Carvalho⁴² e Antônio Sales⁴³, que procuraram conhecê-la. A aproximação com esses intelectuais fez com que, a partir de então, a jovem Rachel se integrasse às rodas literárias de Fortaleza (QUEIROZ, 1998).

Na época dos anos 1920, além do jornal *O Ceará* (1925), circulavam em Fortaleza o *Correio do Ceará* e o *Unitário* (que são heranças da década anterior); *Diário do Ceará* (1920), *A Tribuna* (1921), *Jornal do Comércio* (1924), *Gazeta de Notícias* (1927), *O Nordeste* (1922) e *O Povo* (1928), além de outros que tiveram curta duração, como *A Esquerda*, *O Combate* e *O Imparcial*.

Nesse contexto, o jornal *O Ceará* tentava se diferenciar dos demais. Era a expressão do chamado, na época, *jornalismo independente*. Definia-se como um periódico que possuía em seu interesse maior o benefício da população, lutando pelos direitos do povo, principalmente dos menos favorecidos. Dessa maneira, alegava não ser partidário⁴⁴. O fato de defender ou criticar determinado governo não era pessoal, mas, sim, profissional, conforme o interesse do povo.

Além do mais, era um jornal ateu e anticlerical, com um posicionamento ideológico claro. Criticava a falta de coerência da Igreja Católica ao longo de sua história, fazia questionamentos sobre a validade científica da religião. Com esse posicionamento, atacava ferozmente o jornal católico *O Nordeste*.

O Nordeste circulou na capital cearense entre os anos de 1922 e 1967. Era um meio de comunicação católico, apoiado pela Arquidiocese de Fortaleza. O jornal católico

⁴² Beni Carvalho foi escritor e vice-governador do Ceará (QUEIROZ 1998).

⁴³ Antônio Sales foi romancista, poeta cearense e ocupou cargos políticos: foi secretário de Justiça e deputado estadual no Ceará (QUEIROZ, 1998).

⁴⁴ “A questão do partidarismo no Ceará, entre 1912 e 1930, dividia-se, basicamente entre os conservadores e democratas. Era um ranço do século XIX, de uma imprensa que vagava entre epítetos de liberal e de conservador e que tinha, nos jornais, seu palco de disputas” (GUERELLES, 2011, p. 39).

tinha uma predisposição “situacionista, talvez com o objetivo marcado de ganhar as graças do Poder para angariar anúncios” (MESQUITA; CARVALHO, 1985, p. 28). Esse periódico atacava o seu opositor, *O Ceará*, e se referia a ele como um jornal *bolchevista* ou *órgão russo*. O embate entre os dois jornais era às claras, um chegando a mencionar o outro, em suas páginas.

O Ceará, com seu jornalismo crítico, questionando sem parar o catolicismo, chegou a ser excomungado pela Igreja. Naquela época, o peso da Igreja na sociedade brasileira e, principalmente, cearense, era muito forte. Assim, ao excomungar o jornal opositor, esperava-se que os católicos não o lessem mais. Porém não foi o que ocorreu, levando em consideração que as vendas de *O Ceará* aumentaram.

Na ocasião, nem Rachel de Queiroz escapou da *briga* entre os jornais. No início 1928, saiu um artigo de fundo em *O Nordeste* a respeito da jovem, que iniciava dizendo: “Como é que a família permite a uma jovem pura, recém-sáida de um colégio de freiras, escrever para *O Condenado*” (QUEIROZ, 1998, p. 26). E encerrava, alertando: “Tememos pelo futuro dessa jovem” (QUEIROZ, 1998, p. 26). Preocupado, o dono de *O Ceará* escreveu uma carta ao pai da jovem jornalista, dizendo que não queria expô-la à maldade alheia, que ela era “[...] o encanto, a graça do jornal [...]”, e por isto não queria vê-la como “[...] alvo dos *baldões da padralhada*” (QUEIROZ, 1998, p. 26, grifo nosso). Se Rachel de Queiroz quisesse sair, ele iria compreender, “[...] não iria considerar uma deserção” (QUEIROZ, 1998, p. 26). Daniel Queiroz respondeu que ela não iria sair, pois estava tudo bem. Mas, caso *O Nordeste* insistisse em falar mal de sua filha, podia deixar que ele mesmo iria resolver.

Nesse meio tempo, em janeiro de 1928, Demócrito Rocha⁴⁵ deixava a redação do jornal *O Ceará* para criar seu próprio veículo, o jornal *O Povo*⁴⁶, que circulou a partir do dia 7 de janeiro de 1928 e existe até os dias atuais. Nasceu como jornal político, tendo como objetivo denunciar os desmandos do então Presidente do Ceará, o desembargador Moreira da Rocha. Durante seu período inicial, chegou a apoiar a Coluna Prestes, a Revolução de 1930, o *governo provisório* de Getúlio Vargas e a criação da Ação

⁴⁵ Demócrito Rocha (1888-1943), baiano da cidade de Caravelas. Chegou a morar em Salvador e em Aracaju, onde cursou odontologia. No ano de 1912 mudou-se para Fortaleza, onde concluiu os estudos. Em 1924, acabou entrando para o jornalismo e se tornou colaborador do jornal *O Ceará* até abrir seu próprio jornal (PONTES, 2002).

⁴⁶ O jornal *O Povo* existe até os dias atuais. Com o passar dos tempos criou-se o Grupo O Povo, composto por: rádios, TV, *blogs* e portal de internet (<http://www.opovo.com.br>).

Libertadora Nacional. Depois, declarou-se contra o Golpe de 1937 e o Estado Novo (COSTA, 1988).

No ano da fundação de *O Povo*, muitos que pertenciam à redação d'*O Ceará* migraram para lá. Rachel de Queiroz, que já era conhecida como jornalista, pelo pseudônimo Rita Queluz, passou a também trabalhar no jornal *O Povo*, como colaboradora permanente. Na mesma época, “[...] desbancou Susana Guimarães e, além de assumir, em *O Ceará*, a editoria da coluna “Jazz-band”, tomou posse na vice-diretoria de *A Jandaia*, cujo redator-chefe era Pedro Júnior, poeta com quem trabalharia no suplemento *Maracajá*” (BEZERRA, 2010, p. 19, grifo nosso).

Figura 4- Uma das colaborações de Rachel de Queiroz em *O Povo*



Fonte: Acervo *O Povo* (1937).

Foi nesse intenso período de trabalho, circulando entre dois jornais e uma revista, que Rachel de Queiroz passou a conviver com os jovens da sua geração, principalmente os *comunizados*, como dizia (QUEIROZ, 1998, p. 36). Leitora dos russos Dostoiévski, Gorki e Tolstoi, já estava familiarizada sobre o que era o socialismo, a revolução russa e o comunismo. Assim, não teve dificuldade alguma em se aproximar do grupo comunista, passando a fazer parte dele. Entre os colegas, Hyder Corrêa Lima e Djacir Menezes eram os mais próximos. “Djacir era redator do *Ceará* e já ideólogo comunista, perfeitamente *marxizado*; já Hyder vinha do Rio, do grupo dos professores Bruno Lobo e Castro Rebello, que eram os seus gurus; como o eram também dos seus colegas Adelmo de

Mendonça, Nise da Silveira, Mário Magalhães, Eneida” (QUEIROZ, 1998, p. 37, grifo nosso).

O ambiente jornalístico lhe proporcionou ainda o contato com a realidade de outras mulheres, jornalistas e escritoras, seus pensamentos, opiniões e reivindicações. Um encontro marcante para a formação da visão de mundo de Rachel de Queiroz foi o ideário da escritora mineira Maria Lacerda de Moura⁴⁷. A jovem militante era preocupada com a política, as diferenças sociais, a seca, os movimentos operários, a educação para todos e, naquele momento, principalmente ao conhecer o pensamento de Maria Lacerda de Moura, Rachel de Queiroz passa a dar uma atenção especial à luta pelos direitos da mulher.

Rachel de Queiroz, então, convidou Maria Lacerda de Moura para escrever no jornal *O Ceará*.

Em *O Ceará*, Rachel de Queiroz, não apenas reproduziu os textos de Maria Lacerda de Moura na coluna “Jazz-Band”, como foi além. Passou a escrever sobre ela, traçou seu perfil e defendeu a escritora mineira das críticas da imprensa, principalmente da imprensa católica.

Naquele ano de 1928, não foi somente no jornal de Ibiapina que Rachel de Queiroz defendeu os direitos das mulheres. Também em *A Jandaia* publicou o artigo “Essa questão de voto feminino”. No artigo, a jornalista despejou uma carga de críticas sobre os políticos que vetavam o voto à mulher. Segundo Bezerra (2010),

[...] o texto abre da seguinte maneira: “As mulheres não votarão. É coisa decidida. Os nossos pais da pátria não consentem”. Destemida a cronista se insurge contra os que negam à mulher os direitos políticos “enquanto não assegurar sua independência financeira”. Continua ela: “Eis a grande injustiça do homem mais presunçoso, o mais ingrato, o pior pecador de todos os animais que Deus pôs no mundo durante seis dias bíblicos” (BEZERRA, 2010, p. 18).

⁴⁷ A escritora, que nasceu em 1887, no município de Manhuaçu, Minas Gerais, já era conhecida no Brasil e até mesmo em outros países, como Uruguai e Argentina, por tratar de temáticas sobre educação, direito da mulher, amor livre, por combater o fascismo e o antimilitarismo.

Maria Lacerda de Moura pode ser considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil e uma das poucas ativistas que se envolveu diretamente com o movimento operário e sindical. Publicou diversas obras, dentre elas: *Em torno da educação* (1918); *A mulher hodierna e o seu papel na sociedade da civilização futura* (1923); *Amor e não vos multipliqueis* (1932); e *Han Ryner e o amor plural* (1928). Como muitas mulheres da época, que adentravam o espaço público, Moura sofreu muitas críticas e preconceitos, além de manifestações públicas contra suas posições, seu pensamento e as ideias que defendia.

O artigo remete a um fato que ocorrera no ano anterior (1927), quando o Estado do Rio Grande do Norte foi regulamentar o serviço eleitoral na província e estabeleceu, na ocasião, que não houvesse mais diferença entre sexos para o exercício do voto. Ou seja, a mulher poderia votar. Assim, de acordo com Bezerra (2010, p. 18), “[...] a potiguar Celina Guimarães Viana foi a primeira mulher brasileira a votar [...]”. Porém ocorreu que o Senado Federal não aprovou o projeto e a mulher só teve o direito de voto reconhecido anos depois, em 1934.

Rachel de Queiroz, desde os seus primeiros anos de imprensa, quando já delineava sua identidade como cronista, até o fim de sua trajetória, lutou sempre pelos direitos humanos (liberdade e igualdade, sem distinção de cor, gênero ou posição social). É oportuno registrar que sua vida faz parte da história de luta das mulheres brasileiras para ocupar a cena pública do saber e, em alguns momentos, sua trajetória também compõe a história do feminismo no Brasil. Porém nunca participou formalmente dos movimentos feministas e, apesar de seu pensamento em defesa dos direitos da mulher, não se considerava uma feminista.

Contudo, para além dessa questão, não podemos deixar de considerar que Rachel de Queiroz serviu de inspiração às mulheres através das personagens de seus livros, da sua trajetória e de sua escrita jornalística. Além de ter contribuído para o processo de transformação do lugar das mulheres em nossa sociedade, dedicou-se à melhora da condição de vida da mulher, procura de igualdade de direitos, e à busca da liberação sexual em função dos direitos sobre o próprio corpo. Ela mesma disse que, de sua parte, houve muito empenho em toda essa luta da mulher, principalmente na luta profissional “[...] onde as mulheres têm demonstrado grande vigor” (QUEIROZ, 2002, p. 26).

Sua narrativa jornalística e literária, principalmente seus romances, “[...] desenharam as personagens femininas mais radicais da época” (HOLLANDA, 2002, p. 113). A galeria de mulheres exemplares de Rachel é inaugurada por Conceição, já em seu primeiro romance, *O Quinze*.

***O QUINZE* – Um retrato literário da seca no Nordeste**

O Quinze foi o primeiro romance da cearense Rachel de Queiroz. Publicado no ano de 1930, surgiu no contexto moderno da literatura brasileira. Junto com o livro de José Américo de Almeida, *A bagaceira*, introduziu, no cenário nacional, o romance

regionalista, que resgata a objetividade, o compromisso com o real e a análise psicológica, comuns aos romances realistas de Machado de Assis e Eça de Queiroz, além de adicionar características peculiares da região e o engajamento social, fazendo das páginas do livro um espaço real de discussão das mazelas das primeiras décadas do século XX.

Rachel de Queiroz escreveu o livro em um momento difícil de sua vida. Na ocasião, estava reclusa em seu sítio, devido a uma congestão pulmonar e, suspeita de tuberculose, teve que se submeter a um rigoroso tratamento. Com a reclusão e os momentos ociosos forçados devido ao rígido tratamento, resolveu escrever um livro sobre a seca no Nordeste. A ideia do livro surgiu das memórias que tinha guardado sobre os momentos de seca que sua família e o povo nordestino passaram.

Em *O Quinze*, Rachel de Queiroz desenhou o cenário de uma realidade que há tempos estava presente na vida nordestina e nos contos de um povo, preservado por uma memória coletiva, que gravou a dificuldade de sobrevivência na aridez do sertão do Nordeste. Tendo o sertão cearense como foco, a jovem escritora narra, de uma forma transparente, enxuta e perspicaz, as dificuldades que acompanhavam aqueles que não detinham a posse da terra e que viviam em contato direto com a natureza rude e a seca. Sua narração permite que o leitor vivencie, também, o sofrimento e a esperança de um povo.

O romance é narrado na 3ª pessoa e apresenta dois núcleos narrativos principais. No primeiro, temos a história de Conceição, protagonista da narrativa, mulher com sensibilidades e ideologias, possuidora de uma forte personalidade. Essa personagem mostra-se durante a narrativa preocupada com problemas causados pela seca na vida do povo nordestino, principalmente dos retirantes. Rachel de Queiroz (1984) construiu uma personagem feminina que se caracteriza pela independência e autonomia, principalmente sobre sua forma de pensar. O livro retrata bem essa independência, na seguinte passagem:

[...] Conceição talvez tivesse umas ideias; escrevia livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos, e às vezes lhe acontecia citar Nordau ou Renan da biblioteca de seu avô. [...]. Acostumada a pensar por si, a viver isolada, criara para seu uso ideias e preconceitos próprios, às vezes largos, às vezes ousados, e que pecavam principalmente pela excessiva marca de casa (QUEIROZ, 2012, p. 2).

A moça do livro tem ideias independentes e humanitárias. Dedicou-se ao professorado, “ [...] tinha vinte e dois anos e não falava em casar. As suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora com os dezoito anos e o tempo de normalista;

dizia alegremente que nascera solteirona” (QUEIROZ, 2012, p. 2). A Conceição de *O Quinze* não se preocupava com essa questão do casamento. Tinha outros interesses prioritários. Exemplo disso é que viveu uma história de amor com o primo Vicente, mas o relacionamento nunca chegou a se concretizar. O livro, em seu primeiro núcleo, compõe um grande painel que mostra, não apenas a sociedade patriarcal brasileira e seus impasses, mas, também, o desempenho da mulher num espaço que enfrenta as transformações ambientais, modernizantes e excludentes por que o país passa.

O outro núcleo narrativo é o dos retirantes, que tem como líder Chico Bento. Ele, juntamente com a mulher, os filhos e a cunhada, abandona a casa, após tempos aguardando a chuva que não chegava, e seguem em busca de uma vida melhor. Enquanto a família batalha pela sobrevivência, no meio do percurso, a cunhada de Chico Bento resolve ficar em uma cidade e desliga-se da família. Um dos filhos do líder morre após ingerir mandioca crua, o que aumenta ainda mais o sofrimento desses retirantes. É nesse cenário de migração, de busca por um lugar melhor, que a seca, com suas vítimas, mais aparece.

Rachel de Queiroz apresentou *O Quinze* primeiramente aos que decidiram por incentivá-la e apoiá-la, comprando uma máquina de escrever Corona, de segunda mão, que deram de presente à jovem. Rachel, então, tratou de passar os manuscritos a limpo e a família decidiu pagar dois contos de réis para a publicação da primeira edição do livro (Rachel aceitou como empréstimo e com a venda dos livros devolveu o dinheiro), que foi impresso pelo Estabelecimento Graphico Urania e teve uma tiragem de 1.000 (mil) exemplares.

Com a publicação, vieram as críticas. No Ceará não fez muito sucesso de início. A primeira crítica veio em artigo escrito por uma pessoa de sua roda, um escritor, falando que o livro “[...] era impresso em papel inferior e não dizia nada de novo” (QUEIROZ, 1998, p. 31). Houve pessoas questionando a autoria do livro, dizendo não ter sido Rachel, mas sim seu pai, Daniel Queiroz.

Rachel de Queiroz conta que, na época, tudo a deixava meio desconfiada e, diante das críticas locais, tendo que resolver sobre a divulgação do seu livro além do Ceará, resolveu montar uma estratégia para divulgar o livro e contou com ajuda dos amigos:

Morava então no Ceará o jornalista carioca Renato Viana, que me deu os endereços das pessoas do Rio de Janeiro, uma lista de jornalistas e críticos para os quais eu devia mandar o livrinho. O mestre Antônio

Sales, que adorou o livro, também me deu outra lista. Então, me chegou uma carta do meu amigo Hyder Corrêa Lima, que morava no Rio, convivia com Nazareth Prado e a roda de Graça Aranha. Hyder mostrava na carta o maior alvoroço e contava o entusiasmo de Graça Aranha por *O Quinze*. Depois veio uma carta autografada do próprio Graça, realmente muito entusiasmado. Em seguida começaram a chegar críticas, de Augusto Frederico Schmidt (no *Novidades Literárias*), do escritor Artur Mota, em São Paulo; foram pipocando notas e artigos, tudo muito animador. No Ceará, não. Não me lembro de nenhuma repercussão. Depois, quando a coisa virou, é que o livro começou a pegar por lá (QUEIROZ, 1998, p. 31, grifo nosso).

O sucesso do seu romance ganha uma proporção nacional, ainda na efervescência do modernismo. As críticas, em sua maioria, eram positivas. Os primeiros a escreverem sobre a então nova escritora são os modernistas Augusto Frederico Schmidt e Mario de Andrade. Foram estas as críticas responsáveis pelos primeiros passos de sucesso da autora e sua inserção nos círculos intelectuais. Ambos avaliaram positivamente *O Quinze*, pois possuía “[...] uma característica cara aos modernos e aparentemente contraditória vinda de uma mulher: a simplicidade da escrita, clareza e objetividade” (GUERELLUS, 2010, p. 6).

Frederico Schmidt, em 18 de agosto de 1930, no *Notícias Literárias*, escreveu sua crítica, posteriormente reproduzida no jornal *O Povo*, no mês seguinte:

Acabo, agora mesmo, de ler um romance e não resisto à tentação de sobre ele dizer algo, de comunicar o entusiasmo de que estou possuído, de chamar a atenção para um livro que vem revelar a existência de um grande brasileiro, inteiramente desconhecido. Grande escritor que é uma mulher, e incrivelmente jovem. Refiro-me ao *O Quinze*, de Rachel de Queiroz.

[...]

Nada há no livro de D. Rachel de Queiroz que lembre, nem de longe, o pernosticismo, a futilidade, a falsidade da nossa literatura feminina. É o livro de uma criatura simples, grave e forte, para quem a vida existe. É que não é apenas a compreensão exterior da vida. Livro que surpreende pela experiência, pelo repouso, pelo domínio da emoção – e isto a tal ponto que estive inclinado a supor que D. Rachel de Queiroz fosse apenas um nome escondendo outro nome.

Tudo se passa em *O Quinze* dentro de um ambiente de absoluta realidade, tudo acontece com a mais perfeita naturalidade, naturalidade que é mantida em todo o livro sem nenhuma queda.

Livro brasileiro, profundamente brasileiro! Que felicidade se poder chamar um livro nosso de brasileiro, porque a preocupação brasileira que seguiu o nosso movimento modernista quase que retirou dessa circunstância toda a excelência, tornando-a até uma coisa artificial à força de intencionalidade.

Livro verdadeiramente brasileiro, livro corrente e claro, livro que consegue manter a forma no mesmo diapasão com o assunto, na simplicidade que o liga admiravelmente.

[...]. Não há nenhum sentimentalismo na escritora de *O Quinze*. Constata ela apenas a realidade, sem procurar concluir coisa nenhuma, de uma singela frescura que não pode deixar de comover ao leitor. Não reclama nenhuma providência contra a seca, pois seu livro nada tem de caráter panfletário. Não amaldiçoa a terra, não força o sentimento de piedade com inventivas violentas, nem com lamentações pungentes. (SCHMIDT, *O Povo*, 04/09/1930, p. 03-04. *apud* CUNHA, 2013, p. 67-68).

Mario de Andrade, assim como Schmidt, elogiou o livro, considerando-o de inestimável valor, uma obra primorosa sobre o cenário da seca no Nordeste brasileiro, pois, para ele, a jovem Rachel de Queiroz retratou seca nua e crua, assim como ela é.

Rachel de Queiroz com *O Quinze* nos dá um modo novo de conceber a ficção sobre a seca, e esse modo novo me é especialmente grato porque na espera dele eu me vim do Nordeste no ano passado. [...]. Mas depois que apalpei o Nordeste e uma apenas pequena e passageira seca, sem mortes nem misérias terríveis como consequência, mas com toda a sua ferocidade assustadora, o que me irritou um bocado foi os autores terem feito literatura sobre a seca. Isso me pareceu e continua parecendo... desumano. [...]. [...] E a moça vir saindo com um livro humano, uma seca de verdade, sem exagero, sem sonoridade, uma seca, seca, pura, detestável, medonha, em que o fantasma da morte e das maiores desgraças não voa mais que sobre a São Paulo dos desocupados. Rachel de Queiroz eleva a seca às suas proporções exatas. Nem mais, nem menos. É horroroso, mas não é Miguel Anjo. É medonho, mas não é Dante. É a seca (ANDRADE, 1976, p. 251-252, grifo nosso).

Fã do escritor, leitora assídua de *Macunaíma*, a moça Rachel recebeu o elogio com grande felicidade (QUEIROZ, 1998). Tempos depois, tornou-se grande amiga do escritor, primeiramente através de cartas. Porém somente o conheceu pessoalmente em 1939 (mas já o considerava amigo), ano em que Mario de Andrade “andava exilado no Rio de Janeiro”, já no Estado Novo. O motivo, segundo Rachel de Queiroz, pode ter sido político. Ela conta que “Mario vivia no Rio humilhado, ofendido, tinha perdido as suas posições em São Paulo, onde fora um homem muito importante, professor e grande guru” (QUEIROZ, 1998, p. 111-112).

O Quinze projetou a jovem Rachel num cenário de intelectuais. Ganhou a atenção e o reconhecimento, como vimos, dos grandes nomes da literatura. Dentre eles, destacamos também o escritor Graciliano Ramos, que ficou encantado com a narrativa sobre a seca, porém, perplexo, por *O Quinze* ter sido escrito por mulher:

O Quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com este nome. É pilheria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado.

Depois conheci *João Miguel* e conheci Rachel de Queiroz, mas ficou-me durante muito tempo a ideia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discurso e sonetos, muito bem. Mas escrever *João Miguel* e *O Quinze* não me parecia natural (RAMOS, 1989, p. 133, grifo nosso).

Apesar do reconhecimento, não era estranha, nos anos de 1930, essa *teimosia* que teve Graciliano Ramos. Muitas pessoas, incluindo algumas mulheres escritoras, relutavam em acreditar que uma mulher poderia ter escrito tal obra. Isso porque, na década de 1930, as mulheres ainda estavam começando a ganhar espaço, era apenas o início da luta pela conquista dos direitos de igualdade dos gêneros. E é nesse momento, com Rachel de Queiroz, que percebemos “[...] a debilidade da situação da mulher intelectual na sociedade brasileira dos anos de 1930” (CUNHA, 2013, p. 72). Embora existissem muitas mulheres que já ocupavam o cenário das letras, como, no Ceará, as “[...] professoras-escritoras Francisca Clotilde, Emília Freitas, Ana Facó, Alba Valdez Abigail e Ana Sampaio” (CUNHA, 2013, p. 72), que escreviam “[...] romances, contos, poemas, artigos, contribuindo assim para história cultural das mulheres no Brasil” (CUNHA, 2013, p. 72), a literatura feminina aceita era aquela simples e floreada, com seu enredo de finais sempre felizes e casamentos que, na época, eram o melhor futuro para uma mulher. Rachel de Queiroz quebrou barreiras e preconceitos. Segundo Hollanda (2012, p. 112), a escritora “[...] gostava, portanto, de ser considerada longe dessa literatura”, distante de uma literatura *água com açúcar*.

O ano de 1930 foi emblemático para Rachel de Queiroz, primeiro pela publicação de *O Quinze*. Segundo, porque, na época, como funcionária pública da Escola Normal de Fortaleza, onde trabalhou de 1929 até 1930, recebeu o título de Rainha dos Estudantes. Um título que, anteriormente, como vimos, tinha sido motivo de crítica da moça escritora, em carta para o periódico *O Ceará*. Assim, começou a juventude como fenômeno literário e Rainha dos Estudantes.

Rachel de Queiroz conta que, na ocasião deste título “[...] as normalistas chefiavam a campanha junto dos alunos do Liceu e das faculdades; e, vindo um novo

concurso, me elegeram Rainha dos Estudantes. Fui uma Rainha muito festejada porque, sendo jornalista e já tendo saído *O Quinze*, havia muita badalação em torno de mim. Cidade pequena, sabe como é” (QUEIROZ, 1998, p. 27). Mas, no dia em que a jovem foi receber o título, justamente no momento da festa, chegou a notícia de que o presidente da Paraíba, João Pessoa, havia sido assassinado em uma confeitaria do centro de Recife⁴⁸, o que acabou por dispersar as pessoas, e a própria Rachel de Queiroz, que, com a família, retornou ao sítio onde residiam.

O assassinato de João Pessoa, ocorrido no 26 de julho de 1930 em Recife, teve um efeito traumático, resultando numa forte atmosfera revolucionária no país. O governo de então tornou-se impopular perante as massas e caiu facilmente, no dia 03 de novembro de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, poder este que deveria ser transitório.

Após derrubar o então presidente Washington Luís, Getúlio Vargas assume pela primeira vez a presidência da República do Brasil. Em seu primeiro mandato, pôs em evidência o nacionalismo e o populismo. Considerado o presidente que governou o país por mais tempo, Vargas esteve à frente do poder em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Os períodos são conhecidos como a “Era Vargas”.

Rachel de Queiroz comenta que “[...] já estava comunista, muito doutrinado por Djacir Menezes, Jáder de Carvalho, Moésia Rolim, os comunistas daquela época, então a minha corriola. Chamávamos a revolução de 1930 de *o golpe dos tenentes*” (QUEIROZ, 1998, p.28, grifo nosso). Na verdade, o grupo comunista não tomou partido da revolução, “[...] não porque não apoiasse os revolucionários contra Washington Luís, mas porque, entre nós, se considerava esse movimento uma revolução absolutamente burguesa, sem característica social, que nós, claro, rejeitávamos” (QUEIROZ, 1998, p. 36).

Passada a efervescência da Revolução ou do *golpe*, o livro de Rachel ainda era destaque no cenário nacional, inclusive ganhando, em 1931, o prêmio de literatura da Fundação Graça Aranha. Rachel de Queiroz foi até o Rio de Janeiro recebê-lo.

Por ocasião da viagem ao Rio de Janeiro quando foi receber o prêmio, Rachel de Queiroz conheceu, ao passar de navio pelo Recife, o bancário e poeta bissexto José Auto da Cruz Oliveira, mais conhecido apenas por José Auto. Começaram a namorar por correspondência.

⁴⁸ A capital de Pernambuco, Recife, fica próxima geograficamente da capital da Paraíba, onde João Pessoa era presidente, na época de 1930, quando foi assassinado. A distância entre as duas capitais é de aproximadamente 119 km.

O Quinze foi traduzido para outras línguas como, por exemplo, o alemão, realizada por Ingrid Schwamborn, em 1978, publicado pela editora Suhrkamp, e para o japonês, *Kambatsu*, traduzido por Kazuko Hirokawa, no mesmo ano, em Tóquio. Apresentou-se, desde o nome (*O Quinze*), como um fragmento de espelhos da realidade, da infância e das referências indenitárias da escritora, além de uma parcela da história brasileira: a seca dos anos de 1915.

Rachel de Queiroz e seu curto relacionamento com o PC

No ano de 1931, Rachel de Queiroz, já familiarizada com o comunismo, ou como ela mesma dizia já *comunizada*, aproveitou a ida para o Rio de Janeiro, quando foi receber o prêmio Graça Aranha, para aprofundar suas relações com o Partido Comunista. Levou com ela uma carta de Hyder Corrêa Lima para o sanitarista Mário Magalhães, marido da médica psiquiatra Nise da Silveira. Contudo, não eram do partido apenas simpatizantes. Mas foi através dessa roda que conheceu algumas pessoas do partido, como o bancário Laudomiro Pereira, que se tornara seu amigo.

A jovem ficou no Rio de Janeiro por dois meses, aumentou sua rede social de amizades e, quando regressou ao Ceará, levou consigo as credenciais do partido e “[...] a missão de promover a reorganização dos destroços do Bloco Operário e Camponês e instalar em Fortaleza uma nova Região” (QUEIROZ, 1998, 37). Rachel de Queiroz tornou-se consultora regional do Partido Comunista, principalmente por ter bons contatos no Rio.

Como membro do partido e principal representante no Ceará, a então jornalista e mais nova escritora viaja novamente ao Rio, em 1932, com a finalidade de buscar material de propaganda e receber palavras de ordem. Na ocasião, tinha acabado de concluir o seu segundo romance, *João Miguel*, e levou-o junto na viagem.

O novo romance conta a história de João Miguel, um operário que, em meio a bebedeira, numa festa, mata um colega a facadas. A partir daí o enredo gira em torno de sua vida na prisão, a solidão, o isolamento e, além de tudo, a traição da companheira com o soldado do presídio local.

A história da existência de um segundo romance de Rachel de Queiroz espalhou-se e a direção do partido solicitou que ela entregasse os originais para avaliação. Somente

após a leitura, teria o aval para publicação. A autora, mesmo de má vontade, entregou os originais, mas o fez por respeito às regras do PC, que eram rígidas, principalmente com intelectuais. Segundo Rachel de Queiroz (1998, p. 39), “[...] os operários, que compunham a aristocracia dos grupos marxistas, exigiam [...] obediência cega. Os intelectuais eram por eles considerados uma espécie de subclasse, pouco merecedora de confiança”.

Depois de quase um mês, a escritora foi procurada para receber a decisão sobre sua obra. O Partido Comunista concedeu a autorização, porém com ressalvas. O enredo deveria ser modificado, pois não atendia fielmente à doutrina do PC.

A moça Rachel estava em uma situação complicada, pois eles tinham nas mãos a única cópia que possuía do romance. Assim, a escritora pegou o exemplar para que pudesse operar as modificações exigidas. Contudo, após retomar os originais do livro, disse em voz alta e calma: “Eu não reconheço nos companheiros condições literárias para opinarem sobre minha obra. Não vou fazer correção nenhuma. E passar bem!” (QUEIROZ, 1998, p. 40-41). Em seguida, correu e foi embora, rompendo com o PC. Desse dia em diante, nunca mais teve contato com o pessoal do partido.

Seu novo romance caiu nas mãos de um de seus primeiros críticos quando escrevera *O Quinze*, Augusto Frederico Schmidt⁴⁹, que, na época, inaugurara a Schmidt Editora, e por ela publicou *João Miguel*. Para Queiroz (1998, p. 43), “Schmidt era um sujeito incrível, uma das personalidades mais estranhas, singulares e variadas [...]” que conheceu. “[...] Um homem de grande talento poético, de grande senso lírico, aliado a um sentimento trágico do mundo” (QUEIROZ, 1998, p. 43).

Foi esse homem que lançou no mercado grandes obras, como *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre; *Caetés*, de Graciliano Ramos; *Maquiavel e o Brasil*, de Otávio de Faria, e *João Miguel*, de Rachel de Queiroz. *João Miguel* chegou ao público e foi bem aceito pela crítica. Tristão de Athayde, ao escrever a orelha do livro, destaca-o como uma grande revelação. Diz que é neste livro

[...] que Rachel de Queiroz se abre como autêntica romancista. É a mais simples das narrativas: um crime, uma absolvição. E entre eles, uma traição de amor. Mas o que se passa na prisão, enquanto isso, e

⁴⁹ Além de editor, firmou-se como grande poeta. Escreveu *O pássaro cego*, *Canto do brasileiro* e *Navio perdido*, dentre outros. Como empresário, foi um dos fundadores da cadeia de supermercados DISCO, que surgiu nos anos de 1950, no Rio de Janeiro.

especialmente o que se passa na mente de João Miguel, criminoso sem querer, arrastado por simples impulsos de momento sob a ação do álcool – é que mostra a mão da autêntica escritora (ATHAYDE, 1978).

Percebemos que a questão central de *João Miguel* está naturalmente atrelada ao problema da liberdade humana, numa concepção tanto física como psicológica, o que, neste ponto, diverge do ponto central de *O Quinze*. Segundo Haroldo Bruno (1977), no entanto, existe mesmo até uma

[...] continuidade essencial, subjacente, nas formas narrativas utilizadas em cada um dos livros, diferentes sob tantos aspectos; há até a probabilidade de desdobramento lógico e aparente. Admitindo que o problema de deliberar o homem entre a vontade e o destino, entre o arbítrio e a consciência e a opção das circunstâncias, pode-se afirmar que eles constituem as versões extremas do mesmo tema.
[...]. Os dois romances expressariam o conceito de que o homem goza só de uma liberdade aparente, escravizada ora ao desequilíbrio das forças da natureza, ora ao desequilíbrio da vida social (BRUNO, 1977, p. 48-49).

Em ambas as obras, há preocupação da autora em abordar a questão da liberdade humana em suas diferentes dimensões. *João Miguel* é uma das obras mais características da arte de Rachel de Queiroz. O livro não sentencia, deixa livre o leitor para reagir diante dos fatos, sobre os vários impulsos emocionais. Porém sua finalidade é não fugir da naturalidade da lógica cotidiana, como acontecia (e acontece) no Brasil.

Novos tempos

O ano de 1932 reservou a Rachel de Queiroz acontecimentos marcantes. Além de lançar *João Miguel* e romper com o Partido Comunista, durante sua longa estada no Rio de Janeiro, enquanto assistia a um comício em frente ao Teatro Municipal, juntamente com sua prima Mirtes, filha do tio Esperidão⁵⁰, foi presa. Esse comício aconteceu, em maio daquele ano, justamente quando eclodia a revolução de 1932, no Estado de São Paulo. Os insatisfeitos com o governo *provisório* de Getúlio Vargas começaram uma série de manifestações de rua na capital, contrárias ao governo.

⁵⁰ Foi médico, cientista e escritor cearense.

O que Rachel de Queiroz passou, de certo, foi um reflexo do seu breve relacionamento com o PC e seu posicionamento político ante Vargas. Sua imagem de comunista, mesmo estando rompida com o partido, prejudicou-a. Seu namorado, José Auto, também foi preso, quando estava na cidade de Maceió, visitando os familiares. Embora José Auto não fosse filiado ao partido, via-se mais ou menos na mesma posição de Rachel, contra o atual governo. Na ocasião, ocorreu que a polícia do estado alagoano ficou sabendo da prisão de Rachel de Queiroz e que, em sua viagem de retorno ao Ceará, passaria por Alagoas. Para evitar o encontro do casal antigetulista, prenderam o poeta que, mesmo assim, conseguira se comunicar por uma troca de bilhetes, através da intermediação de uma vendedora de rendas (QUEIROZ, 1998).

Durante todo o ano, o casal continuou mantendo o namoro por correspondência e, no dia 14 de dezembro de 1932, casaram-se na propriedade da família Queiroz, no sítio Pici. Casados, mudaram para Itabuna, porque José Auto, como funcionário do Banco do Brasil, havia sido nomeado para a agência daquela cidade baiana. Chegando a Ilhéus, foram recebidos pelo amigo Jorge Amado que, como filho da Bahia, sentia-se responsável pela recepção ao casal.

De Ilhéus, seguiram para Itabuna e por lá se instalaram. Nesse tempo, Rachel de Queiroz engravidou, e, quando estava no sétimo mês, regressou para ter a filha Clotilde no Ceará. José Auto, então, conseguiu pleitear uma transferência para o Rio de Janeiro, para que o casal pudesse ter uma melhor qualidade de vida.

A família mudou-se para a capital federal, quando a criança tinha um mês de nascida, e por lá ficou apenas três meses. Depois, seguiu para São Paulo. Ocorre que a transferência do bancário não havia se confirmado e, em decorrência disso, transferiram-no para São Paulo. Naquele período, José Auto mantinha contato com amigos trotskistas de Pernambuco e, através deles, conheceu a célula trotskista⁵¹: Lívio Xavier, Mário

⁵¹ O trotskismo introduziu-se no Brasil pelo militante, crítico de arte e de literatura dos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* Mário Pedrosa. Tudo teve início no ano de 1929, quando o crítico estava a caminho de Moscou, para realizar os estudos no Instituto Marx-Engels-Lenin. Na ocasião, ficou sabendo dos detalhes da luta Stalin-Trotsky. A partir de então, resolveu modificar seus planos. Seguiu para Paris e associou-se ao grupo francês dos trotskistas. De lá, passou a escrever aos jovens amigos comunistas, contando-lhes a experiência e convencendo-os a aderir ao trotskismo. Entre os amigos, estavam Aristides da Silveira Lobo, Lívio Xavier e Rodolfo Coutinho que, juntos, criaram o Grupo Comunista Lenin. Em 1931, o nome do grupo mudou para Liga Comunista do Brasil, oficialmente filiada à Oposição de Esquerda Internacional (ALEXANDER, 1991).

Pedrosa, Aristides Lobo e outros. Passaram inclusive a morar ao lado de Lívio Xavier e sua família.

Rachel de Queiroz, assim como alguns colegas, havia rompido com o Partido Comunista e, junto ao primeiro marido, José Auto, passou a fazer parte do então grupo trotskista de São Paulo. O grupo em questão teve uma importante colaboração nas análises sobre a história do Brasil, principalmente a conjuntura do imediato 1930. Além de realizarem uma intensa atividade editorial e jornalística de propagação do marxismo e antifascismo, era um grupo de intelectuais capacitados. Segundo Queiroz (1998, p. 64), “[...] era esse grupo de trotskistas a fina flor do movimento. A desgraça era que só tínhamos teóricos e não tínhamos massa”.

Foi em São Paulo, como trotskista, que Rachel de Queiroz realizou suas primeiras traduções. Ela e os colegas se ocupavam, dentre outras coisas, em traduzir as memórias de Trotsky para uma editora de nome Atena, cujo dono era um italiano, Salvador Pintuade. Na época, Mário Pedrosa e Lívio Xavier correspondiam-se diretamente com Trotsky e, através desse contato direto, conseguiam com facilidade, e de maneira gratuita, a autorização de publicação, ou seja, tinham os direitos autorais de toda a obra (QUEIROZ, 1998).

Em São Paulo, os tempos eram de dificuldade para aqueles contrários a Getúlio Vargas. Depois da Revolução de 1932, já em 1933, o então presidente *provisório* mandou para lá tropas do Nordeste, com o propósito de ocupar e dominar o Estado de São Paulo. Em memória sobre esses tempos difíceis, Rachel de Queiroz conta que, ao contrário do que receavam (ela e o esposo), os grupos paulistas com que tiveram contato os receberam muito bem. Lá ela cuidava de sua filha, fazia as traduções e, à noite, dava aulas particulares, no Sindicato de Professores de Ensino Livre.

A passagem por São Paulo, porém, foi breve e, no ano de 1935, José Auto já estava com uma nova transferência. A família mudou-se então para Maceió. Na época, a literatura alagoana iniciava seu período áureo. Lá existiam os cafés literários, onde se encontravam os grandes nomes, como Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo, Valdemar Cavalcanti, Santa Rosa, Alberto Passos Guimarães e Aurélio Buarque de Hollanda, dentre outros. Nesse cenário, Rachel de Queiroz e o marido se deram bem.

Porém o ano foi de grande tristeza para o casal. Tiveram dois grandes golpes:

[...]. Eis que uma febre alta, seguida de meningite, em vinte e quatro dias roubou minha filhinha, em fevereiro de 1935. Três meses depois,

morreu meu irmão Flávio [...]. Flávio morreu de uma septicemia causada por uma espinha no rosto. Mamãe, arrasada, eu, profundamente desolada, conseguimos uns tempos lá, depois alugamos uma casa em Fortaleza (QUEIROZ, 1998, p. 68).

Após a irreparável perda da filha, em pouco tempo, Rachel de Queiroz e José Auto voltam a Fortaleza. Desolada, numa tentativa de superar os acontecimentos, a escritora resolveu trabalhar para uma firma de exportação, chamada G. Gradhvol et Fils, como responsável pelas correspondências em língua francesa e inglesa. Iniciou a carreira em 1936, e em 1938 já havia sido promovida a gerente. Mas embora tivesse um bom emprego, com um bom salário, os tempos ficaram cada vez mais difíceis para Rachel. Além da perda da filha, seu casamento estava com problemas. E, segundo Hollanda (2005), os problemas da escritora não acabaram por aí. Uma surpresa desagradável lhe ocorrera: “A ditadura de Vargas começa a atuar com mão de ferro no Nordeste intensificando suas estratégias de defesa contra *o perigo vermelho*. Rachel foi presa como comunista, no Corpo de Bombeiros, em regime incomunicável” (HOLLANDA, 2005, p. 19). Na prisão, Rachel de Queiroz, mesmo trancafiada, não deixou de trabalhar. Foi lá que escreveu seu terceiro romance, *Caminho de pedras*.

Rachel de Queiroz em *Caminho de pedras*

No ano de 1937, Rachel de Queiroz lança, pela Editora José Olympio⁵², *Caminho de pedras*, romance que escrevera na prisão. A José Olympio foi sua editora até o ano de 1992 e teve uma grande importância na vida da escritora, não apenas profissional, mas pessoal.

Após a repercussão de *O Quinze*, depois de sua segunda edição pela Editora Nacional, e de ter *João Miguel* lançado pelo editor Augusto Fredrico Schmidt, Rachel foi convidada a fazer parte do grupo de autores e tradutores da empresa que se tornou uma das maiores casas editoriais do país: a José Olympio. Como tradutora, traduziu uma diversidade de livros do inglês e do francês. Dentre eles, podemos destacar: Fiódor Dostoiévski, John Galsworthy, Jane Austen, Honoré de Balzac e outros.

⁵² A Editora José Olympio surgiu no ano de 1931, em São Paulo. José Olympio Pereira Júnior, após adquirir as bibliotecas da família Pujol e de Estevão de Almeida, transformou seus espaços e estabeleceu sua empresa como livraria. Em seu primeiro ano de existência, sua primeira obra publicada foi traduzida por José Almeida Camargo: *Conhece-te pela psicanálise*, cujo título original é *How to Psychoanalyse Yourself*, do americano Joseph Ralph (VILLAÇA, 2001).

Em *Caminho de pedras* (1937), Rachel de Queiroz apresenta um contexto que coincide com períodos de grande agitação política e cultural, no Brasil, onde o conservadorismo se opõe a qualquer modificação de forças existentes no campo político. O período seria o da “Revolução de 1930” até a implantação do Estado Novo (1937). O livro relata mudanças ideológicas que trouxeram consequências na vida social, cultural e econômica de um povo. Uma dessas mudanças é, certamente, a nova posição da mulher nas sociedades em crise. A obra se desenvolve sobre um contexto no qual a condição feminina parte da desigualdade de gênero na sociedade contemporânea. Vemos a obra transitar entre o contexto da revolução e da luta feminina contra os preconceitos e as armadilhas das convenções ditadas pela classe dominante. Além disso, o livro marca o reposicionamento da escritora frente ao Partido Comunista, seu ressentimento como intelectual de esquerda, que teve seu anseio pela mudança social impedido por tal partido, devido à sua origem de classe.

Caminho de pedras é uma leitura que parece atual. Na época, impactou os detentores do poder, e por isso, foi apreendido e queimado. Ocorreu que, quando em 1937 foi decretado o Estado Novo, Rachel de Queiroz e outros escritores, como Jorge Amado, José Lins do Rêgo e Graciliano Ramos, sob a acusação de *subversivos*, tiveram todos os seus livros editados recolhidos e queimados, por ordem da Sexta Região Militar de Salvador.

O que aconteceu com esses escritores foi reflexo do novo modo de governar de Getúlio Vargas. Segundo Fausto (2010), o Estado Novo foi implantado em estilo autoritário e sem grandes flexibilizações. Na ocasião,

[...] o movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levar solidariedade a Getúlio a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos (FAUSTO, 2010, p. 200).

Depois da publicação de *Caminho de pedras* (1937) e de toda confusão em torno do livro, Rachel de Queiroz, ao refletir sobre os acontecimentos de sua vida, percebeu que o comércio não era a carreira que queria e que seu casamento havia chegado ao fim. Diante disso, em 1939, resolveu separar-se de José Auto e deixar o Ceará, para morar no Rio de Janeiro. A separação, entretanto, somente ocorreu no Rio de Janeiro, por respeito aos familiares (QUEIROZ, 1998).

Segundo Carvalho (2010. p. 11), ainda que Rachel de Queiroz tivesse ido para o Rio de Janeiro, o divórcio foi “[...] um gesto escandaloso para a época”. Acreditamos que Carvalho (2010) referiu-se ao fato de que o casamento dos anos de 1930 era indissolúvel e havia, portanto, discriminações para eventuais separações conjugais. Inicialmente, segundo a lei dos homens, o casamento era indissolúvel. E enquanto não existia o divórcio, que somente foi criado por lei no ano de 1977, havia a figura do desquite⁵³ que, na verdade, era um paliativo, sendo que os desquitados não podiam casar novamente, ou seja, o desquite transformava-se em separação, que não punha fim ao casamento.

Rachel de Queiroz pareceu não se abalar com os preconceitos da época e seguiu seus ideais. Foi morar no Rio de Janeiro e lá se aproximou do jornalista, linguista e violoncelista Evandro Moreira Pequeno, seu vizinho no edifício Marcelle, na Esplanada do Castelo, no Centro da cidade. Evandro Moreira Pequeno colaborava, na época, com o jornal *Diário de Notícias*⁵⁴ e, através dele, Rachel de Queiroz passou a ser sua colaboradora também. Assim, aos poucos, foi ganhando espaço e reconhecimento: “[...] era uma vida conquistada, tornara-se uma profissional livre e emancipada financeiramente, o que era raro na época” (HOLLANDA, 2005, p. 21).

Rio de Janeiro: uma vida de conquistas

Em 1939, Rachel de Queiroz alcançou um espaço de independência e respeito no cenário nacional que poucas mulheres haviam conseguido. Foi nesse ano, também, que lançou o seu quarto romance: *As três Marias* (1939)⁵⁵. O romance conta sobre a convivência de três amigas num internato de freiras. São as três Marias: Maria José, uma moça solitária, apegada à religião; Maria da Glória, órfã, sonhadora e futura mãe de família; e Maria Augusta, a Guta, vinda do sertão nordestino cearense, independente e rebelde.

⁵³ Na época, utilizavam-se as expressões como *desquite por mútuo consentimento* e *desquite litigioso*. Com a Lei do Divórcio de 1977, as expressões foram substituídas por *separação consensual* e *separação litigiosa*. Portanto, o antigo desquite é o que se chama hoje de *separação* (VENOSA, 2010).

⁵⁴ Jornal carioca diário e matutino, fundado em 12 de junho de 1930, por Orlando Ribeiro Dantas. Saiu de circulação na década de 1970 (SODRÉ, 1999).

⁵⁵ Em 1980, estreia, na Rede Globo, a novela *As três Marias*, baseada no romance homônimo de Rachel de Queiroz (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, 2002). Para mais informações sobre a novela, acessar o *site* Memória Globo: < <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/as-tres-marias.htm> >.

As três Marias (1939) foi escrito na primeira pessoa e trouxe fatos que coincidem claramente com a vida pessoal da autora, como a sua mocidade, nos tempos do Colégio Imaculada Conceição, quando conheceu suas melhores amigas (Alba Frota e Odorina Castelo Branco).

As três Marias, como *O Quinze*, *João Miguel* e *Caminho de pedras*, mostra

[...] a afirmação de seu compromisso com a linguagem clara, de dicção moderna, a preocupação com o social, seus conflitos políticos, sua raiz nordestina. Marca ainda sua habilidade no desenho de personagens femininas cujo desempenho desafia invariavelmente a lógica patriarcal desta primeira metade do século XX (HOLLANDA, 2005, p. 20).

Como podemos ver, o problema da emancipação da mulher é pauta constante nos quatro primeiros romances, nos quais a luta das personagens femininas pela liberdade é representativa, de tal modo, que trouxe aos leitores uma reflexão sobre o novo papel da mulher na sociedade. Além disso, a história de luta das personagens rachelianas coincide com a história de vida da autora e suas lutas pessoais por liberdade.

Em 1940, Rachel de Queiroz entra em uma nova fase profissional, exercendo seu ofício de jornalista em mais três jornais: o *Correio da Manhã*⁵⁶, *O Jornal* e o *Diário da Tarde*⁵⁷. Naquele mesmo ano, sua vida pessoal também mudou. Ocorreu que, através de um primo, o médico e escritor Pedro Nava, Rachel de Queiroz conheceu aquele que se tornara o grande amor e parceiro de vida, o médico Oyama de Macedo.

Rachel de Queiroz e Oyama de Macedo uniram-se naquele mesmo ano de 1940. Como não podiam oficializar a união, pois a escritora era desquitada, e o divórcio só foi autorizado em 1977, resolveram morar juntos. A atitude dos dois chocou a sociedade conservadora da época, mas seus pais fizeram questão de quebrar o preconceito e os

⁵⁶ O *Correio da Manhã* foi um jornal carioca de grande importância para o Brasil do século XX. Fundado pelo jornalista e advogado Edmundo Bittencourt, pelo político Manuel Vitorino e pelo magistrado, jornalista e político Leão Veloso, o *Correio da Manhã* protagonizou, na imprensa brasileira, uma história importante, começada no dia 15 de junho de 1901. Uma história que, durante boa parte dos 74 anos seguintes, iria alterar várias vezes a vida política do país. Era um jornal do Rio, que o país inteiro lia. O *Correio da Manhã* deixou de circular em 1974 (SODRÉ, 1999). Para quem tiver interesse em ter acesso a exemplares do *Correio da Manhã*, a Biblioteca Nacional disponibiliza algumas edições, já digitalizadas. Basta acessar o site da Biblioteca. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=089842&pesq=> >. Acesso em: 29 ago. 2016.

⁵⁷ *O Jornal* (1924) e o *Diário da Tarde* (1931) faziam parte do maior conglomerado de comunicação do século XX, os *Diários Associados*, do jornalista Assis Chateaubriand. Segundo Moura (2011, p. 97), “[...] em outubro, exatamente dia 30 de outubro de 1924, Assis Chateaubriand, aos 32 anos, realiza o sonho de ser proprietário de um jornal. Eis o começo de seu império”. E, em 1931, nasceu o *Diário da Tarde*.

abençoaram. Segundo Ferreira (2015, p. 38), “[...] mais uma vez, Rachel desponta com sua personalidade forte, um exemplo de que as convenções sociais são quebradas a todo momento, em especial quando se trata das discussões acerca do lugar das mulheres em sociedade”.

A lista de mudanças da jornalista não para por aí. Quando soube do assassinato de Trotsky, em 1940, rompeu com o trotskismo enquanto ideal. Rachel de Queiroz disse, em entrevista: “[...] quando mataram o camarada Trotsky, eu virei, como digo, uma doce anarquista” (QUEIROZ, 2002, p. 27).

Mesmo não tendo mais o trotskismo como ideal, passou a colaborar com o jornal *A Vanguarda Socialista*, do colega Mário Pedrosa. O jornal surgiu em 31 de agosto de 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro. Pedrosa reunia, no corpo de jornalistas, colaboradores trotskistas, dissidentes do Partido Comunista, e intelectuais socialistas.

O ano de 1945 foi emblemático para todo o mundo, pois chegava ao fim o maior confronto da história da humanidade, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A liberdade fora alcançada, mas à custa de milhares de pessoas mortas e de profundas ruínas na civilização ocidental.

No Brasil, os tempos também eram de mudanças. O fato de o Brasil ter entrado na Segunda Guerra Mundial gerou uma situação insólita. Afinal, o Brasil sustentava um regime ditatorial inspirado no mesmo fascismo que combatera na Europa. Essa situação dúbia gerou uma insatisfação crescente e reforçou a oposição interna ao Estado Novo. A partir daí a batalha pela democratização ganhou força, fazendo com que o governo libertasse os presos políticos e estabelecesse eleições gerais, que foram anunciadas naquele ano de 1945. Como sucessor, Getúlio lançou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, eleito presidente do Brasil.

O ano de 1945 era o grito de liberdade, a que Rachel de Queiroz tanto almejava. Era o ano da *esperança*, após tempos marcados por acontecimentos traumáticos. E foi nesse cenário que Rachel de Queiroz passou a trabalhar para a maior revista nacional do país, *O Cruzeiro*⁵⁸, que pertencia, assim como outros jornais, ao grupo *Diário Associados*. Na ocasião, suas colaborações (crônicas, artigos, folhetins etc.) saíam na seção

⁵⁸ Sobre Rachel de Queiroz em *O Cruzeiro*, abordaremos com maior profundidade no capítulo de análise, levando em conta que é objeto de estudo dessa tese.

denominada “Última Página”, localizada na folha derradeira do periódico, como destaca Rachel:

[...] A ideia de Leão era *reabilitar* a primeira página e manter lá a minha crônica semanal. Eu recusei e sugeri que me dessem a última página da revista. Leão⁵⁹ achou “uma loucura botar uma colaboradora *do meu nível* na última página”. Arguntei que o que faz a página é a matéria nela impressa. Se a minha colaboração interessasse, o leitor encontraria a última página, com a mesma facilidade com que encontrava a primeira. Além do mais – creio que foi isso que o convenceu –, uma crônica assinada, na última página, iria valorizar a capa de trás em matéria de publicidade (QUEIROZ, 1998, p. 191).

A ideia deu tão certo que a seção “Última Página” durou trinta anos, de 1945, quando iniciou, até 1975, quando a revista encerrou suas atividades. Nesse período em que colaborou com *O Cruzeiro*, Rachel de Queiroz aumentou sua rede de contatos. Lá, passou a se relacionar com Austregésilo de Athayde, Gilberto Freyre, David Nasser, Jean Mazon, José Medeiros e Carlos Castelo Branco, dentre outros jornalistas, fotojornalistas e escritores.

Na “Última Página”, Rachel de Queiroz trazia muitas vezes artigos que faziam o leitor refletir sobre o cenário social, político e econômico do país. Foi assim que, em janeiro de 1947, quando o governo Dutra já mostrava não ser dos melhores, que a jornalista publica o texto “Votar”, levando o leitor a refletir sobre a importância do voto e o seu poder:

[...]. Numa democracia, o ato de votar representa o ato de FAZER O GOVÊRNO.

Pelo voto, não se serve a um amigo, não se combate um inimigo, não se presta ato de obediência a um chefe, não se satisfaz uma simpatia. Pelo voto a gente escolhe, de maneira definitiva e irrecorrível, o indivíduo ou grupo de indivíduos que nos vão governar por determinado prazo de tempo.

Escolhe-se pelo voto aqueles que vão modificar as leis velhas e fazer leis novas - e quão profundamente nos interessa essa manufatura de leis! A lei nos pode dar e nos pode tirar tudo, até o ar que se respira e a luz que nos alumia, até os sete palmos de terra da derradeira moradia. Escolhemos igualmente pelo voto aqueles que nos vão cobrar impostos e, pior ainda, aqueles que irão estipular a quantidade desses impostos. Vejam como é grave a escolha desses *cobradores*. Uma vez lá em cima podem nos arrastar à penúria, nos chupar a última gota de sangue do corpo, nos arrancar o último vintém do bôlso. E, por falar em dinheiro, pelo voto escolhem-se, não só aqueles que vão

⁵⁹ Leão Gondim de Oliveira era primo de Assis Chateaubriand e foi editor-gerente da revista *O Cruzeiro* (MOURA, 2011).

receber, guardar e gerir a fazenda pública, mas também se escolhem aqueles que vão *fabricar* o dinheiro.

Esta é uma das missões mais delicadas que os votantes confiam aos seus escolhidos. Pois, se a função emissora cai em mãos desonestas, é o mesmo que ficar o país entregue a uma quadrilha de falsários. Eles desandam a emitir sem conta nem limite, o dinheiro se multiplica tanto que vira papel sujo, e o que ontem valia mil, hoje não vale mais zero [...] (QUEIROZ, 1947, p. 130, sic).

Rachel de Queiroz⁶⁰ se referia à escolha de Eurico Gaspar Dutra para a presidência do Brasil que, com o tempo, à frente do poder, mostrou uma política deliberadamente autoritária. Segundo Moura (2011, p. 56), a “[...] tentativa de impedir o crescimento dos comunistas e o avanço dos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores é percebida como um dos exemplos mais visíveis do autoritarismo do Governo que, paradoxalmente, marca o início da experiência democrática no Brasil”.

Em 1950, ocorreu uma nova campanha eleitoral no país. E, como em 1945, o cenário apontou para a carência de líderes políticos nacionais. Assim, o Partido Social Democrático (PSD), seguindo a orientação de Eurico Gaspar Dutra, nega-se a lançar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e traz o nome do advogado mineiro Cristiano Machado, quase que um desconhecido na esfera nacional. A União Democrática Nacional (UDN) lança, mais uma vez, o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) garante a candidatura de Getúlio Vargas (FAUSTO, 2010).

De volta à presidência, Getúlio Vargas, que fundamentou sua campanha na defesa da industrialização e enfatizou a premência de ampliar a legião trabalhista, luta ainda mais para reforçar o papel do Estado na economia. Com grande apoio popular, cria empresas estatais e monopolistas, principalmente na área de infraestrutura. Entre elas, podemos citar a Petróleo Brasileiro S/A. O início do decênio de 1950 registra várias medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico.

Porém ocorreu que Vargas nem era mais um revolucionário, nem ditador. Não tinha o apoio das Forças Armadas, vivia sob a feroz oposição de Carlos Lacerda⁶¹.

⁶⁰ Nesse período de efervescência política e da atuação de Rachel de Queiroz em *O Cruzeiro*, já no ano de 1948, a escritora e jornalista perde seu pai e o irmão Luciano. Sua mãe e irmã passam a morar também no Rio de Janeiro. E é também o momento em que sai sua primeira coletânea de crônicas, *A donzela e a Moura Torta* (1948). Esse volume traz uma “[...] narrativa memorialística, esboços de romances [...]”, além de ser o livro “[...] um instrumento de crítica social” (BRUNO, 1977, p. 107).

⁶¹ Carlos Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal, em 30 de abril de 1914. Iniciou a sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*. Atuou como jornalista durante toda a vida. Foi, também, vereador no Rio de Janeiro e governador do antigo Estado da Guanabara. O jornalista Carlos Lacerda passou à história brasileira como o pivô do atentado que provocou o suicídio

Lacerda o combatia fortemente no seu jornal e, além disso, recebia a adesão de outros veículos de comunicação, como o jornal *O Estado de S. Paulo* e o conglomerado de Assis Chateaubriand, dos Diários Associados. Chateaubriand, que antes era a favor da política getulista, durante o período da Revolução de 1930 e parte do Estado Novo, no ano de 1954, em prol de seus próprios interesses e de suas empresas, posicionou-se ao lado de Lacerda, adversário de Vargas. Rachel de Queiroz estava de acordo com o posicionamento do patrão, afinal, sempre fora antigetulista.

Em 5 de agosto de 1954, ocorreu que Carlos Lacerda sofreu um atentado e foi ferido, mas seu segurança Rubens Florentino Vaz, major das Forças Aéreas, foi morto. Com a investigação, descobriram o envolvimento do chefe da guarda presidencial no atentado. O fato, então, ganha ampla repercussão e, como esperado, a oposição atribuiu o atentado e o assassinato ao governo, incriminando, principalmente, o presidente Getúlio Vargas, considerado o mentor do crime. Com isso, as oposições, principalmente as Forças Armadas, se articulam e exigem a renúncia do então presidente, que, sem apoio, e diante da eminência de um golpe militar, responde aos opositores com um ato trágico, o suicídio. A morte de Vargas trouxe uma forte carga dramática que comoveu a grande massa brasileira, resultando em revolta popular, o que acabou por adiar que as forças conservadoras assumissem o poder.

Um ano após a morte de Vargas, em 1955, ocorreram novas eleições, quando Juscelino Kubitschek foi eleito presidente, pelo Partido Social Democrata (PSD) e João Goulart, vice-presidente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na época, votava-se separado para presidente e vice.

O Governo JK pode ser visto como um período que alia tranquilidade e estabilidade política. Segundo Fausto (2010, p. 233), “[...] foram anos de otimismo, embalados por alto índice de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os *cinquenta anos em cinco* da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população”.

Em 1960, o PTB e o PSD repetem a aliança vitoriosa do ano de 1955 e formam a chapa para presidência, com o general Henrique Teixeira Lott e, para vice, João Goulart.

do presidente Getúlio Vargas, na manhã do dia 24 de agosto de 1954. Carlos Lacerda faleceu em 21 de maio de 1977. Mais informações, acessar portal da câmara legislativa: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1950-59/biografia-carlos-lacerda> >.

O Partido Social Progressista (PSP) lançou a candidatura de Ademar de Barros à presidência e a UDN apoiou a candidatura de Jânio Quadros da Silva que, na ocasião, era governador de São Paulo e fora amparado pelo Partido Democrático Cristão (PDC). Jânio Quadros elegeu-se presidente de República do Brasil após intensa campanha eleitoral. Porém o vice é de outro partido, e mais uma vez, é João Goulart (PTB/PSD) quem vence as eleições.

A esperança do povo, Jânio Quadros, recebe um país cheio de problemas, isto é, uma situação bem diferente da apreçoada pelo governo. Além disso, com poucos meses no comando da presidência, Jânio Quadros rompe com a UDN. Como resultado desse rompimento, a oposição conquista a maioria no Parlamento e, então, o presidente depara-se com um quadro de política interna bastante complexo. Para levar seus projetos adiante, precisaria vencer a resistência dos membros do Congresso e contar com sua adesão, fato praticamente inviável. Diante desse quadro de fracasso na política interna e com dificuldades cada vez maiores para dar conta dos problemas acumulados, Jânio Quadros renuncia repentinamente.

João Goulart (Jango), o vice-presidente, encontrava-se na China. Os militares não queriam que ele voltasse para assumir a presidência, enquanto sucessor, de fato, do presidente que renunciou. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, realizou um movimento de resistência civil e militar, chamado *Legalidade*, e alcançou, assim, que Jango assumisse a presidência sob o novo modelo político, o parlamentarismo. Em 1963, João Goulart, através de um plebiscito, retoma o presidencialismo, e no início de 1964, é deposto.

Na época, Rachel de Queiroz, que chamava o golpe militar de *revolução*, despontou, não apenas como uma simples civil apoiadora, mas como uma das mais arraigadas defensoras do movimento que culminou na cassação dos direitos políticos e democráticos do país.

1964 pelos olhos de Rachel de Queiroz

Rachel de Queiroz, embora tivesse uma produção literária e jornalística enorme, nunca se afastou da política. No governo Jânio Quadros, foi convidada para ser ministra da Educação, mas recusou. Porém apoiou o presidente, através da imprensa, durante o seu curto mandato (HOLLANDA, 2002). Depois, quando veio o ano de 1964, colaborou com a deposição de João Goulart.

Naquele período, a posição assumida por Rachel de Queiroz era um tanto contraditória em relação à sua militância no Partido Comunista tanto quanto no trotskismo. Mas, em suas memórias, Rachel de Queiroz procura explicar, de forma coerente, as suas escolhas e definições políticas sobre a participação no Golpe de 1964, ou, como denomina, *revolução de 1964*⁶²:

Para falar na revolução de 1964, a gente tem que começar por duas figuras: Getúlio e Castelo Branco. Getúlio, a minha geração se habituou a considerá-lo como a fonte de todos os nossos males políticos. Talvez fôssemos injustos em algumas coisas, em muitas coisas mesmo. Mas a figura de Getúlio, para nós, era o símbolo de todo o desastre nacional. Ele, aliás, fez tudo para isso: tome-se o movimento de 1930, tome-se a revolução paulista de 1932, tome-se a repressão ao *putsch* de 1935, tome-se o golpe de 1937, tome-se a insurreição integralista de 1938. Getúlio Vargas não deixava a gente em paz nem um minuto: quando nós íamos acomodando a situação, vinha logo uma novidade, sempre mais desagradável. O fato é que Getúlio passou a simbolizar, para nós, a reação, o fascismo, a aliança com o Eixo. E essa imagem de Getúlio Vargas, não se acabou com a sua morte: prolongou-se através de Jango, de Brizola, do queremismo de Hugo Borghi (QUEIROZ, 1998, p. 201).

Diante do depoimento de Rachel de Queiroz, e de sua história de vida, podemos compreender que toda a sua luta foi contra a figura de Getúlio Vargas (a quem tinha aversão) e, conseqüentemente, a todos os que tivessem ligação com sua imagem, principalmente porque a escritora, que vivenciou a prisão durante o Estado Novo, receava o retorno daquela forma de governar.

Assim, Rachel de Queiroz toma partido, então, em 1964, nas discussões pela remodelação política no Brasil, e argumenta, em seus textos, na revista *O Cruzeiro*⁶³, contra Leonel Brizola, João Goulart e Juscelino Kubitschek.

Em suas palavras,

[...] bem, quando houve a renúncia de Jânio e depois, durante todo aquele tumultuado período de Jango, nós – sobretudo o nosso grupo de intelectuais – vivíamos numa insatisfação muito grande; e, através principalmente de Adonias Filho, estabeleci muitas ligações com oficiais que participavam das nossas mesmas ideias: os generais Newton Reis, Herrera, Muricy, Golbery, Sizeno, todos amigos de

⁶² Este é o nome do capítulo que Rachel de Queiroz atribui, em sua memória, ao ano de 1964, afirmando seu pensamento de que não ocorrera um golpe e, sim, uma revolução (QUEIROZ, 1998, p. 201).

⁶³ Para quem quiser mais informações sobre os textos de Rachel de Queiroz na “Última Página”, em *O Cruzeiro*, pode acessar o acervo do Instituto Moreira Salles que, em 2015, realizou exposição sobre o ano de 1964, e disponibilizou parte de seu acervo (exposição) em seu *site*. Disponível em: < <http://em1964.com.br/> >.

Adonias. O nosso Adonias era uma espécie de general civil e tinha contato com todas essas fardas [...].

Quando foi se tornando mais aguda a situação de Jango, com as campanhas de Brizola para presidente, eu escrevia muito sobre isso, ajudava, conversava com os jornalistas, com David Nasser, com os meus grandes amigos Osório Borba, Raul Lima, Barreto Leite e outros mais. E todos nós éramos ferozmente, claro, contra tudo aquilo. A nossa posição já não era de esquerda, mas não deixava de ser liberal e, em alguns, esquerdizantes mesmo.

E para nós todos, os símbolos sobreviventes do caudilhismo sem véus eram Jango, Brizola e o fantasma de Getúlio - tudo que eles representavam.

Começamos então a conversa política a sério; nos reuníamos em minha casa; curiosamente, Oyama nunca participava dessas conversas, ele só começou a se interessar, quando Castelo, seu amigo pessoal, entrou em cena já depois de desencadeado o movimento (QUEIROZ, 1998, p. 202-203).

Rachel de Queiroz e o marido Oyama nutriam uma amizade com o general Humberto de Alencar Castelo Branco, desde muito antes do golpe de 64, além de haver um parentesco entre os dois (Rachel e Castelo Branco). Foi da fazenda de Rachel, no interior do Ceará, que Castelo Branco saiu para o voo fatal que causou a sua morte, em 18 de julho de 1967. Castelo, para Rachel de Queiroz (1998), era um homem direito, que tinha fixação pela ideia de passar a presidência a um civil, que deveria ser democraticamente eleito. Quando ocorreu o levante de 31 de março de 1964, a escritora e o médico estavam no Ceará, mas logo depois receberam a notícia através de um telegrama assinado pelo novo presidente da República, Castelo Branco.

A escritora relata que Castelo Branco, diferente dela e do grupo de intelectuais, jornalistas e militares, não conspirava contra Jango:

[...] Ele sempre foi um homem de pulso seguro - e tinha consciência do que estava acontecendo no Brasil. Mas dizia que não podia conspirar, que devia lealdade ao presidente. Quando Jango fez aquele comício, na Central do Brasil, eu estava no Ceará, de maneira que não assisti o desencadear do movimento de 31 de março. Mas sei que Castelo só aceitou ser presidente quando não havia mais presidente no país: ele esperou Jango fugir para dar uma resposta final. E aceitou a tarefa com o propósito de ficar pouco tempo no governo e entregar o cargo ao presidente eleito (QUEIROZ, 2002, p. 29).

Diante do novo cenário político, Rachel de Queiroz conta que não se envolveu mais diretamente na política, senão como comentarista. Com suas ressalvas, a jornalista procurou defender publicamente a *revolução* durante todo o ano de 1964 enquanto

Castelo Branco esteve à frente do poder. Além de seu apoio através da imprensa, Rachel de Queiroz esteve envolvida diretamente com o governo de 1964, quando, a pedido do então presidente, integrou o diretório da Arena, pois “[...] ele queria os intelectuais dentro do partido” e chegou a ir para os Estados Unidos como delegada do Brasil na 21ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), na Comissão dos Direitos do Homem (QUEIROZ, 1998, p. 205).

No ano da morte de Castelo Branco, 1967, Rachel de Queiroz passou a ser membro do Conselho Federal de Cultura (CFC)⁶⁴, até 1990, quando o mesmo deixou de existir.

Rachel de Queiroz, como conselheira, atuava na Câmara de Letras, e tinha como função principal apreciar requerimentos solicitados por escritores, autores de peças teatrais, compositores, centros culturais, bibliotecas e demais instituições que tivessem como finalidade a produção editorial.

A vida de Rachel de Queiroz, suas produções jornalística e literária estão correlacionadas com parte da história do Brasil, e isso é um fato importante para que possamos compreender a importância de sua contribuição para o conhecimento da memória de um tempo, de um povo, e de uma época que se reflete até os dias atuais. Sua colaboração é incessante e não parou nos tempos do militarismo. Além de uma intensa e nunca interrompida atividade jornalística, como gostava de pontuar (QUEIROZ, 1998), além de fazer parte do CFC, escreveu peças de teatro, realizou mais de 40 traduções de obras importantes da literatura mundial e escreveu romances-folhetim, publicados em capítulos, pela *O Cruzeiro*, sendo o mais famoso *O galo de ouro* (1950)⁶⁵. Aventurou-se, ainda, pela área da literatura infanto-juvenil⁶⁶, quando, em 1969, escreveu *O menino mágico*⁶⁷.

⁶⁴ Segundo Lia Calabre (2006, p. 81), “[...] o Conselho Federal de Cultura (CFC) foi criado pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, e instalado a partir do Decreto nº 60.237, de 27 de fevereiro de 1967. Permaneceu em funcionamento por mais de 20 anos e teve sua dissolução decretada em 1990”.

⁶⁵ Posteriormente, *O galo de ouro* foi publicado pela Editora José Olympio, em 1985, e pela Siciliano, em 1993.

⁶⁶ Rachel de Queiroz retorna a esse gênero após o período militar, com as obras *Cafute & Pena-de-Prata*, em 1986, e *Andira*, em 1992.

⁶⁷ Em 1970, com o livro *O menino mágico* (1969), Rachel de Queiroz ganhou o Prêmio Jabuti de Literatura Infantil da Câmara Brasileira do Livro.

Foi somente depois de uma trégua de 36 anos, em 1975, que Rachel de Queiroz retoma o romance, com *Dôra, Doralina*⁶⁸. E embora não tenha chamado tanta atenção da crítica, na época, a escritora volta ao romance “[...] para ampliar o sentido da saga do documentário social e do testemunho humano que configurou sua ficção regionalista como inconfundível criação pessoal, mais além das características do *romance nordestino* [...]” (BRUNO, 1977, p. 83, grifo nosso), porque “[...] sua concepção e sua técnica estavam impregnadas de um sopro de dramaticidade por assim dizer espontâneo, e de raízes telúricas ou naturalistas que resultavam numa visão individual [...] da sua vocação pura de escritora” (BRUNO, 1977, p. 83). Essa preocupação em trazer à tona um documentário social permite que qualquer dos romances ou textos (principalmente as crônicas jornalística e literária) tenham hoje um valor renovado de leitura, pela importância temática, memorialística e histórica.

Dôra, Doralina reposiciona Rachel de Queiroz no cenário literário, com uma literatura atenta às questões psicossociais e aos momentos históricos que ocorriam na época. Após romper o silêncio de mais de 30 anos, a escritora enriquece a ficção brasileira e, dois anos depois dessa publicação de 1975, no dia 5 de agosto de 1977, é eleita como a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras (ABL), uma “[...] instituição conhecidamente avessa aos talentos literários femininos” (HOLLANDA, 2005, p. 26).

A primeira mulher na ABL

A Academia Brasileira de Letras surgiu a partir de uma iniciativa de Lúcio de Mendonça, em 1896, quando propôs a criação de uma Academia de Letras ligada ao Estado, o que foi vetado. Mas não se inviabilizou a criação da Academia, que se constituiu como uma instituição privada e independente. Em 20 de julho de 1897, ocorreu a fundação oficial da ABL, tendo como presidente Machado de Assis. É considerada até os dias atuais a instituição cultural máxima para o cultivo e divulgação da língua e da literatura brasileiras, composta por 40 membros efetivos, considerados *imortais*, e 20 correspondentes estrangeiros. A escolha dos *imortais* acontece “[...] mediante eleição por

⁶⁸ Em 1981, com direção de Perry Salles, estreia, no cinema, a adaptação de *Dôra, Doralina* (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, 2002). Para mais informações sobre o filme, acessar o link: < <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-204897/> >.

escrutínio secreto. Quando um Acadêmico falece, a cadeira é declarada vaga na Sessão de Saudade e, a partir de então, os interessados dispõem de um mês para se candidatarem, através de carta enviada ao presidente. A eleição transcorre três meses após a declaração da vaga” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [20--]).

A ABL é formada por um imenso número de *imortais*⁶⁹, constituída ao longo de seus mais de cem anos de existência. A maioria dos agraciados é homem, mas, num percentual mínimo, há oito mulheres, entre elas: Ana Maria Machado (Cadeira 1, posição atual), Cleonice Berardinelli (Cadeira 8, posição atual), Dinah Silveira de Queiroz (Cadeira 7), Lygia Fagundes Telles (Cadeira 16, posição atual), Nélida Piñon (Cadeira 30, posição atual), Rachel de Queiroz (Cadeira 5), Rosiska Darcy de Oliveira (Cadeira 10, posição atual) e Zélia Gattai (Cadeira 23). Embora o Brasil possua um número significativo de escritoras, nem sempre elas são reconhecidas como figuras literárias. “Mas como poderia ser diferente se no passado foi negado à mulher o acesso à cultura normativa, aos domínios da linguagem, às artimanhas narrativas?”, questiona Nélida Piñon (2016, p. 47).

Rachel de Queiroz rompeu barreiras, modificou cenários e foi pioneira no espaço de conquistas da mulher. Conforme Hollanda (2005),

[...] como sempre, Rachel era pioneira, dava prosseguimento a uma carreira ícone da afirmação das mulheres no cenário nacional. É importante lembrar que Rachel foi a única escritora mulher aceita como representante do movimento modernista. Foi uma mulher que escolheu e determinou seu destino afetivo, existencial, literário, profissional, político. Foi uma mulher que viveu de e para o ofício de escrever. Uma mulher que secundava a trajetória, ainda que menos vitoriosa, de suas muitas heroínas (HOLLANDA, 2005, p. 26).

É com este perfil de pioneira que Rachel de Queiroz, em 4 de agosto de 1977, tornou-se a primeira mulher⁷⁰ a ser imortalizada pela Academia Brasileira de Letras,

⁶⁹ Para mais informações sobre os (as) *imortais* da ABL, acessar o *link* da instituição: < <http://www.academia.org.br/academicos/membros> >.

⁷⁰ Porém, a primeira mulher a tentar a vaga de *imortal*, para a Academia Brasileira de Letras, foi a romancista Amélia de Freitas Bevilaqua, no ano de 1930. Bevilaqua teve sua candidatura recusada em votação do plenário e, com isso, a ABL, pela primeira vez, de maneira quase que *forçada*, declarou publicamente a posição da instituição sobre a presença da mulher em seus espaços (FANINI, 2010).

assumindo a Cadeira 5, que tem como patrono Bernardo Guimarães⁷¹ e que fora antes ocupada por Candido Motta Filho⁷². Na ocasião da posse⁷³, foi recebida pelo acadêmico Adonias Filho que, em seu discurso de recepção, expressou a importância do trabalho intelectual de Rachel de Queiroz e de suas personagens femininas:

Seja-me permitido lembrar em hora excepcional como esta, precisamente a hora do vosso encontro com a nossa Academia, quanto se faz presente o ato sempre público que foi o vosso trabalho intelectual em quase meio século de vida literária. Sei muito bem que, a partir de 1930, quando o vosso romance de estreia *O Quinze* e o romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, abriram o novo processo da ficção brasileira, sei muito bem que o compromisso se estabeleceu entre uma escritora e o seu tempo. E melhor seria dizer entre a escritora, que sois vós, e os grandes problemas do homem, do mundo e da vida.

Não há, porém, compromisso voluntário em matéria literária. E, porque se impõe vocacionalmente, responde por uma espécie de destinação intelectual que supera todas as contingências humanas. E por isso mesmo é que, quando o escritor é autêntico, a biografia apenas conta como um dado menor. O que realmente conta é a obra literária como resultado do trabalho intelectual, sua colocação histórica, o reconhecimento crítico, sua contribuição como esclarecimento para a nossa condição existencial. E quase acrescento que, para o escritor, a vida real é a que viveu nos instantes da criação. [...].

[...] É através da personagem feminina, efetivamente, que vós, atingindo a órbita social e aspectos do problema humano nordestino [...]. (FILHO, 1977, grifo nosso).

⁷¹ Bernardo Guimarães (Bernardo Joaquim da Silva Guimarães), magistrado, jornalista, professor, romancista e poeta, nasceu em Ouro Preto, em 15 de agosto de 1825, e faleceu na mesma cidade, em 10 de março de 1884. É o patrono da Cadeira 5 da Academia Brasileira de Letras, por escolha de Raimundo Correia (ABL, [20--]). Mais informações: < <http://www.academia.org.br/academicos/bernardo-guimaraes>>.

⁷² Quarto ocupante da Cadeira 5, eleito em 7 de abril de 1960, na sucessão de Aloísio de Castro e recebido pelo Acadêmico Josué Montello, em 20 de julho de 1960. Recebeu o Acadêmico Mário Palmério (ABL, s/d). Foi advogado, professor, jornalista, ensaísta e político. Nasceu em São Paulo, em 16 de setembro de 1897, e faleceu no Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1977. Mais informações: < <http://www.academia.org.br/academicos/candido-motta-filho> >.

⁷³ Para mais informações sobre a posse, recomendamos assistir à reportagem da ABL, acessando o link da Rede Globo: < <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-hoje/eleicao-de-rachel-de-queiroz-para-a-academia-brasileira-de-letras.htm>>.

O discurso de recepção de Adonias Filho é um registro do reconhecimento do trabalho de uma mulher e de sua obra. Embora já tivesse ganho um espaço de grande notoriedade no país, foi a partir do ano de 1977 que se tornou *imortal*.

Rachel de Queiroz: uma estrela ascendente

De garota prodígio, como jovem jornalista em *O Ceará* e escritora de *O Quinze*, a ser a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras, Rachel de Queiroz foi dona de uma fortuna crítica incessante, enquanto uma mulher corajosa, com seus pontos de vista, que quase nunca agradaram aos modismos da sociedade brasileira do século XX. Mesmo eternizada, continuou enfrentando, por vezes, obstáculos difíceis de superar, como no ano de 1982, quando, no auge de seu reconhecimento profissional, perde o seu grande amor e companheiro de vida, Oyama de Macedo.

Com Oyama de Macedo, a escritora construiu uma vida. Foi com ele que, ao receber de herança do pai, parte da terra dos sertões de Quixadá, a 180 quilômetros de Fortaleza, construiu seu refúgio-lar na fazenda *Não Me Deixes*. Rachel de Queiroz e o marido passaram a dividir a vida entre o Rio de Janeiro e os tempos na fazenda, no sertão nordestino. Segundo Caminha (2010, p. 41), juntos “[...] fizeram tijolos, cortaram a madeira, construíram a casa, a parede do açude e as cercas do curral”. Assim, após a construção, na primeira metade do ano, o “[...] *inverno* para o sertanejo, quando chove na região –, Rachel passava no *Não Me Deixes*, entre caminhadas pelos arredores e conversas com os moradores, como se sofresse, na bela expressão do escritor cearense Eduardo Campos, de um Complexo de Anteu, a extrair da terra a seiva sem a qual não viveria [...]” (CAMINHA, 2010, p. 41, grifo do autor).

Após a morte do marido, a escritora, a princípio, evitou suas idas a *Não Me Deixes*, por medo da lembrança e do sofrimento que o lugar construído pelos dois traria à sua vida.

Mas, rompendo o medo, Rachel de Queiroz⁷⁴ volta a dividir a vida entre o Rio de Janeiro e a *Não Me Deixes*, seu verdadeiro lugar, como relata. Em 1988, tendo o

⁷⁴ Nesses tempos dos anos de 1980, em homenagem à escritora, é “inaugurada em Ramat Gan, Tel Aviv (Israel), a creche “Casa de Rachel de Queiroz”” (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, 2002, p. 14).

jornalismo como ofício, passou a colaborar semanalmente com os jornais *O Estado de S. Paulo*⁷⁵ e *Diário de Pernambuco*⁷⁶.

Em 1989, a editora José Olympio lançou, em cinco volumes, sua *Obra reunida*, com todos os livros que Rachel de Queiroz havia publicado até então, destinados ao público adulto. No ano de 1991, ocorrem mudanças na editora e seus direitos foram leiloados e ficaram para a Editora Siciliano, de São Paulo. Pela nova editora, como escritora, deu continuidade à sua saga literária, escrevendo em 1992 seu último romance, *Memorial de Maria Moura*⁷⁷. Para Caminha (2010), o livro em questão é um dos maiores romances da literatura brasileira:

Aos 82 anos de idade, [Rachel de Queiroz] surpreende a crítica e os leitores com uma admirável história de quase 500 páginas, que é não apenas o ponto final da carreira que a consagrou, mas uma verdadeira síntese da obra realizada em mais de seis décadas. Tudo está ali, como se *Os Sertões* de Euclides da Cunha se tornassem matéria romanesca: a força da terra, o sofrimento do homem, a brutalidade da luta. Se, na Conceição de *O Quinze* e na Guta de *As três Marias*, já usara um pouco de si, em *Maria Moura* a romancista se põe toda, com a experiência e o saber que lhe dera a vida (CAMINHA, 2010, p. 33, grifo do autor).

A galeria de mulheres criadas por Rachel de Queiroz, assim como ela mesma, e as mulheres que marcaram sua vida e permaneceram em sua memória trazem um legado, não apenas por serem mulheres que agem fora dos padrões sociais de suas épocas, mas

⁷⁵ O jornal *O Estado de S. Paulo* nasceu em 04 de janeiro de 1875, com o nome de *A Província de São Paulo*. Foi fundado por um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. Segundo o Grupo Estado, “[...] é estabelecida uma linha mestra, que caracteriza o jornal até hoje: “fazer da sua independência o apanágio de sua força” (<http://acervo.estadao.com.br/>). Para mais informações sobre o jornal, acessar o Acervo Estadão on-line: < http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm >. E, para mais informações sobre as colaborações de Rachel de Queiroz nesse jornal, acessar: < <http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,rachel-de-queiroz,1046,0.htm> >.

⁷⁶ O jornal *Diário de Pernambuco* é um dos mais antigos jornais em circulação da América Latina. Foi fundado em 07 de novembro de 1825, por José Antônio de Miranda Falcão, e em 1931 passou a fazer parte dos *Diários Associados*. Para mais informações, acessar o portal dos Diários Associados: < http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=33 >.

⁷⁷ Pelo livro *Memorial de Maria Moura*, Rachel de Queiroz recebeu vários prêmios com prestígio internacional, como o Prêmio Camões e o Prêmio Juca Pato, ambos no ano de 1993 (HOLLANDA, 2005). O sucesso do romance de Rachel de Queiroz foi tanto que ganhou as telas da Rede Globo. Em 1994 foi ao ar a minissérie *Memorial de Maria Moura*. De acordo com Caminha (2010, p. 39), “[...] a audiência da minissérie foi maior do que a das apresentadas pela emissora até então”.

porque rompem barreiras e instauram “[...] o direito da mulher de defesa de sua individualidade e autoafirmação” (HOLLANDA, 2005, p. 29).

Depois de *Memorial de Maria Moura* (1992), sua obra torna-se mais reflexiva e surge seu livro de memórias, em 1998, *Tantos anos*, escrito juntamente com a irmã Maria Luiza. Embora não gostasse de escrever memórias, a escritora dedicou-se a fazê-lo por insistência da irmã, trazendo assim mais uma contribuição relevante para o entendimento do seu mundo e do cenário brasileiro. Rachel de Queiroz diz:

Nunca gostei de memórias. Nunca pretendi escrever memória nenhuma. É um gênero literário – e será literário mesmo? – onde o autor se coloca abertamente como personagem principal e, quer esteja falando bem de si, quer confessando maldades, está em verdade dando largas às pretensões do seu ego – grande figura humana ou grande vilão. Mas grande de qualquer modo. O ponto mais discutível em memórias são as confissões, gênero que abominei, pois há coisas na vida de cada um que não se contam. Eu, por exemplo, “nem às paredes do quarto as contaria”, como diz o fado (QUEIROZ, 1998, p. 11).

No entanto, embora a escritora possa ter guardado em segredo algumas memórias que não contaria nem *às paredes*, reconstrói na obra os universos que a cercaram durante sua trajetória de vida. Ainda que Rachel de Queiroz não deixasse um livro de memórias, basta conhecer sua obra, sua produção jornalística e literária, para ter acesso a sua memória. Afinal, as suas produções, incluindo as ficcionais, são imagens do povo, de um tempo, de uma realidade, configuradas na narrativa como reflexo de suas memórias. As produções de Rachel de Queiroz recriam o contexto social brasileiro do século XX, uma vez que as narrativas constituem a coletividade de partes importantes de uma nação, seus povos e seus costumes.

Em 2000, Rachel de Queiroz publicou outra obra, com traços memorialistas, *Não Me Deixes*, em que retrata a história de sua fazenda no Ceará e de suas receitas culinárias preferidas. O livro mostra que “Rachel de Queiroz não quis ser mais do que a Velha Senhora que se dizia melhor cozinheira do que escritora, a mulher simples, a sertaneja autêntica, para quem um alpendre, uma rede e um açude eram a expressão maior da felicidade humana” (CAMINHA, 2010, p. 43).

Foi com essa simplicidade que Rachel de Queiroz trabalhou durante toda a vida. Morreu aos 92 anos no dia 4 de novembro de 2003, em seu apartamento, no Rio de Janeiro. Mas, até o ano da morte, a sua produção foi incessante. Semanalmente, com a

ajuda da irmã, produzia suas crônicas para os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Povo*, de Fortaleza.

Como Rachel de Queiroz, também trazemos para esta tese a portuguesa Maria Judite de Carvalho, que se destacou através das narrativas jornalística e literária nesse século de mudanças, inclusive de mudanças sobre o papel da mulher na cena pública.

2.2.2 Maria Judite de Carvalho – de Lisboa para o mundo

Todos estamos sozinhos, Mariana. Sozinhos e muita gente a nossa volta.

Tanta gente, Mariana! E ninguém vai fazer nada por nós. Ninguém pode [...]. (CARVALHO, 1959).

Portugal, início do século XX, assim como toda Europa, atravessou períodos de grandes mudanças advindas da Primeira Guerra Mundial e de outros conflitos, mas esse período não foi somente composto por inquietudes e instabilidades, foi marcado pelo desenvolvimento também. Na capital do país, Lisboa, ocorriam as transformações do cenário urbano, com os alargamentos das vias e a construção de novas avenidas. Nesse tempo, nasceu a concretização de uma nova expressão urbana, a modernidade. Junto a esse período de modernização da capital, ocorreram modificações no cenário político-governamental do país, que levaram ao final da Monarquia, em 5 de outubro de 1910, e ao surgimento e implantação da Primeira República (1910-1926)⁷⁸. A Primeira República em Portugal foi um período conturbado, composto por sucessões de governos, acarretando uma crítica instabilidade política. A participação do país na Primeira Guerra Mundial apenas agravou a situação, principalmente em se tratando das questões político-econômicas (TELO, 2010).

Durante a I República portuguesa manteve-se quase permanentemente um sistema multipartidário de partido dominante, mas com uma elevada instabilidade política. Portugal teve 45 governos, 29 tentativas de golpe de Estado, sete eleições gerais (mais a eleição parcial de 1913) e oito presidentes entre 1910 e 1926, pelo que era claramente naquele período o país europeu com maior instabilidade governativa da Europa (BAIÔA, 2017, p. 11).

⁷⁸ A República em Portugal foi implantada pelo golpe militar de 5 de outubro de 1910, que destituiu o Rei D. Manuel II e com ele um regime monárquico em grandes dificuldades.

Tempos de mudanças, tempos difíceis, tempos modernos, tempos. É nessa transição do tempo, na segunda década do século XX, especificamente em 18 de setembro de 1921, na cidade de Lisboa, que nasceu a jornalista e escritora Maria Judite de Carvalho. Desde muito pequena, atravessou dificuldades. Logo com três meses de idade, os pais partiram para Bélgica e ela foi entregue aos cuidados das tias paternas. Quando tinha 8 anos, perdeu a mãe e o irmão, ambos de tuberculose (não tinha contato com eles), e, posteriormente, já com 10 anos, perdeu uma tia. Depois, seu pai, que vivia longe, foi dado como desaparecido e nunca mais teve notícias (SILVEIRA, 2002; FREITAS, 2011; SILVA, 2016).

Maria Judite de Carvalho, desde muito nova, teve assim de enfrentar as adversidades da vida, aprender a conviver com as perdas. Em meio a tudo isso, mantinha uma vida intelectual ativa. Aos 14 anos conseguiu cursar o Colégio Feminino Francês, depois fez o secundário no Liceu Maria Amália. Seguindo os estudos, matriculou-se na Faculdade de Letras (fundada em 1911) da Universidade de Lisboa, onde se formou na década de 1940 em Filologia Germânica. Segundo Freitas (2011, p. 16), foi nos tempos de faculdade que Maria Judite de Carvalho “[...] cultivou grandes amizades com expoentes da literatura portuguesa como Natália Nunes e Fernanda Botelho”, com quem manteve proximidade até seus últimos dias de vida. O cenário acadêmico foi um espaço que, além de lhe trazer boas amizades, proporcionou-lhe um vasto conhecimento intelectual e pessoal. Tais conhecimentos auxiliaram na sua formação (política e ideológica), além de abrir o espaço para o mundo da escrita e da caricatura.

Foi também nos tempos de faculdade, no antigo edifício da Academia de Ciências de Lisboa, que conheceu, em 1944, seu colega do curso de Romântica Urbano Tavares Rodrigues, que se tornou o seu amor e companheiro de vida. Os recém-licenciados

[...] casam-se em 3 de outubro de 1949 e partem para o sul de França, para Provença, onde Urbano assume o cargo de leitor de Língua e Literatura Portuguesa, na Universidade de Montpellier; logo depois acumula-o com o de responsável do curso de Língua e Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras de Aix-en-Provence, até 1951-1952 (SANTOS, 2009, p. 16).

Urbano Tavares Rodrigues é considerado um dos mais importantes nomes da Literatura Portuguesa da segunda metade do século XX. No ano de 1949, “[...] concluiu a licenciatura em Romântica, tendo sua dissertação sido orientada pelo Prof. Jacinto do

Padro Coelho [...] com o tema *Manuel Teixeira Gomes: introdução ao Estudo da sua Obra*” (SANTOS, 2009, p. 16, grifo nosso), tema este recorrente em sua trajetória como ensaísta e acadêmico. No seu doutoramento, por exemplo, retoma a temática e escreve em 1984 a tese *M. Teixeira Gomes: O Discurso do Desejo* (SANTOS, 2009). Com uma boa formação e uma proposta de emprego em Paris, Urbano Tavares Rodrigues foi com Maria Judite de Carvalho construir a vida de casados distante de Portugal.

Tempos de mudanças

Nesse ínterim, entre o nascimento de Maria Judite de Carvalho, sua licenciatura e casamento nos anos de 1940, seu país, Portugal, atravessou novas mudanças. A instabilidade política, a crise econômica e financeira e as fragmentações partidárias agravaram-se, o que resultou no fim da Primeira República e o início de um novo período:

A sociedade portuguesa encontrava-se num processo de transição, combinando traços modernos, com elementos arcaicos. Os partidos políticos portugueses foram influenciados por este contexto, pelo que nas cidades, particularmente em Lisboa, contavam com uma estrutura que os aproximava dos partidos de quadros. No entanto, nos meios rurais continuavam com uma organização e uma prática política típica dos partidos de notáveis. O atraso da economia e da sociedade portuguesa e o facto de o regime republicano ter um cariz revolucionário, incapaz de gerar paz social e compromissos, atrasou a metamorfose interna dos partidos portugueses no sentido que se estava a operar em alguns países europeus – cooperação com o lento processo de democratização (BAIÓIA, 2017, p. 19).

Diante dessa instabilidade, o país, em 1926, sofreu um golpe militar que derrubou a Primeira República. O governo ditatorial liderado pelo comandante Mendes Cabeçadas assumiu o poder, porém o país continuou em uma situação instável, porque os militares não possuíam projeto político consensual, além de não conseguirem resolver os problemas econômicos. Assim, com o propósito de mudar o cenário de “caos”, o novo regime convidou Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), professor catedrático de Economia Política, Ciências das Finanças e Economia Social da Universidade de Coimbra, para assumir o Ministério das Finanças, e elegeu à Presidência da República Oscar Carmona (1869-1951). Com eles no poder, deu-se início à “Ditadura Nacional”. Como Ministro, Salazar, através de uma política rigorosa, proporcionou o equilíbrio das

finanças do país e recuperou o crédito externo. Com isso, destacou-se no governo militar e foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros, no ano de 1932.

As ações do novo Presidente do Conselho de Ministros foram imediatas e impactantes. Logo iniciou uma reforma política, criando a União Nacional (considerado único partido legal do regime) e solicitando ao Presidente Oscar Carmona a aprovação de uma nova constituição, em 1933. A Constituição de 1933 visou à criação de um regime pessoal, autocrático, nacionalista, tradicionalista, corporativista e repressivo, conhecido por Estado Novo (1933-1974). Salazar, na ocasião, tornou-se o novo representante da nação.

Para a história portuguesa, o Estado Novo é um dos períodos mais debatidos. Algumas correntes de pensamento mostram-no como um período de grande atraso em relação à Europa, com consequências presentes até os dias atuais (século XXI). Já outras destacam que foi o período de ascensão da economia nacional, quando Salazar conseguiu evitar as consequências da Segunda Guerra Mundial, mantendo Portugal como último império mundial. Independente da corrente, é fato que foi um período de privação de liberdades do povo português e de grande censura, principalmente aos veículos de comunicação (CABRERA, 2011; FARINHA 1998).

Foi justamente nesse período de censura e repressão que Maria Judite de Carvalho, no ano de 1949, incentivada pelo marido, resolveu dedicar-se à escrita (primeiro na literatura e depois no jornalismo) e publicou seu primeiro texto, a novela *O campo de mimosas*, na revista *Eva* (1925-1974), uma publicação que nasceu em 25 de abril de 1925 e atravessou os períodos da Primeira República, da Ditadura Militar, do Estado Novo e da Revolução de Abril de 1974, ano em que decretou falência.

Maria Judite de Carvalho fez uma boa estreia na literatura, ganhou espaço em sua cidade natal, mesmo residindo em outro lugar (GOMES, 2011). Seu primeiro texto narra a história de Olívia, casada com Joaquim, seu segundo esposo, conforme uniu-se tempos após ter sofrido um acidente de carro que resultou na morte do primeiro marido, Raul. A personagem vivia, então, entre a realidade dolorida e a fantasia de uma vida que se foi e imaginava, algumas vezes, encontrar num campo de mimosas o homem que um dia amou, seu primeiro marido, mas a quem a vida se encarregara de separar. Segundo Freitas, a novela

[...] trouxe uma escrita voltada para o universo feminino apresentando uma mulher infeliz no casamento e que buscava, através de lembranças, um amor perdido. Os infortúnios, as angústias e a postura resignada de

sua personagem expressa a narrativa crítica da escrita que irá repetir ao longo de sua carreira (FREITAS, 2011, p. 17).

Maria Judite de Carvalho desenvolveu o gosto pela escrita e, da literatura, passou ao jornalismo, o que levou a uma profunda relação de colaboração e trabalho com a revista *Eva*, de 1949 até 1974. Com o tempo, tornou-se correspondente da revista e assinou a coluna chamada “Crônicas de Paris”, no ano de 1953. Eram textos sobre o cotidiano da vida em Paris, sobre a atualidade francesa, principalmente no que se referisse às novas tendências femininas, para atualizar o leitor português. A coluna “[...] era voltada para a tendência feminina e apresentava as palavras DE PARIS em destaque para acrescentar maior glamour às notícias e chamar a atenção do público-alvo” (FREITAS, 2011, p. 17). Tempos áureos para a mais nova escritora e jornalista, a própria revista vangloriava-se de tê-la como parte do corpo colaborativo:

Maria Judite de Carvalho Rodrigues, a mais nova correspondente da <Eva> em Paris, tem colaborado com diversos jornais portugueses entre os quais a <Eva>, onde publicou há anos o conto <Campo de Mimosas> e assinando traduções portuguesas de autores franceses e ingleses contemporâneos. Formada em Letras, casou com o Dr. Urbano Tavares Rodrigues, professor de Cultura Portuguesa na Universidade de Paris. A nossa mais nova correspondente é uma apaixonada das artes plásticas, sendo ao mesmo tempo uma original caricaturista e pintora de reconhecido talento (EVA, 1953, p. 22 *apud* FREITAS, 2011, p. 18).

Antes de se firmar como correspondente, teve de, no ano de 1950, regressar a Portugal devido ao nascimento de sua primeira e única filha, Maria Isabel de Carvalho Tavares Rodrigues (10/08/1950). Mas, em 1952, mudou-se novamente para estar com Urbano Tavares na França, pois este tanto assumiu um novo cargo, o de professor de Cultura Portuguesa na Universidade de Paris, como estava lançando “[...] *A porta dos Limites* (1952), a sua primeira obra de ficção” (SANTOS, 2009, p. 17, grifo nosso). Nesse período deixou a filha aos cuidados dos avós paternos no Alentejo; mais tarde também se dedicou a uma carreira na literatura.

Em sua vivência na cidade de Paris, Maria Judite de Carvalho conheceu e conviveu com grandes personalidades como Simone de Beauvoir (1908-1986) e Albert Camus (1913-1960). Através da troca de conhecimento com o seu ciclo, a escritora e jornalista passou a sentir-se cada vez mais segura de sua escrita e pensamento crítico. Na prática do seu ofício, levou ao público leitor os acontecimentos diários, transformando o

“banal” essencialmente necessário para a compreensão do contexto social de uma época (MIJUSKOVIC, 2016; FREITAS, 2011).

Ainda na década de 1950, o casal volta a morar em Portugal. Na oportunidade, Maria Judite de Carvalho assume um novo papel na revista *Eva*, pois, acumulando funções, passa a ser redatora e chefe de redação. A boa aceitação do público fez com que a portuguesa colaborasse com a revista até seu último ano de existência, em 1974. Trabalhar para revista, contudo, não tomou todo seu tempo, e Maria Judite de Carvalho trilhou caminhos paralelos, ganhou cada vez mais novos espaços.

Em 1959, Maria Judite de Carvalho se lançou no mundo da literatura e publicou seu primeiro livro *Tanta gente, Mariana*, um livro de contos que traz as transformações ocorridas em seu país e contribui para um novo olhar diante da realidade da mulher e o processo de emancipação feminina. O livro inseriu-a no cenário dos grandes nomes da literatura portuguesa da época e teve, não apenas o reconhecimento do público leitor, mas a aprovação da crítica literária.

Figura 5- Livro Tanta Gente, Mariana



Fonte: CARVALHO (1959).

Massaud Moisés (1981, p. 645) classificou Maria Judite de Carvalho, na literatura portuguesa, como “[...] a introdutora ou mais talentosa representante, da “arte do implícito” que remonta a [escritora neozelandesa] Katherine Mansfield”. O crítico, ao

destacar a afinidade existente entre os contos da escritora portuguesa e os da escritora Katherine Mansfield (1888-1923), ressalta a habilidade literária de Maria Judite de Carvalho em praticar a arte do implícito, do enigma, ou seja, permite ao leitor participar do texto diretamente, deixando-lhe a responsabilidade de completar as brechas semânticas deixadas pela narradora e pelos personagens.

O livro *Tanta gente, Mariana* (1959) traz uma novela homônima e mais sete contos: “A vida e o sonho”; “A avó Cândida”; “A mãe”; “A menina Arminda”; “Noite de Natal”; “Desencontro” e “O passeio de domingo”. Os oito textos formam uma coletânea que traz a sensibilidade do universo feminino à tona. A escritora mostra o contexto de uma época (século XX) e de um lugar, o lugar da mulher na sociedade, e, em forma de denúncia, destaca as indiferenças e os preconceitos que as mulheres vivem, estando sempre à margem e sendo inferiorizadas, em uma sociedade machista e patriarcalista. O primeiro texto da coletânea, a novela “Tanta gente, Mariana” apresenta uma narrativa em primeira pessoa, em que os fatos são desvelados aos leitores através da consciência da narradora-personagem, Mariana. Nos outros sete textos, as narrativas ocorrem em terceira pessoa, graças a um narrador absoluto, que tem o conhecimento dos principais problemas que interferem na vida das personagens. Em todas as narrativas, são desenvolvidos enredos que mostram o percurso de homens e mulheres que, diante de uma vida triste, solitária e vazia, anseiam por uma nova oportunidade, que jamais chegam a atingir, pois não conseguem vencer as barreiras existentes na vida social. Assim, entregam-se ao abandono, em sua diversidade de formas, incluindo, até mesmo, o suicídio (FREITAS, 2011). De acordo com Silva (2016), no que se refere às personagens femininas, são “[...] sempre apresentadas em posição de desigualdade perante a casta masculina, pois estão sempre à margem[...]”, são “[...] mulheres que tiveram seus sonhos impiedosamente destruídos pela insensibilidade com que foram tratadas ao longo de suas vidas pelo sexo masculino” (SILVA, 2016, p. 63).

Para o professor, escritor e jornalista Urbano Tavares Rodrigues (esposo da escritora), quando em 1959 Maria Judite de Carvalho trouxe

[...] a lume *Tanta gente, Mariana*, essa longa novela de solidão, serenamente desesperada de tão comovente na sua contenção, na sua magoada ironia, foi a revelação de uma grande escritora, que, senhora de uma escrita pessoalíssima, incisiva e original, fazia ao mesmo tempo, sem qualquer demagogia, a denúncia da condição subalterna da mulher portuguesa (RODRIGUES, 2009, p. 1).

Maria Judite de Carvalho foi considerada uma grande escritora desde o início. E, detalhe importante, trouxe, logo no seu primeiro livro, características como “[...] a solidão e a incomunicabilidade[...]” que iriam acompanhar toda a sua escrita, fazendo parte de sua identidade narrativa (SANCHA, 2000, p. 6). A escritora viveu em uma época inquieta e instável, cheia de incertezas e dificuldades, mas, ao mesmo tempo, uma época de transformação, que lhe proporcionou escrever criticamente sobre as temáticas que assolavam esses tempos e a sociedade.

Dando continuidade à vida de escritora, lança, em 1961, um novo livro intitulado *As palavras poupadas*. Seguindo a mesma dinâmica do primeiro (novela/contos), é um volume composto por uma novela e oito contos que retratam os episódios corriqueiros do dia a dia, trazendo à tona as questões psicológicas femininas, em confronto novamente com o mundo masculino. Neste, a autora enfatiza temas como frustrações com amores e amizades, destacando a presença de atitudes egoístas que levam à solidão, além de trabalhar o aspecto psicológico nas questões que envolvem a consciência e a subconsciência, em que as personagens femininas vivem conflitos interiores que as transformam em seres divididos. Diante dos muitos papéis sociais a serem vividos/ou mesmo representados, os conflitos tornam-se concretos e materiais com a presença do espelho na obra, um objeto físico que revela/mostra/transparece nas personagens a busca pela identidade, abordando assim a temática psicológica por que os seres humanos passam, a crise existencial e de identidade (CARVALHO, 1961). Para Silva e Karim (2010), a obra traz, além de tudo, uma narrativa na qual o silêncio ganha vida e significado, pois

[...] o não-dito tem significados traduzidos pelo processo arquitetônico da narrativa e se mantém como tal, livrando o romance de uma empobrecedora linearidade. O discurso ficcional transforma-se em uma fonte, de onde vem uma espécie de realismo poético, fruto de “palavras poupadas” e de um senso de humanidade revestido de pudor e fineza (SILVA; KARIM, 2010, p. 13).

Conforme colocam os autores, podemos notar que o próprio título, *As palavras poupadas*, tem sua intencionalidade de afirmar o conteúdo da obra em torno do silêncio reflexivo que está presente na estrutura linguística da narrativa. É esse silêncio que percorre toda a narração e faz parte de cada personagem, com seus confrontos interiores, que trazem à obra uma produção de sentido, implícito diante das formas de ver os

fenômenos do mundo. Vejamos, por exemplo, o texto narrado pela personagem Graça sobre o relacionamento de seu pai com a outra personagem de nome Leda:

[...] Leda ia encontrar-se com as amigas numa pastelaria da baixa ou iam juntas a alguma matinê. No regresso trazia sempre o olhar mais brilhante e muitas coisas para contar, via-se lhe isso na frequência com que entreabria a boca para logo a fechar sem ter dito nada. Às vezes não resistia, lutava contra o intransponível muro de silêncio que o pai habitualmente construía à sua volta e contava qualquer coisa sem importância [...] O pai levantava os olhos do trabalho, dizia o «ah sim?» completamente destituído de sentido, de quem não sente o menor interesse pelo que acabava de ouvir [...]. Leda corava muito e nesses momentos os ombros descaíam-lhe um pouco mais e as pálpebras tombavam-lhe sobre os olhos como persianas que ela voluntariamente cerrasse porque lá fora não havia nada para ver (CARVALHO, 1961, p. 45).

Nesta parte da narrativa, ficam evidentes vários pontos que ressaltamos ao falar da obra, como os conflitos internos da personagem (Leda), diante da falta de sensibilidade masculina e seu desinteresse notório, afastando-a do diálogo e deixando-a à margem da solidão e do isolamento. A alegria ressaltada na narrativa, em compartilhar a vivência com as amigas, é “cortada” pela frieza do marido, e, como consequência, a personagem logo fica triste e solitária. Este é apenas um curto exemplo de uma história presente na obra. No mais, as personagens deste trecho se encontram com outras personagens, diante de outros enredos na obra, mas sempre levando a reflexão em torno das diversas formas de solidão e silêncio que todas as personagens sofrem.

O livro foi aceito positivamente pela crítica, Eugênio Lisboa destacou-a como uma

[...] grande escritora portuguesa, europeia e universal, que não nos poupa a análise implacável, não sentimental e quase cruel, por vezes, de um certo “mal de existir” que se radica, no fundo, nos protocolos que inventamos para vivermos uns com os outros, Maria Judite de Carvalho se nos obriga a confrontar-nos com a solidão, a alienação e a depressão, de algum modo evita deprimir-nos através de uma firmeza de escrita e de eloquência escorrida que até certo ponto redime os próprios males que pinta (LISBOA, 1998, p. 4).

Maria Judite de Carvalho, com seu segundo livro, fortaleceu-se no campo literário, e tornou-se, em meados do século XX, uma escritora de referência, reconhecida como contista, novelista e romancista. Os anos de 1960 foram de grande relevância e afirmação para ela: a publicação de livros brotou, novos títulos surgiram: *Paisagem sem barcos* (1964); *Armários vazios* (1966); *O seu amor por Etel* (1967); *Flores ao telefone* (1968a)

e *Os idólatras* (1969). Segundo Freitas (2011, p. 24), esses livros reproduziram “[...] as características da escrita juditiana que se foca nos aspectos da modernidade, do pessimismo, da solidão e da melancolia”.

Embora Maria Judite de Carvalho estivesse em um período de ascensão na carreira, eram tempos difíceis para sua vida particular. Urbano Tavares Rodrigues, que na época também já era um grande escritor, consagrado na cena literária portuguesa e, desde 1957, quando regressaram a Portugal, trabalhava como professor no Liceu Camões, além de lecionar Literatura Portuguesa a estudantes estrangeiros na Faculdade de Letras de Lisboa, era militante contra o salazarismo, e isso custou-lhe algumas prisões.

No ano de 1958, um ano antes de Maria Judite de Carvalho lançar seu primeiro livro, Urbano Tavares Rodrigues apoia o político opositor ao regime de Salazar, o militar português da Força Aérea Humberto da Silva Delgado à Presidência da República, contra o candidato do regime, Américo Deus Rodrigues Tomaz⁷⁹. Sua dedicação política à candidatura de Humberto Delgado “[...] é o primeiro passo de um caminho de resistência e de semiclandestinas ações oposicionistas, que o levava a ser preso, por três vezes, nos anos sessenta, pelas mãos da PIDE [Política Internacional e de Defesa do Estado]” (SANTOS, 2009, p. 21). Essas ações acabaram afastando-o da Faculdade.

Em 1961, ocorreu a primeira prisão do escritor, em um processo coletivo, com outros 61 intelectuais, todos responsáveis pela criação e divulgação do Programa de Democratização da República, um documento que orientava ações da oposição contra o regime totalitarista do Estado Novo. Depois de solto, em 1962, afirma-se no jornalismo e acumula a função de chefe de redação do *Jornal de Letras e Artes*, colabora com o jornal *O Século* em 1963, e com revistas nacionais e internacionais. Logo é preso pela segunda vez, em “[...] 4 de dezembro de 1963 pela polícia política do Estado Novo, acusado de pertencer às Juntas de Ação Patriótica (JAP), tendo sido liberado a 23 do mesmo mês”.

A perseguição às ações de Urbano Tavares Rodrigues persiste: em 1965, é proibido de dar aulas de forma geral, por não oferecer garantias de cooperação à realização dos intuitos do Estado. Pela terceira vez, é preso em 1968, e dessa vez fica muito tempo encarcerado em Caxias, sem ter direito a julgamento. Em 1969, filia-se ao

⁷⁹ Tornou-se o último presidente da República do Estado Novo Português.

Partido Comunista Português e, assim como seu irmão Miguel Urbano Rodrigues (1925-2017)⁸⁰, manteve-se militante, vinculado ao partido até a morte.

Os anos 1960 foram, portanto, anos de glória por um lado ao casal Maria Judite de Carvalho e Urbano Tavares Rodrigues na literatura e no jornalismo, mas também foram anos dificultosos devido às várias prisões de Urbano Tavares Rodrigues, à falta de emprego, quando era afastado das atividades, mesmo quando não estava preso, além da solidão e falta do convívio familiar:

Foram anos críticos para Urbano e Maria Judite, com o cerco que a polícia política lhes movia, sob a forma de escutas telefônicas, apreensão de correspondência, impedimentos para lecionar, mesmo no ensino particular, interdição de saída do país na sua profissão de jornalista ou para algum congresso na área da literatura [...]. Maria Judite sofreu muito com isso, mas aguentou-se sempre nas situações difíceis (SANTOS, 2009, p. 28).

Maria Judite de Carvalho, embora tivesse preferências esquerdistas como o marido, não era tão militante quanto. Mas era uma mulher guerreira que, no período de crise, assumiu a responsabilidade total pela manutenção e administração das finanças da família, além da educação e criação da filha do casal. Sua vida foi “[...] cercada de momentos solitários. A perda prematura dos pais e as ausências constantes do marido refletiam em sua personalidade cada vez mais retraída e discreta”, embora tenha se tornado figura pública no jornalismo e na literatura (FREITAS, 2011, p. 19).

Nesse tempo de acúmulo de funções, Maria Judite de Carvalho vai se descobrindo cada vez mais no jornalismo e, em 1968, entrou para a equipe de um dos jornais mais importantes de Portugal, o *Diário de Lisboa* (1921-1990)⁸¹, onde, não apenas se tornou redatora, como assumiu uma coluna própria, denominada “Rectângulos da Vida”,

⁸⁰ Miguel Urbano Rodrigues foi jornalista, escritor e político comunista, que morreu em 27 de maio de 2017. Por aproximadamente 20 (vinte) anos refugiou-se no Brasil, por causa da ditadura salazarista. Entre os anos de 1957 e 1974, trabalhou para o jornal *O Estado de S. Paulo* – Estadão, onde atuou como repórter e editorialista. “Em 1961, recebeu o Prêmio Esso Regional de Jornalismo, com o fotógrafo Antônio Lúcio, por uma série de reportagens sobre o pacote Santa Maria, sequestro com 612 passageiros e 350 tripulantes a caminho de Miami, por um grupo de exilados portugueses e espanhóis que pretendia desestabilizar o governo de Salazar, em Portugal, e Francisco Franco, na Espanha. No período em que viveu no Brasil, trabalhou também como editor internacional da extinta revista *Visão*. Rodrigues foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e um dos mais destacados [juntamente com seu irmão] militantes pela democratização de Portugal e pela independência das ex-colônias portuguesas. Após a Revolução dos Cravos, voltou a Portugal, onde dirigiu os jornais *Avante!* e *O Diário*. Nos anos 1990, foi deputado na Assembleia da República, pelo Partido Comunista Português (PCP), [...] manteve o ativismo político até o fim da vida” (O ESTADO DE S. PAULO, 2017).

⁸¹ No capítulo de análise desta tese, mais à frente, dedicamos um espaço ao jornal *Diário de Lisboa* e à coluna “Rectângulos da Vida”.

assinada com seu nome, além de produzir diversos textos para o suplemento “Mulher”, assinando com o pseudônimo de Emília Bravo.

Figura 6- *Diário de Lisboa*



Fonte: Fundação Mário Soares (1967).

Paralelo ao trabalho do *Diário de Lisboa*, mantinha produção literária ativa e também colaborava com a revista *Eva*, como mencionado anteriormente, e outros jornais portugueses. Entre os anos de 1968 e 1975, colaborou com *O Século* (1880-1979), a *República* (1911-[199-?]) e o *Diário Popular* (1942-1991). Como jornalista, tornou-se uma presença assídua na imprensa portuguesa, como uma voz crítica da condição humana dos *excluídos* (dos não vistos e silenciados) em um dos períodos mais importantes da história de Portugal, o Estado Novo. Retratou, de forma melancólica (FREITAS, 2011), o mundo como um lugar povoado pela pluralidade do ser humano, no sentido que condiz com a classificação de Hannah Arendt, segundo a qual “[...] a pluralidade é a lei da Terra” (ARENDR, 2000, p. 17) e a terra é uma das essências da condição humana (ARENDR, 2014a). Assim, para conhecer o mundo, em seu espaço social, é preciso olhar para o outro, em sua dimensão única e em sua vivência com os demais seres humanos, e perceber que todos habitamos um mundo comum. Ou seja, o homem traz em si uma alteridade que “[...] partilha com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive,

torna-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos” (ARENDDT, 2014a, p. 220).

É nesse sentido que percebemos que Maria Judite de Carvalho em seus textos, jornalísticos ou literários, teve a intenção de expor, ao retratar a condição humana/social do dia a dia/cotidiano, a complexidade da condição humana, que é certamente o caráter “paradoxal” da pluralidade dos “seres únicos” e o “[...] viver como um ser distinto e único entre iguais” (ARENDDT, 2014a, p. 223). Enfim, trazer esta alteridade a público mostrando a condição humana foi uma das características da narrativa juditiana.

A jornalista acompanhou as mudanças do século XX, a globalização da economia e dos meios de comunicação, os conflitos que se intensificaram e a fluidez das relações entre os grupos sociais. O cenário jornalístico em Portugal era difícil, vivia sob constante censura, apesar de existirem jornais “livres”, como o próprio *Diário de Lisboa*, que tinha assumidamente uma posição contrária ao governo salazarista. Contudo, mesmo antes não estavam imunes à censura de suas páginas, ou mesmo a proibição das publicações. Segundo Ana Cabrera (2011), a existência desse “bloco hegemônico do poder”, de 1933 até 1974, exerceu um papel determinante para a censura “na prática jornalística e na própria vida dos jornais e das empresas jornalísticas, para já não falar na liberdade de expressão[...]” que, de certo modo, afetou as condições do exercício da democracia (CABRERA, 2011, p. 152).

Portugal passa por um processo de *transição* quando Salazar, em 16 de setembro de 1968, sofreu um profundo acidente vascular e, mesmo tendo se recuperado, ficou com sequelas, muito debilitado. Na ocasião, preocupado com a situação do país, o Conselho do Estado se reuniu, e, em 27 de setembro de 1968, elegeu o catedrático professor de direito Marcello José das Neves Alves Caetano⁸² à Presidência do Conselho do Estado

⁸² Marcello Caetano (Marcello José das Neves Alves Caetano) foi o político e professor de direito que ocupou pela última vez a Presidência do Conselho do Estado Novo, entre 1968 e o 25 de abril de 1974. Sobre a grafia do seu nome é importante observar que durante a pesquisa percebemos que, em alguns estudos aparecem o nome Marcelo Caetano. Também percebemos que, popularmente, o período de seu governo ficou conhecido como “Marcelista” e não “Marcellista”. Desse modo, nesta tese resolvemos adotar seu nome com a grafia correta de acordo com seu registo de nascença Marcello Caetano (Marcello José das Neves Alves Caetano), conforme o próprio assina seus livros publicados. Contudo, utilizamos para denominação do período a palavra “Marcelista” (com um *l*) pois é como o período ficou conhecido e como os pesquisadores da vida e obra de Marcello Caetano colocam. Para mais informações indicamos a leitura de *Minhas Memórias de Salazar* (CAETANO, 1977), *Marcello Caetano – o homem que perdeu a fé*, escrito pela pesquisadora Manuela Goucha Soares (2009) e *Marcello Caetano: poder e imprensa*, da historiadora Ana Cabrera (2006).

Novo, substituindo Salazar, que faleceu em 29 de julho de 1970. Marcello Caetano tinha um território político bem definido no campo das ideias políticas e contava com muitos colaboradores, porém estava há alguns anos distante da vida política ativa, ou seja, tinha pouco contato com o povo português. Por isso, teve de assumir posições que o revigorassem, afirmando em curto tempo sua presença, de forma diferenciada da imagem de Salazar, tentando construir uma nova imagem de político e, para isso, apoiou-se na imprensa (CABRERA, 2006).

De acordo com Cabrera (2006), muitos acreditavam em uma abertura do Regime, tanto que os primeiros anos do governo é considerado o período da *Primavera Marcelista*. Contudo, embora tivesse tentado diferenciar-se do salazarismo, proporcionando um certo avanço nas reformas no campo social, na economia e até mesmo na imprensa, os seis anos em que Marcello Caetano presidiu o Conselho de Ministros, que correspondem respectivamente aos últimos anos do Estado Novo, não passaram, na verdade, de uma continuação política do regime passado, possuindo inclusive a mesma natureza de Estado que Salazar tinha edificado (CABRERA, 2006). Em 1969 como estratégia para ganhar o apoio popular, inicia as “Conversas em Família”,

[...] um programa televisivo que lhe permitiu apresentar-se aos portugueses sem formalismos. Inspirando-se no modelo utilizado por Franklin Roosevelt durante a Grande Depressão – as “conversas ao lado da lareira” – Caetano procura assim um meio de comunicação direto com o público, que lhe possibilitava informá-lo dos problemas do Governo e dos motivos que o levaram a tomar determinadas soluções (ROSA, 2014, p. 18).

Com a iniciativa, o chefe do regime totalitário obteve certo êxito perante a população, contudo a mídia mostrou-se a princípio resistente devido ao discurso informal adotado. Diante deste fato, Marcello Caetano, em seu próprio discurso, à época, declarou a importância de sua atitude, dizendo que as “[...] conversas seriam ouvidas, só na Metrópole, para cerca de três milhões de pessoas e se eu queria ser entendido por essa massa de gente, não podia falar-lhes em linguagem de bacharéis [...]” (CAETANO 1969 apud CABRERA, 2006, p. 65). Assim foram os tempos iniciais com a opinião pública ao seu favor, a favor da sua governança tanto que o período ficou conhecido como *Primavera Marcelista* (CABRERA, 2006; ROSA, 2014). Porém nem tudo foram flores e, em 1970, iniciou-se uma nova fase: “[...] a expectativa liberalizante de 1969 acabou por se traduzir em frustração, ao manter todos os esquemas controladores do regime, aos quais apenas

se alterou a designação. A censura passou a designar-se Exame Prévio e os próprios carimbos dos censores mudaram”, ou seja, o que “[...] antes era “autorizado com cortes” passou a ser “autorizado parcialmente” e “suspenso” passou a ser “demorado” (ROSA, 2014, p. 19). A própria Lei de Imprensa aprovada em seu governo e tanto almejada pelos jornalistas – que em 1971 firmaram um abaixo-assinado pedindo-a, pois tinham a expectativa da mudança, frustraram-se –, de 5 de novembro, promulgada em 1971 e regulamentada em 1972, nada tinha a ver com a liberdade de imprensa. Para Marcello Caetano, “[...] cabia ao Estado o papel de esclarecimento da opinião pública surgindo, portanto, a censura como forma de defendê-la” (ROSA, 2014, p. 18).

Diante disso, a censura continuou a vigorar com o Exame Prévio, a imprensa sofreu um duro golpe que manteve a estagnação e seu fraco desenvolvimento de classe. A relação de domínio entre o poder político, o povo e a imprensa, no Estado Novo, na verdade, não se alterou com o regime Marcelista.

Foi nesse cenário de falsas transformações para o povo português que Maria Judite de Carvalho galgou seu espaço e ganhou notoriedade num mundo paternalista, masculino e totalitarista. Guiada pelo ímpeto da escrita (seja no jornalismo ou na literatura), sua forma de ganhar a vida e manter a família levou-a a lançar, em 1973, um novo livro, *Tempo de mercês*. Nessa obra, a escritora trouxe precisamente uma representação do tempo, de forma exponencial, tomando-o como centro do texto. Um tempo fracionado por “[...] uma narrativa esburacada, dividida, onde a perspectiva parcelar se assume como a única possível a ser descrita” (SEIXO, 1986, p. 186). Começando pelo próprio título, podemos perceber a relação direta com esse elemento fundamental da tessitura da narrativa, o tempo, além de ser especificamente um tempo do feminino, da vida de

[...] Mercês, a mulher por quem o pai se apaixonara e por quem Mateus sentia atração — sinónimo de um passado proustiano, chave da existência, onde o protagonista situa o mito da plenitude não reencontrada; por outro lado, é um tempo de recompensa, de estado de graça, de suspensão da irreversibilidade do tempo, de um gozo em plenitude, tempo nostálgico que, não obstante, arrasta as personagens para períodos de grande provação e sofrimento, para um tempo de ruptura irrecuperável, de experiência de uma impossibilidade de recomeço, de desencontros irreparáveis, para vivências de perda ou quase aniquilação.

O conto, como podemos constatar, oferece matéria para um tema bem ligado ao mundo em que vivemos e que conhecemos através dos nossos sentidos. É o tema dos seres humanos que atuam, sentem e pensam no transcurso do tempo [...]. Tudo isto é um processo que implica uma duração. Tratando-se de um conto de cariz psicológico o seu tema

converge principalmente na caracterização do protagonista com finas, mas sucintas análises dos seus processos mentais mais profundos (CARVALHO, 1999, p. 46-47).

É notória, no livro em questão, a presença de temáticas que acompanharam sua escrita desde o início, como a mágoa e o abandono, por exemplo. Mas, neste, o enfoque dado ao tempo foi diferenciado. A obra é considerada pela pesquisadora Maria Clara Carvalho (1999, p. 44) um verdadeiro “[...] conto literário moderno”, com uma “[...] configuração temporal textual quase única, o que lhe confere, de algum modo, uma faceta idiossincrática”. Maria Judite de Carvalho ofereceu, com o novo texto, uma reflexão diante de temas bem ligados ao mundo real, trouxe o ser humano que atua, sente e pensa o passar do tempo. Carvalho (1999, p. 47, grifo nosso) vai mais profundo e diz que este livro podia ter como “[...] subtítulo (mítico por excelência) *Busca do Tempo Perdido*, pois o tempo que faz corpo conosco é justamente o que nos perde, o signo puro da nossa insubsistência”.

Essa consciência/vivência do tempo, eminentemente ligada à memória, fez presença nos textos de Maria Judite de Carvalho, não apenas nas suas obras literárias, mas também em seus textos produzidos para jornais e revistas. Entre os anos de 1971 e 1974, ainda colaborou com a revista mensal *O escritório*, para quem produziu 26 (vinte e seis) crônicas que expressavam sua visão sobre a sociedade portuguesa, o comportamento da vida moderna e, principalmente, as relações com o tempo (FREITAS, 2011).

O ano de 1974 foi marcante para a história de Portugal, pois foi o ano da Revolução dos Cravos, movimento social que ocorreu a partir de 25 de abril e que depôs o regime Marcelista, por consequência, todo o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde o ano de 1933. Foi o início do processo que resultou na implantação de um regime democrático e de uma nova Constituição, a de 25 de abril de 1976. A Revolução de 1974 ocorreu como consequência de um movimento militar, conhecido como Movimentos das Forças Armadas (MFA), constituído por capitães liderados pelo General António de Spínola, que lutavam contra algumas ações do Estado Novo e por isso obtiveram o apoio da população e de veículos de mídia que também eram contra o regime.

Para melhor compreensão do que ocorreu, é preciso relembrar os fortes laços e duradouros que Portugal fazia questão de manter com suas colônias africanas, pois o país via, no Império Colonial, uma forma necessária de mostrar poder e influência no cenário

mundial. Mas as colônias portuguesas como Moçambique, Angola, Guiné, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, nos anos de 1960, iniciaram diferentes movimentos pela independência, resultando, na Guerra Colonial (ou Guerra do Ultramar – denominação oficial portuguesa, que durou até a Revolução de 1974), gerando grandes conflitos entre a sociedade civil e militar. Diante deste cenário, o setor não conservador da ala militar, formado por alguns capitães, criou o MFA e se opôs ao regime, principalmente por discordar da política seguida pelo governo em relação à guerra nas colônias que se perpetuava há anos, gerando altos custos ao país. O MFA teve a adesão em massa da população e a resistência do regime foi quase inexistente.

O ano de 1974 foi, portanto, de liberdade para o povo português. Os presos políticos foram liberados, os exilados puderam regressar ao país, os bancos e empresas foram nacionalizados, resultando posteriormente no êxodo de alguns empresários para outros países. Quanto à imprensa, Jorge Pedro Sousa (2008, p. 61-62) destacou que “[...] o triunfo da Revolução desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas, no dia 25 de Abril de 1974, permitiu o restabelecimento da liberdade de imprensa em Portugal. Nesse mesmo dia, vários jornais já não foram à censura”. Os jornalistas, enfim, começavam a ter liberdade, após os anos do Estado Novo, período de grande dificuldade para a classe, que não apenas vivenciara

[...] a censura e as medidas repressivas como a suspensão da publicação por um determinado período de tempo, apreensão de exemplares, multas e mesmo a prisão para jornalistas, editores e vendedores. Por vezes, os órgãos jornalísticos viam-se, também, impedidos de enviar jornalistas ao exterior para cobrir determinados acontecimentos, nomeadamente quando em causa poderiam estar as posições oficiais do regime, como aconteceu com o *Jornal de Notícias*, impedido de enviar jornalistas para cobrir a Guerra Civil de Espanha (SOUSA, 2008, p. 60).

Era o fim da ditadura, mas o país ainda teve que atravessar um complexo processo social para chegar à estabilização política e econômica. Enquanto isso, Maria Judite de Carvalho voltava a ter maior tranquilidade familiar, pois, afinal, seu marido, Urbano Tavares Rodrigues, voltava a assumir sua vida pessoal, profissional e política de forma íntegra, sem sofrer perseguições e censuras. No ano seguinte à Revolução, a jornalista e escritora faz algumas alterações em sua vida profissional. Resolveu encerrar a sua coluna “Rectângulos da Vida”, no jornal *Diário de Lisboa*, mas continuou como colaboradora, embora de forma esporádica. Ainda em 1975, publicou uma nova obra, *A Janela Fingida*,

seu primeiro livro de crônicas, contendo em sua maior parte textos extraídos do *Diário de Lisboa*.

O jornalista e escritor português Armando Baptista-Bastos (1993-2017) colega de profissão de Maria Judite de Carvalho, no *O Século*, ao escrever o prefácio do livro *A Janela Fingida* (1975) relatou:

Maria Judite sempre me propôs e levantou problemas relativos ao meu próprio trabalho: a sua persistência de artista desenvolve-se a partir do fato, do pormenor, do episódio identificado como violências sutis da sociedade; da conclusão pela qual ela relacionou o cativo que, de certo modo, o homem impôs a si mesmo. O seu protesto nunca assume o afirmativo – mas é sempre determinativo. A sua acusação nunca adquire a tonalidade declamatória – mas é sempre provocatória, porque em ambos, protesto e acusação, reside a descrição iluminante de uma classe, ou se desejarmos, o conceito moral de definir um estrato social em que seus componentes destroem outros (os outros) para se libertarem do caos e da ambiguidade que se recusam a admitir neles próprios (BAPTISTA-BASTOS, 1975, p. 12-13).

Através do depoimento de Baptista-Bastos sobre as crônicas produzidas por Maria Judite de Carvalho e seu modo de produção, na busca do fato, do pormenor, daqueles que vivem à margem da sociedade, notamos, mais uma vez, a fixação pelo retrato da alteridade no mundo, como tema de suas narrativas tanto nos contos quanto nas crônicas jornalísticas. Seu processo de criação seguiu sempre contínuo e discutindo o outro em seus textos. Por exemplo, em 1978, passa a colaborar com *O Jornal*. No mesmo ano, também, escreveu contos para a revista *Mulheres*. No ano seguinte (1979), reuniu novamente, em um livro denominado *O homem no arame*, crônicas jornalísticas que foram publicadas no *Diário Lisboa*.

Para Pedro Serra,

[...] os textos jornalísticos reunidos em a *Janela Fingida* [1975] e o *Homem no arame* [1979] refratam de modo fragmentário a importância de determinadas coisas e objetos nos finais da década de 60 e nos anos imediatamente anteriores àquele que seria o acontecimento fundamental da vida política portuguesa contemporânea, o advento da Democracia em 1974. Neste sentido, a obra de Maria Judite de Carvalho não responde por um tempo em que o sujeito fosse um cidadão livre, expressando em liberdade as suas ideias por meio de argumentos da Razão. O corpo político do tempo por que responde a cronística de a *Janela Fingida* e o *Homem no arame* não era propriamente encabeçado por uma representação agorática. A cabeça do corpo político era o ponto transcendental arquimediano que produzia um modelo de mundo auto evidente, legislando o lugar dos objetos e dos indivíduos; enfim,

impondo-lhes uma ontologia estável e previsível. Um ponto que, na verdade, carecia propriamente de um lugar localizado – passe o pleonasma –, dado o seu carácter absoluto e não relativo: ponto, pois, de emanação da verdade. O poder da ditadura assenta num regime hermenêutico solidamente alicerçado em universais de uma razão intratável. O salazarismo (e o seu avatar Marcellista) funciona, diríamos, como uma máquina célibe, uma tecnologia celibatária que tem, seguramente, na “retórica da invisibilidade” um dos seus traços mais determinantes (SERRA, 2010, p. 45, grifo do autor).

Ainda conforme este autor, os dois livros respondem por “[...] uma interpretação da *fábrica mundi* que, não dispensando densidades ontológicas dentro e fora do discurso, se subsume à relatividade” (SERRA, 2010, p. 46). Desse modo, de forma sintética e passível de uma interpretação da realidade, os textos jornalísticos mostram “[...] a maior objetividade possível” que é “[...] uma objetividade muito relativa” (CARVALHO, 1979, p. 100-101).

Como cronista, Maria Judite de Carvalho entrou os anos 1980 ocupando novos espaços e, assim como seu esposo, publicou textos na *Sílex*, “[...] uma revista de letras e artes que circulava mensalmente na cidade de Lisboa” (FREITAS, 2011, p. 26). Nessa época, “[...] entre os anos de 1981 a 1982 publicou crônicas na *Revista Come & Cale*” (FREITAS, 2011, p. 26). Os leitores dos jornais certamente tinham o nome da jornalista e escritora bem gravado na memória, pois publicou com regularidade crônicas em jornais e revistas até o fim dos anos 1980.

Em 1983, um novo livro surge no mercado literário, *Além do Quadro*. Esse volume fez com que Maria Judite de Carvalho se afirmasse no domínio do tema da solidão. Ficou logo perceptível “[...] que a solidão é um grande mote da escrita juditiana segundo a análise de críticos literários e estudos acadêmicos” (FREITAS, 2011, p. 22). Reafirmando o pensamento da crítica, Olívia Rocha Freitas (2011), quando realizou uma análise profunda do livro, constatou a presença dos diversos aspectos da solidão, nas “[...] situações e passagens em que as personagens juditianas sofrem, de abandono e solidão sem compreenderem de fato o motivo de suas dores, sem perceberem a raiz de sua problemática, o que as leva à insatisfação pessoal e, conseqüentemente, à infelicidade” (FREITAS, 2011, p. 21-22). José Manuel da Costa Esteves (1999), seguindo a mesma corrente, enfatiza:

Esta obra feita *em* solidão, é também feita *de* solidão, porque as várias vozes narrativas que a percorrem falam sempre desse lugar deserto do desencanto onde o paraíso não tem lugar (como inversamente o não tem

o inferno), mas onde brota a fonte da lucidez de um olhar magoado sobre a existência humana e a dificuldade de viver. Em Maria Judite de Carvalho a solidão habita-se, porque ela é a casa onde se mora (muitas vezes em quartos alugados ou casas subalugadas já mobiliadas), é a paisagem urbana, é o ar irrespirável, é o corpo; invólucro no qual o coração não metaforiza os sentimentos, mas onde é apenas um órgão fisiológico que se cansa com o decorrer dos anos. Solitária, mas profundamente solitária com seu tempo, com a História, com os mais profundos anseios e inquietações do homem num universo que tende a apagar o seu papel de sujeito (ESTEVEES, 1999, p. 70 sic, grifo do autor).

A obra de Maria Judite de Carvalho atravessou as peripécias da história mundial e nacional, bem como acompanhou as consequências sociais, principalmente dos anos que se passaram até chegar à contemporaneidade da globalização, dos pós-guerras e pós-ditadura. Para Esteves (1999, p. 71), o fato da existência de um “[...] regime fascista vigente em Portugal que está na origem da decepção que destrói as esperanças políticas e sociais no período pós-guerra” influenciou durante todo o século XX o surgimento de

[...] uma literatura profundamente empenhada na luta social ao mesmo tempo que se evidencia outra tendência literária que aspira à evasão e ao sonho face à clausura [...]. Portugal vivia num tempo parado, suspenso no vácuo, como se nada se passasse, em total ruptura com a realidade contemporânea [...]. Este clima de fechamento e clausura, onde nada parece acontecer, em que um dia se acrescenta a outro dia, é magistralmente reconstruído no universo da autora (ESTEVEES, 1999, p. 71).

Notamos, assim, diante do conhecimento que temos da obra de Maria Judite de Carvalho e do acesso a estudos de outros pesquisadores, que a obra literária da portuguesa reflete a vida do ser humano, fala da existência de pessoas, principalmente, daquelas que viviam em estado de solidão. A solidão daqueles que sofrem em diversas proporções, ações de violência impostas pela sociedade, experimentando uma asfixia do real ou fugindo pelo caminho da imaginação, ao apegar-se aos sonhos, ao poder ter sido. Ainda segundo Esteves (1999, p. 71), Maria Judite de Carvalho mostra que “Nada é como deveria ser: os caminhos são quase sempre paralelos, o desencontro é permanente e quando há encontro há desentendimento na maneira de se conceber a vida, provocando-se um choque de solidão”. E que “[...] esta visão melancólica e magoada da vida entronca na mais pura tradição literária portuguesa”, ou seja, é algo que está enraizado, em que “[...] a visão lírica se alia à impressão de um destino irreparável” (ESTEVEES, 1999, p. 71).

E com essa abordagem crítica *melancólica* do mundo que Maria Judite de Carvalho conquistou os leitores portugueses, agora, nos anos de 1980, período também de grande ascensão e profundidade de crescimento para seu marido, Urbano Tavares Rodrigues, que conseguiu concluir o doutorado em Literatura, apresentando sua tese *M. Teixeira Gomes: O discurso do Desejo* em 1984. Como consequência dos novos tempos e da nova realização, retomou à docência na Faculdade de Letras de Lisboa, ficando por lá até aposentar-se (SANTOS, 2009).

Os tempos se tornaram bons para o casal, pois Portugal vivia também uma nova época, na medida em que ultrapassava, aos poucos, as dificuldades herdadas dos tempos anteriores. Em 1º de janeiro de 1986, Portugal torna-se membro da União Europeia, marco importante para a melhoria da situação econômica do país. É certo que, até 1991, Portugal ainda passaria por um período de adaptação, levando em consideração que vivera em situação inferior aos demais Estados-membros.

Apesar da melhora da situação econômica portuguesa, a “aparente simplicidade perturbadora”⁸³ da narrativa juditiana manteve-se ao longo da década de 1990. *Este Tempo* (1991) foi o seu livro de entrada nos anos 1990. Com a chegada da nova década, a jornalista/escritora reúne, em livro, mais uma vez crônicas jornalísticas que registravam as mudanças ocorridas em outro tempo, em outro lugar, publicadas antes em jornais, para um público, e que “agora” (tempo do lançamento do livro) atingiria outro público de leitores. Esse livro, que foi organizado com a ajuda de Ruth Navas e José Manuel, rendeu-lhes o prêmio de crônica da Associação Portuguesa de Escritores. No ano de em 1992, foi agraciada com o grau de *Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique*, o que de certo reforçou a importância da portuguesa como jornalista/escritora no cenário de construção dos dois campos (jornalístico e literário), durante o século XX.

Posteriormente a *Este Tempo* (1991), Maria Judite Carvalho lançou, no ano de 1995, *Seta Despedida*, novo livro de contos, sua última obra publicada em vida, que traz literalmente, segundo Esteves (1999), a sua essência. Nesta obra a contista consagrada não fugiu às temáticas costumeiras, mas acrescentou uma nova e profunda reflexão ao apresentar a narrativa sobre um destino que sofreu a irreversibilidade do tempo e, conseqüentemente, a impossibilidade de um recomeço. Os caminhos das personagens são por vários ângulos traçados por uma seta que segue, sempre reta, ao nada, ao fim, à sua

⁸³ Consideramos aparente pois nesse momento estamos primeiro discorrendo sobre o olhar de uma narrativa literária que não é o foco dessa tese.

“morte”. O livro gira em torno de um sentimento de despedida e depois de solidão que, para Esteves (1999), é algo que, não apenas está claro, como vai além:

Do primeiro ao último texto, a constatação da proximidade da morte (morte figurada escolhida ou por doença) em títulos como Vínculo Precário, Absolvição, Impressões Digitais, Sentido único, O Grito, passando pela sua revelação através do sonho em Frio (com o qual termina o livro), o fim do tempo, o fim da vida. Significativamente *Seta Despedida* é o último livro da autora, sendo impossível não ver nele uma despedida magoada de um tempo esvaziado para onde o homem foi empurrado (ESTEVES, 1999, p. 77).

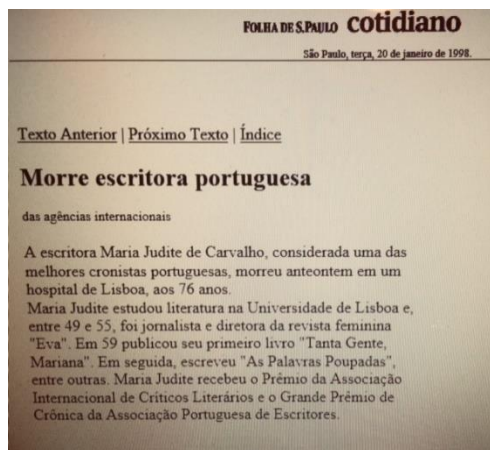
Maria Judite de Carvalho consegue associar a fragilidade da condição humana à pluralidade, à efemeridade e, além de tudo, à brevidade de um tempo que não espera e que carrega a queda, o tombo, a interrupção e, por fim, a morte. Recorrendo ainda a Esteves (1999), para quem a escritora de *Seta Despedida* tem uma linguagem pouco ornamentada e direta, é importante destacar sua concepção de que “[...] a obra de Maria Judite é ela própria o grito pressentido, e sempre abafado, vitorioso sobre a morte, porque esse dizer literário é ainda uma forma última, e talvez única, da esperança e o entrever de uma alegria” (ESTEVES, 1999, p. 78).

Ao longo dos três anos depois de *Seta Despedida* (1995), a escritora manteve-se presente, agora mais na escrita jornalística, pois esporadicamente produzia uma crônica que era publicada. Isso não ocorria por falta de vontade, mas devido a uma grave doença que a atingiu, no ano de 1998, o câncer. Segundo Freitas (2011), aquele foi também o ano em que “[...] havia sido escolhida, por grandes destaques da literatura portuguesa como Maria Alzira Seixo, Carlos Reis, Eunice Cabral e Antônio Guerreiro, naquele ano, para receber o prêmio Virgílio Ferreira [Universidade de Évora], atribuído anualmente pela Universidade de Évora ao conjunto de uma obra” (FREITAS, 2011, p. 27). O prêmio é mais uma prova da importância da escrita de Maria Judite de Carvalho que, infelizmente, não o pôde receber, pois faleceu naquele mesmo ano, em 18 de janeiro de 1998. Urbano Tavares Rodrigues foi quem recebeu a homenagem em representação à mulher, escritora e jornalista que se destacou em um tempo difícil, “extremo” (HOBSBAWM, 2003).

Sua morte causou uma grande comoção no país e por onde a literatura de Maria Judite de Carvalho chegara. Jornalistas e intelectuais sentiram a sua perda, dentre eles José Saramago, José Cardoso Pires, Maria Teresa Horta e Francisco Simões, que lhe

renderam homenagens, conforme Freitas (2011). No Brasil, a sua morte também foi sentida. A *Folha de S. Paulo* registrou em forma de nota, sua passagem.

Figura 7- Morre escritora portuguesa



Fonte: *Folha de S. Paulo* (1998).

A repercussão da morte da escritora na imprensa *além* Portugal mostrou o sentimento de pesar com que a notícia foi recebida no meio social, intelectual e político em muitos lugares, o que, de certo modo, ressalta o reconhecimento da jornalista e escritora, um reconhecimento presente até os dias atuais. Em 1999, a Câmara Municipal de Oeiras, com o apoio da Livraria-Galeria Municipal Verney, homenageou com um livro a vida e a obra de Maria Judite de Carvalho.

No ano de 2001, foi a vez da Câmara Municipal de Lisboa que, também para homenageá-la, lançou uma obra sobre a portuguesa, escrita por Teresa Sanha Pereira. No ano de 2009, Maria Judite de Carvalho foi pauta de um colóquio em Paris, assinalando os 50 anos da sua primeira publicação, *Tanta gente, Mariana* (1959). O colóquio propôs uma revisitação crítica à obra juditiana (ALFOBRE, 2009). Também em comemoração ao aniversário da obra, a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), com sede em Lisboa, realizou uma amostra denominada *Maria Judite de Carvalho: 50 anos de vida editorial*, que ocorreu entre 3 de novembro de 2009 e 16 de janeiro de 2010.

A eficiência de uma narrativa voltada para a condição humana rendeu para Maria Judite de Carvalho grandes premiações. Além das que já foram citadas, alcançou: o *Grande Prêmio de Conto Camilo Castelo Branco* (1995), pelo segundo livro *Palavras Poupadas*; Prêmio da Associação Internacional de Críticos Literários (1995); Prêmio Pen Club (1995) e Prêmio Revista Máxima (1995). Tudo isso é o reconhecimento àquela que

Fez do existir quotidiano o centro da sua escrita intimista. Espectadora céptica e desencantada, cruzou o abismo sobre o arame dos dias comuns, desiludidos, fracassados – vertidos no retrato de um Portugal de rotina baça, sem abertura nem projecto. E chegou ao outro lado, lá onde o talento literário ganha altura e profundidade (SOL, 2017).

As narrativas jornalísticas e literárias de Maria Judite de Carvalho, mesmo depois de sua morte, continuaram e continuam presentes na vida dos portugueses e daqueles que se dedicam a estudar sua obra/ sua trajetória/ seus textos presentes nos jornais do século XX. Três livros de sua autoria foram publicados depois de sua morte: *A Flor que Havia na Água parada* (conjunto de poemas) e *Havemos de Rir?* (peça de teatro), ambos em 1998, e o *Diário de Emília Bravo* (2002), organizado por Ruth Navas.

Aqueles que pensaram que Maria Judite de Carvalho havia deixado como herança apenas as suas obras literárias ou os textos jornalísticos enganaram-se, pois ela deixou também uma produção artística. Segundo Freitas, Maria Judite de Carvalho, desde os tempos de faculdade, “[...] já desenvolvia sua habilidade para o desenho criando caricaturas dos colegas, amigos e professores. Essa atividade foi cultivada durante toda a vida e [...] dedicou-se à pintura com o mesmo prazer e habilidade que empregava a seus textos literários” (FREITAS, 2011, p. 29).

Ao se deparar com seus quadros, o conhecedor de sua obra literária terá a nítida impressão que Maria Judite de Carvalho pintava os rostos de suas personagens literárias, pois suas expressões se igualam aos sentimentos descritos nas suas crônicas e contos. Geralmente mulheres, figuras do povo, com um olhar perdido numa melancolia infinita. Nenhum de seus quadros apresenta figuras felizes e sorridentes, a feição é sempre contemplativa e introspectiva.

É possível perceber que tanto na pintura como na escrita a autora volta-se para o mundo feminino e com poucos traços ou palavras, delineia personagens com expressões que transbordam o meio físico utilizado para transmitir sua arte (FREITAS, 2011, p. 30).

Como reconhecimento à sua obra artística, a Câmara Municipal de Aveiro, em 1998, realizou uma amostra e publicou o livro *O imaginário de Maria Judite de Carvalho* e, em 1999, a Galeria de Artes Dários Ramos lhe concedeu uma homenagem com a publicação de um livro com imagens de suas principais pinturas e desenhos (FREITAS, 2011; 2005).

O jornalismo, a ficção narrativa breve e a pintura constituíram, portanto, os polos da sua vida profissional e artística. Maria Judite de Carvalho procurou fixar características de uma época, acontecimentos vividos por um povo, uma sociedade, um país. Transitou entre o mundo jornalístico, literário e artístico, destacou-se, foi reconhecida por toda uma nação. Seus escritos literários, reunidos em livros, são amplamente estudados, porém as narrativas de jornais e revistas, assim como no caso da brasileira Rachel de Queiroz (objeto deste estudo também), ficaram um pouco esquecidas. Desse modo, estudar o texto dessas importantes figuras femininas nos permite, além de conhecer os caminhos de suas narrativas, descobrir o mundo, o povo, uma época retratada por elas, memória de um tempo que, embora passado, ainda é presente. Porém é válido destacar que Maria Judite, em Portugal, se opunha ao governo ditatorial (embora não fosse militante) e Rachel de Queiroz defendeu o governo militar no Brasil por um tempo e, portanto, muitos dos textos podem nos levar a reflexões das situações que o mundo atravessou a partir da perspectiva de cada uma das escritoras/jornalistas.

Mostrar Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho no cenário do século XX, que também consideramos como “século das mulheres” (um século de lutar e busca por espaço), é proporcionar uma nova leitura sobre essas mulheres que transitaram em ambientes masculinos e obtiveram destaque. Retratar suas histórias é trazer, para visibilidade, o que estava silenciado, num contexto de determinada época, em um tempo importante para a história da humanidade. Ainda mais porque, embora tanto a jornalista e escritora portuguesa como a brasileira venham sendo lembradas em estudos acadêmicos, ainda são poucos trabalhos e os que existem são na área da literatura e da história. No campo da comunicação, não percebemos a mesma dedicação. É por isso que apresentamos nesta tese as duas mulheres e suas produções *jornalísticas*. Estudá-las, no espaço comunicacional do jornalismo, permite-nos um novo olhar, não apenas sobre a dimensão de suas vidas, mas principalmente sobre a dimensão de suas produções narrativas e a existência de uma produção jornalística de extrema relevância, que carrega configurações de um mundo ainda em processo. Focamo-nos, pois, na narrativa breve das crônicas, gênero produzido por ambas em suas colunas, uma no *Diário de Lisboa* e a outra na revista *O Cruzeiro*, e sua relação destas com o *ethos* jornalístico.

3. O *ETHOS* JORNALÍSTICO, A NARRATIVA E A CRÔNICA

No capítulo que ora se inicia o foco recai sobre os suportes teóricos e filosóficos que amparam os processos analíticos que adotamos na presente tese. Inicialmente, partimos de um esforço de compreensão do que viria a ser o *ethos* jornalístico moderno, a nosso ver construído dentro do escopo de um cenário de modernidade, entre o final de século XIX e início do XX. A intenção é situarmos suas principais características como motores da construção narrativa que ainda hoje rege os veículos de comunicação, sobretudo, no que concerne à produção da informação. Naquele cenário, a dicotomia opinião x informação ganhou novo contorno, especialmente no jornalismo pragmático norte-americano e em espaços em que esse jornalismo fez escola e proliferou, como no Brasil a partir da segunda da metade do século XX.

No ambiente jornalístico, a informação projetou-se para além de outras formas narrativas, como também ultrapassou a opinião na ocupação da mancha gráfica dos periódicos. Em nosso entender, grande parte do destaque ao gênero informativo deu-se em face de que a construção do *ethos* jornalístico moderno no mercado norte-americano privilegiou, desde o início, *jogos de verdade*⁸⁴, com adoção de princípios já debatidos e adotados em outras partes do mundo em momentos anteriores, como a *objetividade*⁸⁵ e a

⁸⁴ Nos referimos à disputa pela construção da verdade que, para além dos lugares de fala do sagrado, perpassa os diversos campos do conhecimento e da vida em sociedade. Nietzsche (2007) desconstrói a verdade no campo da filosofia, enquanto revela a vontade de verdade de todo ser humano. Foucault (1979), por sua vez, afirma que cada sociedade possui um regime de verdade, uma política que regulamenta os modos de construir falas que possam se situar no patamar de não contestáveis e que alimentam os sistemas de poder. O jornalismo, a partir dos marcos da modernidade, assume o lugar de uma fala, em que *véritas* se coloca central. Seguindo essa linha, Traquina (2005a) sustenta que o público lê as notícias acreditando que “elas são um índice do real”.

⁸⁵ Objetividade e notícia encontraram na imprensa norte-americana sua institucionalização, influenciando muitas escolas jornalísticas mundo afora. Ao investigar a objetividade jornalística, Gaye Tuchman ([1978] 2016) conceituou a objetividade como um *ritual estratégico*. A autora compreende que a objetividade é uma estratégia adotada para prevenir ataques ao estatuto de verdade, funcionando como um escudo. Segundo a autora “[...]os jornalistas quando atacados invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 2016, p. 112).

Para Amaral (1996, p. 17), “Trata-se de uma noção presente a cada fase do processo jornalístico, desde a pauta de assuntos a serem cobertos até o tamanho, a apresentação gráfica e a natureza do espaço que o texto vai ocupar no jornal. Uma questão de honra, um ideal a ser atingindo ou uma paixão jornalística do século XX, embora desde a sua incorporação tenha sido confrontada com o seu contrário, a subjetividade”. De acordo com este autor, com as práticas de gestão capitalistas nas empresas de comunicação e com o avanço dos desenvolvimentos industriais que possibilitaram o menor custo de produção aos jornais, o jornalismo “abandonou” uma postura política/panfletária para focar na fidelização dos fatos noticiados: “[...] a partir de então a objetividade [...] passa a se identificar como uma mistura de estilo direto, imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologias” (AMARAL, 1996, p. 26).

*imparcialidade*⁸⁶, que, entretanto, passaram a dominar a natureza do jornalismo, tratado a partir de então como potência do real que agrega valor ao tematizar o que se determina como de *interesse público*⁸⁷.

Ainda neste capítulo, trazemos uma explanação sobre o processo da narrativa tendo como inspiração a hermenêutica de Paul Ricoeur (2010; 2013), que trabalha de forma intrínseca as construções da narrativa a partir da experiência temporal, relacionando o tempo da alma de Agostinho ao tempo cósmico de Aristóteles, para chegar ao tempo histórico. A intenção, aqui, é entender o percurso de Ricoeur pela ficção e da história, mas também transpor seu pensamento para o campo da comunicação, preservando, no entanto, a espacialidade de cada narrativa, assim como guardando as peculiaridades e as características fundamentais de cada uma.

Vale ressaltar que, conforme o pensamento de Ricoeur (2013), a linguagem e as narrativas surgem como espaço de manifestação do *ethos* institucional, coletivo e individual.

Por fim, neste capítulo, e, na sequência, dedicamo-nos a apresentar a *crônica*, gênero adotado pelas duas jornalistas/escritoras, cujas narrativas são objeto desta tese; sobretudo, porque, sendo um gênero forjado na fronteira entre a literatura e o jornalismo, carrega a possibilidade de uma estética literária, com adoção de subjetividade, inclusive de transgressão da imparcialidade, pois mesmo situando-se dentro de um veículo jornalístico, é um lugar possível para a prática de uma narrativa parcial. Todavia as nossas impressões iniciais, e que esperamos confirmar no processo interpretativo, são de que as

Contudo Traquina nos lembra que “a objetividade, ou uma outra designação de uma noção de equilíbrio (balance), está associada à esmagadora imagem que a maioria dos cidadãos tem em relação ao papel do jornalista e é consagrada nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos profissionais, em particular os que trabalham nas empresas de comunicação social do setor público. Está presente, pelo menos de uma forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas nos países democráticos e está no centro de toda mitologia que representa os jornalistas em diversas narrativas que ocupam um papel central na cultura profissional” (TRAQUINA, 2005a, p. 143).

86 A *imparcialidade* é vista como a possibilidade de o jornalista escrever seus textos “sem tomar partido” de qualquer parte que esteja envolvida no acontecimento por ele retratado, nem de suas próprias ideologias e preconceitos. De acordo com Tuchman (2016), o trabalho pela busca de fatos com valor-notícia para serem relatados exige demonstração de imparcialidade por parte do jornalista: “A imparcialidade inclui demonstrar que foi feito o possível para ser preciso a ponto de manter a credibilidade e evitar tanto reprimendas por parte dos superiores quanto o perigo onipresente dos processos de difamação” (TUCHMAN, 2016, p. 83). O fato é que “desde que o jornal virou produto industrial e de massa estabeleceu-se, com o forte empurrão da imprensa americana, o clichê segundo o qual o bom jornalismo seria sinônimo de imparcialidade, senso comum definitivamente dicionarizado” (COSTA, 2009, p. 156).

87 É válido ressaltar que “[...] os sentidos de interesse público no jornalismo se atualizam em torno das noções de: relevância pública, esclarecimento, vigilância, espaço comum e preferência de consumo. Face às condições objetivas de produção da notícia e às transformações econômicas, tecnológicas e culturais que atualmente incidem sobre a instituição jornalística. [...] o interesse público constitui um valor de resistência da identidade profissional e de seu discurso de legitimação” (SARTOR, 2016, p. 8).

narrativas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho procuram se esquivar da parcialidade e, ao mesmo tempo, se dedicam às temáticas de seu tempo e de interesse público. Em muitos casos as duas jornalistas/escritoras, em uma primeira impressão nossa, parecem atuar, eventualmente, como *gatekeepers*⁸⁸.

3.1 O ETHOS JORNALÍSTICO MODERNO

Em nosso entender e do ponto de vista histórico, o jornalismo, enquanto instituição contemporânea, estrutura-se e transforma-se a partir do contexto de mutação social em que o Iluminismo (séculos XVII – XVIII)⁸⁹ se coloca como um pensamento potente e transformador, dando lugar a um novo estágio da vida humana em sociedade, que seria a modernidade, que nasce impulsionada pelas revoluções industriais e pela constituição de uma sociedade urbana e de massa.

Quando pensamos o Iluminismo como o início de uma construção de modernidade, refletimos sobre o protagonismo da racionalidade frente a uma tradição teocêntrica e sua imbricação nos aparelhos de poder por meio do Estado, até então teocrático, em muitos reinos e futuros países modernos. O combate aos privilégios da nobreza e do clero está entre os principais itens de contestação e a arma utilizada para o confronto seria a razão estruturada por meio da educação crítica e da informação. Já em *Ensaio sobre o entendimento humano*, publicado em 1689, John Locke, considerado o *pai* do Iluminismo, desperta para a necessidade de questionamento do *status quo* vigente

⁸⁸ Nilson Lage, ao estudar o processo de produção jornalística sob o ponto de vista do interesse econômico, destacou a função do *gatekeeper* na escolha dos fatos. O *gatekeeper* seleciona informações contidas em releases, reportagens e notícias, filtrando-as conforme os princípios jornalísticos da empresa na qual trabalha. Também conhecido como editor-chefe, ele controla toda uma unidade de produção editorial. Em cada edição do veículo, o *gatekeeper* deve levar em consideração alguns critérios básicos, como a linha editorial do veículo que determina a priorização de determinados assuntos sobre outros.

“A divisão de trabalho nas redações centralizou o *gatekeeping* – decisão sobre o que vai ou não ser publicado – em editores que se orientam, ora por leis de mercado, ora por conveniências que traduzem o jogo dos grupos de pressão ou entidades abstratas como o *interesse nacional*” (LAGE, 1995, p.15).

⁸⁹ Foi um movimento de ordem cultural idealizado por uma elite intelectual europeia no final do século XVII. Este movimento surgido na França (XVII) obteve o seu esplendor no século XVIII com a Revolução Francesa. Tal movimento questionava o sistema Absolutista que predominava na organização política da maioria dos países europeus (chamados Estados Modernos) durante o Antigo Regime (Idade Moderna). O Iluminismo questionava também a influência exercida pela Igreja Católica sobre a sociedade europeia daquele período. O Iluminismo defendia o uso da razão como melhor caminho para o desenvolvimento do homem e para que ele alcance sua liberdade, autonomia e sua emancipação.

no seio da sociedade, polemizando ao contestar o poder de Deus sobre o destino dos homens, que seriam, em sua visão, moldados pela sociedade. Nessa escola filosófica, a razão inicia seu protagonismo com Locke, mas percorre as obras de Montesquieu a Rousseau, abrangendo um conjunto de pensamentos contestadores de uma tradição vinda da Idade Média. Posteriormente, o Iluminismo se tornaria o impulsionador da Revolução Francesa. De acordo com Taylor (2014), Hegel compreendia o movimento revolucionário de 1789 como o primeiro a ter origem em ideias que ganharam corpo e que, difundidas na sociedade, se colocaram como um divisor de águas, marcando, no espaço europeu, o fim de uma tradição e o embrião de uma modernidade.

Iluminismo e modernidade se potencializam, assim, no contexto de uma racionalidade emergente que se espalha por vários campos do conhecimento e da vida em sociedade.

A potência do pensamento racional ganha novo contorno cem anos depois da obra de Locke, em *Crítica da razão pura* (1995), de Immanuel Kant, dentro do escopo da *Teoria do Conhecimento* alemã. Kant tenta levar seu pensamento em direção ao limite do conhecimento humano. Para além das críticas de contemporâneos e de filósofos posteriores, é válido pensar com Kant tanto pela inspiração racional quanto pelos imperativos éticos que desenvolve, visto que ambos, assim como a máxima iluminista de que o conhecimento é a chave libertadora, são úteis para desvendar os contextos de transformação do jornalismo em uma moderna instituição (KANT, 1995).

Giddens (2002) nos chama a atenção para as transformações causadas pela modernidade, pois a constituição de uma gama de instituições a partir das revoluções industriais transformaria a ordem social, interferindo nos hábitos e nos costumes tradicionais, aproximando contextos e modos de vida global que, por tabela, terminam por influenciar na individualidade. Todavia, distante dos Iluministas, Giddens encara a modernidade com todos os seus complexos contextos, na certeza de que as crenças em uma racionalidade transformadora, e de certa forma “salvadora”, não estruturaria um novo estágio de humanidade, visto que a racionalidade ainda disputa, mesmo em terreno eurocêntrico, espaço com a tradição e com as crenças.

A modernidade é uma ordem pós-tradicional, mas não uma ordem em que as certezas da tradição e do hábito tenham sido substituídas pela certeza do conhecimento racional. A dúvida, característica generalizada da razão crítica moderna, permeia a vida cotidiana assim como a

consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo [...] (GIDDENS, 2002, p. 10).

Giddens, no contexto que denomina de *alta modernidade*, reconhece a centralidade dos meios de comunicação que potencializam a experiência e os relacionamentos em sociedade. A comunicação de massa, na visão do autor, com destaque para a mídia eletrônica, termina por interferir no desenvolvimento dos sistemas sociais a partir do início do século XX. Em seu pensamento, as instituições modernas são motivadas a criar “[...] situações de ações ordenadas em termos da própria dinâmica da modernidade e separadas dos “critérios externos” – fatores externos aos sistemas sociais da modernidade” (GIDDENS, 2002, p 15).

Em outro contexto, Touraine (2009), ao criticar a modernidade, inicia sua incursão considerando a ideia inicial do que viria a ser modernidade, ou do que poderia ter sido. Em suas palavras:

[...] a ideia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei, e, a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se libertar de todas as opressões (TOURAINÉ, 2009, p. 9).

Não nos deteremos aqui no pensamento de Touraine (2009), visto que se dedica a desconstruir a ideia de modernidade como um estágio de racionalidade transformadora. Sua crítica recai sobre inúmeros aspectos do paradigma da modernidade; o que faz confrontando autores e contextos, e, logo no princípio, afirma que é impossível chamar de moderna uma sociedade que procura se estruturar, organizar e agir segundo uma “revelação divina e uma essência nacional”. Paramos por aqui com Touraine, para retomá-lo em outro momento, visto que, nesse início de capítulo, tomamos a modernidade como o lugar do surgimento de um jornalismo informativo, ou da transformação do jornalismo em moderno. Temos ciência de que o *ethos* jornalístico construído para a informação muitas vezes não passa de uma formatação imagética com vistas à criação de uma reputação mercadológica para a instituição jornalística.

Para o entendimento do que se convencionou como *ethos* jornalístico moderno, é válido pensar no momento de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, em que a estrutura comunitária e rural foi rompida por uma estrutura social

urbana, industrial e tecnológica, em que a informação passou a ter papel central na estruturação da vida em sociedade e na ordenação do tempo social e individual.

As instituições modernas possuem caráter cientificista e, portanto, carregam o status de portadoras de uma verdade, como também são dotadas de potencialidades tecnológicas e almejam influenciar os indivíduos como componentes de um contexto social. Logo, o *ethos*, enquanto modo de ser de um sujeito social ou de uma instituição, no contexto de uma modernidade inicial, termina por se constituir em várias instituições de um mesmo modo. Podemos visualizar, assim, similaridades em muitas ciências, no direito, na história, no jornalismo, dentre outras.

Vale aqui pensar com Traquina (2005b, p. 20), para quem

O “campo jornalístico” começou a ganhar forma nas sociedades ocidentais, durante o século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e, concomitantemente, de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o progresso tecnológico e a emergência da imprensa como “mass media”. As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social.

Foi, portanto, esse contexto de transformações tecnológicas e sociais, de certa forma, o útero em que se gestou a instituição jornalística, visto que tanto as empresas como os profissionais procuraram conformar valores que pudessem destacar o discurso jornalístico dos demais discursos populares, pautados somente na pura opinião. A instituição, assim, transformava-se para enfrentar o mercado e os desafios de um novo tempo em que a verdade se tornou, como nunca antes, um valor de máxima importância social.

Entretanto, Chalaby (1996) traz que o moderno jornalismo não é somente uma instituição nascida no século XIX, mas é, sobretudo, uma invenção norte-americana e inglesa que inicia a publicização de informações trabalhadas com métodos de apuração que procuram dotar a notícia de imparcialidade e objetividade, em contraponto ao jornalismo francês. Para Chalaby, tanto o jornalismo inglês quanto o americano adotavam o método de produção que colocava em lugares distintos informação e opinião, demarcando o conteúdo jornalístico, com vista a criar uma imagem de fidelidade aos fatos.

[...]. Progressivamente, o discurso jornalístico tornou-se uma classe distintiva de textos: agentes no campo jornalístico desenvolveram suas próprias normas e valores discursivos, como objetividade e neutralidade. O modo jornalístico de escrita caracterizou-se por estratégias e práticas discursivas particulares, nem caráter literário nem político. “Os textos jornalísticos começaram a processar características distintivas e filológicas, e o mesmo discursivo fenomênico poderia ser identificado no texto que formou o discurso dos jornalistas (CHALABY, 1996, p. 304, *tradução nossa*)⁹⁰.

Por outro lado, para este autor, no jornalismo francês a corrupção seria mais comum nas redações visto a predominância da narrativa e da opinião. Assim, é na Inglaterra e nos Estados Unidos que, para Chalaby, nasce um jornalismo capaz de criar a imagem de uma instituição social credível e independente ideológica e politicamente.

3.1.1 O Jornalismo

O homem que escreve, o homem que – entra mês, sai mês, entra semana, sai semana, entra dia, sai dia – provê o material que vai moldar os pensamentos do nosso povo, é essencialmente quem, mais do que qualquer outro, determina o caráter das pessoas e o tipo de governo que este povo pode ter
(Presidente Theodore Roosevelt, 07 de abril de 1904)

Com esta frase do Presidente Roosevelt, Joseph Pulitzer abre o seu pequeno livro⁹¹ sobre a *Escola de Jornalismo* por ele idealizada, na Universidade de Columbia. Nela, podemos encontrar a cobrança de uma responsabilidade social, como também localizamos a imagem de credibilidade de que goza o profissional do jornalismo no seio da sociedade norte-americana. Tanto a responsabilidade como a credibilidade se encontram inter-relacionadas. Elas também se ligam ao todo do que estava se estruturando

⁹⁰ [...]. Progressively, the journalistic discourse became a distinctive class of texts: agents in the journalistic field developed their own discursive norms and values, such as objectivity and neutrality. The journalistic mode of writing became characterized by particular discursive strategies and practices, neither literary nor political in character. Journalist texts began to process distinctive philological characteristics, and the same discursive phenomenal could be identified in the text which formed the journalist discourse (CHALABY, 1996, p. 304)

⁹¹ O livro (inicialmente um artigo) nasceu a partir de uma provocação do editor do *The North American Review*, que pediu a Joseph Pulitzer para responder a um artigo publicado na revista, criticando a ideia de uma Escola de Jornalismo.

à época, como um modo de ser e fazer jornalismo, um *ethos*⁹² e um *habitus*⁹³ que dariam projeção ao jornalismo enquanto uma imprescindível instituição moderna.

Pulitzer (2009) tinha uma visão muito clara sobre como deveria ser o jornalismo e como deveriam se portar seus profissionais. Há, em seu pensamento, clara influência iluminista, sobretudo, no que concerne à razão como guia do processo de produção da notícia, assim como no que concerne à informação como elemento primordial para a transformação social, visto que possui potência para libertar as mentes de qualquer manipulação política e ideológica. Em seu ponto de vista, uma escola de jornalismo era extremamente necessária, não para ensinar técnicas, mas para ensinar os valores da instituição/profissão:

A ideia de trabalhar para a comunidade, não para o negócio, não para si mesmo, mas para o público em primeiro lugar, é que precisa ser ensinada. A Escola de jornalismo deve ser, na minha concepção, não apenas não comercial, mas anticomercial. Deve exaltar os princípios, conhecimentos e cultura, às custas do interesse comercial se necessário for. Deve sustentar ideais, manter a sessão contábil no seu devido lugar e fazer da alma do editor a alma da publicação (PULITZER, 2009, p. 25-26).

Uma das principais preocupações de Pulitzer é preservar o jornalismo, enquanto informação de interesse público, das possíveis contaminações que pudesse vir a sofrer a partir da mercantilização da notícia, ressaltando, no entanto, que a independência financeira do veículo é necessária para que este possa manter sua independência de posições no seio da sociedade. Entretanto, acreditava que “[...]o comercialismo que é adequado e necessário na área administrativa passa a ser uma degradação e um perigo quando invade as redações. Quando o público vê a imprensa exclusivamente como um negócio, sua força moral está terminada” (PULITZER, 2009, p. 30-31).

A força moral do homem é trazida por Pulitzer para o profissional do jornalismo como condição *sine-qua-non* para sua atuação. A ética do jornalista nesse sentido

⁹² *Ethos*, para os gregos, é um modo de ser do sujeito que se traduz em seus costumes, sua maneira de ver a vida, seu aspecto, seus valores [...]. A Modernidade apreendida como um *ethos* na concepção grega seria uma atitude, uma escolha de um modo de pensar e sentir, agir e conduzir, como pertencimento de uma época e de um lugar (FOUCAULT, 2010).

⁹³ O *habitus*, para Bourdieu, seria “[...] o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas 'linhas de demarcação mística', conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um habitus, lei social incorporada” (BOURDIEU, 2014, p. 64, sic).

extrapola a deontologia de seus códigos e, como afirma Abramo (1993), deve ser também a do cidadão, pois, somente assim, pode-se cumprir o acordo ético coletivo que rege as sociedades em suas temporalidades e espacialidades.

Pulitzer ressalta ainda com grande frequência o que deve guiar os olhos do jornalista na hora de escolher a pauta a ser transformada em notícia, que é o interesse público, ponto em comum que deve existir em todas as matérias de um veículo jornalístico.

Kunczik (2001), ao trabalhar as diferenças e aproximações entre o que se entende e como se pratica jornalismo nas várias regiões do planeta, também atenta para o processo ético como constituinte importante da identidade do profissional do jornalismo. Nesse contexto, avalia pesquisas realizadas por outros pesquisadores, tais como Max Weber, que ao analisar a intenção ética de jornalistas e políticos, constata que os jornalistas adotam uma orientação ética de valores absolutos, na qual só sua verdade e seus valores importam, não assumindo a responsabilidade por suas ações (Weber *apud* Kunczik, 2001, p.42). Já Kepplinger e Vohl (1979), também citados por Kunczik (2001, p. 43), “[...] compararam seus resultados com os de Weber e afirmaram que, se somente 25% dos jornalistas estão dispostos a assumir a responsabilidade pelos efeitos negativos não-intencionais de seu trabalho, eles tendiam a obedecer a ética dos valores absolutos em suas ações”. Nesse campo, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão são reclamadas pelo jornalismo e muitas vezes usadas como justificativa para práticas que desrespeitam o corpo social.

A ética entra, portanto, como partícipe do jogo da verdade que adota o jornalismo, uma vez que, teoricamente, somente a partir de uma postura ética, um jornalista pode trabalhar com imparcialidade uma notícia. Embora, como visto, essa conduta ética possa ser questionada, já que os profissionais privilegiam muitas vezes a verdade do campo, ou a posição do veículo e até mesmo pessoal, distanciando-se do acordo ético vigente em cada sociedade.

Esse jogo da verdade é efetivamente preparado a partir de um regime composto por normas e processos que visam trabalhar o texto jornalístico informacional, como se este pudesse ser construído completamente, isento de interferências políticas e ideológicas, como também da forma mais objetiva e imparcial possível. Dele fazem parte a adoção de um texto enxuto, limpo e claro, que tem como síntese a construção objetiva e isenta; e a estrutura do *lead*, que deve reunir as informações principais e básicas sobre

o fato/temática tratada e transformada em notícia: O QUE, QUEM, QUANDO, COMO, ONDE e POR QUÊ.

Ao *lead* aliam-se questões anteriores e que fazem parte do processo de escolha e apuração da notícia tais como a seleção de pauta de interesse público; o ouvir todos os lados envolvidos; trazer testemunhos de pessoas/fontes presentes ao fato, oficiais e não oficiais, inclusive, de outros veículos bem reputados; ancorar a escolha da pauta nos valores-notícia, adotando os critérios de noticiabilidade⁹⁴, enfim, criou-se para a instituição jornalística uma estrutura teoricamente blindada contra a manipulação. Proporcionando assim ao jornalismo assumir o papel de “porta voz do povo” e de detentor da “verdade”, ou seja, aquele que extrai o real dos acontecimentos que são de interesse público, de tal modo que não reste dúvida ao leitor de que o que é veiculado é a “verdade pura dos fatos”. Dessa forma, o século XX ficou conhecido dentre tantas nomenclaturas como a “época chamada de jornalística”, pois, segundo Otto Groth (2011, p. 31), a mente do homem foi moldada e preenchida em boa parte pelo jornalismo: “[...] o jornalismo determina principalmente a direção de pensar e do querer de amplas camadas sociais [...]. A influência jornalística se espalha por todas as áreas da vida”.

Adriano Duarte Rodrigues (1997) entende que, dentre as estratégias de blindagem do discurso midiático, pode-se destacar o uso da terceira pessoa que “[...] garante ao discurso midiático uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar de fala do enunciadore” (RODRIGUES, 1997, p. 217-218).

Como afirma McCombs (2004, p. 44), “[...] o jornalismo é uma atividade empírica baseada em observação verificável, e a falha em observar este aspecto ético profissional

⁹⁴ Segundo Hohlfeldt (2001, p. 208-2014), “[...] a noticiabilidade está regada por valores-notícia, conjunto de elementos e princípios através dos quais os acontecimentos são avaliados pelos meios de comunicação de massa e seus profissionais em sua potencialidade de produção de resultados e novos eventos, transformados em notícia”. Este autor separa os valores-notícia em categorias: I- *Categorias substantivas* em que localizamos a *Importância* a partir do nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento; do impacto sobre a sociedade; da quantidade de envolvidos; da relevância quanto ao significado do acontecimento. As substantivas também estão às relacionadas ao *Interesse*, tais como: capacidade de entretenimento; interesse humano e composição equilibrada do noticiário. II- *Categorias relacionadas à notícia* tais como: brevidade, condição de desvio da informação, atualidade, qualidade e equilíbrio. III- *Categorias relativas aos meios de informação* que congregam: qualidade do material visual; frequência e formato. IV- *Categorias relativas ao público* que se resumem nos cuidados que toma o jornalismo de acordo com o tipo de público ao qual se dirige, nesse sentido inclui-se a preocupação com a estrutura da narrativa e com a protetividade que pressupõe não noticiar o que pode causar pânico, por exemplo. V- *Categorias relativas à concorrência*, tais como: exclusividade, criação de expectativas, desencorajamento sobre inovações, estabelecimento de padrões profissionais.

tem sido a base de escândalos proeminentes no jornalismo americano e europeu em anos recentes”.

O jornalismo e o jornalista, por força do *ethos* da modernidade que terminou por se espalhar pelas instituições que viriam a lhe dá suporte, estão associados a uma prática que busca o interesse público e a verdade, assim como estão situados em um lugar de fala que se aproxima do real e dele não pode se apartar. Portanto muito mais do que as características que lhe são atribuídas e que também fazem parte de sua identidade e de seu modo de ser, tais como, *periodicidade*⁹⁵, *universalidade*⁹⁶ e *atualidade*⁹⁷ postos por Groth (2011) na essência da instituição; para nós, são o *interesse público* e a *verdade* os principais componentes do *ethos* jornalístico informativo moderno e que se destacam na projeção da imagem institucional.

Groth afirma que

Ao investigar a essência do objeto da Ciência dos jornais, nós nos deparamos primeiro com a periodicidade como a característica

⁹⁵ Para Groth (2011), a periodicidade significa constância, continuidade. “O *significado da periodicidade* se encontra principalmente no fato de que sem ela a ideia de jornal como algo universal e atual não seria de forma alguma efetivável. O ritmo da periodicidade possibilita ou facilita o alcance de rendimentos maiores e a execução de tarefas mais difíceis na produção cultural e na vida social. Quanto mais frequente e uniforme o percurso se efetua, tanto mais aprimoramento o trabalho exigido, via de regra, pode ser feito”. O autor enxerga a periodicidade como um meio indispensável para concretizar a universalidade e a atualidade do jornal “[...] a *periodicidade tem consequências amplas para a produção, forma, força do periódico*, e estas consequências intensificam-se justamente na liberdade do seu ritmo, na sua ligação de constância e variabilidade”. Além de tudo, a periodicidade causa efeito sobre o leitor: “A periodicidade torna possível instruir o público continuamente e na verdade em qualquer medida e momento do tempo, que tanto são exigidos pelos acontecimentos como também correspondem às necessidades e aos costumes do leitor. Jornais e revistas conseguem assim atar e manter o relacionamento ininterrupto” (GROTH, 2011, p. 164-165, grifo nosso).

⁹⁶ Na concepção de Groth, “[...] o jornal é um mediador de tudo o que é digno de saber dos mundos diante de todos, contanto que seja “universal”. O mais importante nestes mundos diante de si é o presente e em especial o presente momentâneo de cada um, contanto que este seja em primeiro lugar “atual” [...]” (GROTH, 2011, p. 177). “A universalidade é, na realidade, a capacidade de um objeto de extrair o seu conteúdo de toda a realidade da natureza, sociedade e cultura objetivas. Mas como nós sabemos, o jornal e a revista extraem só o que pertence aos mundos diante dos seus leitores, o que os “toca”, “lhe diz respeito”, no qual eles tomam parte, o significado para o leitor de todas as áreas da natureza, da sociedade e da cultura” (GROTH, 2011, p. 183). Dessa forma, a universalidade é “[...] uma característica imprescindível do jornal” (GROTH, 2011, p. 222).

⁹⁷ Groth, em seu estudo, destaca que na totalidade do mundo apresentado diante de cada um (cada ser), o presente é de forma geral um fator de extrema importância. As pessoas querem o presente, querem atualidade. E “Por isso, para o jornal, na universalidade do seu material, o presente imediato é o mais importante. Como meio de comunicação de massa moderna, o jornal está sujeito ao princípio da prioridade incondicional de que tudo é atual”. Em sua percepção, portanto, “Atualidade designa em si a característica e a tarefa do jornal de oferecer, de mediar algo atual, portanto, presente, agora, em voga, novo. Mas atual não é idêntico a novo. Atualidade é em si uma relação puramente temporal” (GROTH, 2011, p. 223).

manifesta e, portanto, imediatamente saliente e incondicionalmente evidente. Ao infiltrarmo-nos no conteúdo dos objetos, nós reconhecemos as características da universalidade e nela contida atualidade, e por fim identificamos a qualidade da publicidade, que nos dá a direção, o objetivo da obra e com isso nos conduz ao seu sentido (GROTH, 2011, p. 144).

Obviamente, não descartaremos as características atribuídas ao jornalismo por Groth e que ainda hoje se encontram presentes na instituição, contudo, em face dos objetos de análise que escolhemos em nosso *corpus*, é nossa intenção focar nos processos e práticas que se voltam para o interesse público de um lado, a construção de uma versão de verdade por outro, como também para a atualidade das matérias jornalísticas. Embora seja patente que a periodicidade se cumpra nos dois veículos investigados e que possivelmente, em muitas temáticas abordadas pelas jornalistas aqui estudadas, a universalidade seja visível.

Traquina (2005a) aborda o *ethos* jornalístico a partir de Hughes (1963), cujo entendimento assinala que os membros de uma determinada profissão desenvolvem práticas próprias, o que, por sua vez, os levam a constituir um *ethos* próprio, se aproximando assim, de certo modo, da noção de *habitus* de Bourdieu. Para este autor, “[...] o *ethos* jornalístico tem sido divulgado até se tornar um mito poderoso que consegue atrair todos os anos inúmeros e talentosos jovens aos cursos universitários em comunicação e em jornalismo” (TRAQUINA, 2005a, p. 129, grifo nosso).

Para Traquina (2005a, p. 130) o *ethos* da profissão aqui estudada seria composto por uma “constelação de valores e por um conjunto de normas profissionais”. Duas características, no entanto, são ressaltadas por este autor. Em primeiro lugar, a liberdade como um valor prezado pelos povos democráticos do Ocidente. E sem dúvida a liberdade de imprensa, intimamente ligada à liberdade de expressão, é ainda hoje cultuada como um valor que não deve ser abalado de forma alguma. Todavia vale pensar que tal valor é muitas vezes utilizado para agredir grupos e ferir a ética pública em determinado tempo e lugar. Ao lado da liberdade, Traquina destaca a independência e autonomia dos profissionais da redação em relação a outros agentes sociais. Essa independência já foi aqui referenciada nas palavras de Pulitzer, pois entende-se que somente uma completa independência financeira e ideológica pode proporcionar uma prática de jornalismo responsável.

Segundo Traquina, independência e autonomia são constituintes de outro valor constante do *ethos* jornalístico que seria a credibilidade, que, por sua vez, somente seria

atingida quando um regime de verdade fosse bem adotado e praticado. “A importância de manter a credibilidade leva a um trabalho constante de verificação dos fatos e de avaliação das fontes de informação. A exatidão das informações é também vital [...]” (TRAQUINA, 2005a, p. 132).

Nesse percurso, Traquina constata que um valor central com certeza é o que denomina de associação com a verdade, questão que estaria no cerne da formação de uma imagem credível por parte do público. É exatamente esse ponto que consideramos como primordial do *ethos* aqui analisado, a imagem construída de uma vinculação real com a verdade dos fatos, o que só é alcançada a partir da adoção de práticas e processos que prezem por essa possível aproximação, a partir da objetividade, a que o autor dedica uma maior explanação, e da imparcialidade.

Para falar rapidamente de interesse público, Traquina (2005a) chama Schudson, que destaca que as profissões mais reputadas positivamente são as que possuem uma conexão direta com temáticas de “preocupação fundamental” e que, portanto, são de interesse público. O jornalismo estaria assim, nesse escopo junto com a medicina e o direito, por exemplo; por tratar de informações necessárias para a vida em uma sociedade moderna. Outros valores entram na composição do *ethos* jornalístico segundo Traquina, a saber: o rigor, a exatidão, a honestidade e uma noção de equidistância, que, conforme ele, estaria relacionada com o conceito de objetividade – o qual, por sua vez, nasceu como frisamos no início deste capítulo em um contexto de modernidade inicial, desenvolvimento tecnológico, guerras e completa descrença nas instituições, sobretudo, no jornalismo, que estaria contaminado pela opinião e pela ideologia, como também era manipulado, pois as empresas ansiavam aumentar suas parcelas de mercado.

Segundo Traquina (2005a, p.138), “[...] com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa”. E afirma que a objetividade dentro da instituição jornalística não é uma completa negação da subjetividade, contudo, a adoção de métodos por meio dos quais os componentes de uma “[...] comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (TRAQUINA, 2005a, p. 138, sic).

Franciscato (2003) explora o jornalismo como instituição social reconhecendo com os autores que chama para dar suporte ao seu pensamento que o jornalismo, a partir

das transformações econômicas, tecnológicas e sociais situadas entre os séculos XIX e XX, passou a trabalhar com estratégias que possibilitam relacionamentos sociais entre o público e o veículo comunicativo, criando hábitos cotidianos de acompanhamento da notícia por parte do leitor, por exemplo, tornando-se uma instituição necessária no seio da sociedade.

Um dos autores com quem Franciscato (2003, p. 34) dialoga é Peter Berger, para quem a institucionalização ocorre a partir de uma tipificação de ações habituais de sujeitos. Além disso, Berger considera que as instituições se regem por padrões regulares de comportamento que estruturam o cotidiano, agindo a partir de práticas internas até a criação de hábitos no público ao qual se destina.

Em nosso entendimento, essa institucionalização da qual falam Berger (1972) e Franciscato (2003) só se tornou possível a partir da adoção de valores (verdade, interesse público, novidade, atualidade, universalidade) e características de potencialização de relacionamentos como a periodicidade, assim como práticas de apuração e trabalho de transformação dos fatos em notícia, que guiaram um modo de ser do jornalismo ocidental contemporâneo em um contexto de modernidade, ou seja, seu *ethos*.

Giovanni Bechelloni (1982) define *profissionalismo político* como sendo uma prática que nasce no domínio de um conjunto de normas que se estabelecem a partir dos campos político, cultural e econômico.

O profissionalismo "político" consiste na capacidade de conhecer e dominar – mesmo de uma forma não explícita – um conjunto de regras produzidas pelos burocratas que se estabelecem em uma determinada sociedade entre o sistema político, o campo cultural e o mercado. Em particular, a interação social dos sujeitos que operam nestes campos de ação social produz uma dada definição de "notícia" e de uma determinada organização do trabalho jornalístico. O profissionalismo deve ser colocado nesta dimensão. É constituído por um conjunto de regras, muitas vezes tácitas, raramente experimentadas como regras por aqueles que também praticam e que não são objeto de discussão pública. Essas regras são produzidas dentro e ao redor da redação e são transmitidas na interação social e aprendidas através de uma socialização atenta e gradual (BECELLONI, 1982, p. 32, *tradução nossa*)⁹⁸.

⁹⁸ La professionalità "politica" consiste nella capacità di conoscere e padroneggiare - in modo e forme anche non espliciti - un insieme di regole prodotte dai rapporti che si stabiliscono in una data società tra sistema politico, campo culturale e mercato. In particolare l'interazione sociale dei soggetti operante in questi ter campi dell'azione sociale produce una data definizione della "notizia" e una data organizzazione del lavoro giornalistico. La professionalità va collocata in tale dimensione. Essa é costituita da un insieme di regole, spesso tacite, raramente vissute come regole da chi pure le pratica, che non sono oggetto di discorso pubblico.

Diante das pontuações de Bechelloni (1982), Jorge Pedro Sousa (2002) chega a concluir que o profissionalismo nasce no momento em que o jornalista internaliza os valores da profissão em um processo de assimilação e aculturação, que inicia ainda na vida acadêmica. Enquanto Wolf (1994) afirma que a profissionalização do jornalismo acontece nas empresas jornalísticas dentro de uma lógica mercadológica e produtiva que inclui todo um complexo de práticas e processos, que se estruturam a partir dos valores que se desejam tanto interiorizar, como vender, e que já mencionamos.

Hohlfeldt (2001, p. 207-208) também destaca a cultura profissional afirmando que essa se compõe de

[...] um emaranhado de retóricas e táticas, códigos, estereótipos e símbolos relativos aos meios de comunicação de massa, que criam e mantêm paradigmas e autoimagem. As convenções de organização deste trabalho determinam e definem o que seja notícia e legitimam o processo produtivo das mesmas, constituindo o conceito de noticiabilidade, ou seja, a aptidão potencial de um fato para se tornar notícia ou, dito de outro modo, o conjunto de requisitos que se exige de um acontecimento para que ele adquira existência enquanto notícia; ou ainda, o conjunto de critérios que operacionalizam instrumentos segundo os quais os meios de comunicação de massa escolhem, dentre múltiplos fatos, aqueles que adquirirão o status de noticiabilidade. Em última análise, pode-se dizer com Altheide, que as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal. O acontecimento se transforma em notícia quando, trabalhado pelo órgão de informação, entra na agenda do público receptor.

Diante do exposto, percebe-se que o *ethos* jornalístico contemporâneo compõem-se tanto de um cabedal de valores localizados na constituição do campo em um contexto temporal de modernidade, como também de valores que foram sendo agregados com o passar dos anos e que compõem a estrutura da profissão. Entretanto, para nós, como dito anteriormente, e, de certa forma diferente de Traquina, acreditamos que a força do *ethos* está muito mais na aproximação com a verdade e no interesse público do que na liberdade e na objetividade, como destaca este autor. Embora não possamos dissociar nenhuma dessas características.

Tali regole si producono dentro e intorno alla redazione e vengono trasmesse nella interazione sociale e apprese attraverso un'attenta e graduale socializzazione (BECHELLONI, 1982, p. 32).

Arendt (2014b), por exemplo, ao tratar sobre as complexas relações entre a constituição da verdade e o campo político, passa pelo jornalismo destacando que:

O dizer a verdade dos fatos abrange muito mais que a informação diária suprimida pelos jornalistas, posto que sem eles nunca poderíamos nos orientar em um mundo em contínua mudança e, no sentido mais literal possível, nunca saberíamos onde nos encontraríamos. É claro que isso é da mais imediata importância política; porém, se a imprensa tiver de se tornar algum dia realmente o “quarto poder”, ela precisará ser protegida do poder governamental e da pressão social com zelo ainda maior que o poder judiciário, pois a importantíssima função política de fornecer informações é exercida, em termos estritos, exteriormente ao domínio político; não envolve, ou não deveria envolver nenhuma ação ou decisão (ARENDR, 2014b, p. 322).

Em nossa pesquisa tentamos, portanto, identificar traços do *ethos* jornalístico forjado para o ambiente informativo há um século e cujas características se destacam como interesse público, atualidade, universalidade e aproximação com a verdade, objetividade e imparcialidade. É certo que estando em espaço narrativo e, às vezes opinativo – ou seja, a coluna –, a objetividade e a imparcialidade são difíceis de localizar. Em todo caso, nossa investigação se concentrou nessa direção, procurando por todos traços de um *ethos* do jornalista contemporâneo, pois, como bem assinala Sousa (2002, p. 103), “[...] o profissionalismo jornalístico contaminou, inclusivamente, os espaços jornalísticos dos não jornalistas, como os colunistas e comentadores não jornalistas. Estes teriam interiorizado, por socialização e aculturação, as ideologias “corporativas” jornalísticas”. Sousa cita como exemplo o caso de Portugal, em que especula que os colunistas teriam se distanciado “das instituições e dos políticos”, adotando uma linha adversária a estes, como que também buscando adotar princípios de imparcialidade.

Enfim e diante do que até aqui foi exposto, é necessário ainda pensar em uma visada mais ampla em que se perceba que o *ethos jornalístico* informativo moderno é e está sendo construído em trajetória histórico-social em que algumas características se preservam e outras são ultrapassadas, em cada contextualidade e temporalidade. Nesse sentido, buscaremos na análise futura que aqui faremos identificar as características desse modo de ser do campo do jornalismo, presentes no trabalho de Rachel de Queiroz e de Maria Judite de Carvalho quando estavam à frente de suas colunas nos veículos de comunicação aqui estudados.

Nas próximas páginas deste capítulo que antecedem ao processo analítico abordaremos a narrativa e suas possibilidades a partir do pensamento de Paul Ricoeur,

principalmente; para, em seguida, nos dedicarmos à crônica jornalística, gênero que é foco desta tese.

Vale lembrar que, conforme Ricoeur (s/d), é no plano da linguagem que o *ethos* se manifesta e a compreensão se exerce e, portanto, o ser que se interpreta ao interpretar os sinais diverge do *cogito*, visto que é um ente que se põe ao mundo antes de se reconhecer. Sua proposição ontológica não se aparta do processo de interpretação.

A narrativa, enquanto manifestação possibilitada pelo domínio da linguagem, ganha relevância e projeção nesta tese, ao ser encarada como o lugar da manifestação do fenômeno jornalístico, especificamente, como um possível *locus* de encontro entre o modo de ser do jornalismo moderno e o *si* das narradoras/cronistas, ou seja, onde a consciência de um grupo *social*, que regula e se manifesta em sua identidade, torna-se intrínseco ao modo de ser das jornalistas aqui estudadas, que, em nossa hipótese, aderem ao *ethos* do jornalismo, desenvolvendo para com este uma relação de pertencimento.

É, portanto, com o intuito de proporcionar condições de análise dos textos de Rachel de Queiroz e de Maria Judite de Carvalho, a partir da hermenêutica filosófica de Ricoeur, considerada uma hermenêutica do sujeito, que, a seguir, passamos a detalhar o pensamento deste filósofo no que concerne aos modos de compreensão da narrativa.

3.2 PELOS CAMINHOS DA NARRATIVA

A arte da narrativa é uma atividade antiga, originária do latim e quer dizer conhecer, transmitir informações. A narrativa desempenha um papel fundamental na construção de significados das coisas/dos acontecimentos/dos fatos/dos seres no mundo. Ela (a narrativa) emerge como um processo de mediação/comunicação entre os significados e a existência humana. Como forma de conhecimento, é partilhada por vários saberes com enfoques, olhares e valorações diferentes (filosofia, jornalismo, literatura, história etc.), que permitem aprender o mundo e reconhecer-se nele.

Paul Ricoeur realizou extenso estudo sobre as questões relacionadas à construção da narrativa, em que articulou as relações entre o tempo e a narrativa, nesse processo reuniu algumas teses em defesa da narrativa e as confrontou com as teorias que contribuíram para seu eclipse e, por fim, desenhou a sua própria tese em que reclama o retorno à narrativa aliando-a à experiência temporal.

Contudo, a narrativa foi combatida e até mesmo desacreditada em diversos momentos ao longo do século XX. Segundo Saldanha (2009, p. 92), o que ocorreu foi que, com as mudanças do mundo moderno, a narrativa foi “[...] retirada da cena social como fonte de transmissão das tradições e retirada da cena científica como fonte de conhecimento”. Na visão de Foucault (2002, p. 48), ocorreu a separação entre “palavra” e “ação”, o que Chartier (2001), por sua vez, descreveu como “disputa” entre narrativa e conhecimento. E, Walter Benjamin (2012)⁹⁹, em suas reflexões, diz que a arte de narrar, como atividade, chegou a vias de extinção. Este autor procurou os rastros da boa narrativa que, ao seu modo de ver, parecia se encontrar cada vez mais rara.

É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. É cada vez mais frequente que, quando o desejo de ouvir uma história é manifestado, o embaraço se generalize. É como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 2012, p. 213).

Paul Ricoeur, ao trabalhar a base do eclipse da narrativa, em sua obra *Tempo e narrativa* (2010), nos fala que o abandono da narrativa no século XX esteve relacionado a dois movimentos que a atacaram frontalmente, de um lado a historiografia francesa ligada à Escola dos Anais¹⁰⁰ e, de outro, a epistemologia oriunda da filosofia analítica inglesa e do positivismo lógico, “[...] ambas tomam como pedra de toque a noção de acontecimento e consideram estabelecido que a sorte da narrativa está selada junto com a do acontecimento, entendido como átomo da mudança histórica”¹⁰¹ (RICOEUR, 2010, v.1, p. 186).

Portanto, e, no que concerne ao campo da história, as teses em defesa da narrativa nascem a partir de dois movimentos, de um lado, a desagregação do modelo nomológico

⁹⁹A primeira versão do ensaio “O narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, de Walter Benjamin, foi publicada no ano de 1936 (BENJAMIN, 2012).

¹⁰⁰ “Com a historiografia francesa, o eclipse da narrativa procede principalmente do deslocamento do objeto da história, que já não é o indivíduo atuante, mas o fato social total. Com o positivismo lógico, o eclipse da narrativa procede, sobretudo, do corte epistemológico entre a explicação histórica e a compreensão narrativa” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 158).

¹⁰¹ O tempo de longa duração (*longue dureé*), proposto por Braudel, vai durante algumas décadas se sobrepor ao acontecimento, ao eventual e ao sujeito, no campo da historiografia, relegando o acontecimento a uma posição inferior em defesa de uma história anônima e profunda, com predileção ao tempo das conjunturas e das estruturas.

de explicação, que considerava a narrativa uma forma elementar de discurso incapaz de explicar, e, por outro, uma reavaliação da própria narrativa. Entretanto, o próprio Ricoeur avalia que uma narrativa responde apenas parcialmente ao problema da explicação, ou seja, “[...] essa concepção nos diz em que modalidade *prévia* de compreensão a explicação está inserida, mas não nos dá um equivalente ou o substituto narrativo da explicação. É por isso que estaremos em busca de um vínculo mais indireto entre explicação histórica e compreensão narrativa” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 237, grifo do autor).

Os caminhos do retorno à narrativa passaram e ainda passam por debates em instâncias distintas do conhecimento, ora com vistas a desqualificá-la, ora a exaltá-la, enquanto que alguns se preocupam em reconhecer que o caráter narrativo é inerente ao padrão comunicativo e, portanto, dele não se separa.

Citamos outros autores (SALDANHA,2009; FOUCAULT, 2002; CHATIER, 2001; BENJAMIN 2012) não para contrapor a Ricoeur, a quem nos dedicaremos e que nos subsidiará adiante no processo analítico, mas para que possamos visualizar os caminhos plurais de conhecimento e reconhecimento da narrativa. Os autores, assim como Ricoeur visualizaram os rompimentos que o romance moderno trouxe para a narrativa e destacaram que as mutações ocorrem, não apenas nos aspectos estéticos, mas são perpassadas pelos novos modos de comunicação em sociedade. Obviamente, cada um desenvolve seu pensamento a partir de seu lugar e de sua intencionalidade analítica, o que os leva a caminhos distintos.

A tese de Ricoeur, criada em cima da defesa da narrativa, com a proposição inicial do círculo hermenêutico (hermenêutica narrativa ou hermenêutica do *si*) e com a posterior agregação da ação narrada e da identidade narrativa, trouxe um novo patamar aos estudos da narrativa, nos mais variados campos, embora sua proposição inicial tenha se referido aos campos da história e da ficção. Assim, é a este autor que recorreremos para chegarmos à narrativa de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho, e verificarmos a presença (ou não) do *ethos jornalístico* em seus textos.

3.2.1 Tempo e narrativa na história e na ficção

Considerando o marco interdisciplinar em que se localiza o nosso objeto de pesquisa, a saber, entre o jornalismo, a ficção literária e a história, optamos por observar e analisar as narrativas jornalística de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho sob

a ótica do círculo hermenêutico proposto por Ricoeur em sua obra *Tempo e narrativa*, publicada entre os anos de 1983 e 1985, como também sob o prisma dos conceitos de ação narrada e identidade narrativa constantes do livro do mesmo autor intitulado *O si-mesmo como um outro* (2014), publicado posteriormente.

Segundo Ricoeur, o mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal. Assim, a base da tese em que propõe a relação entre narrativa e temporalidade é circular e se articula na tríplice *mimesis* do seu círculo hermenêutico.

Começando por *Tempo e narrativa*, no primeiro volume da obra, denominado “A intriga e a narrativa histórica”¹⁰², Ricoeur lança sua tese fundadora de que “[...] o tempo só se torna humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 9). Nesse estudo o autor mencionado propõe uma ponte entre os estudos sobre a linguagem (gêneros) e o estudo sobre a ação, através da aproximação entre as obras de Aristóteles, *Poética*, e Santo Agostinho, *Confissões*.

Paul Ricoeur explica que a escolha de dois autores com obras tão díspares tem uma dupla justificação:

Primeiramente, eles nos propõem duas entradas independentes no círculo de nosso problema: uma, pelo lado dos paradoxos do tempo, a outra, pelo lado da organização inteligível da narrativa. A independência delas não consiste apenas no fato de as *Confissões* de Santo Agostinho e a *Poética* de Aristóteles pertencerem a universos culturais profundamente diferentes, separados por muitos séculos e por problemas que não podem ser sobrepostos. O que é mais importante para nosso intuito é que um inquire sobre a natureza do tempo, aparentemente sem se preocupar em fundar nessa inquirição a estrutura narrativa da autobiografia espiritual desenvolvida nos nove primeiros livros das *Confissões*. O outro constrói sua teoria na intriga dramática sem considerar as implicações temporais de sua análise, deixando para a *Física* o cuidado de se ocupar com a análise do tempo. É nesse sentido preciso que as *Confissões* e a *Poética* oferecem dois acessos independentes entre si para o nosso problema circular (RICOEUR, 2010, v.1, p. 10, grifo do autor).

No primeiro volume, portanto, o autor se debruça sobre a relação entre o tempo vivido e narração, ou entre *experiência* e *consciência*, e, confrontando historiadores,

¹⁰² Abordaremos a questão da narrativa histórica tanto porque está na base da tese de Paul Ricoeur como porque, no que concerne à construção de uma reputação de credibilidade discursiva e ocupação de um lugar de fala privilegiado, história e jornalismo possuem muitas similaridades e pudemos, posteriormente, nos abastecer das dissertações de Ricoeur sobre o tema, para nos auxiliar em nosso universo comunicativo.

propõe, instiga e insiste que a história enquanto discurso é da ordem das narrativas e não um modelo distante da narrativa, já que para o autor mencionado o não narrativo não existe.

Essa provocação de Ricoeur ao campo da história e à Escola dos Anais vem chamar a atenção para uma consciência necessária da narratividade na construção do discurso historiográfico, como bem nos fala Barros (2012), pois tem como pretensão assegurar

[...] o retorno do vivido, da sensibilidade e da ação humana a uma historiografia que nos casos extremos parecia quase se abstrair do homem. A inteligibilidade histórica, certamente necessária tal como haviam proposto os historiadores ligados aos Annales, não poderia, sustentará Ricoeur, excluir o vivido (BARROS, 2012, p. 3).

Ainda no primeiro volume da obra, encontramos as duas primeiras partes de sua tese: 1. o círculo entre narrativa e temporalidade, em que as aporias da experiência do tempo são apresentadas e confrontadas; 2. a história e a narrativa, espaço em que diseca o relacionamento da historiografia com a narrativa desde a ascensão do modelo nomológico que depunha contra a narratividade até os argumentos que vão se estruturando em defesa da narrativa.

A proposição ricoeuriana de retorno da narrativa ao ambiente historiográfico coloca em foco o estudo da ação¹⁰³ e implica em compreender as ações, os pensamentos e os sentimentos, assim como as surpresas, as coincidências, os reconhecimentos, as revelações (RICOEUR, 2010). Implica, sobretudo, compreender que as decisões de construção do discurso histórico são tomadas no próprio ambiente e não em um ponto externo ao campo.

Segundo Barros (2012), Ricoeur esteve preocupado em demonstrar que a narrativa histórica já nasce com um referente real no passado, mantendo assim seu próprio lugar de construção, divergente do lugar da ficção. E esse reconhecimento é destacado por ele (Ricoeur), embora admita também que a narrativa histórica possa reivindicar para si, em determinadas situações, o “duplo estatuto de realidade e ficção” (BARROS, 2012, p. 5).

O fato é que Ricoeur irá se utilizar do *tempo lógico* ou *tempo exterior cosmológico da intriga* de Aristóteles e o *tempo interior ou tempo da alma* de Agostinho para trabalhar

¹⁰³ Pellauer (2013, p. 59) defende, inclusive, que, em *Tempo e narrativa*, Ricoeur trata tanto de ação como de tempo e narrativa.

sua tese em que procura inscrever o tempo agostiniano na intriga Aristotélica, com vistas ao trabalho na narrativa historiográfica.

De acordo com Ricoeur (2010, v.1, p. 14), “[...] a análise agostiniana do tempo apresenta um caráter altamente interrogativo e até aporético que nenhuma das teorias antigas do tempo, de Platão a Plotino, leva a tal grau de acuidade”. Segundo o autor, Agostinho desde o início trabalha uma aporia no sentido do não ser do tempo, embora reconheça que de algum modo o tempo é. “O argumento cético é bastante conhecido: o tempo não tem de ser, porque o futuro ainda não é, porque o passado já não é e o presente não permanece” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 17). Nesse sentido o autor sustenta que é o uso da linguagem que afirma a tese do ser. “Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos; compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam” (AGOSTINHO, 2015, p. 304). Agostinho apresenta sua compreensão do tempo como uma categoria inerente ao espírito.

O tempo diminui a dor

O tempo não descansa, nem rola ociosamente pelos sentidos: pois produz na alma efeitos admiráveis. O tempo vinha e passava, dia após dia. Vindo e passando inspirava-se novas esperanças e novas recordações. Pouco a pouco, reconfortava-me nos antigos prazeres, a que ia cedendo a minha dor. Não se sucediam, é certo, novas dores, mas fontes de novas dores. Mas por que me penetrava tão facilmente e até ao íntimo aquela dor, se não porque derramei na areia a minha alma, amando um mortal como se ele não houvesse de morrer? (AGOSTINHO, 2015, p. 92).

Agostinho, em as *Confissões*, pergunta-se: “O que é pois o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei” (AGOSTINHO, 2015, p. 304). Para Ricoeur, esse paradoxo opõe a linguagem ao argumento cético, como também a linguagem a si mesma, pois é relativamente complicado conciliar a linguagem e os tempos verbais passado, do futuro, e do presente, se “[...] o passado já não é, se o futuro ainda não é e se o presente não é sempre” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 17).

Então, como se pode medir o que não é? Segundo paradoxo posto e para o qual novamente a linguagem se coloca como abordagem confiável. Nesse contexto Ricoeur chama atenção para o fato de que Agostinho, aparentemente, não adere à tese de que são o passado e o futuro que se medem efetivamente; contudo, quando Agostinho conduz o

passado e o futuro para o presente através da memória e da expectativa, termina aceitando essa abordagem e trazendo a ideia de um longo futuro e de um longo passado.

É, portanto, essa perspectiva agostiniana o ponto de partida referencial ao trabalho de Ricoeur. Agostinho, é bem verdade, rejeitou a tese dos gregos de que o tempo seria comandado pelo movimento dos astros, um tempo eminentemente cosmológico, gerido por um deus, Cronos, que tudo devora. Para Agostinho (2015), o tempo é interior e inerente à alma humana, em que se encontram passado (pela memória), presente (pela visão) e futuro (pela expectativa).

Como dito pelo próprio Ricoeur, a outra entrada para o círculo hermenêutico se dá através da *Poética* de Aristóteles, que diferentemente do tempo de Agostinho, considera o tempo em que as intrigas acontecem de forma lógica.

Por um lado, encontrei no conceito de composição da intriga (*mythos*) a réplica invertida do *distentio animi* de Agostinho. Agostinho geme sob a pressão existencial da discordância. Aristóteles discerne no ato poético por excelência – a composição do poema trágico – o triunfo da concordância sobre a discordância. É claro que sou eu, leitor de Agostinho e de Aristóteles, que estabeleço essa relação entre uma experiência viva em que a discordância dilacera a concordância e uma atividade eminentemente verbal em que a concordância repara a discordância (RICOEUR, 2010, v.1, p. 56, grifo do autor).

Ricoeur explica que não pretende fazer uso do modelo aristotélico como norma exclusiva. De Aristóteles ele evoca “[...] a célula melódica de uma dupla reflexão” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 58), o que para ele é tão importante quanto o impulso inicial. O autor chama atenção para o fato de que esse movimento afetarà tanto a composição da intriga quanto a atividade mimética. No que concerne ao *mythos/intriga*¹⁰⁴, Ricoeur propõe eliminar as restrições e interditos inerentes ao privilégio atribuído pela *Poética* ao drama (comédia e tragédia) e à epopeia. Também coloca em destaque o fato de que na *Poética* a história é tão somente um contraexemplo, enquanto a narrativa ou o que ele chama de poesia diegética contrapõe-se ao drama, na *mimesis*. E atesta, ainda, que é a poesia trágica que carrega “[...] as virtudes estruturais da arte de compor”. E aí pergunta-se até que ponto é possível replicar um modelo que, no início, era apenas uma espécie; referindo-se à narrativa (RICOEUR, 2010, v.1, p. 57).

¹⁰⁴ A intriga se estrutura em um modelo de concordância discordante. A intriga provoca um concordar das discordâncias da experiência, numa totalidade de sentido. A intriga não é a imitação fiel do real, mas uma imitação que se utiliza da imaginação criativa para retornar ao real (RICOEUR, 2010).

Como bem afirma Jervolino (2011, p. 62), ao se apoderar das noções aristotélicas de *mythos* e *mímesis*, Paul Ricoeur define o *mythos* como uma categoria englobante da narrativa, portanto “*mímesis práxeos*, logo uma imitação criadora da ação humana”, que como já mencionamos tem na hermenêutica proposta a função de prefigurar, configurar e refigurar a ação.

Vale lembrar que, para Aristóteles, toda a poética tem em sua origem duas causas, a primeira refere-se à natural predisposição do homem para a imitação que gera conhecimento; a segunda se relaciona com a imitação, que, por sua vez, proporciona o prazer. A poesia criada em cima da imitação natural se dividiu em dois ramos de acordo com a moral de seus criadores, alguns se dedicaram à imitação de ações nobres e outros mais vulgares se dedicaram à representação de ações menos nobres ou impróprias (ARISTÓTELES, 2011, p. 45).

Nesse contexto e para este autor a “[...] a narrativa (roteiro) é o princípio e, por assim dizer, a alma da tragédia, enquanto o caráter moral não passa de secundário [...]. A tragédia é imitação da ação e é, sobretudo, em virtude da ação que representa os agentes” (ARISTÓTELES, 2011, p. 51).

Nesse complexo panorama escolhido por Ricoeur em que confronta e apazigua o tempo vivido e o tempo lógico e propõe um terceiro tempo – o tempo histórico – é que o autor trabalha sua tese de que a narrativa se estrutura no tempo e o tempo só faz sentido através da narrativa.

O impasse entre o vivido e o lógico, entre tempo e narrativa, pode ser exemplificado, desta maneira, pela oposição entre Agostinho e Aristóteles, e é a partir daí que Ricoeur vai desenvolvendo a sua importante reflexão sobre a narrativa histórica. A concepção psicológica do tempo de Santo Agostinho oculta o tempo do mundo, e a concepção cosmológica do tempo de Aristóteles – considerado como movimento dos corpos – oculta o tempo da alma. O tempo da alma, e o tempo da natureza, por assim dizer, contrastam-se a partir destes dois ícones filosóficos, e o historiador não poderia realizar o seu trabalho a contento se se limitasse a uma ou outra destas concepções. O tempo torna-se “humano” precisamente quando é “organizado à maneira de uma narrativa”, e a narrativa extrai o seu sentido exatamente da possibilidade de “retratar os aspectos da experiência temporal”. Temporalidade e Narratividade reforçam-se reciprocamente (BARROS, 2012, p. 6).

Essa preocupação com a narrativa histórica e a narrativa de ficção e sua ligação com o tempo fez Ricoeur propor a tríplice *mímesis* em que os jogos com o tempo que a

linguagem permite se articulam. “De modo específico, nas narrativas, esses jogos ganham novas possibilidades pela existência de uma diferença básica entre o tempo do narrar e o tempo do narrado” (RICOEUR, 2010, v.1, p. XVI). Nesse panorama, a configuração do tempo pela narrativa exige “[...] a consideração dos elementos temporais presentes em sua estrutura como também sua inserção na totalidade do arco hermenêutico desenhado pelo desdobramento da *mimesis* em três momentos” (RICOEUR, 2010, v.1, p. XVII, grifo do autor).

Em suma, os dois tipos, ou melhor, campos (história e ficção) em que a narrativa é analisada pela ótica de Ricoeur, convergem para “a hermenêutica da condição histórico-temporal dos seres humanos”. A história, sob a ótica de Ricoeur (1968), não atende a pretensão hegeliana de um saber totalizante, ao contrário, é inexata, imperfeita e aberta a intervenções constantes, ou seja, é composta de relacionamentos reticulares em que o passado se encontra com as perspectivas de futuro no presente. “Em tal dialética-dialógica da história, torna-se central a iniciativa do presente, eticamente responsável” (JERVOLINO, 2011, p. 64). O presente é o responsável pelo passado, por não o tornar um peso, como também por deixá-lo aberto a novas possibilidades.

Para Ricoeur (2010, v.3, p. 123), a história está ligada à compreensão narrativa pelo que denomina de *vínculo de derivação* através do qual se passa da temporalidade à historialidade no plano ontológico. Nesse sentido, partindo de Heidegger, o autor propõe uma reconstrução dos vínculos da história com a narrativa, considerando que a historialidade “deve seu teor ontológico a essa derivação”, enquanto agrega uma dimensão nova à temporalidade.

3.2.1.1 O tempo na narrativa de ficção

No segundo volume de *Tempo e narrativa*, intitulado “A configuração do tempo na narrativa de ficção”, Ricoeur chama para o processo analítico em que propõe sua tese; a narrativa de ficção, como contraponto à narrativa histórica.

Como narrativa de ficção, o autor relaciona os gêneros literários mais variados, englobando conto, epopeia, tragédia, comédia, romance etc. Logo nas primeiras páginas do volume, o autor explica que se trata de uma incursão em *mimesis II*. Nesse sentido o principal objetivo do esforço empreendido por Ricoeur refere-se a uma ampliação e aprofundamento da noção de intriga e diversificação da compreensão de temporalidade.

Ricoeur defende que estender os limites da noção de composição da intriga pode comprovar a capacidade do *mythos* aristotélico de se transformar sem perder sua identidade. O tempo somente surge nessa empreitada do autor por meio das noções “[...] de *inovação, de estabilidade e de declínio*, através dos quais tentamos caracterizar a *identidade* da função narrativa, sem ceder a nenhum essencialismo” (RICOEUR, 2010, v.2, p. 7, grifo do autor). Por outro lado, é contundente ao afirmar que o aprofundamento da noção de composição da intriga leva a um confronto direto com a inteligência narrativa. Contudo é o enriquecimento dessa noção, como também do conceito de tempo narrativo, que proporciona uma exploração dos recursos disponíveis para a narrativa e que são próprios da ficção (RICOEUR, 2010, v.2, p. 8).

O autor vislumbra nas obras de ficção, no romance, por exemplo, um espaço de livre expressão e criação e sem amarras científicas, um laboratório em que o homem pode experimentar diversas relações possíveis como o tempo. Nesse contexto, o autor procura pela estruturação temporal na ficção através de três romances, nomeados por ele como fábulas do tempo, são eles: *Em busca do tempo perdido*, de Proust, *A montanha mágica*, de Thomas Mann, e, *Mrs. Dalloway*, de Virginia Woolf.

As análises que o autor faz, em seu percurso, das obras acima mencionadas, levam-nos a perceber que os modos como a ficção apreende o tempo e enriquece nossa experiência e compreensão temporal são muito mais transversais e diversos do que o suposto por um tempo puramente cosmológico.

As metamorfoses da intriga são abordadas considerando-se a distância temporal e espacial entre a elaboração da intriga aristotélica, em que tão somente existiam os gêneros: tragédia, comédia e epopeia, em confronto com um cenário em que novos gêneros surgiram e se encontram em constante e permanente experimentação e transformação.

Mais do que isso, a evolução da literatura não se limita a fazer aparecer novos tipos nos antigos gêneros e novos gêneros na constelação de formas literárias. Sua aventura parece levá-la a romper o próprio limite dos gêneros e a contestar o próprio princípio da ordem que é raiz da ideia de intriga (RICOEUR, 2010, v. 2, p. 11).

Já o aprofundamento da concepção de composição da intriga é trabalhado pelo autor a partir de um confronto entre a *inteligência narrativa* e a racionalidade da semiótica

narrativa. Para o autor, é necessário recorrer à semiótica para resolver a instabilidade posta em prol de “[...] uma perenidade da função narrativa em regras do jogo subtraídas à história” (RICOEUR, 2010, v. 2, p. 51).

3.2.1.2 O círculo hermenêutico

Assim, na criação do círculo hermenêutico Ricoeur traz e reafirma que os paradoxos da experiência do tempo em Agostinho não devem em nada à narrativa de uma história. Por outro lado, compreende que a análise da intriga realizada por Aristóteles não deve em nada à sua teoria do tempo que remete à física e a lógica da composição da intriga. Assim e nesse contexto, o autor propõe as *mímesis I, II e III* como momentos formadores do círculo proposto.

Em *mímesis I*, estabelece-se o estágio de uma pré-compreensão do mundo ação, uma prefiguração de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal (RICOEUR, 2010). Conforme Barros (2012, p. 22, grifo do autor) se “[...] em toda ação existe uma *pré-narração*, quando tentamos evitar ostensivamente esta narratividade, ao falar de seres humanos e suas relações, o máximo que conseguimos é retornar ao estágio pré-narrativo, ou seja, terminamos por configurar uma *quase-narração*”.

Segundo Ricoeur (2010, v.1, p. 97), “[...] a inteligibilidade gerada pela compreensão da intriga encontra uma primeira ancoragem em nossa competência para utilizar de maneira significativa a rede conceitual que distingue estruturalmente o domínio da ação do domínio do movimento físico”.

Nesse sentido, Ricoeur atesta, como dito, que o sentido de *mímesis I* é pré-compreender o agir humano a partir da sua semântica, da sua simbologia e da sua temporalidade. “É nessa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se delineia a construção da intriga e, com ela, a mimética textual e literária” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 112).

No ambiente da história, *mímesis I* seria o momento de prefiguração em que o historiador coleta e chega à plausibilidade dos dados de que dispõe e da bibliografia sobre a qual lançará seu olhar, assim como dos testemunhos e dos rastros materiais que localizou e que se referem ao objeto de estudo em sua época.

Já *mimesis II* seria o momento da configuração do mundo e que, segundo Ricoeur, seria um momento de mediação entre um antes e um depois de uma configuração. Nessa fase, acontece a configuração textual onde a intriga construída ganhará uma narrativa configurante. Como bem afirma Ricoeur, é o reino do *como se*. *Mimesis II* tem como dever tornar inteligível, compreensível elementos e eventos separados. Nesse momento de mediação o *mythos* aristotélico vai estabelecer um “agenciamento dos fatos” através de uma configuração lógica. O tempo da intriga, portanto, se utilizará de uma síntese, em que o tempo cronológico se submete a ordenação lógica, que como tempo narrativo constituirá uma narrativa compreensível. Nesse contexto, o tempo narrativo se estrutura na medida

[...] em que o ato de composição da intriga combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica, outra não cronológica. A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história como feita de acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos em história. Esse ato configurante consiste em *tomar juntamente* as ações particulares ou o que chamamos os incidentes da história: dessa diversidade de acontecimentos, ele tira a unidade de uma totalidade temporal (RICOEUR, 2010, v.1, p. 115-116, grifo do autor).

Em *mimesis II*, portanto, e conforme o autor aqui estudado, a dimensão em que se configura o mundo termina por apresentar aspectos temporais inversos aos do tempo episódico. “Em primeiro lugar, o arranjo configurante transforma a sucessão e os acontecimentos numa totalidade significativa, que é o correlato do ato de reunir os acontecimentos, e faz com que a história seja acompanhada” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 117). Em segundo lugar, como bem atesta o autor, a configuração do *mythos* impõe um final à narrativa.

Sinteticamente, o tempo da configuração é o tempo em que o historiador dota o vivido de um sentido e o insere em uma narrativa, mediando tensões existentes entre silêncios e visibilidades, entre presente do passado e presente de quem está operando a configuração.

Mimesis III, por sua vez, é tida como de grande importância por Ricoeur. É nela que o autor chama o leitor, receptor, aquele que se dedica a ler e conhecer uma intriga historiográfica. Nesse ponto, vale considerar que o leitor espera do discurso histórico um

estatuto de verdade, construído em um regime de verdade (FOUCAULT, 1996), ou partir dos parâmetros da operação historiográfica (CERTEAU, 2011) que lhe situam nesse regime de verdade e reverberam a partir de um *locus de veritas*, como um lugar de fala credível perante à sociedade.

Na concepção de *mimesis III*, o leitor é quem permite que a História retorne ao campo do vivido. Essa refiguração do mundo, ou, reinvenção da intriga através da compreensão é abarcada pelo leitor que termina por se inserir como um coautor no processo de configuração daquela narrativa sob outro olhar.

Vale lembrar ainda que, através da apropriação particular da intriga, o leitor constrói sua identidade por contraste com a identidade de outros, estabelece reconhecimentos, compara situações com a sua própria experiência vivida, elabora uma *visão* de si mesmo, do mundo e do outro, bem como de suas relações recíprocas. Desta maneira, acrescenta algo de si aos sentidos propostos pela intriga (BARROS, 2012, p. 24, grifo do autor).

Ricoeur afirma que a *mimesis III* guarda a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. A intersecção, portanto, entre o mundo configurado e o mundo da ação, “[...] no qual a ação efetiva se desdobra e desdobra sua temporalidade específica” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 123).

Dessa forma o tempo da refiguração é o momento do encontro com o leitor que, ao se deparar com um mundo configurado pelo historiador ou por um escritor, refigura-o segundo seu olhar. Ou seja, “[...] a narrativa só recria o mundo humano da ação na medida em que não está fechada sobre si mesma, mas aberta sobre um mundo que ela redescreve pela apropriação que o leitor faz deste mundo” (JARDIM, 2002, p. 84, sic).

Nesse sentido, a composição do círculo hermenêutico da narrativa e do tempo em uma tríplice *mimesis*, em que prefiguração, configuração e refiguração se alternam constantemente, provoca uma permanente construção de inteligibilidade do mundo prático e sua contumaz reinterpretação, retroalimentando os sentidos da história.

Tempo narrado e ação narrada são cernes da tese posta pelo autor em *Tempo e narrativa*, sobretudo, o conceito de ação narrada vai tornar possível o desenvolvimento da ideia de identidade narrativa em Ricoeur, que seria afinal a grande contribuição do autor na conclusão da obra mencionada, mesmo que ainda de forma inicial, mas que seria posteriormente desenvolvida (PELLAUER, 2013). A possibilidade de desenvolvimento

do conceito de identidade narrativa vai além da proposta de dar sentido ao tempo através da narrativa, e, é, portanto, a essa empreitada inovadora de Ricoeur que finalmente nos dedicamos, visto que ela também nos guiará no processo analítico.

Em relação ao trabalho de Ricoeur, em *Tempo e narrativa*, David Pellauer defende que a obra mencionada trabalha tanto o tempo e a narrativa como a ação. Logo, também comporta uma teoria da ação, ainda que esta seja tratada como um conceito operatório em detrimento dos temas centrais: temporalidade e narratividade. Ação narrada entendida, portanto, como uma ação que foi assumida pela linguagem e que seria, no trabalho de Ricoeur e conforme a percepção de Pellauer, o fundamento em que se situa a identidade narrativa, que, por sua vez, manteria com a ação narrada uma relação dialética e de interdependência (PELLAUER, 2013, p. 57).

Obviamente, a ação narrada pressupõe uma ideia anterior de ação que é modificada ou qualificada pelo adjetivo “narrada”. A primeira coisa que deve ser dita é que Ricoeur, quando pensa sobre ação, está preocupado com a ação que foi incorporada à linguagem. É a ação sobre o qual se pode falar e sobre a qual se fala de fato. Portanto, é no contexto dessa teoria da linguagem e discurso que aquilo que se discute sobre a ação narrada deve ser situado. Isto não significa negar que tal linguagem se refere à realidade, que está fora e é anterior à linguagem. A ação narrada, para usar uma metáfora, é o produto do uso da linguagem ancorada na e relacionada com a realidade. Mas, ao mesmo tempo, a ação sobre a qual se fala é já simbolicamente mediada, por ser nomeada, descrita ou avaliada. De maneira consistente com a abordagem filosófica de Ricoeur, isso significa que nós nunca realmente falamos sobre a ação como algo nela mesma exceto na perspectiva de uma ideia reguladora ou operativa [...] (PELLAUER, 2013, p. 61).

Paul Ricoeur dedica-se, posteriormente, em alguns capítulos de *O si-mesmo como Outro*, à teoria da ação, em que analisa o sujeito da ação e da enunciação, assim como a própria enunciação, e ainda a intenção e o acontecimento.

3.2.1.3 Identidade narrativa e ação narrada

Nas conclusões do terceiro volume de *Tempo e narrativa*, Ricoeur propõe como primeira aporia da temporalidade a identidade narrativa. “É com certeza a primeira aporia que a poética da narrativa dá a resposta menos imperfeita. O tempo narrado é como uma

ponte lançada sobre a brecha que a especulação não cessa de cavar entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico” (RICOEUR, 2010, v.3, p. 415).

Ricoeur afirma que a tríplice *mimesis* da narrativa pode ser caracterizada por um terceiro tempo, ou tempo histórico, concernente a um tempo carregado de interligações próprias e determinadas tanto quanto o tempo do calendário (RICOEUR, 2010, v.3, p. 417). Em suma, o autor provou que não pode haver um pensamento sobre o tempo sem que se considere o tempo narrado. No mesmo caminho, atesta que o pensamento histórico, mesmo sem ser narrativo em si, possui afinidade com o gênero discursivo da narrativa, visível na transmissão das tradições. Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o vínculo do pensamento histórico com o futuro não é tão visível, porém existe, visto que a narrativa pode, através de antecipações narrativas, estabelecer um quase presente. “Atribui-se assim a esse quase presente um passado narrativo que é o passado da voz narrativa” (RICOEUR, 2010, v. 3, p. 440).

Entretanto, reconhece que a análise empreendida no grande esforço de formulação da obra *Tempo e narrativa* não respondeu a todos os questionamentos propostos, ficando ainda sem solução a questão relativa às perspectivas fenomenológica e cosmológica sobre o tempo, que o autor propôs a partir do cruzamento entre as visadas ontológicas da história e da ficção.

Para dar conta da referência cruzada entre a história e a narrativa, efetivamente entrecruzamos nosso próprios capítulos: partimos do contraste entre um tempo histórico reinscrito num tempo cósmico e um tempo entregue às variações imaginativas da ficção; e, em seguida, detivemo-nos no estágio do paralelismo entre a função de representância do passado e os efeitos de sentido produzidos pela confrontação entre o mundo do texto e o mundo do leitor; por fim, elevamo-nos ao nível de uma interpenetração da história e de historização da ficção. Essa dialética do entrecruzamento seria em si mesma um sinal de inadequação da poética à aporética se não nascesse dessa fecundação mútua um *rebento*, cujo conceito estou introduzindo agora e que é prova de uma certa unificação dos diversos efeitos de sentido da narrativa.

O rebento frágil proveniente da união da história e da ficção é a atribuição a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos denominar de *identidade narrativa* (RICOEUR, 2010, v. 3, p. 417-418, grifo do autor).

O autor esclarece em nota de rodapé, em *O si-mesmo como Outro*, que a identidade narrativa seria o lugar “buscado desse quiasmo entre história e ficção”

(RICOEUR, 2014). Para Ricoeur, seria compreensível o que denomina de cadeia de asserções, quais sejam: “[...] a compreensão de si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, mediação privilegiada; esta última se abebera na história tanto quanto na ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia” (RICOEUR, 2014, p. 113).

A identidade narrativa de que fala Ricoeur foca inicialmente na resposta à pergunta: quem fez tal ação? É, portanto, uma categoria da prática e da ética.

Para Ricoeur, a história contada diz quem é o sujeito da ação, logo a identidade do quem é uma identidade narrativa. Se não houvesse a narração, a identidade pessoal estaria sem solução, considerando que

O dilema desaparece se a identidade entendida no sentido de um mesmo (*idem*) for substituída pela identidade entendida no sentido de um si-mesmo (*ipse*); a diferença entre *idem* e *ipse* não é outra senão a diferença entre uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa. A ipseidade pode escapar ao dilema do Mesmo e do Outro na medida em que sua identidade repousa numa estrutura temporal conforme o modelo de identidade dinâmica oriundo da composição poética de um texto narrativo (RICOEUR, 2010, v. 3, p. 419, grifo do autor).

Empiricamente, concebe-se a identidade pessoal como as características intrínsecas ao indivíduo que o faz ser reconhecido em sociedade a partir das facetas de distinção que manifesta frente aos outros. A identidade narrativa por outro prisma é aquela que responde às perguntas do quem (sujeito da ação) através da articulação da linguagem por meio de uma inteligência narrativa.

Este autor explica, assim, que a identidade narrativa constitutiva da *ipseidade* ou o si-mesmo pode incluir a mutabilidade na coesão de uma vida¹⁰⁵. Desse modo, a relação entre a *ipseidade* e a identidade narrativa inclui um *si* do conhecimento de *si*, a partir de uma vida examinada, clarificada, na concepção de Sócrates. Sendo, portanto, um *si* cultural, divergente do *si* egoísta e narcísico.

A identidade narrativa, como proposta por Ricoeur, em *Tempo e narrativa*, pode ser aplicada tanto a um indivíduo como a uma comunidade.

¹⁰⁵ Conceitos que o autor traz de Heidegger (RICOEUR, 2010, v.3, p. 419).

Pode-se falar da *ipseidade* de uma comunidade, assim como acabamos de falar da de um sujeito individual: indivíduo e comunidade se constituem em sua identidade recebendo essas narrativas que se tornam, tanto para um como para a outra, sua história efetiva (RICOEUR, 2010, v.3, p. 420, grifo do autor).

Para Ricoeur, a identidade narrativa é “resolução poética do círculo hermenêutico”, pois a primeira relação mimética remete a uma semântica do desejo, que só comporta os traços pré-narrativos vinculados à demanda constitutiva do desejo humano, enquanto que *mimese III* se define pela identidade narrativa de um indivíduo ou de uma sociedade, “[...] decorrente da retificação sem fim de uma narrativa anterior por uma narrativa posterior” (RICOEUR, 2010, v.3, p. 421).

Ainda em *Tempo e narrativa*, o autor alerta para os limites que a noção de identidade narrativa carrega. Por um lado, não é absolutamente estável e pode apresentar falhas, visto que é possível compor intrigas divergentes para os mesmos acontecimentos. Em outra perspectiva, a noção, afirma Ricoeur, não esgota a questão da *ipseidade*, podendo exercitar mais a imaginação do que a vontade (RICOEUR, 2010, v.3, p. 422).

Na obra *O si-mesmo como Outro*, Ricoeur volta à temática da identidade narrativa como também ao conceito de ação narrada para dissecar os relacionamentos que ele mantém com os demais aqui também já mencionados.

Logo nas primeiras páginas do livro, Ricoeur explica que a obra se funda em três intenções filosóficas, quais sejam: a primeira refere-se à possibilidade do sujeito de “designar-se a si mesmo”; a segunda refere-se ao mesmo e sua temporalidade. Nesse ponto, o autor passa a considerar a *mesmidade* como identidade-idem e *ipseidade* como identidade-ipse. Já a terceira intenção se concentra na dialética proposta pela identidade-ipse, a saber entre o *si* e o outro que não o *si*. Desse modo, *O si-mesmo como Outro* sugere que a *ipseidade* do si-mesmo implica uma alteridade íntima que não pode ser pensada sem a outra (RICOEUR, 2010, v.3, p. XV). Nessa obra, portanto, Ricoeur propõe uma hermenêutica do sujeito que possui como características: o desvio da reflexão pela análise, a dialética entre *ipseidade* e *mesmidade* e a dialética entre *ipseidade* e alteridade. A identidade narrativa coloca-se, nesse contexto, no cerne das dialéticas mencionadas no fim do círculo hermenêutico das *mímeses*.

Antes, porém, de chegar à identidade narrativa, no quarto estudo de *O si-mesmo como Outro*, Ricoeur (2014, p. 80-82) retoma a ação e reestuda o relacionamento e o caminho entre a ação e o agente, retornando à questão do *quem*, para estabelecer que ação

depende do agente, como já pensava Aristóteles. O autor denomina de *adscrição* (ascription) a passagem de um agente para uma ação. “Esses três membros da *adscrição* assumem sentido cada vez mais preciso à medida que a análise progride do plano do contra-a-vontade e do de-vontade-própria até o plano de escolha preferencial em que a relação entre teoria da ação e teoria ética se torna mais estreita” (RICOEUR, 2014, p. 82, grifo do autor). Entretanto, a *adscrição* apresenta aporias de diversas naturezas que no entendimento de Ricoeur abrem possibilidades para distintos modos de compreensão. Para ele, o fenômeno da *adscrição* é somente uma “[...] determinação parcial e ainda abstrata do que é significado pela ipseidade do si” (RICOEUR, 2014, p. 108). A aporética da *adscrição* pode significar uma transposição dos limites impostos pela linguagem e pela teoria do discurso. A primeira aporia da *adscrição*, diz Ricoeur (2014, p. 108), “recorre a uma transição interna” inerente a linguística, ou seja, uma transição da semântica à pragmática. “O que distingue a *adscrição* da simples atribuição de um predicado a um sujeito lógico é em primeiro lugar o poder do agente de se autodesignar designando outro” (RICOEUR, 2014, p. 108-109, grifo do autor). A segunda aporia é concernente à tentativa do autor de distinguir *adscrição* de imputação. Já a terceira está ligada à noção de poder de agir, refere-se ao potencial de sucesso do agente da ação.

Nesse processo de pensar a *adscrição*, Ricoeur inicia a separação do *idem* do *ipse* proposta dialeticamente e já citada nesse estudo. Entretanto, sabe-se que o si-mesmo encontra-se em permanente interseção com o mesmo, em um ponto em que ocorre a permanência do tempo.

Para Paul Ricoeur (2014), a hermenêutica do sujeito, antes mencionada, inclui um sujeito comprometido, enquanto que o outro é a condição primordial de definição da própria identidade do sujeito.

Jervolino (2011) destaca que a hermenêutica ricoeuriana do si, embora seja composta de uma diversidade de perguntas e respostas, detém uma unidade, pois possui como objeto a ação humana.

Trata-se de pensar a fenomenologia do si que age e que sofre com os recursos especulativos da tradição filosófica tornada objeto de uma reinterpretação e de uma reapropriação. Em tal releitura Ricoeur retoma por um lado a aristotélica polissemia do ser e privilegia, em vez da noção de substância, a dupla ato-potência [...] e, por outro lado, a dialética platônica do Mesmo e do Outro – também ela livremente interpretada, o que nos permite captar o caráter polissêmico da Alteridade e o seu agir no coração da ipseidade (JERVOLINO, 2011, p. 69-70).

A questão da alteridade é encarada por Ricoeur de forma plural, o outro possui inúmeras formas, inclusive o si-mesmo, não se resume, portanto, a outro homem, outro distinto culturalmente. O outro desconhecido necessita de tradução, logo falar e pensar também indicam traduzir, assim as ações da linguagem são ações que traduzem e procuram ao mesmo tempo traços dos outros em nós mesmos. Assim, a busca pela identidade compõe-se de um trabalho incessante de traduções, associado ao acesso à memória e a seus lugares (JERVOLINO, 2011, p. 70).

O conceito de identidade, como dito, possui uma vinculação direta com a alteridade, pois pela narrativa o sujeito da ação pode tomar posse de sua identidade ética e dialética entre *mesmidade* e *ipseidade*.

3.2.1.3.1 Identidade narrativa e a dialética entre *ipseidade* e *mesmidade*

Recordamos que, em *Tempo e narrativa*, Ricoeur delimita dois grandes campos narrativos, quais sejam: a História e a Ficção. A partir dessa limitação inicial, o autor desenvolveu a tese de que a identidade narrativa se estrutura em *mímesis III* e é o lugar em que o histórico e o ficcional se encontram. Nesse ponto, é que propõe que a aplicação de modelos narrativos em intrigas que nascem na história e/ou na ficção ganha inteligibilidade.

Como vimos a noção de identidade narrativa que nasce em *Tempo e narrativa* ganha corpo em *O si-mesmo como Outro* e impõe como necessidade em sua formulação a compreensão dos diversos tipos de identidades através das quais um indivíduo pode acessar a função narrativa. Nessa obra, o autor se propõe a retrabalhar a teoria narrativa, tendo como foco principal a constituição do si, e não mais a relação da narrativa com a constituição de um tempo humano.

O esforço empreendido por Ricoeur, para aprofundar o conceito de identidade narrativa, nasce a partir de duas vertentes; na primeira, ele analisa a obra anterior: *Tempo e narrativa*, com vistas a detalhar o modelo de conexão entre acontecimentos e a perenização no tempo da diversidade, da variabilidade, da descontinuidade e da instabilidade. Posteriormente, ele dissecou a dialética entre *ipseidade* e *mesmidade* através da noção de composição do enredo que se faz a partir da ação dos personagens da narrativa, que carregam em si a dialética mencionada.

Como visto anteriormente, a identidade para o autor é compreendida como identidade narrativa. Para Ricoeur, não há como entender a identidade pessoal fora da identidade narrativa, haja vista a necessidade da narração para torná-la compreensível.

O passo decisivo rumo a uma concepção narrativa da identidade pessoal é dado quando se passa da ação à personagem. É personagem aquela *que* executa a ação na narrativa. A categoria da personagem, portanto, também é uma categoria narrativa, e seu papel na narrativa diz respeito à mesma inteligência narrativa do enredo. A questão então é saber com o que a categoria narrativa da personagem contribui para a discussão da identidade pessoal. A tese aqui defendida será de que a identidade da personagem é compreendida por transferência para ela da operação da composição do enredo antes aplicada à ação narrada; a personagem, digamos, é composta em enredo (RICOEUR, 2014, p. 149).

A *teoria narrativa* explica de diversos modos o relacionamento entre personagem e enredo e, em algumas abordagens a submissão da personagem ao enredo. Contudo o autor nos lembra que a estrutura narrativa possui dois processos criativos principais, sobretudo, em ficção, quais sejam: o da ação e o da personagem. “Dessa dialética *entre* ação e personagem da narrativa resulta uma dialética *interna* à personagem, que é o exato corolário da dialética entre concordância e discordância desenvolvida pelo enredo da ação” (RICOEUR, 2014, p. 154). Para o autor, é essa dialética interna da personagem que precisa ser inscrita na dialética entre *mesmidade* e *ipseidade*.

Ao analisar a dialética entre os dois tipos de identidade abordados acima, quais sejam: identidade (*ipse*) e identidade (*idem*), ou *ipseidade* e *mesmidade*, o autor afirma que estariam no cerne das diferenciações da identidade pessoal. A *mesmidade* envolve uma noção de identidade marcada pela temporalidade, enquanto que a *ipseidade* se constrói a partir de um tempo focado em si mesmo. Nesse sentido, o ser enquanto *ipse* não se equivale ao mesmo, ou identidade-*idem*, visto que o ser da identidade-*idem*, ou a *mesmidade*, volta-se para uma aplicação neutra, em que a identidade é atemporal e estática. Por outro lado, o *ipse* ou o si-mesmo manifesta-se como uma identidade dinâmica.

No que concerne à identidade-*idem*, Ricoeur considera quatro formas primordiais que atuam diretamente em sua construção e manutenção. Em primeiro lugar, a forma numérica em que o mesmo se totaliza em uma unicidade. O segundo sentido volta-se para a identidade por verossimilhança, cujas diferenças existem, embora nem sempre sejam

identificáveis. A terceira volta-se para o tempo como algo inerente à identidade, que pressupõe uma identidade como continuidade. Posteriormente, ele contrapõe a continuidade a uma descontinuidade que impõe uma mudança no tempo. Depois, o quarto sentido, que nada mais é do que a permanência no tempo.

A noção de *ipseidade* ou o si-mesmo acontece, como visto a partir da questão do *quem* abordada por Ricoeur nos primeiros capítulos de *O si-mesmo como Outro* (2014), que se diferencia das demais questões (o quê? Por quê?). Para Ricoeur, ao se responder o *quem* já se conta uma história e se apresenta através de uma história narrada um agente da ação, explorado pelo autor no último livro mencionado.

A identidade do sujeito é, portanto, intrínseca, composta e influenciada por suas ações, não dependendo de fatores externos para se estruturar. Para Ricoeur, a narrativa estrutura a personagem, que nasce com a identidade narrativa, constituindo assim uma identidade dinâmica, que ao refletir a intriga revela sua própria identidade.

A identidade narrativa se localiza, assim, dentro da dialética da concordância¹⁰⁶ discordante que se totaliza na intriga. Enquanto que a mediação narrativa trabalha o conhecimento de si, na *ipseidade*, buscando uma interpretação de si através do uso da linguagem.

Essa função *mediadora* que a identidade narrativa do personagem exerce entre os polos da mesmidade e da ipseidade é essencialmente comprovada pelas variações imaginativas a que a narrativa submete essa identidade [...]. Nesse sentido, verifica-se que a literatura consiste num vasto laboratório para experiências intelectuais nas quais passam pela prova da narrativa os recursos de variação da identidade narrativa. O benefício dessas experiências intelectuais é tornar manifesta a diferença entre as duas significações da permanência no tempo, fazendo variar a relação entre uma e outra. Na experiência cotidiana, como se disse, elas tendem a sobrepor-se e confundir-se; assim, contar com alguém é ao mesmo tempo confiar na estabilidade de um caráter e esperar que o outro cumpra a palavra, sejam quais forem as mudanças capazes de afetar as disposições duradouras pelas quais ele é reconhecido. Na ficção literária, é imenso o espaço de variações aberto entre as duas modalidades de identidade (RICOEUR, 2014, p. 155-156, grifo do autor).

¹⁰⁶ “Por concordância, entendo o princípio de ordem que preside aquilo que Aristóteles chama de “organização dos fatos”. Por discordância entendo os reveses que fazem do enredo uma transformação regrada, desde uma situação inicial até uma situação final. Aplico o termo configuração a essa arte da composição que serve de mediação entre concordância e discordância” (RICOEUR, 2014, p. 147).

Portanto, ao se relacionar com a *ipseidade* dinâmica, a identidade narrativa de Ricoeur se coloca como uma categoria da ação, muito mais do que imaginação. Nesse ponto os aspectos éticos do sujeito-*ipse* assumem a dimensão moral de comprometimento da identidade narrativa, arcando, desse modo, com suas ações. Trata-se, portanto, de uma identidade vinculada às normas de um si-mesmo, efetivamente não neutras, mas embasadas em seus valores. Diante do exposto, percebemos que a identidade narrativa de Ricoeur não se limita aos processos descritos, mas carrega consigo uma dimensão ética.

Que a função narrativa não deixa de ter implicações éticas é algo que o enraizamento da narrativa literária no solo da narrativa oral, no plano da prefiguração da narrativa, já dá entender. Em seu famoso ensaio sobre *o narrador*, W. Benjamin lembra que, em sua forma mais primitiva, ainda discernível na epopeia e já em vias de extinção no romance, a arte de narrar é a arte de trocar *experiências*. [...]. Ora, essa sabedoria não deixa de comportar apreciações e avaliações que incidem sob as categorias teleológicas e deontológicas [...] (RICOEUR, 2014, p. 175, grifo do autor).

A narrativa possui um vínculo importante com a identidade ética, o *si*, que deve tomar uma decisão ética apoiado no acordo coletivo vigente, embasado em valores morais, consiste, portanto, em escolhas ou na *proáiresis* que Aristóteles (2011) define como sendo um desejo deliberado que se refere a coisas que dependem de nós.

Ricoeur (2014) aborda ainda dois modelos de permanência da pessoa no tempo, quais sejam: *caráter*¹⁰⁷ e *palavra cumprida*, e atesta que a polaridade existente entre os dois resulta do “fato do *caráter* expressar a sobreposição quase completa da problemática do *idem* e da do *ipse*, ao passo que a fidelidade a si mesmo no cumprimento da palavra dada marca o afastamento extremo entre a permanência do si e a do mesmo” (RICOEUR, 2014, p. 118, grifo do autor). Essa irreduzibilidade posta entre os dois modelos sugere, para o autor, que a identidade narrativa intervém na formação da identidade pessoal.

¹⁰⁷ “Entendo aqui por caráter o conjunto de marcas distintivas que possibilitam reidentificar um indivíduo humano como sendo o mesmo. Pelos traços descritivos que vão ser ditos, ele acumula a identidade numérica e qualitativa, a continuidade ininterrupta e a permanência no tempo. É assim que ele designa de modo emblemático a mesmidade da pessoa” (RICOEUR, 2014, p. 118-119).

3.2.2 A narrativa na comunicação

Embora seja do conhecimento de todos que Ricoeur não se dedicou ao ambiente comunicacional, nem tampouco ao cenário jornalístico, os estudos que procuram uma aproximação entre as proposições ricoeurianas concernentes ao relacionamento entre tempo e narrativa e o campo jornalístico são cada vez mais frequentes.

Barbosa (2006) afirma que, ao trabalhar a narrativa, Ricoeur apresentou três principais preocupações, quais sejam:

[...] a de preservar a amplitude, a diversidade e a irredutibilidade dos *usos da linguagem*; a de associar as formas e as modalidades que existem nos *jogos de narrar* e, finalmente, *pôr à prova* a capacidade de selecionar e de organizar a linguagem, quando essas se estruturam unidades textuais. Nesse sentido, o texto se torna meio apropriado para fazer uma espécie de ponte entre o vivido e o narrado (BARBOSA, 2006, p. 2, grifo do autor).

Como bem assinala Barbosa (2006), nas narrativas cotidianas do jornalismo, a peripécia é vital para se criar o acontecimento jornalístico, a nosso ver, colhido em sua singularidade no ambiente social e transformado a partir de uma construção que se faz em meio à inteligência narrativa. Para Barbosa, “[...] a excepcionalidade do jornalismo nada mais é do que a peripécia indicada por Ricoeur” (BARBOSA, 2006, p. 3).

Carlos Alberto de Carvalho (2012) pontua, por exemplo, que “[...] para contar atualidade, o jornalismo lança mão de variadas estratégias narrativas, como o simples relato, entrevistas, reportagens, crônicas e outras possíveis, nunca escolhidas aleatoriamente, mas em função de objetivos estéticos”, mas observa que o jornalismo também pode contar “[...] a partir de uma intencionalidade de criar efeito, ao que sempre corresponderão formas de leitura potencialmente tão múltiplas quanto a própria quantidade de leitores” e em sua concepção esse processo só pode acontecer e ser explicado a partir da trílice *mímese* proposta por Ricoeur (CARVALHO, 2012, p. 178).

Em outro processo investigativo, Leal (2014), inspirado pelo círculo hermenêutico de Ricoeur, enfatiza que a narrativa jornalística é o resultado do processo interativo entre a organização midiática, os profissionais da informação, a notícia e o leitor/receptor. “A percepção da narrativa jornalística não mais como um texto finito e restrito a uma notícia, mas como uma operação para a qual a ação do leitor é decisiva, faz ver, então, outros

agentes e dimensões presentes no circuito comunicativo que a envolve e a institui” (LEAL, 2014, p. 10).

Nesse panorama, é ponto pacífico que os meios de comunicação, sobretudo, os suportes jornalísticos, são agentes sociais que possuem credibilidade vigente e, portanto, situam-se em um patamar em que suas vozes são, não apenas ouvidas, mas tomadas como verdades, independente de estarem no campo da opinião, interpretação ou da informação. As falas do jornalismo reverberam vozes de formadores de opinião de diversos campos que, refletidas socialmente, se replicam em ondas infinitas, criando e recriando acontecimentos e divulgando ideologias.

Como bem assinala Leal (2014),

[...] toda narrativa nasce da realidade social, que lhe fornece o *substrato* ético-social e histórico, a partir do qual cada história é contada. Ao ser posta em linguagem, ao ser composta, essa história se torna outra coisa, se afasta desse mundo anterior, pois seleciona, ordena e dispõe os elementos dele extraídos em uma configuração nova, única, peculiar. Surge então o mundo do texto, que, por sua vez, não tem um fim em si mesmo, pois se apresenta como um mediador, destinado que é ao leitor/receptor. Diante da narrativa, configurada como texto, o leitor/receptor a refigura, recompõe, reconstitui, inserindo-a na sua própria intenção comunicativa, nos seus parâmetros éticos e sócio-históricos. É só nessa instância, a do mundo do leitor, que uma narrativa adquire sua existência plena (LEAL, 2014, p. 9, grifo do autor).

Nesse contexto, é válido ponderar que o jornalismo, ao se debruçar sobre o mundo da ação em um momento de prefiguração e posteriormente, ao configurá-lo, colocando-se como em *mimesis II*, como um mediador entre a ação e a história, se utiliza da composição da intriga, a partir de parâmetros de inteligibilidade e construção de sentidos, firmados e testados através de suas técnicas e de seu regime de verdade, como também em sua deontologia.

Por esse prisma, o jornalismo, situado no ambiente social como um campo em que vivido e narrado se encontram, quase sempre de forma tensionada, coloca-se, em nosso entender, como um espaço apto para a abertura de um diálogo com o pensamento ricoeuriano, considerando ainda, as proposições e ponderações postas no terceiro volume da obra de Ricoeur, denominada pelo autor de *Tempo narrado*.

Nesse volume, o autor se debruça sobre as questões filosóficas que a composição narrativa propõe a partir das tensões entre o tempo da narrativa e o tempo da vida e da ação. Ricoeur convoca a fenomenologia do tempo, a historiografia e a teoria da narrativa

da ficção. Além de Agostinho e Aristóteles, Husserl, Kant e, Heidegger são confrontados pelo autor. O esforço de Ricoeur se consolida através do aprofundamento na fenomenologia do tempo que ele faz a partir de um mergulho no pensamento dos autores mencionados, o que lhe possibilita apresentar uma Aporética¹⁰⁸ da temporalidade, o que acontece na primeira parte do livro.

Não que essa Aporética deva, *como tal*, ser atribuída a uma ou a outra fase da *mimesis* de ação (e da dimensão temporal desta): é a obra de um pensamento reflexivo e especulativo que, na verdade, se desenvolveu sem consideração por qualquer teoria determinada narrativa. É só a *réplica* da poética da narrativa – tanto histórica quanto ficcional – à aporética do tempo que atrai esta última para o espaço de gravitação da tripla mimética, no momento em que esta transpõe o limiar entre a configuração do tempo *na* narrativa e sua refiguração *pela* narrativa (RICOEUR, 2010, v. 3, p. 5, grifo do autor).

Vale destacar que o jornalismo trabalha com imposições temporais de diversas ordens, determinadas ao campo pelas sociedades e suas mudanças de sociabilidades vivenciadas a partir dos avanços tecnológicos do século XX. Por outro lado, contrariando as expectativas de Benjamin expostas no início deste capítulo, o jornalismo e a informação que carrega não possuem sua importância limitada ao tempo presente de sua construção, nem tampouco ao seu caráter de novidade, visto que se coloca como um lugar de memória¹⁰⁹ (RÊGO, 2014a) carregado de vestígios de um presente do passado aptos para o encontro com a história a partir do presente. Contudo, como propõe Ricoeur, um passado relativo, nunca acabado nem encerrado em si mesmo, aberto às possibilidades que podem nascer do encontro com vestígios e rastros, através dos movimentos de prefiguração, configuração e refiguração.

Por outro prisma, Motta (2009, p. 9) defende o estudo das narrativas em geral, incluindo as midiáticas, portanto, as jornalísticas, para compreender “[...] a textura geral de nossa experiência”, pois, conforme este autor, as narrativas estão em todos os espaços da mídia. Este autor também vincula a importância da narrativa à experiência humana.

¹⁰⁸ Estudo das *aporias*. *Aporias*, por sua vez, são debates, diálogos em que as dúvidas preponderam sobre as soluções. Para Aristóteles, a Aporética equivale a uma “igualdade de conclusões contraditórias”.

¹⁰⁹ Lugar repleto de signos e símbolos de um presente do passado que se encontra apto a ser trabalhado pelo pesquisador e pelo interesse do presente. Na verdade, o jornalismo é o lugar de uma certa memória da sociedade, uma memória enquadrada pela ótica do campo jornalístico.

A narrativa jornalística é um caso exemplar de experimentação da realidade porque permite apreender rapidamente a complexidade do mundo e configurá-la em enredos coerentes, colocá-los a prova, instituir verdades efêmeras que serão continuamente refeitas, constituindo a instável atualidade. No dia a dia do jornalismo, isso ocorre de maneira dinâmica, em constante recorrência, identificação ou confrontação com o senso comum, que serve de referência permanente a jornalistas e audiências. Há uma provisoriedade e uma intertextualidade em todo o processo, o que não retira da comunicação jornalística seu caráter reflexivo (MOTTA, 2009, p. 9).

Para Hohlfeldt (2001, p. 213), a narrativa jornalística deve-se apresentar clara ao consumidor da informação, permitindo que os personagens envolvidos no acontecimento narrado sejam rapidamente identificados. Por outro lado, deve focar em informações relativas a temas de interesse público e evitar noticiar o que pode causar pânico ou traumas sociais.

Nesse panorama, o jornalismo trabalha com a ideia de um presente perene, presentificando tudo o que notícia, para dar a impressão de atualidade do noticiado, contudo os processos temporais cada vez mais velozes, em que os suportes jornalísticos estão imperiosamente lançados, empurram o presente do jornalismo para o passado instantaneamente, tornando o presente efêmero (RÊGO, 2014b).

Sodré (2012, p. 13), ao tratar do processo de narração do fato, critica a construção da notícia a partir de um mito da objetividade e da imparcialidade que se impõe ao discurso jornalístico e o dota de poder sobre os demais discursos no ambiente social. Para este autor, as abordagens e perspectivas adotadas pela imprensa variam de veículo para veículo, mas a ideologia que propaga a liberdade de imprensa e se projeta como um lugar de fala especial é comum a todos os meios de comunicação e, como bem afirma o autor, é uma invenção burguesa, europeia, aperfeiçoada pelos norte-americanos.

[...] O conceito de notícia, tal como é entendido e praticado pelos profissionais do mundo ocidental – a narração do acontecimento, racionalizada como uma *commodity* – é basicamente anglo-saxônica. [...]. Ainda que o jornal não se limite à veiculação de notícias no sentido estrito da palavra, essa forma comunicativa tem lastreado nos últimos dois séculos a ideia moderna de jornalismo, na medida em que dá margem à construção e manutenção de toda a mitologia da neutralidade que se atribui a uma mercadoria e que, portanto, sustenta os coeficientes de confiabilidade pública nos relatos (SODRÉ, 2012, p. 14).

Para Sodré, o jornalismo abrange muito mais do que a notícia em si, uma vez que congrega inúmeros e diferentes discursos, embora sua principal identificação no ambiente contemporâneo seja a notícia, cujo processo de construção está na base da construção mitológica já mencionada. Para este autor, esse processo de “venda” da notícia como algo asséptico e livre de intervenções insiste em deixar submersas as nuances da imaginação criativa, assim como os procedimentos retóricos. “Não se trata de manipulações deliberadas, nem de mentiras, mas de interpretações que podem muitas vezes lançar mão de recursos típicos da ficção literária, com vistas à criação de uma atmosfera semântica mais compreensiva” (SODRÉ, 2012, p. 15). Há que se considerar efetivamente o que enfatiza o autor em pauta, visto que a notícia pelo seu modo de produção, projeção e visibilidade termina por se constituir como uma forma do que se convencionou denominar de *economia da atenção*, nascida e pensada para atrair a atenção do leitor, telespectador, ouvinte etc.

No que concerne à questão narrativa, Sodré, ao refletir sobre as proposições de Blanchot, pondera:

Pode-se então afirmar que o relato normalmente implicado na notícia constitui uma narrativa? Não, pelo menos nos termos do jornalismo tradicional (quando a imprensa ainda não produzia fatos sociais na mesma escala das organizações de mídia), se adotarmos o ponto de vista de Blanchot. Para este escritor [...] a narrativa “não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, a aproximação desse acontecimento, o lugar onde este é chamado a se produzir, acontecimento ainda por vir e por cujo poder de atração a narrativa pode esperar, também ela, realizar-se”. Nesse caso, a narrativa é uma função, que cria aquilo mesmo que se narra, assim como quando se escreve uma obra de ficção ou se faz um filme. Um incidente, um episódio, um acontecimento qualquer é *representado*, mas não tem de preexistir ao ato de narrar, ou seja, a sua realização espaço-temporal não é condição *sine qua non* para que se configure a narrativa. Nesta, o que se pensa predomina sobre o que ocorre (SODRÉ, 2012, p. 26-27, sic, grifo do autor).

Por outro lado, Sodré é enfático quando afirma que, ao se tomar a obra de Genette como guia, a resposta pode ser diferente, visto que, para este autor, “[...] a narrativa é o enunciado narrativo, o discurso oral ou escrito que assume a relação do acontecimento ou de uma série de acontecimentos” (GENETTE 1972, p. 252 *apud* SODRÉ, 2012, p. 27). Portanto, Genette nos fornece um conceito de narrativa que se ajusta ao jornalismo, porque insere a condição de que existe um fato antes da narrativa, fato que será

representado pela narrativa. “A notícia seria propriamente um enunciado ou uma sequência de enunciados narrativos” (SODRÉ, 2012, p. 27).

Desse modo, o acontecimento narrado, transformado, portanto, em notícia é o motor do sistema informativo social que age diretamente na tessitura e visibilidade do cotidiano na contemporaneidade. De sua construção fazem parte, não somente os jornalistas que o filtraram em um universo de acontecimentos possíveis e passíveis de serem transformados e narrados, como os demais agentes do campo social, sobretudo, os consumidores da informação, que a reinterpretem infinitamente.

Desse modo, se as duas primeiras *mímesis* encontram-se presentes e aplicam-se aos textos jornalísticos, a ideia de Ricoeur de que o trabalho de toda configuração narrativa implica uma refiguração da experiência temporal, por sua vez, faz com que acreditemos que a terceira *mímesis* também pode ser aplicada ao campo do jornalismo em toda sua dimensão, incluindo a crônica presente no jornal, fechando as possibilidades de aplicabilidade das proposições do círculo hermenêutico em que temporalidade e narratividade se lançam pelo pensamento de Ricoeur.

3.3 A CRÔNICA NO JORNALISMO

La crónica es la matriz de uno de los modos de contar la realidad social[...] (FALBO, 2007).

Os textos narrativos, sejam eles na comunicação (jornalismo), na literatura ou na história, estão ligados ao poder da linguagem de modo inquestionável. A língua é um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social, e as diversas áreas de conhecimento, em suas diferentes formas, utilizam-se dela para se comunicar, fazer-se entender/ou passar uma mensagem/um conhecimento para os indivíduos. Assim a língua é um fato social sempre presente. Nessa linha de pensamento vemos que as narrativas jornalísticas, literárias e históricas, embora possuam diferenças, têm como a principal coincidência a utilização da língua: através das palavras encontram sua forma de trabalho e das frases, o veículo de pensamento. Essas construções narrativas estabelecem diversos níveis de significação, veiculam mitos, realidades, arquétipos, relatam histórias e personagens, trazem imagens, expressões, ações e por vezes até sentimentos, mas se diferenciam pela intenção do discurso. Contudo, convergem, em

outro ponto, que é essencial o leitor e todas com o mesmo propósito de comunicar/ e/ou informar. Nesses casos narrativos, a realidade, independente de qual for, é vista por um ponto diante de um contexto narrado.

Como vimos, Paul Ricoeur (2010) produziu reflexões importantes no que diz respeito ao mundo da palavra, da escrita – do texto – um texto narrativo, propriamente dito. A narrativa é, portanto, um elemento essencial para interpretação e a compreensão do universo do outro e do universo social, político, jornalístico, literário, histórico, ideológico de dada época. A crônica é um texto narrativo, considerado por muitos um gênero que transita entre: o jornalismo, a literário e a história.

Independentemente, primeiramente, é válido deixarmos claro que não temos dúvida quanto à circularidade ricoeuriana ser aplicada à crônica, como também não temos dúvida da existência de uma crônica jornalística (com finalidade comunicacional), tanto que o que procuramos nesta tese é identificar a presença do jornalismo na crônica e como as cronistas aqui pesquisadas se apropriam do modo de ser jornalístico moderno para compor seus textos. E, assim, compreender e trazer quem sabe um novo olhar sobre o que é a crônica jornalística, ou o que é uma crônica presente nos meios de comunicação impressos – jornais e revistas. Porém é importante, antes de tudo, compreendermos o que é a crônica, como ela se construiu e porque transita entre diversas vertentes – jornalística, literária e histórica.

3.3.1 A Crônica

A crônica é um texto que traz uma narrativa breve/curta. Ela (a crônica) conta de forma sucinta os fatos, os acontecimentos, apresentando os personagens e cada detalhe que faz parte do contexto narrado, sem deixar escapar nada para seu leitor. É a preocupação com o leitor que faz com que o narrador direcione os assuntos tratados nos textos, que variam desde acontecimentos de interesse público-geral a pequenos fatos aparentemente sem interesse, fatos do cotidiano, do dia a dia, que ganham vida e importância na narrativa. O cronista traz a público, através dos veículos impressos jornais, revistas ou livros, temáticas importantes, transformando-as em algo singular e único que, de certo, merecem a atenção do público.

A palavra crônica tem, em suas raízes e origens, a expressão *Cronos* (Khronos) que vem da mitologia grega. Cronos (Khronos) era um dos titãs da mitologia, também

chamado de Aeon (eternidade), que está associado a ideia de tempo e foi personificado especificamente como o tempo eterno e imortal. Era filho de Gaia, a personificação da terra, e de Urano, do céu. Seu pai Urano tinha o poder de prever o futuro e assim temeu o poder de seus filhos, por isso, sempre os devolvia de volta ao útero de Gaia. Gaia, sua mãe, sofria muito com a situação e pediu aos seus filhos que se vingassem de Urano, mas somente Cronos aceitou a vingança e, com uma foice castrou o pai e liberou os irmãos. Contudo, quando viu que os irmãos eram poderosos, os prendeu novamente no Tártaro (prisão subterrânea). Posteriormente, casou-se com sua irmã Reia com quem teve seis filhos: Deméter, Héstia, Poseidon, Hades, Hera e Zeus. E, a partir de então, começou a comandar todo o universo.

Mas Cronos, conforme a mitologia, não estava satisfeito, pois temia uma profecia de que seria retirado do poder por um de seus filhos. Justamente por isso que ele passou a engoli-los assim que saíam do ventre da mãe. Mas Reia, diante da dor de perder seu último filho, entregou para Cronos uma pedra enrolada no cobertor que, sem notar, engoliu a pedra, pensando ser o filho. Reia conseguiu enganar o marido e esconder seu filho Zeus. Zeus cresceu e, ao tornar-se adulto, retornou ao Olímpio para tomar posse do trono do seu pai. Dando a Cronos uma poção mágica, o fez vomitar todos os filhos engolidos. Assim Zeus fez renascer seus irmãos e assumiu o poder, tornando-se o rei dos deuses, criador do mundo e soberano dos homens, criando uma nova hierarquia de deuses. A história de Cronos, portanto, é uma alusão ao tempo que gera, ao mesmo tempo que devora, ou seja, a cada segundo que termina, se inicia um novo segundo. Essa passagem da mitologia grega revela a relação etimológica entre o termo *Cronos* com o *tempo*, aquele que pretende ser imutável, infalível, mas, independentemente de qualquer desejo, flui, passa e modifica-se (não para). Ou seja, nem deuses e nem humanos podem controlá-lo. Assim, o *tempo* na verdade é o senhor de *Cronos*, e a partir dessa relação surge o termo grego *chronikós*, em latim *chronicus* e, em português, *crônica* (BENDER; LAURITO, 1993; SANTOS, 2007).

Santos (2007, p.32) inclusive afirma que “[...] a crônica, como indicia seu nome, é um gênero devotado ao tempo”. Para este autor, a crônica desde o seu surgimento

[...] assume que seu material de trabalho é o tempo cronológico, o tempo que esvai, se desgasta, o tempo das ações banais cotidianas. Em termos de uma linguagem religiosa, pode-se dizer que o tempo da crônica é o tempo profano, o da miríade de acontecimentos sem densidade de significado. Não à toa o tempo cronológico foi

identificado metaforicamente com o deus Cronos da mitologia grega (SANTOS, 2007, p. 34).

Essa relação entre a narrativa e o tempo cronológico é algo presente, que serviu de guia, assim com o tempo escatológico (LE GOFF, 2014)¹¹⁰, aos cronistas, e seus primeiros textos, onde narravam fatos históricos, ou seja, registravam acontecimentos da vida de reis e relatavam as viagens ultramar. As crônicas serviam como registro de momentos emblemáticos que poderiam inclusive trazer dicas para futuros descobrimentos de terra, de um novo mundo. Na Idade Média, por exemplo, em Portugal, existiam os *cronicões* (crônicas)¹¹¹ considerados as primeiras fontes da historiografia nacional. Os *cronicões* eram as narrativas dos fatos históricos importantes postos em uma ordem cronológica que possuíam uma natureza não religiosa, com tendências ao heroísmo e ao desvelamento de fatos sobrenaturais. Conforme Lopes (2010, p. 2), o maior exemplo desses registros são “[...] as Crônicas Breves do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, escritas no século XIV, depois da morte de D. Dinis, e publicadas por Alexandre Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica*”. Já na idade moderna existiam os *cronistas* oficiais que eram os cargos para os quais o rei nomeava funcionários. Estes funcionários redigiam as intituladas *Crônicas del Rei*, que eram registros da vida do rei e do povo que fazia parte daquele tempo. O cronista mais famoso foi Fernão Lopes (1434), com ele a crônica histórica ganhou relevância na literatura daquele país, pois tinha

¹¹⁰ Compreendemos, a partir de Le Goff (2014, p. 19), quando fornece em seu livro *Em busca do tempo sagrado: Tiago de Varazze e a Lenda dourada* uma reflexão abrangente sobre o valor e o significado do tempo que o tempo escatológico é “[...] o caminho temporal no qual a humanidade caminha até o juízo final”. Ou seja, o tempo escatológico é o tempo final, que em sua perspectiva dá uma dimensão qualitativa à temporalidade, transformando-a e tornando-a pura na história. Olhando o tempo como uma história nessa perspectiva escatológica é compreender que o primado do fim no final irradia ao longo do tempo a (as) figura (as) que terá (terão) significado (s). Como um tempo do fim, significa *desocupação*, mudança apocalíptica que revela o oculto, o senso escondido do tornar-se tempo e, ao revelá-lo, dá origem à história, que é, portanto, um evento do último dia. A figuração escatológica do tempo pertence à ciência, à utopia e à revolução, cada uma com suas variantes, determinadas pelas diversas formas pela qual as figurações do tempo se contaminam mutuamente se corrigindo mutuamente. No tempo escatológico também está vinculada a ideia de *revolução* que, no final, prevê reversão do domínio do mal para o bem, de um tempo até outro. Deve ser por isso que, diante de muitas revoluções ocorridas no mundo, existe a necessidade de iniciar novos calendários, tendo uma nova medida de tempo, pois, diferente da *utopia* que necessita *muito* do futuro, a revolução requer um *outro* futuro. Dessa forma, vemos que nas intenções iniciais dos cronistas da Idade Média tanto tinha a intenção de relatar os fatos ocorridos no final do dia, da semana, de um tempo, para ficar para história, como, no sentido de revolução deixando registrado o que havia ocorrido em um tempo até então, para proporcionar futuramente quem sabe pistas da inauguração de um novo mundo a partir da revelação do que ocorreu em um tempo. Ou seja, as revelações de um tempo trazem efeitos em outro.

¹¹¹ “*Cronicões*” era a denominação utilizada anteriormente para a crônica histórica (LOPES, 2010).

oficialmente um compromisso em relatar a história e com isso buscava fontes, fatos e registros, diferenciando-se de outros cronistas da época que apenas copiavam antigas crônicas. Além disso, de acordo com Saraiva (2007), a linguagem de Fernão Lopes apresentava detalhes estéticos que qualificavam seu texto e o aproximava do texto literário. Para Massaud Moisés, esses detalhes estéticos fazem do texto de Fernão Lopes um modelo original na história de Portugal, por ter narrado de forma pitoresca os acontecimentos, em que destacava principalmente a “[...] importância dos movimentos de massa” e as “[...] causas econômicas e psicológicas do processo histórico” (MOISÉS, 2003, p. 33-34). Outra qualidade destacada desse cronista está no fato de introduzir o leitor nos acontecimentos que descreveu (MOISÉS, 2003).

A obra de Fernão Lopes pode ser enquadrada de acordo com Saraiva (2007) como uma das mais autênticas manifestações portuguesas, pois não foi importada. Para este autor, o período que se inicia com a produção de Fernão Lopes (1434) e vai até D. Manuel, 1528, com as dificuldades da coroa, “[...] é talvez a única fase completamente portuguesa de uma arte em que pouco houve que não fosse reflexo de influências vindas do exterior e adaptadas ao gosto e penúria locais” (SARAIVA, 2007, p. 151). Essa fase corresponde à primeira fase da expansão marítima. Portanto podemos considerar que Fernão Lopes iniciou uma nova fase da historiografia em Portugal e também do sentido da crônica naquele tempo, tornando o texto em questão híbrido – entre o gênero histórico e literário.

Foi nesses tempos primórdios que surgiram as primeiras características presentes na crônica moderna: o registrar dos fatos, em um intervalo de tempo, diante de um contexto de interesse público. Beltrão (1980) inclusive explica que a crônica em sua origem figura como gênero histórico, porém um gênero que foi “[...] evoluindo, vestiu roupagem semântica diferente: englobou a narração do comentário; deixou de parte o rigor temporal (que passa) da atualidade para fixar-se ao rigor filosófico (o que atua)” (BELTRÃO, 1980, p. 67). Marques de Melo, nessa linha, enfatiza que inclusive, historicamente, a crônica remete à “narração de fatos”, que servem como documentos para a posteridade e que a produção daqueles considerados cronistas está “[...] legitimada pela literatura que a recolheu como representativa da expressão determinada de uma época” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 149). A crônica, portanto, transformou-se no decorrer dos tempos e foi perdendo o sentido de relato histórico até chegar às páginas dos jornais e das revistas.

Assim, no século XIX, a crônica começou a obter uma nova *roupagem*¹¹² e, em meados de 1800, surgiu o modelo francês no *Journal des Débats*, a *crônica-folhetim diária*, que, em 1836, destacou-se no *La presse* como formato presente no jornal, no suplemento denominado *feuilleton*. Para Soares (2014, p. 85), o *feuilleton* (suplemento/ou seção) representou, naquele período “[...] o principal veículo de difusão cultural”, constituindo-se em um gênero jornalístico, mesmo que sua caracterização se mostrasse incerta, por ter uma extensa variação de assuntos. Esse caminho trilhado pelo “novo formato da crônica” espalhou-se não apenas no continente europeu, mas atravessou o Atlântico. Chegando ao Brasil esse suplemento (*feuilleton*), predecessor da *crônica moderna*, foi se aclimatando até ganhar o nome de folhetim (SOARES, 2014; LOPES, 2010).

É importante ressaltar que esse processo de abertura de um novo espaço no jornal (com essa caracterização de variações temáticas) surgiu não de forma natural como herança dos textos crônicas de períodos passados, mas como uma estratégia em que “[...] os novos jornais, para se afirmarem junto ao público letrado, entenderam que deveriam buscar a concorrência dos escritores” e os escritores, por sua vez, “[...] compreenderam que, se quisessem se tornar efetivamente populares e (re) conhecidos, não poderiam apenas escrever seus livros, mas precisariam assinar textos nos jornais” (HOHLFELDT, 2016). Assim, desde então, o jornal serviu como

[...] plataforma de lançamento e vitrina de promoção do escritor que, por seu lado, ajudaria o jornal a vender-se junto ao grande público, servindo-lhe de atração muito especial. Escolheu-se até mesmo um espaço privilegiado para tais colaborações, o rés-do-chão da primeira página, aquele do chamado *folhetim* (*feuilleton*, para os franceses) que logo se transformou no *romance folhetim* [...] (HOHLFELDT, 2016, grifo do autor).

Diante do exposto, o espaço criado nos jornais para o jornalismo literário tornou-se uma estratégia para alavancar a vendagem dos periódicos. Com a popularização do modelo, começaram a surgir também romances pensados para publicação em periódicos. O que vem a reforçar o pensamento de Gramsci (1986, p. 124), para quem os “[...] folhetins, tanto na intenção do diretor do jornal quanto na intenção do folhetinista, foram produzidos sob a inspiração do gosto do público e não do gosto dos autores”.

¹¹² Sentido de mudança – novo sentido.

Desse modo, o folhetim se integrou nos impressos – como *crônica* e posteriormente como *romance* – com a pura finalidade de conquistar o público leitor e, procurando expor textos distintos do noticioso ou do partidário, fez a diferença. Os textos, inclusive, se fortaleceram junto ao público com o tempo e, principalmente, quando deixaram de ser “[...] menos anunciativo e mais digressivo”, assumindo a função principal de relatar as “[...] atividades culturais da cidade, do teatro aos livros publicados, [...] a vida mundana em geral” (SOARES 2014, p. 101).

O folhetim, com suas crônicas folhetinescas, transitava conforme Soares entre o “limite documental” e a liberdade da imaginação:

O caráter vivencial do ofício, que requer a presença do folhetinista no interior dos acontecimentos e que exige, posteriormente, no ato da escrita, determinado esforço de recordação, corresponde ao limite documental da crônica. Entretanto, é no vazio que se abre entre os fatos vivenciados e a imaginação do escriba [...] que o gesto folhetinesco se interpõe, constituindo uma modalidade discursiva que se afasta do meramente histórico ao mesmo tempo em que o absorve (SOARES, 2014, p. 227).

Com essas características, percebemos que o folhetim é o antecessor da crônica moderna dos jornais do século XX, mesmo que em alguns textos impressos na seção sejam chamados de “crônicas”. Dois autores são destacados entre os mais importantes predecessores da crônica no Brasil: José de Maria da Silva Paranhos e Francisco Otaviano (SOARES, 2014).

Entre os anos de 1850 e 1851, foi publicada anonimamente uma coluna no *Jornal do Commercio* denominada “Cartas ao Amigo Ausente”, atribuída posteriormente à autoria do político, diplomata e jornalista José de Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Os textos se destacaram por terem, entre seus componentes, o humor, a sátira, o lirismo e uma atenção à “vida social” principalmente no que se referia a espetáculos líricos e bailes.

Francisco Otaviano, por sua vez, destacou-se por sua variedade de “dicções”, sendo frequente o estilo “gracioso” que contribuiu para “[...] o estabelecimento da interlocução, reforçando o princípio fático” da crônica (SOARES, 2014, p. 180). Esse estilo “gracioso” é reconhecido como a contribuição de Francisco Otaviano ao formato, além disso incluiu nessa contribuição um modo de conectar a variedade de temáticas por “ganchos”, linkando um assunto a outro, evitando, portanto, passagens bruscas e

sensacionalistas. Otaviano teve um o papel fundamental por fundir em seus textos os traços predominantes nos semanários como “[...] o gracioso, o lirismo, o tom mais desanuviado” e nos diários trazendo “[...] a maior amplitude de notícias, o comentário crítico envolvendo as diversas artes e o debate político” (SOARES, 2014, p. 198). É nesse percurso que a crônica começou a ganhar reforço como jornalística, pois, além de o texto ser condicionado pelo espaço que lhe cabe no periódico e pela regularidade com que teve de ser publicado, alguns procedimentos formais eram adotados como a “ênfase metalinguística”, por exemplo, que acentua “a dinâmica jornalística” (SOARES, 2014, p. 198).

A crônica do século XIX traz em si diversas características que serviram de inspiração para Machado de Assis, quando escreveu como se cria uma crônica.

Há um meio certo de começar a crônica por sua trivialidade. É dizer: Que calor! Que desenfreado calor! Diz-se isto agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjeturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e La glace est rompue, está começada a crônica (ASSIS, 1994, p. 13).

Machado de Assis mostra ao leitor, em *O nascimento da crônica*, que o formato privilegia o cotidiano, começando com uma conversa despretensiosa sobre o dia, temperada com expressões em francês, em um estilo que atinge o leitor mais exigente. O narrador mostra que a crônica pode nascer de uma ideia qualquer, de um problema social ou até mesmo de um assunto momentâneo, sem precisar de normas e diretrizes. Assim, traz à tona uma reflexão sobre o estilo da crônica, além de direcionar um olhar crítico diante dos fatos narrados, aproximando o leitor aos ocorridos da vida cotidiana, ou de contexto geral, como forma de reflexão de mundo.

Para Soares (2014), o texto machadiano estabelece uma articulação “[...] entre o jornalístico e o folhetinesco, esse compreendido como uma nova modalidade discursiva que requer novas práticas combinadas com as já existentes no interior do próprio jornal, de acordo com o seu estágio de desenvolvimento na primeira metade do século XIX” (SOARES, 2014, p. 73). E enfatiza ainda que

[...] Machado ressalta a ambiguidade sem, contudo, remetê-la ao literário, o que nos permite desconsiderar qualquer possibilidade de transcendência [ao texto literário], pelo menos no sentido de um

programa previamente estabelecido para aqueles que se dedicam à escrita do gênero – se a transcendência vai se manifestar como efeito de leituras futuras recepções, isso já é outro problema que pode ser, em alguns casos, associado a determinada concepção tradicional de literatura, até mesmo defendida por críticos com a boa vontade de salvar a crônica do ostracismo.

A partir do modo como entendemos o texto machadiano, a situação inicial da crônica deve ser pensada dentro da esfera jornalística, tendo como ponto de partida a emergência do folhetim no contexto da imprensa periódica [...] embora não restrita a ela; aí a ambiguidade, por mais que aproxime a crônica de outros gêneros, inclusive históricos, não permite que ela extrapole o “sistema de condicionamentos” que a envolve no interior do circuito comunicativo para o qual é produzido no qual circula através do qual é recebido por determinado público leitor (SOARES, 2014, p. 73).

Este autor defende, portanto, que a crônica nessa perspectiva possui um caráter jornalístico e elenca inclusive três aspectos que reforçam seu pensamento, que são os aspectos de estruturação da crônica:

1. Do ponto de vista da materialidade do texto, ou seja, do objeto que se encontra disponível para leitura, o folhetim é, antes de tudo, uma seção do jornal [...];
2. Do ponto de vista das condições de trabalho do redator do texto, é fruto da prática jornalística periódica na qual o cronista (ou folhetinista) deve comentar eventos da semana, da quinzena, e assim por diante, tanto os que foram apenas noticiados pela imprensa quanto, e principalmente, aqueles que foram por eles testemunhados [...];
3. A crônica (ou folhetim) corresponde a um gênero discursivo que se configura a partir do limite de sua materialidade e de uma prática jornalística específica, o que circunscreve o momento como os fatos são textualmente encadeados (os ganhos externos e internos) comentados e, temporalmente, organizados (SOARES, 2014, p. 75).

Diante dessas pontuações, podemos constatar que Soares (2014) define em seus estudos a crônica como um gênero puramente jornalístico. Outros autores seguem a mesma linha de pensamento, como Sodré e Ferrari (1986), que consideraram a crônica um gênero pertencente à imprensa, que possui a finalidade de atingir o mundo real e espiritual vivido pelo leitor, retratando a “pura” realidade. Marques de Melo também chama a atenção para a plena aceitação da crônica como gênero jornalístico, pois é um texto vinculado em um momento atual e, portanto, se nutre de fatos do dia a dia, preenchendo, assim, condições essenciais da manifestação jornalística: atualidade, oportunidade e difusão coletiva. No entanto a crônica como jornalística para este autor

“não se restringe ao jornal diário [...]” ela também “[...] Encontra abrigo nos semanários especialmente nas revistas de informação geral” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 160).

No ambiente jornalístico, os gêneros jornalísticos dividem-se, predominantemente, em: informativo e opinativo, que priorizam, respectivamente, *news* e *comments*. Como afirma Bourdieu (1997), o campo jornalístico nasceu na oposição entre os veículos que privilegiavam as notícias, principalmente as sensacionalistas, e os jornais que traziam análises mais aprofundadas dos acontecimentos. Esse campo, para Bourdieu, “[...] é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os *valores* [...] e o reconhecimento pela maioria” (BOURDIEU, 1997, p. 105, grifo do autor).

Marques de Melo (2003) trabalha, inicialmente, com dois grandes gêneros do jornalismo que se filiam ao pensamento de Bourdieu, acima mencionado. De um lado, o gênero opinativo, com os formatos: editorial, artigo, carta, coluna, comentário, crônica, charge e caricatura. Do outro, o gênero informativo, em que localiza os formatos: nota, notícia, reportagem e reportagem em profundidade, dentre outros. Posteriormente, Marques de Melo (2010) e outros pesquisadores registram em suas pesquisas a existência de mais três grandes gêneros em prática no jornalismo brasileiro, a saber: interpretativo, diversional e de serviços.

Como vimos no campo do jornalismo, a crônica tanto aparece como relato cronológico, em algumas partes do planeta, como no Brasil, e se estabelece como um texto que trata de acontecimentos do presente, publicado em periódico informativo e adotando uma certa “estética” para narrar os acontecimentos do cotidiano (MARQUES DE MELO, 2003). A crônica jornalística tanto se concentra na narração como na dissertação sobre os fatos postos pelo enredo. Como afirmam Flora Bender e Ilka Laurito, a crônica constitui-se como um registro do passado, ou como um flagrante do presente, configurando em qualquer das situações um “[...] *resgate* do tempo” (BENDER; LAURITO, 1999, p. 11, grifo nosso). De acordo com Marques de Melo, a crônica se encontra vinculada ao gênero opinativo (MARQUES DE MELO, 2003), embora se estruture trazendo a informação pontual como mote de articulação da narrativa. E uma de suas principais características é a crítica social.

Sodré (2012, p.145) destaca que no ambiente jornalístico, “[...] do ponto de vista do editorial, pode-se dizer que cronista é alguém que recebe uma espécie de mandato

editorial para exercer os dados de enfocar, com visão singularíssima, um assunto qualquer, embora de presumido interesse público”. Contudo a crônica, embora possa seguir esse “mandato editorial”, está, conforme o autor, “[...] sempre aquém ou além do fato” (SODRÉ, p. 145). Ou seja, o cronista pode recorrer às técnicas metafóricas e a crônica pode ser vista como “[...] um caleidoscópio, ou seja, a possibilidade de uma visão multifacetada do cotidiano - impressões expressivas, harmonização do subjetivo com o objetivo” (SODRÉ, p. 145-146). Nessa perspectiva, o autor nos mostra que existe uma interface entre a crônica jornalística e a literatura. E destaca que no Brasil “[...] o cronista João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto) ”foi o precursor do gênero crônica jornalística, com ele surgiu a crônica-reportagem e/ou crônica-entrevista. João do Rio, no início do século XX, produziu “[...] um tipo muito particular de texto, marcadamente narrativo, sobre a vida e os costumes cariocas”.

Seguindo a linha das interfaces, a jornalista e escritora portuguesa Alice Vieira ressalta a existência do caráter híbrido da crônica, mas defende na verdade a existência de dois tipos distintos de crônica, a jornalística e a literária. Para ela, a crônica “[...] está na fronteira, é como que o “salto para a outra margem”. Ou seja, pode ser tipicamente jornalística, mas pode ter um estilo literário. Ou pode realmente ser considerada uma obra literária, mesmo sendo publicada no jornal” (VIEIRA, s.d., p. 45, *apud* LOPES, 2010, p. 6). De fato, a crônica também é considerada um gênero literário.

A crônica literária guarda grande similaridade com a jornalística, tendo origem comum, e configura-se como um texto narrativo de fatos em ordem cronológica. Pode tratar de um ou mais acontecimentos, lançando, ou não, mão de personagens. Em suma, é a narração de acontecimentos do cotidiano, com ironia e/ou bom humor. A narrativa é o seu forte. Além disso,

São muitos os cronistas que reúnem sua produção sob formato de livro, e, assim, seus textos vencem o tempo e continuam a despertar o fascínio do público. Contudo, o fato de ser possível incluir gêneros do jornalismo na literatura acirra as controvérsias em torno da existência de um gênero literário constituído por produções jornalísticas (MOURA, 2011, p. 173).

Por não ser um gênero puro da literatura, a crônica não ganhou o interesse da crítica literária. E, segundo Soares (2014, p. 9), “[...] a justificativa para o desinteresse é [...] óbvia, afinal, como essa crítica se interessaria por um gênero que não fosse propriamente literário?”. Os críticos, para este autor, quando não a descartaram de

imediatamente, desqualificaram-na “[...] ao considerá-la um gênero “menor”, os críticos buscaram afirmar a sua literariedade – e não foi a única tentativa de salvamento, visto que os historiadores também tentaram ao revelarem na crônica o seu lastro documental, a sua força de testemunho histórico de uma época” (SOARES, 2014, p. 9).

Antônio Cândido (1992) é um dos críticos que trata a crônica como gênero literário de menor importância, logo nos primeiros momentos de seu texto *A vida ao rés-do-chão*, destaca que:

Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhes dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor (CÂNDIDO, 1992, p. 14).

Dando prosseguimento no texto de Antônio Cândido (1992), percebemos, portanto, que, para ele, a crônica não possui uma identidade definida, pois se situa entre os campos jornalístico e literário. Para este autor,

[...] ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, sobretudo porque quase sempre utiliza o humor.

Isto acontece porque não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Por se abrigar nesse veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em *ficar*, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo, consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um; e, quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava (CÂNDIDO, 1992, p. 14, grifo nosso).

Este autor possui opinião distinta da de Marques de Melo (2003), pois, para Cândido (1992), ao longo da história, a crônica foi deixando a funcionalidade de informar e comentar, para tratar de divertir. “A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro” (CÂNDIDO, 1992, p. 14).

A maioria dos escritores e pesquisadores do campo literário considera a crônica como um comentário narrativo sobre os fatos da cotidianidade, que tem como destinação a publicação na imprensa, podendo ser poética ou irônica, tornando como situação espacial e temporal os acontecimentos do dia a dia. A abordagem da crônica privilegia ângulos não tocados pela notícia. O estilo e a estética aproximam narrador e leitor, que, através dos encontros periódicos nas páginas dos jornais, estabelecem relações de proximidade, mesmo sem se conhecer.

O fato é que a crônica, efetivamente, situa-se, na atualidade, no limiar entre os campos jornalístico e literário. Possui estética literária, mas, se efetiva no jornalismo como uma narrativa do presente, em que informação e opinião se moldam ao estilo do autor. E essa narrativa da crônica não pode ser entendida apenas nos limites da intenção original do autor e nas situações a partir das quais o texto é produzido, ela só se concretiza com a recepção do leitor, que ao apreender a narrativa acaba por recriá-la (RICOEUR, 2010). O mundo vivido e suas representações narrativas carregam forte potência de historicidade e temporalidade. A narrativa não é um todo homogêneo, ela se bifurca, trifurca em vários caminhos, configurando e refigurando a experiência de vida de um indivíduo, de um mundo, de um modo de ser, de um tempo. O surgimento de uma narrativa como já vimos e adotamos nesta tese a perspectiva de Ricoeur (2010) parte da *mimese I* (pré-compreensão do mundo inteligível), passa pela *mimese II* (momento em que acontece a construção textual desse mundo pré-compreendido na sua inteligibilidade) e finaliza na transição do mundo do texto para o mundo do leitor. O leitor interpretará os domínios da intriga fabricada pelo narrador-cronista e lançará os fios da trama de sua compreensão, de modo que um novo texto se refigurará.

Assim é que esclarecemos que o percurso empreendido até aqui tem como intuito fornecer um aporte teórico-filosófico que nos auxiliará na interpretação das narrativas pelo prisma da hermenêutica filosófica e que, acreditamos, permitirá examinar, com maior acuidade, os vínculos entre a crônica e o jornalismo, mais precisamente, detectar a presença do *ethos* jornalístico nas crônicas em análise.

4 O jornalismo nas narrativas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho

O percurso empreendido até aqui nos levou a pensar e programar o encontro entre o jornalismo, considerado nesta tese, não somente enquanto *lócus* de atuação dos profissionais do próprio campo, mas enquanto instituição legitimada e legitimadora da modernidade, e as narrativas das duas escritoras nos dois veículos de comunicação já referenciados.

Maria Judite de Carvalho e Rachel de Queiroz atuaram no jornalismo do século XX. Ambas situaram suas narrativas no espaço do que se convencionou chamar de *coluna*¹¹³, lugar normalmente destinado à parcialidade e à subjetividade dos autores, o que não é uma regra geral, visto que os colunistas podem escolher o tipo de texto ou narrativa que irão adotar, inclusive, podendo assumir a informação como guia. Ambas trabalharam de forma recorrente a crônica¹¹⁴ e, como dito, é exatamente nas narrativas localizadas nas crônicas jornalísticas das duas autoras que nos deteremos, a fim de tentar desvendar que aspectos do *ethos* jornalístico contemporâneo, irradiados a partir do espaço da informação, foram apropriados pelas escritoras.

O jornalismo que ora mencionamos é, portanto, aquele cujo *ethos* carrega características potentes, capazes de narrar, da cotidianidade à singularidade mais transformadora, a partir de um lugar de fala privilegiado em que se deposita grande credibilidade. Esse jornalismo moderno foi construído de modo a dar maior notoriedade à informação, tida como o lugar do interesse público, da imparcialidade e da objetividade. Foi a partir da informação que a reputação do campo se formou e tem se mantido, embora sejam perceptíveis, neste século XXI, inúmeras mudanças nas narrativas do jornalismo, inclusive, com crescente hibridação entre informação e opinião.

¹¹³ Esclarecemos que não é nossa intenção estudar ou nos aprofundar no formato da *coluna*, dentro da estrutura do jornalismo impresso, visto tratar-se da forma em que são depositados distintos conteúdos e narrativas, e, considerando, que o nosso interesse recai sobre somente a narrativa das crônicas. Contudo é válido observar que adotamos *coluna* como um formato do jornalismo (MARQUES DE MELO, 2003). “A coluna constitui seção particular dos veículos impressos, publicada com regularidade, devidamente assinada e redigida com maior liberdade e subjetividade do que as notícias. Como decorrência, a coluna pode integrar notas, sueltos, **crônicas**, artigos ou textos legendas e, às vezes, alternam ou mesclam essas formas” (MOURA, 2011, p. 171).

¹¹⁴ Vale lembrar que as escritoras/jornalistas, cujas narrativas analisamos na presente tese, publicavam vários outros tipos de textos e narrativas em suas colunas. Todavia aqui analisaremos somente as crônicas com potência jornalística.

Nossa escolha para percorrer o caminho rumo à interpretação das narrativas foi a Hermenêutica Filosófica Crítica, dentro do seu escopo atual, a partir da proposição de Ricoeur (2010).

4.1 A hermenêutica filosófica como caminho para a interpretação

A expressão “hermenêutico” deriva-se do verbo grego *ερμηνευτική*. Hermes é o mensageiro dos deuses. Ele traz a mensagem do destino; [...] é a explanação que anuncia, na medida que pode escutar uma mensagem. Essa explanação torna-se interpretação daquilo que já foi dito por meio dos poetas, os quais, segundo as palavras de Sócrates nos diálogos de Platão, “são os mensageiros dos deuses”.

Heidegger (2013)

Caminhar entre a *filosofia* e as *ciências* e o *método* não é tarefa fácil. Nesse sentido e objetivando um desvio intencional das armadilhas postas pela própria trajetória da hermenêutica¹¹⁵, inicialmente procuramos compreender os caminhos trilhados pelo pensamento hermenêutico ao longo dos tempos, para, em seguida, nos dedicarmos à hermenêutica filosófica.

A *Hermeneuein*, considerada a filosofia da interpretação, não possui uma só vertente e tampouco é ponto pacífico entre os que a adotam. A nomenclatura hermenêutica possui pelo menos duas especulações de origem. De um lado, existe a associação ao deus grego Hermes, o mensageiro, aquele que tudo interpretava e, portanto, era o responsável pela linguagem e sua decodificação. Por outro, o termo é também associado à própria etimologia grega da palavra ciência (*ΕΠΙΣΤΗΜΗ*) e as técnicas utilizadas para interpretar textos.

Na Grécia antiga, a hermenêutica estava diretamente relacionada à linguagem, tendo a gramática, a retórica e a dialética como campos de interpretação. A ideia inicial era compreender e conciliar a tradição mitológica com a consciência filosófica que se formava. Posteriormente, a hermenêutica religiosa se formaria a partir da apropriação da arte da interpretação pelos teólogos das mais variadas religiões, tais como judeus e

¹¹⁵ Segundo Stein (2010, p. 10), para melhor compreensão da hermenêutica e suas vertentes, é necessário diferenciar os discursos filosófico e científico, sobretudo, em face de que existem várias ciências que se utilizam da interpretação, ou seja, da hermenêutica como uma ferramenta de racionalização, o que difere da proposição da hermenêutica filosófica.

cristãos, e depois surgiria a hermenêutica jurídica¹¹⁶, a partir da aplicação da arte da interpretação (*ars interpretandi*) ao direito canônico.

No nascimento do processo de modernidade, ciência e filosofia protagonizam inúmeros debates e os paradigmas entram em confronto direto. A questão da verdade, que tem guiado os processos do conhecimento tanto no campo da ciência como no espaço da filosofia, interliga-se diretamente à questão do método como exigência para se alcançar um conhecimento pleno. A objetividade é chamada para qualificar e credibilizar os discursos das instituições que deram sustentação à modernidade. Dentre elas, a própria ciência, a história¹¹⁷ e o jornalismo¹¹⁸, por exemplo.

No que concerne à ciência, os métodos quantitativos vão protagonizar inúmeras pesquisas nessa busca pela isenção do cientista, inclusive do cientista social. Contudo também vão liderar as críticas que afloram a partir de diversos campos do saber, sobretudo, nas ciências sociais e humanas. Retoma-se, assim, a pesquisa qualitativa, e a filosofia é chamada a contribuir e dialogar com as pesquisas, especialmente, entre as ciências humanas e sociais.

Nesse momento, a hermenêutica coloca-se como uma possibilidade de reflexão teórico-metodológica, e Wilhelm Dilthey, cuja contextualidade se situava na virada entre os séculos XIX e XX, procurava pensar em meios que pudessem dotar a interpretação de um caráter científico, no sentido contemporâneo. Este autor estabelece, então, uma distinção entre o *explicar* (*erklären*) e o *compreender* (*verstehen*) nas ciências sociais e humanas, sendo o autor de uma veemente defesa de que as ciências sociais e humanas não deveriam praticar os mesmos métodos que as ciências naturais, visto que compreensão e interpretação são distintos em cada campo científico (DILTHEY, 2010).

Na esteira de Dilthey, Mannheim elabora um método documentário de interpretação cujo foco recai sobre os fenômenos culturais, em que a interpretação traduz a compreensão do sentido. Em suas palavras, “[...] o sentido só pode ser compreendido e

¹¹⁶ No escopo do direito, a hermenêutica é utilizada no processo de interpretação das leis, com o intuito de facilitar a compreensão do que poderia vir a ser o verdadeiro sentido expresso pelo pensamento do legislador. Nesse campo, portanto, a Teoria da Interpretação é facilitadora do processo de compreensão das normas jurídicas que devem nortear o julgamento de fatos reais.

¹¹⁷ Aos situarmos a história em lugar separado da ciência estamos seguindo com Ricoeur (1968) para quem a história é um discurso cientificamente orientado, não uma ciência.

¹¹⁸ O jornalismo está situado no Brasil dentro das ciências sociais aplicadas, todavia isso não é ponto pacífico em todo o mundo, nem acordo entre os pesquisadores do campo da comunicação e do jornalismo.

interpretado” (MANNHEIM *apud* MUÑOZ, 1993, p. 53). Ambos os autores, Dilthey e sua teoria do conhecimento das ciências do espírito e Mannheim e sua ciência da cultura, pretendem fazer da interpretação um método científico de construção do conhecimento. Na atualidade, no entanto, as metodologias qualitativas que se vinculam a uma tradição hermenêutica procuram trabalhar com uma dialética interativa entre o empirismo e a construção social da realidade.

Ricoeur (2013, p. 13-14), ao traçar o percurso da hermenêutica, distinguindo os caminhos entre a epistemologia e a ontologia, em que analisa o pensamento de Dilthey, Heidegger e Gadamer; chama atenção para a proposição de Dilthey de que a hermenêutica possa vir a ser uma *teoria do conhecimento* e que as questões conflitivas entre o explicar e o compreender possam ser mantidas em nível do *Methodenstreit*. Como nos recorda Ricoeur, tanto Heidegger como, posteriormente, Gadamer contestam essa proposta de Dilthey de compreender a hermenêutica como epistemologia e metodologia.

Embora a proposição epistemológica de Dilthey fosse dar à hermenêutica o protagonismo também nas ciências, ele não pretendia seguir o modelo positivista. Ao contrário, pretendia fazer da compreensão um meio para se entender a ligação entre duas vidas psíquicas, por exemplo. Seria, portanto, uma proposição de interpretação do outro e de nós mesmos (RICOEUR, 1990).

Seguindo Ricoeur, nossa opção, entretanto, não é a hermenêutica metodológica que tem inspirado uma racionalidade científica. Nosso caminho se concentra e tem inspiração na hermenêutica filosófica que possui em Heidegger (2015) e Gadamer (2007; 2015), mas, principalmente, em Ricoeur (1990; 2000a; 2013), o pensamento que nos guia e que nos permite, a partir de Ricoeur (2010), interpretar as narrativas das jornalistas que estamos em vias de analisar.

Aqui, portanto, faz-se necessário um parêntese situacional, tendo em vista as distintas proposições hermenêuticas, pois a hermenêutica metodológica, seja ela jurídica, teológica ou epistemológica, apresenta diferenças pontuais em relação à hermenêutica filosófica, que ora adotamos. A primeira se construiu ao longo dos tempos como um modelo para interpretar corretamente, enquanto que a segunda propõe, pela via da interpretação, a revelação de um modo de ser, o que nos leva à possibilidade da compreensão de um *ethos*. Entretanto, vale pensar, com Stein (2010, p. 23), para quem tanto a racionalidade científica quanto a filosófica necessitam dos discursos para chegar

aos significados, que é a construção do sentido o que constitui o principal tema da hermenêutica.

Dito isto, destacamos que, para Gadamer, a hermenêutica não é exatamente um método para se chegar à verdade, não se configurando, portanto, como uma metodologia das ciências humanas.

A presente investigação situa-se no âmbito do problema hermenêutico. O fenômeno da compreensão e a maneira correta de interpretar o compreendido não são apenas um problema específico da teoria dos métodos aplicados nas ciências do espírito. Desde os tempos mais antigos, sempre houve uma hermenêutica teológica e outra jurídica, cujo caráter não era tanto teórico-científico, mas correspondia e servia muito mais ao procedimento prático do juiz ou do sacerdote instruídos pela ciência. Por isso, desde sua origem histórica, o problema da hermenêutica não é de forma alguma, um problema de método. Não se interessa por um método de compreensão que permita submeter os textos, como qualquer outro objeto da experiência, ao conhecimento científico. Tampouco se interessa primeiramente em construir um conhecimento seguro, que satisfaça aos ideais metodológicos da ciência, *embora também aqui se trate de conhecimento e de verdade*. Ao se compreender a tradição não se compreendem apenas textos, mas também se adquirem discernimentos e se reconhecem verdades. Mas que conhecimento é esse? Que verdade é essa? (GADAMER, 2015, p. 1, grifos nossos).

As ponderações de Gadamer partem do ambiente jurídico e histórico, confrontando os processos de interpretação do juiz e do historiador jurídico. Para este autor, a hermenêutica tem potência para questionar o que se encontra *atrás* das aparências e dos inúmeros interesses pela história, principalmente, em face da universalidade que possui. Nesse sentido, confronta a prática do juiz com a do historiador jurídico diante da mesma lei. “A decisão do juiz, que “intervém praticamente na vida”, pretende ser uma aplicação justa e não arbitrária das leis; deve pautar-se, portanto, em uma interpretação correta e isso implica necessariamente que a compreensão faça a mediação entre a história e a atualidade” (GADAMER, 2015, p. 7-8, sic).

A questão do método, no ambiente da hermenêutica, é tratada de forma simples por Stein (2010, p. 26), para quem é importante não confundir a hermenêutica com um procedimento metodológico no sentido das ciências empírico-matemáticas: “A ideia de método tem um sentido diferente quando se fala em hermenêutica: não é um procedimento e não se pode dizer que o seja, porque um problema sério é do da não-separação entre sujeito e objeto”. Nesse entendimento, a concepção do método

hermenêutico pauta-se na circularidade do relacionamento entre sujeito e objeto, que se tornam indissociáveis.

Gadamer (2015) fala de uma consciência hermenêutica que se coloca como uma proposição para o diálogo com a alteridade, seja em um processo de interpretação textual, seja no encontro com o outro. A compreensão, então, estrutura-se a partir de uma possibilidade de abertura para a interpretação dialógica.

É nesse sentido que nos direciona Gadamer para o fenômeno da compreensão como sendo uma atividade inerente à condição humana e que não pode ser reduzida ou enquadrada a um método científico.

A presente investigação toma pé nessa resistência que vem se afirmando no âmbito da ciência moderna, contra a pretensão de universalidade da metodologia científica. *Seu propósito é rastrear por toda a parte a experiência da verdade, que ultrapassa o campo de controle da metodologia científica e indagar por sua própria legitimação onde quer que se encontre.* É assim que as ciências do espírito acabam confluindo com as formas de experiência que se situam fora da ciência: como a experiência da filosofia, como a experiência da arte e como a experiência da própria história. São modos de experiência nos quais se manifesta uma verdade que não pode ser verificada com os meios metodológicos da ciência (GADAMER, 2015, p. 1-2, grifos nossos).

Este autor nos desafia ao mostrar que no encontro com qualquer texto somos guiados pela nossa pré-compreensão forjada a partir de nosso lugar social¹¹⁹ que, em síntese, forma nossas referências, o que não quer dizer que nossos juízos de valor prévios sejam negativos ou nos levem a uma incapacidade para o discernimento, mas tão somente que eles influem e determinam nossa compreensão dos fenômenos. Mais ainda, relaciona nossa condição condicionante e condicionada à existência finita que possuímos e, portanto, que nos situa em uma dada temporalidade e nos impõe uma certa historicidade.

¹¹⁹ Usamos aqui a nomenclatura de Certeau (2011) somente para sintetizar a abrangência contextual e, logo, cultural e temporal do ser. Obviamente essa apropriação é uma transgressão transdisciplinar intencional, que aqui nos é útil para facilitar a visualidade das estruturas de pré-compreensão. Relembro aqui que no campo da historiografia, Certeau (2011, p. 57) afirma que “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade [...]”.

Trilhando pelos caminhos desse mesmo pensamento, Stein (2010, p. 28-29) nos alerta que não é possível se compreender sem compreender o contexto, sem pensar as relações entre sujeito e objeto, em que o compreender termina se colocando como uma qualidade do comunicar, que pressupõe falar o compreensível e compreender o dito por outro, configurando uma existência pautada na compreensão dialética do mundo.

Gadamer (2015), discípulo de Heidegger, ao tempo em que contesta a pretensão das ciências naturais de estender seus métodos a todas as áreas do conhecimento, propõe a hermenêutica filosófica e, concomitante, contesta a objetividade científica principalmente nas ciências humanas, o que, em sua opinião, seria arrogância ou ingenuidade. Sua proposição hermenêutica, assim como em Heidegger, é, portanto, filosófica e não metodológica. Lembrando que é Heidegger (2015) quem, de certo modo, supera a proposição dicotômica de Dilthey entre as ciências humanas e as ciências naturais, visto que seu processo de interpretação tem como foco o *ser*, logo toda a interpretação se dá em determinada temporalidade e situa-se em uma contextualidade específica, sendo, conseqüentemente, histórica.

Maria Antônia Jardim (2002, p. 79) esclarece que, em Heidegger, o processo hermenêutico que revela o ser “[...] vai constituir o cerne que atravessa sua obra. À interpretação compete manifestar a estrutura escondida do ser-no-mundo, tornando-se assim, uma hermenêutica existencial, isto é, uma ontologia da compreensão e da interpretação”.

Para Heidegger (2015, p. 209), “[...] a interpretação funda-se existencialmente no compreender e não vice-versa. Interpretar não é tomar conhecimento do que se compreendeu, mas elaborar as possibilidades projetadas no compreender”. A hermenêutica heideggeriana que se apresenta no círculo composto pelas estruturas de pré-compreensão, compreensão e interpretação procura investigar, do ponto de vista do ser, “[...] o fenômeno da interpretação no compreender de mundo, ou seja, no compreender impróprio, e isso no modo de sua autenticidade” (HEIDEGGER, 2015, p. 209).

Em Gadamer, como nos lembra Jardim (2002), a hermenêutica se direciona para o compreender. “É a própria possibilidade de compreensão que se torna necessário esclarecer. É a própria possibilidade de esclarecer do próprio homem que aqui é assumida filosoficamente. Será a ontologia o ponto de partida da sua hermenêutica” (JARDIM, 2002, p. 80).

Nessa perspectiva, Ricoeur (s/a) propõe trazer à tona o problema hermenêutico dentro da fenomenologia e apresenta dois caminhos. Um através do pensamento de Heidegger, que não se detém na questão do método, porém, para quem a compreensão não seria um modo de conhecimento, mas um modo de ser do *Dasein*, como visto. Para Ricoeur, Heidegger não tinha a intenção de focar no processo de compreensão de um ente, todavia tinha a pretensão de guiar o nosso olhar para que pudéssemos visualizar que o conhecimento histórico se encontra subordinado à compreensão ontológica, lembrando que, para Heidegger (2015), a história se situa menos na historiografia e mais na historicidade do ser, logo, do *Dasein*. Entretanto Ricoeur avalia que a proposição heideggeriana não resolve o problema hermenêutico dentro da fenomenologia. Para este autor, é preciso adotar uma ontologia da linguagem que se oferece para especulações em profundidade. Para Ricoeur (s/a), é no plano da linguagem que a compreensão se exerce e, portanto, o ser que se interpreta, ao interpretar os sinais, diverge do *Cogito*, visto que é um ente que se põe ao mundo antes de se reconhecer. Sua proposição ontológica não

[...] é separável da interpretação; permanece presa no círculo que em conjunto formam o trabalho da interpretação e o ser interpretado. Portanto, não é uma *ontologia triunfante*, nem é mesmo uma ciência, visto que não saberia subtrair-se ao risco da interpretação; não saberia mesmo escapar totalmente à guerra intestina a que as hermenêuticas se entregam entre si (RICOEUR, s/a, p. 25).

Jardim (2002) esclarece que a hermenêutica ricoeuriana se distancia da heideggeriana a partir do momento em que Ricoeur formula um círculo que procura demonstrar que a interpretação não é somente a explicação de um processo de compreensão, mas é, também, o próprio círculo, que está sempre aberto. Para esta autora, a divergência maior entre Ricoeur e Heidegger é “[...] o pressuposto de uma razão crítica que questiona os signos e os símbolos e que parte da interpretação como caminho para a compreensão” (JARDIM, 2002, p. 84 - 85). Nesse sentido, e na visão de Jardim, o círculo hermenêutico proposto por Ricoeur apresenta-se como uma “[...] espiral aberta, que sustenta e dinamiza a reflexividade do pensar” (JARDIM, 2002, p. 85).

A hermenêutica filosófica de Ricoeur volta-se para a produção de sentido, como compreensão do ser e do outro e/ou do outro em si mesmo, ou, como nos diz Carneiro (2017, p. 122), a hermenêutica em Ricoeur apresenta-se como uma hermenêutica do sujeito, “[...] como uma investigação reflexiva da subjetividade e um questionamento às

ciências humanas, através da crítica às ideologias, através da análise de várias linguagens que expressam sentido”.

Para Ricouer (2000b, p. 205) a tarefa da hermenêutica é dissecar o texto, a partir de duas dinâmicas, a interna que impõe a estrutura da obra e a externa que se constitui na capacidade da obra de se projetar para fora de si mesma e chegar ao mundo. “Dinámica interna y proyección externa constituyen lo que llamo la labor del texto. La tarea de la hermenéutica consiste en reconstruir esta doble labor del texto” (RICOEUR, 2000b, p. 205).

Compreensão e interpretação ganham em Ricoeur (2010) uma maior extensão, visto que se apoiam na linguagem e ganham visibilidade em narrativas que se situam em suas temporalidades. O círculo hermenêutico de Heidegger, como visto, compõe-se de três pontos centrais: as estruturas de pré-compreensão, compreensão e interpretação, o foco é no *Dasein* e sua capacidade transformadora. Ricouer, por sua vez, estrutura seu círculo não no esforço de compreensão puro, mas se concentra na produção de sentido em cada estágio cíclico, assim, acontece no tempo e lugar da prefiguração do mundo, na configuração da ação narrada e, logo, dotada de sentido e tornada inteligível para a reconfiguração do leitor em terceira *mímesis*.

Desse modo é que Ricouer (1990) resume que de fato “[...] o que deve ser interpretado, num texto, é a proposição de mundo, de um mundo tal como posso habitá-lo para nele projetar um de meus possíveis mais próprios. É o que chamo de mundo do texto, mundo próprio a este texto único” (RICOEUR, 1990, p. 56). Nesse caminho, o texto possibilita uma entrada para o mundo do autor, uma vez que as narrativas procuram traduzir as intrigas forjadas em experiências particulares e coletivas que, ao se projetarem através de concordâncias discordantes sintéticas e se tornarem objeto de compartilhamento entre sujeitos, terminam passando para o domínio do outro. Desse modo, tanto as experiências como os sentidos através dos quais elas foram traduzidas não pertencem mais somente a quem vivenciou ou a quem criou a narrativa, mas a todos que com ela tiveram contato. Entretanto alerta o autor,

O que é experienciado por uma pessoa não se pode transferir totalmente como tal e tal experiência para mais ninguém. A minha experiência não pode tornar-se diretamente vossa experiência. Um acontecimento que pertence a uma corrente de consciência não pode transferir-se como tal para outra corrente de consciência (RICOEUR, 1995, p. 66).

Assim, embora Ricoeur reconheça que a experiência vivida permanece privada, seu compartilhamento através da narrativa possibilita que a comunicabilidade da experiência torne o seu sentido público (RICOEUR, 1990, p. 66).

Em nosso processo analítico tomaremos por base o pensamento hermenêutico de Ricoeur (2010) tendo em mente que o caminho para interpretação e compreensão não é linear, logo, permite possibilidades analíticas plurais, não fechadas em proposições de verdades absolutas e replicáveis.

Nesse caminho é possível perceber que a abordagem da hermenêutica filosófica crítica que ora adotamos tem como foco interpretação e compreensão do modo de ser, portanto, do *ethos*. Assim, tendo como ponto de partida a temporalidade presente das narrativas que serão analisadas, procuraremos pelos sentidos que falam das diversas construções e visões de mundo. Essa proposição apresenta caráter dialético entre o sentido compreendido e o sujeito que procura compreender.

Fica claro assim que temos consciência da problematização envolvendo a questão da replicabilidade e/ou generalização dos resultados em pesquisa qualitativa, haja vista os riscos de se trabalhar com doses superiores de subjetividade que inibam o processo de racionalidade objetiva, ao qual o conhecimento científico encontra-se intimamente ligado. Esse processo deixa a representatividade comprometida, portanto, a generalização em situação difícil de ser aceita pela comunidade científica tradicional. Todavia, como nos alerta Gadamer citado por Stein (2010, p. 82), a intenção da hermenêutica filosófica é provar que existe uma verdade que não é construída metodicamente e que pode ser localizada na arte, na história e na linguagem.

Assim, nossa opção é nos situarmos no campo hermenêutico e sua liberdade subjetiva, portanto, aderimos à proposição de Gadamer acima exposta, tendo em Ricoeur nossa inspiração analítica. Nossa intenção é procurar compartilhar informações analisadas em profundidade, objetivando a visibilidade dos sentidos possíveis em busca de compreender as narrativas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho. Essa compreensão será permeada pelo jogo forjado entre linguagem e verdade e inclui a verdade das narradoras, as verdades de seu tempo e a verdade desta pesquisadora, visto não ser possível isolar completamente o sujeito pesquisador do objeto pesquisado, contudo é a verdade das narrativas que procuramos. Nesse sentido, ressaltamos que as pesquisas qualitativas carregam em si um compromisso com a contextualização histórica, política, econômica e social com o intuito de situar os objetos pesquisados em seu tempo

e em seu espaço. A pesquisa qualitativa utiliza métodos de coleta humanísticos e se configura como interpretativa e holística (ROSSMAN E RALLIS *apud* CRESSWELL, 2007). Vale destacar que esse tipo de pesquisa tem como intuito compreender os fenômenos sociais sob diferentes perspectivas, o que se torna possível pela adoção de métodos ou caminhos que possibilitem ao pesquisador analisar fenômenos, experiências e objetos empíricos (FLICK, 2009). Na concepção de Richardson (1999), as pesquisas que trabalham com processos de interpretação qualitativos podem facilitar a compreensão de um fenômeno, considerando toda sua complexidade, uma vez que é possível trabalhar com maior profundidade.

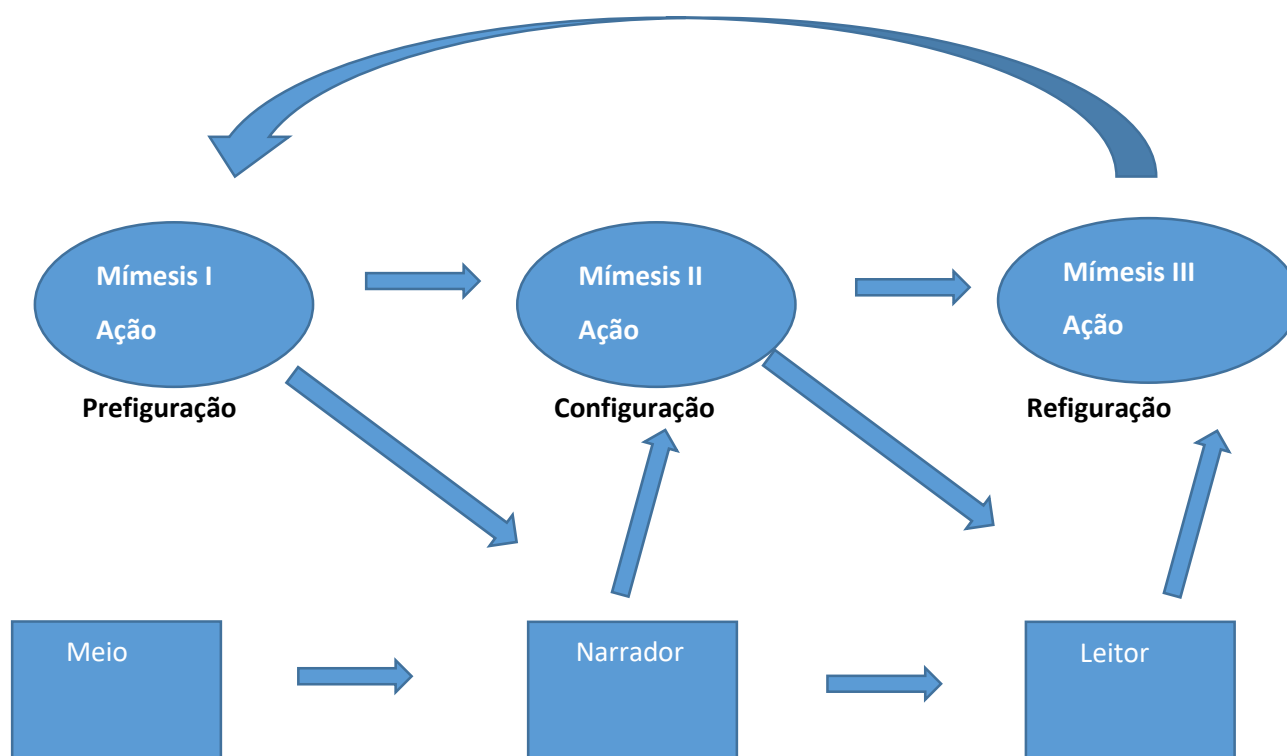
Nossa procura será concentrada na pluralidade de sentidos que as ações narradas ganham nas narrativas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho e que revelam traços de apropriação do modo de ser (*ethos*) jornalístico moderno forjado para o ambiente informativo. A intenção é, através da interpretação, embasada na hermenêutica ricoeuriana, localizar e compreender a construção das narrativas a partir do encontro do *si mesmo* das narradoras, manifesto em suas narrativas, com o mundo do jornalismo.

Na hermenêutica proposta por Ricoeur (2010), sobretudo, no círculo já mencionado; a última das *mímesis* é considerada a mais importante, exatamente porque confere ao leitor grande liberdade subjetiva e poder de refiguração da ação narrada, o que, por sua vez, traduz a flexibilidade da abordagem em que se situa a Teoria da Ação e Interpretação de Ricoeur, que deixa o passado como um campo aberto, já que a ação em si se transforma ao ser configurada e refigurada. Obviamente, a proposta não se pauta somente na subjetividade, mas também na experiência dos sujeitos envolvidos na tríplice *mímesis*: o que vive a ação, o que a torna inteligível e o que a vivencia em terceira instância. Como bem nos explica Ricoeur (2013, p. 35), cada experiência é única, embora o conhecimento esteja sempre em processo migratório de uma esfera da vida para outra, pois enquanto “[...] o sentido é imanente ao discurso, e objetivo no sentido ideal, a referência exprime o movimento em que a linguagem se transcende a si mesma”.

No diagrama a seguir procuramos traduzir os caminhos do círculo hermenêutico proposto por Ricoeur (2010)¹²⁰ para o campo comunicativo/jornalístico.

¹²⁰ Paul Ricoeur não se dedicou ao campo da comunicação, suas análises no círculo hermenêutico voltam-se para os campos da história e da ficção literária.

DIAGRAMA 01- Círculo na Comunicação/Jornalismo



Fonte: MOURA (2017).

Nessa perspectiva é que nos debruçamos sobre a textualidade de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho e as consideramos na visão de Paul Ricoeur, para quem todo texto é também uma narrativa carregada de sentido, portanto, dotada de discurso. Não um discurso determinista, mas que ganha sentido ao entrar em contato com o leitor. Em síntese, a narrativa constitui-se como um elo entre uma ação e a projeção que dela se faz em seu contexto de vivência e experiência. Portanto, a principal perspectiva aqui chamada concerne ao pensamento de Ricoeur e sua articulação já mencionada entre narratividade e temporalidade.

No que se refere às crônicas jornalísticas, a narrativa encontra-se intimamente relacionada à interpretação subjetiva do leitor, que interage com a textualidade e situa a narrativa a partir de sua estrutura de pré-compreensão, interferindo na produção final do sentido, que logo se transporta novamente para a prefiguração da ação, agora compartilhada e apropriada pelo próprio leitor.

4.2 - Análise Qualitativa Interpretativa com base na Teoria da Ação e Interpretação da Narrativa

A proposição interpretativa do processo analítico que se segue, tem, como dito, na Teoria da Ação e Interpretação da Narrativa de Ricoeur (2010) seus principais guias para o processo de análise das crônicas jornalísticas de Rachel de Queiroz e de Maria Judite de Carvalho.

Vale lembrar que encontramos na hermenêutica de Ricoeur (2010) uma simbiose entre a narrativa e a temporalidade, proposta a partir do encontro entre a *Poética* de Aristóteles e as *Confissões* de Agostinho, ou seja, entre os conceitos da intriga de aristotélica e tempo da alma de Agostinho, sintetizados em narrativas que procuram apresentar mimeticamente uma *concordância discordante das intrigas*, que (essas narrativas) procuram resolver. Em suma, toda narrativa carrega uma síntese imitativa de uma ação que, ao ser narrada, perde traços do real. Logo a narrativa configura uma concordância que é também discordante (do real), visto que não abrange a totalidade da ação original.

Essa concordância discordante encontrada na narrativa termina por ser dissecada e reconstruída *através* da vivência do *Círculo Hermenêutico* já detalhado anteriormente, mas que vale rememorar: se concretiza em três momentos, o primeiro de prefiguração da ação na primeira *mímesis*, o segundo de configuração da ação narrada em segunda *mímesis* e, o terceiro, refiguração da narrativa pelo olhar do leitor, em terceira *mímesis*.

Por outro lado, os conceitos de ação narrada e de identidade narrativa apresentados por Ricoeur podem nos ajudar no processo de compreensão do encontro entre o *ethos* das narradoras (possivelmente manifestos em suas narrativas) e o *ethos* jornalístico. Ação narrada como o resultado da ação assumida pela linguagem e ancorada na realidade é o *locus* da identidade narrativa, que, por sua vez, é a identidade que responde às perguntas do quem (sujeito da ação) através da linguagem. Portanto é na ação tornada inteligível ao ser configurada em forma de narrativa que as identidades se manifestam e os sujeitos assumem seu protagonismo.

No processo analítico/interpretativo a seguir, temos a intenção de seguir o círculo hermenêutico e escavar as narrativas procurando por traços de apropriação do *ethos* jornalístico moderno em um jogo de compreensão/interpretação. Nosso ponto de partida será o *modo de ser* do jornalismo e seus possíveis reflexos nas narrativas das autoras já

citadas, procurando possíveis revelações que possamos ter a partir da interpretação das narrativas e que possam trazer à tona o próprio *ethos* das escritoras e sua relação e/ou apropriação do jornalismo. Nossa abordagem analítica será, portanto, holística e não particular. Pois como nos lembra Stein (2010, p. 87), a hermenêutica filosófica se apresenta como um paradigma que tem a intenção de ser universal.

4.2.1. Os Observáveis

Nas próximas páginas falaremos um pouco sobre os lugares em que as crônicas aqui pesquisadas se localizam. Inicialmente, nos dedicamos à revista brasileira *O Cruzeiro* e à coluna “Última Página” e, posteriormente, falamos um pouco sobre *O Diário de Lisboa* e a coluna “Rectângulos da Vida”.

Vale esclarecer que situamos as duas colunas como objetos empíricos passíveis de observação, logo as consideramos como *observáveis* na concepção de Popper (2009). A intenção é, portanto, observá-las, objetivando interpretar e compreender a manifestação do *ethos* jornalístico moderno nas narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho.

4.2.1.1 “Última Página”: uma pérola de *O Cruzeiro*

O Cruzeiro foi uma das principais revistas brasileiras do século XX, iniciou sua trajetória em 10 de novembro de 1928 pelos Diários Associados, do jornalista Assis Chateaubriand. Destacou-se como ícone do modernismo com seus projetos, tecnologias e design inovadores.

A coluna¹²¹ “Última Página” de Rachel de Queiroz teve, por muito tempo, espaço de destaque na revista. Foi estrela única por 30 anos. Os textos publicados, semanalmente,

¹²¹ Adotamos o conceito de coluna como um formato do jornalismo (MARQUES DE MELO, 2003). “A coluna constitui seção particular dos veículos impressos, publicada com regularidade, devidamente assinada e redigida com maior liberdade e subjetividade do que as notícias. Como decorrência, a coluna pode integrar notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos legendas, e, às vezes, alternam ou mesclam essas formas” (MOURA, 2011, p. 171). Diante deste caráter ambíguo, em inserir no espaço vários gêneros e formatos, nesta tese, embora trabalhemos com o espaço da coluna “Última Página” de Rachel de Queiroz e também “Rectângulos da Vida” de Maria Judite de Carvalho, optamos por trabalhar apenas com as crônicas.

na revista, tratavam dos mais variados temas de interesse público. A jornalista abordava desde questões sobre a fome até questões sobre esporte.

O Cruzeiro surgiu na década de 1920 como uma revista semanal ilustrada, mas com o tempo evoluiu para uma publicação em que o jornalismo passou a predominar sobre os demais conteúdos. Seus primeiros exemplares eram ousados e inovadores para a época. Traziam matérias futurísticas, que anunciavam um Brasil completamente adaptado a novas tecnologias e planejado para se tornar uma potência econômica.

Segundo Moura (2012, p. 53), o surgimento da revista foi um sucesso, no primeiro período da publicação, “[...] havia seções de curiosidades, matérias, reportagens, artigos, coluna social, culinária, moda, esporte, charge, matérias internacionais, crônicas e contos de autores como Malba Than, Eça de Queiroz, dentre outros”. Contudo, foi somente na década seguinte que o periódico se consolidou no mercado editorial. Então, “[...] gradativamente a revista que apresentava uma diversidade de informação que ia desde matérias jornalísticas até conhecimentos culinários, ia passo a passo conquistando mais leitores” (MOURA, 2012, p. 53). O crescimento foi tanto que, por muitos anos, foi o principal veículo dos Diários Associados (MORAIS, 1994).

Durante as décadas de 1940 e 1950, *O Cruzeiro* vivenciou seus principais momentos de glória e todos os que o faziam eram considerados como *estrelas*. Repórteres, como David Nasser, José Leal, Luís Alípio de Barros, Ed Keffel, e fotojornalistas, como Jean Manzon, Flávio Damm e José Medeiros, destacavam-se no universo social, em face do alcance que o veículo de comunicação possuía na época.

Em junho de 1945, *O Cruzeiro* ampliou seu *staff* e trouxe novos nomes para compor a equipe, como o repórter Nelson Cândido Motta Filho e o fotógrafo Peter Scheier, ambos de São Paulo. Naquele mesmo ano, ocorreu a primeira ruptura da dupla mais famosa do jornalismo da época – David Nasser e Jean Manzon –, coincidindo com a queda de Getúlio Vargas e do Estado Novo e a consolidação do Golpe Militar, 29 de outubro de 1945, que provocou uma posterior eleição para a presidência do Brasil que foi vencida pelo General Eurico Gaspar Dutra (Partido Social Democrático-PSD).

Testemunha dos acontecimentos da vida social, política e econômica do país, a revista *O Cruzeiro* termina o ano de 1945 em situação confortável. Sua última edição daquele ano possui 124 páginas, das quais 48 estão ocupadas por grandes e poderosos

anunciantes. Caminha rumo à valorização da reportagem fotográfica cada vez mais intensamente, contribuindo para enaltecer a função de repórteres, sobretudo, os repórteres fotográficos. Antes vistos como boêmios de segunda categoria e abertamente discriminados em círculos sociais mais elevados, os fotojornalistas passam, em decorrência da política editorial do semanário, a ser considerados grandes intelectuais e/ou verdadeiras estrelas, com salários elevados e com a admiração do público leitor. Por conta disto, costuma-se dizer que, independentemente de suas muitas falhas, *O Cruzeiro* é lembrada como o título que mais valorizou o profissional do ramo jornalístico, até então pouco reconhecido pelas empresas brasileiras de comunicação.

A atuação da nova equipe de *O Cruzeiro*, na metade da década de 50, forma o denominado *esquadrão de ouro* da reportagem brasileira.

Na imprensa brasileira existiam antigamente dois tipos de profissionais: os redatores e os repórteres. Os primeiros, os editorialistas, que produziam os artigos de fundo, expressando a opinião do jornal, ou seja, do proprietário. Esses artigos assinados por nomes conhecidos, homens de grande cultura literária e política, eram sempre escritores em estilo pomposo, sendo importantes como formadores de opinião e muitas vezes até capazes de criar grande polêmica. Muitos editorialistas transformaram-se em articulistas, expressando suas próprias opiniões, sempre de forma muito literária e rebuscada [...]. Os outros, isto é, os repórteres, eram os plantonistas das redações, que se limitavam a cobrir o noticiário do dia, como incêndios, desastres, crimes, falecimentos ou aniversários. Estes ganhavam pouco [...]. Escreviam também, mas não assinavam nada [...].

O Cruzeiro mudou tudo isso. Em *O Cruzeiro*, os repórteres é que foram alçados à condição de estrelas, enobrecendo a classe e provocando uma verdadeira revolução no jornalismo nacional. E foi um grupo desses brilhantes repórteres, expoentes da fase mais espetacular da revista – ao longo da década de 40 e 50 –, que recebeu de David Nasser (aliás um dos componentes do grupo) o nome de *esquadrão de ouro* (NETTO, 1998, p. 105-106 grifo do autor).

A designação conferida por Nasser exalta a equipe como a melhor de todas. Na mesma linha Carvalho (2002) destacou que “*O Cruzeiro* fazia a notícia. Os jornais a comentavam. Nunca na história do jornalismo se formara uma equipe igual” (CARVALHO, L., 2002, p. 407, grifo do autor).

Como parte desse *esquadrão de ouro*, além dos próprios David Nasser e Jean Manzon, havia: João Martins e Ed Keffel, Mário de Moraes, Ubiratan de Lemos, Indalécio Wanderley, Arlindo Silva, Jorge Ferreira, Odorico Tavares, José Medeiros, Luiz Carlos Barreto, José Pinto, Edmar Morel, Glauco Carneiro, Henry Pallot, Antonio

Rudge, Jorge Audi, Flávio Damm, Luciano Carneiro, José Leal, Eugênio Silva, Samuel Wainer, José Amádio, dentre outros e, tomando conta da “Última Página”, Rachel de Queiroz (NETTO, 1998).

Assis Chateaubriand não esconde sua satisfação com a equipe e se vangloria, com frequência, do sucesso em que *O Cruzeiro* se transformara. Repórteres e repórteres fotográficos também estão satisfeitos. Não obstante a existência de uma linha editorial central, orientada pelo pensamento de Chatô, conseguem trabalhar com liberdade e a condução dos temas selecionados não sofre grandes alterações. Mais do que isto, podem até mesmo estabelecer suas pautas (MOURA, 2011, p. 119, grifo do autor).

É, portanto, para fazer parte deste cenário de grandes jornalistas, que Rachel de Queiroz é chamada e se torna titular única da “Última Página”, reforçando a equipe, que não só informava o Brasil, de norte a sul, como formava a opinião dos brasileiros em vários campos sociais, uma vez que *O Cruzeiro* era uma publicação de variedades e se dedicava tanto à política como à cultura, moda e entretenimento e, muitas vezes, abordava temas considerados *tabus* para a sociedade de meados do século XX, como o candomblé, a loucura e doenças como a lepra. O veículo trazia, deste modo, os assuntos comumente considerados proibidos para o centro do debate e tentava aproximar os diversos *brasis*. De acordo com Juarez Bahia (1990, p. 190, grifo nosso), o periódico aliava “[...] à sua agilidade, dinâmica e objetividade, uma visão realista do País. Cada lugar desconhecido e atraente, inviolável e sedutor do território, é revelado aos leitores pelos repórteres de *O Cruzeiro*”.

No decorrer de sua existência, atingiu uma média de tiragem, principalmente nos anos de 1950 e 1960, de aproximadamente 400.000 exemplares por semana, chegando em alguns anos a atingir 1 milhão de exemplares, como foi o caso das edições sobre a morte de Getúlio Vargas (1954) e a morte do próprio dono da revista Assis Chateaubriand (1968) (MOURA, 2011).

No entanto as grandes tiragens diminuíram e, na década de 1970, a revista começou a entrar em declínio tanto pelo surgimento de novos veículos de comunicação como pela política de matérias pagas. Segundo Luiz Carvalho (2002, p. 407, grifo do autor), “[...] uma das coisas que acabaram com *O Cruzeiro* foi a matéria paga”, os salários estavam atrasados e era proposto aos repórteres “[...] 20% de comissão a cada um que trouxesse matérias pagas”. As matérias pagas eram uma realidade, sinônimo de crise, uma

crise que atingiu todo conglomerado dos *Diários Associados* e que não poupou a revista *O Cruzeiro*.

Diante deste cenário desfavorável, “[...] os Diários Associados foram vendidos para um consórcio árabe, por meio de um grupo brasileiro. O fim da revista *O Cruzeiro* veio no mês de julho de 1975, com a consagração definitiva do meio televisivo” (MOURA, 2012, p. 65). Terminou dessa forma então a trajetória daquela que foi considerada a principal revista brasileira do século XX.

Rachel de Queiroz e a “Última Página”

No dia 1º de dezembro de 1945, Rachel de Queiroz publicou a primeira crônica na coluna “Última Página” da revista *O Cruzeiro*, espaço que ocuparia por quase três décadas. Ao longo desse período, a escritora brasileira esteve em contato semanalmente com o público brasileiro, em todos os cantos do país, em um número muito superior ao que estava acostumada através da venda de seus livros já consagrados, conforme declara em sua primeira crônica:

[...] Disseram-me que o leitor de O CRUZEIRO representa pelo barato mais de cem mil leitores, uma vez que a revista põe semanalmente na rua a bagatela de 100.000 exemplares. Sinto muito, mas francamente lhe devo declarar que não estou de modo nenhum habituada a auditórios de cem mil. Até hoje tenho sido apenas uma autora de romances de modesta tiragem; é verdade que venho há anos frequentando a minha página de jornal; mas você sabe o que é jornal: metade do público que o compra só lê os telegramas e as notícias de crimes e a outra lê rigorosamente os anúncios. O recheio literário fica em geral piedosamente inédito. E agora, de repente, me atiram pelo Brasil afora em número de 100.000! Não se admire, portanto se eu me sinto por ora meio *gôche* (QUEIROZ, 1945, p. 89).

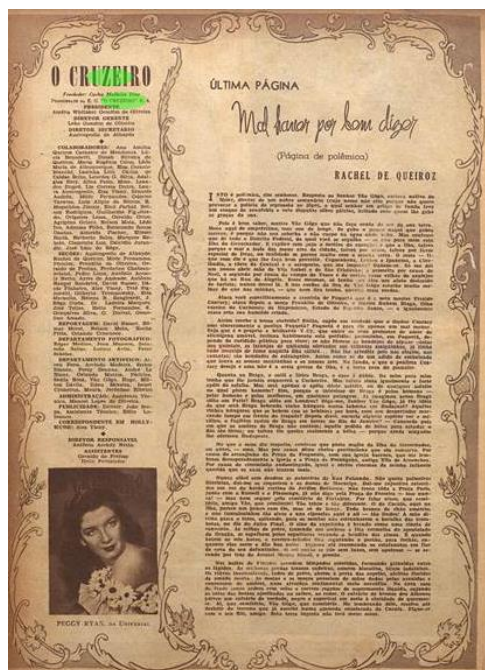
Estima-se que Rachel de Queiroz tenha escrito mais de 1.200 textos para a coluna “Última Página”, que se alternavam entre crônicas jornalísticas, artigos de opinião, crônicas literárias e folhetins, dentre os formatos identificados nas narrativas jornalística e literária, normalmente utilizados pela autora para se comunicar com o público brasileiro.

A autora registrou, em seus textos, não apenas os problemas do sertão, atacado pela seca e a miséria de seu povo, mas também construiu um retrato do Brasil, com textos sobre diversos assuntos, segundo o seu ponto de vista. Ela era uma escritora de opinião.

Rachel de Queiroz ingressou em *O Cruzeiro* no momento em que a publicação estava em ascensão e nela permaneceu durante o período em que a revista se manteve como o maior veículo de comunicação do país, considerando, sobretudo, suas grandes tiragens verificadas nas décadas de 1950 e de 1960. Contratada como colaboradora exclusiva, tornou-se a titular da “Última Página” (assim batizada por Millôr Fernandes). Escreveu para a revista até o ano de 1975, um dos mais longos relacionamentos de fidelidade a um órgão da imprensa brasileira (CAMINHA, 2010) de que se tem notícia.

A coluna, como o próprio nome sugere, ocorria realmente na última página do periódico¹²². Além do título da coluna, “Última Página”, tinha logo abaixo o nome da autora, seguida do título do texto.

Figura 8 - “Última Página” – 2 nov. 1946.



Fonte: Biblioteca Nacional (1946).

Contudo essa ordem alterou no decorrer do tempo. Segundo Ferreira (2015),

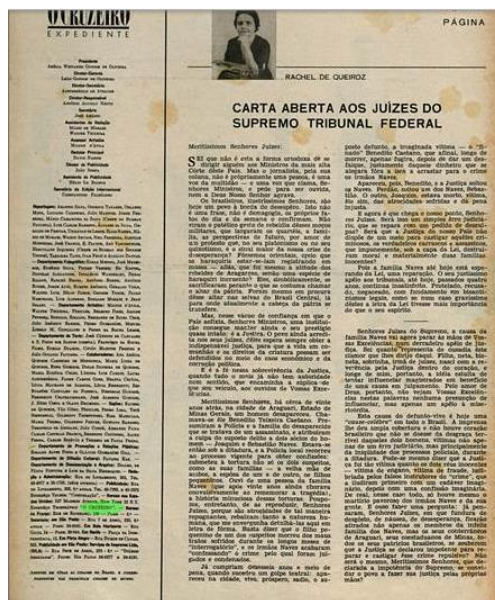
[...] ao longo do tempo, às vezes ganhava ilustrações e ocupava a página inteira. Em alguns momentos, aparecia sem o título da seção - apenas com o nome Rachel e o título da crônica. Em outros, surgia com

¹²² Ao analisar a revista, percebemos que o número de páginas de *O Cruzeiro* varia conforme a edição, dessa forma a paginação da coluna também. Outra questão é que a partir da década de 1970 nem sempre a “Última Página” é realmente a última, mas continua no final da edição, entre as últimas páginas.

diagramação ainda mais simples, somente uma caixa de texto delineando o conteúdo e os títulos em negrito, com letras diferenciadas. Os formatos das colunas também mudavam, não havendo um padrão – podiam ter entre uma a quatro colunas, dependendo do tamanho do texto (FERREIRA, 2015, p. 72).

De 1940 até 1958, a “Última Página” vinha acompanhada de uma ilustração a lápis (Figura 8), que dava ao texto um aspecto de leveza, e às vezes a página apresentava-se em cores. Nesse mesmo período, dividia o espaço com o editorial da revista. Tempos depois, do final da década de 1950 até a década de 1970, a coluna teve a ilustração substituída pela foto de Rachel de Queiroz, sentada em frente à máquina de escrever.

Figura 9 – “Última Página” – 2 jan. 1960



Fonte: Biblioteca Nacional (1960).

Já a partir da década de 1970, o espaço tornou-se mais *sóbrio e pesado*, a foto de Rachel de Queiroz é retirada. Mas, mesmo assim, a coluna perdurou até o ano de 1975 e findou, porque todo o grupo dos Diários Associados estava em crise, como já retratado.

Figura 10 – “Última Página” – 1 jan. 1975



Fonte: Biblioteca Nacional (1975).

Rachel de Queiroz foi uma mulher que esteve em ascensão no século XX, sua coluna “Última Página” é um exemplo. Pela durabilidade e alcance da revista, nota-se que tinha muitos leitores assíduos. Em suas crônicas especificamente (gênero aqui estudado) procurou dinamizar sua produção escrevendo a cada semana sobre temas diferentes, retornando a temas já retratados quando necessário. A condição de vida humana, a política, a economia e a cultura são exemplos de temáticas sempre presentes em suas narrativas.

A narrativa das crônicas de Rachel de Queiroz, presentes em sua coluna “Última Página”, compõe parte do *corpus* dessa pesquisa, especificamente, aquelas dos anos de 1968, 1970, 1971 e 1972, como veremos posteriormente, ainda neste capítulo.

4.2.1.2 “Rectângulos da Vida”: um espaço de referência no *Diário de Lisboa*

O Diário de Lisboa foi um dos principais periódicos de Portugal durante o século XX. Fundado em 7 de abril de 1921 pelo banqueiro António Vieira Pinto, caracterizou-se como um jornal de atividade intensa, de esquerda, opositor ao regime político do Estado Novo.

A coluna “Rectângulos da Vida”, de Maria Judite de Carvalho, não teve uma existência tão longa como a coluna de Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*, mas teve grande impacto e importância durante os seus cinco anos no *Diário de Lisboa*. Havia sempre espaço destaque nas primeiras páginas do jornal (normalmente a página de nº 3), e a publicação era quase que diária. Assim como a brasileira, os textos da portuguesa tratavam de temáticas variadas.

O jornal *Diário de Lisboa* com sua coluna “Rectângulos da Vida” registrou os acontecimentos de uma época, de um povo, de um país (Portugal), das transformações do mundo de uma forma geral.

O *Diário de Lisboa* foi um vespertino com imensa influência na sociedade portuguesa, circulou no país entre os anos de 1921 a 1990, foram sessenta e nove anos de existência ininterruptos. Sobre seu surgimento, Cabrera nos explica que:

Um texto evocativo transcrito no Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas explica (infelizmente, com poucos detalhes) que nasceu “de uma convergência de sugestões, mas pode considerar-se seu fundador Antônio Vieira Pinto, banqueiro (um dos sócios do Banco Pinto & Sotto Mayor) que foi em Lisboa inteligente, bem-intencionado e despido de fins interesseiros”. Esta “convergência de interesses” assentava em grande parte num núcleo de jornalistas do *Diário de Notícias*, e também de *O Século*, descontentes com as orientações e formas de trabalhos nestes matutinos.

A ideia de um novo periódico, saindo à tarde, facto inédito em Lisboa, em formato tabloide, foi inicialmente congeminaada num escritório forense situado na Rua do Carmo, nº 90, 2º, primeira e provisória sede do *Diário de Lisboa*. A 13 de Maio, a redação e a administração mudaram-se para a Rua do Mundo, 116, um edifício que pertencia ao jornal *A Pátria* e onde passou a ser impresso (CABRERA, 2011, p. 176, grifos nossos).

O 1º número do *Diário de Lisboa* foi publicado sob direção de Joaquim Manso e desde o início esteve pautado em passar credibilidade através da informação precisa e atualizada ao seu público leitor. Segundo Freitas (2011, p. 39), o *Diário de Lisboa* foi “[...] por muitos anos o mais eficaz meio de comunicação de massa da população portuguesa”.

O *Diário de Lisboa* distinguiu-se, no quadro da imprensa portuguesa, pela independência das suas opiniões e pela feição e qualidade literárias das suas páginas, abertas aos escritores e artistas modernistas. O jornal era inclusive considerado o “vespertino dos intelectuais”, pois tornou-se também um lugar de divulgação e defesa da

arte moderna e das suas polémicas (CORREIA; BAPTISTA, 2007, p. 105). Como grande representante da expansão cultural portuguesa, em 30 de novembro de 1934, o jornal iniciou a publicação de um “Suplemento Literário”, dirigido pelo próprio Joaquim Manso, que se prolongou por toda a década de 1930.

Joaquim Manso esteve à frente do jornal até falecer, em 1956, depois Norberto Lopes sucedeu-lhe entre os anos de 1956 a 1967, passando a direção para António Ruella Ramos, que depois passou para Mário Mesquita e, por fim, regressou a António Ruella Ramos, sendo publicado pela última vez em 30 de novembro de 1990.

Como jornal de esquerda, não teve como escapar da censura salazarista. Mas algumas vezes não se deteve e “[...] se mostrou enfático quanto às perdas ocorridas não só pela imprensa como pela nação em razão da censura” (FREITAS, 2011, p. 43).

A imprensa fez avanços mesmo diante de uma ditadura. O *Diário de Lisboa*, por exemplo, aos poucos, adotou uma postura mais persuasiva, “[...] introduzindo e desenvolvendo alterações a nível jornalístico”, empresarial e até mesmo tecnológico, que influenciou de certo modo o conjunto da imprensa diária (CORREIA; BAPTISTA, 2007, p. 105).

O *Diário de Lisboa* tinha uma boa equipe de jornalista e colaboradores (escritores, artistas etc.), composta por: Afonso Praça, Alexandre O ‘Neil, Antonia de Souza, António Machado, Costa Pereira, Edgar de Carvalho, Eduardo Prado de Coelho, Encarnação Viegas, Félix Correia, Fernando Assis Pacheco, João Serra, João Gomes, Joaquim Benite, Joaquim Latrina, José Cardoso Pires, José Carlos de Vasconcelos, José Saramago, Lauro António, Mário Castrim, Maria Judite de Carvalho, Neves de Sousa, Oliveira Nunes, Oliveira Pinto, Pedro Alvim, Silva Pinto, Torcato da Luz, Urbano Tavares Rodrigues, Vitor Direito, Vitorino Guimarães Godinho e outros.

A partir de 1968 o jornal deixa de ser totalmente preto e branco e passa a ser publicado também em cores. Também cria sua edição de noite que mostrava as últimas notícias do dia. “Essa tiragem circulava separadamente da edição diária, ou seja, num mesmo dia o DL publicava duas edições, sendo uma pela manhã e outra à noite para circular as informações mais recentes que haviam se difundido durante o dia” (FREITAS, 2011, p. 47). Contudo, é importante, destacar que a coluna “Rectângulos da Vida”, embora saísse em ambas as edições, continha apenas um conteúdo por dia, ou seja, a publicação de manhã da coluna era a mesma à noite.

O *Diário de Lisboa* foi, portanto, um meio de comunicação de grande circulação e aceitação pela sociedade portuguesa. Foi nele que Maria Judite de Carvalho solidificou seu nome enquanto profissional, do campo jornalístico.

Maria Judite de Carvalho e a coluna “Rectângulos da Vida”

Como visto Maria Judite de Carvalho iniciou sua parceria como jornalista no *Diário de Lisboa* em 1968, quando assumiu o cargo de redatora, tradutora e jornalista. Tinha uma seção fixa, quase que diária, que em sua maioria era publicada na página nº 3 do jornal, com destaque normalmente na parte superior da página, denominada “Rectângulos da Vida”¹²³. Também na mesma época publicava no jornal outras colunas como “Diário - segunda-feira” e “Diário de uma Dona de Casa”. Segundo Gutiérrez (2014, p. 741), os textos de Maria Judite

[...] procuram chamar a atenção e fazer refletir os leitores sobre os problemas da sociedade contemporânea: as desigualdades sócias, a pobreza, o papel inferior da mulher, a despersonalização da cidade..., mas também avisa e aconselha pretendendo levar os leitores a que pensem, com a sua ajuda, sobre os aspectos como introdução das novas tecnologias no espaço doméstico (GUTIÉRREZ, 2014, p. 741).

Ainda segundo este autor, os textos de Maria Judite de Carvalho em “Rectângulos da Vida” não são “literatura de jornal” como os romances que apareciam nos folhetins do século XIX: é jornalismo “[...] precisamente na medida que informam e intervêm na vida dos leitores, deleitando-os ao mesmo tempo” (GUTIÉRRES, 2014, p. 741). Quanto às temáticas dos textos da jornalista, eram variadas, mas existiam algumas constantes como o tema da mulher; os idosos; as crianças; o tema da fuga da realidade; das desigualdades sociais ou o tema da dicotomia da cidade/campo. Quanto ao formato do texto inserido na coluna, encontramos apenas as crônicas. Diferente da coluna “Última Página” de Rachel de Queiroz, que apresentava uma variedade de formatos entre a literatura e o jornalismo,

¹²³ É importante observar que o espaço cedido à coluna embora aparecesse em sua *maioria* na página 3, não tinha regularidade, ou seja, para encontrar os textos precisamos olhar os acervos do jornal dos anos de existência da coluna, página por página. E, quando ao espaço que ocupa na página, como observamos em sua maioria aparece com destaque na parte superior do lado direito. Contudo podemos perceber que também não é uma estrutura regular, ou seja, algumas vezes podemos encontrar a coluna no meio ou na parte inferior da página.

Maria Judite de Carvalho limitou-se, apenas, a exercer a crônica estritamente vinculada ao noticiário jornalístico.

Já em relação à diagramação da coluna “Rectângulos da Vida”, podemos observar que passou no decorrer de sua existência por diversas alterações. No início do primeiro ano, a coluna apresentava o nome da autora acompanhado de uma foto dela e, acima, o nome da seção em destaque, ao lado vinha o título da crônica, também destacado. Como podemos conferir na Figura 11

Figura 11 – “Rectângulos da Vida” - 25 jan. 1968



Fonte: Fundação Mário Soares (1968).

Ainda no mesmo ano, no segundo semestre, a estrutura da coluna muda: o nome da autora e sua foto passam a ocupar a parte central do espaço, mas o nome da coluna permanece na parte superior (Figura 12), também podemos observar que a coluna se encontra, agora, na parte inferior da página.

Figura 12 – “Rectângulos da Vida” – 15 nov. 1968.



Fonte: Fundação Mário Soares (1968).

E as mudanças continuaram, em 1971, a coluna passou a ter “[...] um formato mais lúdico com ilustrações de cenas do cotidiano” (FREITAS, 2011, p. 54).

Figura 13 – “Rectângulos da Vida” – 22 out. 1971

Fonte: Fundação Mário Soares (1971).

Em 1972, ocorre a última mudança, esta permanece até o final. O formato com a foto é retomado e o título da crônica passa a ter maior destaque.

Figura 14 – “Rectângulos da Vida” – 10 mai. 1972



Fonte: Fundação Mário Soares (1972).

A coluna, embora tivesse essa variedade na diagramação, sempre manteve conforme o próprio nome, um formato retangular. Desse modo, podemos interpretar que as mudanças dentro do retângulo ocorreram com um propósito: refletir o mundo em mutação, porém um mundo que está inserido dentro de um espaço alinhado, retangular, que tem sua linha de vida estendida apenas nos quatro cantos do espaço, assim temos os “Rectângulos” da “Vida”, a vida vista por um ângulo, por um espaço.

Para além da estrutura da coluna, Maria Judite de Carvalho, em “Rectângulos da Vida”, utilizou-se de uma vertente crítica, até mesmo irônica. Para Freitas (2011, p. 64) apresentava “[...] uma visão ímpar daquilo que é visto pela população e pela imprensa, de maneira que sua percepção da realidade ultrapassava o fato narrado”. Ela narrou o dia a dia do povo português através de uma narrativa jornalística e literária, enfocou as mudanças do tempo e abriu perspectivas à população da época para reflexões sobre os impactos dos avanços, da modernidade. Sua coluna era direcionada “[...] ao público do jornal que tinha interesse nas notícias do cotidiano” (FREITAS, 2011, p. 58).

A coluna “Rectângulos da Vida” do *Diário de Lisboa*, assim como a coluna “Última Página” de *O Cruzeiro*, apresentam características de uma época, os acontecimentos vividos por um povo, uma sociedade, um país, um mundo.

4.2.2 Definição da amostra

No que concerne à composição da amostra e haja vista a modalidade de pesquisa adotada, a saber: qualitativa interpretativa; não nos preocupamos em manter um universo de investigação que represente alguma possibilidade de replicabilidade¹²⁴ para outros processos analíticos, uma vez que a subjetividade da abordagem e do arcabouço teórico-filosófico que o apoia vincula-se muito mais a uma possibilidade interpretativa da ação narrativa posta, em nosso caso, nos escritos de Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*, e de Maria Judite de Carvalho no *Diário de Lisboa*, do que em uma preocupação com regras de uma representatividade científica ou de replicabilidade.

No que concerne à Rachel de Queiroz, vale ressaltar que temos um universo de pesquisa que reúne aproximadamente 1.400 colunas “Última Página” mensais veiculadas pela Revista *O Cruzeiro* em quase 30 anos de atuação, especificamente de dezembro de 1945 a 1975, considerando ainda a ausência referente ao intervalo em que a autora esteve fora da revista, no final da década de 1960.

A nossa amostra intencional se localizará pontualmente entre os anos de 1968 a 1972, portanto com um universo de crônicas que perfazem um total aproximado de 162, considerando a periodicidade semanal de *O Cruzeiro* e diminuindo desta a ausência de Rachel de Queiroz na revista, entre o final de 1968 e os primeiros meses de 1970. Em um primeiro momento, procuramos separar as crônicas com potencial jornalístico que somam aproximadamente 136, o que corresponde a 84%¹²⁵ da amostra, enquanto que os 16% restantes são de textos literários. Das 136 crônicas que, à primeira vista, supomos apresentar algum traço do *ethos* jornalístico moderno; escolhemos, em um segundo momento, 5 de cada ano (1968, 1970, 1971, 1972), perfazendo 20 ou 12,3% das crônicas observadas inicialmente, das quais retiramos as 8 narrativas finais para a análise, sendo duas de cada ano.

¹²⁴ Considerando que as pesquisas qualitativas são pautadas na intencionalidade do pesquisador e não requerem o uso de técnicas e métodos estatísticos. Considerando ainda que possuem caráter descritivo e/ou interpretativo e que seu foco é na interpretação dos fenômenos, esse tipo de pesquisa não possui a intenção de se tornar exemplo absoluto para outras abordagens do mesmo fenômeno, mas tão somente se concentram com profundidade nos casos analisados (SILVA; MENEZES, 2005; GODOY, 1995). Creswell (2007) esclarece que, para muitos pesquisadores, o fato das pesquisas qualitativas não terem a força da universalidade é um ponto fraco, visto que são restritas e singulares. Todavia, em nossa presente pesquisa, é exatamente essa possibilidade de mergulhar em um universo particular que nos interessa.

¹²⁵ Esse percentual não é exato, visto que apenas observamos rapidamente as crônicas, com o objetivo de compor a amostra. Para uma exatidão maior seriam necessários tanto uma análise quantitativa como o alargamento da análise qualitativa da amostra, o que não é nossa intenção realizar nesta tese.

Nesse contexto, e, diante da abordagem hermenêutica escolhida, pretende-se trabalhar com 8 colunas em que as narrativas da autora se configuram como crônicas. O período escolhido coincide com o período em que as duas escritoras estiveram atuando concomitantemente. Será, portanto, uma amostra intencional¹²⁶, cujos observáveis, apesar de analisados separadamente, comporão o todo do escopo investigado. A escolha das narrativas será guiada pelo nosso olhar, tendo como foco tanto as características do modo de ser do jornalismo como também a verificação de temáticas e contextos comuns entre as crônicas das duas escritoras.

Desse modo e considerando as características já explanadas do gênero jornalístico em que se situam as narrativas em análise, a saber: a crônica; elencamos abaixo o bloco de colunas que compõe o universo da pesquisa no ambiente jornalístico identificado nos textos de Rachel de Queiroz na coluna “Última Página”, a saber:

Quadro 1¹²⁷

Nº	TÍTULO DO TEXTO	LOCAL	DATA
01	O coração de Washkansky	Última Página	6 jan. 1968
02	O bem-estar do menor	Última Página	30 mar. 1968
03	A Trégua	Última Página	15 ago. 1970
04	Os sequestros	Última Página	1 set. 1970
05	Um mundo só	Última Página	12 fev. 1971
06	O leão doente	Última Página	1 set. 1971

¹²⁶ Amostra formada em função de escolhas explícitas do pesquisador. Configura-se como amostra típica em que, a partir das necessidades de seu estudo, o pesquisador seleciona casos julgados exemplares ou típicos da “população-alvo” (LAVILLE e DIONE, 1999, p. 170).

¹²⁷ Lembramos que a relação de crônicas aqui listada foi composta a partir da nossa intencionalidade interpretativa, considerando o objetivo da presente tese em identificar traços do modo de ser do jornalismo moderno nas narrativas de Rachel de Queiroz (caso desta tabela) e Maria Judite de Carvalho (próxima tabela); isso significa que, em face de adotarmos como proposição analítica a hermenêutica filosófica, não é determinante manter uma amostra com datas iguais e conteúdos similares, todavia procuramos manter uma mínima paridade entre as narrativas das escritoras.

07	S.O.S nos Inhamuns	Última Página	8 nov. 1972
08	Incentivos para a cultura	Última Página	15 nov. 1972

Fonte: Moura (2017)

Já Maria Judite de Carvalho atuou no *Diário de Lisboa* entre os anos de 1968 e 1975, entretanto, na coluna “Rectângulos da Vida”, a escritora trabalhou somente até 1972. A periodicidade da coluna mencionada era irregular, apresentando uma média de 20 publicações por mês. Desse modo, no período escolhido (1968 - 1972) estima-se que foram publicadas aproximadamente 1.200 colunas, porém retiramos da amostra as crônicas publicadas em 1969, com o intuito de nivelarmos a mostra das crônicas de Maria Judite de Carvalho com as de Rachel de Queiroz¹²⁸. Assim, o número de colunas publicadas e disponíveis para análise ficou fechado em, aproximadamente, 960.

Antes de escolhermos o *corpus* final para interpretação da narrativa de Maria Judite de Carvalho, analisamos rapidamente os títulos e os textos da jornalista na coluna “Rectângulos da Vida” nos quatro anos (1968, 1970, 1971 e 1972) que definimos como período intencional de análise, que, como dito, coincide com o período de atuação da jornalista portuguesa na coluna em pauta. Observamos assim, intencionalmente, 10 colunas de cada mês, perfazendo um total de 480 crônicas analisadas, em um primeiro momento. Das 480 crônicas analisadas, cerca de 15% (72)¹²⁹ apresentavam traços do modo de ser do jornalismo informativo. Para efeito de composição da amostra selecionamos, em um segundo momento, 5 crônicas de cada ano e que apontavam para algum traço jornalístico, perfazendo 20 colunas ou 27% do universo de crônicas com potencial jornalístico, das quais retiramos as 8 narrativas finais, aqui analisadas.

Vale lembrar que uma de nossas hipóteses é que Maria Judite de Carvalho se dedicava muito mais a temas relativos à cotidianidade em suas crônicas do que a contextos transformadores e carregados de marcas do *ethos* jornalístico moderno. Nas crônicas de 1968, por exemplo, podemos localizar narrativas focadas em temas do dia a dia, ponderando e trazendo pontos de vista sobre questões do cotidiano, marcando o

¹²⁸ Embora o processo hermenêutico não esteja relacionado ao nivelamento de amostras que, em si, é uma condição metodológica, optamos por manter uma aproximação periódica entre as crônicas analisadas.

¹²⁹ Esse percentual não é exato, visto que apenas observamos rapidamente as crônicas, com o objetivo de compor a amostra. Para uma exatidão maior seriam necessários tanto uma análise quantitativa como o alargamento da análise qualitativa da amostra, o que não é nossa intenção realizar nesta tese.

tempo de vida comum das pessoas, como: “Velhinhas” (25 jan. 1968), uma crônica que analisa os problemas da velhice; “Saudades do campo” (14 abril. 1968), que compara a vida das grandes cidades com a vida no campo; e “Hoje, aqui”, que disserta sobre o domingo. Nesse caminho seguem várias crônicas de 1969 que podemos destacar, tais como: “O tempo dos mudos anônimos” (07 jul. 1969), transeuntes e consumidores desconhecidos que convivem nas grandes cidades; “Uma senhora com muitos anéis” (05 abr. 1969), que narra um atendimento a uma mulher que aparentava ter posses e poder, em uma loja, por um funcionário comum; “À varanda” (3 jan. 1969) retoma o tema da velhice; e “Os homens raros” (09 jan. 1969) fala de homens que passam pela vida sem grandes pretensões.

Essa prática se repete nos anos seguintes, fazendo com que a maioria de suas narrativas seja voltada para temas do agora, sem grande repercussão ou impacto social. Isso reforça o caráter de cronista do cotidiano da jornalista portuguesa.

Em outras narrativas a autora apresenta traços do modo de ser jornalístico, contudo, raramente carregando a potência transformadora do campo. Em geral a abordagem parece se situar entre a narração lírica e a poética. Só a título de visualização, é válido chamar a atenção para o fato de que, das 120 crônicas que selecionamos para análise prévia no ano de 1968, 106 traziam narrativas do cotidiano tiradas da vivência da escritora, encontros diários, velhice, questões do dia a dia. Esse número revela que 88,3% das narrativas observadas em primeira instância e situadas naquele ano versavam sobre questões que surgiam no dia a dia, enquanto que 11,7% traziam algum traço do modo de ser do jornalismo moderno, tais como interesse público, por exemplo. E é em cima das narrativas que apresentam qualquer traço do *ethos* do jornalismo moderno que focaremos nossa análise interpretativa. A tabela abaixo permite visualizar as crônicas que compõem nossa amostra analítica final.

Quadro 2

Nº	TÍTULO DO TEXTO	LOCAL	DATA
01	O ano dos corações transplantados	Rectângulos da vida	03 fev. 1968
02	Os visitantes da lua	Rectângulos da vida	26 set. 1968
03	O Homem e a morte	Rectângulos da vida	24 fev. 1970
04	Monumentos Lunares	Rectângulos da vida	17 jul. 1970
05	Quem tem medo de computadores?	Rectângulos da vida	10 jan. 1971
06	Os grilos de Alinho	Rectângulos da vida	23 nov. 1971
07	Velocidade	Rectângulos da vida	21 jun. 1972
08	Os novos deuses	Rectângulos da vida	16 jul. 1972

Fonte: Moura (2017)

4.2.3 Análise e Interpretação das narrativas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho

Iniciamos, a seguir, a análise das narrativas das jornalistas já nomeadas, lembrando que a ideia é, a partir da interpretação das crônicas das duas escritoras, perceber traços de apreensão dos modos de ser do jornalismo tanto por Rachel de Queiroz como por Maria Judite de Carvalho. Esse modo de ser a que nos referimos coincide com o que Sodré (2002, p. 45) afirma, ou seja, “[...] *ethos* é a consciência atuante e objetivada de um grupo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência, onde têm lugar as interpretações simbólicas do mundo – e, portanto, a instância da regulação das identidades [...]”. Nesse sentido, o *ethos* compõe-se das regras, dos valores, dos hábitos e de tudo o que representa uma determinada natureza.

O jornalismo moderno já referenciado em diversos momentos anteriormente nesta tese cerca-se de características fundamentais tais como: 1. Interesse público; 2. Atualidade; 3. Universalidade; 4. Periodicidade, dentre outros. E se estrutura a partir de regras que definem como deve ser a narrativa jornalística e que abrangem desde os modos de apuração às formas de construção da notícia. Nesse sentido, a imparcialidade esperada no espaço informativo pressupõe o ouvir as partes envolvidas em dado acontecimento e nos fala que o profissional que traduz os fatos através de notícias deve se manter isento. Já a objetividade reclama por uma racionalidade do jornalista que, nesse modelo de jornalismo moderno, deve traduzir/mediar os fatos da maneira mais objetiva possível, detalhando os principais ângulos e detendo-se no que é essencial. Critérios de noticiabilidade e valores-notícia, já mencionados anteriormente, são chamados para ajudar o jornalista na hora da filtragem dos acontecimentos de modo a trabalhar na textualidade jornalística somente fatos que tenham relevância social, sob algum prisma elencado nos critérios a partir dos valores.

Por outro lado, o *ethos* aqui analisado é também o das jornalistas/escritoras que atuaram no espaço midiático no processo de modernidade. Aqui acreditamos que o sentido de *ethos* entendido por Foucault vem complementar a concepção de Sodré mencionada anteriormente. Ou seja, retomando os gregos para quem o *ethos* é um modo de ser do sujeito, assim a modernidade seria atitude, uma adesão a uma determinada maneira de pensar e de sentir, assim como uma maneira de agir e de se conduzir, que, tudo ao mesmo tempo, marca um pertencimento e se apresenta como uma tarefa (FOUCAULT, 1994, v.4, p. 568). É, portanto, pelo encontro do *ethos* (modo de ser) com a atitude (maneira de agir) que se torna visível a adesão das escritoras ao jornalismo moderno que estamos buscando.

Por último, relembremos que a interpretação se dará pela hermenêutica de Ricoeur, que é em si uma hermenêutica do sujeito em que a identidade pessoal e a narrativa ganha projeção, revelando traços de *mesmidade* e *ipseidade*, como visto antes, *no terceiro capítulo da presente tese*. Contudo achamos importante rememorar aqui o conceito de *identidade narrativa* (relação identidade *idem* e *ipse*) (RICOEUR 2010; 2014), para compreendermos a identidade *idem* e a identidade *ipse*, conceitos que utilizaremos durante todo o processo de análise das crônicas.

A questão da identidade foi abordada por Ricoeur, inicialmente, em *Tempo e narrativa* (2010) e retomada, com maior profundidade, em *O Si-mesmo como o outro*

(2014). O termo *identidade* é compreendido como uma categoria da prática, isto é, ética. Ou seja, dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade/instituição do jornalismo (por exemplo), é responder à questão do *QUEM?* da ação narrada. A identidade, portanto, é de cunho prescritivo, isso significa que: “[...] não basta tratar o problema da identidade somente no plano lógico e epistemológico da análise do discurso e da ação. *É de fundamental importância, portanto, relacionar o autor e a ação*” (LISBOA, 2013, p. 101 grifos nossos).

Ao examinar o conceito de identidade (Ricoeur, 2014), sempre iremos nos deparar com seus dois usos na língua latina: *idem* e *ipse*. “O termo *idem*, no caso, nominativo masculino, é o pronome demonstrativo que se traduz por *mesmo*. Por sua vez, o termo *ipse* é empregado para reforçar o pronome demonstrativo no caso acima. Em outras palavras, *idem* serve para identificar, para dizer que é igual, ao passo que *ipse* é reforçativo”, é o si, a alteridade (LISBOA, 2013, p. 101, grifos nossos). Assim quando constatamos a identidade *idem* quer dizer que a ação foi narrada por uma identidade coletiva, ou seja, por *pensamentos iguais*.

É importante perceber que o caráter constitutivo da identidade confere um valor *moral* às ações. Estas (as ações), por sua vez, refletem em si a livre manutenção do si, estabilizando-se no caráter. É nesta *dialética* entre o caráter, de um lado, e a decisão ética, de outro, que se renovam e se atualizam de forma recíproca e permanente. A *identidade narrativa* tem a função *de mediar a relação entre o mesmo coletivo e o si próprio*. Para Ricoeur (2010; 2014) o *locus* privilegiado da identidade narrativa aparece na articulação entre o caráter (*mesmidade*) e a *livre manutenção de si (ipseidade)*.

É importante ficar compreendido que a identidade *idem* e a identidade *ipse* não são coincidentes embora possam se entrecruzar. Enquanto o *idem* traduz a neutralização impessoal de uma existência (o indivíduo, não como uma pessoa, mas como uma entidade neutra), o *ipse* manifesta a presença a si próprio de uma pessoa. Desse modo o *ipse* é uma expressão que explica o sentido de reflexividade, conforme Ricoeur (2014), porque possui a intenção de designar a eu próprio (eu mesmo), tu próprio (tu mesmo), ele próprio (ele mesmo), ou seja, a semântica da expressão deixa claro o sentido reflexivo do termo, levando-nos a compreender que a *ipseidade* ou identidade-*idem* põe o indivíduo em estado de relação com ele mesmo – o caráter. Assim, o que marca a identidade *ipse* é o pensamento crítico (o compromisso) diferente do Outro, é o não coletivo. A identidade como *ipseidade* é individual e única.

Diante dessa compreensão, temos, portanto, o círculo hermenêutico ricoeuriano com seu entendimento de identidade narrativa guiando o processo de interpretação proposto nesta tese.

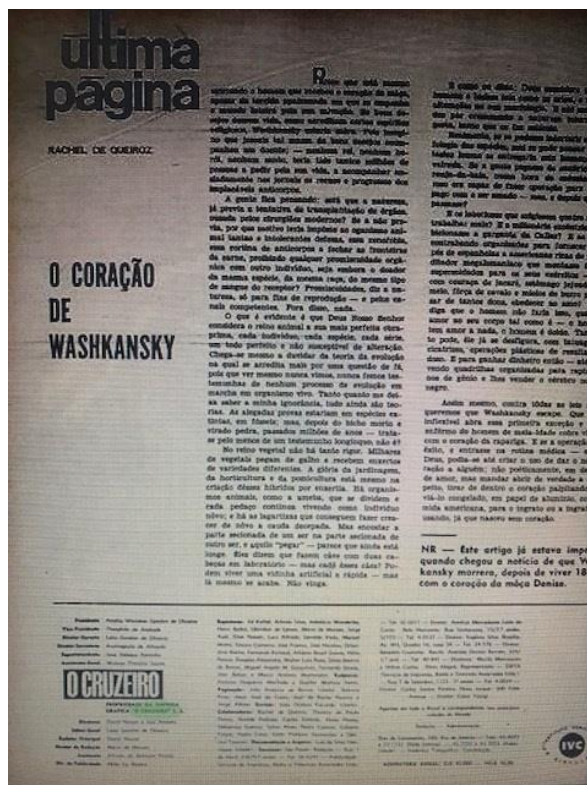
4.2.3.1 A narrativa de Rachel de Queiroz e o jornalismo

Como dito, analisaremos aqui 8 (oito) crônicas de Rachel de Queiroz publicadas na coluna “Última Página” da revista *O Cruzeiro* entre os anos de 1968 e 1972 e que em um primeiro momento aparentam conter traços do *ethos* jornalístico construído para o campo informativo, ao qual estamos nos referindo desde o início desta tese.

1. “O coração de Washkansky”

Após a Segunda Guerra Mundial houve um impulso ao desenvolvimento tecnológico e ao conhecimento científico liderado pelos Estados Unidos. Nesse momento, as ciências e as técnicas estavam se aprimorando e, conseqüentemente, contribuindo para um novo movimento rumo à mundialização. Neste movimento as organizações internacionais têm um papel fundamental, principalmente, pela generalização das práticas de assistência técnica, transferência de tecnologias e cooperação. As novas tecnologias e os novos conhecimentos moldaram, nas décadas de 1950 e 1960, o cenário em que foram desenvolvidas as diferentes percepções sobre as relações entre saúde e desenvolvimento. Claro que cada país tem seu contexto específico, no qual as políticas de saúde, em muito, dependem da forma com que são articulados as relações de poder e o desenvolvimento da medicina e da ciência. Para alguns historiadores, a década de 1960 pode ser caracterizada como a era de ouro da medicina. Pois desde então várias foram as descobertas científicas e soluções técnicas empregadas no controle e tratamento de doenças (BRANDT; GARDNER, 2000). O primeiro transplante de coração ocorreu nesse período e teve grande repercussão tanto no meio científico como no social através da ampla divulgação midiática em todo o mundo. Diante deste contexto, trazemos como primeira crônica a ser analisada um texto que foi publicado há cinquenta anos, em 06 de janeiro de 1968 e que tem como título “O coração de Washkansky” (QUEIROZ, 1968 a, p. 118), como podemos conferir na figura a seguir.

Figura 15 – “O coração de Waskansky” “Última página”- *O Cruzeiro* - 6 de janeiro de 1968¹³⁰.



Fonte: Biblioteca Nacional (1968a)

No texto acima, a narração é permeada por informações que ultrapassam o acontecimento, assim como por forte carga opinativa e interpretativa sobre os fatos concernentes ao primeiro transplante de coração entre humanos¹³¹. Louis Washkansky foi o paciente a ser submetido a uma cirurgia histórica realizada pelo cirurgião cardíaco Christiaan Barnard, no Hospital Groote Schuur, na cidade do Cabo, África do Sul, em dezembro de 1967. O evento foi amplamente noticiado, festejado e acompanhado pelos meios de comunicação de todo o globo. No entanto Louis Washkansky sobreviveu somente por alguns dias¹³² e, embora a cirurgia tenha sido considerada um êxito, o paciente morreu de complicações pulmonares.

¹³⁰ Todas as crônicas estão no Anexo A (imagens), B (textos de Rachel de Queiroz) e C (Textos de Maria Judite de Carvalho), ao final do trabalho.

¹³¹ Em 1964, uma experiência de transplante de coração já havia sido feita (de animal para humano). Um senhor chamado Boyd Rush recebeu o coração de um chimpanzé, mas só sobreviveu por uma hora.

¹³² Os registros sobre o caso do primeiro transplante de coração que se encontram disponíveis na internet dão conta de que o paciente sobreviveu somente 18 dias. A cirurgia fora realizada em 3 de dezembro de 1967, mas a crônica da Rachel de Queiroz foi publicada em 06 de janeiro de 1968, sendo que ela narra a

A narrativa tem início pelo desenrolar da trama que procura tecer a intriga em uma concordância que possa comportar as mais variadas nuances da ação narrada. O paciente, Louis Washkansky, era acompanhado diariamente pela mídia e a possibilidade de morte era iminente, apesar da torcida da comunidade mundial por seu restabelecimento. O momento inicial de pré-compreensão da intriga, em que a prefiguração se dá a partir dos dados e da plausibilidade destes, faz-se pela contextualização rápida da atual situação do paciente, e não por uma contextualização geral dos fatos, visto tratar-se de um acontecimento amplamente divulgado. Esse é o mote que a narrativa utiliza, não somente para dar ênfase ao fato, em uma clara refiguração do acontecido, como para tornar a ação inteligível com argumentos outros, não disponíveis em outras narrativas sobre o mesmo acontecimento. Como nos lembra Ricoeur (2010, vol. 1, p. 97), a inteligibilidade que transforma uma ação em ação narrada passa pela nossa competência em usar a linguagem como meio para diferenciar “[...] o domínio da ação do domínio do movimento físico”. A narrativa apresenta uma ação configurada a partir da influência da pré-compreensão de mundo e do fato pela narradora:

Parece que está mesmo morrendo o homem que recebeu o coração da moça, apesar da torcida apaixonada em que se empenha o mundo inteiro pela sua salvação. Se bons desejos dessem vida, como acreditam certos espíritos religiosos, Washkansky estaria salvo. Pois imagino que jamais tal massa de bons desejos acompanhou um doente; nenhum rei, nenhum herói, nenhum santo, teria tido tantos milhões de pessoas a pedir pela sua vida, a acompanhar ansiosamente nos jornais os recuos e progressos dos implacáveis anticorpos (QUEIROZ, 1968a, p. 118).

Esse é o ponto contextual de partida da narrativa que reverbera uma temática de interesse público e grande repercussão e abrangência mundial, evidenciando, assim, a presença da universalidade que reflete, ainda, os critérios de noticiabilidade, tais como relevância e importância social. Rachel de Queiroz, enquanto narradora/jornalista/cronista, dá sentido a uma narrativa já comum nos meios de comunicação. Entretanto, o jornalismo ganha potência em sua crônica, visto que a jornalista se utiliza de informações que atravessam o caso para enriquecê-lo e, ao mesmo

possibilidade da morte, considerando que o paciente ainda estava vivo. Ou seja, quando a publicação da crônica saiu nas páginas de *O Cruzeiro*, o transplantado já havia falecido. Sabemos que a jornalista deve ter escrito a crônica com alguma antecedência, então há possivelmente um *gap* temporal de alguns dias entre a escrita e a publicação.

tempo, ultrapassá-lo com a subjetividade que se faz presente no texto, deixando transparecer traços do próprio *ethos* que ora contrapõe, ora se encontra com o modo de ser do jornalismo, ao abordar, por exemplo, as questões religiosas, científicas e éticas.

No texto acima, a narrativa, tal como posta, confronta uma noção de crença religiosa e de desejo de bem, deixando transparecer que, apesar do encontro que faz com o modo de ser do jornalismo (na escolha e adoção de critérios e valores-notícia), refletindo uma identidade *idem*, a narrativa se revela ainda através de uma identidade *ipse*. O *si* mesmo do jornalismo, em sua identidade narrativa, que deseja universalmente que as vozes do bem tenham alguma gestão sobre uma vida em jogo – uma *mesmidade* que obedece a uma ética coletiva –, é confrontada em *si* mesma pela força de uma injunção ética interna ao texto e que provém do *si* cultural da narradora (RICOEUR, 2010, v. 3, p. 420), que se integra à narrativa como contraponto, situando-se na dialética da concordância discordante que se completa na resolução da intriga:

O que é evidente é que Deus Nosso Senhor considera o reino animal a sua mais perfeita obra prima, cada indivíduo, cada espécie, cada série, como um todo perfeito e não susceptível de alteração. Chega-se mesmo a duvidar da teoria da evolução, na qual se acredita mais por uma questão de fé, pois que ver mesmo nunca vimos, nunca fomos testemunhas de nenhum processo de evolução em marcha em organismo vivo. [...]. As alegadas provas estariam em espécies extintas, em fósseis; mas depois do bicho morto e virado pedra, passados milhões de anos - trata-se pelo menos de um testemunho longínquo, não é? (QUEIROZ, 1968a, p. 118).

De uma só vez, a narrativa encontra religião¹³³ e confronta ciência, o que revela que sua estruturação obedece internamente a critérios e asserções que procuram dar sentido ao argumento subjetivo que a atravessa. A narrativa é guiada por uma identidade que detém em *si* o próprio conhecimento, carregando a interpretação junto com a ação. Lembremos, portanto, Ricoeur (2014, p. 113), para quem “[...] a compreensão de si é uma interpretação”. A compreensão do lugar do jornalismo e do arcabouço de valores que o projeta reverbera na identidade narrativa do texto ora analisado.

A narrativa conflui de uma visão religiosa permeada por leis da natureza e de uma crítica à ciência para as questões éticas que poderiam surgir a partir do sucesso da cirurgia. De certo modo, a estruturação textual leva o leitor ao encontro de uma identidade

¹³³ A narradora Rachel de Queiroz se denominava uma atea infeliz, visto invejava os crentes. Todavia, na configuração da narrativa acima, a jornalista recorre a Deus para substanciar seus argumentos e talvez tentar facilitar a interpretação.

narrativa que carrega consigo uma dimensão moral e ética, intrínseca ao próprio modo de ser do jornalismo, que tem como função esclarecer a sociedade de seu tempo sobre os acontecimentos que podem ser ameaças, mas que se encontra ainda nas estruturas de pré-compreensão¹³⁴ da narradora, a sua base. Nesse momento, o encontro entre os modos de ser novamente se estabelece:

É como eu dizia: Deus considera perfeitos homens e bichos tais como os criou, e não admite alterações [...].
 Realmente, se se pudesse interferir com a morfologia das espécies, mal se pode pensar a que fantasias loucas se entregaria esta humanidade desvairada. Se a gente pegasse de enxerto, como laranja-da-baía[...].
 E os laboriosos que exigissem quatro mãos para trabalhar mais? E a milionária excêntrica que ambicionasse a garganta da Callas? E as linhas de contrabando para fornecer delicados pés de espanholas para americanas de pés 42? E o ditador megalomaniaco que montasse fábrica de supersoldados para seus exércitos - homem com couraça de jacaré, estômago jejuador [...], força de cavalo e miolos de burro, para, apesar de tantos dons, obedecer a um amo? (QUEIROZ, 1968a, p. 118).

Estabelece-se a partir do momento em que a narrativa adota a função de esclarecer o leitor sobre as possíveis consequências das transformações e o poder de *interferência morfológica* nas mãos *erradas*. Assim, leva o leitor à reflexão de uma realidade mundo que na compreensão da narradora-cronista, além de tudo, vai “[...] contra todas a leis naturais” (QUEIROZ, 1968, p.68).

A crônica sobre a possível morte iminente do primeiro transplantado de coração no globo se encerra com uma declaração que revela a intenção e o desejo de uma verdade futura, pois mesmo contra todas as leis da natureza,

[...] queremos que Washkansky escape. Que a [...] inflexível abra essa primeira exceção e o coração enfermo do homem de meia idade cobre vida nova com o coração da rapariga. E se a operação tivesse êxito e entrasse na rotina médica - oh meu Deus, podia-se até criar o uso de dar o nosso coração a alguém; não poeticamente em devaneios de amor, mas mandar abrir de verdade a arca do peito, tirar de dentro o coração palpitando e enviá-lo congelado, em papel alumínio [...] para o ingrato ou ingrata ficar usando, já que nasceu sem coração (QUEIROZ, 1968a, p. 118).

¹³⁴ Utilizamos estruturas de pré-compreensão no sentido heideggeriano, aqui situadas no confronto com o lugar da prefiguração na circularidade de Ricoeur, ou seja, seu conhecimento, valores e crenças etc. (no sentido ricoeuriano, seu *si* cultural).

O quem da ação se manifesta através da linguagem narrativa e mostra tanto o caráter que se volta para uma identidade *idem* do jornalismo, manifestando o desejo de ver o bem instalado socialmente, a partir da revolucionária cirurgia, como a fidelidade a si mesmo, revelada pela transparência dada ao desejo que o paciente sobreviva, ainda que contra as leis da natureza e da religião, expostas e debatidas ao longo do texto.

A intenção de verdade, nessa narrativa, perpassa inúmeras nuances e apresenta grande complexidade no que concerne ao fato narrado e depois interpretado. Mas são exatamente as formas de relatar o acontecimento, seus possíveis impedimentos de ordem religiosa e científica, assim como suas possíveis consequências, que possibilitam visualizar características claras do jornalismo moderno, tais como: atualidade, novidade, universalidade, interesse público, importância e relevância nesta crônica de Rachel de Queiroz.

Nos dias atuais (em nosso tempo interpretativo) percebemos que as questões postas expressas pela crônica foram em parte *superadas*, pois hoje não se tem mais dúvidas sobre a realização do transplante de coração. A medicina evolui com o apoio das ciências tecnológicas. Porém a procura do homem por desbravar novos territórios inclusive na medicina mostra que os debates éticos em torno das transformações no mundo ainda são recorrentes.

2. “O bem-estar do menor”

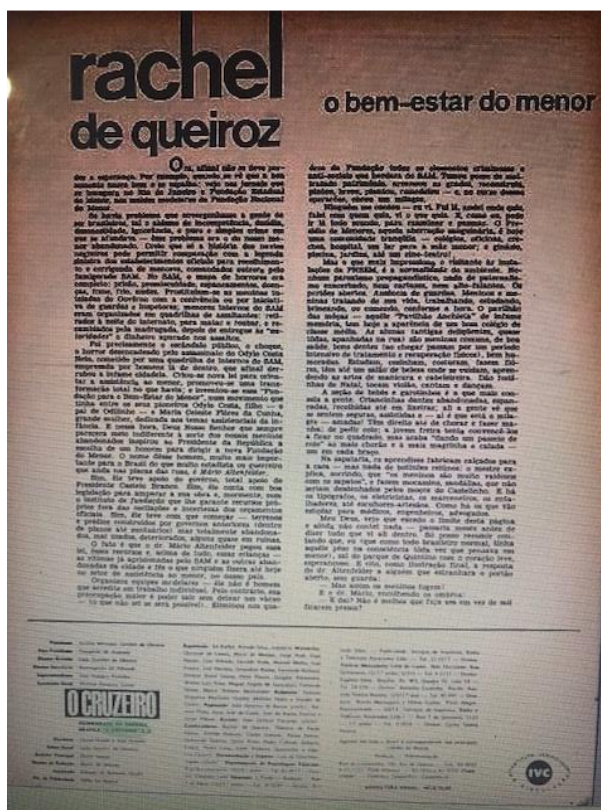
Como sabemos, o mundo estava em um processo de transformação no século XX, os grandes acontecimentos tomavam conta do cotidiano das pessoas, que passaram a acompanhar pela imprensa tudo o que acontecia naquele tempo. Não é diferente o que ocorre com a repercussão das transformações nacionais, que também ganha as páginas dos jornais. No Brasil, por exemplo, os anos de 1960 foram conturbados e impactados pela mudança do regime político que, em 1964, passou a ser governado por uma confluência ditatorial. A ditadura civil-militar é instaurada e com ela sucede-se uma série de mudanças no cenário brasileiro. O autoritarismo tornou-se uma dura realidade em que a restrição à liberdade de expressão, os recuos no campo dos direitos sociais e a imposição de Atos Institucionais que permitiam punições, expulsões e marginalizações políticas eram medidas constantes.

Dentre essas mudanças, temos também o exemplo das políticas públicas voltadas ao bem-estar do menor. Antes do regime militar, a assistência aos menores era responsabilidade do SAM (Serviço de Assistência aos Menores), fundado na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas. Então, o governo civil-militar, em reação ao antigo governo, que mantinha o SAM, resolveu extingui-lo para criar uma nova política voltada aos menores infratores e abandonados. O governo vendia, discursivamente, uma base política em que o bem-estar social do menor seria prioridade e, assim, no primeiro ano da ditadura civil-militar, o então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgou uma lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor-PNBEM, fazendo parte dessa política a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor-FUNABEM e a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor-FEBEM (MIRANDA, 2016).

A FUNABEM foi presidida por indicação do Presidente Castelo Branco, pelo médico Mário Altenfelder. Em 1968, já no governo do Costa e Silva, a política não apenas teve continuidade, como passou a ser “modelo” de propaganda das ações do regime militar em combate ao comunismo. Pois, de acordo com Becher (2011, p. 8), a FUNABEM, “[...] enquanto um órgão centralizador da política pública de assistência em âmbito nacional, parecia ser uma instituição ideal para a doutrinação das populações mais jovens e pobres, já que essas eram reconhecidas pelos ideólogos do regime como as mais suscetíveis à ameaça comunista”.

É, portanto, nesse contexto de consolidação de políticas públicas envolvendo a realidade dos menores abandonados que foi refigurada a segunda narrativa de “Última Página” a ser aqui analisada.

Figura 16 – “O bem-estar do menor”, “Última página”, *O Cruzeiro* – 30 de março de 1968



Fonte: Biblioteca Nacional (1968b).

A segunda crônica gira em torno de uma nova política pública direcionada aos menores e se constitui enquanto um texto favorável às iniciativas governamentais de combate à violência e que visam modificar a relação do Estado com a população carcerária de menores naquele momento. É válido recordar que, embora algumas das políticas tenham sido criadas em 1967, no governo de Castelo Branco, estamos nos referindo a abril de 1968, quando quem governava o Brasil já era o presidente Costa e Silva, responsável por um dos períodos mais autoritários da história do país, de edição do Ato Institucional nº 5, dezembro de 1968, considerado por muitos historiadores e pesquisadores da ditadura civil-militar um golpe dentro do golpe.

A narrativa inicia situando a ação narrada em um contexto midiático, portanto, de autorreferencialidade, recurso muito usado ainda hoje pelos meios jornalísticos, sobretudo, para agregar valor à notícia: “[...] vejo nos jornais que se inaugura no Rio de Janeiro a Fundação Estadual do Menor, nos moldes modelares da Fundação Nacional do Menor”. Antes, porém, a narrativa já situa o leitor em sua temporalidade, quando afirma que “ora, não se deve perder a esperança”. Essa primeira frase, que será situada, logo em

seguida, na temática abordada, carrega em si uma potência de revelação de uma verdade incômoda ao Brasil naquele momento, em que as liberdades individuais e coletivas, assim como os direitos políticos, encontravam-se restritos¹³⁵. É, logo, uma afirmação carregada de uma intenção ética comum ao modo de ser do jornalismo como o lugar de um *devoir*. Os leitores não devem perder a esperança no país, pois coisas boas também estão acontecendo, coisas que assim devem ser.

A narrativa da crônica apresenta potência do jornalismo moderno em muitos ângulos como tentaremos detalhar a partir de nossa interpretação nesse momento. Inicialmente, podemos destacar a escolha da temática, novamente pautada em um acontecimento já amplamente divulgado, portanto, que carrega características de importância, relevância e abrangência social que revelam o interesse público e o caráter de universalidade da ação narrada, atendendo aos critérios de noticiabilidade e, quiçá, orientado por valores-notícia.

Todavia a configuração da narrativa foge ao plano da objetividade jornalística que procura dar conta, mimeticamente, do acontecimento narrado. Assim é que o texto é atravessado por forte subjetividade.

Se havia problema que envergonhasse a gente de ser brasileiros, tal o abismo da incompetência, desídia, desonestidade, ignorância e puro e simples crime em que se afundava – esse problema era o do nosso menor abandonado. Creio que só a história dos navios negreiros pode permitir comparação com a legenda sinistra dos estabelecimentos oficiais para recolhimento e corrigenda de menores, comandados outrora pelo famigerado SAM. No SAM, o mapa de horrores era completo: prisão, promiscuidade, espancamento, doenças, fome, frio, nudez. Prostituíam-se as meninas tuteladas do governo com a conivência ou iniciativa de guardas e inspetores; menores internos do SAM eram organizados em quadrilhas de assaltantes: retirados à noite do internato, para matar e roubar, e recambiados pela madrugada, depois de entregue as “*autoridades*” o dinheiro apurado nos assaltos (QUEIROZ, 1968b, p. 142).

A narrativa acima apresenta forte indícios de pertencimento ao *ethos* jornalístico contemporâneo a partir da visada da denúncia social encarnando o lugar de “olho vigilante da esfera pública”¹³⁶. Novamente, uma injunção ética leva a narrativa para o processo de

¹³⁵ Vale lembrar que Rachel de Queiroz foi favorável ao golpe e mesmo após o AI 5 continuou denominando o evento de 1964 de revolução.

¹³⁶ Usamos a nomenclatura de Habermas (1984) somente para situar o jornalismo como um lugar em que se procura prestar um serviço público a sociedade.

comoção social, observando a força do caráter que procura eticamente fazer o que é certo denunciando a violência sofrida pelos menores no modelo “prisional” antigo. Há, assim, a assunção de uma identidade narrativa focada no caráter coletivo (*mesmidade*), de grande comoção humana.

A crônica segue relatando os fatos em tom de denúncia pública. “Foi precisamente o escândalo público, o choque, o horror desencadeado pelo assassinato de Odylo Costa Neto, cometido por uma quadrilha de internos do SAM, empresada por homens lá de dentro, que afinal derrubou a infame cidadela” (QUEIROZ, 1968b, p. 142). A contextualização de que parte da narrativa procura por uma prefiguração do acontecimento objetivando configurá-lo para além da síntese do fato noticiado. Não se trata somente de uma inauguração ou da instalação de uma nova política, mas de uma mudança nos rumos do tratamento dado pelo Estado aos menores. É esse o enfoque da narrativa que procura com fatos e argumentos proporcionar ao leitor em terceira *mimesis* uma interpretação que se aproxime da verdade desejada pela identidade narrativa do jornalismo nesse momento.

A partir desse ponto a narrativa inicia o encadeamento de fatos que, juntos, no final, em uma concordância, objetivam sensibilizar o leitor para a esperança da qual a narrativa falava no começo do texto. Efetivamente, a narrativa conflui para construir uma imagem positiva do governo civil-militar instaurado. O *si* cultural¹³⁷ da narradora parece interferir no destino da narrativa.

E nessa hora, Deus nosso Senhor que sempre parecera meio indiferente à sorte dos nossos meninos abandonados, inspirou ao Presidente da República a escolha de um homem para dirigir a nova Fundação do Menor. O nome desse homem muito mais importante para o Brasil do que muito estadista ou guerreiro que anda nas placas das ruas, é Mário Altenfelder.

Sim, ele teve apoio do governo, total apoio do Presidente Castelo Branco. Sim, ele conta com uma legislação para amparar sua obra, e, mormente, com um instituto de *fundação* que lhe garante recursos próprios fora das oscilações e incertezas dos orçamentos oficiais [...] (QUEIROZ, 1968b, p. 142).

A configuração da ação narrada se apoia em fatos que procuram contrapor a imagem do governo militar e do já então ex-presidente Humberto de Alencar Castelo

¹³⁷ Dois pontos do *ethos* pessoal de Rachel de Queiroz parecem entrar em conflito em que o *si* e o *si* mesmo como outro no âmbito narrativo. De um lado, a narrativa de uma ateia convicta que mais uma vez recorre a Deus, e, por outro, a defensora da ditadura militar que procura mostrar as coisas positivas do regime.

Branco¹³⁸, como sendo também dotados de potência para fazer o “bem” e trabalhar em prol do Brasil. Novamente lembrando, era 1968, ano em que o país acorda finalmente para o golpe que sofreu e revoltas surgem em diversas frentes, seguidas de grande repressão. O AI 5 publicado em dezembro daquele ano irá fechar o Congresso, cassar direitos políticos, coibir a liberdade de imprensa e vigiar as liberdades individuais, ao passo em que abre as portas para os anos mais duros do regime civil-militar, quando aconteceu o maior número de prisões, assassinatos e exílios. A narrativa, no entanto, situa os personagens e as ações por eles realizadas dentro de um escopo jornalístico de importância social, e as possibilidades de refiguração do que ali foi narrado levam em conta as estruturas de pré-compreensão dos leitores, que também terminam sendo influenciados pelas ações narradas a partir da versão da narrativa em “Última Página”.

Para dotar a narrativa de maior credibilidade, a narradora/cronista se coloca como testemunha do fato narrado. O uso do testemunho é um recurso muito utilizado no jornalismo para capacitação da narrativa como credível e, a um tempo, para a construção de uma reputação em que a verdade se destaca. O testemunho é a figura mais usada nesse sentido, visto que, ao cooptar testemunhos dos acontecimentos, a mídia e o jornalismo se tornam também testemunhas dos fatos que narram. Na narrativa em pauta, Rachel de Queiroz se insere no texto e reforça a assertiva de Ricoeur (2012) para quem a testemunha pede que acreditem nela, porque estava lá, frente ao acontecimento, vivenciou a experiência ou presenciou o fato.

Ninguém me contou - eu vi. Fui lá, andei onde quis, vi o que quis. E, como eu, pode ir lá todo mundo para examinar e pasmar. O presídio de menores, aquela aberração sanguinária, é hoje uma comunidade tranquila – colégios, oficinas, creches, hospital, um lar para a mãe menor; e ginásio, piscina, jardins, até um cine-teatro! (QUEIROZ, 1968b, p. 142).

Todo o restante da narrativa se dedica a descrever o lugar com detalhes e as benesses que o Estado civil-militar transparecia estar realizando. Os portões estavam sempre abertos. Os menores se preparavam para cursar universidade de medicina, direito etc. Na sapataria toda, procuravam produzir o melhor sapato. Por fim, a narrativa cessa

¹³⁸ Como visto anteriormente, Rachel de Queiroz era parente do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e muito próxima a este, tendo estado ao seu lado desde as primeiras conspirações do movimento que viria a se tornar o golpe de 1964.

com uma reclamação da narradora que não teve espaço suficiente na coluna para descrever tudo o que presenciou.

Vale, portanto, pensar que a narrativa proporciona o encontro entre o modo de ser do jornalismo como *lócus* de pertencimento da narradora, que se encontra com este *ethos* trazendo grande carga de seu *si* cultural, influenciando e sendo influenciada pelo meio. Também é percebido que a temática abordada pela narrativa configurou um mundo em construção que permanece até os dias atuais. Ou seja, a questão do menor não foi resolvida com as mudanças daquela época. Nesse sentido, há certa, incoerência *narrativa x realidade*, pois, embora a narrativa tente passar uma verdade positiva dos fatos e das transformações do sistema voltado ao menor infrator, não houve na verdade transformações relevantes na época e também não há atualmente. Tanto que a criminalidade que cujo *ethos* é a infância e adolescência pobres, no Brasil, ao longo da história vem se caracterizando como problemática cujo enfrentamento constitui uma questão legal. Diversas foram as leis voltadas para sua equacionalização. Contudo a realidade social do jovem pobre se agrava de forma gritante. Isto indica que, mais do que um problema da lei, uma solução adequada reivindica outro tratamento. Assim, a narrativa do *presente-passado* se mostra *presente* enquanto interesse público e drama social, não resolvido.

3. “A Trégua”

A potência jornalística das narrativas de Rachel de Queiroz se manifesta também no próximo texto a ser aqui interpretado. “A Trégua” aborda os conflitos no Oriente Médio entre judeus e árabes e compara a cisma entre estes povos à guerra espanhola e ao conflito no Vietnã.

A narrativa sobre uma trégua na guerra entre o Estado de Israel e os países árabes se coloca no espaço midiático, naquela contextualidade, como importante acontecimento, tendo em vista os conflitos que se reativam na região do Oriente Médio após a criação de Israel.

Figura 17 - “A Trégua”, “Última página”, *O Cruzeiro* – 15 de agosto de 1970



Fonte: Biblioteca Nacional (1970a).

Com a criação de Israel, os choques fronteiriços tornaram-se mais frequentes e “[...] por trás deste cenário estavam, evidentemente, os interesses das grandes potências mundiais. Os Estados Unidos, a Inglaterra e a França tratavam de armar Israel, enquanto que a União Soviética fornecia armamentos aos árabes e buscava consolidar sua influência sobre a região” (SOARES, 1991, p. 58). Por isto, não demorou a eclodir o conflito que foi iniciado em 5 de junho de 1967, conhecido como a *Guerra dos seis dias*, em que Israel foi combatido pelos países árabes: Egito, Síria, Jordânia e Iraque e, ao final, saiu vencedor no que se refere à parte bélica. Nesse momento ficou “[...] claro então, a ampliação do domínio israelense e a ação cada vez mais considerável das potências mundiais na região” (SOARES, 1991, p. 58). Contudo, o conflito continuaria e ainda hoje se encontra vigente. Na ocasião, os palestinos tiveram que se refugiar no Egito e na Jordânia.

Desde então, vários acordos de paz foram tentados. Em 1970, acontece uma trégua que passa a ser debatida no espaço jornalístico mundial como uma possibilidade para a assinatura de um acordo de paz promissor. Esse é o contexto em que a narrativa que ora

analisamos é configurada inicialmente, reafirmando a opção da cronista pelos temas que carregam potência jornalística, ou seja, carregam em si valores-notícia e se adequam aos critérios de noticiabilidade.

Vamos ver se desta vez a trégua no oriente será realmente uma trégua, se acaba por frutificar num tratado de paz. Que essa guerra entre judeus e árabes muito nos recorda uma outra - que também serviu de palco a experiências bélicas e de campo de treinamento para outros combatentes mais poderosos e onde havia abundante suprimento de armas, munições e técnicos, moderníssimos para ambas as parcialidades; refiro-me à guerra civil da Espanha, espécie de ensaio ao vivo do conflito generalizado de logo após (QUEIROZ, 1970a, p. 138 sic).

A crônica ora interpretada se reveste de características do modo de ser do jornalismo enquanto consciência de um grupo e de um campo social, considerando aqui a concepção de *ethos* em Sodré (2002), já mencionado anteriormente. De um lado, trabalha uma temática atual e universal e, dentro desta, a singularidade da trégua que, por sua vez, dota o texto de relevância, traduzindo a importância da temática no contexto mundial, já que se tratar de um conflito que interessa a muitos países, haja vista tanto a gravidade da guerra em sua localidade como o contexto de Guerra Fria vigente, em que Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas disputavam o globo. A configuração da narrativa se dá após a ação das estruturas de prefiguração sobre a temática e tudo o que a envolve. Desse modo, a crônica procura dar importância a ação narrada, comparando o conflito à guerra civil espanhola, em que nazistas e fascistas atuaram ao lado do General Franco, fazendo do território espanhol um campo de treinamento para a Segunda Guerra Mundial. A narrativa refere-se, portanto, de modo implícito, ao apoio dos Estados Unidos a Israel, com o envio de tropas e testes de armas.

Durante todo o processo de estruturação da narrativa, percebe-se um trabalho de construção da intriga em que a dinâmica interna do texto e a projeção externa que este ganha se constituem mutuamente; como nos esclarece Ricoeur (2000b), já mencionado antes. A narrativa é carregada de forte intervenção subjetiva de teor argumentativo. “Aliás erro. Mais parecida com a guerra da Espanha é a guerra do Vietnã – mas dessa nem vale a pena falar” (QUEIROZ, 1970a, p. 138). O texto passa a pontuar sobre o desinteresse anterior da sociedade ocidental pelo conflito que tem lugar na Ásia, uma vez que o Vietnã nunca foi conhecido do ocidente e somente passou a notícia após acontecimentos que envolveram nações ocidentais.

E por honestidade, confessemos que, antes que a guerra de libertação e a tragédia de Dien-Bien-Puh¹³⁹ os levasse às manchetes, o mundo ocidental fazia uma ideia bem vaga daqueles reinos antigos do sudeste asiático. Agora, a poderosa máquina de comunicação norte americana os impôs a atenção de todos os homens; contudo se hoje discutimos o Vietnã com paixão, estamos é atrás das pegadas dos americanos, e não levados pelo interesse espontâneo pelos vietnamitas. Afinal as pegadas dos americanos nos levaram à lua que é muito mais longe do que o antípoda (QUEIROZ, 1970a, p. 138).

O modo de ser do jornalismo, quando se considera o interesse público que compõe a sua identidade, encontra *o si* da textualidade revelando o caráter de uma identidade narrativa que procura situar os conflitos no mesmo patamar de importância em nível mundial e, ao mesmo tempo, reclama, de modo indireto, da postura imperialista americana. A responsabilidade com o *si mesmo* como projeção de uma *ipseidade* aponta para a ética que se revela interna ao texto e conclama pela atenção igual do Ocidente aos conflitos que se passam no Oriente.

Em seguida, a crônica nos leva a uma análise geopolítica, ainda que superficial, do conflito no Oriente Médio, que envolve questões religiosas, visto que se passa na Terra Santa, solo sagrado para cristãos, judeus e árabes; mas tem em seu cerne questões econômicas, que giram em torno do controle do petróleo mundial, motivo que levou os Estados Unidos e outros países do hemisfério norte a intervirem diretamente na guerra. A narrativa caminha pelos povos dos países envolvidos e destaca sua importância para a civilização ocidental.

[...]. No Oriente Médio o caso é bem outro. Ali estão as nossas raízes, ou raciais, ou culturais, ou religiosas, ou tudo isso junto. Ali se situa o berço dos três grupos humanos mais importantes para nossa cultura, os cristãos, os judeus, os árabes. E seja qual for o desenlace dessa tragédia, sejam quais forem os vencidos, qualquer coisa muito séria dentro de nós será puramente atingida.

Digo por mim: ainda esta semana tivemos almoço comemorativo junto com o ramo árabe de nossa família – ramo para mim muito importante, pois dele fazem parte os meus netos. E quando íamos comendo aqueles pratos de cozinha tão requintada, eu olhava à mesa e pensava em quanto, no Brasil, já somos árabes, e como o emigrante árabe se incorporou, se integrou no nosso complexo racial (QUEIROZ, 1970a, p. 138).

¹³⁹ Enfrentamento entre o exército colonialista francês e as guerrilhas vietnamitas ocorrido na década de 1950 e que marcou o começo do fim da guerra da Indochina.

Nesse ponto da narrativa, além de enfatizar a relação e influência dos povos na cultura brasileira, a narradora-cronista põe-se no texto como testemunha partícipe de um dos povos, o povo árabe. Ou seja, a narradora-cronista possui em sua árvore genealógica ligação com a cultura árabe. Assim a narrativa trouxe o testemunho do *si* mesmo sobre “algo” (mesmo que seja de uma realidade cotidiana supostamente banal como um almoço) com intuito de confiabilidade de dados, neste caso, sobre a disseminação, que para a jornalista fora o “[...] português nenhuma corrente imigratória se assimilou tão depressa e tão intimamente ao nosso povo [...]” (QUEIROZ, 1970a, p. 138). Outra questão é que o testemunho acaba por aproximar ainda mais os fatos distantes para os leitores ao revelar as origens. Origens que quem está lendo também poderá se identificar.

Por fim, fala dos russos que, diferentemente dos americanos, são confrontados diretamente e não implicitamente. “Que pelo menos a trégua sirva para afastar os intrusos, como esses russos, com seus interesses imperiais e o seu antissemitismo larvado que a revolução marxista não curou e antes disfarça com máscara ideológica” (QUEIROZ, 1970a, p. 138).

Como nos lembra Ricoeur (1990), a interpretação de um texto deve procurar compreender a proposição de mundo que o mesmo carrega, e foi, portanto, nesse sentido, que tentamos entender, nesta crônica, a apropriação da identidade jornalística na narrativa em análise, a partir do ciclo que guia o presente esforço hermenêutico. A proposição de mundo revelado por esta narrativa é complexa e aponta para uma crítica à Guerra Fria e suas consequências, principalmente, para os países que são vistos, na crônica, como cobaias de outros tantos países hegemônicos, no contexto da geopolítica mundial. Ou seja, a narrativa mostra e critica o conflito da Guerra Fria que envolveu as superpotências – Estados Unidos e União Soviética –, caracterizado pelas realizações de intervenções diretas ou indiretas, que tinham como foco a arrecadação de zonas de influência, capitalista ou socialista. Esse intervencionismo, segundo a crônica, afeta a concepção de mundo e as relações entre países, embora se espere uma trégua, e a paz, sabe-se que “[...] a paz ali será precária” (QUEIROZ, 1970 a, p. 138).

4. “Os Sequestros”

A próxima crônica a ser por nós analisada, em busca do encontro entre o *si mesmo* do jornalismo e o *ethos* da narradora/cronista manifesto em suas narrativas, nos aparenta exemplar enquanto propícia para a interpretação tanto pela revelação da potência jornalística da narrativa que tem como temática o sequestro do embaixador brasileiro no Uruguai como pelo conflito que se apresenta na narrativa entre a identidade *idem* e *ipse*, uma vez que o *si* cultural da narradora/cronista interfere no decurso da crônica.

Em julho de 1970, o diplomata brasileiro que atuava no Uruguai como cônsul, Aloysio Mares Dias Gomide, foi sequestrado por guerrilheiros uruguaios do Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros. O sequestro se estendeu por 205 (duzentos e cinco) dias e foi acompanhado pela mídia de todo o mundo, sobretudo, a brasileira. O presidente uruguaio, Jorge Pacheco Areco, não negociou com os guerrilheiros. O governo brasileiro, representado pelo General Emílio Garrastazu Médici, também não se dispôs a negociar. Os guerrilheiros exigiam uma recompensa, e uma campanha, liderada pela esposa de Dias Gomide, foi realizada pela mídia brasileira, com o objetivo de arrecadar fundos para libertar o diplomata. No entanto, a libertação deste somente aconteceu em fevereiro do ano seguinte, após o fim da suspensão do estado de sítio e o retorno das garantias individuais pelo Congresso uruguaio. Esse é o contexto de pré-compreensão e de prefiguração da narrativa que localizamos na revista *O Cruzeiro* em 1º de setembro de 1970.

A configuração da narrativa leva em conta inúmeros outros aspectos relacionados à ação narrada, que guiam o leitor para processos analíticos que situam o governo brasileiro como um governo democrático, embora estivéssemos em pleno regime ditatorial. Novamente, o cenário geopolítico mundial e a divisão do mundo entre capitalistas e socialistas surgem de forma explícita na narrativa. Naquele panorama, a América Latina era considerada um lugar de disputas e preocupações para ambos os blocos que se opunham na Guerra Fria, que se instalou e dividiu o mundo em dois polos e esteve atuante da década de 1950 até o final da década de 1980. Na figura abaixo podemos conferir a crônica a que nos referimos.

Figura 18 – “Os Sequestros” – “Última página” – *O Cruzeiro* – 01 de setembro de 1970

Fonte: Biblioteca Nacional (1970b)

No que concerne ao processo de configuração da narrativa, em que a solução da intriga procura uma concordância discordante mimética, vale destacar que esta crônica não parte da narração do sequestro de forma objetiva, visto tratar-se de um *locus* na mancha gráfica da revista, em que se permite a hibridação da informação com a narração e com a opinião, assim como a formulação de argumentação que embasa os destinos da narração.

A narrativa não relata detalhes dos acontecimentos que envolvem o sequestro, pois dá como certo que a informação já seja de domínio de todos. Nesse sentido, a escolha da temática pela narradora/cronista reflete, assim, a sua opção pela singularidade potencial e histórica do jornalismo, enquanto lugar privilegiado de registro dos acontecimentos de grande relevância social. Desse modo, a narrativa deixa transparecer a assunção do *ethos* jornalístico moderno na narrativa. As características de universalidade, singularidade, interesse público, relevância e abrangência são detectadas desde o título e se mantêm por todo o texto. Logo os critérios de noticiabilidade, embora não estejamos no espaço da notícia, também se aplicam.

Nesse sentido, a identidade narrativa do jornalismo assume, inicialmente, a partir da *mesmidade* (propriedade do que é mesmo, produção de padrões universalizados, ou seja, caráter coletivo do pensamento social), cujo caráter e apropriação de valores e de uma ética coletiva conclamam pela justiça, portanto, pela libertação de um *suposto inocente*¹⁴⁰, envolvido em uma guerra política pontual em um país estrangeiro, mas também reclama por justiça para os inocentes vítimas de atos terroristas em todo o mundo.

Na hora em que escrevo estas linhas continua insolúvel o drama do cônsul brasileiro no Uruguai. Um dos aspectos mais cruéis desses sequestros parece que é a longa, interminável espera, o matar devagarinho da paciência e das esperanças. Por ele mesmo, o cônsul, não sei - a gente ignora como o estão tratando, onde o estão encerrando, as ameaças ou as promessas que o fazem; mas para a família é a pior das agonias. Um verdadeiro massacre de inocentes.

Aliás, é o sofrimento dos inocentes que mais choca e revolta quando se pensa nas vítimas dos sequestros políticos agora em voga. Por que - se tem pretensões à justiça, se reclamam por justiça, os terroristas só agridem e ferem os inocentes? (QUEIROZ, 1970b, p. 138).

Esse paradoxo das práticas terroristas é enfrentado pela narrativa que confronta os guerrilheiros e procura mostrar que os movimentos desta natureza somente demonstram poder frente aos considerados “inocentes”, mas são incapazes de atingir os “[...] *os tubarões imperialistas*, os chefes de governo responsáveis pela repressão, os líderes políticos que os combatem?” (QUEIROZ, 1970 b, p. 138). Nesse ponto, o interesse público se revela tanto pela abordagem do tema como pelo posicionamento que a subjetividade da narrativa assume em meio à informação acerca dos fatos.

Todavia também nesta narrativa vamos localizar a interveniência do *si* cultural da narradora/cronista tanto em relação aos americanos como em relação ao mundo socialista. A identidade narrativa assume nesse momento a *ipseidade*, em que uma injunção interna de dever para com os valores e crenças no sistema político brasileiro é assumida.

E, agora, um reparo curioso: os jornais brasileiros transcrevem um editorial do New York Times onde, comentando o assassinio de seu patrício Dan Mitrione e o sequestro de Fly e Gomide é dito que “o democrático Uruguai”, não poderia agir de maneira diferente, não

¹⁴⁰ Os meios de comunicação brasileiros e internacionais, ao noticiarem o sequestro, nomeiam o embaixador como um inocente, envolvido, à revelia, em um evento terrorista de grandes proporções. Do mesmo modo, faz a narrativa aqui interpretada.

poderia fazer como fazem as ditaduras militares do resto da América Latina...

Eu não digo sempre que a imprensa americana é inimiga do povo e do governo de seu próprio país? Está aí mais uma prova. Então o Brasil salvou as preciosas vidas do Embaixador Elbrick, do cônsul japonês e do embaixador alemão apenas porque é uma ditadura militar! Se pode haver mais negra ingratidão, morder a mão que te salva - temos aí um belo exemplo. Pois, se houve, nesses trágicos incidentes comportamento que não teve cheiro à ditadura, foi exatamente o do governo brasileiro ao pagar o preço que pagou para salvar os diplomatas sequestrados (QUEIROZ, 1970b, p. 138).

Como se percebe, a construção da narrativa caminha para uma síntese sobre a ação narrada que possa trazer consigo uma versão da verdade que, embora coincida com a versão mais comum na mídia brasileira de então (ainda censurada e cooptada), de uma ditadura *democrática*, entra em rota de colisão com a verdade dos fatos vivenciados pela sociedade brasileira.

O governo Médici é considerado pela história como *anos de chumbo*. Foi nesse período que estratégias comunicativas foram utilizadas com maior vigor, abrangendo tanto a cooptação dos meios de comunicação como das manifestações culturais, e quando lemas como “Brasil, ame-o ou deixe-o” foram amplamente difundidos. Por outro lado, o sistema educacional também foi utilizado para formar cidadãos comprometidos com o modelo de sociedade desejada pelos líderes do regime civil-militar instalado. Disciplinas como “Educação Moral e Cívica- EMC” e “Organização, Social e Política Brasileira - OSPB” eram ensinadas desde as séries que, atualmente, correspondem aos anos finais do ensino fundamental. Na outra vertente, o regime se utilizava da força e de estratégias militares para afastar os que pensavam de modo diferente. Foi no governo de Médici que o maior número de pessoas foi exilada; foi também o período em que houve o maior número de desaparecimentos e assassinatos praticados pelos militares.

Toda essa contextualidade contemporânea das ações narradas parece ser desconsiderada na configuração da narrativa e da argumentação dos fatos que a sustentam. A identidade narrativa do jornalismo considerado na crônica em análise, tal como posta, situa-se em lados opostos, identidade *idem* e *ipse*, pois enquanto se reclama pelo caráter que conclama justiça social, por outro, se revela uma verdade construída a partir de um compromisso com o próprio regime político instaurado. Aqui, vale recorrer a Madson (*apud* Arendt, 2014 b, p. 292), pois na concepção deste, a mudança de lugar de uma verdade

[...] racional para a opinião implica uma mudança do homem singular para os homens no plural, e isso significa um desvio de um domínio em que, diz Madson, nada conta a não ser o “raciocínio sólido” de uma mente para uma esfera onde “a força da opinião” é determinada pela confiança do indivíduo “no número dos que ele supõe que nutram as mesmas opiniões”.

A narrativa termina assim, em um confronto entre o *si* mesmo e o *si* mesmo com o outro, que reverbera um ponto de vista sobre a verdade de então, que tanto ontem como ainda hoje está sendo disputada a partir da memória coletiva e histórica. O confronto entre regimes considerados de direita e de esquerda, abordado pela narrativa, reflete o jogo de xadrez do tabuleiro mundial do poder e das disputas econômicas.

Ditadura como se sabe, vive da máscara da força interna e externa, da exibição de poder, da reputação de implacabilidade. Ditadura nenhuma pode se dar ao luxo de fazer exibições de cordura. Qualquer coisa que arranhe a sua imagem de força esmagadora – a ditadura está perdida. Já que a sua existência é condicionada à realidade de fato e não condicionada no direito e no consentimento geral. Ditadura não pode perder face. Perguntem aos coleguinhas dos Tupamaros que conseguiram subir ao poder – a Kossiguin, a Mao Tsegun, a Fidel Castro – a suprema importância que para eles a exigência de manter a face (QUEIROZ, 1970b, p. 138).

Dentro da intriga posta, o paradoxo democrático se apresenta numa visão simplista do fenômeno da democracia, visão que desconsidera as ações violentas do governo brasileiro para com seu povo, assim como seu modelo governamental que se estrutura nos moldes dos regimes totalitários, considerando aqui as ponderações de Arendt (2009), para quem as estratégias desses governos incluem ações de cooptação e adesão do povo, por um lado, e de violência extrema por outro; embora tenhamos que guardar grande distância entre a ditadura brasileira e o nazismo e o bolchevismo, os dois últimos regimes mencionados são considerados pela autora como totalitários, sobretudo, pelo lastro de sangue que deixaram na humanidade. Em outras palavras, para Arendt (2009), o nazismo de Hitler e o bolchevismo de Stalin significam o que há de mais terrível, e nenhum paralelo histórico é capaz de atenuar, isto porque o totalitarismo é irreduzível em catástrofe humana, em relação as outras formas de opressão política conhecidas como a ditadura ou a tirania.

Na narrativa ora analisada, o ser *democrático* se opõe ao ser *terrorista*, mas com ele deve negociar, exatamente por ser democrático. Este posicionamento conflita com a visão da imprensa americana que, ao contrário, considera democrático a não negociação com o terrorismo.

Deixar matar Dan Mitriane é um lindo modo de exercer a democracia. Antidemocrático é o Brasil que não poupou sacrifícios, nem mediou arranhões de prestígio interno, nem se arreceou de perder face, a fim de recuperar sãos e salvos os cidadãos estrangeiros sequestrados pela mesma gente que a imprensa americana paparica e defende, em nome da democracia (QUEIROZ, 1970b, p. 138).

No que concerne, portanto, ao texto sobre os sequestros do início da década de 1970, vale destacar que, por um lado, há uma clara adesão ao modo de ser do jornalismo moderno, quando se coloca como o lugar de mediação e de disputas sobre a construção da memória, a partir da adoção de uma operação que procura dotar o jornalismo de uma verdade considerada socialmente. Por outro, vemos que o *si* mesmo cultural da narradora interfere radicalmente na construção dos argumentos que se intercalam com a narração dos fatos, possibilitando a visualidade de uma perspectiva que *não* condiz com o que contemporaneamente a história tem apresentado (2018) pelo Brasil, sobretudo, a partir das ações da Comissão Nacional da Verdade (2012 - 2014).

A Comissão Nacional da Verdade apurou inúmeros casos de mortes e desaparecimentos, ocorridos no tempo da ditadura militar e até então não solucionados. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade foram de encontro a um dever de memória e justiça, que trouxe à tona as consequências daqueles tempos de ditadura, mostrando que aqueles que compuseram a cúpula ditatorial não eram “inocentes” como a narrativa em questão tentou sugerir. O desencontro com a verdade dos fatos, leva-nos a considerar que, tanto o meio de comunicação como a narrativa inserida nele possui “uma *mea-culpa*” nas consequências de um período devido à sua forma de atuação.

5. “Um mundo só”

Figura 19 – “Um mundo só” – “Última página” – *O Cruzeiro* – 12 de fevereiro de 1971

Fonte: Biblioteca Nacional, 1971a.

Os avanços da tecnologia trouxeram grandes mudanças para o mundo no século XX. Os satélites de comunicação, por exemplo, são considerados um marco desse tempo, uma grande revolução desde 1957 com o primeiro satélite artificial posto em órbita, o Sputnik 1. A contribuição específica dos satélites foi na recepção de sinais que proporcionaram melhor qualidade e confiabilidade na transmissão de dados. Para as redes de telecomunicações o processo de apuração de dados foi beneficiado, levando em consideração que, ao mesmo tempo, um mesmo sinal pode transmitir e receber áudio e vídeo, dados e canal de voz. Além de tudo, tem maior expansão quanto à distribuição dos sinais das emissoras de comunicação, pois pela outra forma, sinais via terrestre (microondas), somente é visualizada ponto a ponto, o que significa uma distribuição menor para as emissoras.

Os novos satélites foram surgindo, o que gerava sempre expectativas na população e nos detentores de poder. O exercício do poder de cunho político-social e econômico (ou seja, o fenômeno da apropriação das esferas de representação coletiva por parte de elites

dirigentes ou, em alguns casos, por indivíduos) vem sendo há séculos uma das questões centrais do pensamento social. E os meios que proporcionam uma comunicação em grande escala afetam de alguma forma a realidade das esferas de poder.

É diante deste cenário, entre o desenvolvimento das ciências tecnológicas e das esferas de poder, que a narrativa “Um mundo só” é refigurada, pouco tempo depois do satélite de comunicação geoestacionário Intelsat IV ter sido lançado, com sucesso, ao espaço, no dia 21 de janeiro de 1971. Fato, por sinal bastante veiculado em toda imprensa mundial pelas inovações que trazia:

Creio que a notícia mais importante deste começo de ano de 1971 é o lançamento do novo satélite de comunicações, Intelsat IV, de tonelada e meia de peso, 57,7 metros de comprimento e 26,4 de largura. Como tem um tempo de revolução igual ao da rotação da Terra, fica em posição geoestacionária, que lhe possibilita cobrir sempre a mesma área de comunicação. Permite manipular 9.000 chamadas telefônicas simultâneas ou transmitir 12 programas de TV em cores; tem funcionamento previsto para sete anos. Custou trinta milhões de dólares à Cimsat (companhia particular norte-americana que gerencia o empreendimento) e aos setenta e um países associados ao seu sistema. Aí é que me parece estar o aspecto mais sensacional de novidade. SETENTA E UM PAÍSES associados! Setenta e um países cobertos pela mesma rede de comunicações simultâneas! Setenta e um países podendo receber ao mesmo tempo a mesma transmissão ao vivo! Um satélite desses pode ter influência e ação política e social muito maior do que um montão de tratados internacionais. Ele opera concretamente o intercâmbio das comunicações entre esses 71 países, o que já é uma cifra estupenda. E o seu sucessor talvez possa cobrir uma área ainda maior do que planeta e, então, que será feito das cortinas de ferro ou das cortinas de bambu? Ah, um bichinho desses é capaz de rasgar qualquer cortina isolante! (QUEIROZ, 1971a, p. 130).

Como podemos conferir a narrativa é refigurada a partir de uma questão universal, de caráter coletivo e de interesse de todos, levando em consideração seus impactos no cenário mundial de comunicação como na vida cotidiana das pessoas e a interação com os novos formatos de telecomunicação, possibilitados pelo novo satélite. Com características do *ethos* jornalístico moderno, a crônica em análise traz o critério de universalidade que aparece priorizando o que é atual. Além de tudo, é importante perceber que para o jornalismo moderno o caráter universal é percebido através do tempo presente. Assim, a universalidade que se mostra de forma imediata chega a confundir-se com o presente e com a atualidade.

A narrativa seguiu as regras da moderna técnica jornalística que “[...] manda começar o texto pelo acontecimento mais importante” (SODRÉ, 2012, p. 199) que, no caso, é o lançamento do satélite de comunicação geoestacionário Intelsat IV. E o lançamento do satélite representa inovação na evolução das ciências tecnológicas, expansão das telecomunicações, expansão das relações entre mundos, além do que impacta diretamente nas relações de poder, principalmente pelo alcance e cobertura dos sinais de transmissão que passará a cobrir uma área ainda maior no planeta, significando, conforme a narrativa, quem sabe o fim de algumas “cortinas de isolamento”.

Tais como estão as coisas atualmente, já deve existir enorme dificuldade para manter o isolamento ideológico das populações do lado de lá da cortina de ferro, muitas delas perfeitamente acessíveis às transmissões de TV dos países vizinhos. Não bastava o que eles já faziam para impedir a livre penetração das transmissões radiofônicas, que será com a imagem, muitíssimo mais atraente e perigosa! Imagino as astúcias técnico-policiais que se tramam, no segredo dos gabinetes de repressão, com o fito de cortar de cortar esse indesejável contrabando de imagens e palavras.

Como será que eles fazem, por exemplo, na Alemanha Oriental, na Tchecoslováquia etc. para bloquear as transmissões de TV da Alemanha Ocidental?

E nas províncias bálticas da URSS – os antigos países livres que foram a Estônia, a Lituânia, a Letônia, para fechar a porta às imagens da Suécia, da Finlândia?

O mesmo se dirá da China, vulnerável às transmissões de vizinhos como a Índia ou mesmo a Rússia. E exatamente o mesmo se diga do nosso mundo ocidental igualmente vulnerável às transmissões do bloco socialista.

E naquele micromundo que é chamado Oriente Médio, onde os países inimigos ficam praticamente a distância de um grito uns dos outros? E como o mundo não poderá viver indefinidamente neste atual estado da exacerbação e controle, neste paroxismo de desconfianças e rivalidade, e como qualquer processo que se invente para obliterar imagem e som das transmissões intrusas, será sempre posto em cheque por processos contrários, é esperar que a humanidade acabe por chegar a uma fórmula de acordo que libere as comunicações (QUEIROZ, 1971a, p. 130).

Nesse ponto, a narrativa aprofunda-se nas relações internacionais de poder, levantando questionamentos sobre um futuro próximo dessas relações diante do novo modo de distribuição/transmissão da telecomunicação. E esses questionamentos possuem a base na atualidade dos fatos, em que já não se consegue mais manter o “isolamento ideológico” com a transmissão terrestre que atinge muitas vezes o vizinho do lado. Imagina-se então com o que será pela frente. Outro ponto levantado é a liberdade de comunicação, da livre transmissão, considerando que com o rádio foi complicado,

pergunta-se como ocorrerá com a televisão que é mais “[...] atraente e perigosa” (QUEIROZ, 1971a, p. 130).

O que a narrativa se refere é ao fato de que as grandes mudanças afetam uma parcela muito ampla da vida no planeta. Grande parte dessas mudanças decorre de uma acentuada evolução tecnológica proporcionada pela incontrolável inovação de conhecimentos, que é comandada pelos detentores de poder – as grandes potências mundiais. E cada uma possuiu sua ideologia. Algumas possuem ideologias iguais/ou complementares, mas não todas, algumas são antagônicas. Contudo na narrativa este é um cenário que não poderá existir para sempre “[...] indefinidamente neste atual estado da exacerbação e controle, neste paroxismo de desconfianças e rivalidade”, espera-se que “[...] a humanidade acabe por chegar a uma fórmula de acordo que libere as comunicações” (QUEIROZ, 1971a, p. 130).

A ação da narrativa vai se desenvolvendo a partir da transição de um acontecimento principal: o lançamento do novo satélite e daí para as diversas situações possíveis e conseqüentes deste fato. A intriga encontra seu clímax na busca pela solução do drama internacional, das políticas de comunicação e sua liberdade de transmissão, levando em consideração que é essa uma das questões que afetam as relações de poder no mundo globalizado.

O que a narrativa traz é uma realidade constante, em que a comunicação dos governantes para com seus governados sempre foi um dos pilares de sustentação de qualquer forma de poder ou importante arma para a destruição de uma ordem então vigente. São muitos os exemplos históricos que demonstram como os poderes se constituíram e foram desconstituídos pelo uso/ou mau uso da comunicação. Os tempos modernos aprofundaram esse processo, principalmente, em decorrência de uma sociedade que estava e ainda se encontra, em certa medida, cada vez mais à mercê da comunicação de massa.

Os processos telecomunicacionais, por exemplo, se constituem como ideais para potencializar a visibilidade das relações de poder. Conforme Castells (2015), o poder é “[...] o processo mais fundamental na sociedade, já que a sociedade é definida em torno de valores e instituições e o que é valorizado e institucionalizado é definido pelas relações de poder” (CASTELLS, 2015, p. 57).

A narrativa posta em uma concordância discordante intenciona fazer com que o leitor se questione sobre o cenário atual naquela atualidade e seu futuro diante da chegada

do novo satélite. Dessa forma, se põe como “[...] uma prática social, portanto, uma intervenção capaz de influenciar e modificar as relações sociais concretas”, característica da narrativa jornalística (SODRÉ, 2012, p. 171).

Após trazer as questões em torno das ideologias mundiais e acerca das transmissões e alcance das telecomunicações no mundo, a narrativa segue, levando um olhar reflexivo e imagético ao leitor sobre o futuro, diante das questões que rodeiam o satélite. Um olhar, portanto, direcionado pelo *si* cultural da narradora-cronista que visualiza e articula sobre um ideal de cenário próspero.

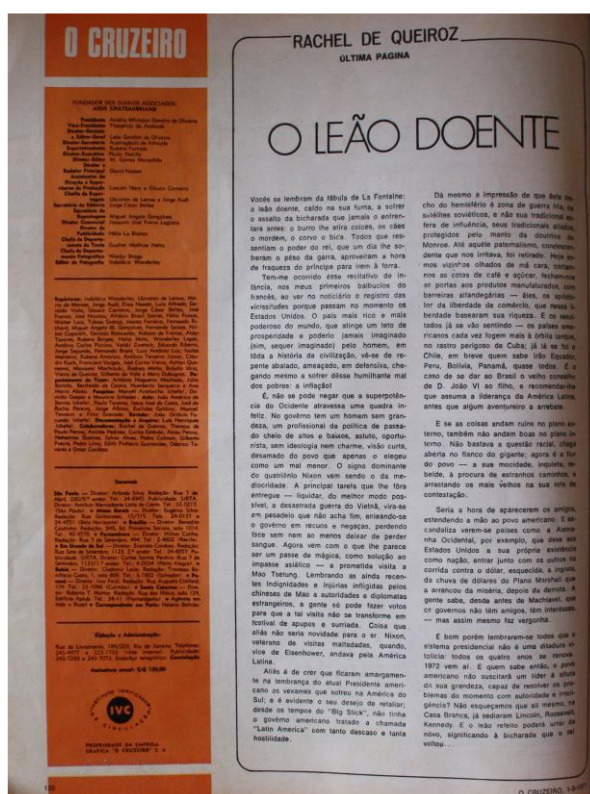
Meu sonho é que um satélite desses acabe conseguindo o que não conseguiram a finada Liga das Nações e a nossa ONU: dar o primeiro passo para uma comunidade universal de nações. Pois o desconhecimento é o fator principal das inimizades; não há como o conhecimento e a convivência para quebrar arestas, destituir o medo, adoçar divergências. Nos dias de hoje, para todos os homens que vivem numa das metades adversas do planeta, os homens da outra metade se transformam em seres mitológicos terríveis porque desconhecidos, misteriosos, imprevisíveis. Até cubano, rumbeiro e mulato como nós já ficou assustador! Mas na hora que a TV mostra que os soviéticos, afinal, são gente de carne como nós, capazes das mesmas tolices e das mesmas fraquezas, amadores de novelas, de pequenas rebolando, de programa cômico e de futebol – será difícil ter medo deles. E o mesmo se diga ao lado contrário: os abomináveis capitalistas que eles imaginam do lado de cá, ocupados permanentemente em feias guerras de conquista, na exploração de esqualidos operários e dedicando as suas horas de lazer às vis delícias da devassidão reacionária – quando hão de surpreender quando se revelaram na sua banal realidade, tão semelhante a eles, dos mesmos erros, das mesmas inocências, dos mesmos sonhos! Será então a vez do “mundo só”, e talvez então a humanidade se liberte da sua terrível psicose da guerra, pare de ser preocupar com a descoberta de métodos de matar o rival do outro lado – porque esse rival temido se transformou no trivial vizinho de paredes meias! Amém! (QUEIROZ, 1971a, p. 130).

A narrativa expõe a realidade que acompanha o mundo diante dos avanços tecnológicos, o mundo torna-se cada vez menor, contudo ainda não é uma “comunidade universal das nações” e não é um “mundo só”, pois apesar de ser o mesmo é o outro. As ideologias não permitem. A identidade narrativa assim se mostra em *mesmidade* pelo caráter de coletividade, em que os fatos narrados impactaram/impactam todo o mundo; e em *ispseidade* no ponto que a narrativa apresenta a alteridade de um possível mundo, diferente deste, visualizado a partir de um filtro individual refletido na narrativa.

O mundo configurado na narrativa, com bases nos pilares do *ethos* jornalístico moderno e na originalidade da tessitura da intriga, mostra um horizonte estrutural que facilita a compreensão do leitor diante do contexto narrado.

6. “O leão doente”

Figura 20 – “O leão doente” – “Última página” – *O Cruzeiro* – 01 de setembro de 1971



Fonte: *O Cruzeiro* (1971b)

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA) tornaram-se o país com o maior número de reservas de ouro do mundo e com uma capacidade industrial superior às demais nações. Assim, ganhou a posição de grande potência mundial, principal responsável na promoção do crescimento da economia, tornando-se o pilar do sistema global. No entanto, em meados dos anos de 1960, a expansão monetária se descontrolou nos EUA, resultando na falência das riquezas do país e, portanto, na flutuação do dólar. Em 1971, a crise instaurou-se por completo no governo do Presidente Richard Nixon, o que deu origem a um novo mercado cambial que foi se

consolidando com a globalização. Iniciava uma das mais importantes fases do cenário econômico global. Os reflexos das mudanças impactaram todo o mundo.

A crônica em análise, *O leão doente*, foi refigurada a partir desse cenário de mudança na economia norte-americana, que impactou diretamente a economia mundial. No início da narrativa, a narradora-cronista recorre a uma memória pessoal de infância que é a fábula do escritor francês Jean de La Fontaine (1621-1695), levando assim o leitor a uma compreensão imagética de mundo, o mundo dos animais, em que o leão, o rei de todos, está doente e sua enfermidade desencadeia uma série de fatos que geram uma crise em seu reinado. A fábula faz com que o leitor possa compreender de forma simplificada o grave problema que uma grande potência pode viver em momento de fraqueza, essa moral da história fictícia possibilita ao leitor visualizar, ao fazer um paralelo com o mundo real, o problema que vive os Estados Unidos, a grande potência mundial em 1971.

Vocês se lembram da fábula de La Fontaine: o leão doente, caído na fumaça, a sofrer o assalto da bicharada que jamais o enfrentara antes: o burro lhe atira coices, os cães o mordem, o corvo o bica. Todos que ressentiam o poder do rei, que um dia lhe sofreram o peso da garra, aproveitam a hora de fraqueza do príncipe para irem à forra. Tem-me ocorrido esse recitativo de infância, nos meus primeiros balbucios do francês, ao ver no noticiário o registro das vicissitudes porque passam no momento os Estados Unidos. O país mais rico e mais poderoso do mundo, que atinge um teto de prosperidade e poderio jamais imaginado (sim, sequer imaginado) pelo homem, em toda a história da civilização, vê-se de repente abalado, ameaçado, em defensiva chegando mesmo a sofrer desse humilhante mal dos pobres: a inflação! (QUEIROZ, 1971b, p. 130).

Neste ponto, a fábula torna-se imperativa para a compreensão dos problemas da humanidade enquanto coletividade social, no caso, enquanto sistema social-político-econômico. Dessa maneira, podemos perceber que a narrativa lança mão da fábula como recurso para prender a atenção do leitor, de tal forma que este possa compreender da melhor maneira os fatos do mundo real. E isso, segundo Sodré (2012), é um recurso utilizado pelo jornalismo, principalmente, nas crônicas jornalísticas:

Quando um jornalista se comporta como um narrador literário – por exemplo, usando linguagem pessoal ou coloquial, colocando a si mesmo na cena do acontecimento, dando cores [...] a seu relato, litigando com as fontes de informação, etc. – não está “fazendo literatura”, e sim lançando mão de recursos literários para captar ainda mais a atenção do leitor (SODRÉ, 2012, p. 144).

Outros traços do *ethos* jornalístico moderno identificados são os valores-notícia que, como já dito, guiam os critérios de noticiabilidade. Logo no início, podemos notar que a narrativa está construída com base nos critérios de importância e relevância da temática, por exemplo.

Com essa base, a ação narrada é configurada em uma sucessão de acontecimentos e fatos que refletem as diversas situações que desencadearam a atual crise dos Estados Unidos.

É, não se pode negar que a superpotência do Ocidente atravessa uma quadra infeliz. No governo tem um homem sem grandeza, um profissional da política de passado cheio de altos e baixos, astuto, oportunista, sem ideologia nem charme, visão curta, desamado do povo que apenas o elegeu como um mal menor. O signo dominante do quadriênio Nixon vêm sendo o da mediocridade. A principal tarefa que lhe fora entregue – liquidar, do melhor modo possível, a desastrosa guerra do Vietnã, vira-se em pesadelo que não acha fim, enleando-se o governo em recuos e negações, perdendo face sem nem ao menos deixar de perder sangue. Agora vem com o que lhe parece ser um passe de mágica, como solução ao impasse asiático – a prometida visita a Mao Tse-tung. Lembrando as ainda recentes indignidades e injúrias infligidas pelos chineses de Mao a autoridades e diplomatas estrangeiros, a gente só pode fazer votos para que a tal visita não se transforme em festival de apupos e surriadas. Coisa que aliás não seria novidade para o Sr. Nixon, veterano de visitas malfadadas, quando, vice de Eisenhower, andava pela América Latina. Aliás é de crer que ficaram amargamente na lembrança do atual Presidente americano os vexames que sofreu na América do Sul; e é evidente o seu desejo de retaliar, desde os tempos do “Big Stick”, não tinha o governo americano tratado a chamada “Latin América” com tanto descaso e tanta hostilidade (QUEIROZ a, 1971b, p. 130).

A disposição dos fatos segue e, embora nesse ponto parta de um movimento construído pela narradora-cronista em torno de uma reflexão pessoal sobre o contexto para desenvolver os fatos narrados, a tessitura da intriga consiste na composição de tramas político-econômicas do cenário mundial, retratando passo a passo tudo que ocorreu. As tramas são articuladas de forma coerente. Uma coerência, fruto das ações narradas, e assim, pouco a pouco, a narrativa mostra a situação, de forma compreensível e universal, diante do cenário que se instaura (RICOEUR, 2010).

A narrativa aponta para a crise e retrata que uma das causas para o seu desencadeamento é o governante daquele país, que tem como representante do povo, da nação, um presidente sem popularidade nacional e sem aprovação no cenário

internacional. Além disso, remete-nos ao contexto da Guerra Fria, que pouco a pouco foi alterando o cenário econômico mundial. Nos anos de 1950 e 1960, os EUA já se articulavam de forma “tranquila” com os aliados do pós-guerra, como a Alemanha e o Japão, permitindo que as economias da Ásia e da Europa Ocidental crescessem para contenção do comunismo. Com a abertura dos EUA para as importações diretamente dos países neocapitalistas, ocorreu um acelerado crescimento econômico. Este foi um sistema que se manteve até final dos anos de 1960, quando a dispendiosa guerra do Vietnã esgotou as reservas de ouro dos Estados Unidos, atingindo um nível crítico.

Em agosto de 1971, então, com uma situação econômica crítica, a grande potência mundial rompeu o sistema monetário Bretton Woods, recusando-se a resgatar dólares por ouro, considerando que não tinha ouro suficiente. Depois de 1971, o dólar deixou de estar indexado a uma onça de ouro, isto é, a algo que fosse mensurável, mas passou a ser fixado a impressoras do Tesouro e da Reserva Federal dos EUA. O dólar passou a ser uma moeda política. Conforme se aproximava o fim da guerra do Vietnã, a desindexação do dólar terminou por se tornar a única medida concreta do governo Nixon, contudo com consequências ruins: a inflação.

Posteriormente, a narrativa revela como “segunda tarefa” do governo Nixon solucionar os problemas asiáticos, que aparentemente, conforme o que vem sendo veiculado na mídia internacional, o então presidente pretendia resolver com uma prometida visita a Mao Tse-Tung. Ou seja, Richard Nixon pretendia com a visita alterar os jogos de força geopolítica mundial, em especial o da Guerra Fria, deixando a China de Mao mais próxima dos norte-americanos¹⁴¹. O receio desse encontro, posto na narrativa, seria pelo histórico de desastrosas visitas de Nixon à América Latina.

Dá mesmo a impressão de que esse trecho do hemisfério é zona de guerra fria, de satélites soviéticos, e não sua tradicional esfera de influência, seus tradicionais aliados, protegidos pelo manto da doutrina de Monroe. Até aquele paternalismo, condescendente que nos irritava, foi retirado. Hoje somos vizinhos olhados de má cara, cortam-nos as cotas do café e açúcar, fecham-nos as portas aos produtos manufaturados, com barreiras alfandegárias – eles, os apóstolos da liberdade de comércio, que nessa liberdade basearam sua riqueza. E os resultados já se vão sentindo – os países americanos cada vez fogem mais à órbita ianque, no rastro perigoso de Cuba; já lá se foi o Chile,

¹⁴¹ A visita foi realizada no ano seguinte, em 1972.

em breve quem sabe o Equador, Peru, Bolívia, Panamá, quase todos. É o caso de se dar ao Brasil o velho conselho de D. João VI ao filho, e recomendar-lhe que assuma a liderança da América Latina antes que algum aventureiro a arrebate (QUEIROZ, 1971b, p. 130, sic).

Observamos, nesse ponto da narrativa, de uma forma singular, a experiência relacional existente entre as Américas – América do Norte e América Latina-, que, ao longo do tempo “mais parece uma zona de guerra fria” do que a zona de aliados protegidos “pelo manto da doutrina Monroe” (QUEIROZ, 1971b). Uma doutrina proferida pelo ex-presidente dos Estados Unidos James Monroe, de 1823, que, essencialmente, visava uma política de isolamento em relação aos assuntos que se passavam na Europa. James Monroe não concordava com as práticas intervencionistas dos europeus no século XIX e com isso se distanciou da Europa, *incentivando* a todos os países americanos, a serem livres e independentes. Para isso, não deveriam se sujeitar à dominação das potências europeias. A doutrina reforçou o isolamento norte-americano e favoreceu o crescimento da hegemonia dos Estados Unidos sobre a América Latina. Diante da crise instaurada em 1971, a doutrina é rememorada, na narrativa, com o intuito de mostrar que os tempos mudaram e, principalmente, o Brasil deve estar atento a isso, pois diante dos fatos, já é considerado um *mau vizinho*. Com a crise agravada, de acordo com a narrativa, talvez fosse o momento de o Brasil seguir o *conselho de D. João VI e assumir a liderança da América Latina* (QUEIROZ, 1971b).

A trama em torno da crise dos Estados Unidos, impactando as relações internacionais, mostra o quanto ela é relevante e, por isso mesmo, um fato noticiável aos olhos do jornalismo. Nesse sentido, o valor de relevância adquire notoriedade. Para Traquina (2005, p. 80) este valor “[...] responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas. Este valor-notícia determina que a noticiabilidade tem a ver com a capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação” (TRAQUINA, 2005, p. 80). Com isso, identificamos que esta narrativa também foi construída com base no valor de relevância, de noticiabilidade.

Adiante a narrativa mostra que os problemas nos EUA não pairam somente nas relações internacionais, o país também enfrenta questões internas:

E se as coisas andam ruins no plano externo, também não andam boas no plano interno. Não bastava a questão racial, chaga aberta no flanco do gigante; agora é a flor do povo – a sua mocidade, inquieta, rebelde, à procura de estranhos caminhos e arrastando os mais velhos na sua rota de contestação (QUEIROZ, 1971b, p. 130).

Ao trazer ao conhecimento do público as questões internas, a crônica mostra o quão crescente é o impacto da crise.

A tessitura da intriga articulada na narrativa em uma concordância discordante chega então ao clímax da questão:

Seria a hora de aparecerem os amigos, estendendo a mão ao povo americano. E escandaliza verem-se países como a Alemanha Ocidental, por exemplo, que deve aos Estados Unidos a sua própria existência como nação, entrar junto com os outros na corrida contra o dólar, esquecida, a ingrata, chuva de dólares do Plano Marshall que a arrancou da miséria, depois da derrota. A gente sabe, desde antes de Marshall, que os governos não têm amigos, têm interesses, mas assim mesmo faz vergonha.

É bom porém lembrarem-se todos que o sistema presidencial não é uma ditadura vitalícia: todos os quatro anos renova. 1972 vem aí. E quem sabe então, o povo americano não suscitará um líder a altura da sua grandeza, capaz de resolver os problemas do momento com autoridade e inteligência? Não esqueçamos que ali mesmo, na Casa Branca, já sediarão Lincoln, Roosevelt, Kennedy. E o leão referido poderá urrar de novo, significando à bicharada que o rei voltou... (QUEIROZ, 1971b, p. 130).

A narrativa na visão de Ricoeur (2010) se constrói a partir de duas entradas, a primeira, a temporalidade em que o tempo cronológico e o tempo da alma confluem para o tempo histórico, portanto, a temporalidade vigente em sua contextualidade. Por outro lado, a resolução da intriga a partir de uma concordância discordante. A narrativa em pauta procura solucionar a intriga abordando os vieses que a integram e que refletem as relações de poder. Os EUA, assim como o leão doente, veem-se sem “amparo” diante de um momento de fraqueza. Um momento de fraqueza que pode passar e o leão voltar a reinar é uma possibilidade posta na narrativa, deixada abertamente para que, no futuro, possa ser constatada.

A identidade narrativa aqui é movida pela força do caráter coletivo (*mesmidade*) reclamado ao homem, que, em sua ambição pelo poder, provoca desequilíbrio capaz de ameaçar toda uma conjuntura da economia mundial, ou seja, desequilibrar a vida da humanidade. No entanto é válido perceber que a *ipseidade* (*si próprio*) se apresenta

quando a narrativa traz um viés crítico-opinativo singular diante dos acontecimentos. Assim, a identidade narrativa aqui exerce uma função mediadora.

Por fim, podemos constatar que essa narrativa configura, numa intensa tessitura de intriga, traços predominantes do *ethos* jornalístico moderno, como os critérios de interesse público e de universalidade. A narrativa, tanto procura transmitir ao leitor os acontecimentos mundiais, políticos e econômicos que podem influenciar inclusive suas vidas, dependendo do cenário que possa se instaurar, como passa a mensagem de melhoras ao país em crise. Atualmente, podemos constatar que os Estados Unidos se recuperaram daquela crise dos anos de 1970, depois tiveram novas crises. De qualquer modo, o país se afirmou como a grande potência mundial.

7. “S.O.S nos Inhamuns”

Figura 21 – “S.O.S nos Inhamuns” – “Última página” – *O Cruzeiro* – 08 de novembro de 1972



Fonte: Biblioteca Nacional (1972a)

O sertão do Nordeste no Brasil é caracterizado pelas constantes secas e suas consequentes catástrofes para o povo. No ano de 1970, uma grande seca atingiu a região e, em decorrência das proporções devastadoras, o então presidente, General Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), resolveu visitar as zonas assoladas pelo fenômeno. Durante a viagem fez discursos protestando ajuda para os problemas do sertanejo. O discurso dizia:

Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo drama do Nordeste. [...] E hoje nesta cidade de Recife, perante governadores e ministros, pensando no povo nordestino, quero dizer que não me sinto com poderes e dons para fazer milagre, mas tenho firmeza, confiança e decisão para proclamar à Nação inteira que, que com ajuda de todos os brasileiros e com a ajuda de Deus, o Nordeste afinal haverá de mudar (SANTOS, 2017).

Pressionado pela situação, o então presidente decretou soluções emergenciais¹⁴². Uma delas era proporcionar às pessoas que viviam na região da seca uma nova “vida”, e essa nova vida viria com a construção da Rodovia Transamazônica. Ou seja, o governo decidiu transferir “[...] parte da população mais pobre do Nordeste para as margens extensas da rodovia que se apresentava como novo Eldorado. O projeto contribuía para a ocupação territorial da Amazônia pelo Estado brasileiro” (SANTOS, 2017, p. 366-367).

¹⁴² Em decorrência das situações emergenciais do Nordeste e do Norte, surgiram também os programas: 1. Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que tinha o objetivo de implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país; 2. Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), que foi instituído pelo Decreto nº 1.179, de 6 de junho de 1971, com a finalidade de proporcionar ao homem o fácil acesso à terra, melhores condições de trabalho, além de fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esses programas nunca funcionaram a contento, além disso, o governo não enfrentou a *indústria da seca*.

É importante compreender que a expressão *indústria da seca* criada por Antônio Callado (1917-1997) quando escreveu a obra *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil* (1960), refere-se ao *mito da seca*, utilizada desculpa para justificar a miséria que afeta os brasileiros que vivem entre o nordeste do Brasil e a região norte de Minas Gerais. Callado (1960) referia-se à existência de um *ciclo vicioso* de negociações em torno do *drama da seca* que remonta ao período colonial e à primeira república, quando ocorria comumente o favorecimento das elites pelas ações governamentais, sobretudo nas compensações eleitorais. Ou seja, ocorria que as elites locais manipulavam a distribuição das verbas concedida pelos fundos de combate às secas. E, o resultado era o *desvio de verbas* e o *superfaturamento*, praticados com o uso de verbas públicas para custear a contratação de empreiteiras que, normalmente eram ligadas às referidas elites que estavam no comando das regiões. Nessa *indústria da seca* os empresários, além de se beneficiarem dos créditos especiais oferecidos, renegociavam as condições daquelas regiões que declaravam falência ou moratória, ocasionadas devido aos *prejuízos da seca*. Nesse contexto, todos conseguem seus favores políticos. Uma realidade presente ainda nos dias atuais, embora não com a mesma proporção.

O *slogan* do projeto governamental era: “Homem sem terras no Nordeste e terra sem homens na Amazônia” (SANTOS, 2017, p. 367).

A Transamazônica foi inaugurada em 27 de agosto de 1972 e foi projetada para ligar as regiões Norte e Nordeste do Brasil com o Peru e o Equador. A rodovia reuniu diversos projetos e serviu também de instrumento de propaganda do regime militar. Atualmente (século XXI) a obra ainda se encontra inacabada e, do que foi construído, possui alguns trechos em situação precária¹⁴³.

A seca no Nordeste não acabou, a fome e a miséria ainda são realidades presentes. No ano de 1972 o povo nordestino reviveu os dramas de 1970.

Este o cenário de 1972 em Inhamuns, no Ceará. A partir deste contexto político-econômico-social e humano, foi configurada a crônica “S.O.S nos Inhamuns”. Essa compreensão de mundo é posta de forma bem clara na crônica. A narrativa inicia-se pelo ponto mais atual e de grande comoção social: “Causou impacto no país um noticiário de TV onde aparecem cenas da seca que ora assola os sertões dos Inhamuns, no Ceará” (QUEIROZ, 1972a, p. 144). E continua:

Mas, a nós cearenses, o que admira é só os Inhamuns estarem clamando por ajuda; desde os meados do ano, prevíamos que o verão ia ser duro, dadas as mesquinhas promessas do inverno escasso de 1971. Pergunta-se, como sempre, pela SUDENE, pelo DNOCS, pelas providências oficiais. Daqui de longe, não sei ainda o que as autoridades estão fazendo. Provavelmente fazem o indispensável – a abertura de frentes de trabalho em estradas e açudes, dando-se meios de sobrevivência aos agricultores flagelados. Será esse socorro, como sempre, apenas uma solução de emergência uma esmola disfarçada, que não ataca o mal pela raiz.

Contudo, esmola ou não, o socorro tem que ser prestado, enquanto não se descobrir uma solução efetiva para os problemas de estiagem nas regiões ditas “agrícolas” do Nordeste

“Agrícolas” na verdade, porque lavra da terra, embora tão precária e perigosa, é ainda a única opção de solução oferecida a população local. Pois, a não ser que se promovesse por ali uma revolução nos métodos agrícolas, tal como se experimenta (a peso de ouro) em Israel – não haverá região no mundo menos propícia a agricultura do que aquela (QUEIROZ, 1972a, p. 144, grifo do autor).

¹⁴³ De acordo com Santos (2017, p. 367), a Transamazônica é “[...] considerada uma obra faraônica devido as suas dimensões imponentes, a construção gerou muita polêmica por conta do desmatamento que era necessário e pela falta de planejamento para os crescimentos das cidades às suas margens”.

A narrativa reestrutura um quadro de calamidade pública constante, que se apresenta a cada momento, fazendo reviver dramas e tragédias que se renovam e se acentuam para aqueles que vivem nas zonas de seca. Mostra, jornalisticamente, o que Groth (2011) classifica de *o atual-novo*, valor que, embora acentue a novidade na atualidade, não traz ao público somente coisas novas, ou seja, não poupa “[...] a repetição que confirma e fortalece”, o que é, portanto, de grande relevância para a imprensa (GROTH, 2011, p. 224). No *ethos* jornalístico moderno, “[...] o jornalista não repete só para confirmar o que foi noticiado e dito anteriormente, mas sim, sobretudo, para ratificar e fortalecer a impressão. Nesse contexto, a repetição é penetrante, tanto no que é noticiado quanto no que é opinado [...]” (GROTH, 2011, p. 224). A repetição, desse modo, serve tanto para confirmar como para recordar fatos de interesse público, resultando no efeito duplicado dos acontecimentos como forma de repetição para “[...] reivindicações e ataques antigos por meio de novas formulações e constatações com o novo”.

Com base na repetição e no novo-atual dos fatos sobre a seca, a narrativa configura-se a partir do que saiu pelo noticiário da televisão, um passado-presente. Mas também recorreu aos acontecimentos que ficaram no tempo, que tornam a se repetir e que são aqui rememorados pela narrativa. Quando aparece na textualidade o tempo *sempre*, remete-nos a compreender que, primeiro, é um fenômeno que acontece constantemente e a população nordestina clama por socorro; segundo que esse é “sempre o mesmo”, tanto que podemos observar a ironia e a crítica aos costumes dos setores governamentais responsáveis pelas iniciativas oficiais para solucionar a problemática regional. Por isso, existe a preocupação diante das eventuais soluções que os órgãos governamentais fossem encaminhar naquele momento.

A ação narrada desenvolve-se, através de uma sequência de elos encadeados, em uma concordância discordante, a partir da questão da seca no Nordeste para as demais questões brasileiras que se interligam a ela.

Num segundo momento, a narrativa recorda o tempo em que o presidente Médici testemunhou o quadro de miséria no sertão do Ceará: “Quando em 1970, no auge da terrível seca, o Presidente Médici esteve nos Inhamuns, emocionou-se profundamente com os quadros de miséria a que assistiu e disse uma frase que ficou registrada na memória daquela gente: “Isso tem que acabar”” (QUEIROZ, 1972a, p. 144). A forma como é narrada a visita, dando destaque ao fato de o presidente, autoridade maior do país, ter se emocionado com o quadro de calamidade da cidade, e ao enfatizar a frase que ficou

gravada na memória da população, traz o efeito emocional que o jornalismo procura provocar na cobertura de calamidades. O jornalismo tem por função relatar os acontecimentos do mundo social. Dessa forma, articula saberes de outros campos, o que acontece dentro de um contrato de comunicação. Em diversos momentos, o jornalismo se utiliza de efeitos emocionais com fins estratégicos que devem produzir persuasão. Contudo as emoções, embora sejam experiências subjetivas, no jornalismo são indissociáveis do conteúdo lógico, pois somente a razão não é suficiente para alcançar o leitor de forma mais intensa. Entendemos, dessa maneira, que a narrativa tem a intenção de informar, mas também de emocionar o público leitor.

A intriga se mostra diante de um problema não solucionado, inacabado:

Ah, não acabou, Presidente. Não porque o governo não tentasse, mas realmente porque é difícil. Lançou-se, por exemplo, o projeto grandioso da Transamazônica, com a ideia de atrair para as terras bem irrigadas do Norte as populações maltratadas pela vulnerabilidade dos invernos, no Nordeste. Mas, sem querer diminuir a força civilizadora que é a abertura da grande estrada, não será ela que irá resolver o drama do Nordeste. Portas abertas à emigração sempre houve, e os que têm de emigrar partem cedo.

Mas há a grande proporção dos que preferem morrer a retirar e, para esses, não há transamazônica que dê jeito. Aliás, essa ideia do esvaziamento de regiões assoladas pelas secas tem sido a pedra no caminho de muitos políticos que, de boa-fé, a acolhem como saída para uma situação aparentemente irremediável. Na tradição da minha família conta-se que José de Alencar, até então o ídolo da sua província, perdeu todo prestígio e nunca mais se elegeu para nada, no Ceará, depois de ter, como deputado, proposto a mudança em massa da população da terra, acossada por uma grande seca (QUEIROZ, 1972a, p. 144).

A narrativa reconhece que de uma certa forma o governo tentou solucionar o problema daquele povo na miséria. Tomou algumas medidas, dentre elas a construção da Transamazônica, iniciada em 1970 e inaugurada no ano aqui referido, 1972. Mas rememora, ao mesmo tempo, que a emigração sempre existiu e a Transamazônica não é a solução para a seca, nem para vida do povo nordestino que quer viver em suas próprias terras. Para dar maior força à afirmação sobre a não solução, mostra que essa política no século XIX já foi utilizada, como foi o caso do escritor José de Alencar que, ao se apoiar na política da emigração, perdeu o prestígio diante dos seus eleitores.

Nesse ponto, a narrativa recorre ao valor de verdade do jornalismo ao apresentar a realidade e *comprovar* através de um exemplo, que a política da emigração é ineficaz

para a solução da seca e da miséria do sertão nordestino. Ao contrário, perde-se a credibilidade com esse tipo de política.

Pensar a verdade como valor jornalístico é pensar como essa verdade impacta a vida cotidiana. O jornalismo procura fazer crer que aquilo que ele revela a respeito dos fatos e acontecimentos do mundo configura-se em verdade e faz parte da própria realidade. No jornalismo, os valores-notícia servem para selecionar os acontecimentos que serão publicados, as fontes e as versões que serão divulgadas, o que impactará a construção de um regime de verdade (FOUCAULT, 1979) e o conhecimento social da realidade de uma determinada época. Dessa forma, a verdade jornalística não se constrói apenas pela referência ao real, aos acontecimentos, mas é fruto de relações de poder e do contexto histórico que condicionam o seu aparecimento e tem repercussões importantes na construção social da realidade.

Assim, diante da verdade revelada sobre a seca no Nordeste e suas consequências, a narradora-cronista se posiciona na narrativa indicando aos leitores e a todos os atores sociais que a solução para essa “dura realidade” é o trabalho conjunto de todos:

O que nós todos, governos, particulares, estudiosos, juntando as cabeças, temos que descobrir é a fórmula que proporcione condições de vida pelo menos toleráveis às regiões mais ingratas do Nordeste – mas sem retirar a população de lá. Porque sair voluntariamente eles não saem, e obrigar a sair ou abandoná-los por lá ninguém pode. Talvez seja preciso um milagre – mas não estamos em tempo de milagres. Se a terra não se presta à agricultura, temos que partir para outro meio de vida. E há que descobrir esse remédio depressa, pois se, no dizer do poeta, “o amor não pode esperar”, muito menos pode esperar a fome. O presidente Médici sabe, O presidente Médici viu (QUEIROZ, 1972a, p. 144).

Nesse último trecho, não podemos deixar de compreender que a narrativa vai além, levando em consideração a coincidência com o teor do discurso proferido pelo presidente Médici no Nordeste e o que foi divulgado na época. Assim como, no discurso, o presidente lembra o público da impossibilidade de acontecer um milagre e alerta todos os atores sociais de que somente o trabalho conjunto poderá achar a solução do problema. O teor crítico da narrativa conclui-se quando destaca que o presidente testemunhou o acontecimento, tendo assim ao nosso ver duas intenções: 1. O testemunho da credibilidade para o público compreender que o acontecimento foi real já que, além de tudo, não é qualquer testemunho, é o do presidente; 2. Ao revelar que o presidente

testemunhou o acontecimento mas que a situação na região continua igual: a seca, a miséria e a fome permanecem. A narrativa objetiva proporcionar a reflexão sobre as atuações do governo.

A identidade narrativa por sua vez se revela potencialmente numa *mesmidade*, o mundo foi configurado pela importância do caráter coletivo, pelo compartilhamento no pensar sobre a catástrofe da seca. Mas a *ipseidade* apresenta-se na particularidade, na alteridade diante do Outro. Ou seja, é crítica diante do mundo que não muda e de um governo que traz apenas as mesmas soluções.

8. “Incentivos para a cultura”

Figura 22 – “Incentivos para a Cultura” – “Última Página” – *O Cruzeiro* – 15 de novembro de 1972



Fonte: Biblioteca Nacional (1972b).

A cultura é um importante componente para o desenvolvimento de qualquer nação. É o pilar que apoia a identidade de um povo, juntamente com os fatores econômicos e sociais. É através dela que os grupos que compõem a sociedade participam e contribuem para o bem comum.

As manifestações culturais, sejam de preservação e de memória, sejam de criação artística – todas são formas de expressão de identidade –, são importantes também porque geram empregos em vários setores – da mão de obra artesanal à tecnologia avançada de informatização. Além disso, ao crescer em qualidade e quantidade, o entretenimento cultural cria um mercado próprio que se consolida como parte da estrutura do turismo e da indústria criativa do país.

Com essa importância, a busca por facilitar o acesso a toda a população tornou-se palpável e a cultura começou a extrapolar suas margens *limitadas*. Os setores público e privado passaram a procurar meios de investir ou incentivar a cultura, ainda que, se comparados a outras demandas como saúde e educação, os investimentos e os incentivos para a cultura sejam menores.

No ano de 1972, José Sarney, quando ainda era senador da república pelo Estado do Maranhão, apresentou um projeto de lei para conceder benefícios fiscais na área da cultura, com isenção de Imposto de Renda.

É nesse contexto em torno da cultura, sua importância e dimensão e acerca da criação de um projeto de lei que visa ao incentivo econômico e cultural que a narrativa foi configurada:

O meu amigo José Sarney apresentou um projeto no Senado (onde representa o Maranhão), permitindo dedução do Imposto de Renda para fins culturais. As quantias assim obtidas devem ser aplicadas comprovadamente: 1) na compra de obra de arte; 2) na compra de livros de arte e patrocínio de edições artísticas; 3) na edição, sem fins lucrativos, de obras de interesse cultural; 4) no estímulo a edições de autores estreados; 5) em prêmios destinados a livros, obras de arte e partituras musicais; 6) na recuperação de prédios e logradouros públicos de interesse para o patrimônio artístico e cultural da nação; 7) na construção de monumentos que visem a preservar a memória histórica e cultural do país; 8) na realização de congressos que tenham por objeto a literatura e as artes; e 9) na promoção de manifestações musicais artísticas válidas e sem finalidades lucrativas (QUEIROZ, 1972b, p. 130).

A ação narrada apresenta-se a partir do ponto momento em que é apresentado o novo projeto de lei e segue para seus resultados, caso seja aprovado. A narrativa refere-se ao projeto de lei apresentado em 26 de setembro de 1972 pelo então senador José Sarney, para conceder benefícios fiscais, na área do Imposto de Renda, a toda a atividade de caráter cultural. No entanto é importante destacar em nosso lugar de interpretação que muitos anos se passaram até a assinatura do decreto que regulamentou a Lei nº 7.505, mais conhecida como Lei Sarney, em 3 de outubro de 1986. Ou seja, a aprovação só se

deu depois que o regime militar findou e quando José Sarney assumiu a Presidência do Brasil. Esta primeira experiência de incentivo fiscal à cultura durou até o ano de 1990. No ano seguinte, em 1991, no governo do presidente Collor de Melo, outra lei de incentivo fiscal à cultura foi promulgada, a Lei nº 8.313, mais conhecida como Lei Rouanet (presente até os dias atuais no século XXI) – referência e homenagem ao ex-secretário de cultura Sérgio Paulo Rouanet.

Num primeiro momento, a narradora-cronista (jornalista) coloca-se utilizando o seu lugar de fala, para destacar com o seu *Eu* suas relações de amizade com a finalidade de mostrar ao leitor a importância da personalidade que é José Sarney (seu amigo). Importante porque, como destacado na narrativa, além de ser senador, Sarney é amigo da narradora-cronista. E essa informação, aparentemente sem importância, intenciona passar para o leitor credibilidade. Ou seja, como os leitores que acompanham a coluna confiam nela, também podem passar a confiar em quem é seu amigo e em seus projetos. Ao se situar então no texto, a narradora-cronista quer passar ao leitor relevância e credibilidade, além de trabalhar com o critério de notoriedade.

A notoriedade apresenta-se pelo grau de importância e hierarquia do indivíduo envolvido no acontecimento. Ou seja, na imprensa de referência, um acontecimento será de maior relevância se os indivíduos envolvidos forem importantes, tiver impacto sobre a nação, gerar importantes desdobramentos e for relacionado a políticas públicas (TRAQUINA, 2005). Assim, um senador com um novo projeto de lei tem valor-notícia e é de interesse público.

Muitas vezes lendo a excelente literatura de José Sarney, eu me perguntava por que um escritor nato da categoria dele se extraviava pelos penosos descaminhos da política. Mas tudo tem a sua vez e o seu sentido, e agora José Sarney, no lugar do Senado que lhe deu a política, vem em socorro da literatura e das demais artes, pagando, com seu projeto salvador, pelos livros não escritos que nos estava a dever (QUEIROZ, 1972b, p. 130).

Nesse ponto, a narrativa aponta para outro grau de relevância que é o fato de José Sarney ser escritor¹⁴⁴, poeta e ensaísta que, aos olhos da narradora, tem uma “excelente literatura”, por isso, lamentava que ele se enveredasse pelos caminhos da política. Assim,

¹⁴⁴ José Sarney é o sexto ocupante da Cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras (ABL), foi eleito em 17 de julho de 1980 e recebido em 06 de novembro de 1980. Para mais informações, basta acessar: < <http://www.academia.org.br/academicos/jose-sarney> >.

a narrativa enaltece o personagem, ao colocar que este estava na política em prol de uma luta cultural “[...] em socorro da literatura e das demais artes” (QUEIROZ, 1972b, p. 130).

A narrativa segue retratando o cenário de incentivo cultural:

O Senado é, por definição, um colegiado de homens cultos, mas é curiosa a contradição que lá se observa: o desinteresse da Casa pelos problemas específicos da cultura; parece que os pais da Pátria – como a maioria dos outros responsáveis pelo governo do país e fora as honrosas exceções, é claro – acham que a cultura é luxo de povo rico, que há muitos problemas para cuidar no Brasil, mais prementes que os problemas culturais. Sim, é muito justo dar incentivo ao Turismo, por exemplo, mas quem pensa que sem cultura não pode haver turismo – que turismo não é só praia, montanha e hotel de luxo? (QUEROZ, 1972b, p. 130)

O mundo em questão é configurado em uma concordância discordante em que a tessitura da intriga se apresenta pelo questionamento em torno dos atores sociais responsáveis por parcela do destino de um país, os senadores – pessoas “cultas”, mas que, ao mesmo tempo, não veem na cultura algo promissor ao alcance de todos.

A identidade narrativa em *mesmidade* (identidade idem) expõe o caráter coletivo com o propósito de explicar o que realmente se mantém como idêntico em termos culturais, ao longo do tempo, de tal modo que possamos compreender que a cultura é o centro de tudo. Em *ipseidade* (identidade ipse) revela a própria discordância da vida, a ética, o que se distingue, a alteridade. É quando a narrativa se apresenta de forma crítica por um olhar pontual, filtrado, marcando a relação de permanência com o tempo. Nesse ponto, a narrativa mostra a carga de preconceito quando, ao situar a cultura, compara pessoas e manifestações.

Seguindo os passos da narrativa, esta trata sobre as reflexões culturais no estágio da modernidade. A cultura é de interesse jornalístico e público, observa-se, portanto, que neste tempo moderno, a mídia vem orientando o debate e estabelecendo parâmetros para a crítica cultural, política e intelectual.

Cultura está na base de tudo, cultura é o caldo necessário a qualquer tipo de desenvolvimento, é a atmosfera sem a qual o progresso não respira. Porque cultura não são apenas três cabeludos encenando peças experimentais, não é o poeta polindo um soneto, outros cabeludos pintando quadros abstratos: cultura não são dilatantes na sua torre de marfim. Cultura é a inteligência posta a serviço da nacionalidade, cultura é ciência, é arte, é conhecimento, é livro, quadro, estátua, língua, música, museu, cidade; é passado e presente, é documento, é história, é

direito, é civilização. É saber ler e escrever, é proteção ao patrimônio natural e à memória histórica. Sem cultura não há identidade nacional. E apesar disso tudo, os problemas culturais dificilmente sensibilizam os que mandam nos dinheiros públicos; a cultura é a enjeitada dos orçamentos, é a primeira vítima dos cortes de verbas. As instituições culturais vivem, quase que por um milagre, ao sol e ao sereno, vítimas de toda espécie de inimigos – dos cupins energúmenos e demagogos. As verbas de que dispõe uma instituição da importância do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (para só citar o SPHAN) chegam a ser irrisórias em vista das necessidades.

Não é que a gente subestime a urgência de outras solicitações – educação, saúde, transportes etc. –, mas o caso é que a cultura está dentro disso tudo e tudo isso depende da cultura para ter utilidade (QUEIROZ, 1972b, p. 130).

Os fatos são narrados de forma crítica diante de uma realidade em que a cultura não ocupa espaço de destaque, o que acaba por influenciar o desenvolvimento da nação. As instituições culturais vivem/sobrevivem com verbas irrisórias, o que dificulta a atividade cultural. Assim, a narrativa quer mostrar ao leitor a urgência em se investir em cultura, não desmerecendo outras áreas, mas mostrando que ao valorizar a cultura estará diretamente valorizando e influenciando as demais questões como educação, saúde etc. Ou seja, conforme a narrativa, a cultura está em tudo e por isso deve-se investir nela.

A crônica trata de um acontecimento recente, que é o novo projeto de lei proposto por José Sarney. O projeto, voltado para o campo cultural, possui grande potência de interesse público, além de contar com a notoriedade do autor. A narrativa procura mostrar a realidade da cultura, em paralelo à importância que deveria ter. Ao mostrar a realidade, a narrativa se apropria de um suposto valor de verdade do jornalismo. A verdade sobre como a cultura é tratada no país pelos seus representantes que, embora *cultos*, não se sensibilizam por investir em cultura. De acordo com a narrativa, poucas são as exceções.

O valor de verdade jornalística nesta crônica procura sensibilizar o leitor para uma realidade que existe, mas precisa ser mudada, para o bem social. Assim, a crônica assume a importância jornalística diante da esfera social, possibilitando um conhecimento de mundo à população e influenciando a memória coletiva desta população, levando em consideração que as pessoas recorrem à mídia para ficarem informadas diante do que ocorre no mundo ou para compreender e constatar o que já sabem, tendo como reforço informativo a mídia. Nessa perspectiva a narrativa jornalística apresenta-se como *verdade* ou *constatação de verdades*. O jornalismo procura assumir, portanto, o papel de referência para seu público leitor.

4.2.3.2 A narrativa de Maria Judite de Carvalho e o jornalismo

Como dito anteriormente, Maria Judite de Carvalho, assim como Rachel de Queiroz, além de atuar nos periódicos de Portugal, era uma escritora de projeção naquele país. No jornalismo, era a responsável pela coluna “Rectângulos da Vida” e também atuava como jornalista em outros espaços do mesmo periódico, o *Diário de Lisboa*. Talvez por este motivo Maria Judite de Carvalho tenha optado por trabalhar no espaço referido com textos mais pessoais, simples e informais e pouco aderentes ao *ethos* jornalístico moderno (forjado para o ambiente informativo).

Vale reforçar, no entanto, que as crônicas aqui escolhidas abordam narrativas que possuem algum ângulo do modo de ser do jornalismo moderno ao qual estamos nos referindo nesta tese. Logo são carregadas, mesmo que de modo leve, de valores-notícia e de interesse público, por exemplo.

1. “O ano dos corações transplantados”

Figura 23 – “O ano dos corações transplantados” “Rectângulos da vida”- *Diário de Lisboa* - 3 de fevereiro de 1968



Fonte: Fundação Mário Soares (1968b).

A primeira crônica de Maria Judite de Carvalho que analisaremos coincide em temática com uma das crônicas de Rachel de Queiroz analisada. Maria Judite de Carvalho

publicou em 3 de fevereiro de 1968 o texto “O ano dos corações transplantados”, enquanto que Rachel de Queiroz publicou em janeiro do mesmo ano a crônica “O coração de Washkansky”.

A narrativa sobre os corações transplantados na África do Sul segue caminhos bem diferentes dos da crônica de Rachel de Queiroz, mas é possível verificar tanto o interesse público, o caráter de universalidade, a pontuação da atualidade, assim como os valores-notícia. Por outro lado, a narrativa é muito mais lírica, carregada de uma ponderação que se apoia na literatura e traz dela os aspectos estéticos e poéticos.

O escritor brasileiro Afonso Schmidt tem um lindo conto intitulado “Olhos alheios” em que nos narra a história de um banqueiro que cegou e a quem foi feita uma substituição de olhos. Uma espécie de peças de recarga, tal como nos automóveis. Como se tratava de um homem importante, cuidou-se, claro está, que eles não fossem míopes, nem vinhos, nem cansados. Dois olhos em bom estado, jovens, bonitos até. A operação correu bem, mas quando retiraram os olhos ao banqueiro, este pôs-se a ver demais [...].

Os acionistas, coitados, andavam numa roda viva e com toda razão, diga-se de passagem, até porque um dia veio a saber-se que acontecera, de facto, uma calamidade: o médico substituíra os olhos de um banqueiro pelos olhos de um poeta lírico que morrera atropelado (CARVALHO, 1968b, p. 3).

Com essa configuração do fato a partir do ambiente da literatura – diferente, portanto, de todas as demais configurações do ambiente informativo e outros, incluindo da Rachel de Queiroz, já interpretada em momento anterior –, a narrativa segue por caminhos que levam o leitor a questionamentos éticos revelando uma identidade narrativa que traz um posicionamento a partir da *mesmidade*, enquanto projeção de um caráter coletivo.

As substituições de olhos, que Afonso Schmidt viu com tanta poesia, são hoje, porém, história antiga. Estamos em 1968, o ano dos corações transplantados – não parece mesmo que se trata de flores? O campeão de pesos e halteres com coração de rapariga morreu. O branco com coração de mestiço parece que vai sobreviver. Na terra do “apartheid” (esquecido pelos vistos in articulum mortis), um corpo branco dar-se com um coração negro, não é estranho? (CARVALHO, 1968b, p. 3).

É nesse momento e sem abandonar o lirismo que a narrativa se carrega de um potencial jornalístico questionador, ético e denunciador. A configuração da narrativa é carregada pelo *si* mesmo cultural da narradora que insere na narrativa dados dos problemas sociais e do grave ambiente de racismo que vivia a África do Sul.

Na época, a África do Sul era dominada pela política racista do *apartheid*¹⁴⁵ (segregação racial), que, embora existisse desde o período colonial, somente nos anos de 1940, após as eleições gerais de 1948, foi introduzida como política oficial. O propósito do *apartheid* era a separação das raças no terreno jurídico (brancos, asiáticos, negros etc.), estabelecendo uma cadeia hierárquica em que a raça branca predominava diante do restante da população, ou seja, a raça branca detinha o poder. Os negros eram privados da cidadania, o governo segregou os serviços públicos em geral, principalmente, saúde e educação. Era tão forte a segregação que não se permitia a doação de sangue entre negros e brancos. Por isso, a imprensa mundial, incluindo o *Diário de Lisboa*, com a crônica *O ano dos corações transplantados*, não deixou passar esse paradoxo que surgiu com os primeiros transplantes de coração.

Nessa narrativa está evidente que o questionamento posto refere-se à situação crítica vivida pela África do Sul com o *apartheid*. Principalmente com o fato de que com os corações transplantados novas questões estavam surgindo. São dois casos destacados pela narrativa: o primeiro é referente ao caso do transplante de Washkansky, que recebeu em dezembro de 1967 o coração de uma jovem, mas não sobreviveu; o segundo refere-se ao transplante do jovem dentista Philip Blaiberg, de cor branca, em 2 de janeiro de 1968, que recebeu o coração de um jovem negro. Nesse ponto, percebemos critério de atualidade, pois os fatos recentemente aconteceram e, além de tudo, trazem a novidade tanto sobre o primeiro transplante de coração e seu resultado como e principalmente sobre o segundo transplante de coração, que é de um negro para um branco. Em seguida a narrativa traz reflexões diante desse novo acontecimento e, lembrando a Afonso Schimdt, questiona qual seria o futuro desse jovem recém-transplantado:

Se quiséssemos – ou soubéssemos – glosar Afonso Schmidt podíamos imaginar o que seria o futuro desse branco que um coração negro fizesse descer de classe. Sentir-se-ia inferiorizado? Teria raiva ao seu novo coração que o abastardará? E, se o banqueiro se tornou poeta às custas dos seus novos olhos, porque não seria possível que esse homem agora encarrasse a vida como um negro, sofresse, agisse como um negro, sentisse de perto injustiças e misérias [...] (CARVALHO, 1968b, p. 3).

¹⁴⁵ É importante destacar que “[...] O apartheid começou a ser desativado pelo presidente Frederik De Klerk [1990] num tortuoso processo que culminou com a eleição de Nelson Mandela à presidência do país em 1994. Esse processo foi difícil, com inúmeros conflitos internos” (VISENTINI, 2007, p. 142-143).

A construção da intriga e a resolução desta se faz, como dito, na esfera do lirismo, contudo, nem por isso, coloca-se menos potente. Ao contrário, a potência questionadora se dissolve e permeia toda a narrativa, sendo, portanto, capaz de sensibilizar os leitores e despertar o pensar.

Mas tudo isso é literatura. O próprio Dr. Christian Bernard declarou há tempos em entrevista concedida em um jornal português: “Penso que isso não afeta o assunto do “apartheid” de qualquer maneira e não vejo que a transplantação de um coração de um homem de cor para um europeu, faça deste europeu um homem de cor. Quando atingirmos o ponto de vista básico ou de vida humana, não há diferenças entre africanos e europeus”.

De resto, o coração, diz Candido de Figueiredo, é um órgão musculoso, centro da circulação do sangue. Mais nada (CARVALHO, 1968b, p. 3).

Como visto, a narrativa tece a intriga de maneira a polemizar o fato já conhecido pela sociedade pelo viés do lirismo, recorrendo à literatura. A narrativa não se detém a pormenores do fato narrado, ela foi reconstruída de acordo com as estruturas de pré-compreensão disponíveis para o *si* cultural da narradora. Todo o texto e sua conclusão colocam em xeque uma temática patente naquela contextualidade e, ainda hoje, centro de grandes problemas sociais em todo o mundo, o racismo.

O coração, enquanto construção cultural de lugar do amor e das boas emoções, é confrontado na narrativa de Maria Judite de Carvalho e se torna tão somente um mero músculo, cuja transposição entre brancos e negros não é capaz de mudar as visões culturais hegemônicas. Essa narrativa revela toda a potência jornalística da narradora, somente visualizada esporadicamente.

2. “Os visitantes da Lua”

A próxima narrativa de Maria Judite de Carvalho que interpretaremos se situa no ambiente da temática da corrida espacial e destaca as viagens do homem à Lua.

A Lua sempre esteve presente no imaginário humano ao longo da história. A busca pela compreensão do misterioso corpo celeste levou ao surgimento de diversas lendas, histórias, pesquisas, teorias científicas e ficcionais etc. Um exemplo disso é o volume de publicações de ficção científica, escritores que parecem profetizar realidades através da ficção. O fascínio pelo desconhecido leva a especulações variadas de mundo

imagéticos, mas com realidade possíveis. Muitas são as especulações sobre o que deve haver no lado oculto da Lua.

Diante deste contexto, o ambiente de configuração da ação narrada nesta crônica parte da ponte com a literatura. Recorre ao mundo ficcional para levar o leitor a uma melhor compreensão do mundo real, do que está acontecendo na atualidade sobre a corrida espacial, de quem será o primeiro homem a chegar à Lua. Uma questão que há tempos já vinha sendo pautada pelas obras de ficção científica.

Figura 24 – “Os visitantes da Lua” “Rectângulos da vida” – *Diário de Lisboa* – 26 de setembro de 1968

DIÁRIO DE LISBOA26 SETEMBRO 1968PÁGINA 3

Bolsa de Estudo da Liga dos Combatentes

Está aberta na secretaria-geral da Liga dos Combatentes, até ao dia 30, a inscrição para uma bolsa de estudo a conceder no ano lectivo de 1968-69, do curso Ifoesi, a um militar que se tenha distinguido em campanha no Ultramar.

A bolsa foi generosamente atribuída pelo Externato Leal Conselheiro, que deste modo pretende auxiliar um expedicionário.

A Liga dos Combatentes pede aos seus filiados que estejam interessados que se dirijam à sua secretaria-geral, das 10 às 13 ou das 15 às 18 horas.



RECTÂNGULOS DA VIDA
MÁRIA JUDITE DE CARVALHO

OS VISITANTES DA LUA

Eis de vez em quando um céu noturno, extremamente grande, fabuloso, um céu redoma. Quanto mais olhamos mais estrelas vamos descobrindo, estrelas e poeira de estrelas e Vênus entre elas e a Lua em primeiro plano, tão próxima e tão solta que parece mesmo que vai cair, que nos vai de repente esmagar com a sua face luminosa. Há quantos séculos olham os homens para a Lua, há quantos séculos sonham com ela?

Do ensaio do escritor brasileiro André Carneiro, «Introdução ao estudo da Science-fiction», respigo uma série de autores que no seu tempo fizeram, embora por escrito, a sua viagem à Lua. Temos em primeiro lugar Plutarco, que, pouco depois de Cristo, descreveu minuciosamente o nosso satélite e seus diabólicos habitantes

de Face in Orbe Lunare. Seguiu-se-lhe Luciano de Samosata que conta em Icaromenippu e em Vera História a fabulosa aventura de um barco lançado contra a Lua por uma tromba de água. Para Samosata a Lua também era habitada. Em Orlando Furioso, de Ariosto, que data de 1516, um personagem secundário visita também o nosso satélite. Cem anos depois, Kepler, contemporâneo de Galileu, narra em Somnium uma viagem Terra-Lua num aparelho conduzido por seres diabólicos. Em 1638 surgiu em Inglaterra um livro, O Homem na Lua, escrito por um clérigo, livro onde os salenitas não eram diabos, longo disso. Eram mesmo seres tão puros que sempre que algum menos perfeito aparacia entre eles, imediatamente o mandavam para a Terra, espécie de Costa de

África lunar. A descoberta de um mundo novo (1640), de John Wilkins, trata também do nosso satélite, onde se chegava num certo volante. Cyrano de Bergerac escreveu em 1650 as Viagens aos Estados e Impérios da Lua e do Sol. Em 1864 surgiu uma História da Viagem à Lua, de Crysostom Trueman, à qual se seguiram os nossos conhecidos Julio Verne e H. G. Wells.

Agora, no mês da Zond 5, quando o homem se prepara com entusiasmo para um dia destes alunar, e já não literariamente mas de facto, spotas recordar aqueles que ao longo dos séculos obsessivamente sonharam essa viagem, e, à falta da melhor, a foram escrevendo.

Fonte: Fundação Mário Soares (1968c).

Eis de vez em quando um céu noturno, extremamente grande, fabuloso, um céu redoma. Quanto mais olhamos mais estrelas vamos descobrindo, estrelas e poeira de estrelas e Vênus entre elas e a Lua em primeiro plano, tão próxima e tão solta que parece mesmo que vai cair, que nos vai de repente esmagar com sua face luminosa. Há quantos séculos sonham com ela?

Do ensaio do escritor brasileiro André Carneiro <Introdução ao estudo da Science-fiction>, respigo uma série de autores que no seu tempo fizeram, embora por escrito, a sua viagem à Lua. Temos em primeiro lugar Plutarco, que, pouco depois de Cristo, descreveu minuciosamente o nosso satélite e seus diabólicos habitantes de Face in Orbe Lunare. Seguiu-se-lhe Luciano de Samosata que conta em Icaromenippu e em Vera História a fabulosa história de um barco lançado contra a lua por uma tromba de água. Para Samosata a lua era habitada. Em Orlando Furioso, de Ariosto, que data de 1516, um personagem secundário visita também nosso satélite. [...] (CARVALHO, 1968c, p. 3)

A narrativa em análise apresenta uma realidade em que há muito tempo a humanidade sonha com os mistérios da Lua, tanto que os escritores de ficção científica trazem para o imaginário das pessoas possibilidades de exploração e de conhecimento sobre este satélite natural. Como exemplo, destaca de início o livro do escritor André Carneiro, que foi destaque na ficção científica durante a década de 1960. Seu livro *Introdução ao Estudo da Science Fiction*, de 1967, foi o primeiro estudo em português que apresentou e discutiu alguns dos principais temas relacionados à ficção científica, como “A ciência na vida contemporânea” em que avalia o impacto dos avanços da ciência no cotidiano e o reflexo desse fenômeno na ficção (CARNEIRO, 1967). Depois em uma sequência cronológica (levando em consideração o tempo da existência humana) apresenta uma série de escritores que se dedicaram aos mistérios que envolvem o universo e a Lua.

A crônica apresenta traços de interesse público, universalidade, atualidade e reverbera valores-notícia; não relata os últimos movimentos que levariam os norte-americanos à Lua no ano seguinte e nem se detém à pontualidade informativa sobre acontecimentos concernentes à corrida espacial entre norte-americanos e russos, mas recorre a uma narrativa literária para falar das viagens à Lua realizadas por homens do passado, ainda que somente em narrativas literárias ou ficcionais.

Nessa primeira parte, a narrativa pouco traz da ação a ser narrada. A configuração da intriga obedece muito mais a características da crônica tradicional do que a uma proposição do jornalismo moderno.

A narrativa continua relatando outras tantas viagens à Lua ou descrevendo os possíveis seres que habitavam o satélite da Terra que, ora eram diabos alienígenas capazes de destruir a humanidade, ora eram completamente puros.

[...]. Em 1638 surgiu na Inglaterra um livro, *O homem na Lua*, escrito por um clérigo, livro onde os selenitas não eram diabos, longe disso. Eram mesmo seres tão puros que sempre que alguém menor perfeito aparecia entre eles imediatamente o mandavam para a terra, espécie de Costa de África lunar. A descoberta de um mundo novo (1640), de John Wilkins, trata também do nosso satélite, onde se chegava num carro volante. Cyrano de Bergerac escreveu em 1650 as *Viagens aos Estados e Impérios da Lua e do Sol*. Em 1864 surgiu uma *História da Viagem à Lua*, de Crysostom Trueman, à qual se seguiram os nossos conhecidos Júlio Verne e H. G Wells (CARVALHO, 1968c, p. 3).

Mas, estranhamente, a ação narrada em seguida centra-se no foco da agenda do público e da mídia em todo o mundo, a saber: a corrida espacial e a ida à Lua somente aparecem no último parágrafo da crônica.

Agora no mês da Zond 5, quando o homem se prepara com entusiasmo para um dia desses alunar e já não literariamente, mas de fato, apetece recordar aqueles que ao longo dos séculos obsessivamente sonharam essa viagem, e à falta de melhor, a foram escrevendo (CARVALHO, 1968c, p. 3).

O *si* cultural da narradora cronista subverte, intencionalmente, a ordem da estrutura de uma narrativa jornalística no modelo moderno, a que estamos nos referindo e que inicia pelos fatos considerados importantes; normalmente, apresentados no início com a intenção de reunir os principais aspectos da narrativa informativa, condensados na estrutura do *lead*. A narrativa aqui, como dito, faz clara opção pelos caminhos de uma crônica tradicional e, embora guarde potência do modo de ser do jornalismo moderno, cujas características localizadas na crônica já foram mencionadas, caminha por outros espaços para também fazer pensar e provocar novas refigurações posteriores.

Vale pontuar que a narrativa não esclarece em nenhum momento o que é a Zond 5, ou seja, a configuração parte de um ambiente prefigurado e pré-compreendido em que a sociedade já possui amplo conhecimento do assunto. Aqui recordamos que a Zond 5 foi a quinta missão do programa espacial soviético Zond e que aconteceu no auge da corrida espacial travada entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Zond 5 deu uma volta ao redor da Lua levando representantes da fauna e da flora da Terra. A missão foi considerada um sucesso.

A configuração da narrativa, no entanto, foi por outros caminhos e novamente foi o lirismo quem guiou a crônica, provocando um pensar nos avanços tecnológicos da humanidade, que finalmente sairia das viagens ficcionais para ingressar nas aventuras reais.

3. “O homem e a morte”

Figura 25 – “O homem e a morte” “Rectângulos da Vida” – *Diário de Lisboa* – 24 de fevereiro de 1970

outro lado, os milhares de produtores honestos e dispendiosos e inorganizados. Assim, para a partilha do produto nacional, confrontam-se os empresários industriais com os agricultores do mesmo modo que se opõem, em plano mais ge-

cente à produção industrial e à criação de equipamentos sociais mediante investimentos cada vez mais pesados, que não se compadecem com as incertezas e flutuações do mercado, implicaram a adopção de métodos de plane-

por trabalhadores capitalistas, os primeiros pelo contrário são, em larga medida, ademas proprietários do capital, com uma influência efectiva cada vez menor no funcionamento das s u a s empresas. Há, pois, diferenças específicas

transfêrencia dos poderes de decisão dos detentores do capital para a tecnocrata. De tal modo se abriu o caminho aos vários reformismos tecnocratas, que assegurariam não

Continua na 14.ª página)

Momentos houve em que a Brandão foi tida como exemplo do que era preciso não se fazer e símbolo, precisamente, do contrário do que se deveria fazer, sinal da incúria, sinal do que não se entendia como é que, sinal mais do de suspeitas, de favores de repartições que fechavam os olhos ou talvez até nem fossem capazes de os abrir. Mas depois os outros não foram, no pouco profundo do esquecimento com os seus vinte mil oldeadestinos. Quem se lembra deles e dos seus problemas que resistem a tudo (eles e os problemas) até mesmo aos abalos de terra?

RECTÂNGULOS DA VIDA

O HOMEM E A MORTE

Um artigo publicado no magazine «L'Europeo» e assinado por Ovídio Grenata diz-nos que se trata de uma nova hipótese posta por um cientista americano, segundo a qual seria o próprio homem a decidir qual a altura em que deve morrer. Claro que não dizia a si próprio: «pelece-me morrer, pronto, acabou-se». Quem resolveria seria o seu inconsciente. E porque não o inconsciente do homem resolver uma coisa dessas? Como? Gradualmente, tão devagar como os ponteiros de um grande, suporito relógio, através de uma renúncia progressiva mas definitiva a todas as ligações com a vida. E quando essas ligações são cortadas, quando todas as janelas abertas para o exterior se fecharam, quando

o homem se encontra face a si próprio e compreende que já não tem nenhum sentido, que ninguém precisa dele, quando tudo isso acontece, que o homem morre. Claro que ainda não é assim tão simples e ele precisa, para morrer, de que a sua energia

Por **MARIA JUDITE DE CARVALHO**



vital entesquece. Mas porque entesquece essa energia sentiu por sentir que já não vale a pena lutar?

Não sei se esta teoria tem alguma validade científica. Em todo o caso dá-nos pontos de reflexão. Por que razão, pergunta Ovídio Grenata, vivem os grandes homens (os que são ou se julgam insusceptíveis) mais do que a média? E porque razão se apressam a desaparecer deste mundo os indivíduos que nunca tiveram outros interesses fora do trabalho diário, do emprego, e que atingiram a idade da reforma?

«É que — escreve Grenata — enquanto as nossas antenas estão tensas e alertas, o nosso potencial biológico é activo e então vivemos. Só quando os fios se cansam e as luzes inconscientemente se apagam, o homem sente que o seu ciclo terminou. E decide que chegou a altura de entrar na sombra.»

Crédito Universitário
BANCO DO ALENTEJO

Maior conforto no uso de Dentes postiços

É a maneira agradável de evitar o desconforto de uma placa solta. DENTIFIX, um pó especial que se aplica nas placas superiores e inferiores, fixa as mesmas firmemente de modo a dar maior conforto. Evita aquela sensação gomosa e pastosa tão desagradável. É silencioso (não ácido). Não machuca. Elimina o mau hálito das dentaduras. Adquire hoje mesmo Dentifix em qualquer farmácia, droguaria ou parafarmácia.

Emtape
A fixa utilizada pela BBC e preferida dos grandes mestres de dente.

Consulte os PROFSSIONAIS DO SOM
VALENTIM DE CARVALHO
LONDRES E LISBOA
Rua Nova do Almeida, 21 - LISBOA
No piso 1.º ANDAR - 21 - LISBOA
R. de São António, 279 - PORTO

Fonte: Fundação Mário Soares (1970a)

Desde os tempos que o homem aprendeu a compreender seus pensamentos, as questões sobre morte são de seu interesse e, ao tempo que o aterrorizam, também o fascinam. A finitude leva o homem a uma situação sem saída, mas não o impede de buscar conhecimento e compreensão sobre a questão, nem o impede de ter esperança sobre um mundo idealizado (pós-morte) sem as mazelas da Terra. O ser humano não gosta de morrer, e, em sua maioria, têm em vida a prioridade de evitar a morte. Muitos são os interessados na *vida prolongada* e até mesmo na *vida eterna*. Mas, também, existem os casos daqueles que vivem em constante sofrimento diante de uma doença terminal e lutam pelo direito da autodeterminação diante da morte, ou seja, pelo direito de morrer. São, portanto, essas complexas questões sobre a vida e morte que despertam o interesse de todos os seres e, por isso, existem muitos estudos direcionados a esse fenômeno, nas mais diversas áreas do conhecimento, desde a biologia, a medicina até a filosofia e sociologia.

O século XX foi um período de grande ascensão para as ciências. Diversas pesquisas foram desenvolvidas, a Eutanásia¹⁴⁶, por exemplo, embora seja um fenômeno

¹⁴⁶ A eutanásia é um termo muito conhecido e divulgado em ramos da Ciência, da Religião, do Direito, da Bioética, entre outros. Entretanto, seu significado e sua terminologia podem apresentar divergências entre os profissionais, o que não é pauta da nossa tese e nem da análise. Mas, é importante registrar que a palavra

bastante antigo, ganhou proporção naquele século, ao tomar à frente discussões éticas e morais diante de novas pesquisas e descobertas científicas que iam surgindo. Contudo esta questão é apenas uma das muitas que envolvem a morte.

A morte é, a um só tempo, fenômeno humano, natural e social. Portanto é do interesse de todos e, por assim ser, também é de interesse jornalístico. Até mesmo porque o que interessa ao público o jornal tem por função noticiar, informar, levantar reflexões e debates. Dessa forma, a morte sempre será um importante critério de noticiabilidade. Como inclusive afirma Traquina (2005, p. 79): “Onde há morte, há jornalistas”.

No *Diário de Lisboa*, “Rectângulos da Vida” fala sobre novos questionamentos sobre o fenômeno da morte que vêm à tona na crônica “O Homem e a Morte” (1970). A narrativa da crônica é configurada neste contexto a partir de debates sobre a finitude da vida, trazendo uma compreensão da temática já noticiada como novidade na mídia internacional.

Um artigo publicado no magazine << L’Europeo >> e assinado Ovito Granata diz nos que surgiu uma nova hipótese por um cientista americano, segundo a qual seria o próprio homem a decidir qual a altura em que se deve morrer. Claro que não diria a si próprio: apetece-me morrer, pronto, acabou-se. Quem resolveria seria o inconsciente. E porque iria o inconsciente do homem resolver uma coisa dessas? Como? Gradualmente, tão devagar como os ponteiros, de um grande, superlento relógio, através de uma renúncia progressiva, mas definitiva a todas as ligações com a vida. É quando essas ligações são cortadas, quando todas as janelas abertas para o exterior se fecharam, quando o homem se encontra a face a si próprio e compreende que já não tem sentido, que ninguém precisa dele, quando tudo isso acontece é que o homem morre. Claro que não é assim tão simples e ele precisa para morrer, de que a sua energia vital enfraqueça. Mas porque enfraquece essa energia senão por sentir que já não vale a pena lutar? (CARVALHO, 1970a, p. 3).

O mundo prefigurado pela narrativa apresenta-se guiado pelo que foi noticiado em um artigo, em outro veículo de comunicação europeu, o *L’Europeo*, uma revista semanal italiana que existiu entre os anos de 1945 a 1995. A notícia trazida pelo jornalista Ovito Granata (narrada nesta crônica) informava sobre o surgimento de uma nova hipótese diante da situação da morte, na qual o homem poderia decidir/ter o direito de definir a hora/o momento da sua morte.

eutanásia origina-se do grego eu (boa) e Thanatos (morte), silicificando a “boa morte”, ou seja, “[...] a morte sem sofrimento e sem dor” (PESSINI, 2004, p. 107).

A narrativa embasa-se na referência do artigo e constrói a ação narrada em cima do fato noticiado, de forma interpretativa e reflexiva sobre aquela hipótese, levando o leitor a acompanhar a reflexão sobre essa questão inusitada, num mundo em que as pessoas aparentemente querem viver. Os conflitos surgem com as inquietações sobre quem resolveria encerrar a própria vida e, parecendo ser algo absurdo, a narrativa constata que seria o “inconsciente do homem”, mas no mesmo momento traz o questionamento do porquê – “[...] porque [sic] iria o inconsciente do homem resolver uma coisa dessas? Como?” – e assim segue, responde de forma a tentar explicar a hipótese, mas logo já traz outro questionamento, sobre a vida que se leva. A vida, portanto, só teria ela fim quando as “relações são cortadas” e “todas as janelas para o exterior são fechadas”, estas questões remetem a vários significados na vida real, principalmente, para pessoas que sofrem sérios problemas, doenças graves do corpo (terminal) ou da própria mente (depressão). Seria, portanto, esse sofrimento tão insuportável que a vida deixaria de ter qualquer sentido para além do próprio sofrimento em que se vive, e assim o homem poderia decidir por “enfraquecer a sua energia vital” para poder acabar com a própria existência.

A morte como vimos no início, de acordo com Traquina (2005b), tem valor fundamental para o jornalismo, principalmente, quando possui relevância de interesse humano, científico – pesquisas e desenvolvimentos que podem, inclusive, impactar a economia mundial e nas políticas públicas dos países. Percebemos, desta forma, que a narrativa em questão se apropria dos valores do jornalismo e traz ao público leitor a informação de uma nova hipótese científica de interesse humano, universal, que pode afetar todos os povos conforme as culturas e religiões, que pode afetar no sentido da vida.

A resolução da intriga, visibilizada no clímax da narrativa, apresenta-se com um desfecho de uma reflexão inevitável, mesmo que a pesquisa retratada não tenha de fato validade científica:

Não sei se esta teoria tem alguma validade científica. Em todo o caso, deixa-nos pensativos. Por que razão, pergunta Ovido Granata, vivem os grandes homens (os que são e se julgam insubstituíveis) mais do que a média? E porque [sic] razão se apressam a desaparecer deste mundo os indivíduos que nunca tiveram outro interesse fora do trabalho diário, no emprego, e que atingiram a idade da reforma?
<<É que – escreve Granata – enquanto as nossas antenas estão tensas e atentas, o nosso potencial biológico é activo e então vivemos. Só quando os fios se cansam e as luzes inconscientemente se apagam, o homem sente que seu ciclo terminou. E decide que chegou à altura de entrar na sombra>> (CARVALHO, 1970a, p. 3).

A configuração da narrativa tem como referência um texto midiático anterior utilizado pela narradora como momento de prefiguração da ação narrada e serve ainda de lugar de confiabilidade midiática, num processo de autorreferenciação comum aos meios de comunicação: “A notícia chega-nos de Nova York via Reuters e não é uma notícia qualquer” (CARVALHO, 1970b, p. 3).

Trata-se de informações sobre fotografias de várias partes da Lua que estariam nas mãos de russos e norte-americanos em lugar de segurança, para evitar possíveis especulações e, ainda, causar pânico social em nível mundial.

Segundo parece, encontram-se em poder de russos e americanos fotografias da lua (por enquanto, arquivadas – no mundo ocidental – a fim de evitar especulações) em que se vêem obeliscos de quinze metros de base e vinte e três de altura, < abakas > de tipo egípcio distribuídas como as famosas pirâmides, etc (CARVALHO, 1970b, p. 3).

Confluindo para a maioria das narrativas sobre o evento, a crônica em “Rectângulos da vida” dá destaque a possíveis especulações sobre os monumentos lunares e atende ainda ao modo de ser do jornalismo moderno, no momento em que reúne traços de singularidade, universalidade, atualidade, interesse público e valores-notícia. Pontuando especificamente uma temática que faz parte da agenda do público e da mídia naquele momento. A identidade *idem (mesmidade)* rege essa narrativa, deixando transparecer o caráter coletivo em que se situa a contextualidade da narrativa. “Construções de seres inteligentes que por ali teriam passado ou simples caprichos da natureza?” (CARVALHO, 1970b, p. 3).

Para resolver a intriga sem recorrer a dados já narrados pelas mídias informativas, a narradora-cronista busca uma história do passado, fazendo uma simbiose em que as discordâncias amplas interagem entre si para se conformarem em uma concordância mimética, tornando inteligível uma nova, porém antiga, versão sobre os fatos narrados, tendo como ação prefigurada de apoio o caso do jornalista John O’Neill em 1953.

[...]. De qualquer modo, estas fotografias que a NASA mantém secretas e sobre as quais se levantou uma pontinha de véu, recorda-nos o estranho e na altura inexplicável caso que em 1953 se passou com John O’Neill.

O’Neill era redator científico do *New York Herald* e possuía um pequeno observatório pessoal onde passava muitas vezes longos serões <na companhia da sua amiga Lua>, como ele costumava dizer. Assim

fez na noite de 29 de junho de 1953. Aumentou a imagem em 90 vezes e fixou um local ao acaso. Era o fundo desértico do chamado Mar das Crises. E de súbito, John O'Neill viu uma ponte que, segundo os seus cálculos, teria uns dezoito quilômetros de extensão. Estupefato o redator científico do *New York Herald* aumentou a imagem 250 vezes e então pode ver a estrutura com toda a nitidez (CARVALHO, 1970b, p. 3).

A narrativa volta-se, portanto, para o passado objetivando colorir o presente que os norte-americanos e russos desejam ver silenciado. Segundo a crônica, O'Neill levou sua descoberta para a Associação dos Observadores Planetários e Lunares e foi duramente criticado, somente um especialista lhe deu crédito, Dr. Wilkins, que anunciou ter visto o mesmo objeto e apresentou os detalhes.

O'Neill sabia perfeitamente que corria perigo de não ser acreditado e de cair ao ridículo. No fundo não passava de um amador, o seu observatório era rudimentar, e o relatório que faria, poderia parecer obra de um louco. Fê-lo, no entanto, e entregou-o à Associação dos Observadores Planetários e Lunares, tendo sempre o maior cuidado em não escrever a palavra <ponte>, mas referindo-se sempre a um objeto natural. Como era de esperar, foi atacado por todos os membros da Associação, exceto pelo dr. Wilkins, que anunciou ter visto exatamente a mesma coisa. <Trata-se de uma ponte>, diria o dr. Wilkins aos microfones da B. B. C. Mede menos de 20 milhas e tem mais ou menos a altura de mil e quinhentos metros. Parece artificial, isto é, podia tratar-se daquilo a que na Terra chamamos <obra de arte> (CARVALHO, 1970b, p. 3).

Desse modo, a narrativa, ao trazer o testemunho de um especialista do passado, confronta o silenciamento do presente, com força da *mesmidade* que possui reflexo na própria narrativa.

O testemunho é utilizado como ferramenta jornalística para dar autenticidade aos fatos e atestar a verdade deles. No caso dessa narrativa, podemos observar que o uso do testemunho nos leva a crer em uma única verdade, que é o fato de não se ter uma verdade absoluta sobre a Lua, assim, constata-se que os mistérios sobre ela ainda existem.

Esqueçámo-nos de dizer que O' Neill observara o mesmo lugar do Mar das Crises cinco semanas antes e não vira ponte alguma. Pelos vistos as viagens dos astronautas e as pedrinhas trazidas para a Terra ainda não conseguiram tirar o mistério à doce Lua (CARVALHO, 1970b, p. 3).

A forma como a narrativa foi construída, da atualidade ao resgate da memória de relatos e fatos passados para mostrar uma realidade presente, possibilita ao leitor se

imaginar como parte da experiência narrada. No que envolve as questões do jornalismo, percebemos que as noções de interesse público e relevância se apresentam privilegiadas nesta narrativa.

A finalização da crônica “Monumentos lunares” apresenta a importância da lua no imaginário simbólico coletivo mundial, não suplantada nem mesmo pelas descobertas sobre o satélite. Ou seja, outorgante os fatos à luz da ciência com especulações outras, a crônica sugere que, por mais aprofundado que seja este conhecimento, ele é ainda relativo e mínimo.

4. “Quem tem medo dos computadores?”


Figura 27 – “Quem tem medo dos computadores?” “Rectângulos da Vida” – *Diário de Lisboa* – 10 jan. 1971

(Continua na 26ª página) ram. Mas dois dos | boe feridos | fessor Calvet de Ma | educandos.

RECTANGULOS da VIDA

QUEM TEM MEDO DOS COMPUTADORES?

Por **MARIA JUDITE DE CARVALHO**



Por agora são os ingleses, melhor, um inglês. Qualquer dia seremos todos nós, se lá chegarmos. Anthony Wedgwood, que foi ministro da Tecnologia durante o último governo trabalhista, apeteu para que se estabeleça uma legislação estrita a proteger o homem da tirania potencial dos computadores. Porque diz ele, «todos os aspectos da pessoa humana, desde que nasce, podem ser um dia escrutinados pelos cérebros electrónicos». Então acaba-se a privacy (faca fadada pelas grandes deste mundo quando os fotografos os perser-

quem), que é como quem diz, a nossa vida particular.

Ora todos nós temos um esqueleto no armário. Esqueleto grande ou minúsculo, esqueleto de gigante ou de rato sem importância, tão sem importância que o esquecemos a todos e ignoramos. Mas eis que um computador impecável vai um dia destes abrir os armários de cada um e espreitar todos os cantos e fotografar todos os esqueletos, fazendo ótimas amolações, dedicando-se mesmo a obras de restauro, quem sabe. E será, prossiga o senhor Wedgwood «uma tirania a que todos estaremos sujeitos».

Tem muita razão o senhor Wedgwood. Isto de toda a gente saber tudo de todos parece-nos extremamente desagradável e prejudicial. Fina a confiança nos homens (de cujas fraquezas nos obrigamos a tomar conhecimento), só nos restará confiar nas máquinas infalíveis. Infalíveis? Tanto assim?

Infalíveis até ver. Porque no dia em que elas, de tão perfeitas, começarem a sentir e a ter os seus armários e os seus esqueletos... Lembrem-se de Hall do «2001, Odisseia no Espaço»?

Fonte: Fundação Mário Soares (1971a).

No que concerne à crônica acima, o mundo prefigurado pela narrativa remete às preocupações existentes de um cenário mundial diante das inovações tecnológicas que se enraizavam cada vez mais na vida cotidiana das pessoas, principalmente, com a chegada do ano de 1971. Foi neste ano que a indústria dos computadores pessoais deslanchou, começando pelo Kenbak 1, da Kenbak Corporation, que teve sua venda anunciada em

fevereiro de 1971, pela publicação *Scientific American*¹⁴⁷. Também no início do ano surgiu o primeiro microprocessador Intel 4004, da Intel Corporation. Nesse cenário, diversas eram as discussões sobre a tecnologia e seu futuro.

Como em qualquer invenção, o primeiro computador teve sua origem em algo preexistente e que já trazia consigo alguns conceitos trabalhados por especialistas anos antes. Dentre esses especialistas destaca-se o ex-ministro da tecnologia da Grã-Bretanha e tecnólogo Anthony Neil Wedgwood Benn (1966-1970), que fundou a Internacional Computers Ltd (ICL) através da Industrial Expansion ACT. O pensamento de Anthony Benn foi criar uma grande empresa de tecnologia britânica. E com ICL veio o mainframe *Brit IT biz*, que ganhou notoriedade por ser um dos poucos produtos concorrentes não norte-americanos no mercado da tecnologia da informação. O ex-ministro também foi um grande especialista da radiodifusão, um defensor da modernização da estratégia eleitoral do Partido Trabalhista e um ativista polêmico, que ganhava as páginas de jornais no século XX. Preocupado com o destino da tecnologia e sua relação com o homem, diante do surgimento dos novos computadores pessoais, fazia indagações e reflexões constantes.

Essa temática de cunho universal (contexto mundial- Europa-EUA) e de interesse público foi refigurada pela jornalista (narradora-cronista) e configurada em uma nova narrativa. A narradora, ao que parece, se amparou em fatos já divulgados pelo jornalismo e agendados pela mídia à época. Nesse processo de configuração, supõe-se que foram consideradas as transformações econômicas e tecnológicas que podem impactar o mundo e a vida cotidiana, portanto, levando em conta que a temática escolhida se enquadra como de interesse público (SARTO, 2016).

A narrativa configura-se tendo como ponto de partida a possibilidade posta pelas inovações tecnológicas que apontam para um acelerar da vida em sociedade, em que se prenunciava uma invasão de privacidade a ser confirmada cerca de 40 anos depois. Assim como o uso excessivo das tecnologias que viriam a invadir os lares e a vida individual em uma temporalidade posterior ao presente-passado, em que Maria Judite construía sua narrativa.

Por agora são os ingleses, melhor, um inglês. Qualquer dia seremos todos nós, se lá chegarmos Anthony Wedgwood, que foi Ministro da Tecnologia durante o último governo trabalhista, apelou para que se estabeleça uma legislação destinada a proteger o homem da tirania

¹⁴⁷ É importante ressaltar que esta é uma publicação existente até os dias atuais e ganhou o formato on-line: < <https://www.scientificamerican.com/>>.

potencial dos computadores. Porque diz ele <<todos os aspectos da pessoa humana desde que nasce podem ser um dia escrutinados pelos cérebros eletrônicos>>. Enfim, acaba-se a privacidade (tão fadada pelos grandes deste mundo quando os fotógrafos os perseguem) que e como quem diz a nossa vida privada (CARVALHO, 1971a, p. 3).

No contexto de prefiguração da ação narrada, Anthony Wedgwood foi um grande nome da tecnologia da informação e, como vimos, suas declarações chamaram a atenção da narradora ao ponto desta configurar e dar destaque à sua contestação em relação aos possíveis malefícios de um processo tecnológico. É destacável nessa parte inicial que existe uma preocupação do ex-ministro inglês em criar sistemas que possam prevenir o homem da “tirania dos computadores”; tanto que apelou para que fosse criada uma legislação. O seu depoimento exposto *ipsis litteris* na crônica enfatiza não apenas a preocupação, mas procura demonstrar e sensibilizar para as possibilidades de vulnerabilidade do humano.

A narrativa emerge em um contexto de grande expansão dos processos computacionais. Debates éticos, sociotécnicos e tecnológicos entram na pauta da mídia e passam a agendar público e mídia. Naquele ambiente, a sociedade portuguesa passa a debater possibilidades e consequências que poderiam ser positivas ou não. A fala do ex-ministro britânico reforça as dúvidas em relação ao contexto vivenciado. A narrativa, portanto, procura traduzir um pensamento temeroso em relação ao que a tecnologia pode oferecer, com destaque para o fim da privacidade. Este fato viria a se confirmar algumas décadas depois, com o advento da internet, redes sociais e vigilância estatal e mercadológica.

Diante disso, podemos inferir que a proposição do título carrega um caráter futurista (MARINETTI, 1909), visto que provoca uma reflexão diante de um novo que se instaura e se lança como possibilidade a partir de um futuro presente.

Logo em seguida, a narrativa propõe, de forma metafórica, um pensar sobre questões “íntimas” do ser humano que podem estar escondidas e que nem todos gostariam que viessem a público, numa analogia consciente ou não às sombras jungianas (JUNG, 2011).

Ora todos nós temos um esqueleto no armário. Esqueleto grande ou minúsculo, esqueleto gigante ou de rato sem importância que o esquecemos e todos os ignoramos. Mas eis que um computador implacável vai um dia desses abrir os armários de cada um e espreitar todos os cantos a fotografar todos os esqueletos, fazendo ótimas ampliações, dedicando-se mesmo a obras de reparo, quem sabe.

E será, prossegue o senhor Wedgwood <<uma tirania a que todos estaremos sujeitos>> (CARVALHO, 1971a, p. 3).

Neste ponto, ao trazer para o texto a expressão popularmente conhecida no século XX, “esqueletos escondidos no armário”, a narrativa nos propõe um pensar sobre os sombreamentos, sobre os segredos; segredos grandes ou pequenos, constrangedores ou não, mas segredos que estão escondidos em nossas histórias de vida. A referência ao armário vem porque é lá que guardamos as nossas roupas, nossos pertences, ou seja, aquilo que nos é mais sagrado, portanto, o que se encontra escondido no armário é o que temos de mais íntimo. Todavia o computador, com toda sua sofisticação tecnológica, poderia “abrir os armários de cada um”, ou seja, não haveria como esconder segredos, tudo estaria à mostra. Nesse ponto a narrativa se traveste de uma possibilidade futura que se consolida como um futuro passado numa perspectiva kosseleciana (KOSELLEC, 2014).

Quando a narrativa se refere à obra de reparo, remete ao fato de que o ser humano no seu íntimo não é completo e guarda em si possibilidades de erro e, quem sabe, caminhos para a perfeição. A narrativa, nesse sentido, através de uma expressão metafórica, traz à tona uma situação real da humanidade, pois todos em sua individualidade possuem em seus pensamentos segredos íntimos que podem ser bons ou não. E vai além, prevê que, se um dia existir um computador implacável (inabalável), este vai espreitar os armários de todos.

A identidade narrativa tanto se revela pela possibilidade de uma quebra da eticidade pública da contextualidade vivenciada, ou seja, pela possível invasão de um processo de existência com direito à privacidade plena, mesmo em sociedade, confirmando uma *mesmidade* latente reclamada pelo contexto; quanto uma preocupação e responsabilidade íntima para com a sociedade contemporânea.

No desenrolar, a narrativa segue em comum acordo com o pensamento de Anthony Wedgwood, atestando uma concordância com os riscos que a tecnologia (computadores) oferecem aos seres humanos. E prossegue que diante de tudo, só restara a opção de confiar nas máquinas, mas e se elas não forem confiáveis?

Tem muita razão o senhor Wedgwood, isto de toda a gente saber tudo de todos, parece-nos extremamente desagradável e prejudicial. Finda a confiança nos homens (de cuja as fraquezas nos obrigarão a tomar conhecimento) só nos resta confiar nas máquinas infalíveis. Infalíveis? Como assim? Infalíveis até ver. Porque no dia em que elas, de tão

perfeitas, comecem a sentir e a ter seus armários e seus esqueletos... Lembram-se do Hall do 2001, Odisseia no Espaço? (CARVALHO, 1971a, p. 3, sic).

A narrativa se encerra em uma síntese imitativa do real, em que várias questões emergem. Em primeiro lugar e no que concerne às características de um modo de ser do jornalismo moderno forjado para a informação, a referencialidade e credibilidade são procuradas na figura do testemunho de um personagem público, o ex-ministro britânico e especialista em tecnologia da informação. Posteriormente, revela-se uma preocupação com os prejuízos sociais de um advento tecnológico, que poderia ocasionar o fim da confiança nos homens, que são seres incompletos, ao seu ver, e cheios de fraqueza. Assim, com as fraquezas expostas e a confiança finda, por fim, restaria à humanidade confiar nas máquinas infalíveis, mas, nesse ponto a narrativa vai além e aborda novos questionamentos. Questionamentos estes que ficam a cargo da refiguração interpretativa do leitor (RICOEUR, 2010), para que este possa compreender a fundo a complexidade da questão, em que a tecnologia pode ser boa, mas ao mesmo tempo pode ser danosa. Em que o mundo vai se tornar cada vez menor e sem privacidade. Em que, inclusive, pode-se chegar ao ponto de a máquina começar a ter “seus armários e esqueletos”, ou seja, começar a ser independente no pensar e existir, ter sentimentos próprios, segredos escondidos e ainda quem sabe a humanidade poderá até passar na vida real o que os personagens do filme *2001: uma odisseia no espaço*¹⁴⁸ passaram.

Com isso, a narrativa articulou-se de duas maneiras, uma pelo caminho da verdade, de uma verdade que pode acontecer, de uma verdade afirmada pelo especialista no assunto e reafirmada pela narrativa, por ser uma temática de preocupação humana, social. A outra articula o pensamento com a ficção e traz o mundo “imaginário” retratado em um filme, objetivando levar o público leitor a realizar uma compreensão de uma problemática que pode vir a ser real. Em ambas as situações, constatamos a presença de uma *mesmidade* na construção do texto, em que a narrativa se configura

¹⁴⁸ O filme citado na narrativa aborda a evolução humana, tecnologia, inteligência artificial e vida extraterrestre. O enredo se desenrola em torno de um mistério – um enigmático monolito soterrado na Lua –, onde uma nave de tripulantes treinada com um computador autoconsciente (HAL 900), é enviada ao espaço para solucionar a questão. Assim, do passado ao futuro (ano 2001), da África a Júpiter, dos homens-macacos à inteligência artificial representada por Hal, penetra na visão de um futuro, mas durante a jornada Hal entra em pane e tenta assumir o controle da nave, eliminando um a um os tripulantes.


enraizada pelo caráter coletivo dos acontecimentos que são pauta – que são preocupações de interesse público, uma preocupação estudada e pautada pelo pensamento de uma referência política e na aérea de tecnologia da informação e por uma imaginação coletiva de uma possível realidade futura.

5. “Os Grilos do Altinho”

Figura 28 – “Os Grilos do Altinho” “Rectângulos da Vida” – *Diário de Lisboa* – 23 de novembro de 1971

Terça-feira, 23 de Novembro de 1971

RECTÂNGULOS DA VIDA



por MARIA JUDITE DE CARVALHO

Os grilos do Altinho

Para uma desgraça ser tomada a sério pelas gentes é preciso ser mesmo uma tristeza de coisa. Se houver nela um grão de comicidade, um só que seja — e todos sabemos como o trágico e o cómico às vezes se misturam — estamos aviados. Claro que não vou falar do cómico e do trágico, podia lá ser um rectângulozinho destes! Mas pergunto a mim própria qual a diferença entre a tragédia antiquíssima e muito séria de uma praga de gafanotos, e a recente tragédia-que-faz-sorrir de uma praga de grilos. Será o insólito do caso que predispõe ao sorriso? Será o insecto em si próprio que não incita à seriedade?

E porque? Porque canta? Porque estamos habituados a vê-lo dentro de uma gaiola comendo alfaiça? Porque é um bicho que conhecíamos isolado e não em exércitos de ocupação?

É mesmo uma praga, essa que está a sofrer Altinho (Pernambuco) e que começa a atacar cidades como Lajeado, Lagoa do Ouro e até Caruaru, celebrizada por José Condé.

Em Altinho uma mulher idosa enlouqueceu, e quem por lá passou diz que tudo aquilo se assemelha a um filme de ficção científica estilo terror. Todos os dias há procissões, e a população pede a todos os santos que a liberte dos grilos. Todas as ma-

tes novos grilos chegam aos milhares, caindo como chuva forte sobre os telhados e entrando nas casas. Um velho exaltado diz que o famigerado Padre Cícero anunciara que nos anos 70 muita gente havia de enlouquecer por causa dos pecados dos homens, e que isto dos grilos é o princípio da profecia.

Mesmo assim, as pessoas (que, está bem de ver, não vivem em Altinho nem em nenhuma das cidades já invadidas ou ameaçadas) sorriem.

Grilos, ora vejam lá. Bichinhos cantadores a fazer invasões, não é mesmo cómico?

Fonte: Fundação Mário Soares (1971b).

O mundo gira em torno de fatos e acontecimentos que constantemente estão sendo veiculados na imprensa. Os acontecimentos que ganham repercussão em outro país carregam normalmente em si características de atualidade, interesse público e importância no cenário mundial. Muitas vezes também ganham espaço aqueles acontecimentos que se destacam pela ruptura da normalidade cotidiana, quando carregam uma função de dramaticidade, tragicidade e curiosidade. Ou seja, quando traz uma “[...] informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade de grande número de pessoas” (AMARAL, 1982, p. 60).

Com essas características, principalmente nos quesitos “curiosidade” e “tragicidade”, um caso de invasão de grilos em uma cidade do interior de Pernambuco-Brasil ganhou repercussão em Portugal (fato este refigurado na narrativa em análise).

Ocorreu que a cidade chamada Altinho foi ocupada por milhares de grilos que se multiplicaram e alteraram os hábitos de quase 6 mil pessoas que lá residiam na época. O acontecimento ganhou destaque no Brasil em jornais de grande repercussão como o *Jornal no Brasil (JB)*, que divulgou uma grande reportagem feita pelo jornalista Ricardo Noblat, em outubro de 1971, ocupando o espaço de uma página ilustrada por duas fotografias. Na ocasião Noblat entrevistou mais de 50 pessoas e mostrou como a invasão estava afligindo aquela população, pessoas que estavam abandonando as casas, outras enlouquecendo, outras que acreditavam ser castigo de Deus etc. (NOBLAT, 2002). A questão é que esse acontecimento em uma pequena cidade ganhou proporções internacionais após a reportagem divulgada no *JB*. Conforme podemos observar na crônica em análise.

A temática teve sua narrativa refigurada tanto pelo acontecimento em Altinho como pela repercussão do fato na sociedade portuguesa (local de fala da narradora-cronista), levando em consideração inclusive que o fato ganhou uma proporção cômica, como podemos conferir:

Para uma desgraça ser tomada a sério pelas gentes é preciso ser mesmo uma tristeza de coisa. Se houver nela um grão de comicidade, um só que seja – e todos sabemos como o trágico e cômico às vezes se misturam – estamos aviados. Claro que não vou falar do cômico e do trágico, podia lá ser um rectângulozinho destes! Mas pergunto a mim própria qual a diferença entre a tragédia antiquíssima e muito séria de uma praga de gafanhotos, e a recente tragédia-que-faz-sorri de uma praga de grilos. Será o insólito do caso que predispõe ao sorriso? Será inseto em si próprio que não incita a seriedade? E porquê? Porque canta? Porque estamos habituados a vê-lo dentro de uma gaiola comendo alface? Porque é um bicho que conhecíamos isolado e não em exército de ocupação?

É mesmo uma praga que está a sofrer Altinho (Pernambuco) e que começa a atacar cidades como Lajeado, Lagoa do Ouro e até Caruaru, celebrizada por José Conde (CARVALHO, 1971b, p. 11, sic.).

Nesse primeiro momento a narrativa traz um mundo de questionamentos sobre o que deve ser levado a sério a ponto de ser considerado trágico, nesse momento a própria narradora-cronista se coloca no texto de forma reflexiva, levantando questões sobre o porquê do ocorrido trágico em Altinho ter conotação cômica visto tratar-se de fato já vivenciado pela humanidade em várias partes do globo e, que, inclusive, possui conotação

bíblica (oitava praga que Moisés lançou sobre o Egito). Depois, a narrativa segue sem trazer a resposta às perguntas postas, mas destaca que realmente é grave o que a cidade pernambucana está passando tanto que já se espalha a ponto do ataque de grilos chegar a outras cidades, como a cidade de Caruaru, também situada no estado do Pernambuco e onde nasceu o conhecido jornalista e escritor do romance *Terra de Caruaru* (1960), José Conde. O nome de José Conde, conhecido no mundo jornalístico e literário, traz um ar de referencialidade e reputação ao lugar do acontecimento, onde os grilos podem atingir a quem lá vive.

A narrativa nesse ponto mostra-se constituída por uma *mesmidade*, traz um caráter coletivo ao retratar um acontecimento que fora noticiado no Brasil e que ganhou repercussão em Portugal. Mas também apresenta uma *ipseidade* ao trazer questionamentos diante do impacto dos fatos no público, transparecendo um conflito existente que não fora antes abordado, esse é um movimento diferente diante do fato debatido/noticiado.

Em seguida, a narrativa expõe o mundo configurado e a ação narrada se apresenta de forma sucessiva, como um conjunto de acontecimentos que se desencadearam com a invasão dos grilos em determinado espaço de tempo.

Em Altinho uma mulher idosa enlouqueceu, e quem por lá passou diz que tudo aquilo se assemelha a um filme de ficção científica estilo terror. Todos os dias há procissões, e a população pede a todos os santos que a liberte dos grilos. Todas as manhãs novos grilos chegam aos milhares, caindo como chuva forte sobre os telhados e entrando nas casas. Um velho exaltado diz que o famigerado Padre Cícero anunciara que nos anos 70 muita gente havia de enlouquecer por causa dos pecados dos homens, e que isto dos grilos é o princípio da profecia (CARVALHO, 1971b, p. 11).

A narrativa, como vimos, foi configurada com base nos fatos noticiados e que aconteceram naquela cidade. As pessoas estavam enlouquecendo; a forte crença religiosa de um povo que acreditava estar sendo castigado e clamava a todos os santos, fazendo procissões para que se livrassem dos pecados e dos insetos; e a crença do nordestino no Padre Cícero (cearense), tido como milagroso pelos moradores da região. Uma narrativa baseada em fatos reais, com características do *ethos* jornalístico moderno, no qual os fatos são utilizados como forma de comprovação do acontecimento. Reforçando, assim, a ideia de que “[...] o jornalismo incorpora o senso comum sobre os fatos, mas, principalmente,

um senso moldado pelo positivismo” em que “[...] a elaboração histórica da ideia de “objetividade jornalística” segundo a qual o jornalismo [...] deveria funcionar como uma espécie de espelho do mundo real – é também doutrina, de caráter profissional-industrial” (SODRÉ, 2012, p. 31). Além de tudo, devemos considerar que a notícia que transforma fatos em acontecimentos “[...] é construção ou uma produção do real, atravessada pela representação da vicissitude da vida social, o que equivale a dizer tanto pela fragmentação às vezes paradoxal das ocorrências quanto pelos acontecimentos em torno da hegemonia das representações” (SODRÉ, 2012, p. 37). O acontecimento de Altinho atende a vários critérios de noticiabilidade, com destaque para a importância concernente à relevância e número de sujeitos envolvidos socialmente e prejudicados pelo acontecimento inusitado.

Na crônica, a identidade narrativa apresenta-se na dúvida sobre a forma como os fatos são interpretados, uma tragédia como comédia; como no caráter de verdade da existência da tragédia, da condição de vida de um povo.

No fim, a narrativa encerra-se como começou, no que se refere à questão de o fato tomar uma proporção cômica.

Mesmo assim, as pessoas (que está bem de ver, não vivem em Altinho nem em nenhuma das cidades já invadidas ou ameaçadas) sorriem. Grilos, ora vejam lá. Bichinhos cantadores a fazer invasões, não é mesmo cômico? (CARVALHO, 1971b, p. 11)

A narrativa mostra que as pessoas que não presenciaram o evento sorriem. Esse acontecimento narrado, estabelecendo ao público uma refiguração compreensiva entre o trágico e o cômico, nos leva diretamente a rememorar que esta linha existe há tempos (na poética, no teatro, na filosofia). Por exemplo, em *O Banquete* de Platão podemos perceber que o poeta pode tanto ser trágico quanto cômico, porque a poesia revela uma sensibilidade capaz de imitar o modo de ser dos homens em um relacionamento consigo mesmo, com os desuses e com os demais, como se estivessem sustentando um espelho que dependendo da angulação pode fazer rir ou chorar (PLATÃO, 2015). Já em outra obra do mesmo autor, *A República*, essa imitação é veementemente criticada, por um lado porque não apresenta com justeza o que imita; e por outro, sempre só mostram caricaturas verossimilhantes da vida, seja daquilo que ela tem de trágico ou de cômico, mas, acima de tudo, configura-se como um discurso facilmente compreensível pela grande massa (PLATÃO, 1965). Recorremos a essas duas obras para mostrar que um dos caminhos que a narrativa traz é ilustrativo quanto à linha tênue entre tragédia e a comédia, como também se apresenta crítico diante da forma como as informações são repassadas e absorvidas. A massa não manifesta sensibilidade diante da tragédia, por não terem proximidade ao fato, logo,

interpreta, diretamente, a partir do que ouve e do que lê, do seu lugar, terminando por refigurar o acontecimento como cômico.

Ainda sobre as duas colocações platônicas, a saber: a ignorância acerca do assunto de que tratam, e a de que os poetas, tanto o cômico quanto o trágico, escrevem para a massa e contribuem apenas para que ela continue sendo massa, mostram exatamente o ponto situado na linha ténue entre o cômico e o trágico. A tragicidade da experiência parece cômica aos olhos e ouvidos de quem não a partilha. Nesse ponto, portanto, remete-nos a outra questão, que reflete no jornalismo, que é o valor de proximidade.

A proximidade não está presente nesta narrativa diretamente, mas é justamente na sua ausência que se faz notar, ou seja, embasando-nos no pensamento platônico retratado acima, podemos, ao levar ao campo jornalístico, compreender que uma notícia trágica pode se tornar cômica aos olhos daqueles que *não estão próximos do acontecimento*. Além do que a angulação dada ao fato pelo jornalismo vai influenciar diretamente no modo como os leitores/expectadores/audiência vão interpretá-lo.

É diante do paradoxo comicidade x tragicidade da notícia, deixado à cargo do leitor em sua reflexão final, que a narrativa chega ao fim.

Na narrativa, podemos destacar ainda, como já retratado, traços de um *ethos* jornalístico moderno, onde prevaleceu a presença de interesse humano, interesse público, curiosidade, atualidade e universalidade.

6. “Velocidade”

Figura 29 – “Rectângulos da Vida” – *Diário de Lisboa* – 21 de junho de 1972

Fonte: Fundação: Mário Soares (1972a).

No século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o automóvel tornou-se um fenômeno de massa em quase todo o mundo. O consumo particular aumentou na proporção que a propaganda ia conquistando o público com a ideia de mobilidade pessoal e prosperidade material. Além de tudo, para muitos, obter um automóvel era sinônimo de *status social*.

Porém, juntamente com essa grande expansão da venda de automóveis no cotidiano das comunidades, o número de carros e condutores passou a congestionar as cidades, especialmente as metrópoles, o que fez surgir um grande problema social que ultrapassa o século: os acidentes de trânsito. Mas não é só isso. Nos anos de 1972, com uma frota de automóveis cada vez maior, circulando em todo o mundo, aumentaram significativamente a poluição do ar, a presença de ruídos, os engarrafamentos, pois as vias não comportam tantos carros e, como consequência, a crescente agressividade dos motoristas. Por fim, com tudo isso, transformou-se a paisagem urbana muitas vezes em um cenário caótico.

Este é o mundo prefigurado na crônica “Velocidade”. De início a narrativa traz uma reflexão sobre o tempo que “passou” e que já não é:

Belos, belíssimos deviam ser os tempos em que as pessoas se sentiam um pouco ameaçadas, mas só o indispensável, nada de muito grave, enfim. Sempre teve que se morrer um dia, pois claro, mas isso era geralmente lá para diante, quando já se estava um pouco cansado de viver e quando Deus queria (CARVALHO, 1972a, p. 7).

Um tempo presente das coisas passadas, ou seja, um tempo que existiu e não existe mais (AGOSTINHO, 2015). Um tempo que remete à lembrança, mas não de um tempo vivido pela narradora-cronista, e, sim de uma memória adquirida (através da história ou de relatos gerais) sobre um tempo que existiu e que foi apropriado por distintas formas de aquisição da experiência (KOSELLECK, 2014), que aparentemente era seguro, sem grandes ameaças de morte. A morte não passava, de acordo com a narrativa, de algo natural e de uma lógica irrefutável.

O tempo presente parece carregar o peso da transformação e colocar as causas dos principais problemas da sociedade contemporânea no fato narrado. O passado é chamado para confrontar o presente e lhe situar como o tempo de um mal que se instala socialmente.

Ora a verdade é que no nosso tempo estamos sempre, em todas as idades, no fio da navalha, na corda bamba, na pista da corrida, por entre os alegres assassinos da estrada, ou nós próprios assassinos também, ou ainda entregues aos imprevisíveis caprichos de duas máquinas, a nossa e a outra, que vem em sentido contrário. Deus e a natureza parecem-nos longe, desinteressados desta roleta trágica onde se perdem vidas ao acaso, sem aviso prévio. Puro jogo de azar. O grande assassino deste século parece ser pois, o automóvel. Isto nos países ricos e nos remediados (CARVALHO, 1972a, p.7).

Nesse ponto a narrativa se desenvolve apresentando a ação narrada em um tempo presente, num agora marcado por uma difícil realidade, no qual os acidentes acontecem com frequência de forma não proposital, ou proposital “por caprichos” em “pistas de corrida”, nas estradas, no trânsito etc. E a tessitura da intriga configura-se pelo agenciamento dos fatos recorrentes devido à existência do automóvel, que a narrativa traz como “grande assassino”. Ou seja, os fatos são representados na narrativa mostrando a realidade que o mau uso do automóvel pelo homem pode proporcionar, podendo, inclusive, transformar qualquer um de nós em assassino.

O fato expresso na narrativa, embora não traga dados exatos das consequências decorrentes do mau uso do automóvel, como nas notícias, expõe o caráter de verdade que o *ethos* jornalístico moderno prioriza, uma verdade sobre um drama social decorrente da diversidade de pessoas motorizadas em sociedade. Os acidentes de trânsito acarretam graves prejuízos ao indivíduo que sofre o acidente ou causa o acidente (de locomoção, financeiro, profissional, familiar etc.), isso quando este não chega a óbito. E também implicam prejuízos para a sociedade (gastos hospitalares, diminuição de produção, dentre outras questões).

A questão é de interesse público, os fatos retratam a veracidade de uma realidade, de um drama social presente em muitos países. A amplitude do problema que afeta várias sociedades remete à universalidade da problemática. Além de que as catástrofes e acidentes de trânsito são pautas jornalísticas. E todos esses são critérios adquiridos pelo *ethos* jornalístico moderno e estão presentes nesta narrativa. É importante também recordarmos que a escolha das temáticas, dos acontecimentos, assuntos a serem abordados em um jornal, ou seja, a construção da agenda, é um dos fatores mais debatidos dentro do jornal (SOUSA, 2002) entre os agentes que fazem parte do veículo de comunicação, principalmente, os jornalistas.

A narrativa prossegue referindo-se à realidade dos países pobres que não sofrem com o drama causado pelos automóveis, mas sofrem com outros dramas, que são tão graves quanto ou até mais graves ainda: “Nos outros [países] (e não só) há, está bem de ver, a fome, as epidemias, as guerras, as doenças que não perdoam” (CARVALHO, 1972a, p.7, sic.). Em seguida, mostra que nos tempos atuais “Já não há idade de morrer, e os que se vão embora de velhice é porque foram hábeis, souberam mover as pedras do jogo, passar quando convinha. Porque ficaram quietos. Porque tiveram sorte. Ou pouca sorte quem sabe?” (CARVALHO, 1972 a, p. 7). Nesse ponto, podemos perceber como a narrativa dialoga com o leitor, trazendo a reflexão do mundo configurado no texto, para interpretação e compreensão reflexiva do leitor diante de realidades do mundo que acontecem a todo tempo.

Percebemos também que a identidade narrativa se apresenta projetando a *mesmidade*, trazendo a temática social, que recorrente é noticiada e debatida no núcleo social, uma preocupação diante de uma realidade mundo, compartilhada igualmente por muitos.

A crônica continua de forma a falar para/e pelo leitor (levando em conta que o narrador também é leitor do próprio texto):

Somos nervosos, neuróticos, inquietos, angustiados, dormimos mal. Corremos constantemente de um lado para o outro, de carro quando o possuímos. Porque o carro é o nosso corcel, sem ele quem somos nós? Se não pararmos na vida diária, como havemos de andar devagar na estrada? O tempo é cada vez mais rápido e os dias mais curtos. Conheço uma pessoa que já de idade que diz: <<Ninguém me convence de que a Terra não gira muito depressa do que dantes e de que os relógios não estão combinados com ela>>. Temos sempre de estar a tal hora em tal lugar nem que seja por um motivo fútil. E não esqueçamos a nossa razão é muito importante. Razão para ultrapassar a <<lesma>> que vai à frente ou o tipo que julga que é esperto (CARVALHO, 1972a, p. 7).

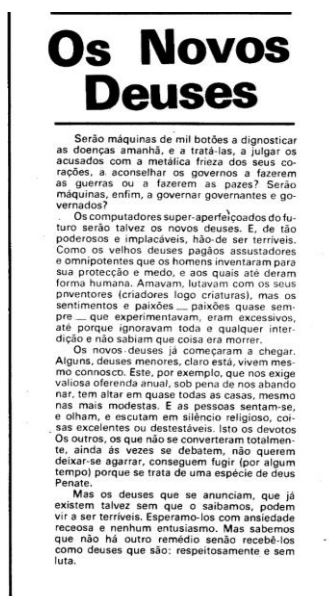
A narrativa volta a reflexão sobre o tempo e sobre o mundo globalizado cheio de automóveis. Onde o carro não é apenas um simples automóvel, ele tem identidade, é o corcel¹⁴⁹, ele é único, e a narrativa segue o questionamento, sobre “quem somos nós?”. As demais indagações são sobre o tempo, o tempo que cada vez parece mais curto, inclusive, nas constatações das pessoas. Um tempo mecanizado, cronometrado, apressado. E o carro reflete a velocidade do tempo da sociedade atual, porque oferece ao condutor a oportunidade de correr, correr para atingir seus objetivos, seja chegar a tempo a um compromisso, seja por experimentar o sentimento de “adrenalina” que a velocidade pode proporcionar. Independente das razões que promovem a sensação de aceleração temporal, o fato é que o surgimento dos automóveis, a urbanização, a globalização, ou seja, a nova estrutura mundial resulta em um novo ritmo que, conforme a narrativa, está cada vez mais mecanizado – apressado, as pessoas simplesmente correm muitas vezes “[...] por um motivo fútil”.

¹⁴⁹ *Corcel* é o nome dado a uma das espécies de cavalo de guerra da Idade Média. O cavalo de guerra medieval se diferenciava por uma série de fatores: além da força e do vigor para aguentar todo o peso das armas e armaduras impostas sobre si, ele deveria ser adestrado como um cavalo militar, o que implicava em amortecer instintos e criar padrões de controle para determinadas manobras. Cavalos normais nunca se lançariam contra massas de infantaria com lanças e/ou sairiam atropelando formações de peões. Os corcéis eram uma espécie intermediária e acessível e por isso a maioria dos cavaleiros acabava possuindo corcéis, pois com eles faziam um bom desempenho no campo de batalha. A referência, portanto, aos corcéis é para fazer referência à realidade do campo de batalha que se configura na modernidade, com a chegada do carro. Ou seja, os carros são instrumentos de trânsito das pessoas em suas batalhas de vida, que vivem na correria para conquistar algo, mas sem ter consciência podem perder-se na falta de controle do próprio carro. Assim como eram os corcéis são os carros (HYLAND, 1998).

A narrativa provoca ao pontuar que as consequências tristes de toda essa velocidade do mundo moderno são, muitas vezes, mortes: “Morre-se cheio de razão por essas estradas. Morre-se também por causa da razão dos outros. E da nossa velocidade que já não é de um passado ainda próximo. Como se só fugindo nos sentíssemos tranquilizados” (CARVALHO, 1972a, p. 7). A narrativa não encerra, ela é aberta e, embora traga uma carga intencional a levar o leitor a refletir sobre as consequências do automóvel e do tempo moderno, principalmente, sobre as consequências negativas, somente o leitor poderá avaliar se do todo só existem malefícios ou se existem benefícios.

7. “Os Novos Deuses”

Figura 30 – “Os Novo Deuses” “Rectângulos da Vida” – *Diário de Lisboa* – 16 de julho de 1972



Fonte: Fundação Mário Soares (1972b).

Os avanços tecnológicos do século XX transformaram o mundo e as formas de se relacionar nele. As tecnologias foram ganhando cada vez mais espaço e tornaram-se, além de tudo, uma indispensável ferramenta na geração de riqueza, de detenção de poder e de criação de códigos culturais na modernidade (BURKE, 2003). Adquiriram importância na proporção em que foram mudando as redes sociais na forma predominante de organização das atividades humanas, alterando, a partir de uma lógica singular, todos os domínios da vida em sociedade. Dessa forma, é fato que a influência tecnológica nas

sociedades tem um lugar de importância entre as questões debatidas/noticiadas/relatadas na modernidade justamente nos anos de 1970, períodos de transição, de descobertas e expansões tecnológicas. Em 1972, boa parte das residências portuguesas já estava equipada com televisores, reflexo da expansão tecnológica e da visível influência que os meios de comunicação de massa têm no seio social (CÁDIMA, 1996).

A globalização, as transformações tecnológicas e a expansão dos meios de comunicação de massa são assuntos de interesse público, portanto, constantemente retratados nas crônicas presentes em “Rectângulos da Vida”, porém sempre com um viés diferenciado, acompanhando o avanço da tecnologia e a relação desta com a vida humana. É nesse contexto que surge a crônica “Os Novos Deuses”.

A narrativa de “Os Novos Deuses” traz consigo essa compreensão de um mundo tecnológico, tanto que, ao ser refigurada, expõe questionamentos sobre o futuro, sobre o amanhã:

Serão máquinas de mil botões a diagnosticar as doenças amanhã, e a trata-las, a julgar os acusados com a metálica frieza dos seus corações, a aconselhar os governos a fazerem as guerras ou a fazerem as pazes? Serão máquinas, enfim, a governar governantes e governados? (CARVALHO, 1972b, p. 3)

As inquietações apresentadas na narrativa refletem o fenômeno da chegada do novo, ou seja, sim, a tecnologia chegou, mas não se sabe até onde pode ir. Com o novo podem surgir as dúvidas de um futuro ainda incerto, do amanhã, que refletirá em todo um contexto social/universal. Dessa forma, vemos que a narrativa recorre ao critério de interesse público.

Com uma temática de interesse público, a narrativa é configurada. Contudo assume uma identidade negativa/trágica diante do futuro.

Os computadores super-aperfeiçoados do futuro serão talvez os novos deuses. E, de tão poderosos e implacáveis, hão-de ser terríveis. Como os velhos deuses pagãos assustadores e onipotentes que os homens inventaram para sua proteção e medo, e aos quais deram forma humana. Amavam, lutavam com seus inventores (criadores logo criaturas), mas os sentimentos de paixões — paixões quase sempre — que experimentavam, eram excessivos, até porque ignoravam toda e qualquer interdição e não sabiam que coisa era morrer (CARVALHO, 1972b, p. 3).

A comparação com os “velhos deuses pagãos” remete aos deuses que não fazem parte da religião cristã (como os deuses romanos, egípcios, gregos, por exemplo) e, por

assim ser, são vistos pelas sociedades cristãs (predominância em Portugal) como assustadores. A narrativa acaba por possibilitar ao leitor uma situação imagética de um futuro próximo que possivelmente será assustador.

A configuração narrativa prossegue, no entanto, em um contexto mais amplo: o da vida concreta e cotidiana. O enredo tem um caráter dramático, a tessitura da intriga está marcada por acontecimentos presentes, que se tornam frequentes, na medida que as pessoas se familiarizam com os meios tecnológicos, principalmente a televisão:

Os novos deuses já começaram a chegar. Alguns deuses menores, claro está, vivem menos conosco. Este, por exemplo, que nos exige valiosa oferenda anual, sob a pena de nos abandonar tem altar em quase todas as casas, mesmo nas mais modestas. E as pessoas sentam-se e olham, e escutam em silêncio religioso, coisas excelentes ou detestáveis. Isto os devotos.

Os outros, os que não se converteram totalmente, ainda às vezes se debatem, não querem deixar se agarrar, conseguem fugir (por algum tempo) porque se trata de uma espécie de deus Penate (CARVALHO, 1972b, p. 3).

A narração dos acontecimentos põe em relação dialética identidades *idem* e *ipse*. De um lado, encontra-se o caráter, representado pela *mesmidade*, sinônimo de estabilidade, em que todos, pelo menos boa parte da população portuguesa, possuem, por exemplo, televisão, e já está familiarizada com ela. Além disso, a narrativa traz uma identidade de caráter coletivo ao retratar de forma geral a globalização tecnológica que veio para ficar e modificar, mostrando sua constância e imutabilidade. Porém, por outro lado, a *ipseidade* apresenta-se na narrativa pela imprevisibilidade de um futuro ético no que concerne às relações pessoais.

Nesse trecho, a narrativa retrata o presente, em que a tecnologia invadiu o cotidiano e pouco a pouco está alterando as relações pessoais, inclusive no que se refere ao nível de comunicação verbal entre os seres: “[...] E as pessoas sentam-se, e olham, e escutam em silêncio religioso” (CARVALHO, 1972b, p. 3). Vai além, e mostra como um meio de comunicação de massa pode influenciar o comportamento social, criando rapidamente tradições no cotidiano das pessoas. Outro fator destacado é a relação com o tempo, a velocidade que os “novos deuses” (tecnologia/telecomunicação) chegam pode resultar na ausência de tempo dos seres para a vida em sociedade e mais tempo em dedicação aos “novos deuses”, assim como na mitologia romana, em que o povo romano adorava os deuses do lar, denominados *Penates*.

Segundo Thomas Bulfinch (2002, p. 17, grifo nosso), “Os *Penates* eram os deuses que atendiam ao bem-estar e prosperidade das famílias. Seu nome vem de *Penus*, a despensa, que a eles era consagrada. Cada chefe de família era o sacerdote dos *Penates* de sua casa”. Ou seja, o lar era controlado pelos deuses *Penates*. A referência dá-se principalmente para mostrar que a televisão assume esse mesmo papel de controle que tinha um deus *Penates* na mitologia romana. Portanto, assim como os *Penates*, na antiguidade, cuidavam de providenciar os bens materiais, a televisão, na modernidade, propicia os bens imateriais do divertimento.

Por seguinte, a narrativa encerra fazendo uma transição deste mundo ao mundo do leitor, numa tentativa de conformá-lo diante de um futuro possivelmente trágico, que não pode ser alterado. Restando somente a conformação.

Mas, os deuses que se anunciam, que já existem talvez sem que saibamos, podem vir a ser terríveis. Esperamo-los com ansiedade receosa e nenhum entusiasmo. Mas sabemos, que não há outro remédio senão recebe-los como deles que são: respeitosamente e sem luta (CARVALHO, 1972b, p. 3).

Embora, ao final a narrativa assuma o caráter jornalístico de porta-voz do povo, este último, contudo, deverá tirar suas próprias constatações de realidade e futuro. Mas é importante ressaltar que, diante deste século que nos encontramos, este é um assunto ainda debatido, pois de 1972 para cá (2018) a tecnologia transformou e modificou o mundo e a forma de estar nele, contudo apresentou tanto um lado positivo como negativo, mas, no futuro, não se sabe. Logo ainda são pertinentes os questionamentos da narrativa.

4.2.4 Em tempo

O processo analítico pautado na hermenêutica filosófica, a partir da circularidade proposta por Ricoeur e de seu conceito de *identidade narrativa*, permitiu-nos compreender como as narrativas interpretadas reverberam traços do *ethos* jornalístico moderno, apropriados e assumidos pelas narradoras-cronistas que, estando situadas no interior dos veículos do campo, passam a adotar, em certa medida, o *habitus* dos profissionais do jornalismo.

Em inúmeros momentos, durante o processo de interpretação das narrativas escolhidas intencionalmente para o processo analítico, foi possível perceber a força do campo jornalístico em ação. Nas 16 crônicas analisadas, o peso do interesse público, da universalidade, da atualidade e, muitas vezes, a presença de critérios de noticiabilidade, pautados em valores-notícia, foram claramente identificados.

As narrativas de Maria Judite de Carvalho aqui estudadas demonstram essa interveniência do modo de ser do jornalismo, tanto quanto também pudemos perceber nas crônicas de Rachel de Queiroz. Embora seja válido ponderar as divergências que marcam os textos de ambas tanto em tamanho como em estilo e potência.

Nas considerações finais que se seguem, retomaremos nossos objetivos e hipóteses com o intuito de conferir nossas proposições originais, ainda que com o cuidado de não fechar a circularidade, deixando-a aberta para o leitor da tese, que sempre poderá refigurar tanto nossas proposições quanto nosso processo interpretativo a partir do seu lugar social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por questões geopolíticas polarizadas no globo, pela implantação e manutenção de várias ditaduras na América Latina e ainda pela continuidade de ditaduras na Europa (Portugal e Espanha, por exemplo, cujos governos ditatoriais somente findam em meados da década de 1970), sem contar as guerras e as disputas pelo petróleo. Na mesma contextualidade, movimentos feministas emergem por um lado, enquanto que o movimento dos afrodescendentes cresce e se consolida por outro; ao passo em que a moda, a música e demais manifestações culturais assumem protagonismo político, incomodando o modo de pensar e de viver naturalizado pelas sociedades e sob grande influência dos meios de comunicação de massa e do jornalismo.

Modos distintos de compreender o mundo e a vida em sociedade são colocados frente a frente, de forma radicalizada. Direita e esquerda, enquanto lugares de concepção política e social, apresentam diferentes formas para pensar o Estado e para governar. Em discussão, direitos dos cidadãos, liberdades individuais e coletivas, tamanho do mercado versus tamanho do Estado; e tudo o que compõe o arcabouço das visões de um mundo mais inclusivo ou mais competitivo, individual e selecionado.

No Brasil vivíamos uma ditadura iniciada em 1964 que trabalhava de modo articulado e holístico a construção do pensamento e a manutenção do apoio das massas à forma de governar adotada pelos militares e civis que estavam à frente do regime. Mecanismos e estratégias de construção de um Brasil, pensados e inseridos no ambiente educacional, cultural e comunicacional, objetivavam a adesão do povo brasileiro a um governo que privilegiava um modelo de desenvolvimento em cuja pauta não estavam reformas sociais necessárias a um país de grandes desigualdades. Paralelamente, o governo civil-militar adotava uma política de repressão, com estruturas como o SNI-Serviço Nacional de Informação e o DOI-CODI-Departamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna, por exemplo; configurando, assim a adoção de um modelo organizacional político, comunicacional e de segurança nacional similar ao de governos totalitários e ditatoriais como na Alemanha (nazista), na Itália (fascista) e no Brasil do Estado Novo.

A censura prévia e a cooptação de meios e de profissionais do jornalismo eram comuns tanto quanto era comum a perseguição aos dissidentes. Rachel de Queiroz, como

vimos, não somente aderiu ao regime, mas foi uma das defensoras do processo que culminou com a derrubada do presidente João Goulart, em 1964. Assim, embora sua narrativa reverbera a potência da narradora, também revela o seu lugar de fala. Até os anos analisados, Rachel de Queiroz ainda se situava como uma pessoa que tinha, no regime civil-militar o lugar de um governo justo e/ou até democrático, assim por ela considerado, eventualmente, em algumas narrativas, como visto na análise.

Para Rachel de Queiroz, os movimentos que se opunham aos regimes ditatoriais do Brasil e de outros países da América Latina eram compostos por grupos de terroristas que desejavam desestabilizar o continente.

Em Portugal, o regime que havia iniciado ainda na década de 1920 dava visíveis sinais de cansaço. Os movimentos pelo retorno das liberdades individuais e coletivas já estavam consolidados e culminaram na Revolução dos Cravos em 1974, momento em que o regime foi derrubado e o país retornou à democracia. Maria Judite de Carvalho, aparentemente, não fala desde um lugar político. Suas narrativas, analisadas nesta tese, dão conta de questões do cotidiano e focam em problemas sociais e questões tecnológicas, mas não se referem ao campo político enquanto espaço de disputas ideológicas e luta pelo poder.

O campo comunicacional, aqui apresentado a partir dos meios de comunicação de massa e nele o jornalismo e a propaganda, desempenhou papel primordial na sensibilização para os modelos de governo instalados e para a tentativa de consenso nas sociedades brasileira e portuguesa.

Jornalistas e demais formadores de opinião foram convocados para referendar tais realidades políticas. No Brasil, Rachel de Queiroz, desempenhou esse papel ao lado de outros tantos. Mas, Portugal, Maria Judite, nas narrativas analisadas, não demonstra qualquer envolvimento.

Para além de uma impressão sobre as narradoras/cronistas, nosso processo analítico/interpretativo debruçou-se sobre as narrativas tendo como caminho a hermenêutica filosófica, a partir da circularidade proposta por Ricoeur. Tal processo nos possibilitou interpretar e compreender a inserção de traços do *ethos* jornalístico moderno nas narrativas localizadas e analisadas nas crônicas tanto da “Última Página” como de “Rectângulos da Vida”.

É necessário observar que nossa amostra foi intencional, ou seja, escolhemos quais crônicas seriam analisadas, a partir de duas sessões de observações anteriores, em

que escavamos um número razoável de crônicas, em busca daquelas que transparecessem algumas características do modo de ser do jornalismo moderno (informativo). Esse processo observacional anterior teve como intuito tão somente a composição final da amostra, portanto, não faz parte do escopo analisado efetivamente, quando oito crônicas de cada jornalista foram escolhidas para o processo interpretativo.

Outro ponto para o qual desejamos chamar a atenção é concernente ao que estamos denominando de *ethos* jornalístico moderno, ou seja, um modo de ser que congrega tanto *valores* como *habitus*, como um conjunto de características que foram agregadas ao fazer do jornalismo no final do século XIX e início do século XX e que teria a informação como seu carro-chefe, sobretudo, na construção de um campo com reputação credível. Desse processo fazem parte questões importantes como: objetividade, imparcialidade, interesse público, verdade, atualidade, universalidade, e critérios de noticiabilidade guiados por valores-notícia.

Aqui queremos destacar que não foi nossa intenção revelar pela interpretação das narrativas uma total adesão das cronistas e de suas narrativas ao modelo de jornalismo que se praticava nos cenários brasileiro e português (guardadas as devidas diferenças entre os dois), no período escolhido para análise. Todavia nosso intuito esteve voltado para a identificação dos modos de ser do jornalismo moderno e informativo, nas narrativas interpretadas, procurando com isso perceber a eventual influência do *ethos* nos profissionais vindos de outros campos.

Antes de passarmos ao cerne de nossas considerações finais, destacamos que no âmbito do que se consideram como características constantes de um escopo de modelo de jornalismo moderno informativo, não foi possível identificar objetividade e imparcialidade, visto que a crônica é um lugar em que a narração traz tanto a informação como a opinião. Por outro lado, também não é possível afirmar que o modo de trabalhar a construção de verdades, nas narrativas das crônicas analisadas, seja similar ao modo como se atua no espaço informativo. Pelo ao contrário, é possível compreender que as narrativas, explicitamente, trabalham com verdades localizadas e configuradas na mídia e que se relacionam de modo dialético com o *si* cultural das narradoras. Não há um processo de apuração das ações narradas, nem tampouco o ouvir das partes, ou ainda o trazer testemunhos presenciais. Os testemunhos, quando surgem, vêm através de vozes reverberadas pelo campo informativo ou são das próprias narradoras cronistas, como vimos no processo interpretativo.

Considerações sobre o problema, os objetivos e as hipóteses

No início desta tese situamos e resumimos nosso problema de pesquisa nessa inquietação: - Em que medida as narrativas de Rachel de Queiroz e de Maria Judite de Carvalho nas crônicas publicadas nos veículos *O Cruzeiro* e *Diário de Lisboa*, respectivamente, revelam traços de apropriação de um *ethos* jornalístico moderno que tem sua base voltada para o campo informativo, embora elas se situassem fora do escopo da informação?

Após o processo interpretativo é possível afirmar que as narrativas revelam uma grande absorção de valores associados ao modo de ser do jornalismo daquela contextualidade e temporalidade. Obviamente, tal conclusão se restringe às narrativas analisadas, visto que não realizamos uma pesquisa quantitativa e que não é nossa intenção que esta pesquisa se torne regra que permita a replicabilidade absoluta, mas tão somente que nos leve a pensar em novos caminhos. Entretanto é possível perceber a consciência que as narradoras possuem do lugar que ocupam enquanto jornalistas e que se faz visível nas crônicas analisadas, através do foco no interesse público, na atualidade, na universalidade e, muitas vezes, na importância dos fatos que ganhavam maior relevância nas narrativas aqui estudadas.

Dito isto, rememoremos nossos objetivos. O primeiro deles, traz, como proposição, compreender, através da interpretação das narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz na coluna “Última Página”, publicada em *O Cruzeiro*, e de Maria Judite de Carvalho na coluna “Rectângulos da Vida”, publicada no *Diário de Lisboa*, se e como o *ethos* jornalístico moderno, construído para o campo informativo, atuou através das narrativas das jornalistas/escritoras e/ou narradoras/cronistas, inspirando-as na configuração de seu tempo.

No processo interpretativo anterior, podemos perceber que, sim, várias características do *ethos* jornalístico foram mobilizadas para, muitas vezes, revelar, provocar ou solucionar as intrigas postas em concordâncias discordantes, que procuravam situar as narrativas das crônicas em diálogo com os espaços de informação. Ou seja, o *ethos* de outros campos, inerentes ao *si* cultural das narradoras, conformou-se ao modo de ser do jornalismo, deixando que o jornalismo se manifestasse no processo de refiguração e configuração das ações narradas.

No que concerne à questão de *como* o *ethos* jornalístico atuou através das narrativas das crônicas, é possível perceber que tanto Rachel de Queiroz como Maria Judite de Carvalho guiaram-se por um conjunto de valores referenciais do jornalismo. A busca por uma verdade¹⁵⁰ e a missão de esclarecer à sociedade sobre os fatos que possuem relevância pública encontram-se presentes em seus textos, ainda que, sob distintas perspectivas.

O modo de ser do jornalismo parece ter sido internalizado de modo natural, trazendo consigo seus valores e seu processo de responsabilidade social. As narrativas reverberam esse processo de internalização, embora em algumas crônicas de Rachel de Queiroz seja possível perceber uma apropriação intencional e consciente do lugar de fala de formador de opinião, sobretudo, em crônicas, como aquela sobre o embaixador brasileiro sequestrado, em que a narrativa reverbera, em diversos momentos, o *si* cultural da narradora que tenta sensibilizar o público, já descrente com o regime civil-ditatorial, para valores supostamente democráticos no governo de então.

Em suma, o processo interpretativo nos fornece indicativos de que o *ethos* jornalístico moderno tanto foi internalizado naturalmente como parte de um processo de profissionalização/socialização como nos lembra Sousa (2002); como foi apropriado com maior contundência quando as narradoras julgavam necessário fazê-lo, objetivando situar suas narrativas em um patamar mais credível e acima da babel popular e da informação massiva.

O segundo objetivo consiste em compreender através da configuração das narrativas de Rachel de Queiroz e de Maria Judite de Carvalho a potência jornalística que suas narrativas apresentam ou não. Nesse ponto, a intenção foi observar características intrínsecas ao *ethos* jornalístico moderno, tais como: universalidade, atualidade, interesse público e critérios de noticiabilidade.

O *corpus* das narrativas de Rachel de Queiroz analisadas compõe-se de 8 crônicas e todas trazem fatos de interesse público e caráter universal, atualidade e novidade (GROTH, 2011), além de reverberarem critérios de noticiabilidade comumente, aceitos.

¹⁵⁰ Como dito, a busca pela afirmação de uma verdade situava-se, geralmente, a partir do *si* cultural das narradoras. As narrativas analisadas não nasciam dos processos e das práticas que compõem o regime de verdade do jornalismo informativo, mas partiam de lugares que já haviam passado por esse processo (meios jornalístico-informativos tradicionais) e eram refugados e retornavam ao círculo, carregados de novos valores, propondo novas verdades.

Relembramos, por exemplo, a crônica “O bem-estar do menor” (1968b), em que percebemos que a narrativa se situa em diálogo com o campo informativo apresentando inúmeras características do modo de ser da informação jornalística, já mencionadas inúmeras vezes e é acrescida de um recurso a mais, a saber: a figura do testemunho. O uso do testemunho, como nos lembra Ricoeur (2012), traz credibilidade para a ação narrada, pois afinal a testemunha reforça uma verdade, a verdade de quem presenciou o fato e confirmou para os demais membros da comunidade (leitores).

Nas crônicas “A Trégua” (1970a) e “Os sequestros” (1970b), as narrativas revelam-se na compreensão de mundo, dos acontecimentos que têm impacto mundial e são de grande relevância para o futuro de um país e de uma população. A apropriação dos valores de interesse público, verdade, universalidade, e novidade é base para a construção de ambas as narrativas. Informar sobre o cenário mundial e nacional diante dos trâmites político-econômicos e sociais que podem ter reflexo na vida dos leitores, elencando os caminhos e seus reflexos e levariam o leitor a uma compreensão de mundo, característica constante do *ethos* jornalístico moderno.

Ainda sobre essas duas narrativas, podemos destacar a presença do conflito que se configura em todo o processo da tessitura da intriga. Segundo Motta (2004, p. 30), “É a ruptura de algo que traz o conflito e que gera a notícia, o relato jornalístico. Há sempre pelo menos dois lados em confronto em qualquer relato jornalístico, há sempre interesses contraditórios na história de cada notícia, há sempre algo que se rompe a partir de algum equilíbrio ou alguma estabilidade anterior que se interrompe e que gera a tensão (2004, p.30). Essa ruptura, esse conflito referido por Motta, encontra-se como elemento estruturador dessas narrativas.

Na crônica “S.O.S Inhamuns” (1972a), a narrativa configura um acontecimento presente na realidade dos nordestinos (Brasil), já que a seca é uma constante em suas vidas, do mesmo modo que a ausência de soluções e as promessas governamentais. A narrativa apresenta não o novo/atual acontecimento sobre a seca do Nordeste e suas consequências, mas a recorrência desse evento. Desse modo notamos que a narrativa se embasa pelos valores de interesse público e de promoção de uma determinada verdade ao trazer para realidade o drama social de um povo brasileiro. Aqui a presença de características do *ethos* jornalístico moderno proporciona visibilidade aos fatos sociais, produzindo conhecimento e orientando os leitores e, mesmo que a informação tenha sido

selecionada e condensada sob o ponto de vista da jornalista ou da empresa de comunicação, a narrativa com teor jornalístico procura cumprir com sua função social.

Desse modo e diante do processo interpretativo realizado é possível perceber que as narrativas de Rachel de Queiroz estudadas revelam grande potência jornalística.

Podemos considerar que Rachel de Queiroz, ao internalizar¹⁵¹ como também apropriar-se do *ethos* jornalístico moderno, procura, em suas narrativas, assumir o papel de representante da sociedade, da voz popular, em busca da defesa de valores que considerava como democráticos e do direito social à informação.

As crônicas de Maria Judite de Carvalho também apresentam interesse público, apesar de que sob outra perspectiva, mais geral e menos crítica-social, além de não ser pautada diretamente por assuntos de políticos.

A primeira crônica, “O ano dos corações transplantados” (1968b), assim como a crônica de Rachel de Queiroz do ano de 1968, pauta-se por um assunto que está constantemente na agenda da mídia daquele tempo. O acontecimento é de interesse público, reflete o avanço da medicina e conseqüentemente na saúde do ser humano/tempo de vida. No entanto a construção da narrativa se dá de uma forma bem diferente da narrativa de Rachel de Queiroz, pois esta configura o fato utilizando-se dos recursos literários. Contudo, ainda assim, é possível perceber a presença além do interesse público, o caráter de universalidade e atualidade. O conflito também surge e encontra-se na trama do acontecimento principal, os transplantes de coração e suas questões éticas. Levantando, inclusive, reflexões críticas sobre regime do *apartheid* (o segundo transplante foi de um coração negro em um homem branco).

A potência da narrativa juditiana nesta crônica apresenta-se carregada de uma ponderação apoiada na literatura para reverberar os fatos reais. Em verdade, Maria Judite de Carvalho recorre ao conto “Olhos alheios”, do escritor brasileiro Afonso Schmidt, para fazer uma analogia com os primeiros transplantes de órgãos que estavam sendo realizados naquela época. É, portanto, essa ponderação que possibilita chamar a atenção do leitor para à realidade e seus conflitos éticos. E, a partir desse ponto é que o jornalismo se mostra presente na crônica, ao tornar público os avanços da medicina e expor os conflitos sociais do *apartheid* na África. A verdade apresenta-se, na narrativa, não apenas pela retratação

¹⁵¹ Consideramos a internalização um processo natural, enquanto que a apropriação consideramos um processo intencional e estratégico.

dos acontecimentos recentes, mas também está nas entrelinhas, ao tornar público os problemas sociais de um povo.

Já na crônica “Os visitantes da Lua” (1968c), a narrativa demanda uma espécie de contato afetivo com o leitor, proporcionando uma ponte entre a ficção e a realidade em torno da Lua. Pois, independente do lugar, o homem está sempre em busca de desvendar os mistérios acerca do desconhecido. As características do modo jornalístico moderno, como interesse público, universalidade e atualidade, estão presentes e reverberam valor da informação. Pois, apesar de recorrer à literatura com menções a personagens e autores como Plutarco, Luciano de Samosata e Arisosto para falar das viagens à Lua realizadas por homens do passado, mesmo que somente em narrativas literárias ou ficcionais, a crônica traz a temática atual e levanta o debate sobre os recentes acontecimentos em torno da corrida espacial entre norte-americanos e russos. Compreende-se que a narrativa, ao se apropriar dos valores do *ethos* jornalístico, tem o intuito de revelar ao leitor as transições existentes no mundo em torno de um assunto específico, que pode refletir no futuro do universo e da existência humana.

Em “Monumentos Lunares” (1970b), de início logo observamos que a configuração da narrativa foi pautada por uma temática recente/atual e retratada na imprensa internacional. Além do que, mais uma vez, a narradora-cronista recorre aos mistérios em torno da Lua. Agora trazendo dados reais de fotografias que podem revelar o que teria ou não na Lua. A crônica traz como um olhar sobre a verdade o fato de que, mesmo diante do avanço tecnológico que proporcionou ao homem pisar na Lua, ainda não foram desvendados todos os mistérios que ali se encontram. O foco está no sensacional, no imaginário simbólico coletivo mundial.

Já em “Os grilos de Altinho” (1971b), o *ethos* do jornalismo moderno apresenta-se de forma mais contundente. A narrativa foi configurada com base nos critérios de comoção social, interesse público, atualidade, notoriedade e calamidade. Abordou um tema que, embora fosse local, cidade do interior do Brasil, ganhou repercussão nacional e internacional, pela potência de drama social e pelo o ineditismo da existência de uma praga de grilos. E a forma como a narrativa foi construída, com base nos recursos jornalísticos, conseguiu articular o tempo do mundo à experiência humana de um povo, permitindo ao leitor vivenciar imaginariamente os acontecimentos relatados (RICOEUR 2010; SODRÉ, 2012).

No ano de 1972, as duas crônicas aqui analisadas, “Velocidade” (1972a) e “Novos Deuses” (1972b), trazem à tona a temática das transformações sociais diante da globalização, da chegada e da instalação das novas tecnologias. Essa é uma questão de interesse público, que acompanha a trajetória das crônicas presentes em “Rectângulos da Vida”, cada uma com um olhar diferente sobre a realidade.

Em “Velocidade” (1972a), retrata o universo automobilístico, a inserção em massa do automóvel no cotidiano social. A narrativa deixa transparecer o interesse público, a universalidade, a atualidade e a intenção de uma determinada verdade. O potencial jornalístico se mostra, principalmente, na abordagem das ações narradas, alertando o público sobre os perigos da velocidade.

Já em “Novos Deuses” (1972 b), é abordada outra realidade, a das relações humanas-sociais, a falta de interação em decorrência dos “Novos Deuses”, aqueles que vieram para ficar, as televisões. A narrativa baseia-se nos critérios de interesse público e verdade, assumindo o caráter jornalístico de porta-voz do povo, diante de uma realidade mundo.

As crônicas de Maria Judite de Carvalho analisadas, embora apresentem uma maior frequência no uso dos recursos literários, pois, recorrentemente, chama para suas narrativas outros escritores e situa contos, romances e outros gêneros para exemplificar ou contrapor os argumentos jornalísticos de que tratam a temática escolhida; também apresentam características do *ethos* jornalístico moderno. A narrativa juditiana informa, traz denúncias e reflexões sobre as transformações do mundo.

Assim, diante do que foi exposto, podemos observar que, conquanto as jornalistas possuam dessemelhanças nas suas propostas temáticas e ideológicas, ambas se apropriam de algumas das características do modo de ser do jornalismo moderno.

É importante percebermos que o século XX foi marcado pela grande ascendência da mídia na vida das pessoas, ocasionando uma centralidade do processo jornalístico, que se destaca desde então no contexto social. Nesse ínterim, o jornalismo potencializado através dos meios de comunicação de massa passou cada vez mais a ser não somente um elo entre a sociedade e os acontecimentos sociais/fatos noticiados, mas uma fala que reverbera inúmeras vozes do ambiente que, consciente ou não, se torna constituinte de discursos e muitas vezes determinantes em seu processo de produção, unindo nestas interferências vozes oriundas dos diversos campos, tais como: político, social, cultural e econômico.

O jornalismo ocupa um espaço importante na sociedade. Detém o poder de definir o que virá a se tornar visível (e o que será silenciado) e de estabelecer o que será noticiado. Assim, tanto as narrativas de Rachel de Queiroz como Maria Judite de Carvalho, ao reverberarem valores do jornalismo moderno, pautaram a agenda social, refigurando acontecimentos de interesse público, novamente tematizados, portanto, e de certa forma, influenciando e refletindo no dia a dia de seus leitores.

Ao fazer uso do *ethos* moderno, ambas as cronistas, em suas narrativas, assumem o papel do jornalismo de “[...] informar sobre a realidade” e “[...] contribuir para o esclarecimento do mundo” (BERGER, 2010, p. 25). E, através de crônicas com valores jornalísticos internalizados e manifestos, proporcionam ao leitor uma nova configuração de mundo, uma transfiguração, conforme Ricoeur (2010).

O terceiro objetivo desta tese consiste em compreender ainda, através das narrativas, como as jornalistas já mencionadas filtravam as temáticas que viriam a ser objeto de suas crônicas.

Sabemos que o público é diariamente colocado diante de um conjunto de mensagens selecionadas pela mídia, que, dentre um grande número de informações que detém, estrutura e constrói sentido dotando o cotidiano dos leitores de novos significados.

O jornalismo assume relevância por se constituir no espaço simbólico em que não apenas os acontecimentos ganham amplitude, como se tornam de conhecimento público, e isto proporciona, portanto, uma centralidade e um poder desse jornalismo na vida social.

Nessa perspectiva, Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho como *gatekeepers* fazem um processo de seleção dos próprios temas, já que são responsáveis por suas colunas e pela produção das narrativas ali presentes. Contudo, como dito em momentos anteriores, percebemos que o filtro da temática na maioria das crônicas foi realizado a partir do que já estava na agenda da mídia e do que era de grande interesse público.

Rachel de Queiroz, nas crônicas aqui analisadas, pautou-se pela responsabilidade em divulgar, através de sua narrativa, temas que fossem de interesse público, que estavam presentes na mídia e permaneceram no debate social. Observamos que a intenção, ao filtrar notícias que já estavam na agenda da mídia, coincide com a percepção dos valores-notícia que a ação narrada já possuía na hora da escolha e, posterior, refiguração em uma nova narrativa. Assim, a cronista atuava como *gatekeeper* de si mesma, não apresentando, nas crônicas analisadas, nenhum “furo noticioso” advindo diretamente do campo social,

sem uma anterior intervenção midiática. Todavia, ao escolher as temáticas, procurava não somente refigurá-las, como também dotá-las de novas informações e recorria, inclusive, à figura do testemunho direto, através de sua situação nos fatos narrados.

Maria Judite de Carvalho, embora também realize a função de *gatekeeper* a partir do que está presente no noticiário da mídia nacional e internacional, revela um particular interesse nas transformações do mundo com a chegada das novas tecnologias em sua amplitude e diversas áreas. Nessa perspectiva podemos notar a preocupação nos novos meios tecnológicos e nas relações pessoais cotidianas. O processo de filtragem, embora possua como motivação distintos interesses em relação às narrativas de Rachel de Queiroz, ocorre nas narrativas analisadas a partir do ambiente midiático e em cima de acontecimentos já narrados pelo jornalismo informativo, como também já constantes da pauta do público.

Nesse ponto, como observado, compreendemos que ambas exerceram a função de *gatekeepers*, todavia tendo como campo de observação e escolha das temáticas das narrativas analisadas a própria mídia, dando destaque ao que já se encontrava na agenda¹⁵² do público e dos meios de comunicação.

Dando prosseguimento aos objetivos da tese, intencionamos ainda perceber através das ações narradas as identidades narrativas possíveis de revelação, assim como seus traços de *mesmidade* e *ipseidade*, compreendidos aqui na concepção de Ricoeur (2010, 2012).

Nesse ponto, foi possível compreender que em cada narrativa analisada distintas identidades eram mobilizadas, tendo em comum questões formadoras e concernentes ao próprio *ethos* jornalístico moderno, portanto, referentes à *mesmidade*, ao *idem*, ao caráter e ética coletiva, tais como o desejo de verdade (embora de uma determinada verdade situada, muitas vezes, a partir do *si* cultural das narradoras), a denúncia e a cobrança social referentes a problemas sociais não resolutos, às preocupações com o coletivo, dentre outros aspectos. Por outro lado, a *ipseidade* se manifestava com alguma recorrência nas narrativas de ambos os veículos aqui investigados, sempre que aspectos do *si* cultural das narradoras invadia a narrativa. Uma injunção interna das narradoras mobilizava determinados argumentos que movia a narrativa para o campo do *si* mesmo como outro.

¹⁵² Vale ponderar que, na maioria das narrativas analisadas, é possível perceber que as temáticas escolhidas pelas narradoras-cronistas já estavam na agenda e não apenas haviam saído no noticiário, visto que nem tudo o que é divulgado tem potencialidade para agendar o campo midiático e o público coletivamente.

A narrativa saía do escopo do coletivo e entrava no campo individual reverberando pontos de vista que desejam encontrar novos aportes no leitor.

Vale lembrar que a identidade narrativa é o lugar do *quem* e congrega as identidades individuais manipuladas no processo de construção do sentido. Nesse caminho, as narrativas analisadas dão conta de uma pluralidade de identidades que refletem o *ethos* jornalístico moderno, mas também reverberam o *si* cultural de suas narradoras, que volta e meia se situam no centro das próprias narrativas.

No que se refere às hipóteses, temos como primeira e principal a pressuposição de que o *ethos* jornalístico moderno construído para o campo informativo atua diretamente na essência dos sujeitos que se vinculam à instituição, mesmo quando atuam no ambiente em que opinião, narração e informação se confundem, e até mesmo e, também, quando estão vinculados a outros campos. A nossa conclusão indica tanto a possibilidade da internalização e/ou apropriação dos valores do campo por parte das jornalistas/cronistas aqui estudadas como da relação dialética que as jornalistas mantêm com esses, preservando distanciamentos necessários a partir da subjetividade assumida, mas apropriando-se também de características de interesse público e importância social, guiadas pela absorção dos valores-notícia que orientam os critérios de noticiabilidade presentes no jornalismo.

A teoria inicial de que o *ethos* jornalístico moderno direcionado para o campo da informação foi apropriado por sujeitos que originalmente não estavam relacionados ao campo, mas que, ao trabalharem no jornalismo, passaram a incorporar algumas de suas características, como bem nos lembra Sousa (2002), confirmou-se.

Nesse sentido, como visto, tanto as narrativas de Rachel de Queiroz quanto Maria Judite de Carvalho revelaram a absorção e a interiorização do que Sousa (2002, p. 105) chama de *ideologias corporativas* e que aqui denominamos, com alguma distância, de *modos de ser* do jornalismo. Isso significa que ambas estavam atentas à realidade circundante, sobretudo, aos fatos de relevância e projeção nacional e internacional, além dos fatos políticos, no caso de Rachel de Queiroz.

Como visto nas análises, alguns pontos formadores do modo de ser do jornalismo, tais como: interesse público, universalidade, importância e relevância social, além de atualidade, podem ser destacados nas crônicas analisadas. A escolha das temáticas quase sempre obedecia a uma pauta já agendada. As narradoras operavam em terceira *mimesis*

praticando uma refiguração completa dos fatos narrados, acrescentando a eles as nuances que seus lugares de fala permitiam.

Nossa segunda hipótese pressupõe que Rachel de Queiroz mobilizou um conjunto de contextos distintos em cada narrativa veiculada por ela na revista *O Cruzeiro*, o que possibilitou manifestações de identidades narrativas distintas em suas crônicas jornalísticas. Nesse sentido a narradora/cronista, ao que parece e como visto, incorpora-se ao campo, adotando os valores de sua temporalidade e a singularidade que distingue o jornalismo das demais narrativas.

Esta segunda hipótese também se confirma na medida em que se avança na análise e interpretação das narrativas. Para cada narrativa foram chamados contextos distintos com o objetivo de complexificar a resolução da intriga. Partindo de um ponto de configuração da ação narrada localizado normalmente no ambiente midiático, as narrativas de Rachel de Queiroz procuravam, na refiguração, novos caminhos trazendo novas perspectivas para os leitores que em nova refiguração, a partir do olhar e dos caminhos traçados e dispostos narrativamente, poderiam dar novamente um sentido distinto do original da ação narrada.

Nossa terceira hipótese volta-se para a segunda narradora cronista. Aqui pensávamos que Maria Judite de Carvalho configurava seu tempo nas narrativas de sua coluna a partir dos movimentos da cotidianidade com eventuais incursões pela singularidade jornalística, detendo-se, portanto, mais na superficialidade do tempo vulgar, extrapolando esses limites, eventualmente. Pressupúnhamos que a narradora havia assimilado o jornalismo do dia a dia pouco se afastando das temáticas comuns, todavia guardando com essa opção uma identificação com o público que deseja leituras mais leves. Imagínávamos assim que sua narrativa, embora apresentasse traços do jornalismo moderno em alguns momentos, voltava-se mais para os temas comuns.

Essa hipótese teve confirmação parcial, visto que, embora tenhamos identificado na primeira observação que realizamos para composição da amostra um grande número de crônicas voltadas para o cotidiano, durante o processo analítico foi possível perceber que houve uma absorção do modo de ser do jornalismo nas narrativas de Maria Judite de Carvalho analisadas, embora exploradas em menor potência jornalística do que nas narrativas de Rachel de Queiroz.

A quarta hipótese aponta para a teoria de que Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho se utilizaram de narrativas jornalísticas como veículos de manifestação

pessoal para os temas que consideravam relevantes no momento de sua vivência. Nesse sentido, as jornalistas/cronistas atuaram como *gatekeepers*, filtrando as temáticas de seu interesse e levando-as para o interesse do público a partir de seus olhares.

Como visto, esta hipótese se confirmou parcialmente, uma vez que ambas as jornalistas, nas narrativas analisadas, filtravam os fatos narrados e explorados a partir do ambiente midiático, em sua maioria. Logo podemos considerá-las *gatekeepers*, se levarmos em conta o grande número de informações já constantes da agenda da mídia e do público. Todavia é certo que se utilizaram das narrativas como veículos de manifestação pessoal sobre temáticas que consideraram importantes em suas contextualidades.

Nossa quinta e última hipótese se refere à pressuposição de que as narrativas materializadas através das crônicas em análise nesta tese mobilizaram identidades narrativas distintas, reverberando eventualmente identificações com a *mesmidade* ou revelando a *ipseidade*, sobretudo, quando o *si* cultural das narradoras entra em ação. De fato, tanto nas crônicas publicadas na “Última Página” como em “Retângulos da Vida” pudemos localizar identidades narrativas distintas, como explanado recentemente.

Desse modo, diante do processo interpretativo realizado a partir da hermenêutica filosófica, podemos apresentar como considerações finais desta tese, os seguintes pontos principais:

- as narrativas revelam apropriação do modo de ser do jornalismo através de características localizadas durante a análise e interpretação;
- as narrativas revelam que o *si* cultural das narradoras/cronistas, nos textos analisados, se hibridizaram ao modo de ser do jornalismo;
- ambas as narradoras/cronistas recorriam ao ambiente midiático de forma contumaz para selecionar os acontecimentos sobre os quais se debruçariam e que teriam destaque em suas narrativas;
- as narrativas de Rachel de Queiroz mobilizaram inúmeros contextos para dotar de inteligibilidade os fatos narrados a partir de novas óticas, complexificando a refiguração pelo leitor;
- Maria Judite de Carvalho, tanto mobilizou contextos e ações narradas, carregados de potência jornalística como cenas do cotidiano;

- as identidades narrativas localizadas nas crônicas analisadas são plurais e heterogêneas e refletem uma certa identidade jornalística, confluindo para uma concordância discordante mimética que busca uma solução da intriga como propõe o jornalismo moderno.

Por fim, poderíamos compreender para além da tese e como proposição de um horizonte que se apresenta um olhar distinto sobre as narrativas das crônicas que se situam no espaço jornalístico. Enquanto, como visto no capítulo teórico-filosófico, a crônica ganhou historicamente *status* de jornalística por situar-se no ambiente do jornal impresso, sendo definida e estudada de modo quase semelhante nos dois campos (jornalístico e literário). No regime de historicidade moderno, a crônica jornalística, como visto na análise, passa a ser aquela que detém o poder de mobilizar contextos a partir de um conjunto de características e valores do *ethos* jornalístico moderno. Podendo realizar um diálogo entre a narrativa literária e jornalística, como visto, em alguns textos de Maria de Judite de Carvalho aqui analisados, ou manter-se na esfera do fato narrado e suas ramificações no ambiente social, como no caso das narrativas de Rachel de Queiroz. Diferindo assim e, a partir de então, potencialmente das crônicas literárias que reverberam temas da cotidianidade e que não trazem em si traços de singularidade do acontecimento, nem carregam características do *ethos* jornalístico aqui estudado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ABREU. Alzira Alves de. ROCHA, Dora. **Elas ocuparam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ABREU. Caio Fernando de. **Roda Viva** – TV Cultura em 01 de julho de 1991. Disponível em: <<https://vimeo.com/139796529>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. **Membros**. [20--]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/membros>> . Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. **Bernardo Guimarães**. [20--]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/bernardo-guimaraes>>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- _____. **Cândido Motta Filho**. [20--]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/candido-motta-filho>>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- AGOSTINHO, Santo Agostinho. **Confissões**. 6. ed. Petrópolis: Vozes de bolso, 2015.
- ALEXANDER, Robert J. **International trotskyism**. 1929-1985. A documented analysis of the movement. London: Duke University Press, 1991.
- ALFOBRE. **Maria Judite de Carvalho**. 2009. Disponível em: <<http://alfobre.blogspot.com.br/2009/11/maria-judite-de-carvalho.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Editora Afiliada, 1996.
- _____. **Jornalismo, matéria de primeira página**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.
- ANDRADE, Mário de. **Táxi e crônicas no Diário Nacional**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro; NOGUEIRA, Julia Gomes; PINHO, Adeítalo Manoel (Org.). **Literatura, história e memória**: leituras de Jacques Le Goff. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

ARÊAS, Vilma. Rachel: o outro e a prata da casa. In: CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. **Rachel de Queiroz**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002. p. 87-102.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014a.

_____. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014b.

_____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **A vida do Espírito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Edipro, 2011.

ASSIS, Machado de. O nascimento da crônica. In: ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas de Machado de Assis** – Coleção Folha. São Paulo: Ática, 1994. p. 13-15.

ATHAYDE, Tristão de. In: QUEIROZ, Rachel de. **João Miguel**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978. Orelha.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 1: História da imprensa brasileira.

BAIÔA, Manuel. Minando o sistema republicano-liberal desde dentro. Os partidos políticos portugueses no contexto Europeu e Ibérico (1919-1926). **Intellectus**. ano XVI, n. 1, p. 1-26, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/viewFile/29873/21477>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BANDEIRA, Manuel. Louvado para Rachel de Queiroz. In: **Estrela da vida inteira**. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAPTISTA-BASTOS, Maria Judite de Carvalho: uma ternura magoada. In: CARVALHO, Maria Judite de Carvalho. **A janela Fingida**. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 11-18.

BARBOSA, Marialva. O filósofo do sentido e a comunicação. **Conexão** – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, jan. /jun. 2006.

BARROS, José D'Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais. ano IX, v. 9, n. 1, jan./fev./mar./abr. 2012. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF28/Artigo_9_Jose_D_Assuncao_Barros.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BECELLONI, Giovanni. **Il mestiere di giornalista**. Sguardo sociologico sulla pratica e sulla ideologia della professione giornalistica. Nápoles: Liguori, 1982.

- BECHER, Franciele. **O “perigo mortal” em tempo de segurança nacional:** políticas públicas e menores em Caxias do Sul-RS (1962-1992). 2011. 302 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67259/000872713.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. **Crônica:** história, teoria e prática. São Paulo: Scipione, 1993.
- BEGER, Crista. O conhecimento do Jornalismo no círculo hermenêutico. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, p. 17-25, ago. 2010. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/14/14>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: Magia e Técnica. Arte e Política.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e poética - ensaios sobre literatura e história da cultura.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 213-240.
- BEZERRA, Elvia. Nata e flor do nosso povo. In: QUEIROZ, Rachel. **Mandacaru:** originais do primeiro livro de Rachel de Queiroz. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010, p. 9-54.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- _____. **Sobre a televisão.** A influência do jornalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. **O poder simbólico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAGA, Rubem. **O conde e o passarinho & Morro do isolamento.** Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BRANDT, A. M; GARDNER, M. The Golden Age of Medicine. In: COOTER, Roger; PICKSTONE, John (eds.). **Medicine in the Twentieth Century.** Netherlands: Harwood Academic Publishing, 2000. p. 21-37.
- BRUNO, Haroldo. **Rachel de Queiroz.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. **Uma história social do conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CABRERA, Ana (Org). **Jornais, jornalistas e jornalismo.** Séculos XIX-XX. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

- _____. **Marcello Caetano: poder e imprensa.** Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- CADERNO DE LITERATURA BRASILEIRO. **Rachel de Queiroz.** n. 4. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.
- CÁDIMA, Francisco. **História e crítica da comunicação.** Lisboa: Século XXI, 1996.
- CAETANO, Marcello José das Neves Alves. **Minhas Memórias de Salazar.** Lisboa: Verbo, 1977.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- _____. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, FGV, n. 37, p. 81-98, jan./jul. 2006.
- CALDEIRA, Jorge et al. **Viagem pela história do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- CÂMARA, Fernando Portela. **História da psiquiatria.** Vida e obra de Nise da Silveira. 2012. Disponível em: < <http://www.polbr.med.br/ano02/wal0902.php> >. Acesso em: 20 jun. 2016.
- CAMINHA, Edmilson. **Rachel de Queiroz: A Senhora do não me deixes.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas / Rio de Janeiro: Editora da Unicamp / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.
- _____. Sob o Signo do Folhetim: Teixeira e Sousa. In: _____. **Formação da literatura brasileira.** vol.2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CARNEIRO, André. **Introdução ao Estudo da Science Fiction.** São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1967.
- CARNEIRO, Glauco. **Brasil, primeira: a história dos Diários Associados.** Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.
- CARNEIRO, José Vanderlei. **Hermenêutica e narratologia: por uma redefinição da narrativa à luz do pensamento contemporâneo.** Curitiba: Editora CRV, 2017.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **MATRIZES,** São Paulo, ano 6, n. 1, p. 169-187, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizzes/article/view/48057/51820>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Rachel de Queiroz**: cadeira 5, ocupante 5. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2010.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras criadas**. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

CARVALHO, Maria Clara Torres Castro Cunha. **Para o estudo da configuração temporal no conto** - análise de tempo de Mercês de Maria Judite de Carvalho. 1999. 164 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999.

CARVALHO, Maria Judite de. **Diário de Emília Bravo**. Lisboa: Caminho, 2002.

_____. **A Flor que havia na água parada**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998a.

_____. **Havemos de Rir?** Lisboa: Publicações Europa-América, 1998b.

_____. **Seta Despedida**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1995.

_____. **Este tempo**. Lisboa: Caminho, 1991.

_____. **Além do quadro**. Lisboa: O Jornal, 1983.

_____. **O Homem no arame**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.

_____. **A Janela Fingida**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

_____. **Tempo de Mercês**. Lisboa: Seara Nova, 1973.

_____. Velocidade. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ano 51, n. 17696, p. 7, 21 jun. 1972a. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/mes?ano=1972>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Os novos deuses. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ano 52, n. 17803, p. 3, 16 jul. 1972b. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06814.164.26057#!3>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Quem tem medo de computadores? **Diário de Lisboa**. Lisboa, ano 51, n. 17419, p. 3, 10 jan. 1971a. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06807.157.25288#!3>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. Os grilos de Altinho. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ano 51, n. 17513, p. 11, 1971b. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06812.162.25822>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. O Homem e a morte. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ano 49, n. 16946, p. 3, 24 fev. 1970a. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06611.149.24553>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Monumentos Lunares. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ano 50, n. 17087, p. 3, 17 jul. 1970b. Disponível em:
<<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06615.153.24940#!1>> . Acesso em: 1 jul. 2017.

_____. **Os Idólatras**, Lisboa: Prelo, 1969.

_____. **Flores ao Telefone**. Ovar: Contemporânea, 1968a.

_____. O ano dos corações transplantados. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ano 47, n. 16209, p. 3, 3 fev. 1968b. Disponível em:
<<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06583.121.21919>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Os visitantes da lua. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ano 48, n. 16442, p. 3, 26 set. 1968c. Disponível em:<<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06592.130.22775>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

_____. **O seu amor por Etel**. Lisboa: Movimento, 1967.

_____. **Os Armários Vazios**. Lisboa: Portugália, 1966.

_____. **Paisagem sem barcos**. Lisboa: Arcádia, 1964.

_____. **As palavras poupadas**. Lisboa: Arcádia, 1961.

_____. **Tanta gente, Mariana**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1959.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **O mundo fragmentado: As encruzilhadas do labirinto**. vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **A Instituição Imaginária na Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Edgar. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHALABY, Jean K. Beyond the prison-house of language: discourse as a sociological concept. **O British Journal of Sociology**. v. 47, n. 4, dez. 1996, p. 684-698.

CHAPMAN, Jane. **Comparative Media History**. Cambridge: Polity Press, 2005.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CONDÉ, José. **Terra de Caruaru**. 6. ed. Caruaru-PE: W. D. Porto da Silva, 2011.

CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla. **Jornalistas: do ofício à profissão**. Mudanças no jornalismo português (1956-1968). Lisboa: Caminho, 2007

_____. Anos 60: um período de viragem no jornalismo português. In: **Livro de Actas – 4º SOPCOM**. 4º Congresso SOPCOM. Aveiro, 2005. Disponível em: <<http://www.boccc.ubi.pt/pag/correia-baptista-anos-60-periodo-viragem.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

COSTA, José Raimundo. **Memórias de um jornal**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1988.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: Eduff, 1986, p. 117-143.

COUTO, Edvaldo Souza; DAMIÃO, Carla Milani (org). **Walter Benjamin: formas de percepção estética da modernidade**. Salvador: Quarteto, 2008.

CRESSWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Cecília. **Vivência Escrita: a crônica de Rachel de Queiroz em O Cruzeiro- anos 50**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

DAVIS, Norman. **A Europa em Guerra**. Lisboa: Edições 70, 2008.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

_____. Die Entstehung der Hermeneutik. In: STRÜBING, Jörg; SCHNETTLER, Bernt (orgs.). **Methodologie interpretativer Sozialforschung: Klassische Grundlagentexte**. Konstanz: UVK, 2004, p. 21-42 [primeira publicação:1900].

ENRIQUEZ, Eugéne. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE-eletrônica**, v. 5, n. 1, art. 10, Université Paris VII: jan./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf> >. Acesso em: 10 dez. 2016.

ESTEVEZ, José Manuel da Costa. Seta Despedida de Maria Judite de Carvalho: uma forma abreviada sobre a dificuldade de viver. In: QUINT, Anne-Marie. **Le conte en langue portugaise**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1999. p. 69- 78.

FALBO, Graciela. **Tras las huellas de una escritura en tránsito: la crónica contemporánea en América Latina**. La Plata: Al Margen, 2007.

- FANINI, Michele Asmar. A (in)elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras: Carolina Michaelis e Amélia Beviláqua. **Tempo Social** [online]. v. 22, n. 1, p. 149-177, 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ts/v22n1/v22n1a08.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- FARINHA, Luís. **O Revirinho**: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: USP, 2010.
- FERREIRA, Raquel França dos Santos. **A “Última Página” de O Cruzeiro**: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz, no pós-64. 2015. 284 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.
- FILHO, Adonias. **Discurso de recepção**. 4 nov. 1977. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/rachel-de-queiroz/discurso-de-recepcao>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- _____. **Dits et Écrits**. vol. 4. Paris: Gallimard. 1994.
- _____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.
- FREITAS, Olívia Rocha. **A melancolia nas crônicas de Maria Judite de Carvalho**. 2011. 233f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 2015.

- _____. **Hermenêutica em retrospectiva**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GAGNEBIN, Marie Jeanne. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. Derivações culturais do romance folhetim. In: GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, mar. /abr. 1995, p. 57-63.
- GOMES, Tânia Vanessa Araújo. **Uma revista feminina em tempo de Guerra: O caso da “Eva” (1939-1945)**. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GUERELLUS, Natália de Santana. **Rachel de Queiroz: regra e exceção**. 2011. 174f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ. 201.
- _____. **Como um castelo de cartas: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz**. 2015. 388 p. f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ. 2015.
- _____. **Vae Solis: Cultura política e a trajetória de Rachel de Queiroz (1927-1964)**. In: **Fazendo Gênero 9**. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278270777_ARQUIVO_Natalia_ArtigoFazendoGenero9.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- GUTIÉRREZ, Ana Martín. Jornalismo literário ou literatura no jornal? As crônicas de Maria Judite de Carvalho. In: DIOS, Ángel Marcos de. (Ed.) **La lengua portuguesa**. vol. I – Estudios sobre literatura y cultura de expresión portuguesa. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 1985.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- _____. **Ontologia: Hermenêutica da facticidade**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HIDALGO, Antonio López. **La columna**. Periodismo y literatura em um género plural. Zamora: Comunicación Social, 2012.

HOBBSAWM, Eric John. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **O novo século: entrevista a Antonio Palito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOHLFELDT, Antônio. Crônicas de Machado de Assis e romance folhetim de Almeida Garrett: duas experiências pioneiras. **Revista Famecos**, Porto Alegre, vol. 23, n. supl., out. 2016. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/25015/14863>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

_____. **Melhores crônicas**. São Paulo: Global, 2012.

_____. O ethos Rachel. In: **Cadernos de Literatura Brasileira**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. **A roupa da Rachel** – um estudo sem importância. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/a-roupa-da-rachel-um-estudo-sem-importancia/>> . Acesso em: 15 nov. 2015.

JARDIM, Maria Antônia Jardim. **Da hermenêutica à Ética em Paul Ricoeur: contributos para um desenvolvimento educativo e oral através da literatura**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2002.

JERVOLINO, Domenico. **Introdução a Ricoeur**. São Paulo: Paulus, 2011.

JUNG, Carl Gustav. **Aion – Estudo sobre o simbolismo do si-mesmo**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KONIG, Mauri. **Diáspora da seca redesenha o Brasil**. [06/05/2013]. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/diaspora-da-seca-redesenha-o-brasil-f23citjcr2ew13emo0u90txla>> . Acesso em: 10 fev. 2016.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: norte e sul**. São Paulo: Ed. USP, 2001.

LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LAVILLE, Christian ; DIONNE, Jean. **A construção do saber: Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEAL, Bruno Souza. Quando uma notícia é parte da história: as mídias informativas e a identidade narrativa. **E-compós**, Brasília, v.17, n. 3, set. /dez. 2014.

LISBOA, Eugênio. **Uma arte forte, de pudor e de modéstia**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1998.

LISPECTOR, Clarice. **A Maçã no escuro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

_____. **A hora da estrela.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher.** Permanência e Revolução do Feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, Ana Maria Costa. **Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade.** Lisboa, Quimera, 2005.

_____. Ousar Lutar, Ousar Vencer. A Imprensa Periódica Oitocentista como Motor da Promoção Intelectual Feminina. **Comunicação & Cultura**, n. 7, Lisboa, 2009. p. 39-48. Disponível em:

<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10444/1/07_02_Ana_Maria_Costa_Lopes.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em comunicação.** São Paulo: Loyola, 2005.

LOPES, Óscar; SARAIVA, A. J. **História da literatura portuguesa.** 17. ed. Porto: Porto editora, 1987.

LOPES, Paula Cristina: “**A crónica (nos jornais): O que foi? O que é?**”. Universidade Autónoma de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-chronica-lopes.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LUSTOSA, Isabel. **Rachel e o golpe.** abr. 2014. Disponível em: <<http://em1964.com.br/rachel-e-o-golpe-por-isabel-lustosa/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

MACEDO, José Rivair. **Desvendando a história da África.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975).** São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Os termos-chave da Análise do Discurso.** Lisboa: Gradiva, 1997.

MARINETTI, Filippo Tommaso. Manifesto Futurista. 20 fev. 1909. **Le Figaro.** Disponível em: <<http://www.espiral.fau.usp.br/arquivos-artecultura-20/1909-Marinetti-manifestofuturista.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MARQUES DE MELO, José. **Anotação sobre gêneros na comunicação de massa.** Mestrado. São Bernardo do Campo: UMESP, 1º sem. 2010. (Anotações de aula).

_____. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2010.

_____. **Jornalismo opinativo: Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (Org.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar. **Estudos de Comunicação no Ceará**. Fortaleza: Edições Agora, 1985.

MIJUSKOVIC, Bem Lazare. **Loneliness in Philosophy, Psychology, and Literature**. Bloomington: iUniverse, 2012.

MIRANDA, Jussara Valéria de. **“Recuso-me”!** Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

MOISÉS, Massaud. **Pequeno Dicionário de Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1981.

_____. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2003.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Introdução de Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade?. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **SBPJOR**. São Paulo, Universidade de São Paulo, nov. 2009 [Anais...]. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/luiz_gonzaga_motta.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2015.

_____. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2004.

MOURA, Maria Lacerda de. **Amai e não vos multipliqueis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

_____. **Han Ryner e o Amor Plural**. São Paulo: Unitas, 1928.

_____. **Religião do Amor e da Beleza**. São Paulo: Condor, 1926.

_____. **A mulher hodierna e o seu papel na sociedade moderna e na formação da civilização futura**. (conferência). Santos: Estado de São Paulo, 1923.

MOURA, Ranielle Leal. **O olhar e a palavra: fotojornalismo de José Medeiros na Revista O Cruzeiro**. São Paulo: All Print, 2012.

_____. **Gêneros Jornalísticos na Imprensa Brasileira do Século XX** - Revista O Cruzeiro. O Cruzeiro. 2011. 320f. Dissertação (Mestrado em Processos Comunicacionais) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MUÑOZ, J. Carlos Gómez. El retorno de la sociología del conocimiento de Mannheim a una epistemología de corte weberiano. **REIS** - Revista española de investigaciones sociológicas, Madrid, n. 62, p. 45-59, 1993.

NEGREIROS, Adriana. Padre Cícero sem perdão. **Piauí**, São Paulo, n. 117, p. 40-46, jun. 2016.

NERY, Hermes Rodrigues. **Presença de Rachel** – conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz. Ribeirão Preto: Funpec, 2002.

NETTO, Accioly. **O império do papel**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral**. São Paulo: Hedra, 2007.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

O ESTADO DE S. PAULO. **Morre Miguel Urbano Rodrigues, um jornalista que lutou contra o salazarismo**. 27 Maio. 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,morre-miguel-urbano-rodrigues-um-jornalista-que-lutou-contr-o-salazarismo,70001816226>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

O POVO. **Edição especial O Povo 80 anos**. Fortaleza: O Povo, 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

PELLAUER, David. Ações narradas como fundamento da identidade narrativa. In: SALLES, Walter; NASCIMENTO, Fernando. **Paul Ricoeur: Ética, Identidade e Reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 57-79.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

Pessini, L. Distanásia: algumas reflexões bioéticas a partir da realidade brasileira. **Bioética**, v.12, n.1, p. 39-60, 2004.

PINÕ, Nélide. Depoimento. In: SILVA, Ana Maria Leolpoldo. Nervos de aço. **Cult**, São Paulo, ano 19, n. 216, p. 44-47, set. 2016.

PIONER, Cristina. **Entre uma carta e outra, nasce a escritora**. 20 nov. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/eva/entre-uma-carta-e-outra-nasce-a-escritora-1.676575>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

PLATÃO. **O Banquete**. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. **A república**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro (DIFEL), 1965.

PONTES, Cleto Brasileiro. **Demócrito Rocha**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**. Brasília: UNB, 1980.

PROUST, Marcel. **No caminho de swamnn**. Em busca do tempo perdido. São Paulo: Globo, 2006.

PULITZER, Joseph. **A Escola de Jornalismo**: a opinião pública. Florianópolis: Insular, 2009.

QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.

_____. **Mandacaru**: originais do primeiro livro de Rachel de Queiroz. Organização Elvia Bezerra. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

_____. **Lampião - A Beata Maria do Egito**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

_____. **Memórias de Menina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. **Cadernos de Literatura**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

QUEIROZ, Rachel de. Um começo difícil. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 9-10.

_____. Rainha dos Estudantes. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 25-30.

_____. O Quinze. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 31-34.

_____. O Partido. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 35-38.

_____. O rompimento. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 39-42.

_____. Padre Cícero. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 115-121.

_____. Editora José Olympio. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 185-190.

_____. Não Me deixes. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 215-220.

_____. Mario de Andrade. In: QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 227-238.

_____. **O nosso Ceará**. Fortaleza: O Povo, 1994.

_____. **Memorial de Maria Moura**. São Paulo: Siciliano, 1992.

_____. **Cafute & pena-de-prata**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

_____. **O galo de ouro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

- _____. **Dôra, Doralina**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL-MEC, 1975.
- _____. **Seleta Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.
- _____. S.O.S. nos Inhamuns. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 45, p. 144, 8 nov. 1972a. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/003581/186553?pesq=O Cruzeiro](http://memoria.bn.br/docreader/003581/186553?pesq=O%20Cruzeiro)>. Acesso em: 30 jan. 2016.
- _____. Incentivos para a cultura. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 46, p. 144, 15 nov. 1972b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=186701&pesq=O%20Cruzeiro>>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- _____. Um mundo só. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 8, p. 130, 17 fev, 1971a. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/003581/178893?pesq=O Cruzeiro](http://memoria.bn.br/docreader/003581/178893?pesq=O%20Cruzeiro)>. Acesso em: 19 fev. 2017.
- _____. O leão doente. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XLIII, n.35, p. 130, 1 set. 1971b.
- _____. A trégua. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XLII, n. 35, p.138, 15 ago. 1970a. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/003581/175150?pesq=O Cruzeiro](http://memoria.bn.br/DocReader/003581/175150?pesq=O%20Cruzeiro)>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- _____. Os sequestros. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XLII, n. 36, p. 138, 1 set. 1970b. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/003581/175290?pesq=O Cruzeiro](http://memoria.bn.br/DocReader/003581/175290?pesq=O%20Cruzeiro)>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- _____. **O menino mágico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- _____. O coração de Washkansky. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XL, n. 65, p.168, 6 jan. 1968a. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/003581/166472?pesq=O Cruzeiro](http://memoria.bn.br/DocReader/003581/166472?pesq=O%20Cruzeiro)>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- _____. O bem-estar do menor. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XL, n.13, p.142, 1968b. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/003581/168124?pesq=O Cruzeiro](http://memoria.bn.br/DocReader/003581/168124?pesq=O%20Cruzeiro)>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- _____. “Última Página”. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.1, p.89, 01 dez.1945.
- _____. Votar. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 2, p.130, 11 jan.1947.
- _____. **As três Marias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- _____. **Caminho de pedras**. São Paulo: Círculo do livro, 1937.
- _____. **João Miguel**. São Paulo: Círculo do livro, 1932.
- QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Siciliano, 1998.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na Guerra: 1939-1945**. vol.1. São Paulo: Larousse, 2009.

RAMOS, Graciliano. **Linhas Tortas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

RÊGO, Ana Regina. **Articulações temporais no jornalismo**. Cachoeira-BA: VI Encontro Nacional dos Grupos de Pesquisa em Historicidade dos Processos Comunicacionais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 27-30 set. 2017. Anotações de apresentação oral (mesa-redonda).

_____. A ditadura militar no jornalismo: Uma abordagem a partir do conceito de lugar de memória. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**, v.3, n.1, jan./jun. 2014a.

_____. Jornalismo: Temporalidades, ética e memória. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; e MIRANDA, Marcela (Org.). **Narrativas do jornalismo & Narrativas da história**. Lisboa: Media XXI, 2014b.

_____. Jornalismo e memória, entre o tempo e a ética. In: 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **SBPJOR** 2012. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nov. 2012 (Anais).

_____. O jornalismo e os gêneros nos impressos brasileiros. In: JORNADA LUSOBRASILEIRA DE JORNALISMO, 4., 2008, Porto – Portugal. **Anais...** Porto, Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2008.

RÊGO, Ana Regina; AMPHILO, Maria Isabel. **Gêneros em jornais de prestígio**. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2010.

REIS, Carlos. **História crítica da literatura: do neo-realismo ao post-modernismo**. Coimbra: Verbo, 1989.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997: História da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Hermenêutica e ideologias**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

_____. **A Simbólica do Mal**. Lisboa: Edições 70, 2013b.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2012.

_____. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. v.1.

_____. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. v.2.

- _____. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. v.3.
- _____. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 2000a.
- _____. Narratividade, fenomenología y hermenéutica. **Anàlisi**, n. 25, p. 189-207, 2000b.
- _____. **Interpretação e Ideologias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990.
- _____. **Du texte à l'action: essais d'herméneutique II**. Paris: Le Seuil, 1986.
- _____. **Do texto à acção, ensaios de hermenéutica II**. Porto: Rés-Editora, s/a.
- _____. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- _____. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. “O mercado de trabalho feminino em jornalismo: Análise comparada entre Portugal e Brasil”. **Impulso**, Piracicaba, vol. 21, n. 51, p. 7-18, 2011. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/viewFile/434/545>> . Acesso em: 10 maio 2015.
- _____. **A actual formação de jornalistas e o mercado de trabalho: Uma comparação entre Brasil e Portugal**. I Colóquio Bi-Nacional Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação. Natal, Brasil (CD-ROM). 2008.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação da natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (Org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo1, 1997.
- RODRIGUES, Marly. **O Brasil na década de 1920**. São Paulo: Memórias, 2010.
- RODRIGUES, Natalício de Melo. **Todas as 128 secas registradas no espaço semiárido do nordeste do brasil**. 27 fev. 2016. Disponível em:<<http://natalgeo.blogspot.com.br/2013/12/secas-e-acudage-no-nordeste-do-brasil.html>>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- RODRIGUES, Urbano Tavares. Ambiguidade e Ironia em Lygia Fagundes Telles, **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Lisboa, n. 2, p. 25-28, 1988.
- RODRIGUES, Urbano Tavares. Maria Judite de Carvalho, princesa da ironia. **Biblioteca Nacional**. Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.bnportugal.pt/images/stories/agenda/2009/documentos/texto_urbano.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

ROCHA, José Geraldo da; RANGEL, Patrícia Luísa Nogueira. Úrsula: a voz dos excluídos do século XIX no romance de Maria Firmina dos Reis. **Revista Mulheres e Literatura**, vol. 13, 2014. Disponível em: <<http://litcult.net/ursula-a-voz-dos-excluidos-do-seculo-xix-no-romance-de-maria-firmina-dos-reis/>> . Acesso em: 10 dez. 2015.

ROSA, Joana Catarina Vieira da. **Expresso: Um projeto de renovação no fim do Marcelismo**. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola Superior de Comunicação Social. Instituto Politécnico de Lisboa Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 2014.

SALDANHA, Gustavo Silva. A complexidade e o conhecimento nos séculos XIII e XX: uma reflexão epistemológica. In: BORGES, Maria Manuel (Coord.). **A ciência da informação criadora do conhecimento**. v. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. p. 85-97.

SANCHA, Teresa. **Maria Judite de Carvalho, escritora (1921-1998)**. Lisboa: Imprensa Municipal, 2000.

SANTOS, David (Coord.). **Escrevendo Urbano Tavares Rodrigues**. Vila Franca de Xira: Mneorealismo, 2009.

SANTOS, Gerson Tenório dos. Desconstruindo Sísifo: o tempo kairótico da crônica. **Kaliópe**, São Paulo, ano 3, n. 1, p. 30-43, jan./jun., 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kaliópe/article/download/3731/2432>> . Acesso em: 10 mar. 2016.

SANTOS, Rinaldo dos. **Os sertaniadas 1900 a 2015: 500 de hipocrisia na História do Brasil**. Porto Alegre: Revolução e-book, 2017.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 24 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2007.

SARTO, Basilio Alberto. **A noção de interesse público no jornalismo**. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SCHUDSON, M. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-95.

SEGALA, L. Bumba meu boi. In: **O Brasil de Marcel Gautherot: Fotografias**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2000.

SEIXO, Maria Alzira. **A palavra do romance**. Ensaios de genologia e análise. Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

SERRA, Pedro. Máquinas da voz, máquinas da escrita: estética da ciência e da tecnologia na “cronística” de Maria Judite de Carvalho. In: **Forma Breve**, Aveiro, n. 8, p. 43-55. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/2309>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SILVA, Agnaldo Rodrigues da Silva; KARIM, Taisir Mahmudo. Poética do silêncio- aspectos linguísticos e literários. In: **Revista Ecos**. Cuiabá, v. 9., n. 2, p. 11-22, jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/932/919>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SILVA, Cristiane Ivo Leite da. **A incompletude e as personagens juditianas:** representações literárias em Maria Judite de Carvalho. 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Juremir Machado da. **O que a pesquisa quer dizer:** como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SILVEIRA, Maria José. **A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas**. São Paulo: Globo, 2002.

SILVEIRINHA, Maria João. As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-ossificação da História do jornalismo. In: **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo, vol. 21, p.165 –182, 2012. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/viewFile/707/628>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1973.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado:** o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Manuela Goucha. **Marcello Caetano** - o homem que perdeu a fé. Lisboa: A esfera dos livros, 2009.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. **A crônica brasileira do século XIX:** uma breve história. São Paulo: É Realizações, 2014.

SOARES, Jurandir. **Israel x Palestina:** as raízes do ódio. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOL, **Maria Judite de Carvalho**. Vidas quebradas. 18 jan. 2017. Disponível em: <<https://sol.sapo.pt/artigo/544576/maria-judite-de-carvalho-vidas-quebradas>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma história profana da Palestina**. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>>. Acesso: 15 mar. 2016.

_____. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2010.

STELMACHUK, Maris Stela da Luz. **Mulheres do século XX: memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho**. 2012. 151 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. 2008. 636 f. Tese (Doutoramento em História). Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

TAYLOR, Charles. **Hegel- sistema, método e estrutura**. São Paulo: É Realizações, 2014.

TELO, António José. **Primeira República I: do sonho à realidade**. Lisboa: Editorial Presença. 2010.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; SANTOS, Marli dos. Subjetividades femininas na cobertura jornalística. In: XXV Encontro Anual da Compós, jun. 2016, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiás: Compós, 2016. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/subjetividadesfemininasnacoberturajornalistica-autoria_3368.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, vol. I. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do Jornalismo**, vol. II. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

VENOSA, Silvio Salvo de. **Código Civil Interpretado**. São Paulo: Atlas, 2010.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **José Olympio: o descobridor de escritores**. Rio de Janeiro: Thex, 2001.

VIZENTINI, Paulo. G. Fagundes. **História do século XX**. 3.ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

_____. **A África a frente à globalização**. In: _____; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilvicz. Breve História da África. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

ANEXO A- Ilustrações apresentadas na análise

RACHEL DE QUEIROZ

"O coração de Washkansky" (6 jan. 1968)

Última página

RACHEL DE QUEIROZ

O CORAÇÃO DE WASHKANSKY

Parece que está mesmo morrendo o homem que recebeu o coração da moça, apesar da torcida apaixonada em que se empenha o mundo inteiro pela sua salvação. Se bons desejos dessem vida, como acreditam certos espíritos religiosos, Washkansky estaria salvo. Pois imagino que jamais tal massa de bons desejos acompanhou um doente; — nenhum rei, nenhum herói, nenhum santo, teria tido tantos milhões de pessoas a pedir pela sua vida, a acompanhar ansiosamente nos jornais os recuos e progressos dos implacáveis anticorpos.

A gente fica pensando: será que a natureza, já previa a tentativa de transplantação de órgãos, ousada pelos cirurgiões modernos? Se a não previa, por que motivo teria imposto ao organismo animal tantas e intolerantes defesas, essa xenofobia, essa cortina de anticorpos a fechar as fronteiras da carne, proibindo qualquer promiscuidade orgânica com outro indivíduo, seja embora o doador da mesma espécie, da mesma raça, do mesmo tipo de sangue do receptor? Promiscuidades, diz a natureza, só para fins de reprodução — e pelos canais competentes. Fora disso, nada.

O que é evidente é que Deus Nosso Senhor considera o reino animal a sua mais perfeita obra-prima, cada indivíduo, cada espécie, cada série, um todo perfeito e não susceptível de alteração. Chega-se mesmo a duvidar da teoria da evolução na qual se acredita mais por uma questão de fé, pois que ver mesmo nunca vimos, nunca fomos testemunhas de nenhum processo de evolução em marcha em organismo vivo. Tanto quanto me deixa saber a minha ignorância, tudo ainda são teorias. As alegadas provas estariam em espécies extintas, em fósseis; mas, depois do bicho morto e virado pedra, passados milhões de anos — trata-se pelo menos de um testemunho longínquo, não é?

No reino vegetal não há tanto rigor. Milhares de vegetais pegam de galho e recebem enxertos de variedades diferentes. A glória da jardinagem, da horticultura e da pomicultura está mesmo na criação desses híbridos por enxertia. Há organismos animais, como a ameiba, que se dividem e cada pedaço continua vivendo como indivíduo novo; e há as lagartixas que conseguem fazer crescer de novo a cauda decepada. Mas encostar a parte seccionada de um ser na parte seccionada de outro ser, e aquilo "pegar" — parece que ainda está longe. Eles dizem que fazem cães com duas cabeças em laboratório — mas cadê esses cães? Podem viver uma vidinha artificial e rápida — mas lá mesmo se acaba. Não vingam.

É como eu dizia: Deus considera perfeitos homens e bichos tais como os criou, e não admite alterações na sua morfologia. E até mesmo híbridos por cruzamento a natureza tolera mas não gosta, tanto que os faz estéreis.

Realmente, se se pudesse interferir com a morfologia das espécies, mal se pode pensar a que tantas loucas se entregaria esta humanidade desvalrada. Se a gente pegasse de enxerto, como ranja-da-baía, numa hora de entusiasmo amoroso era capaz de fazer operação para ficar pago com o ser amado — mas, e depois que a operação passasse?

E os laboriosos que exigissem quatro mãos para trabalhar mais? E a milionária excêntrica que funcionasse a garganta da Callas? E as linhas contrabando organizadas para fornecer delicados pés de espanholas a americanas ricas de pé 42? E o ditador megalomaniaco que montasse fábrica supersoldados para os seus exércitos — homens com couraça de jacaré, estômago jejuador de melo, força de cavalo e miolos de burro para resistir de tantos dons, obedecer ao amo? E não diga que o homem não faria isso, que ele não tem amor a seu corpo tal como é — o homem não tem amor a nada, o homem é doído. Tanto quanto pode, ele já se desfigura, com tatuagens, cicatrizes, operações plásticas de resultado doloroso. E para ganhar dinheiro então — até já existem quadrilhas organizadas para raptar milhões de gênio e lhes vender o cérebro no câmbio negro.

Assim mesmo, contra todas as leis naturais, queremos que Washkansky escape. Que a natureza inflexível abra essa primeira exceção e o corpo enfermo do homem de meia-idade cobre vida com o coração da rapariga. E se a operação tiver êxito, e entrasse na rotina médica — oh, Deus, podia-se até criar o uso de dar o nosso coração a alguém; não poéticamente, em devaneio de amor, mas mandar abrir de verdade a arca do peito, tirar de dentro o coração palpitando, e enviá-lo congelado, em papel de alumínio, como comida americana, para o ingrato ou a ingrata fiando usando, já que nasceu sem coração.

NR — Este artigo já estava impresso quando chegou a notícia de que Washkansky morrera, depois de viver 18 dias com o coração da moça Denise.

Presidente Amélia Whitaker Gondim de Oliveira
Vice-Presidente Theophilo de Andrade
Diretor-Geral Leão Gondim de Oliveira
Diretor-Secretário Austregésilo de Athayde
Superintendente José Velasco Portinho
Assistente-Geral Wolmar Pimenta Soares

Repórteres: Ed Keffel, Arlindo Silva, Indolécio Wanderley, Henri Ballar, Libiraton de Lemos, Mário de Moraes, Jorge Audi, Elias Nasser, Luiz Alfredo, Geraldo Viola, Manoel Motta, Glauco Carneiro, José Franco, José Nicolau, Orlando Rêcha, Fernando Richard, Afrânio Brasil Soares, Hélio Passos, Douglas Alexandre, Walter Luiz Rosa, Sônia Beatriz de Barros, Miguel Ângelo M. Gonçalves, Fernando Seixas, José Belém e Marco Antônio Montandon. **Redatores:** Antônio Nogueira Machado e Gualter Mathias Netto. **Paginção:** João Américo de Barros (chefe), Belmiro Pires, Jesus José do Costa, José da Rocha Pereira e Jorge Albino. **Revisão:** João Octávio Facundo (chefe). **Colaboradores:** Rachel de Queiroz, Thereza de Paula Penna, Amilde Pedrosa, Carlos Estêvão, Alceu Penna, Nehemias Gueiros, Sylvia Alves, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Pedro Lima, Edith Pinheiro Guimarães e Odorico Tavares. **Documentação e Arquivos:** Luis da Silva Henriques (chefe). **Secunetas:** São Paulo: Redação — Rua 7 de Abril, 230/9º andar — Tel. 36.6241 — Publicidade: Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados Ltda.

— Tel. 32-0217 — **Diretor:** Amílcar Mercadante Leite do Couto. Belo Horizonte: Rua Goitacazes, 15/7º andar, 5/715 — Tel. 4-0137 — **Diretor:** Eugênio Silva. Brasília: Av. W3, Quadra 16, casa 54 — Tel. 24-578 — **Diretor:** Benedito Coutinho. Recife: Avenida Dantas Barreto, 324/3º andar — Tel. 40-841 — **Diretores:** Murilo Marroquim e Hilton Cunha. Pôrto Alegre: Representante — SIRT (Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados Ltda.) — Rua 7 de Setembro, 1123-1º andar — Tel. 4-0034 — **Diretor:** Carlos Santos Pereira. Nova Iorque: 500 Fifth Avenue — **Diretor:** Cesar Yázig.

Agentes em todo o Brasil e correspondentes nas principais cidades do Mundo

Redação — Administração:
Rua do Livramento, 189, Rio de Janeiro — Tels. 43-4977 e 23-1733 (Rêde Interna) — 43-7293 e 43-7073 (Publicidade) — Endereço Telefográfico: Constelação.

ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 42.000 — NC\$ 42,00

O CRUZEIRO

PROPRIEDADE DA EMPRESA
GRAFICA "O CRUZEIRO" S. A.

Diretores David Nasser e José Amádo
Editor-Geral Leão Gondim de Oliveira
Redator Principal David Nasser
Diretor de Redação Mário de Moraes
Assistente Alfredo de Belmont Pessoa
Dir. de Publicidade Hélio La Bianca

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO
IVC

“O bem-estar do menor” (30 mar. 1968)

rachel de queiroz

Ora, afinal não se deve perder a esperança. Por exemplo, quando se vê que a boa semente nasce bem e se espalha: vejo nos jornais que se inaugura no Rio de Janeiro a Fundação Estadual do Menor, nos moldes modelares da Fundação Nacional do Menor.

Se havia problema que envergonhasse a gente de ser brasileiros, tal o abismo de incompetência, desídia, desonestidade, ignorância, e puro e simples crime em que se afundava — esse problema era o do nosso menor abandonado. Creio que só a história dos navios negreiros pode permitir comparação com a legenda sinistra dos estabelecimentos oficiais para recolhimento e corrigenda de menores, comandados outrora pelo famigerado SAM. No SAM, o mapa de horrores era completo: prisão, promiscuidade, espancamentos, doenças, fome, frio, nudez. Prostituíam-se as meninas tupeiras do Governo com a conivência ou por iniciativa de guardas e inspetores; menores internos do SAM eram organizados em quadrilhas de assaltantes: retirados à noite do internato, para matar e roubar, e recambiados pela madrugada, depois de entregue às “autoridades” o dinheiro apurado nos assaltos.

Foi precisamente o escândalo público, o choque, o horror desencadeado pelo assassinato do Odylo Costa Neto, cometido por uma quadrilha de internos do SAM, emprezada por homens lá de dentro, que afinal derribou a infame cidadela. Criou-se nova lei para orientar a assistência ao menor, promoveu-se uma transformação total no que havia; e inventou-se essa “Fundação para o Bem-Estar do Menor”, num movimento que tinha entre os seus pioneiros Odylo Costa, filho — o pai de Odilinho — e Maria Celeste Flôres da Cunha, grande mulher, dedicada aos temas assistenciais da infância. E nessa hora, Deus Nosso Senhor que sempre parecerá meio indiferente à sorte dos nossos meninos abandonados inspirou ao Presidente da República a escolha de um homem para dirigir a nova Fundação do Menor. O nome desse homem, muito mais importante para o Brasil do que muito estadista ou guerreiro que anda nas placas das ruas, é **Mário Altenfelder**.

Sim, ele teve apoio do governo, total apoio do Presidente Castelo Branco. Sim, ele conta com boa legislação para amparar a sua obra e, mormente, com o instituto de *fundação* que lhe garante recursos próprios fora das oscilações e incertezas dos orçamentos oficiais. Sim, ele teve com que começar — terrenos e prédios construídos por governos anteriores (dentro de planos até santuários) mas totalmente abandonados, mal usados, deteriorados, alguns quase em ruínas. O fato é que o dr. Mário Altenfelder pegou essa lei, esses recursos e, acima de tudo, essas crianças — as vítimas já aprisionadas pelo SAM e as outras abandonadas da cidade e fez o que ninguém fizera até hoje no setor de assistência ao menor, no nosso país.

Organizou equipes modelares — ele não é homem que acredite em trabalho individual. Pelo contrário, sua preocupação maior é poder sair sem deixar um vácuo — (o que não sei se será possível). Eliminou nos qua-

o bem-estar do menor

dros da Fundação todos os elementos criminosos e anti-sociais que herdara do SAM. Tomou posse de maltratado patrimônio, arrancou as grades, reconstruiu, pintou, lavou, plantou, remodelou — e, no curso dessas operações, obrou um milagre.

Ninguém me contou — eu vi. Fui lá, andei onde quis, falei com quem quis, vi o que quis. E, como eu, pode ir lá todo mundo, para examinar e pasmar. O Presídio de Menores, aquela aberração sanguinária, é hoje uma comunidade tranqüila — colégios, oficinas, creches, hospital, um lar para a mãe menor; e ginásio, piscina, jardins, até um cine-teatro!

Mas o que mais impressiona o visitante às instalações da FNBEEM, é a *normalidade* do ambiente. Nenhum paroxismo propagandístico, nada de paternalismo exacerbado, nem cartazes, nem alto-falantes. Os portões abertos. Ausência de guardas. Meninos e meninas tratando de sua vida, trabalhando, estudando, brincando, ou comendo, conforme a hora. O pavilhão das moças — aquele “Pavilhão Anchieta” de infame memória, tem hoje a aparência de um bom colégio de classe média. As alunas (antigas delinqüentes, quase todas, apanhadas na rua) são meninas comuns, de boa saúde, bons dentes (ao chegar passam por um período intensivo de tratamento e recuperação físicos), bem humoradas. Estudam, cozinham, costumam, fazem flores, têm até um salão de beleza onde se cuidam, aprendendo as artes de manicura e cabeleireira. Dão festas de Natal, tocam violão, cantam e dançam.

A seção de bebês e garotinhos é a que mais consola a gente. Crianças dantes abandonadas, espancadas, recolhidas até em lixeiras; ali a gente vê que se sentem seguras, assistidas e — aí é que está o milagre — amadas! Têm direito até de chorar e fazer manha; de pedir colo; a jovem freira tenta convencê-los a ficar no quadrado, mas acaba “dando um passeio de colo” ao mais chorão e à mais magrinha e calada — um em cada braço.

Na sapataria, os aprendizes fabricam calçados para a casa — mas nada de botiões reitinos; o mestre explica, sorrindo, que “os meninos são muito vaidosos com os sapatos”, e fazem mocassins, sandálias, que não seriam desdenhados pelos moços do Castelhino. E há os tipógrafos, os eletricitistas, os carneiros, os entalhadores, até escultores-artesãos. Como há os que vão estudar para médicos, engenheiros, advogados.

Meu Deus, vejo que excedo o limite desta página e ainda não contêi nada — passaria meses antes de dizer tudo que vi ali dentro. Só posso resumir contando que, eu (que como todo brasileiro normal, tinha aquele peso na consciência toda vez que pensava em menor), sai do parque de Quintino com o coração leve, esperançoso. E cito, como ilustração final, a resposta do dr. Altenfelder a alguém que estranhara o portão aberto, sem guarda:

— Mas assim os meninos fogem!

E o dr. Mário, encolhendo os ombros:

— E daí? Não é melhor que fuja um em vez de mil ficarem presos?

Presidente Amélia Whitaker Gondim de Oliveira
Vice-Presidente Theophilo de Andrade
Diretor-Gerente Leão Gondim de Oliveira
Diretor-Secretário Austregildo de Athayde
Superintendente José Velasco Portinho
Assistente-Geral Waldemar Pimenta Soares

O CRUZEIRO

PROPRIEDADE DA EMPRESA
GRAFICA “O CRUZEIRO” S. A.

Diretores David Nasser e José Amândio
Editor-Geral Leão Gondim de Oliveira
Redator Principal David Nasser
Diretor de Redação Mário de Moraes
Assistente Alfredo de Belmont Pessoa
Dir. de Publicidade Hélio Lo Bianco

Repórteres: Ed Keffel, Arlindo Silva, Indalcio Wanderley, Ubiratan de Lemos, Mário de Moraes, Jorge Audi, Elias Nasser, Luiz Alfredo, Geraldo Violo, Manoel Maitô, José Franco, José Nicollau, Orlândia Rocha, Fernando Richard, Andréia Brasil Soares, Hélio Passos, Douglas Alexandre, Walter Luiz Rosa, Miguel Angelo M. Gonçalves, Fernando Seixas, Marco Antônio Montandon. Redatores: Antônio Nogueira Machado, Gualter Mathias Netto e Vander de Castro. População: João Américo de Barros (chefe), Belmiro Pires, Jesus José da Costa, José da Rocha Pereira e Jorge Albino. Revisão: João Octávio Facundo (chefe). Colaboradores: Rachel de Queiroz, Theresza de Paula Penna, Amílida Pedrosa, Carlos Estêvão, Alceu Penna, Nehemias Gueiros, Sylvia Alves, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Pedro Lima, Edith Pinheiro Guimarães e Odorico Tavares. Departamento de Reportagens Especiais: Rua do Livramento, 189/8.º andar — Tel. 43-4977 — Diretor: Cláudio Leite. Sucursais: S. Paulo. — Redação — Rua 7 de Abril, 230/9.º andar — Tel. 36-6241 — Diretor: A+1

linda Silva. — Publicidade: Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados Ltda. — Tel. 32-0217 — Diretor: Amílcar Mercadante Leite da Costa. Bela Horizonte: Rua Cotacazes, 15/7.º andar, 5/715 — Tel. 4-0137 — Diretor: Eugênio Silva. Brasília: Av. W3, Quadra 16, casa 54 — Tel. 24-578 — Diretor: Benedito Coutinho. Recife: Avenida Dantas Barreto, 324/3.º and. — Tel. 40-841 — Diretores: Murilo Marroquim e Hilton Cunha. Porto Alegre: Representante — SIRTA (Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados Ltda.) — Rua 7 de Setembro, 1123 — 1.º andar — Tel. 4-0034 — Diretor: Carlos Soares Pereira.

Agentes em todo o Brasil e correspondentes nas principais cidades do Mundo
Redação — Administração:
Rua do Livramento, 189, Rio de Janeiro — Tels. 43-4977 e 23-1733 (Rádio Interno) — 43-7293 e 43-7073 (Publicidade) — Endereço Telegráfico: Constelação.

ASSINATURA ANUAL: NC\$ 50,00

INSTITUTO VERIFICADOR
E CIRCULADOR
IVC

“A Trégua” (15 ago. 1970)

O CRUZEIRO

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS:
ASSIS CHATEAUBRIAND

Presidente Amélia Whitaker Gondim de Oliveira
Vice-Presidente Theophilo de Andrade
Diretor-Geral
• **Editor-Geral** Leão Gondim de Oliveira
Diretor-Secretário Austregesilo de Athoide
Superintendente Rubens Furtado
Diretor-Editor M. Gomes Maranhão
Diretor
Redator Principal David Nasser
Assistentes de
Direção Lincoln Nery e Glauco Carneiro
Chefe de Reportagem Tobias Granja
Coordenador de Reportagem Joazez Ferreira
Assistente Jorge César Bellez
Chefe do Departamento de Texto Gualter Mathias Netto
Chefe do Departamento Fotográfico Waldyr Braga
Diretor Comercial Joaquim José Freire Lagreca
Diretor de Publicidade Hélio La Bianca

Repórteres: Indalécio Wanderley, Ubiratão de Lemos, Márcio de Moraes, Jorge Auzi, Elias Nasser, Luiz Alfredo, Geraldo Viola, Glauco Carneiro, José Franco, José Nicolau, Afrânio Brasil Soares, Hélio Passos, Douglas Alexandre, Walter Luiz, Tobias Granja, Joazez Ferreira, Fernando Richard, Miguel Angelo M. Gonçalves, Fernando Seixas, Nilton Caparelli, Cláudio Lysias, Geraldo Romualdo, Robson de Freitas, Alcyr Tavares, Wanderley Lopes, Antônio Carlos Piccino, Valdir Zwetsch, Eduardo Ribeiro, Jorge Segundo, Fernando Brant, Jary Cardoso e Izaias Monteiro. **Departamento de Texto:** Antônio Nogueira Machado e Júlio Bartolo. **Pesquisa:** Gilberto do Vale e Domício Gaspar. **Comunicações:** Miguel Angelo M. Gonçalves. **Arte:** João Américo de Barros (chefe), Paulo Tavares, Jesus José do Costa, José da Rocha Pereira, Jorge Albino e Euclides Goldino. **Revisão:** João Octávio Focundo (chefe). **Documentação e Arquivo:** Luis Henriques (chefe). **Colaboradores:** Rachel de Queiroz, Theresza de Paula Penna, Amílde Pedrosa, Carlos Estêvão, Alceu Penna, Nêhemias Guanos, Sylvio Alves, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Pedro Lima, Edith Pinheiro Guimarães, Odorico Tavares e Omar Cardoso.

Sucursais

São Paulo — Diretor: Arlindo Silva. Redação: Rua 7 de Abril, 230/9.º andar. Tel.: 34-6945. Publicidade: SIRTA. Diretor: Amílcar Mercadante Leite do Conto. Tel.: 32-0217.
• **Belo Horizonte** — Diretor: Eugênio Silva. Redação: Rua Goitacases, 15/715. Tels.: 24-0137 e 24-4551. • **Brasília** — Diretor: Benedito Coutinho. Redação: SHS, Ed. Pioneiras Sociais, sala 1014. Tel.: 42-4578. • **Recife** — Diretor: Hilton Cunha. Redação: Rua 7 de Setembro, 494. Tel.: 2-4602. • **Pôrto Alegre** — Representante: SIRTA. Diretor: Carlos Santos Pereira. Rua 7 de Setembro, 1123/1.º andar. Telefone 4-0034. • **Salvador** — Diretor: Clodimir Leite. Redação: Travessa Bonifácio Costa, 1, sala 806. • **Agentes em todo o Brasil.** • **Correspondentes no exterior:** Carlos Rangel (Nova Iorque) e Helena Beltrão (Paris).

Redação e Administração:
Rua do Livramento, 189/203, Rio de Janeiro. Telefones: 243-4977 e 223-1733 (rêde interna). Publicidade: 243-7293 e 243-7073. Endereço telegráfico: **Conatelção.**
Assinatura anual: Cr\$ 90,00


IVC
 INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

Propriedade da Empresa
Gráfica "O Cruzeiro" S.A.

ÚLTIMA PÁGINA

Rachel de Queiroz

A TRÉGUA



Vamos ver se desta vez a trégua no Oriente Médio será realmente uma trégua, se acaba por frutificar num tratado de paz. Que essa guerra entre judeus e árabes muito nos faz recordar uma outra — que também serviu de palco a experiências bélicas e de campo de treinamento para outros combatentes mais poderosos, e onde havia abundante suprimento de armas, munições e técnicos moderníssimos para ambas as parcialidades; refiro-me à guerra civil da Espanha, espécie de ensaio ao vivo do conflito generalizado de logo após.

Aliás, erro. Mais parecida com a guerra da Espanha é a guerra do Vietnã — mas dessa nem vale a pena falar: todo o mundo, em toda parte, já disse tudo quanto era possível dizer. Enquanto a guerra ao Mediterrâneo, essa, sim, é a nossa guerra, a de perto, a que devora carne nossa, — e de ambos os lados. No conflito da Ásia — claro, somos todos irmãos, não importa a cor da pele, a religião que se pratique, a língua que se fale; mas pode haver irmãos próximos e distantes, e a Ásia fica do outro lado do mundo. Poucos, entre nós, tinham senão uma vaga noção da existência do Vietnã, que outrora fazia parte da Indochina e era colônia francesa. E, até por honestidade, confessemos que, antes que a guerra de libertação e a tragédia de Dien-Bien-Phu os levasse às manchetes, o mundo ocidental fazia uma idéia bem

vaga daquelas reinos antigos do sudeste asiático. Agora, a poderosa máquina de comunicação americana os impôs à atenção de todos os homens; contudo, se hoje discutimos o Vietnã com paixão, estamos é atrás das pegadas dos americanos, e não levados por um espontâneo interesse pelos vietnamitas.

No Oriente Médio o caso é bem outro. Ali estão as nossas raízes, ou raciais, ou culturais, ou religiosas, ou tudo isso junto. Ali se situa o berço dos três grupos humanos mais importantes para a nossa cultura, os cristãos, os judeus, os árabes. E seja qual for o desenlace dessa tragédia, sejam quais forem os vencidos, qualquer coisa muito séria dentro de nós será profundamente atingida.

Digo por mim: ainda esta semana tivemos um almoço comemorativo junto com o ramo árabe da nossa família — ramo para mim muito importante, pois dele fazem parte os meus netos. E enquanto iamos comendo aqueles pratos de cozinha tão requintado, eu olhava o grupo à mesa e pensava em quanto, no Brasil, já somos árabes, e como o emigrante árabe se incorporou, se integrou no nosso complexo racial. Creio que, depois do português, nenhuma corrente migratória se assimilou tão depressa e tão intimamente ao nosso povo — o que afinal não

admira, se se recordar a velha familiaridade ibérica entre mouros e lusos. Lembremo-nos de que faz mais de mil anos que os mouros misturam o sangue deles com o nosso.

Mas do outro lado vejo Israel — e Israel são os judeus, o povo escolhido, é Jerusalém, é a árvore simbólica, cujas raízes mergulham no Gênesis, e cujo ramo mais belo é o cristianismo. Israel, a fonte mística, a Revelação, a Fidelidade, o Martírio. E agora a resistência dos novos Macabeus, combatendo na proporção de um contra mil.

Por isso, essa guerra terrível nos dói tanto — como se vissemos parentes amados em luta de morte. E a solução parece tão distante; depois de tantos anos, de tanto sangue e tantas tragédias, não se chegou sequer a uma esperança de conciliação. Que pelo menos a trégua sirva a afastar do conflito os intrusos, como esses russos, com seus interesses imperiais e o seu anti-semitismo larvado, que a revolução marxista não curou e antes distorceu com máscara ideológica.

Sabemos que a paz ali será precária, porque no fundo essa guerra não é só pela Palestina, pelo Sinai, pelo Mar Vermelho ou Suez; e ao mesmo tempo é por tudo isso, remonta aos milênios de história enterrada naquele solo, — são os descendentes desavindos de profetas e patriarcas que disputam ainda e sempre a sua herança.

O CRUZEIRO, 25-8-1970
170

“Os sequestros” (1 set. 1970)

O CRUZEIRO

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS:
ASSIS CHATEAUBRIAND

Presidente Amélia Whitaker Gondim de Oliveira
Vice-Presidente Theophilo de Andrade
Diretor-Geral Leão Gondim de Oliveira
Diretor-Secretário Astrégio de Azeite
Superintendente Rubens Furtado
Diretor-Editor M. Gomes Maranhão
Diretor David Nasser
Redator Principal David Nasser
Assistente de Direção Lincoln Nery e Glauco Carneiro
Chefe de Redação Tobias Granja
Coordenador de Redação Joazez Ferreira
Assistente Jorge César Bellez
Chefe do Departamento de Texto Gualter Mathias Netto
Chefe do Departamento Fotográfico Waldyr Braga
Diretor Comercial Joaquim José Freire Lagreca
Diretor de Publicidade Hélio La Bianca

Repórteres: Indalécio Wanderley, Ubiratan de Lemos, Mário de Moraes, Jorge Audi, Elias Nasser, Luiz Alfredo, Gerardo Viola, Glauco Carneiro, José Franco, José Nicolau, Afânio Brasil Soares, Hélio Passos, Douglas Alexandre, Walter Luz, Tobias Granja, Joazez Ferreira, Fernando Richard, Miguel Ângelo M. Gonçalves, Fernando Senoz, Milton Caporelli, Cláudio Lysias, Geraldo Romualdo, Robson de Freitas, Aldyr Tavares, Cláudio Petrosi, Rubens Borges, Hélio Moto, Wanderley Lopes, Antônio Carlos Piccino, Valdir Zwetzy, Eduardo Ribeiro, Jorge Segundo, Fernando Brant, Jony Cardoso, Isaias Monteiro e Rubens Amorim. **Departamento de Texto:** Antônio Nogueira Machado e Júlio Bartolo. **Pesquisas:** Gilberto do Vale e Damiano Gaspar. **Comunicações:** Miguel Ângelo M. Gonçalves. **Arte:** João Américo de Barros (chefe), Paulo Tavares, Jesus José do Costa, José da Rocha Pereira, Jorge Albino e Euclides Goldino. **Revisão:** João Octávio Facundo (chefe). **Documentação e Arquivo:** Luis Henriques (chefe). **Colaboradores:** Rachel de Queiroz, Theresia de Paula Penna, Amilde Pedrosa, Carlos Estêvão, Alceu Penna, Nehemias Guérios, Sílvia Alves, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Pedro Lima, Edith Pinheiro Guimarães, Odório Tavares e Omar Cardoso.

Sucessos
São Paulo — Diretor: Arlindo Silva. Redação: Rua 7 de Abril, 230/70.º andar. Tel.: 34-6945. Publicidade: SIRTÁ. Diretor: Amílcar Mercadante Lavin da Cunha. Tel.: 32-0217. **Belo Horizonte** — Diretor: Eugênio Silva. Redação: Rua Gotacostas, 15/715. Tel.: 24-0137 e 24-4551. **Brasília** — Diretor: Benedito Coutinho. Redação: SHS, Ed. Pioneiras Sociais, sala 1014. Tel.: 42-4578. **Recife** — Diretor: Héitor Cunha. Redação: Rua 7 de Setembro, 494. Tel.: 2-4602. **Pôrto Alegre** — Representante: SIRTÁ. Diretor: Carlos Santos Pereira. Rua 7 de Setembro, 1123/1.º andar. Telefone: 4-0034. **Salvador** — Diretor: Clodomir Leite. Redação: Travessa Bonifácio Costa, 1, sala 806. **Agentes em todo o Brasil.** **Correspondentes no exterior:** Carlos Rangel (Nova Iorque) e Helena Bétrão (Paris).

Redação e Administração:
Rua do Livramento, 139/203, Rio de Janeiro. Telefones: 243-4977 e 223-1733. Índice interno. Publicidade: 243-7293 e 243-7073. Endereço telegráfico: **Constelação**.
Assinatura anual: Cr\$ 90,00

IVC
INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

Propriedade de Empresa
Gráfica “O Cruzeiro” S.A.

ÚLTIMA PÁGINA

Rachel de Queiroz



Consul Aloisio Gomide

OS SEQUESTROS

Na hora em que escrevo estas linhas continua insolúvel o drama do cônsul brasileiro no Uruguai. Um dos aspectos mais cruéis desses sequestros parece que é a longa, interminável espera, o matar devagarinho da paciência e das esperanças. Por ela mesmo, o cônsul, não sei — a gente ignora como o estão tratando, onde o estão encerrando, as ameaças ou as promessas que lhe fazem; mas, para a família, é a pior das agônias. Um verdadeiro massacre de inocentes.

Aliás, é o sofrimento dos inocentes que mais choca e revolta, quando se pensa nas vítimas dos sequestros políticos agora em voga. Por que — se têm pretensões a justiça, se reclamam por justiça, os terroristas só agradecem e ferem os inocentes? É a veia técnica dos bandidos raptores de crianças — mais fáceis de alcançar, menos capazes de se defender, mais desarmadas para reagir. Por que eles não apanham os seus inimigos propriamente ditos, os “tubarões imperialistas”, os chefes de governo responsáveis pela repressão, os líderes políticos que os combatem? Dessa maneira, sendo embora luta pouco criooxa; sendo embora cruel, ainda seria luta. O caso Aramburu, por exemplo, foi terrível — mas em todos os sequestros políticos desses últimos tempos, foi o mais parecido com um ato de guerra: com Aramburu, pelo menos, os raptores tinham ou diziam ter contos a ajustar. Mas esse pobre moço Gomide não deve nada a ninguém. Nunca fez nada a ninguém. É o que dói mais.

E, agora, um reparo curioso: os jornais brasileiros transcrevem um editorial do New York Times onde, comentando o assassinato de seu patriótico Dan Mitrono e o sequestro de Fiy e Gomide, é dito que “o demo-

crático Uruguai” não poderia agir de maneira diferente, não poderia fazer como fazem as ditaduras militares do resto da América Latina...

Eu não digo sempre que a imprensa americana é a pior inimiga do povo e do governo do seu próprio país? Está aí mais uma prova. Então o Brasil salvou as preciosas vidas do embaixador Elbrick, o cônsul japonês e do embaixador alemão apenas porque é uma ditadura militar! Se pode haver mais negra ingratidão, mordor a mão que te salva — temos aí um belo exemplo. Pois, se houve, nesses trágicos incidentes, comportamento que não teve cheiro a ditadura foi exatamente o do governo brasileiro, ao pagar o preço que pagou a fim de salvar os diplomatas sequestrados. Ditadura, como se sabe, vive da máscara de força interna e externa, da exibição de impaciabilidade. Ditadura nenhuma pode se dar ao luxo de fazer exhibições de cordura. Qualquer coisa que arranha a sua imagem de força esmagadora — a ditadura está perdida, já que a sua existência é condicionada à realidade de fato e não baseada no direito ou no consentimento geral. Ditadura não pode perder face. Perguntem aos coleaguinhos dos Tupamaros que conseguiram subir ao poder — a Kossiguin, a Mao Tse Tung, a Fidel Castro — a suprema importância que tem para eles a exigência de manter a face, para mostrar ao povo que não temem os imperialistas e os desafiam, que se criou a tradição de matrar diplomatas nas repúblicas ditas socialistas. Não dá para esquecer, foi ontem, que na China de Mao se produziu aquele abjeto espetáculo de espancamento, injúrias, lapidação,

Pauladas e até ligchamento de diplomatas acreditados em Pequim — especialmente ingleses e americanos. E essa tradição vem sendo muito aplicadamente seguida pelos governos comunistas da Europa Central, da Ásia e da África. E a Rússia, que se permite pregar moral no assunto, se por ora não prende ou apedreja diplomatas, o fato é que mantém o corpo diplomático virtualmente prisioneiro num edifício isolado, sem direito a dar um passo em território soviético senão com licença especial — licença que aliás jamais é concedida. E vez por outra, quando precisa mostrar poder, o governo soviético encarcera um secretário de embaixada, um cônsul, sob a cômoda e indevassável alegação do espionagem.

Mas, esses, a imprensa americana considera democráticos. Deixar matar Dan Mitrono é um lindo modo de exercer a democracia. Antidemocrático é o Brasil que não poupou sacrifícios, nem medi arranhões de prestígio interno, nem se arreou de perder face, a fim de recuperar são e salvos os cidadãos estrangeiros, sequestrados pela mesma gente que a imprensa americana pápifica e defende, em nome da democracia. E nós não podemos sequer declarar que já sabemos como agir da próxima vez — se houver próxima vez. A gente não pode nem lavar as mãos e dizer que se é assim que nos agradecem a vida salva, no futuro eles que se erranem. Pelo contrário, se a coisa se repetir, teremos novamente que negociar e aceitar os termos dos chantagistas e fazer o impossível para salvar a pele dos inocentes ameaçados pelos gangsters políticos. Afinal, o governo brasileiro não pode traçar a sua linha de conduta em obediência aos preconceitos do New York Times...

“Um mundo só” (12 fev. 1971)

O CRUZEIRO

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS:
ASSIS CHATEAUBRIAND

Presidente Amélia Whitaker Jardim de Oliveira
Vice-Presidente Theophilo de Andrade
Diretor-Gerente
Editor-Geral Leão Jardim de Oliveira
Diretor-Secretário Austregésilo de Athayde
Supervisendente Rubens Furtado
Diretor-Editor M. Gomes Maranhão
Diretor
Redator Principal David Nasser
Assistentes da Direção Lincoln Nery e Glauco Carneiro
Diretor Comercial Joaquim José Freire Lagrega
Diretor de Publicidade Hélio Lo Bianco
Chefe de Reportagem Tobias Granja
Coordenador de Reportagem Jooze Ferreira
Assistente Jorge César Bellez
Chefe do Departamento de Texto Gualter Mathias Netto
Chefe do Departamento Fotográfico Waldyr Braga

Repórteres: Indalécio Wanderley, Ubiratan de Lemos, Mário de Moraes, Jorge Audi, Elias Nasser, Luiz Alfredo, Geraldo Violo, Glauco Carneiro, José Franco, José Nicolau, Afrânio Brasil Soares, Hélio Passos, Douglas Alexandre, Walter Luiz, Tobias Granja, Jooze Ferreira, Fernando Richard, Miguel Angelo M. Gonçalves, Fernando Seixas, Nilton Caparelli, Cláudio Lysias, Geraldo Romualdo, Roberto de Freitas, Aldyr Tavares, Claudiné Petrolí, Rubens Borges, Hélio Malta, Wanderley Lopes, Antônio Carlos Piccino, Valdir Zwetsch, Eduardo Ribeiro, Jorge Segundo, Fernando Brant, Luiz Antonio Luz, Italo Monteiro, Rubens Américo, Antônio Teixeira Júnior, Cláudio Kuck, Francisco Vargas, José Carlos Vieira e Ayrton Quaresma. **Departamento de Texto:** Antônio Nogueira Machado, Júlio Bartolô, Bertholdo de Castro e Humberto Serqueira. **Pesquisa:** Gilberto da Vile e Damão Gaspar. **Comunicações:** Miguel Angelo M. Gonçalves. **Arte:** João Américo de Barros (chefefe), Paulo Tavares, Jesus José da Costa, José da Rocha Pereira, Jorge Albino e Euclides Galdino. **Revisão:** João Octávio Facundo (chefe). **Documentação e Arquivo:** Luis Henriques (chefe). **Colaboradores:** Rachel de Queiroz, Thereza de Paula Penna, Amílde Pedrosa, Carlos Estêvão, Alceu Penna, Nehemias Guérios, Sylvia Alves, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Pedro Lima, Edith Pinheiro Guimarães, Odorico Tavares e Omar Cardoso.

Sucursais
São Paulo — Diretor: Arlindo Silva. Redação: Rua 7 de Abril, 230/9.º andar. Tel.: 34-6945. Publicidade: SIRTÁ. Diretor: Amílcar Mercadante Leite do Canto. Tel.: 32-0217.
Belo Horizonte — Diretor: Eugênio Silva. Redação: Rua Goitacases, 15/715. Tels.: 24-0137 e 24-4551. **Bastille** — Diretor: Benedito Coutinho. Redação: SHS, Ed. Pioneiros Sociais, sala 1014. Tel.: 42-4578. **Raficé** — Diretor: Hilton Cunha. Redação: Rua 7 de Setembro, 494. Tel.: 2-4602. **Ponte Alegre** — Representante: SIRTÁ. Diretor: Carlos Santos Pereira. Rua 7 de Setembro, 1123/1.º andar. Tel.: 4-0034. **Salvador** — Diretor: Clodomir Leite. Redação: Travessa Bonifácio Costa, 1, sala 806. Tel.: 3-1902. **Agentes em todo o Brasil.** **Correspondentes no exterior:** Carlos Rangel (Nova Iorque) e Helena Beltrão (Paris).

Redação e Administração:
Rua do Livramento, 159/203, Rio de Janeiro. Telefones: 243-4977 e 223-1733 (línea interna). Publicidade: 243-7293 e 243-7073. Endereço telegráfico: **Constelação**.
Assinatura anual: Cr\$ 130,00

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO IVC

PROPRIEDADE DA EMPRESA
GRAFICA "O CRUZEIRO" S. A

ULTIMA PAGINA

Um mundo só

RACHEL DE QUEIROZ

Creio que a notícia mais importante deste começo de ano de 1971 é o lançamento do novo satélite de comunicações, o Intelsat IV, de tonelada e meia de peso, 57,7 metros de comprimento e 26,4 de largura. Como tem um tempo de revolução igual ao da rotação da Terra, fica em posição geoestacionária, que lhe possibilita cobrir sempre a mesma área de comunicações. Permite manipular 9.000 chamadas telefônicas simultâneas ou transmitir 12 programas de TV em cores; tem funcionamento previsto para sete anos. Custou trinta milhões de dólares à Cimsat (companhia particular norte-americana que gerencia o empreendimento) e aos setenta e um países associados ao seu sistema.

Aí é que me parece estar o aspecto mais sensacional de novidade: SETENTA E UM PAÍSES associados! Setenta e um países cobertos pela mesma rede de comunicações simultâneas! Setenta e um países podendo receber ao mesmo tempo a mesma transmissão ao vivo! Um satélite desses pode ter influência e ação política e social muito maior do que um montão de tratados internacionais. Ele opera concretamente o intercâmbio das comunicações entre esses 71 países, o que já é uma cifra estupenda. E o seu sucessor talvez possa cobrir uma área ainda maior do planeta e, então, que será feito das cortinas de ferro ou das cortinas de bambu? Ah, um bichinho desses é capaz de rasgar qualquer cortina isolante!

Tais como estão as coisas atualmente, já deve existir enorme dificuldade para manter o isolamento ideológico das populações do lado de lá da cortina de ferro, muitas delas perfeitamente acessíveis às transmissões de TV dos países vizinhos. Não bastava o que eles já faziam para impedir a livre penetração das transmissões radiofônicas, que será com a imagem, muitíssimo mais atraente e perigosa! Imagino as astúcias técnico-políciais que se tramam, no segredo dos gabinetes de repressão, com o fito de cortar esse indesejável contrabando de imagens e palavras.

Como será que eles fazem, por exemplo, na Alemanha Oriental, na Tchecoslováquia etc. para bloquear as transmissões de TV da Alemanha Ocidental?

E nas províncias bálticas da URSS — os antigos países livres que foram a Estônia, a Lituânia, a Letônia, para fechar a porta às imagens da Suécia, da Finlândia?

O mesmo se dirá da China, vulnerável às transmissões de vizinhos como a Índia ou mesmo a Rússia. E exatamente o mesmo se diga do nosso mundo ocidental igualmente vulnerável às transmissões do bloco socialista.

E naquele micromundo que é chamado Oriente Médio, onde os países inimigos ficam praticamente a distância de um grito uns dos outros?

E como o mundo não poderá viver indefinidamente neste atual estado de exacerbação e controle, neste paroxismo de desconfianças e rivalidade, e como qualquer processo que se invente para obliterar imagem e som das transmissões intrusas, será sempre pósto em cheque por processos contrários, — é de esperar que a humanidade acaba por chegar a uma fórmula de acordo que libere as comunicações.

Meu sonho é que um satélite desses acabe conseguindo o que não conseguiram a finada Liga

das Nações e a nossa ONU: dar o primeiro passo para uma comunidade universal de nações. Pois o desconhecimento é o fator principal das inimizades; não há como o conhecimento e a convivência para quebrar arestas, destruir o medo, adoçar divergências. Nos dias de hoje, para todos os homens que vivem numa das metades adversas do planeta, os homens da outra metade se transformaram em seres mitológicos, terríveis porque desconhecidos, misteriosos, imprevisíveis. Até cubano, rumbeiro e mulato como nós, já ficou assustador! Mas na hora em que a TV ao vivo nos mostrar que os soviéticos, afinal, são gente de carne como nós, capazes das mesmas tolices e das mesmas fraquezas, amadores de novelas, de pequenas rebolando, de programas cômicos e de futebol, — será difícil se ter medo deles. E o mesmo se diga do lado contrário: os abomináveis capitalistas que eles imaginam do lado de cá, ocupados permanentemente em feias guerras de conquistas, na exploração de esqualidos operários e dedicando as suas horas de lazer às vis delícias da devassidão reacionária, — como os não de surpreender quando se revelarem na sua banal realidade, tão semelhantes a eles, tão capazes de bem e de mal nas mesmas medidas que eles, dos mesmos erros, das mesmas inocências, dos mesmos sonhos!

Será então a vez do “mundo só”, e talvez então a humanidade se liberte da sua terrível psicose da guerra, pare de se preocupar com a descoberta de métodos de matar o rival do outro lado — porque esse rival temido se transformou no trivial vizinho de paredes-meias! Amém!

“S.O.S nos Inhamuns” (8 nov. 1972)

EXPEDIENTE

O CRUZEIRO

FUNDAÇÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS
ASSOCIAÇÃO EDITORIAL

Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira
Vice-Presidente: Cláudio de Andrade
Diretor-Geral: Edmar Duarte
e Editor-Chefe: Lúcio Antônio de Oliveira
Assessoria Editorial: Paulo Roberto

REDAÇÃO: Rua do Comércio, 112, Centro, Fortaleza, Ceará

REDAÇÃO: Rua do Comércio, 112, Centro, Fortaleza, Ceará

Supervisor: Paulo Roberto
Diretor de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira
Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade
Assessoria de Redação: Edmar Duarte
Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira
Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Supervisor: Paulo Roberto

Diretor de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

ULTIMA PAGINA

RACHEL DE QUEIROZ

S.O.S. nos inhamuns

Causou impacto no país um noticiário de TV onde aparecem cenas da seca que ora assola os sertões dos inhamuns, no Ceará. Mas, a nós, cearenses, o que admira é só os inhamuns estarem clamando por ajuda, desde os meados do ano, prevíamos que o verão ia ser duro, dadas as mesquinhas promessas do inverno escasso de 1971. Pergunta-se, como não sei ainda o que as autoridades estão fazendo. Provavelmente fazem o indispensável — a abertura de frentes de trabalho em estradas e açudes, dando-se meios de sobrevivência aos agricultores flagelados. Será esse socorro, como sempre, apenas uma solução de emergência, uma esmola distorçada, que não ataca o mal pela raiz.

Contudo, esmola ou não, o socorro tem que ser prestado, enquanto não se descobrir uma solução efetiva para os problemas de estíagem nas regiões ditas "agrícolas" do Nordeste. "Agricultas" na verdade, porque a lavra da terra, embora tão precária e perigosa, é ainda a única opção de so-

breviência oferecida à população local. Pois, a não ser que se promovesse por ali uma revolução nos métodos agrícolas, tal como se experimenta (a peso de ouro) em Israel — não haverá região no mundo menos propícia à agricultura do que aquela.

● Quando em 1970, no auge da terrível seca, o Presidente Médici esteve nos Inhamuns, emocionou-se profundamente com os quadros de miséria a que assistiu e disse uma frase que ficou registrada na memória daquela gente: "Isso tem que acabar".

Ah, não acabou. Presidente. Não porque o governo não tentasse, mas realmente porque é difícil. Lançou-se, por exemplo, o projeto grandioso da Transamazônica, com a ideia de atrair para as terras as populações maltratadas pela volubilidade dos invernos, no Nordeste. Não porque o governo não tentasse, mas realmente porque é difícil. Lançou-se, por exemplo, o projeto grandioso da Transamazônica, com a ideia de atrair para as terras as populações maltratadas pela volubilidade dos invernos, no Nordeste. Mas há a grande proporção dos que preferem morrer a retirar e, para esses, não há Transamazônica que dê jeito. Aliás, essa ideia do esvaziamento de regiões assoladas pelas

secas tem sido a pedra no caminho de muitos políticos que, de boa-fé, a acolhem como saída para uma situação aparentemente irremediável. Na tradição de minha família conta-se que José de Alencar, até então o ídolo da sua província, perdeu todo o prestígio e nunca mais se elegeu para nada, no Ceará, depois de ter, como deputado, proposto a mudança em massa da população da terra, assolada por uma grande seca.

● O que nós todos, governo, particulares, estudiosos, juntando as cabeças, temos que descobrir é a fórmula que proporcione condições de vida pelo menos toleráveis às regiões mais ingratas do Nordeste — mas sem retirar a população de lá. Porque sair voluntariamente eles não saem, e obrigá-los a sair ou abandoná-los por lá ninguém pode.

Talvez seja preciso um milagre — mas não estamos em tempo de milagres. Se a terra não se presta à agricultura, temos que partir para outro meio de vida. E há que descobrir esse remédio depressa, pois se, no dizer do poeta, "o amor não pode esperar", muito menos pode esperar a fome. O Presidente Médici sabe, o Presidente Médici viu.

Sua Redação: Rua do Comércio, 112, Centro, Fortaleza, Ceará

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

Assessoria de Redação: Edmar Duarte

Assessoria de Redação: Lúcio Antônio de Oliveira

Assessoria de Redação: Paulo Roberto

Assessoria de Redação: André Wanderley Jardim de Oliveira

Assessoria de Redação: Cláudio de Andrade

"Incentivos para a cultura" (15 nov. 1972)

EXPEDIENTE

O CRUZEIRO

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS:

ASSIS CHATEAUBRIAND

EMPRESA GRÁFICA "O CRUZEIRO" S. A.

Presidente Amélio Whitaker Gondim de Oliveira
Vice-Presidente Theophilo de Andrade
Diretor-Geral Leão Gondim de Oliveira
Assistente de Redação Aurore de Athayde

REVISTA "O CRUZEIRO"

Superintendente Paulo Nacife
Diretor-Editor M. Gomes Maranhão
Diretor e Redator Principal David Nasser
Assistentes de Redação Lincoln Nery e Glauco Carneiro
Diretor Comercial Joaquim José Freire Logreca
Diretor de Publicidade Hélio Lo Bianco
Gerente Financeiro Waldyr Ferreira Gomes

Secretário de Redação Jorge Audi
Chefe de Reportagem Ubiratan de Lemos
Assistente de Redação Rosineide Sarda
Coordenador da Secretaria de Redação Valerino Lo Bianco
Assistentes de Chefe de Reportagem Miguel Angelo Gonçalves e Júlio Barreto

Chefe do Departamento de Arte J. A. de Barros
Chefe do Departamento de Texto Gualter Mathias Netto
Chefe do Departamento Fotográfico Waldyr Braga
Editor de Fotografia Indolácio Wanderley

Repórteres: Indolácio Wanderley, Ubiratan de Lemos, Mário de Moraes, Jorge Audi, Elias Nasser, Luiz Alfredo, Geraldo Viola, Glauco Carneiro, José Franco, José Nicolau, Afonso Brasil-Souza, Hélio Passos, Walter Luiz, Tobias Graciano, Joazez Ferreira, Fernando Richard, Miguel Angelo M. Gonçalves, Fernando Seixas, Nilton Caporelli, Geraldo Romualdo, Roberto de Freitas, Aldyr Tavares, Rubens Borjas, Hélio Mota, Wanderley Lopes, Américo Carlos Riccio, Eduardo Ribeiro, Jorge Segundo, Fernando Brant, Luiz Antônio Luz, Isaac Monteiro, Rubens Américo, Antônio Teixeira Junior, Cláudio Kuck, Francisco Vargas, José Carlos Vianna, Ayrton Quaresma, Masami Mochizuki, Rodney Neves de Mello, Vagner de Queiroz, Gilberto da Vale, Mary Dubaigras, Nelson Santos, Antônio Lúcio, Antônio Cláudio, Clóvis Teixeira, Juvenal Estabáquio, Jamil Gonza-rowski, Paulo Cordeiro e Arlindo Cruz. Departamento de Arte: Paulo Tavares, Jesus José da Costa, José da Rocha Pereira, Jorge Albino, Euclides Galvão, Manoel Terezo e Fritz Grenado. Revisão: João Octávio Facundo Bezerra (chefe). Documentação e Arquivo: Luís Henriques (chefe). Colaboradores: Rachel de Queiroz, Theresza de Paula Penno, Amílde Padua, Alceu Penno, Nêhemias Guérios, Sylvia Alves, Paulo Calmon, Gilberto Freyre, Pedro Lima, Edith Pinheiro Guimarães, Odérico Tavares e Onor Carlos.

Secursais
São Paulo — Diretor: Arlindo Silva. Redação: 7 de Abril, 230/9.º andar. Tel.: 34-6945. Publicidade: SIMA. Diretor: Amílcar Mercadante Leite do Couto. Tel.: 32-0217 (5.º andar).
• Minas Gerais — Diretor: Eugênio Silva. Rua Goitacases, 15/715. Tels.: 24-0137 e 24-4551 (Belo Horizonte).
• Brasília — Diretor: Benedito Coutinho. SHS, Ed. Pioneiros Sociais, sala 1014. Tel.: 24-0252.
• Pernambuco — Diretor: Hilton Cunha. Rua 7 de Setembro, 494. Tel.: 2-4502 (Recife).
• Rio Grande do Sul — Diretor: Evaristo Cardoso. Rua 7 de Setembro, 1123/2.º andar. Tel.: 24-6057. Publicidade: SIMA. Diretor: Carlos Santos Pereira. Rua 7 de Setembro, 1122/1.º andar. Tel.: 4-0204 (Porto Alegre).
• Bahia — Diretor: Clodomir Leite. Trav. Bonifácio Costa, 1, s/806. Tel.: 3-1902 (Salvador).
• Paraíba — Diretor: Ivor Felijó. Rua Augusto Castell, 150. Tel.: 23-1095 (Campina Grande).
• Santa Catarina: Roberto T. Mattar. Rua dos Ithais, 9, s/124. Ed. Apêlo. Tel.: 34-11 (Florianópolis).
• Correspondentes — Lisboa: Margarida Santa Sá Borges. Av. António Augusto de Aguiar, 150-F, 2.º Direito. Paris: Hélène Beltrão. 9, Rue Pasteur. São Paulo: Representantes — EJA: M. G. Z. Representativos. 112 Ferry St., Newark, 07105, N. J. Portugal: Livraria Bertrand, S.A.R.L. Apartado, 37, Amadora. Argentina: D.F. S.A. Florida, 142, 7.º Piso, Buenos Aires.

Redação e Administração:
Rua do Livramento, 189/203, Rio de Janeiro. Telefones: 243-4977 e 223-1733 (rede interna). Publicidade: 243-7293 e 243-7073. Endereço telegráfico: Constação.

Assinatura anual: Cr\$ 150,00
PROPRIEDADE DA EMPRESA
GRÁFICA "O CRUZEIRO" S. A.

INSTITUTO VERIFICADOR
DE CIRCULAÇÃO
IVC

Distribuidores exclusivos em todo o Brasil
Fernando Chingaglia
Distribuidora S. A.
Rua Teodoro de Silva, 907 — ZC-11
Rio de Janeiro — GB — 20.000
PBX 258-4848

ULTIMA PÁGINA

RACHEL DE QUEIROZ

incentivos para a cultura

Meu amigo José Sarney apresentou um projeto no Senado (onde representa o Maranhão), permitindo deduções do Imposto de Renda para fins culturais. As quantias assim obtidas devem ser aplicadas comprovadamente: 1) na compra de obras de arte; 2) na compra de livros de arte e patrocínio de edições artísticas; 3) na edição, sem fins lucrativos, de obras de interesse cultural; 4) no estímulo a edições de autores estreantes; 5) em prêmios destinados a livros, obras de arte e partituras musicais; 6) na recuperação de prédios e logradouros públicos de interesse para o patrimônio artístico e cultural da nação; 7) na construção de monumentos que visem a preservar a memória histórica e cultural do país; 8) na realização de congressos que tenham por objeto a literatura e as artes; e 9) na promoção de manifestações musicais artisticamente válidas e sem finalidades lucrativas.

Muitas vezes, lendo a excelente literatura de José Sarney, eu me perguntava por que um escritor nato da categoria dele se extravaiava pelos penosos des-

caminhos da política. Mas tudo tem a sua vez e o seu sentido, e agora José Sarney, no lugar do Senado que lhe deu a política, vem em socorro da literatura e das demais artes, pagando, com seu projeto salvador, pelos livros não escritos que nos estava a dever.

O Senado é, por definição, um colegiado de homens cultos, mas é curiosa a contradição que lá se observa: o desinteresse da Casa pelos problemas específicos da cultura; parece que os pais da Pátria — como a maioria dos outros responsáveis pelo governo do país e fora as honrosas exceções, é claro — acham que cultura é luxo de povo rico, que há muitos problemas para cuidar no Brasil, mais prementes que os problemas culturais. Sim, é muito justo dar incentivo ao Turismo, por exemplo, mas quem pensa que sem cultura não pode haver turismo — que turismo não é só praia, montanha e hotel de luxo?

Cultura está na base de tudo, cultura é o caldo necessário a qualquer tipo de desenvolvimento, é a atmosfera sem a qual o progresso não respira. Porque cultura não são apenas três cabeludos encenando peças experimentais, não é o poeta polindo um soneto, outros cabeludos pintando quadros abstratos; cultura não são dilettantes na sua torre

de marfim. Cultura é a inteligência posta a serviço da nacionalidade, cultura é ciência, é arte, é conhecimento, é livro, quadro, estátua, língua, música, museu, cidade; é passado e presente, é documento, é história, é direito, é civilização. E saber ler e escrever, é proteção ao patrimônio natural e à memória histórica. Sem cultura não há identidade nacional.

E apesar disso tudo, os problemas culturais dificilmente sensibilizam os que mandam nos dinheiros públicos; a cultura é a enjeitada dos orçamentos, é a primeira vítima dos cortes de verbas. As instituições culturais vivem, quase que por milagre, ao sol e ao sereno, vítimas de toda espécie de inimigos — dos cupins aos energúmenos e demagogos. As verbas de que dispõe uma instituição da importância do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (para só citar o SPHAN) chegam a ser irrisórias em vista das suas necessidades.

Não é que a gente subestime a urgência de outras solicitações — educação, saúde, transportes, etc. —, mas o caso é que a cultura está dentro disso tudo e tudo isso depende da cultura para ter utilidade.

MARIA JUDITE DE CARVALHO

“O ano dos corações transplantados” (3 fev. 1968)

FESTEJOS CARNAVALESÇOS EM OVAR

OVAR, 3 — Prosseguem activamente os preparativos dos tradicionais festejos carnavalescos, a efectuar em Ovar nos dias 18, 22, 25 e 27 do corrente, e que prometem exceder largamente em animação e brilhantismo os anteriores.

A comissão central percorreu já, democraticamente, os locais onde estão a ser construídas as carrus alegóricas que representarão os mais típicos bairros de Ovar, para se interior do estado de construção dos mesmos. A imprensa local foi a mais lisonjeira: quer quanto ao seu estado de adiantamento, quer em relação ao superevidente nível artístico.

O carnaval de Ovar vai confirmar a sua fama. Para tanto, não se poupou a esforços as comissões dos bairros S. Miguel, Arruá, Combatentes, Praça, Campos, Alto Sãojoão, Furdaduro, Outeiro-Mota e S. João, que vão trazer os seus tradicionais festejos.

Além disso, terão também a palavra os famosos grupos de folclore, que tanta alegria e espectacularidade dão aos corpos de Domingo Garcia e Turvo Pereira de Estrada.



O ANO DOS CORAÇÕES TRANSPLANTADOS

O escritor brasileiro Alfonso Schmidt tem um livro muito intitulado «Oitos Alhos», em que nos narra a história de um banqueiro que cegou e a quem foi feita uma substituição de olhos. Uma espécie de peça de recarga, tal como nos automóveis. Como se tratava de um homem importante, cuidou-se, claro está, que eles não fossem míopes nem vespugos cansados. Dois olhos em bom estado, jovens, bonitos até. A operação correu bem, mas quando retiraram os pontos ao banqueiro, este pôde-se a ver de mais e a perguntar: «Estas coisas já existiam antigamente, quando eu dispunha de dois pobres e velhos olhos que se haviam tornado secos ao longo da vida?» E veio a descobrir beleza à sua volta e a faltar aos conselhos de administração e às assembleias gerais, porque o luar se lhe afigurava feito de lírios ou porque havia no mundo crianças, aves e flores. Os acionistas, coitados, andavam numa roda viva e com toda a razão, digas-

se passagem, até porque um dia veio a saber-se que acontecera, de facto, uma calamidade: o médico substituiu os olhos do banqueiro pelos olhos de um poeta lirico que morrera atropelado.

As substituições de olhos, que Alfonso Schmidt viu com tanta poesia, são hoje, porém, história antiga. Estamos em 1968, o ano dos corações transplantados — não parece mesmo que se trata de flores? O campeão de pesos e halteres com coração de rapariga morreu. O branco com coração de mastigo paraco que vai sobreviver. Na terra do «apartheid» (sequestrado pelos vistos in articulo mortis), um corpo branco dá-se bem com um coração negro, não é estranho?

Se quiséssemos — ou soubéssemos — gloriar Alfonso Schmidt, podíamos imaginar o que seria o futuro dessa branco que um coração negro fizesse descer da classe. Sentir-se-ia inferiorizado? Teria raiva ao seu novo coração que o abastardara? E, se

o banqueiro se tornou poeta à custa dos seus olhos novos, por que não seria possível que esse homem encarasse agora a vida como um negro, sorriso, agrisco como um negro, sorriso de perto injustas e misérrimas e pensasse «isto já aconteceria antes, quando eu dispunha de um velho coração cansado e fraco?»

Mas tudo isto é literatura. O próprio dr. Christian Barnard declarou há tempos em entrevista concedida a um jornal português: «Penso que isso não afecta o assunto do «apartheid» de qualquer maneira, é não vejo que a transplantação do coração de um homem de cor para um europeu faça deste europeu um homem de cor. Quando atingimos o ponto de vida básico ou de vida humana, não há diferença entre africanos e europeus».

De resto, o coração, diz o Cândido de Figueiredo, é um órgão muscular, centro da circulação do sangue. Mais nada.

Ora, digo-nos...

— Pensa que a selecção portuguesa chegará ao México?

Foi já anunciada a constituição dos 18 grupos de qualificação para a fase final do Campeonato Mundial de Futebol, a disputar em 1970 na cidade do México. Portugal empacaria com a Roménia, Suíça e Grécia, e o 3.º lugar de Londres vale-lhe ser designado cabeça de série. E uma honra, sim senhor. Mas chegaremos ao México? A dois anos e pico de distância, quais são, concretamente, as nossas perspectivas? Três isboetas dizem o que pensam. Para já, uma grande dose de respeito pelo adversário mais tenível — a Roménia.

● Vitor Manuel Pereira dos Santos, serrador, é o filho-mecaco e o filho-ardido, a não pressa. Por fim, em 1968, chegou a palavra, com fiam-nos o seu.

— Não faço muita coisa do futebol, mas sou do Benfica... Bem, ir ao México parece estar ao alcance da selecção portuguesa, mas o que é em 1968. Que equipa recio? A Roménia? É não — que tal estamos neste momento?

— É não — que tal estamos neste momento?

— A coisa melhora...

● Mário Ferreira Lopes, jogador de futebol, é o filho-ardido, a não pressa. Por fim, em 1968, chegou a palavra, com fiam-nos o seu.

— Destes jogadores de futebol, não há mais falar. Acho que chegamos lá, sim senhor, apesar de a selecção estar um bocadinho fraca. Os jogadores são rápidos, muito potentes e jogam no estilo do velho Benfica, do Benfica de há três ou quatro anos.

Associação das Antigas Alunas do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho

Efectuase hoje a assembleia geral desta Associação, pelas 17 horas, em 1.ª convocatória, e pelas 17 e 30, em 2.ª convocatória, com qualquer número de sócias.

● José António Pinto Ramos, funcionário da Federação Portuguesa de Futebol, tinha o pé na ponta da língua, como costuma dizer-se. Afirmou o seguinte:

— Grécia e Suécia são equipas fracas. A mais difícil é a Roménia. Possibilidades para nós. Alguns.

EMISSORA NACIONAL

Pagamento de taxas

AVISO

Devem ser pagas durante o corrente mês, as taxas correspondentes às licenças de rádio e de televisão anuais com números terminados em 0 (zero), e semestrais em 9 (nove) ou 1 (um).

Este pagamento pode ser efectuado, até às 18 horas, em qualquer estação dos Correios do continente ou ilhas adjacentes, na Tesouraria da Emissora Nacional — Rua Castilho, 30-A, em Lisboa, ou nos Emissores Regionais, às horas normais de expediente.

Os vales destinados ao pagamento de taxas, devem mencionar o número de licença, sem o que serão recusados.

— Não muitas?

— Bem vê, a selecção desceu de nível. Para mim, a gente não volta a fazer a mesma figura de há dois anos.

— Mas há por aí gente nova...

— Pois há, e a minha esperança é essa.

— Nomes?

— Pereira, Artur Jorge, Ernesto, Jacinto João.

LYCÉE FRANÇAIS CHARLES LEPIÈRE

Curso de Francês Prático por MÉTODO AUDIO-VISUAL

Curso de Língua e Civilização Francesa

Prática em LABORATÓRIO DE LÍNGUAS (para um ensino individualizado) EM TODOS OS GRaus

ABERTAS AS INSCRIÇÕES todos os dias, excepto sábados, a partir das 18.30 horas

AVENIDA DUARTE PACHEGO — LISBOA

Diário de Lisboa COIMBRA



Os componentes da nova «República Kimbo dos Sobas», no primeiro plano, da esquerda para a direita: Sottomayor Pizarro, Garcia Neto, Lopes de Freitas, Fonseca Santos, Jorge Seabra e Tavares de Almeida; e, em segundo plano, pela mesma ordem: Frederico Silvestre, Roberto Monteiro, Eurico Gonçalves e Filipeiro Leite. Vêem-se à frente dos repúblicanos D. Glória e o pequeno e esmagado «Pinto».

A «República Kimbo dos Sobas» é inaugurada amanhã

No meio da estudiantina alegria da multidão estudantil, que nas suas envolventes manifestações se equilibra pela cidade, a qual comparatiza essas festivas revozes, será inaugurada amanhã mais uma das novas repúblicas, de tão largas e profundas tradições, com um vínculo inalterável de fraterno convívio e robusta solidariedade.

Esta, que, pitorescamente e com o típico sabor do espírito academi-

co coimbrão se chama República Kimbo dos Sobas, fica modernamente instalada na Rua Antero de Quental, 217. Essas instalações, ocupando quatro pisos, dispõe de quartos individuais para todos os componentes, cozinha, duas casas de banho, biblioteca, farmácia e sala de convívio.

A República Kimbo dos Sobas, aprovada pelo Conselho de Repúblicas e aprovada pelos 1000 «condiscípulos», teve por fundadores, por ordem de antiguidade: Américo Lopes de Freitas (Medicina); Frederico Silvestre (M.); Garcia Neto (Direito); Tavares de Almeida (D.); Jorge Seabra (M.); José Leite (M.); Eurico Gonçalves (D.); Sottomayor Pizarro (M.); Roberto Monteiro (Eng.) e o escaloteiro Sottomayor Pinto (D.).

A solene inauguração da República Kimbo dos Sobas terá assinalada com festejos, em ambiente de rubicão e contagiante alegria, com a marca de inconfundível espírito e manifestações de fraterno convívio entre todos os repúblicanos de Coimbra.

Concerto pelo «Jazz Combo» da sexta esquadra norte-americana

No programa do clube de «Jazz do Orquestra Académico e do Circuito de Estudos Musicais da Associação Académica, o «Jazz Combo» da sexta esquadra norte-americana dará um concerto no Teatro Gil Vicente, na segunda-feira, às 18 horas.

Deste conhecido agrupamento, que se dedica, em especial, ao «cool jazz», advém-se ao palco de Coimbra pelo segunda vez e deverá alcançar igual êxito de há três anos, quando aqui veio, também como agora, com o patrocínio da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte em Lisboa.

Os bilhetes estão à venda, hoje e amanhã, das 11 de 11 e das 21 de 22 horas, no gabinete da direcção do Orquestra Académico e na secretaria da Associação Académica, onde serão prestadas informações; e no dia do espectáculo, na bilheteira do referido teatro a partir das 14 horas.

Colóquio Nacional sobre assuntos municipais

No Governo Civil, houve uma reunião, presidida pelo chefe do distrito, sr. eng.º Horácio de Moura e à qual assistiram os srs. dr. Jorge da Fonseca Jorge, Governador civil do Porto; Nuno Pinheiro Torres, presidente da Câmara Municipal daquela cidade; eng.º Araújo Vieira, presidente do Município de Coimbra; dr. Viriato Namora e Chaves e Castro, respectivamente, presidente da comissão e chefe dos Serviços de Turismo de Coimbra; e Bernardo Pimenta, presidente da Câmara Municipal de Leiria.

Foram tratados assuntos relacionados com a realização, nesta cidade, de 23 a 26 de Outubro próximo, do Colóquio Nacional sobre Assuntos Municipais.

Espectáculos para hoje

CINEMAS

GIL VICENTE — As 21 e 30: «How-Up» — História de um fotógrafo (17 anos).

AVENIDA — As 21 e 30: «O Inverno amanhã» (adultos).

TIVOLI — As 21 e 30: «Os sete homens de ouro atacam de novo» (12 anos).

Farmácias de serviço

DONATO — Rua Ferreira Borges (Tel. 22580).

CRUZ VIEGAS — Rua do Brasil (Tel. 22961).

CRUZ & COSTA — Rua Dr. António de Vasconcelos (Tel. 22715).

RAINHA SANTA — Rua da Figueira da Foz (Tel. 24787).

“Os visitantes da lua” (16 set. 1968)

DIÁRIO DE LISBOA

26 SETEMBRO 1968

PÁGINA 3

Bolsa de Estudo da Liga dos Combatentes

Está aberta na secretaria-geral da Liga dos Combatentes, até ao dia 30, a inscrição para uma bolsa de estudo a conceder no ano lectivo de 1968-69, no curso liceal, a um militar que se tenha distinguido em campanha no Ultramar.

BANCO DE PORTUGAL

Em 17 de Abril deste ano, a proporcção das reservas do Banco de Portugal (21 531 413,80 \$100) para as responsabilidades — escudadas à vista (37 261 581,00 \$100) era de 58,24



OS VISITANTES DA LUA

Eis de vez em quando um céu nocturno, extremamente grande, fabuloso, um céu redoma. Quanto mais olhamos mais estrelas vamos descobrindo, estrelas e poeira de estrelas e Vénus entre elas e a Lua em primeiro plano, tão próxima e tão solta que parece mesmo que se cair, que nos vai de repente esmagar com a sua face luminosa. Há quantos séculos olham os homens para a Lua, há quantos séculos sonham com ela?

Do ensaio do escritor brasileiro André Carnéiro, «Introdução ao estudo da Science-Fiction», resumo uma série de autores que no seu tempo fizeram, embora por escrito, a sua viagem à Lua. Temos em primeiro lugar Plutarco, que, pouco depois de Cristo, descreveu minuciosamente o nosso satélite e seus diabólicos habitantes

de De Facie in Orbe Lunare. Seguiu-se-lhe Luciano de Samosata que conta em Icaromaniup e em Vera História a fabulosa aventura de um barco lançado contra a Lua por uma tromba de água. Para Samosata a Lua também era habitada. Em Orlando Furioso, de Ariosto, que data de 1516, um personagem secundário visita também o nosso satélite. Cem anos depois, Kepler, contemporâneo de Galileu, narra em Somnium uma viagem Terra-Lua num aparelho conduzido por seres diabólicos. Em 1638 surgiu em Inglaterra um livro, O Homem na Lua, escrito por um clérigo, vivo onde os satélites não eram diabos, logo disso. Eram mesmo seres tão puros que sempre que algum menos perfeito aparecia entre eles, imediatamente o mandavam para a Terra, espécie da Costa de

Africa lunar. A descoberta de um mundo novo (1840), de John Wilkins, trata também do nosso satélite, onde se chegava num carro volante. Cyrano de Bergerac escreveu em 1650 as Viagens aos Esclados e Impérios da Lua e do Sol. Em 1884 surgiu uma História da Viagem à Lua, de Cyrano de Trueman, à qual se seguiram os nossos conhecidos Julio Verne e H. G. Wells.

Agora, no mês de Zond 5, quando o homem se prepara com entusiasmo para um dia destes alunar, e já não iterrária-mente mas de facto, apetece recordar aqueles que ao longo dos séculos obsessivamente sonharam essa viagem, e, à falta da melhor, a foram escrevendo.

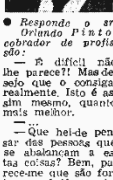
Ora diga-nos...

— Que pensa dos «records» e de quem tenta batê-los?

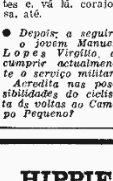
Todos os dias caem records: fulano bateu o máximo do salto à vara, sicrano é o novo recordista do lançamento de peso, beltrano dos 100 m planos. Não sei quem esteve X horas consecutivas a falar e bateu o anterior records da modalidade. E assim, na verdade. Todos os dias aparece quem se disponha a superar o máximo já conseguido anteriormente. Até nas emalidades mais esquisitas. Entre nós, o Vitor Manuel Marques, já conhecido destas andanças, tenta bater o records do Mundo a andar de bicicleta, sem parança. O actual records do Mundo está em 105 horas. Ele quer atingir 100. Consegui-lo-á?



— Sim e senhor. Acto que ele vai bater o record. É ou convenci- do, ou pois ele já deu boas provas. E já vai em ajudado.



— Pense que são homens de coragem, de valor. É claro que há quem se classifique assim como que, mas, pelo menos, sempre assim de vulgaridade de todos os dias.



— Por fim, falou o sr. Joaquim Mendes de Oliveira, empregado no comércio. — Pesar além de 105 horas a andar de bicicleta, sem interrupção é muito. É um boacado... Mas, enfim, só lhe desejo



que seja bem sucedido.

— E que nos dia records: saltos no aríetimo, etc., etc. Pouco ou nada sei dessas coisas de saltos, mas gostei sempre de corridas. Sabe que corria bastante, nos meus tempos de rapaz, quando tinha os meus 18 a 20 anos; fazia uns 2 a 3 quilómetros sem me casiar mais. E corria bem, sabe. E de bicicletas, também. Fazia, todos os dias uns 30 quilómetros, pelo menos, isto além de tanta, dez horas de trabalho duro. Todos os dias, lá também, pois claro.

Diário de Lisboa

COIMBRA

EXAMES DE SEGUNDA ÉPOCA NA FACULDADE DE DIREITO

Estão marcadas para a próxima semana as provas escritas dos seguintes exames da segunda época da Faculdade de Direito: primeiro ano — cadeira da Introdução ao Estudo do Direito, dia 1 de Outubro, às 9 horas; cadeira de Direito Constitucional, dia 1, às 9. Segundo ano — curso de Direito Comparativo, dia 1, às 15; curso de Direito Internacional Público, dia 3, às 9. Terceiro ano — cadeira de Direito Civil (Obrigações), dia 2, às 15. Quarto ano — curso do Direito Civil (Reais), dia 4, às 15 horas.

Pela Universidade

Foram deferidos os requerimentos dos seguintes estudantes: Maria da Conceição Antunes, da Faculdade de Medicina e Laura Marques Reis, da Faculdade de Letras, que devam comparecer na secretaria da Universidade no prazo de sete dias, a contar de ontem, para regularizarem a sua situação

Recenseamento

Recenseamento de pombos-correios. — Am segunda-feira, os sócios da Sociedade Columbófila de Coimbra, sejam ou não concorrentes, deverão recensear todos os pombos existentes nos seus formais. A entrega dos boletins de recenseamento deve estar concluída no dia 6 de Outubro, pois só assim terão direito a concorrer na próxima temporada. A falta de apresentação do recenseamento constitui transgressão punida com a multa prevista no n.º 2.º do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 30767.

Obras camarárias

Na reunião da Câmara Municipal, 600 a presidência do sr. eng.º Araújo Vieira, foi apreciado o projecto das obras a realizar num gabinete de trabalho do edifício das Paços do Concelho, e adjudicada a empreitada, pela importância de 114 288,00. Voltou a ser apreciado o projecto relativo à urbanização da Rua Dr. António José de Almeida, que foi aprovado.

Espectáculos para hoje

CINEMA. — AVENIDA: As 21 e 30: «Caminho para dois» (17 anos). TVOGL — As 21 e 30: «Cinco anos depois» (anos)

Farmácias de serviço

LUCIANO & MATOS — Rua da Sofia (Tel. 22547 e 22148). HIGIENE — Rua Fernandes Tomás (Tel. 226534). MACHADO — Rua Bernardo de Albuquerque (Tel. 23767). M. M. XAVIER — Avenida João das Regras (Tel. 22033).

escolar; e Maria Julia Martins dos Santos e Filomena Fátima da Conceição Gonçves, da Faculdade de Ciências, que também, devem comparecer naquela secretaria para torem conhecimento de um assunto que lhes dá respeito.

Transportes colectivos para estudantes

Na terça-feira entra em vigor a deliberação das Serviços Municipais que estabelece a taxa de cinquenta contos em todos os camions dos transportes colectivos, seja qual for o percurso, aos estudantes que se apresentem de capa e batina.

Escola de Regentes Agrícolas

A Escola de Regentes Agrícolas dispõe já no próximo ano lectivo de algumas das novas instalações, aliás bem necessárias, pois aumentou consideravelmente o numero de alunos. No primeiro ano, há já matriculados 29 alunos e requererem exame de admissão 11. Nos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos estão matriculados, respectivamente, 14, 13, 13 e 45 alunos. Nas disciplinas técnicas, matriculados 60 e requererem exame de admissão 28.

Juramento de bandeira

No Centro de Instrução de Condução Aluno n.º 4, em Santa Clara, celebrou-se, hoje, a cerimónia do juramento de bandeira pelos soldados recrutados do 1.º subturno do 3.º turno da escola de recrutas de 1968.

Na «Parada Rainha Santa» houve concentração das forças em parada, sob o comando do sr. capitão Nogueira Pestana, seguindo-se a recepção do estandarte regimental com se horas do estio. Depois de o sr. tenente Silva Pálito ler dois os decretos militares, o sr. aspirante militar José Augusto Cunha fez uma allocução dirigida aos novos soldados; e, depois, o sr. major Pedro Henriques leu a fórmula do juramento. Assistiram o comandante da guarnição militar da cidade, sr. coronel lido Antunes Baptista; os comandantes das diversas unidades, etc.

Terminada esta cerimónia, procedeu-se à retirada do estandarte regimental com as moedas honras, e a seguir, foi feita a entrega de diploma aos soldados recrutis que mais se distinguiram durante a instrução e medalhas aos primeiros classificados em actividades desportivas.

A terminar, houve um desfile de tropas.

Comissão Técnica Regional

No edificio do Governo Civil reuniram-se a Comissão Técnica Regional do Ministério da Economia, sob a presidência do sr. António Simões, que tratou de assuntos da sua competência.

CURSO LICEAL DIURNO E NOCTURNO Inscrições nas secretarias, das 10 às 23 horas Externatos: Rua do Paraíso, 28 (entre a Graça e St. Apolónia), Tel. 865994-832222 - agora com ampliação e remodelação das suas instalações, incluindo modernas e bem aparelhadas laboratórios. Rua Carrilho Videtra, 10 (ao Chilo), Tel. 834658-831416.

Cigarrilhas Populares PÉROLAS SUAVES E AROMÁTICAS À VENDA NAS BOAS TABACARIAS DO PAIS

HIPPIES ABRE HOJE FAÇA-SE MEMBRO E OBTENHA O SEU CARTÃO DE DESCONTO NAS ORGANIZAÇÕES HIPPIES BOUTIQUE Rua Rodrigo da Fonseca, 82-A - LISBOA - Telef. 43891

“O Homem e a morte” (24 fev. 1970)

DIÁRIO DE LISBOA 24 FEVEREIRO 1970

PÁGINA 3

A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

Por MANUEL BELLO

A análise da evolução dos sistemas económicos, e do próprio funcionamento de uma dada economia, enriquece-se e adquire verdadeiro sentido quando a situamos no quadro das relações concretas que se estabelecem entre os homens e entre os grupos sociais em ordem à sua participação na vida económica.

Assim, há cerca de um século e meio assistiu-se em numerosos países europeus à expansão e consolidação de uma classe social — a burguesia —

Para realmente se burguesias surgiram as classes operárias das diversas países industriais no caminho da industrialização. Criaram-se, assim, poder dizer-se, os dois polos motores da dinâmica social, e também política, de muitos povos ditos ocidentais. O que não significa que tudo se tenha limitado, e continua a limitar-se, àquela simples dicotomia. Não só, em muitos casos, o continuaram a persistir elementos e estratos sociais de carácter pré-capitalista, mais ou menos importantes, mas no seio da própria burguesia moderna surgiram novos antagonismos e oposições, novos grupos e subgrupos sociais com características diversificadas e interesses não coincidentes.

Assinala-se, em primeiro lugar, o conflito latente entre detentores dos meios de produção, respectivamente dos sectores industriais e dos sectores agrícolas. Este conflito sempre renovado, inerente à fixação dos preços dos produtos da indústria e da agricultura, através dos quais se determinam as trocas de mercadorias entre os dois sectores. Pode citar-se, como exemplo trizante, o caso recente passado no nosso País entre os industriais de celulose, reunidos em formação monopolística para conseguirem o abastecimento dos preços da madeira e, por outro lado, os milhares de produtores florestais dispersos e inorganizados.

Assim, para a partilha do produto nacional, confrontam-se os empresários industriais com os agricultores, do mesmo modo que opõem, em plano mais ge-

cuja influência até então secundária se tornou preponderante. Em luta com as aristocracias, que constituíram os antigos classes dirigentes, sem excluir alianças com as elementos de origem aristocrática mais inclinados para uma adopção do progresso, as burguesias apropriaram-se dos novos meios técnicos de produção industrial e deram um enorme impulso à modalidade do sistema capitalista a que se tem chamado capitalismo liberal ou de livre concorrência.

mento económico a médio e a longo prazo — planeamento ao nível da actividade de cada empresa, planeamento ao nível nacional pelo Estado. Nas sociedades programadas que assim se originaram impetuosa cada vez mais analisar, para além dos simples mecanismos de acumulação e de concentração da riqueza, os modos de formação das decisões fundamentais que visam a utilização racional dos excedentes económicos, sob a forma não apenas de consumos mas de investimentos produtivos e de criação de equipamentos técnicos e sociais.

Esta evolução foi acompanhada, nas várias sociedades capitalistas, de repercussões complexas, de ordem económica e social — para não falarmos de outras que se situam no plano da filosofia dos valores e da cultura e definem uma crise global em termos característicos não cabe nesta nota analisar.

Notamos, no plano socioeconómico, que se aprofundou a contradição entre as posições respectivas dos capitaisistas proprietários das grandes empresas e os donos das médias e pequenas empresas; enquanto estes últimos, além de detentores do capital das suas empresas, também contribuíam frequentemente para elas com o seu trabalho, transformando-se então no que já se designou por trabalhadores capitalistas, os primeiros, pelo contrário, são, em larga medida, apenas proprietários do capital, com uma influência efectiva cada vez menor no funcionamento das suas empresas. Há, pois, diferenças específicas

Continua na 14.ª página

Nota do dia

A TUDO E AOS ABALOS

VAMOS AS EFEMERIDES, por cárdia de melhor. A verdade é que está prestes a fazer um ano que todos nós fomos acordados com a cama a estremeecer, na noite de 28 de Fevereiro. Poderia talvez dizer-se que já deveríamos, ao longo dos séculos, ter ganho experiência bastante para não nos assustarmos com coisas dessas, mesmo desse tamanho, mas a coisa dessas quem consegue habituá-lo mesmo quando o ritmo destas, no tamanho maior, é a cadência média de um sismo violento em cada século?

Portugal está situado numa zona sísmica identificada, onde Lisboa, talvez simplesmente pela densidade do seu aglomerado urbano, faz figura de ponto crítico. Os anos de 1147, de 1290, de 1344 (afetou a 56 de Lisboa, como se lê em Castilho), de 1531 (com a destruição de 150 casas), de 1693, de 1755 (o de pior memória), de 1802 e, mais de perto, os de 1909 (Benevente) e de 1941 podem ser citados como sinal e prova dessa cadência e como antecedentes daquele que há um ano está na memória de todos.

Isto faz lembrar que talvez devêssemos pensar-se nisso quando se consideram os nossos regulamentos de construção, incluindo-se neles a exigência de certas regras de estabilidade, obtida porventura à custa de certa medida de elasticidade, como se praticava no Japão. E o mínimo que se pode reclamar como garantia que está ao nosso alcance, para o que nem sequer precisávamos de fazer da experiência alheia, pois que temos a nossa própria, queramos dizer de sismos e não da maneira de nos defendermos deles, especificou-se a tempo.

Claro que há as regras, as boas regras da tranquilidade e da prudência (palavras próprias para companhias de seguros e efectivamente usadas como tal), mas há também as surpresas que vêm precisamente da falta de regras, como as coisas que vão abalo quando ninguém lhes faz mal e de que vemos outras iguais ou supostamente iguais resistir ao aspero abalo, como foi o caso sucedido há um ano na freguesia de Brandosa. E noutras casas, noutra sítio, bairros de Lisboa, sucedeu a mesma coisa ou até o contrário para mostrar o capricho das forças e das resistências.

Quem se lembra de Brandosa? De tão falada que foi, com o alarme feito pela casa que se desfez poucos dias antes do abalo que, por seu turno, mais nenhuma desmoronou, passou tranquilamente ao rol do esquecimento com os seus vinte mil habitantes clandestinos agarrados aqui à periferia de Lisboa. Quem se lembra? E não obstante o caso existo, o problema permanece com todas as forças de um espinho cravado na própria carne da capital, com as borbulhas que um tal problema comporta a crescerem por todos os lados e sem o depurativo que deles limpa ao menos a aparência.

Momentos houve em que a Brandosa foi tida como exemplo do que era preciso não se fazer e símbolo, precisamente, do contrário do que se deveria fazer, sinal da incúria, sinal do que não se entendia como é que, sinal malhado de suspeitas, de favores de repetições que fechavam os olhos ou talvez até nem fossem capazes de os abrir. Mas depois caiu outra vez no buraco, no poço profundo do esquecimento com os seus vinte mil clandestinos. Quem se lembra deles e dos seus problemas que resistem a tudo (eles e os problemas) até mesmo aos abalos de terra?

RECTÂNGULOS DA VIDA

O HOMEM E A MORTE

Um artigo publicado no magazine "L'Europeen" e assinado por Ovidio Granata diz-nos que surgiu uma nova hipótese posta por um cientista americano, segundo a qual seria o próprio homem a decidir qual a altura em que deve morrer. Claro que não dita a si próprio, apelando-se morrer, pronto, acabaria. Quem resolveria seria o seu inconsciente. E porque iria o inconsciente do homem resolver uma coisa dessas? Como? Gradualmente, tão devagar como os ponteiros de um grande, superlento relógio, através de uma renúncia progressiva mas definitiva e todas as ligações com a vida, e quando essas ligações são cortadas, quando todas as janelas abertas para o exterior se fecharam, quando

o homem se encontra face a si próprio e compreende que já não tem nenhum sentido, que ninguém precisa dele, quando tudo isso acontece, que o homem morre. Claro que ainda não é assim tão simples e a vida precisa, para morrer, de que a sua energia

Por MARIA JUDITE DE CARVALHO



vital entranqueça. Mas porque entranqueça de essa energia senão por sentir que já não vale a pena lutar? Não sei se esta teoria tem alguma validade científica. Em todo o caso deixava-me pensativo. Por que razão, pergunta Ovidio Granata, vivem os grandes homens (os que são ou se julgam insubstituíveis) mais do que a média? E porque razão se apressam a desaparecer deste mundo os indivíduos que nunca tiveram outros interesses fora do trabalho diário, no emprego e que atingiram a idade da reforma?

«É que — escreve Granata — enquanto as nossas antepassadas estão tensas e atentas, o nosso potencial biológico é activo e então vivemos. Só quando os fios se cansam e se lixam inconscientemente se apagam, o homem sente que o seu ciclo terminou. E decide que chegou a altura de entrar na sombra.»

Crédito Universitário BANCO DO ALENTEJO

Maior conforto no uso de Dentes postiços

Emitape

Esta é a maneira agradável de evitar o desconforto de uma placa solta. O EmiTapé, um pó especial que se polvilha nas placas superiores e inferiores, fixa as mesmas firmemente de modo a dar maior conforto. Evite aquele sensação gomosa e pastosa tão desagradável. É atalho (não é doo). Não magoa. Elimina a mau hálito das dentaduras. Adquire hoje mesmo Dentafix em qualquer farmácia, drogaria ou perfumaria.

Consulte o Profissional do Dente VALERIN DE CARVALHO

"Monumentos Lunares" (17 jul. 1970)

DIÁRIO DE LISBOA

17 JULHO 1970

PÁGINA 3

EQUADOR

Após ter proclamado a ditadura Ibarra apoia-se no Exército

O sr. José María Velasco Ibarra, presidente do Equador, decidiu assumir todos os poderes, de acordo com o Alto Comando do Exército. A Constituição foi suspensa e o Congresso dissolvido. O comandante-chefe do Exército foi afastado das suas funções e quatro universidades foram encerradas...

«Porém os acontecimentos que me levaram a assumir o papel de um ditador. Trata-se de salvar o país. Creiam: teria preferido terminar a minha carreira política e o presidente constitucional, em 1972 no fim do meu mandato. Mas tive de fazer frente ao terrorismo, às injustiças, ao caos e ao ódio...»

bleia de compositores de Riobamba como a multidão colorida de Quito, unida por hábito, dirigiu-se ao próprio as...

Qualificado de liberal, quando de cada uma das suas entradas no palácio presidencial de Quito, foi demitido ou viu-se de cada vez obrigado a fugir sob a acusação de ditador...

uma semana de perturbações nas Universidades de Quito, Guayaquil e Cuenca, fez encerrar o Congresso e o Supremo Tribunal, criou cargos de combate para as universidades, colocou os estudantes locais em férias forçadas e decretou a prisão de numerosas personalidades...

RECTÂNGULOS DA VIDA MONUMENTOS LUNARES. A notícia chega-nos da Nova York via Reuters e não é uma notícia qualquer. Segundo parece, encontramos em poder de russos e americanos fotografias da Lua...

antes de partir para férias *conheça a gama dos automóveis AUDINSU. Rua Latino Coelho, 65 - Av da República, 84 C - Av Ant Aug de Aguiar, 25 C Tel. 537074 - LISBOA

Nota do dia ONDE ESTÁ A MULHER? A ASCENSÃO DA MULHER é um dos fenómenos sociais mais característicos deste século. Desde a campanha das «sufragistas» inglesas, de que se guardam imagens para que não é possível olharmos hoje sem que delas se desprenda um certo perfume de progresso...

Um Inquérito recente, referido e interpretado pelo dr. Sédas Nunes no valioso repertório agora editado sob o título de «A Universidade na Vida Portuguesa», permite-nos aceder a alguns tópicos curiosíssimos sobre a elevada «taxa de feminização» da nossa população estudantil...

MÓVEIS Móveis e todos os artigos. Sofas, Colchões - Matracas. FACILIDADES DE PAGAMENTO E TROCA. MÓVEL MÓVEIS FERLIM, LDA. Rua de S. Bento, 343. Telef. 67 62 69. COMUNICADO FAPOBOL - FABRICA FORTUENSE DE BARRACHAS, LDA. Comunica aos seus estimados clientes que mudou as suas instalações na Rua D. João V, 8, para a Rua do Lumiar, 2 - Lisboa-5.

"Quem tem medo de computadores?" (10 jan. 1971)

ESTE MÊS EM SINGAPURA

A «COMMONWEALTH» PODE MORRER

LONDRES — O secretário-geral da Commonwealth Britânica (trinta e uma nações) apresentou um apelo — redigido em termos diplomáticos, mas inequívocos, no seu anúncio...

da necessidade e utilidade da Commonwealth. A outra face da mesma moeda era uma advertência sobre os perigos dum crescente nacionalismo...

Commonwealth se lhe opunham em Singapura. Segundo certas fontes desta capital, a única coisa que poderia ter feito...

ALFRED FRIENDLY

Exclusivo «The Washington Post»-«D. L.»

com os dirigentes britânicos a profunda preocupação manifestada em todos os países da Comunidade...

o mundo se organiza, como pode acontecer numa série de blocos regionais, nacionalistas e encerrados sobre si mesmos...

Neste ponto, o autor do relatório faria um comentário claro as repetidas afirmações do primeiro-ministro Edward Heath...

Concluiu, supõe-se, que Heath não pertinha esta visão da Commonwealth, pelo menos, aliás, bastante indiferente...

Advogando um adiantamento à decisão, escreveu Smith: «Estou convencido de que as diferenças de pontos de vista sobre as rotas meridionais do Índico e do Atlântico Sul...»

É por isso que se levantam sérias dúvidas sobre a possibilidade de se voltar atrás nas declarações que fez após as eleições...

O relatório foi dado a público duas semanas antes do encontro anual dos chefes do Governo da Commonwealth...

o tema principal do relatório que Smith faz no seu relatório, de todo, aliás, bastante conciliar, é o

Administração de Propriedades BANCO DO ALENTEJO

DE ONTEM PARA HOJE

PROBLEMAS DE JORNAL

Michel Tatu, que foi correspondente em Moscovo, que viveu o jornalismo em todos os seus aspectos e cuja cultura lhe permite apreciar, nas suas várias propriedades, acontecimentos que a outros se afiaram ou estranhamente grandes ou insignificantes...

BIBLIOTECA

AFRÂNIO PEIXOTO O embaixador de Brasil, dr. Genia Silveira, foi ontem à visita do Castelo das Nações e Biblioteca Afrânio Peixoto...

DOIS MORTOS E DOIS FERIDOS

Deve ter sido por excesso de velocidade. No acidente, de matrícula alentejana, estavam quatro homens...

A CRIANÇA, OS PAIS E OS PROFESSORES

Na Escola Preparatória Francisco de Sá e Albuquerque, de Alentejo, houve ontem um encontro entre pais e professores...

(Continua na 2ª página)

TRIANGULOS da VIDA QUEM TEM MEDO DOS COMPUTADORES? Por MARIA JUDITE DE CARVALHO

Por agora são os ingleses, melhor, os japoneses. Qualquer dia seremos nós, se lá chegarmos...

quem), e é como quem diz, a nossa vida vai mudar. Ora todos nós temos um esquiote no armário...

rança a que todos estamos sujeitos. Tem muita razão o senhor Wedgwood...

inteligentes até ver. Porque no dia em que eles, de tão peraltas, começarem a sentir o calor do seu grande...

CARROS USADOS Renault 123 5 1970 Fiat 500 5 1970 Cadillac (Desconhecido) Citroën 10 Renault 500 5 1970

TEM 150 CONTOS? TEM MENOS? TEM MAIS? - Obtém já o melhor rendimento J. PIMENTA S.A.R.L. 5000 clientes satisfeitos recomendam-nos

Administração de Propriedades BANCO DO ALENTEJO

“Os grilos de Altinho” (23 nov. 1971)

Terça-feira, 23 de Novembro de 1971

Pág. 11

RECTÂNGULOS DA VIDA



por MARIA JUDITE DE CARVALHO

Os grilos do Altinho

Para uma desgraça ser tomada a sério pelas gentes é preciso ser mesmo uma tristeza de coisa. Se houver nela um grão de comichedade, um só que seja — e todos sabemos como o trágico e o cómico às vezes se misturam — estamos aviados. Claro que não vou falar do cómico e do trágico, pois lá há ser um rectângulozinho destes! Mas pergunto a mim própria qual a diferença entre a tragédia antiquíssima e muito séria de uma praga de gafanhotos, e a recente tragédia-que-faz-sorrir de uma praga de grilos. Será o insólito do caso que predispõe ao sorriso? Será o insecto em si próprio que não incita à seriedade?

E porque? Porque canta? Porque estamos habituados a vê-lo dentro de uma gaiola comendo alfafa? Porque é um bicho que conhecemos isolado e não em exércitos de ocupação? É mesmo uma praga, essa que está a sofrer Altinho (Pernambuco) e que começa a atacar cidades como Lajes do Alentejo do Ouro e até Caruaru, celebrizada por José Condé.

Em Altinho uma mulher idosa enlouqueceu, e quem por lá passou diz que tudo aquilo se assemelha a um filme de ficção científica estilo terror. Todos os dias há procissões, e a população pede a todos os santos que a liberte dos grilos. Todas as ma-

tas novos grilos chegam aos milhares, caindo como chuva forte sobre os telhados e entrando nas casas. Um velho exultante diz que o famigerado Padre Cicero anunciara que nos anos 70 muita gente havia de enlouquecer por causa dos pecados dos homens, e que isto dos grilos é o princípio da profecia.

Mesmo assim, as pessoas (que, está bem de ver, não vivem em Altinho nem em nenhuma das cidades já invadidas ou ameaçadas) sorriem. Grilos, ora vejam lá. Bichinhos cantadores a fazer invasões, não é mesmo cómico?

Casa de Repouso de Enfermagem

O Sindicato Nacional dos Profissionais de Enfermagem realizou na sua sede, no dia 30, pelas 21 horas, uma assembleia geral ordinária para a eleição dos corpos sociais da Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa para 1972 e a eleição da comissão dos melhoramentos.



O jornalista Plátão Mendes, repórter-fotográfico do nosso prezado colega «O Primeiro de Janeiro», inaugurou, no salão daquele matutino, no Porto, uma exposição de pintura (guscho e aguarela), composta de 34 quadros, conforme já anunciamos. Na foto, o artista junto de duas das suas obras

O COMÉRCIO DE OLHÃO MORRE DIA-A-DIA

OLHÃO, 23 - Conforme prevíamos, acentua-se a grave crise do comércio olhanense. Todos os sectores socio-económicos da vila andam para trás.

Quem acode a esta pobre e trabalhadora gente de Olhão?

em 3 linhas

Perdido o porto comercial, travado o turismo que se vinha processando, fechadas as onze fábricas de conservas a que já nos referimos, Olhão deixou de ter qualquer factor socio-económico que a mantenha viva.

A população continua a emigrar em ritmo acelerado e ao comércio local só lhe resta ir fechando as portas em cada dia que passa.

Um decreto-lei do Ministério do Interior cria o Centro de Instrução da Guarda Nacional Republicana e introduz alterações nos quadros referentes aos comandos dos Batalhões n.ºs 2 e 4 fixados no Decreto-Lei n.º 33.905.

Outro decreto, dimanado dos Ministérios do Interior e da Saúde e Assistência, cria, no primeiro daqueles departamentos, o Serviço Nacional de Ambulâncias, a que já nos referimos.

No «Diário do Governo» também uma portaria do Ministério da Marinha que cria, no âmbito do Instituto Hidrográfico, a Comissão Coordenadora dos Parques Submarinos Nacionais.

Uma portaria da Presidência do Conselho cria cartões de identidade especiais e distintivos para uso dos funcionários da Direcção-Geral do Turismo com funções de fiscalização.



A previsão do tempo

CHUVA E "ABERTAS" ATÉ 5 DE DEZEMBRO

O Serviço Meteorológico Nacional prevê, para a próxima quinzena:

Evolução provável das condições meteorológicas: Até 5 de Dezembro Portugal continental estará sob a influência de massas de ar de origem marítima, por vezes com trajecto continental transportadas na circulação conjunta do anticiclone dos Açores e de depressões, que se deslocarão do Oceano Atlântico para a Europa.

Por vezes superfícies frontais atravessarão o Território, provocando agravamento do tempo principalmente nas regiões a norte do Tejo.

Antevista das condições meteorológicas médias no Continente até 5 de Dezembro: Céu pouco nublado, por vezes muito nublado, com períodos de chuva e aguaceiros mais frequentes nas regiões a norte do Tejo.

Condições favoráveis à ocorrência de neblina ou nevoeiro matinais mais frequentes nos vales e nas terras baixas.

Vento fraco ou moderado do quadrante norte e temperatura próxima dos valores normais para a época.

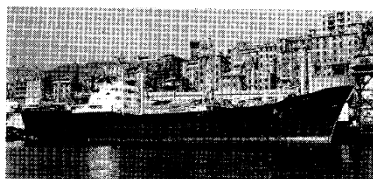
HOMENAGEM A UM SACERDOTE

VIANA DO CASTELO, 23

Pela sua acção social, educativa e de solidariedade para com o semelhante, foi prestada homenagem ao rev. Constantino Macedo de Sousa.

Foram entregues, após o acto inaugural no lugar da Argia, Dargue, quatro moradias a outras tantas famílias de poucos recursos e mais quatro prefabricadas, no mesmo local, a igual número de famílias de ciganos radicados, há anos, nesta cidade.

Houve, ainda, na igreja de São Domingos, missa concelebrada por aquele sacerdote e alguns dos seus condiscípulos; e um banquete, que reuniu mais de duzentos convivas, incluindo o chefe do distrito e outras entidades oficiais e individualidades de relevo.



rumo ao mar

as novas unidades da Sociedade Geral

n/m "CABO VERDE"

n/m "CABO BOJADOR"

comprimento total . . . 108,2 m.
deslocamento . . . 8 300 tons.
"deadweight" . . . 5 530 tons.
velocidade . . . 15 nós
calado . . . 7,535 m.
força motriz máquina propulsora . . . 4 900 BHP



a sonap contribui, uma vez mais, para a economia nacional

sendo de sua inteira responsabilidade a especializada lubrificação destes navios

“Velocidade” (21 jun. 1972)

Quarta-feira, 21 de junho de 1972

PAGINA SETE

FOTO NOVELA

Na manhã de Santo Antônio é que é bom. As mulheres andam uma vida inteira a colecionar boa vontade para o casamento. Alimentam durante vinte anos a ilusão de que nasceram para isso. E um dia, Santo Antônio lhes dará com a bina.

é, na realidade, à primeira oportunidade estão com a corda na garganta. O casamento, ainda que nos digamos não-burguesas,

um «soutien» que não a deixasse ficar envergonhada perante todas as suas colegas. As outras eleitas. Fazer com que o noivo se sentisse inchado por ser dela, e não outra. Tudo isso, se o alcançasse, a tornaria feliz, pelo menos para uma semana.

Que faria ele a estas horas? Com certeza se barbeava cuidadosamente, pensava nela e tinha um sorriso feliz. A mãe tinha-lhe entra-

Por ROGERIO VIDIGAL

acaba por surgir. Um dia, muito mais tarde encontramos uma outra mulher e dizemos-lhe de como a primeira experiência foi amarga. E vamos lambendo os lábios desse travo amargo.

Imaginemos agora o que será para uma jovem o casamento na manhã do patrono. Levanta-se cedo. Depois de uma noite de insônia a pensar, a sonhar, a dizer para consigo das vantagens e desvantagens do enlace.

Ao nascer do sol, a mãe entra-lhe pelo quarto e faz com que a luz a acorde. Nutre, quando a olha mais uma vez, a esperança de que tenha valido a pena criá-la. E valeu, caramba, se a sua filha depois de ter uma vida escolar tão correcta, conseguiu o emprego desde há muito desejado.

E nesse emprego conheceu o homem a quem se pode chamar o ideal. O tipo que não tem vícios. O homem que não gasta extraordinários, que não olha para outras mulheres. E, como se não bastasse, muito bem visto pelo patrão, com muitas possibilidades de subir. Hoje já não é o dia de Santo Antônio. É o dia de sua filha.

Eis que ela acorda. O espreguiçar é doloroso. Tudo foi cuidadosamente programado para não haver falhas. O seu desejo, a santa união, com o homem que ama, quase a acontecer. Pna que já nada daquilo lhe pertencesse. E aqui não lhe foi possível evitar o bocejo.

Agora era avançar pelo dia dentro. Pôr

do pelo quarto, exactamente como a sua, tinha-lhe acariciado a vida com o pensamento. A ternura de o ter trazido na barriga, de o ter feito crescer. De o ver, finalmente, partir para uma aventura.

Programada. E vestiu-se, agora mais à pressa. Preparou-se muito cuidadosamente. A manhã vou-lhe por entre os cosméticos, uma visita de um repórter que a achou encantadora e uma visita de vários familiares, que a vieram ver no seu estado natural pela última vez. O jornalista, esse, por entre as fotos e perguntas de circunstância, afirmou mesmo que, se houvesse «miss manhã de Santo Antônio» seria ela com certeza. Era a alegria para tanto tempo...

Agora, já está na Igreja. Na Sé. De breço dado com o padrinho, como é norma. Tudo a postos. Só que havia uma pequena demora por parte do seu João Manuel. Mas devia estar a chegar. A cerimónia avançava. Avançou. E o seu João Manuel não chegou.

Soubes alguns dias mais tarde que o destinado para seu companheiro tinha fugido com uns dinheiros do patrão. Finalmente, havia aranjado um pequeno vício. Nesta história inventada tinha de acontecer algo como isto.

Após tantos anos a vaiar o casamento, aranjamos para os outros a solução que não foi nossa. Até nos permitimos passar pela noiva que nunca fomos. Por motivos óbvios. E pensamos no noivo que fomos. Não se sabe porquê.



RECTÂNGULOS DA VIDA

MARIA JUDITE DE CARVALHO

VELOCIDADE

Belos, belíssimos deviam ser os tempos em que as pessoas se sentiam um pouco ameaçadas mas só o indispensável, nada de muito grave, enfim. Sempre teve que se morrer um dia, pois claro, mas isso era geralmente lá para diante, quando já se estava um pouco cansado de viver e quando Deus queria. Ora a verdade é que no nosso tempo estamos sempre, em todas as idades, no fio da navalha, na corda bamba, na pista de corridas, por entre os alegres assassinos da estrada ou nós próprios assassinos também, ou ainda entregues aos imprevisíveis caprichos de duas máquinas, a nossa e a outra, que vem em sentido contrário. Deus e a natureza parecem-nos longe, desinteressados desta roleta trágica onde se perdem vidas ao acaso, sem aviso prévio. Puro jogo de azar.

O grande assassino deste século parece ser pois, o automóvel. Isto nos países ricos e nos remediados.

Nos outros (e não só) há, está bem de ver, a fome, as epidemias, as guerras, as doenças que não perdoam. Já não há idade de morrer, e as que se vão embora de velhice é porque foram hábeis, souberam mover as pedras do jogo, passar quando convinha. Porque ficaram quietos. Porque tiveram sorte. Ou pouca sorte, quem sabe?

Somos nervosos, nervóticos, inquietos, angustiados, dormimos mal. Corremos constantemente de um lado para o outro, de carro quando o possuímos. Porque o carro é o nosso corcel, sem ele quem somos

INTERMEZZO

(DE ANTÔNIO GEDEÃO)

Hoje não posso ver

ninguém:

soufo pela humanidade.

Não é por ti.

Nem por ti.

Nem por ti.

Nem por ninguém.

E por alguém.

Alguém que não é

ninguém

mas que é toda a

humanidade.

REQUIEM por Leila Diniz

Morreu Leila. A atriz brasileira que, com toda a sua esplendorosa feminilidade, interpretou «Todas as Mulheres do Mundo». Uma mulher explosiva. Não era só o símbolo sexy, mas uma atriz de talento. No auge da carreira.

Morreu quando a fúria de viver ainda se não tinha aplacado. Aos 27 anos. De morte violenta. Do corpo belo, prematuramente destruído, num desastre de aviação, resta a imagem captada pelo cinema. Ainda há pouco tempo a vimos em «Fome de Amor» e «Asilo de Loucos» de Nelson Pereira dos Santos, um dos nomes mais representativos do novo cinema brasileiro.

Leila: uma mulher liberta de preconceitos. Amou vários homens e fatava deles com o ar mais natural do mundo. Ficou célebre a entrevista ao «Pasquim» onde, sem ambiguidade nem mistério, relata passagens da sua vida que faziam espumar de indignação qualquer senhora de uma Liga Moral. Mas ela era assim: meio-selvagem, meio-espontânea. E também inteligente, sensível.

Uma educação flexível: seu pai era «um homem que gostava de escrever, intelectualmente aberto e com ideias de liberdade», que moldou a personalidade de Leila Diniz. Aos 15 anos, saiu de casa, com autorização da família, para ir morar com uma amiga. Estudava de noite e de dia trabalhava como professora. Nada de vida fácil. Impôs-se pelos dotes artísticos, apenas.

Ultimamente casada com Rui Guerra, um dos cineastas mais politizados do Brasil, encontrara, talvez, aquilo que há muito procurava.

Lourdes Fêria

Crônica Estafada

Por REGINA LOURO

Tinha um corpo pequeno, mesmo deitada, um corpo magro e chupado, de onde emergia um rosto gasto vincado por algumas rugas que talvez não fossem da idade. A pele era escura sem chegar a ser negra; adivinhava-se uma mistura de sangue, um cruzamento de longinquo de raças, de que ela viria a ser fruto serdido, precocemente seco, sem beleza nem possibilidades de sementes sãs.

Agora estava caída, deitada no pavimento da rua fria, Rua da Misericórdia (por ironia), a dois passos do Tavares. Eram umas dez horas da manhã de Dezembro, demasiado cedo para que a sua presença incomodasse os frequentadores do selecto restaurante, demasiado tarde para ser recolhida pelo guarda-noturno. Apenas um ou outro carro dos que costumam estacionar mesmo em cima do pas-

seio, enquanto as donas vão ao supermercado ou à boutique, teve de se afastar um pouco para não a esmagar.

Estava inanimada, os olhos fechados, o corpo pequeno mais encolhido, num gesto de pedir desculpa de ter caído ali.

Quanto tempo não sei, porque, francamente, tenho horários, obrigações a cumprir, nunca aprendi a dar massagens, as noções práticas de respiração artificial esquecidas na inutilidade de sua não-aplicação e depois, esperas, dores. O rosto não dizia nada, os olhos não acusavam, as mãos amnhadas junto ao corpo não pediam coisa alguma.

Talvez por isso, a sua presença insólita nem chegava a despertar grande curiosidade; apenas dois rapazes carregando cestos com a carne destinada ao restaurante ficaram por mo-

mentos olhando o corpo, logo se afastando à lembrança das horas a cumprir e da voz grossa do mestre da despensa. Uma velha passou e benzeu-se (Rua da Misericórdia), um homem perguntou a ninguém se já tinham chamado o «115» e o corpo permaneceu frio no passeio.

Quanto tempo não sei, porque, francamente, tenho horários, obrigações a cumprir, nunca aprendi a dar massagens, as noções práticas de respiração artificial esquecidas na inutilidade de sua não-aplicação e depois, esperas, dores. O rosto não dizia nada, os olhos não acusavam, as mãos amnhadas junto ao corpo não pediam coisa alguma.

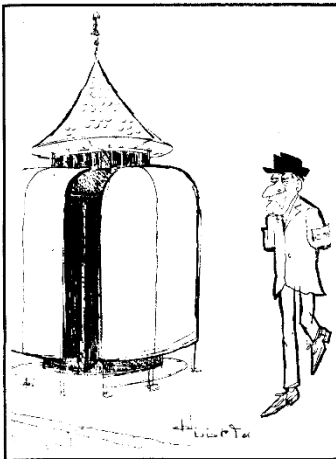
Além disso, pensei, desculpei-me, (Rua da Misericórdia): a mulher talvez tenha chegado ao limite do cansaço, deixem-na dormir, deixem-na dormir.

“Os novos deuses” (16 jul. 1972)

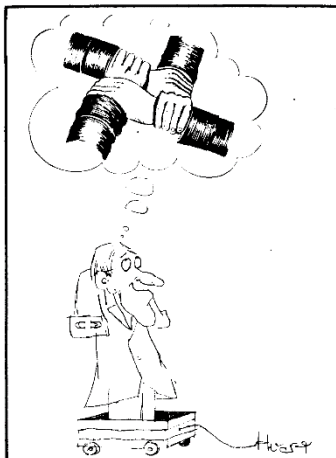
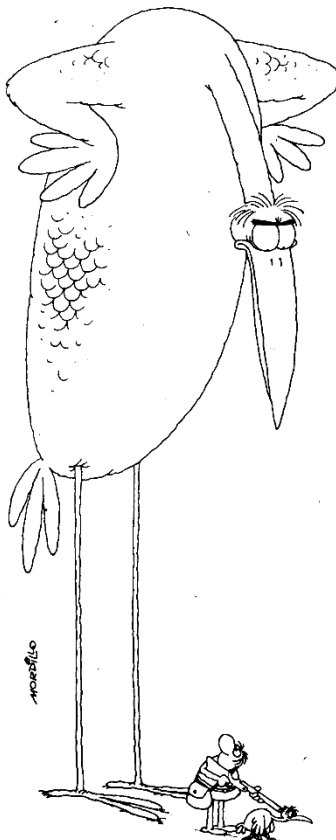
Domingo, 16 de Julho de 1972

Pág. 3

Humor negro



Mordillo



FC em Julho

Suponha o leitor que um dia deste verão abre um livro de ficção científica, que escolheu, ao acaso, numa daquelas pequenas árvores de livros e sub-livros que nos últimos anos brotaram em todas as tabacarias de norte a sul da nossa terra. Está calor, não apertem leituras sérias, e as pessoas deixam-se arrastar pelo policial e pela *science fiction*, que têm, entre outros atractivos, bonitas capas vistosas e coloridas.

Senta-se portanto numa cadeira confortável, suspira de puro bem estar estival, abre o seu livro, e logo na primeira página lê, por exemplo, isto:

«Naquele tempo toda a água do mundo estava radio-activa, em consequência das explosões atómicas que tiveram o seu início no fim de uma grande guerra mundial e se prolongaram depois, em tempo de paz, porque os homens de então gastavam os penitos pacíficos a censurar as guerras passadas e a preparar as guerras futuras. Ora um dia foram encontrados, por puro acaso, num deserto, alguns recipientes contendo água antiga, água de antes da grande poluição, de antes do átomo desintegrado. Era um achado de grande valor arqueológico e todos se mostraram, e com razão, entusiasmados. Aqueles recipientes continham a prova da inocência e da loucura dos homens.»

Claro que o leitor sorri ou nem isso. Está em férias, a ler ficção científica, não vai espantar-se com tão pouca coisa. Mas o mais estranho é que também não se espantou quando no dia 11 de Julho deste ano de 1972 leu no jornal em notícia vinda do Cairo que foi encontrado no deserto egípcio de Bir Tawil, em quatro recipientes galvanizados, aquilo que se julga ser a única água não radio-activa existente no mundo.

Não se espantou mesmo nada. O que prova que, de facto, embora não nos demos conta disso, vivemos em plena ficção científica.

Os Novos Deuses

Serão máquinas de mil botões a diagnosticar as doenças amanhã, e a tratá-las, a julgar os acusados com a metálica frieza dos seus corações, a aconselhar os governos a fazerem as guerras ou a fazerem as pazes? Serão máquinas, enfim, a governar governantes e governados?

Os computadores super aperfeiçoados do futuro serão talvez os novos deuses. E, de tão poderosos e implacáveis, não-de ser terríveis. Como os velhos deuses pagãos assustadores e omnipotentes que os homens inventaram para sua protecção e medo, e aos quais até deram forma humana. Amavam, lutavam com os seus inventores (criadores logo naturais), mas os sentimentos e paixões — paixões quase sempre — que experimentavam, eram excessivos, até porque ignoravam toda e qualquer interdição e não sabiam que coisa está mover.

Os novos deuses já começaram a chegar. Alguns, deuses menores, claro está, vivem mesmo cómicos. Este, por exemplo, que nos exige valiosa oferenda anual, sob pena de nos abandona, tem altar em quase todas as casas, mesmo nas mais modestas. E as pessoas sentam-se, e olham, e escutam em silêncio religioso, coisas excelentes ou destestáveis. Isto os devotos. Os outros, os que não se converteram totalmente, ainda às vezes se debatem, não querem deixar-se agarrar, conseguem fugir (por algum tempo) porque se trata de uma espécie de deus Penate.

Mas os deuses que se anunciam, que já existem talvez sem que o saibamos, podem vir a ser terríveis. Esperamo-los com ansiedade reciosa e nenhum entusiasmo. Mas sabemos que não há outro remédio senão respeitá-los como deuses que são: respeitosamente e sem luta.

ANEXO B – Transcrição das crônicas analisadas de Rachel de Queiroz

1. “O coração de Washkansky” (6 jan. 1968)

Parece que está mesmo morrendo o homem que recebeu o coração da môça, apesar da torcida apaixonada em que se empenha o mundo inteiro pela sua salvação. Se bons desejos dessem vida, como acreditam certos espíritos religiosos, Washkansky estaria salvo. Pois imagino que jamais tal massa de bons desejos acompanhou um doente; nenhum rei, nenhum herói, nenhum santo, teria tido tantos milhões de pessoas a pedir pela sua vida, a acompanhar ansiadamente nos jornais os recuos e progressos dos implacáveis anticorpos.

A gente fica pensando: será que a natureza, já previa a tentativa de transplantação de órgãos, ousadas pelos cirurgiões modernos? Se a não previa, por que motivo teria imposto ao organismo animal tantas e intolerantes defesas, essa xenofobia, essa cortina de anticorpos a fechar fronteiras da carne, proibindo qualquer promiscuidade orgânica com outro indivíduo, seja embora o doador da mesma espécie, da mesma raça, do mesmo tipo de sangue do receptor? Promiscuidades, diz a natureza, só para fins de reprodução – e pelos canais competentes. Fora disso, nada.

O que é evidente é que Deus Nosso Senhor considera o reino animal a sua mais perfeita obra prima, cada indivíduo, cada espécie, cada série, como um todo perfeito e não susceptível de alteração. Chega-se mesmo a duvidar da teoria da evolução, na qual se acredita mais por uma questão de fé, pois que ver mesmo nunca vimos, nunca fomos testemunhas de nenhum processo de evolução em marcha em organismo vivo. Tanto quanto me deixa saber a minha ignorância, tudo ainda são teorias. As alegadas provas estariam em espécies extintas, em fósseis; mas depois do bicho morto e virado pedra, passados milhões de anos - trata-se pelo menos de um testemunho longínquo, não é?

No reino vegetal não há tanto rigor. Milhares de vegetais diferentes. A glória da jardinagem, da horticultura e da pomicultura está mesmo na criação desses híbridos por enxertia. Há organismos animais, como a ameoba, que se dividem e cada pedaço continua vivendo como indivíduo novo; e há as lagartixas que conseguem fazer crescer de novo a cauda decepada. Mas encostar a parte seccionada de um ser na parte seccionada de outro ser, e aquilo “pegar” – parece que ainda está longe. Eles dizem que fazem cães com duas

cabeças em laboratório – mas cadê esses cães? Podem viver uma vidinha artificial e rápida – mas lá mesmo se acha. Não vinga.

É como eu dizia: Deus considera perfeitos homens e bichos tais como os criou, e não admite alterações na sua morfologia. E até mesmo híbridos por cruzamento a natureza tolera, mas não gosta, tanto que os faz estéreis.

Realmente, se se pudesse interferir com a morfologia das espécies, mal se pode pensar a que fantasias loucas se entregaria esta humanidade desvairada. Se a gente pegasse de enxerto, como laranja-da-baía, numa hora de entusiasmo amoroso era capaz de fazer operação para ficar xifópago com o ser amado – mas, e depois que o amor passasse?

E os laboriosos que exigissem quatro mãos para trabalhar mais? E a milionária excêntrica que ambicionasse a garganta da Callas? E as linhas de contrabando para fornecer delicados pés de espanholas para americanas ricas de pés 42? E o ditador megalomaníaco que montasse fábrica de supersoldados para seus exércitos - homem com couraça de jacaré, estômago jejuador de camelo, força de cavalo e miolos de burro para, apesar de tantos dons, obedecer ao amo? E não diga que o homem não faria isso, que ele não tem amor por nada, o homem é doido. Tanto quanto pode, ele já se desfigurar, com tatuagens, com cicatrizes, operações plásticas de resultado doloroso. E para ganhar dinheiro então – até já estou vendo quadrilhas organizadas para raptar meninos de gênio e lhes vender o cérebro no câmbio negro.

Assim mesmo, contra todas as leis naturais queremos que Washkansky escape. Que a regra inflexível abra essa primeira exceção e o coração enfermo do homem de meia idade cobre vida nova com o coração da rapariga. E se a operação tivesse êxito e entrasse na rotina médica - oh meu Deus, podia-se até criar o uso de dar o nosso coração a alguém; não poeticamente em devaneios de amor, mas mandar abrir de verdade a arca do peito, tirar de dentro o coração palpitando e enviá-lo congelado, em papel alumínio como comida, para o ingrato ou ingrata ficar usando, já que nasceu sem coração.

2. “O bem-estar do menor” (30 mar. 1968)

Ora, afinal não se deve perder a esperança. Por exemplo, quando se vê a boa semente nasce bem e se espalha: vejo nos jornais que se inaugura no Rio de Janeiro a Fundação Estadual do Menor, nos moldes da Fundação Nacional do Menor.

Se havia problema que envergonhasse a gente de ser brasileiros, tal o abismo de incompetência, desídia, desonestidade, ignorância, e puro e simples crime em que se afundava – esse problema era o do nosso menor abandonado. Creio que só a história dos navios negreiros pode permitir comparação com a legenda sinistra dos estabelecimentos oficiais para recolhimento e corrigenda de menores, comandados outrora pelo famigerado SAM. No SAM, o mapa de horrores era completo: prisão, promiscuidade, espancamento, doenças, fome, frio, nudez. Prostituíam-se as meninas tuteladas do governo com a conivência ou por iniciativa de guardas e inspetores; menores internos do SAM eram organizados em quadrilhas de assaltantes: retirados à noite do internato, para matar e roubar, e recambiados pela madrugada, depois entregue às “*autoridades*” o dinheiro apurado nos assaltos.

Foi precisamente o escândalo público, o choque, o horror desencadeado pelo assassinato do Odylo Costa Neto, cometido por uma quadrilha de internos do SAM, empresada por homens lá de dentro, que afinal derrubou a infame cidadela. Criou-se novela lei para orientar a assistência ao menor, promoveu-se uma transformação total no que havia; e inventou-se essa “Fundação para o Bem-Estar do Menor”, num movimento que tinha entre os seus pioneiros Odylo Costa, filho – o pai de Odilinho – e Maria Celeste Flores da Cunha, grande mulher, dedicada aos temas assistenciais da infância.

E nessa hora, Deus nosso Senhor que sempre parecera meio indiferente à sorte dos nossos meninos abandonados, inspirou ao Presidente da República a escolha de um homem para dirigir a nova Fundação do Menor. O nome desse homem muito mais importante para o Brasil do que muito estadista ou guerreiro que anda nas placas das ruas, é *Mário Altenfelder*.

Sim, ele teve apoio do governo, total apoio do Presidente Castelo Branco. Sim, ele conta com uma legislação para amparar a sua obra, e, mormente, com um instituto de fundação que lhe garante recursos próprios fora da oscilação e incertezas dos orçamentos oficiais. Sim, ele teve com que começar – terrenos e prédios construídos por governos

anteriores (dentro dos planos até suntuários) mas totalmente abandonados, mal usados, deteriorados, alguns quase em ruínas.

O fato é que dr. Mário Altenfelder pegou essa lei, esses recursos e, acima de tudo, essas crianças – as vítimas já aprisionadas pelo SAM e as outras abandonadas da cidade e fez o que ninguém fizera até hoje no setor de assistência ao menor, no nosso país.

Organizou equipes modelares – ele não é homem que acredite em trabalho individual. Pelo contrário, sua preocupação maior é poder sair sem deixar um vácuo – (o que não sei se será possível). Eliminou quadros da fundação todos os elementos criminosos e antissociais que herdara do SAM. Tomou posse de maltratado patrimônio, arrancou as grades, reconstruiu, pintou, lavou, pintou, remodelou – e, no curso dessas operações, obrou um milagre.

Ninguém me contou - eu vi. Fui lá, andei onde quis, falei com quem quis, vi o que quis. E, como eu, pode ir lá todo mundo para examinar e pasmar. O presídio de menores, aquela aberração sanguinária, é hoje uma comunidade tranquila – colégios, oficinas, creches, hospital, um lar para a mãe menor; e ginásio, piscina, jardins, até um cineteatro!

Mas o que mais impressiona o visitante às instalações da FNBEM, é a *normalidade* do ambiente. Nenhum paroxismo propagandístico, nada de paternalismo exacerbado, nem cartazes, nem alto-falantes. Os portões abertos. Ausência de guardas. Meninos e meninas tratando sua vida, trabalhando, estudando, brincando, ou comendo, conforme a hora. O pavilhão das moças – aquele “Pavilhão Anchieta” de infame memória, tem hoje a aparência de um bom colégio de classe média as alunas são meninas comuns, de boa saúde, bons dentes (ao chegar passam por um período intensivo de tratamento e recuperação físicos), bem-humoradas. Estudam, cozinham, costuram, fazem flores, têm até um salão de beleza onde se cuidam, aprendendo as artes de manicura e cabeleireira. Dão festinhas de Natal, tocam violão, cantam e dançam.

A seção de bebês e garotinhos é a que mais consola a gente. Criancinhas dantes abandonadas, espancadas, recolhidas até em lixeiras; ali a gente vê que se sentem seguras assistidas e – aí é que está o milagre – amadas! Têm direito até de chorar e fazer manha; de pedir colo; a jovem freira tenta convencê-los a ficar no quadrado, mas acaba “ dando um passeio de colo” ao mais chorão e à mais magrinha e calada – um em cada braço.

Na sapataria os aprendizes fabricam calçados para a casa – mas nada de botinões reunidos; o mestre explica, sorrindo, que “ os meninos são muito vaidosos com os sapatos”, e fazem mocassins, sandálias que não seriam desdenhados pelos moços do

Castelinho. E há os tipógrafos, os eletricitas, os marceneiros, os entalhadores, até escultores-artesãos. Como há os que vão estudar para médicos, engenheiros, advogados.

Meu Deus, vejo que excedo o limite desta página e ainda não contei tudo que vi ali dentro. Só posso resumir contando que, eu (que como todo brasileiro normal, tinha aquele peso na consciência toda vez que pensava em menor) saí do parque Quintino com o coração leve, esperançoso. E cito, como ilustração final, a resposta do dr. Altenfelder a alguém que estranhara o portão aberto, sem guarda:

- Mas assim os meninos fogem!

E o dr. Mário, encolhendo os ombros:

- E daí? Não é melhor que fuja *um* em vez de *mil* ficarem presos?

3. “A Trégua” (15 ago. 1970)

Vamos ver se desta vez a trégua no Oriente Médio será realmente uma trégua, se acaba por frutificar num tratado de paz. Que essa guerra entre judeus e árabes muito nos faz recordar uma outra - que também serviu de palco a experiências bélicas e de campo de treinamento para outros combatentes mais poderosos e onde havia abundante suprimento de armas, munições e técnicos, moderníssimos para ambas as parcialidades; refiro-me à guerra civil da Espanha, espécie de ensaio ao vivo do conflito generalizado de logo após.

“Aliás erro. Mais parecida com a guerra da Espanha é a guerra do Vietnã – mas dessa nem vale a pena falar: todo o mundo, em toda parte, já disse tudo quanto era possível de dizer. Enquanto a guerra do Mediterrâneo, essa, sim, é a nossa guerra a de perto, a que devora carne nossa, - e de ambos os lados. No conflito Ásia – claro, somos todos irmãos, não importa a cor da pele, a religião que se pratique, a língua que se fale; mas pode haver irmãos próximos e distantes e a Ásia fica do outro lado do mundo. Poucos entre nós, tinham senão uma vaga noção da existência do Vietnã, que outrora fazia parte da Indochina e era colônia francesa. E, até por honestidade, confessemos que, antes que a guerra de libertação e a tragédia de *Dien-Bien-Phu* os levasse às manchetes, o mundo ocidental fazia uma ideia bem vaga daqueles reinos antigos do sudeste asiático. Agora, a poderosa máquina de comunicação americana os impôs à atenção de todos os homens; contudo, se hoje discutimos o Vietnã com paixão, estamos é atrás das pegadas dos

americanos, e não levados por um espontâneo interesse pelos vietnamitas. Afinal, as pegadas dos americanos nos levaram até à Lua, que é muito mais longe do que a antípoda.

No Oriente Médio o caso é bem outro. Ali estão as nossas raízes, ou raciais, ou culturais, ou religiosas, ou tudo isso junto. Ali se situa o berço dos três grupos humanos mais importantes para nossa cultura, os cristãos, os judeus, os árabes. E seja qual for o desenlace dessa tragédia, sejam quais forem os vencidos, qualquer coisa muito séria dentro de nós será puramente atingida.

Digo por mim: ainda esta semana tivemos almoço comemorativo junto com o ramo árabe de nossa família – ramo para mim muito importante, pois dele fazem parte os meus netos. E quando íamos comendo aqueles pratos de cozinha tão requintado, eu olhava à mesa e pensava em quanto, no Brasil, já somos árabes, e como o emigrante árabe se incorporou, se integrou no nosso complexo racial. Creio que, depois do português, nenhuma corrente imigratória se assinalou tão depressa e tão intimamente ao nosso povo – o que afinal não admira se recordar a velha familiaridade ibérica entre mouros e lusos. Lembremo-nos de que faz mais de mil anos que os mouros misturam o sangue deles com o nosso.

Mas do outro lado vejo Israel – e Israel são os judeus, o povo escolhido por Jerusalém, é a árvore simbólica, cujas raízes mergulham no Gênesis, e cujo ramo mais belo é o cristianismo. Israel, a fonte mística, a Revelação, a Fidelidade, o Martírio. E agora a resistência dos novos Macabeus, combatendo na proporção de um contra mil.

Por isso, essa guerra terrível nos dói tanto – como se víssemos parentes amados em luta de morte. E a solução parece tão distante; depois de tantos anos, de sangue e tantos mortos, não se chegou sequer a uma esperança de conciliação. Que pelo menos a trégua sirva a afastar do conflito os intrusos, como esses russos, com seus imperiais e o seu antissemitismo larvado, que a revolução marxista não curou e antes disfarça com máscara ideológica.

Sabemos que a paz ali será precária, porque no fundo essa guerra não é só pela Palestina, pelo Sinai, pelo Mar Vermelho ou Suez; e ao mesmo tempo é por tudo isso, remonta aos milênios de história enterrada naquele solo, - são os descendentes desavindos de profetas e patriarcas que, disputam ainda e sempre a sua herança.

4. “Os Sequestros (1 set. 1970)

Na hora em que escrevo estas linhas continua insolúvel o drama do cônsul brasileiro no Uruguai. Um dos aspectos mais cruéis desses sequestros parece que é a longa, interminável espera, o matar devagarinho da paciência e das esperanças. Por ele mesmo, o cônsul, não sei - a gente ignora como o estão tratando, onde o estão encerrando, as ameaças ou as promessas que o fazem; mas para a família é a pior das agonias. Um verdadeiro massacre de inocentes.

Aliás, é o sofrimento dos inocentes que mais choca e revolta quando se pensa nas vítimas dos sequestros políticos agora em voga. Por que - se tem pretensões à justiça, se reclamam por justiça, os terroristas só agridem e ferem os inocentes? É a velha técnica dos bandidos raptadores de criancinhas – mais fáceis de alcançar, menos capazes de defender mais desarmadas para reagir. Por que eles não apanham os seus inimigos propriamente ditos, os “tubarões imperialistas”, os chefes de governo responsáveis pela repressão, os líderes políticos que os combatem? Dessa maneira, sendo embora luta pouco ortodoxa; sendo embora cruel, ainda seria luta. O caso Aramburu, por exemplo, foi terrível – mas em todos os sequestros políticos desses últimos tempos, foi o mais parecido com um ato de guerra; com Aramburu, pelo menos, os raptadores tinham ou diziam ter contas a justar. Mas esse pobre moço Gomide não deve nada a ninguém. Nunca fez nada a ninguém. É o que dói mais.

E, agora, um reparo curioso: os jornais brasileiros transcrevem um editorial do New York Times onde, comentando o assassinio de seu patrício Dan Mitriane e o sequestro de Fly e Gomide, é dito que “o democrático Uruguai”, não poderia agir de maneira diferente, não poderia fazer como fazem as ditaduras militares do resto da América Latina...

Eu não digo sempre que a imprensa americana é a pior inimiga do povo e do governo de seu próprio país? Está aí mais uma prova. Então o Brasil salvou as preciosas vidas do Embaixador Elbrick, do cônsul japonês e do embaixador alemão apenas porque é uma ditadura militar! Se pode haver mais negra ingratidão, morder a mão que te salva - temos aí um belo exemplo. Pois, se houve, nesses trágicos incidentes comportamento que não teve cheiro à ditadura, foi exatamente o do governo brasileiro, ao pagar o preço que pagou a fim de salvar os diplomatas sequestrados. Ditadura, como se sabe, vive da máscara de força interna e externa da exibição do poder, da reputação de implacabilidade.

Ditadura nenhuma pode se dar ao luxo de fazer exhibições de cordura. Qualquer coisa que arranha a sua imagem de força esmagadora – a ditadura está perdida, que a sua existência é condicionada à realidade de fato e não baseada no direito ou no consentimento geral. Ditadura não pode perder face. Perguntem aos coleguinhas dos Tupamaros que conseguiram subir ao poder - a Kossiguin, a Mao Tsé-tung, a Fidel Castro- a suprema importância que tem para eles a exigência de manter a face. E é justamente para manter a face, para mostrar ao povo que não temem os imperialistas e os desafiam, que se criou a tradição de maltratar diplomatas na república ditas socialistas. Não dá para esquecer foi ontem, que na china de Mao se produziu aquele abjeto espetáculo de espancamento, injúrias, lapidação, pauladas e até linchamento de diplomatas acreditados em Pequim – especialmente ingleses e americanos. E essa tradição vem sendo muito aplicadamente seguida pelos governos comunizantes da Europa Central, da Ásia e da África. E a Rússia, que se permite pregar moral no assunto, se por ora não prende ou apedreja diplomatas, o fato é que mantém o corpo diplomático virtualmente prisioneiro num edifício isolado, sem direito a dar um passo em território soviético se não com licença especial – licença que aliás jamais concedida. E vez por outra, quando precisa mostrar poderio, o governo soviético encarcera um secretário da embaixada, um cônsul, sob a cômoda e indevassável alegação de espionagem.

Mas, esses, a imprensa americana considera democráticos. Deixar matar Don Mitrione é um lindo modo de exercer a democracia. Antidemocrático é o Brasil que não poupou sacrifícios, nem mediu arranhões de prestígio interno, nem arreceu de perder face, a fim recuperar sãos e salvos os cidadãos estrangeiros, sequestrados pela mesma gente que a imprensa americana paparica e defende em nome da democracia. E nós não podemos sequer declarar que já sabemos como agir da próxima vez. A gente não pode nem lavar as mãos e dizer que se é assim que nos agradecem a vida salva, no futuro eles que se arranjam. Pelo contrário, se a coisa se repetir, teremos novamente que negociar e aceitar os termos dos chantagistas e fazer o impossível para salvar a pele dos inocentes ameaçados pelos gangsteres políticos. Afinal, o governo brasileiro não pode traçar a sua linha de conduta em obediência aos preconceitos do New York Time...

5. “Um mundo só” (12 fev. 1971)

Creio que a notícia mais importante deste começo de ano de 1971 é o lançamento do novo satélite de comunicações, Intelsat IV, de tonelada e meia de peso, 57,7 metros de comprimento e 26,4 de largura. Como tem um tempo de revolução igual ao da rotação da Terra, fica em posição geoestacionária, que lhe possibilita cobrir sempre a mesma área de comunicação. Permite manipular 9.000 chamadas telefônicas simultâneas ou transmitir 12 programas de TV em cores; tem funcionamento previsto para sete anos. Custou trinta milhões de dólares à Cimsat (companhia particular norte-americana que gerencia o empreendimento) e aos setenta e um países associados ao seu sistema.

Aí é que me parece estar o aspecto mais sensacional de novidade. SETENTA E UM PAÍSES associados! Setenta e um países cobertos pela mesma rede de comunicações simultâneas! Setenta e um países podendo receber ao mesmo tempo a mesma transmissão ao vivo! Um satélite desses pode ter influência e ação política e social muito maior do que um montão de tratados internacionais. Ele opera concretamente o intercâmbio das comunicações entre esses 71 países, o que já é uma cifra estupenda. E o seu sucessor talvez possa cobrir uma área ainda maior do que planeta e, então, que será feito das cortinas de ferro ou das cortinas de bambu? Ah, um bichinho desses é capaz de rasgar qualquer cortina isolante!

Tais como estão as coisas atualmente, já deve existir enorme dificuldade para manter o isolamento ideológico das populações do lado de lá da cortina de ferro, muitas delas perfeitamente acessíveis às transmissões de TV dos países vizinhos. Não bastava o que eles já faziam para impedir a livre penetração das transmissões radiofônicas, que será com a imagem, muitíssimo mais atraente e perigosa! Imagino as astúcias técnico-policiais que se tramam, no segredo dos gabinetes de repressão, com o fito de cortar de cortar esse indesejável contrabando de imagens e palavras.

Como será que eles fazem, por exemplo, na Alemanha Oriental, na Tchecoslováquia etc. para bloquear as transmissões de TV da Alemanha Ocidental?

E nas províncias bálticas da URSS – os antigos países livres que foram a Estônia, a Lituânia, a Letônia, para fechar a porta às imagens da Suécia, da Finlândia?

O mesmo se dirá da China, vulnerável às transmissões de vizinhos como a Índia ou mesmo a Rússia. E exatamente o mesmo se diga do nosso mundo ocidental igualmente vulnerável às transmissões do bloco socialista.

E naquele micromundo que é chamado Oriente Médio, onde os países inimigos ficam praticamente a distância de um grito uns dos outros?

E como o mundo não poderá viver indefinidamente neste atual estado da exacerbação e controle, neste paroxismo de desconfianças e rivalidade, e como qualquer processo que se invente para obliterar imagem e som das transmissões intrusas, será sempre posto em cheque por processos contrários, é esperar que a humanidade acabe por chegar a uma fórmula de acordo que libere as comunicações.

Meu sonho é que um satélite desses acabe conseguindo o que não conseguiram a finada Liga das Nações e a nossa ONU: dar o primeiro passo para uma comunidade universal de nações. Pois o desconhecimento é o fator principal das inimizades; não há como o conhecimento e a convivência para quebrar arestas, destituir o medo, adoçar divergências. Nos dias de hoje, para todos os homens que vivem numa das metades adversas do planeta, os homens da outra metade se transformam em seres mitológicos terríveis porque desconhecidos, misteriosos, imprevisíveis. Até cubano, rumbeiro e mulato como nós já ficou assustador! Mas na hora que a TV mostra que os soviéticos, afinal, são gente de carne como nós, capazes das mesmas tolices e das mesmas fraquezas, amadores de novelas, de pequenas rebolando, de programa cômico e de futebol – será difícil ter medo deles. E o mesmo se diga ao lado contrário: os abomináveis capitalistas que eles imaginam do lado de cá, ocupados permanentemente em feias guerras de conquista, na exploração de esqualidos operários e dedicando as suas horas de lazer às vis delícias da devassidão reacionária – quando hão de surpreender quando se revelaram na sua banal realidade, tão semelhante a eles, dos mesmos erros, das mesmas inocências, dos mesmos sonhos! Será então a vez do “mundo só”, e talvez então a humanidade se liberte da sua terrível psicose da guerra, pare de ser preocupar com a descoberta de métodos de matar o rival do outro lado – porque esse rival temido se transformou no trivial vizinho de paredes meias! Amém!

6. “O leão doente” (1 set. 1971)

Vocês se lembram da fábula de La Fontaine: o leão doente, caído na fumaça, a sofrer o assalto da bicharada que jamais o enfrentara antes: o burro lhe atira coices, os cães o mordem, o corvo o bica. Todos que ressentiam o poder do rei, que um dia lhe sofreram o peso da garra, aproveitam a hora de fraqueza do príncipe para irem à forra.

Tem-me ocorrido esse recitativo de infância, nos meus primeiros balbucios do francês, ao ver no noticiário o registro das vicissitudes porque passam no momento os Estados Unidos. O país mais rico e mais poderoso do mundo, que atinge um teto de prosperidade e poderio jamais imaginado (sim, sequer imaginado) pelo homem, em toda a história da civilização, vê-se de repente abalado, ameaçado, em defensiva chegando mesmo a sofrer desse humilhante mal pobres: inflação!

É, não se pode negar que a superpotência do Ocidente atravessa uma quadra infeliz. No governo tem um homem sem grandeza, um profissional da política de passado cheio de altos e baixos, astuto, oportunista, sem ideologia nem charme, visão curta, desamado do povo que apenas o elegeu como um mal menor. O signo dominante do quadriênio Nixon vêm sendo o da mediocridade. A principal tarefa que lhe fora entregue – liquidar, do melhor modo possível, a desastrosa guerra do Vietnã, vira-se em pesadelo que não acha fim, enleando-se o governo em recuos e negaças, perdendo face sem nem ao menos deixar de perder sangue. Agora vem com o que lhe parece ser um passe de mágica, como solução ao impasse asiático – a prometida visita a Mao Tse-tung. Lembrando as ainda recentes indignidades e injúrias infligidas pelos chineses de Mao a autoridades e diplomatas estrangeiros, a gente só pode fazer votos para que a tal visita não se transforme em festival de apupos e surriadas. Coisa que aliás não seria novidade para o Sr. Nixon, veterano de visitas malfadadas, quando, vice de Eisenhower, andava pela América Latina.

Aliás é de crer que ficaram amargamente na lembrança do atual Presidente americano os vexames que sofreu na América do Sul; e é evidente o seu desejo de retaliar, desde os tempos do “Big Stick”, não tinha o governo americano tratado a chamada “Latin América” com tanto descaso e tanta hostilidade.

Dá mesmo a impressão de que esse trecho do hemisfério é zona de guerra fria, de satélites soviéticos, e não sua tradicional esfera de influência, seus tradicionais aliados,

protegidos pelo manto da doutrina de Monroe. Até aquele paternalismo, condescendente que nos irritava, foi retirado. Hoje somos vizinhos olhados de má cara, cortam-nos as cotas do café e açúcar, fecham-nos as portas aos produtos manufaturados, com barreiras alfandegárias – eles, os apóstolos da liberdade de comércio, que nessa liberdade basearam sua riqueza. E os resultados já se vão sentindo – os países americanos cada vez fogem mais à órbita yanque, no rastro perigoso de Cuba; já lá se foi o Chile, em breve quem sabe o Equador, Peru, Bolívia, Panamá, quase todos. É o caso de se dar ao Brasil o velho conselho de D. João VI ao filho, e recomendar-lhe que assuma a liderança da América Latina antes que algum aventureiro a arrebate.

E se as coisas andam ruins no plano externo, também não andam boas no plano interno. Não bastava a questão racial, chaga aberta no flanco do gigante; agora é a flor do povo – a sua mocidade, inquieta, rebelde, à procura de estranhos caminhos e arrastando os mais velhos na sua rota de contestação.

Seria a hora de aparecerem os amigos, estendendo a mão ao povo americano. E escandaliza verem-se países como a Alemanha Ocidental, por exemplo, que deve aos Estados Unidos a sua própria existência como nação, entrar junto com os outros na corrida contra o dólar, esquecida, a ingrata, chuva de dólares do Plano Marshall que a arrancou da miséria, depois da derrota. A gente sabe, desde antes de Marshall, que os governos não têm amigos, têm interesses, mas assim mesmo faz vergonha.

É bom, porém lembrarem-se todos que o sistema presidencial não é uma ditadura vitalícia: todos os quatro anos renova. 1972 vem aí. E quem sabe então, o povo americano não suscitará um líder a altura da sua grandeza, capaz de resolver os problemas do momento com autoridade e inteligência? Não esqueçamos que ali mesmo, na Casa Branca, já sediaram Lincoln, Roosevelt, Kennedy. E o leão referido poderá urrar de novo, significando à bicharada que o rei voltou.

7. “S.O.S nos Inhamuns” (8 nov. 1972)

“Causou impacto no país um noticiário de TV onde aparecem cenas da seca que ora assola os sertões dos Inhamuns, no Ceará”. Mas, a nós cearenses, o que admira é só os Inhamuns estarem clamando por ajuda; desde os meados do ano, prevíamos que o verão ia ser duro, dadas as mesquinhas promessas do inverno escasso de 1971. Pergunta-se, como sempre, pela SUDENE, pelo DNOCS, pelas providências oficiais. Daqui de longe, não sei ainda o que as autoridades estão fazendo. Provavelmente fazem o indispensável – a abertura de frentes de trabalho em estradas e açudes, dando-se meios de sobrevivência aos agricultores flagelados. Será esse socorro, como sempre, apenas uma solução de emergência uma esmola disfarçada, que não ataca o mal pela raiz.

Contudo, esmola ou não, o socorro tem que ser prestado, enquanto não se descobrir uma solução efetiva para os problemas de estiagem nas regiões ditas “agrícolas” do Nordeste “Agrícolas” na verdade, porque lavra da terra, embora tão precária e perigosa, é ainda a única opção de solução oferecida a população local. Pois, a não ser que se promovesse por ali uma revolução nos métodos agrícolas, tal como se experimenta (a peso de ouro) em Israel – não haverá região no mundo menos propícia à agricultura do que aquela.

Quando em 1970, no auge da terrível seca, o presidente Médici esteve nos Inhamuns, emocionou-se profundamente com os quadros de miséria a que assistiu e disse uma frase que ficou registrada na memória daquela gente: “Isso tem de acabar”.

Ah, não acabou, Presidente. Não porque o governo não tentasse, mas realmente porque é difícil. Lançou-se, por exemplo, o projeto grandioso da Transamazônica, com a ideia de atrair para as terras bem irrigadas do Norte as populações maltratadas pela vulnerabilidade dos invernos, no Nordeste. Mas, sem querer diminuir a força civilizadora que é a abertura da grande estrada, não será ela que irá resolver o drama do Nordeste. Portas abertas à emigração sempre houve, e os que têm de emigrar partem cedo. Mas há a grande proporção dos que preferem morrer a retirar e, para esses, não há transamazônica que dê jeito. Aliás, essa ideia do esvaziamento de regiões assoladas pelas secas tem sido a pedra no caminho de muitos políticos que, de boa-fé, a acolhem como saída para uma situação aparentemente irremediável. Na tradição da minha família conta-se que José de Alencar, até então o ídolo da sua província, perdeu todo prestígio e nunca mais se elegeu

para nada, no Ceará, depois de ter, como deputado, proposto a mudança em massa da população da terra, acossada por uma seca.

O que nós todos, governos, particulares, estudiosos, juntando as cabeças, temos que descobrir é a fórmula que proporcione condições de vida pelo menos toleráveis às regiões mais ingratas do Nordeste – mas sem retirar a população de lá. Porque sair voluntariamente eles não saem, e obrigar a sair ou abandoná-los por lá ninguém pode. Talvez seja preciso um milagre – mas não estamos em tempo de milagres. Se a terra não se presta à agricultura, temos que partir para outro meio de vida. E há que descobrir esse remédio depressa, pois se, no dizer do poeta, “o amor não pode esperar”, muito menos pode esperar a fome. O presidente Médici sabe, o presidente Médici viu.

8. “Incentivos para a cultura” (15 no. 1972)

O meu amigo José Sarney apresentou um projeto no Senado (onde representa o Maranhão), permitindo dedução do Imposto de Renda para fins culturais. As quantias assim obtidas devem ser aplicadas comprovadamente: 1) na compra de obra de arte; 2) na compra de livros de arte e patrocínio de edições artísticas; 3) na edição, sem fins lucrativos, de obras de interesse cultural; 4) no estímulo a edições de autores estreados; 5) em prêmios destinados a livros, obras de arte e partituras musicais; 6) na recuperação de prédios e logradouros públicos de interesse para o patrimônio artístico e cultural da nação; 7) na construção de monumentos que visem a preservar a memória histórica e cultural do país; 8) na realização de congressos que tenham por objeto a literatura e as artes; e 9) na promoção de manifestações musicais artísticas válidas e sem finalidades lucrativas.

Muitas vezes lendo a excelente literatura de José Sarney, eu me perguntava por que um escritor nato da categoria dele se extraviava pelos penosos descaminhos da política. Mas tudo tem a sua vez e o seu sentido, e agora José Sarney, no lugar do Senado que lhe deu a política, vem em socorro da literatura e das demais artes, pagando, com seu projeto salvador, pelos livros não escritos que nos estava a dever.

O Senado é, por definição, um colegiado de homens cultos, mas é curiosa a contradição que lá se observa: o desinteresse da Casa pelos problemas específicos da cultura; parece que os pais da Pátria – como a maioria dos outros responsáveis pelo governo do país e fora as honrosas exceções, é claro – acham que a cultura é luxo de povo rico, que há muitos problemas para cuidar no Brasil, mais prementes que os problemas culturais. Sim, é muito justo dar incentivo ao Turismo, por exemplo, mas quem pensa que sem cultura não pode haver turismo – que turismo não é só praia, montanha e hotel de luxo?

Cultura está na base de tudo, cultura é o caldo necessário a qualquer tipo de desenvolvimento, é a atmosfera sem a qual o progresso não respira. Porque cultura não são apenas três cabeludos encenando peças experimentais, não é o poeta polindo um soneto, outros cabeludos pintando quadros abstratos: cultura não são dilatantes na sua torre de marfim. Cultura é a inteligência posta a serviço da nacionalidade, cultura é ciência, é arte, é conhecimento música, museu, cidade; é passado e presente, é documento,

é história, é direito, é civilização. É saber ler e escrever, é proteção ao patrimônio natural e à memória histórica. Sem cultura não há identidade nacional.

E apesar disso tudo, os problemas culturais dificilmente sensibilizam os que mandam nos dinheiros públicos; a cultura é a enjeitada dos orçamentos, é a primeira vítima dos cortes de verbas. As instituições culturais vivem, quase que por um milagre, ao sol e ao sereno, vítimas de toda espécie de inimigos – dos cupins energúmenos e demagogos. As verbas de que dispõe uma instituição da importância do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (para só citar o SPHAN) chegam a ser irrisórias em vista das necessidades. Não é que a gente subestime a urgência de outras solicitações – educação, saúde, transportes etc. –, mas o caso é que a cultura está dentro disso tudo e tudo isso depende da cultura para ter utilidade.

ANEXO C - Transcrição das crônicas analisadas de Maria Judite de Carvalho

“Rectângulos da Vida” - Diário de Lisboa

1. “O ano dos corações transplantados” (3 fev. 1968)

O escritor brasileiro Afonso Schmidt tem um lindo conto intitulado “Olhos alheios” em que nos narra a história de um banqueiro que cegou e a quem foi feita uma substituição de olhos. Uma espécie de peças de recarga, tal como nos automóveis. Como se tratava de um homem importante, cuidou-se, claro está, que eles não fossem míopes, nem vinhos, nem cansados. Dois olhos em bom estado, jovens, bonitos até. A operação correu bem, mas quando retiraram os pensos ao banqueiro, este pôs-se a ver demais e a perguntar: “Estas coisas já existiam antigamente quando eu dispunha de dois pobres e velhos olhos que haviam tornados secos ao longo da vida?”. E ei-lo a descobrir beleza a sua volta e faltar aos conselhos de administração e às assembleias gerais, porque o luar se afigura feito de lírios ou porque havia no mundo crianças, aves e flores. Os acionistas, coitados, andavam numa roda viva e com toda razão, diga-se de passagem, até porque um dia veio a saber-se que acontecera, de facto, uma calamidade: o médico substituíra os olhos de um banqueiro pelos olhos de um poeta lírico que morrera atropelado.

As substituições de olhos, que Afonso Schmidt viu com tanta poesia, são hoje, porém, história antiga. Estamos em 1968, o ano dos corações transplantados – não parece mesmo que se trata de flores? O campeão de pesos e halteres com coração de rapariga morreu. O branco com coração de mestiço parece que vai sobreviver. Na terra do “apartheid” (esquecido pelos vistos *in articulum mortis*), um corpo branco dar-se com um coração negro, não é estranho?

Se quiséssemos – ou soubéssemos – glosar Afonso Schmidt podíamos imaginar o que seria o futuro desse branco que um coração negro fizesse descer de classe. Sentir-se-ia inferiorizado? Teria raiva ao seu novo coração que o abastardará? E, se o banqueiro se tornou poeta às custas dos seus novos olhos, porque não seria possível que esse homem agora encarrasse a vida como um negro, sofresse, agisse como um negro, sentisse de perto injustiças e misérias e pensasse: “ Isto já aconteceria dantes, quando eu dispunha de um velho coração cansado e frio?”.

Mas tudo isso é literatura. O próprio Dr. Christian Bernard declarou há tempos em entrevista concedida em um jornal português: “Penso que isso não afeta o assunto do “apartheid” de qualquer maneira e não vejo que a transplantação de um coração de um homem de cor para um europeu, faça deste europeu um homem de cor. Quando atingirmos o ponto de vista básico ou de vida humana, não há diferenças entre africanos e europeus”.

De resto, o coração, diz Candido de Figueiredo, é um órgão musculoso, centro da circulação do sangue. Mais nada.

2. “Os visitantes da lua” (26 set. 1968)

Eis de vez em quando um céu noturno, extremamente grande, fabuloso, um céu redoma. Quanto mais olhamos mais estrelas vamos descobrindo, estrelas e poeira de estrelas e Vênus entre elas e a Lua em primeiro plano, tão próxima e tão solta que parece mesmo que vai cair, que nos vai de repente esmagar com sua face luminosa. Há quantos séculos sonham com ela?

Do ensaio do escritor brasileiro André Carneiro <Introdução ao estudo da Science-fiction>, respigo uma série de autores que no seu tempo fizeram, embora por escrito, a sua viagem à Lua. Temos em primeiro lugar Plutarco, que, pouco depois de Cristo, descreveu minuciosamente o nosso satélite e seus diabólicos habitantes de *Face in Orbe Lunare*. Seguiu-se-lhe Luciano de Samosata que conta em *Icaromenippu* e em *Vera História* a fabulosa história de um barco lançado contra a lua por uma tromba de água. Para Samosata a lua era habitada. Em *Orlando Furioso*, de Ariosto, que data de 1516, um personagem secundário visita também nosso satélite. Cem anos depois, *Kepler*, contemporâneo de *Galileu*, narra em *Somnium uma viagem Terra-Lua* num aparelho conduzido por seres diabólicos.

Em 1638 surgiu na Inglaterra um livro, *O homem na Lua*, escrito por um clérigo, livro onde os selenitas não eram diabos, longe disso. Eram mesmo seres tão puros que sempre que alguém menor perfeito aparecia entre eles imediatamente o mandavam para a terra, espécie de Costa de África lunar. A descoberta de um mundo novo (1640), de John Wilkins, trata também do nosso satélite, onde se chegava num carro volante. Cyrano de Bergerac escreveu em 1650 as *Viagens aos Estados e Impérios da Lua e do Sol*. Em 1864 surgiu uma *História da Viagem à Lua*, de Crysostom Trueman, à qual se seguiram os nossos conhecidos Júlio Verne e H. G Wells.

Agora no mês da Zond 5, quando o homem se prepara com entusiasmo para um dia desses alunar e já não literariamente, mas de fato, apetece recordar aqueles que ao longo dos séculos obsessivamente sonharam essa viagem, e à falta de melhor, a foram escrevendo.

3. “O Homem e a morte” (24 fev. 1970)

Um artigo publicado no magazine << L’Europeo>> e assinado Ovídio Granata diz nos que surgiu uma nova hipótese por um cientista americano, segundo a qual seria o próprio homem a decidir qual a altura em que se deve morrer. Claro que não diria a si próprio: apetece-me morrer, pronto, acabou-se. Quem resolveria seria o inconsciente. E porque iria o inconsciente do homem resolver uma coisa dessas? Como? Gradualmente, tão devagar como os ponteiros, de um grande, superlento relógio, através de uma renúncia progressiva, mas definitiva a todas as ligações com a vida. É quando essas ligações são cortadas, quando todas as janelas abertas para o exterior se fecharam, quando o homem se encontra a face a si próprio e compreende que já não tem sentido, que ninguém precisa dele, quando tudo isso acontece é que o homem morre. Claro que não é assim tão simples e ele precisa para morrer, de que a sua energia vital enfraqueça. Mas porque enfraquece essa energia senão por sentir que já não vale a pena lutar?

Não sei se esta teoria tem alguma validade científica. Em todo o caso, deixa-nos pensativos. Por que razão, pergunta Ovídio Granata, vivem os grandes homens (os que são e se julgam insubstituíveis) mais do que a média? E porque [sic] razão se apressam a desaparecer deste mundo os indivíduos que nunca tiveram outro interesse fora do trabalho diário, no emprego, e que atingiram a idade da reforma?

<<. É que – escreve Granata – enquanto as nossas antenas estão tensas e atentas, o nosso potencial biológico é activo e então vivemos. Só quando os fios se cansam e as luzes inconscientemente se apagam, o homem sente que seu ciclo terminou. E decide que chegou à altura de entrar na sombra>>.

4. “Monumentos Lunares” (17 jul. 1970)

A notícia chega-nos de Nova York via Reuters e não é uma notícia qualquer. Segundo parece, encontram-se em poder de russos e americanos fotografias da lua (por enquanto, arquivadas – no mundo ocidental – a fim de evitar especulações) em que se vêem obeliscos de quinze metros de base e vinte e três de altura, < abakas > de tipo egípcio distribuídas como as famosas pirâmides, etc. Construção de seres inteligentes que ali teriam passado ou simples capricho da Natureza? De qualquer modo, estas fotografias que a NASA mantém secretas e sobre as quais se levantou uma pontinha de véu, recordam-nos o estranho e na altura inexplicável caso que em 1953 se passou com John O’Neill.

O’Neill era redator científico do New York Herald e possuía um pequeno observatório pessoal onde passava muitas vezes longos serões <na companhia da sua amiga Lua>, como ele costumava dizer. Assim fez na noite de 29 de junho de 1953. Aumentou a imagem em 90 vezes e fixou um local ao acaso. Era o fundo desértico do chamado Mar das Crises. E de súbito, John O’Neill viu uma ponte que, segundo os seus cálculos, teria uns dezoito quilômetros de extensão. Estupefato o redator científico do New York Herald aumentou a imagem 250 vezes e então pode ver a estrutura com toda a nitidez

O’Neill sabia perfeitamente que corria perigo de não ser acreditado e de cair ao ridículo. No fundo não passava de um amador, o seu observatório era rudimentar, e o relatório que faria, poderia parecer obra de um louco. Fê-lo, no entanto, e entregou-o à Associação dos Observadores Planetários e Lunares, tendo sempre o maior cuidado em não escrever a palavra <ponte>, mas referindo-se sempre a um objeto natural. Como era de esperar, foi atacado por todos os membros da Associação, exceto pelo dr. Wilkins, que anunciou ter visto exatamente a mesma coisa. <Trata-se de uma ponte>, diria o dr. Wilkins aos microfones da B. B. C. Mede menos de 20 milhas e tem mais ou menos a altura de mil e quinhentos metros. Parece artificial, isto é, podia tratar-se daquilo a que na Terra chamamos <obra de arte>.

Esqueçámo-nos de dizer que O’Neill observara o mesmo lugar do Mar das Crises cinco semanas antes e não vira ponte alguma. Pelos vistos as viagens dos astronautas e as pedrinhas trazidas para a Terra ainda não conseguiram tirar o mistério à doce Lua.

5. “Quem tem medo de computadores?” (10 jan. 1971)

Por agora são os ingleses, melhor, um inglês. Qualquer dia seremos todos nós, se lá chegarmos Anthony Wedgwood, que foi Ministro da Tecnologia durante o último governo trabalhista, apelou para que se estabeleça uma legislação destinada a proteger o homem da tirania potencial dos computadores. Porque diz ele <<todos os aspectos da pessoa humana desde que nasce podem ser um dia escrutinados pelos cérebros eletrônicos>>. Enfim, acaba-se a privacidade (tão fadada pelos grandes deste mundo quando os fotógrafos os perseguem) que e como quem diz a nossa vida privada (tão fadada pelos grandes deste mundo quando os fotógrafos os perseguem) que e como quem diz a nossa vida privada.

Ora todos nós temos um esqueleto no armário. Esqueleto grande ou minúsculo, esqueleto gigante ou de rato sem importância que o esquecemos e todos os ignoramos. Mas eis que um computador implacável vai um dia desses abrir os armários de cada um e espreitar todos os cantos a fotografar todos os esqueletos, fazendo ótimas ampliações, dedicando-se mesmo a obras de reparo, quem sabe. E será, prossegue o senhor Wedgwood <<uma tirania a que todos estaremos sujeitos>>.

Tem muita razão o senhor Wedgwood, isto de toda a gente saber tudo de todos, parece-nos extremamente desagradável e prejudicial. Finda a confiança nos homens (de cuja as fraquezas nos obrigarão a tomar conhecimento) só nos resta confiar nas máquinas infalíveis. Infalíveis? Tanto assim?

Infalíveis até ver. Porque no dia em que elas, de tão perfeitas, começarem a sentir e a ter seus armários e seus esqueletos... Lembram-se do Hall do 2001, Odisseia no Espaço?

6. “Os grilos de Altinho” (23 nov. 1971)

Para uma desgraça ser tomada a sério pelas gentes é preciso ser mesmo uma tristeza de coisa. Se houver nela um grão de comicidade, um só que seja – e todos sabemos como o trágico e cômico às vezes se misturam – estamos aviados. Claro que não vou falar do cômico e do trágico, podia lá ser um retângulozinho destes! Mas pergunto a mim própria qual a diferença entre a tragédia antiquíssima e muito séria de uma praga de gafanhotos, e a recente tragédia-que-faz-sorri de uma praga de grilos. Será o insólito do caso que predispõe ao sorriso? Será inseto em si próprio que não incita a seriedade? E porquê? Porque canta? Porque estamos habituados a vê-lo dentro de uma gaiola comendo alface? Porque é um bicho que conhecíamos isolado e não em exército de ocupação? É mesmo uma praga que está a sofrer Altinho (Pernambuco) e que começa a atacar cidades como Lajeado, Lagoa do Ouro e até Caruaru, celebrizada por José Condé.

Em Altinho uma mulher idosa enlouqueceu, e quem por lá passou diz que tudo aquilo se assemelha a um filme de ficção científica estilo terror. Todos os dias há procissões, e a população pede a todos os santos que a liberte dos grilos. Todas as manhãs novos grilos chegam aos milhares, caindo como chuva forte sobre os telhados e entrando nas casas. Um velho exaltado diz que o famigerado Padre Cícero anunciara que nos anos 70 muita gente havia de enlouquecer por causa dos pecados dos homens, e que isto dos grilos é o princípio da profecia.

Mesmo assim, as pessoas (que está bem de ver, não vivem em Altinho nem em nenhuma das cidades já invadidas ou ameaçadas) sorriem. Grilos, ora vejam lá. Bichinhos cantadores a fazer invasões, não é mesmo cômico?

7. “Velocidade” (21 jun. 1972)

Belos, belíssimos deviam ser os tempos em que as pessoas se sentiam um pouco ameaçadas, mas só o indispensável, nada de muito grave, enfim. Sempre teve que se morrer um dia, pois claro, mas isso era geralmente lá para diante, quando já se estava um pouco cansado de viver e quando Deus queria. Ora a verdade é que no nosso tempo estamos sempre, em todas as idades, no fio da navalha, na corda bamba, na pista da corrida, por entre os alegres assassinos da estrada, ou nós próprios assassinos também, ou ainda entregues aos imprevisíveis caprichos de duas máquinas, a nossa e a outra, que vem em sentido contrário. Deus e a natureza parecem-nos longe, desinteressados desta roleta trágica onde se perdem vidas ao acaso, sem aviso prévio. Puro jogo de azar.

O grande assassino deste século parece ser pois, o automóvel. Isto nos países ricos e nos remediados.

Nos outros (e não só) há, está bem de ver, a fome, as epidemias, as guerras, as doenças que não perdoam. Já não há idade para morrer, e os olhos que se vão embora de velhice é porque foram hábeis, souberam mover as pedras do jogo, passar quando convinha. Ou pouca sorte, quem sabe?

Somos nervosos, neuróticos, inquietos, angustiados, dormimos mal. Corremos constantemente de um lado para o outro, de carro quando o possuímos. Porque o carro é o nosso corcel, sem ele quem somos nós? Se não pararmos na vida diária, como havemos de andar devagar na estrada? O tempo é cada vez mais rápido e os dias mais curtos. Conheço uma pessoa que já de idade que diz: <<. Ninguém me convence de que a Terra não gira muito depressa do que dantes e de que os relógios não estão combinados com ela>>. Temos sempre de estar a tal hora em tal lugar nem que seja por um motivo fútil. E não esqueçamos a nossa razão é muito importante. Razão para ultrapassar a <<lesma>> que vai à frente ou o tipo que julga que é esperto.

“Morre-se cheio de razão por essas estradas. Morre-se também por causa da razão dos outros. E da nossa velocidade que já não é de um passado ainda próximo. Como se só fugindo nos sentíssemos tranquilizados.

8. “Os novos deuses” (16 jul. 1972)

Serão máquinas de mil botões a diagnosticar as doenças amanhã, e a trata-las, a julgar os acusados com a metálica frieza dos seus corações, a aconselhar os governos a fazerem as guerras ou a fazerem as pazes? Serão máquinas, enfim, a governar governantes e governados?

Os computadores super-aperfeiçoados do futuro serão talvez os novos deuses. E, de tão poderosos e implacáveis, hão-de ser terríveis. Como os velhos deuses pagãos assustadores e onnipotentes que os homens inventaram para sua proteção e medo, e aos quais deram forma humana. Amavam, lutavam com seus inventores (criadores logo criaturas), mas os sentimentos de paixões – paixões quase sempre – que experimentavam, eram excessivos, até porque ignoravam toda e qualquer interdição e não sabiam que coisa era morrer.

Os novos deuses já começaram a chegar. Alguns deuses menores, claro está, vivem menos conosco. Este, por exemplo, que nos exige valiosa oferenda anual, sob a pena de nos abandonar tem altar em quase todas as casas, mesmo nas mais modestas. E as pessoas sentam-se e olham, e escutam em silêncio religioso, coisas excelentes ou detestáveis. Isto os devotos. Os outros, os que não se converteram totalmente, ainda às vezes se debatem, não querem deixar se agarrar, conseguem fugir (por algum tempo) porque se trata de uma espécie de deus Penate.

Mas, os deuses que se anunciam, que já existem talvez sem que saibamos, podem vir a ser terríveis. Esperamo-los com ansiedade receosa e nenhum entusiasmo. Mas sabemos, que não há outro remédio senão recebe-los como deles que são: respeitosamente e sem luta.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br